



# digital

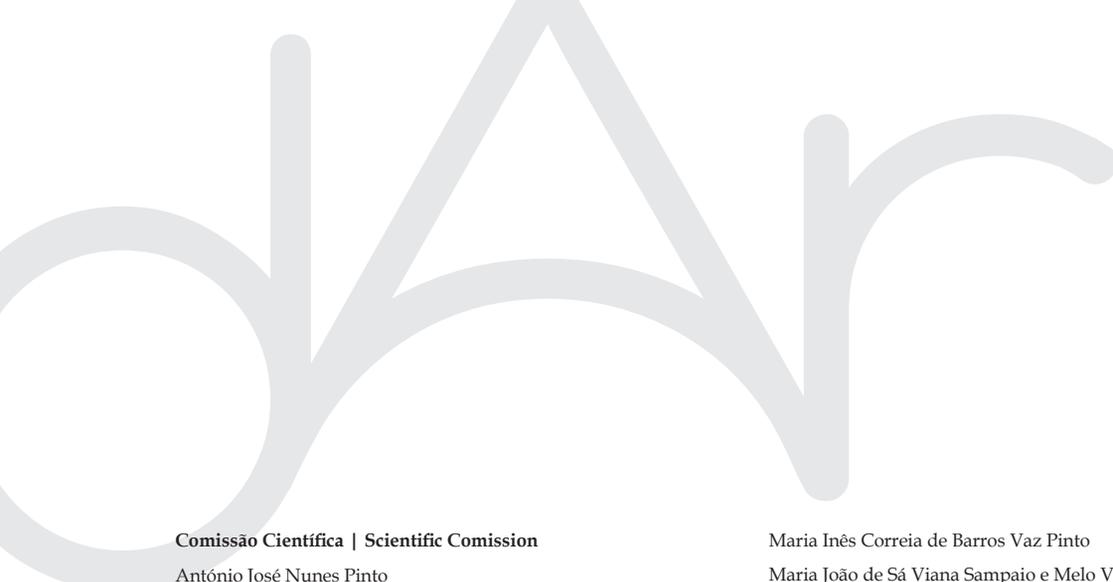
# Arqueologia

# chaeology

q u i t e c t u r a  
c h i t e c t u r a  
t e s s

Olhares Sobre Castelo Velho  
De Freixo De Numão:  
Revisitar Um Recinto  
Pré-Histórico Do Alto Douro  
Português

Coordenação  
Susana Soares Lopes



**Comissão Científica | Scientific Comission**

António José Nunes Pinto

António Manuel Faustino de Carvalho

António Manuel Filipe Rocha Pimentel

António Pedro Batarda Fernandes

Armando José Redentor

Asmae Bouaouinate

Bráis Currás Refojos

Carla Alexandra Pedrosa Gonçalves

Carlos Alberto Etchevarne

Carlos Alberto Santos Costa

Cláudio Figueiredo Torres

Cristina Alexandra Tété Garcia

Essami Abdelmjid

Fernando Vitor Félix Ribeiro

Francisco José Pires Pato de Macedo

Helena Maria Gomes Catarino

Inmaculada Martin Portugues

Joana Filipa Fonseca Antunes

João António Ferreira Marques

João Carlos Muralha Cardoso

João Pedro Pereira da Costa Bernardes

Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva

José Manuel Santos Encarnação

Lara Beirão Amaral Bacelar Alves

Leonor Maria Pereira Rocha

Lourdes Girón Anguiozar

Maria Da Conceição Lopes

Maria da Conceição Lopes Aleixo Fernandes

Maria Dalila Aguiar Rodrigues

Maria de Lurdes dos Anjos Craveiro

Maria Inês Correia de Barros Vaz Pinto

Maria João de Sá Viana Sampaio e Melo Valente

Maria José Goulão Machado

Miguel Reimão Lopes da Costa

Patricia Delayti Telles

Paulo Manuel Quintas de Almeida Fernandes

Pedro Jorge Cardoso de Carvalho

Raquel Maria Rosa Vilaça

Ricardo Jorge Costeira da Silva

Sandra Patrícia Antunes Ferreira da Costa Saldanha  
e Quadros

Santiago Augusto Ferreira Macias

Sérgio Alexandre da Rocha Gomes

Susana Gómez Martínez

Susana Maria Soares Rodrigues Lopes

Virgílio António Martins Lopes

Wellington Lage

Olhares Sobre Castelo Velho  
De Freixo De Numão:  
Revisitar Um Recinto  
Pré-histórico Do Alto Douro  
Português

Coordenação  
Susana Soares Lopes

TÍTULO	digitAR - Extra Número digitAR - Extra Number	TITLE
NÚMERO	1	NUMBER
EDITORA	Imprensa da Universidade de Coimbra	PUBLISHER
LOCAL DE EDIÇÃO	Coimbra (Portugal)	PLACE OF PUBLICATION
DATA DE EDIÇÃO	Junho de 2019   June, 2019	DATE OF PUBLICATION
PERIODICIDADE	Anual   Annual	PUBLICATION FREQUENCY
DIRECTORA	Maria da Conceição Lopes	DIRECTOR
GESTOR EDITORIAL	João Muralha Cardoso	EDITORIAL MANAGER
PAGINAÇÃO E FORMATAÇÃO	Finepaper	PAGINATION AND TYPESETTING
CAPA E DESIGN GRÁFICO	Martino Correia	COVER AND GRAPHIC DESIGN
CONTACTOS	revistadigitar@gmail.com   (+)351 239 851 600	CONTACT INFORMATION
PROPRIEDADE	Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património	PROPERTY
ENDEREÇO POSTAL	Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património - FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA: Largo da Porta Férrea, 3004-530, Coimbra, Portugal	POSTAL ADDRESS
WEBSITE	<a href="http://impactum-journals.uc.pt/digitar">http://impactum-journals.uc.pt/digitar</a>	WEBSITE
CONTEÚDOS	Arqueologia, Artes Património Archaeology Arts, Heritage	CONTENTS
ÍNDICES BIBLIOGRÁFICOS	Web of Science A&HCI	BIBLIOGRAPHIC INDEXES
E-ISSN	ISSN-2182-844X	E-ISSN
DOI	<a href="https://doi.org/10.14195/2182-844X_extra2019_1">https://doi.org/10.14195/2182-844X_extra2019_1</a>	DOI

Ao citar conteúdos da presente revista, os autores deverão indetificar sempre o título da revista (digitAR), data de edição, número do volume e páginas.

When citing this journal, authors should always identify the journal title (digitAR), date of publication, volume number and pages.



Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 Unported (CC BY-NC-ND 3.0) - <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>

## ÍNDICE

Editorial .....	07
Preâmbulo	
Susana Soares Lopes .....	09
<b>SOBRE PAISAGENS</b>	
Castelo Velho de Freixo de Numão: enquadramento geomorfológico	
Assunção Araújo, Laura Soares e Alberto Gomes .....	17
Castelo Velho de Freixo de Numão: um sítio, uma paisagem	
João Muralha Cardoso .....	51
Castelo Velho: um projecto comum de arquitectura e paisagem	
Isabel Figueiral .....	95
<b>NARRATIVAS SOBRE O SÍTIO</b>	
Vozes de silêncio. O que resta de Castelo Velho?	
Topografias de poeira intraduzíveis	
Joana Alves-Ferreira .....	111
A (re) construção de Castelo Velho	
Mariana P. L. Pereira .....	149
<b>BIOGRAFIA DO SÍTIO</b>	
Breves apontamentos para uma biografia de Castelo Velho de Freixo de Numão	
Alexandra Vieira .....	177
Vestígios de ocupação histórica num sítio pré-histórico.	
Materiais romanos do Castelo Velho de Freixo de Numão	
António Manuel S. P.Silva .....	223

## **DEPOSIÇÕES, MATERIALIDADES, ARQUITECTURAS**

Em torno das arquitecturas do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão Ana Isabel de Oliveira e Costa.....	251
--	-----

Revisitar o estudo dos pesos de tear de Castelo Velho de Freixo de Numão Sérgio Gomes.....	281
---	-----

Os metais do recinto pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro da primeira metalurgia do noroeste da Península Ibérica Carlo Bottaini, Ignacio Montero-Ruiz, Susana Lopes, Lídia Baptista, Sérgio Gomes e Nelson Vale.....	305
--	-----

## **SOBRE RECINTOS MURADOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE**

Possibilidades para pensar a arquitectura dos recintos murados da Pré-história Recente Ana Vale.....	329
---	-----

## **REVISITAÇÃO DA PERIODIZAÇÃO/ FUNÇÃO DE CASTELO VELHO NA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE**

Voltar a Castelo Velho de Freixo de Numão: pensar a reconfiguração cultural dum recinto pré-histórico do Alto Douro português Susana Soares Lopes.....	357
---	-----

## EDITORIAL

A DigitAR inaugurou em Portugal a forma aberta de publicar artigos de ciência da área das humanidades.

Seis anos depois, a DigitAR coliga, em extra números, a publicação de trabalhos de carácter monográfico ou temático.

Os novos meios de difusão de conhecimento, abertos e potencialmente inclusivos, alteraram profundamente os modos como se faz divulgação de conhecimento científico e ampliaram os públicos, sem que, todavia, ponham em causa os formatos habituais de transmitir dados e divulgar sínteses.

Por sua vez, a maleabilidade de formatos possibilitada pelo digital traz às publicações adequadas e optativas formas de fazer a divulgação dos conteúdos científicos.

Os extra números da DigitAR, apresentam-se como uma proposta vocacionada para a difusão do conhecimento publicável sob a forma de trabalho monográfico ou volume temático, sob a direcção de autores ou especialistas, em especial daqueles que integram o CEAACP

Em continuação com a proposta da DigitAR, a DigitAR-Extra Número constitui-se como um espaço alargado, abrangente e de partilha do conhecimento científico, numa trajectória de difusão da investigação, entre outras, na área da Arqueologia, História de Arte, Arqueogeografia Ciências do Património, Arquitecturas Vernaculares, Etnoarqueologia, Antropoarqueologia sem olvidar, no entanto, outras formas de saber das sociedades e humanidades.

O volume que agora se apresenta é fruto do trabalho de uma extensa equipa que de alguma forma se deixou envolver/seduzir pelo estudo do sítio arqueológico de Castelo Velho de Freixo de Numão.

Sítio deslumbrante, Castelo Velho de Freixo de Numão, deixa escancarado, de forma clara, o fluxo que plasma o homem com a geografia. A geograficidade do ser, na expressão de Augustin Berque, encontra palco nesse sítio onde nada do que é ontológico tem existência sem o meio ambiente; e o inverso também não faz sentido.

Faz sentido, pois, que se comece por aqui.

O CEAACP afirma com estes volumes, sem periodização de publicação definida, mais um desígnio da sua missão: desenvolver, promover, estimular, divulgar, inovar a investigação no domínio das Ciências Sociais e Humanas. Promover o debate e o encontro das disciplinas que refletem sobre as dinâmicas de evolução das sociedades do passado, a herança cultural, a memória, as expressões artísticas, materiais e construídas, e a sua projecção na vida e sociedade contemporânea.

Do passado para o presente A DigitAR a construir caminhos e pontes no futuro.

Esperemos que muitos outros volumes surjam. Que a pluralidade de olhares sobre os sítios, os materiais, as paisagens, a arte e a arquitectura continuem a alimentar esta colecção e outros discursos aconteçam.

A coordenação da Revista DigitAR

## PREÂMBULO

### *PREAMBLE*

**Susana Soares Lopes<sup>1\*</sup>**

Professora catedrática aposentada da FLUP

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património

“(…) As imagens da memória, depois de fixadas com as palavras, apagam-se – disse Polo – talvez eu tenha medo de perder Veneza toda de uma vez, se falar dela. Ou talvez, ao falar de outras cidades, já venha a perdê-la pouco a pouco.”

Italo Calvino, “As Cidades Invisíveis”

O presente volume retoma uma ideia que tem cerca de dez anos: publicar reflexões de diversos autores sobre o sítio arqueológico de Castelo Velho de Freixo de Numão ( Vila Nova de Foz Côa). Escavado entre 1989 e 2005, o lugar abriu ao público em 2007. Por um conjunto diverso de razões só em 2018 foi finalmente possível reunir textos que reflectem múltiplos olhares sobre a natureza do sítio e sobre a construção de narrativas que ao longo do tempo lhe emprestaram sentido.

Cerca de metade dos textos foi concebida há cerca de 10/8 anos e esses são agora publicados tendo sofrido apenas algumas alterações que não modificaram a sua matriz inicial. A outra metade compreende um texto escrito em 2015 e os restantes em 2018.

Os textos foram agrupados segundo temáticas que lhes conferem unidade, cuja natureza passo a enunciar.

A primeira temática diz respeito a Paisagens, na perspectiva do enquadramento geo-morfológico do sítio de Castelo Velho, da reconstituição da flora pré-histórica envolvente, e da inserção de Castelo Velho e sítios contemporâneos na paisagem circundante.

No primeiro texto ( *Araújo et al* ), remetendo para o tempo longo da geo-morfologia, lê-se: “ Neste contexto morfoestrutural, o Castelo Velho é um

---

<sup>1\*</sup> susanasoaresrodrigueslopes@gmail.com. A autora escreve conforme o antigo acordo ortográfico.

sítio particularmente interessante: a conjugação da passagem da falha da Vilarça com um outro grande acidente geomorfológico, o profundo encaixe do Douro, esculpe uma paisagem magnífica, onde a estrutura (litologia e tectónica) se adivinha sob a fina pele dos solos magros e de algumas formações superficiais, em regra pouco espessas.” Trata-se dum sólido enfoque geo-morfológico para uma ampla região, fornecendo informação básica para se pensar a construção da própria paisagem pré-histórica.

O segundo texto ( Figueiral ), para além de reconstituir a vegetação existente em torno do sítio, no 3º e 2º milénio AC, reflecte sobre a possibilidade de, na transição do milénio, ter havido uma acção deliberada de corte de vegetação tendo em vista potenciar a visibilidade do lugar. Por fim, interpreta a estrutura das sementes, existente no interior do recinto, tendo em conta os restos vegetais carbonizados e seu contexto arqueológico, como uma possível deposição com carácter simbólico.

O terceiro texto ( Cardoso ) fornece um importante contributo para a publicação duma carta arqueológica actualizada da região no 3º e 2º milénio AC. De destacar a construção duma tipologia de sítios contemporâneos de Castelo Velho, enfatizando a sua relação com a topografia e hidrografia local e regional, e realçando um provável sistema de intervisibilidades. A discussão do conceito arqueológico de “paisagem” atravessa e enriquece todo o texto.

A segunda temática aborda as Narrativas construídas sobre Castelo Velho entre 1993 e 2009.

O primeiro texto ( Pereira) confronta catorze trabalhos académicos produzidos entre 1993 e 2009, discutindo o que os aglutina e diferencia entre si e como incorporam ou não as minhas próprias narrativas publicadas entre 1993 e 2007. Durante a década de 90 os primeiros trabalhos passam basicamente ao lado da ruptura interpretativa introduzida por mim própria no texto de 1994 ( Jorge 1994). Só a partir de 2003 e até 2009, três teses de mestrado e uma de doutoramento, para além dum texto colectivo (2007) se articulam, através duma outra abordagem dos seus conteúdos, com a mudança paradigmática de 1994. Pereira expõe de forma rigorosa e apelativa a variedade de discursos que compõem o painel interpretativo do sítio ao longo de dezasseis anos.

O segundo texto ( Alves-Ferreira) assume-se como uma narrativa singular que pretende “escavar” as vicissitudes da minha viagem interpretativa sobre Castelo Velho, entre 1993 e 2007. Texto denso e complexo, dá conta da

minha inquietude / perplexidade face ao encontro com a indecidibilidade / opacidade do sítio. Ao enfatizar a minha própria tensão narrativa gerada pelo confronto com a alternância / resistência de sentidos, Alves-Ferreira não deixa de revelar a sua própria atracção pela potência imersa na alteridade de “lugares estrangeiros”.

A terceira temática abarca o que uma das autoras designa como Biografia do sítio de Castelo Velho.

O primeiro texto ( Vieira ) aborda a longa diacronia de ocupação do sítio, desde a Pré-História Recente ( 3<sup>o</sup>/2<sup>o</sup> milénio AC ) até épocas históricas, nomeadamente as breves reutilizações atribuídas às épocas romana, tardo-romana/alto-medieval e, eventualmente, medieval (Silva). Vieira publica informação inédita relativamente a materiais e estruturas históricas escavadas no sítio, ensaiando a articulação espacial/estratigráfica com as estruturas pré-históricas subjacentes. O principal objectivo do texto reside no ênfase dado à persistência do lugar na paisagem, desde a Pré-História até à actualidade, incluindo a recente intervenção arqueológica. Tal abordagem explora a natureza polarizadora dum sítio que foi alvo de sucessivas reapropriações de sentido no tempo longo, podendo convocar-se o papel da memória como um dos factores de sucessiva reactivação do lugar na paisagem.

O segundo texto ( Silva ) analisa materiais metálicos e cerâmicos históricos provenientes de Castelo Velho, articulando-os com contextos arqueológicos escavados e datas de C14 publicadas (Vieira). Propõe três hipóteses de reocupação: - na época romana ( séculos I/II ), onde se podem inserir uma fivela de cinturão, dois pequenos cravos de ferro, uma fíbula em ómega, uma conta azul em pasta vítrea, material cerâmico de construção, dois fragmentos de cerâmica doméstica e ainda uma estrutura pétreia ( Vieira ). Existe uma data de C14 para esta fase; - na época tardo-antiga (séculos IV-VI), onde se podem situar eventualmente os fragmentos de cerâmica doméstica, material de construção, os cravos e a fíbula em ómega; - na época medieval ( entre os séculos XI-XIV), indiciada apenas por quatro datas de C14 que, no entanto, não se correlacionam com os materiais históricos recolhidos. Assim, Castelo Velho terá sido seguramente reocupado nos primeiros séculos da nossa era, não sendo de pôr de parte uma qualquer instalação com materiais percíveis em séculos subsequentes. O autor propõe prudentemente a hipótese de, nos primeiros séculos da nossa era, o lugar de Castelo Velho ter albergado um eventual acampamento militar.

A quarta temática integra reflexões sobre Deposições, Materialidades e Arquitectura.

O primeiro texto (Gomes) problematiza as possibilidades interpretativas das deposições de Castelo Velho, a pretexto da revisitação do seu próprio trabalho de 2003 sobre pesos de tear deste sítio pré-histórico. Gomes argumenta que as narrativas sobre deposições têm permanecido a uma escala contextual, sendo necessário explorar a singularidade histórica das mesmas. Adverte que só esta inversão interpretativa, que toma as deposições como novas entidades emergentes, potenciadoras de agenciamento social, poderá questionar a especificidade identitária em que as mesmas participam. Problemática complexa, aqui apenas enunciada, que requer um debate aprofundado sobre a fugacidade / deslizamento de sentidos dos contextos arqueológicos.

O segundo texto (Bottaini et al) analisa um reduzido acervo de metais proveniente de Castelo Velho, que se enquadra, pela tipologia e composição metálica (ouro e cobre muito puro, com concentração de arsénio muito reduzida) na primeira metalurgia do NO da Península Ibérica (3º milénio AC). A maioria dos metais analisados encontrava-se dispersa pelo monumento do 3º milénio AC. Contrariando este cenário de dispersão, observou-se uma deposição e uma específica concentração de metais numa das estruturas do interior do recinto, a qual acolhia, numa das suas sub-estruturas, a deposição dum machado plano. A referida estrutura, alvo desta interessante deposição/concentração, poderá ser globalmente datada do primeiro quartel da segunda metade do 3º milénio AC. Os autores estão cientes da futura necessidade de cruzar os dados agora publicados com as restantes materialidades e contextos contemporâneos, por forma a construir-se uma interpretação aprofundada sobre o uso dos metais no âmbito deste recinto monumental do 3º milénio AC.

O terceiro texto (Costa) disserta sobre as várias hipóteses de sistemas construtivos que terão estado em vigor em Castelo Velho ao longo do 3º milénio AC. Apesar de imensas lacunas do registo arqueológico, Costa avança com a hipótese de, quer o recinto, quer o chamado murete leste, terem sido erguidos através de técnicas construtivas mistas, com recurso a alvenaria de pedra seca, terra crua e elementos vegetais. Assim, sobre bases pétreas de xisto (de altura variável), terão sido levantadas paredes de terra – usando uma técnica da família da taipa, também designada “terra moldada” ou “modelada” – cuja altura, contudo, não é possível reconstruir. A autora elabora ainda

várias reconstituições hipotéticas de coberturas junto à parede interna do recinto com vista à protecção de actividades relacionadas com o uso de estruturas existentes no seu interior. Com base na reconstituição volumétrica do recinto, e dos materiais possivelmente utilizados na sua construção e reconstrução ao longo do tempo, Costa reflecte sobre as possibilidades de diálogo entre as diversas “arquitecturas” de Castelo Velho e as hipóteses interpretativas sobre a sua global funcionalidade.

A quinta temática retoma uma reflexão global sobre recintos murados da Pré-História Recente no território português.

Vale, a pretexto de Castelo Velho, reaborda estes sítios de vários pontos de vista, enfatizando a problemática da arquitectura. A autora começa por constatar que actualmente persistem duas interpretações globais sobre recintos murados em território português: “povoados fortificados” versus “recintos murados”. Apesar da variabilidade que estes sítios comportam, ao nível de localização, tipologias arquitectónicas, cronologias, periodizações, contextos de uso, inserção regional, etc., as referidas interpretações não foram sujeitas, nos últimos vinte anos, a um debate interno sobre as respectivas natureza e operacionalidade analítica. Defensora da visão destes sítios enquanto recintos murados, Vale aborda-os aqui explorando os sentidos inerentes às respectivas arquitecturas, tomadas estas como experiência/modo de fazer e habitar. Óptica que contraria a tradicional abordagem da arquitectura enquanto execução dum projecto prévio, condicionador da subsequente construção e forma de ocupação dos espaços. Nesta perspectiva, os recintos murados são apelidados de poderosas arenas de negociação de poderes, cuja singularidade se articula com um processo histórico particular que se manifesta nas diversas formas de habitar a paisagem.

A sexta e última temática dirige-se a uma revisitação da periodização/função do recinto de Castelo Velho durante o 3º/ 2º milénios AC.

Proponho (Lopes), com base na reavaliação de toda a documentação disponível (publicada e inédita), o seguinte faseamento: - antes da construção do recinto, e, numa forma geral, do que eu designo por monumento, não existem provas inequívocas numa ocupação “pré-monumental” atribuída aos inícios do 3º milénio AC. ; - o monumento calcolítico terá sido construído e usado entre a 1ª metade do 3º milénio AC e os finais deste milénio. Durante este período, a análise do plano arquitectónico global, destacando-se o uso das passagens, das concentrações e das deposições preservadas

de materialidades ( inteiras, partidas ou intencionalmente fragmentadas) conduz à aceitação da existência dum lugar, de longa duração, receptor de acções com carácter cerimonial ; - na passagem do 3º para o 2º milénio AC, até ao 3º quartel do 2º milénio AC., Castelo Velho terá passado a ser outro lugar, associado a novas funcionalidades sociais. O lugar da Idade do Bronze reutiliza o recinto anterior, mas este passa a ter uma só entrada principal. A esmagadora maioria de estruturas desta fase é constituída por materiais perecíveis. Não é possível, através da análise de contextos e materialidades, reconstituir a funcionalidade global deste lugar do 2º milénio A.C.. Contudo, a continuidade de uso dum arquitectura construída no 3º milénio AC aparenta articular-se, no 2º milénio AC, com novas funções sociais, quiçá com novas formas de representação do mundo. De salientar que, tendo em conta a documentação reavaliada, não há espaço, em Castelo Velho, para um faseamento que introduza qualquer descontinuidade na 2ª metade do 3º milénio AC., o que significa que só nos é permitido distinguir um sítio calcolítico dum outro da Idade do Bronze.

Castelo Velho está ainda por descobrir na sua real amplitude. Uma grande parte dos materiais encontra-se por analisar e, sobretudo, não se obtiveram meios para realizar uma fina correlação entre materialidades/contextos e o imenso e diversificado acervo de registos de campo. Tal análise e correlação implicariam uma persistente investigação com recurso ao trabalho enquadrado de arqueólogos, e disposição de meios financeiros e logística adequada. Uma Monografia de Castelo Velho só poderá ser executada no âmbito dum projecto de investigação de grande envergadura, cujas condições materiais não se têm enquadrado, até hoje, nas prioridades da política arqueológica portuguesa.

Reafirmo o que sempre escrevi sobre “recintos murados”: trata-se dum conceito inclusivo, de larga escala, que se abre a uma grande multiplicidade de funções, as quais requerem, para serem identificadas, a execução de amplas e aprofundadas escavações no quadro de abordagens regionais.

Revejo-me, assim, no que escrevi em 2003 ( Jorge, S.O. 2003 ): “ (...) a falta de unidade formal e cultural dos recintos pré-históricos peninsulares afigura-se-me radical. Os vários recintos não devem ser vistos como variantes dum “campo” homogéneo que pudéssemos abarcar de forma totalizante. Castelo

Velho, Zambujal ou Los Millares são espaços que só jogam papéis similares a uma ampla escala de análise: sítios que provavelmente congregavam populações em busca duma coesão identitária. Todavia, apontar uma outra meta-regularidade de ordem semiológica ( qualquer recinto instala um dentro e um fora, qualquer recinto pode prefigurar-se como um dispositivo de controle espacial de poder ) não explica o que em cada região “se fez” com estas arenas. É preciso baixar de escala, intervir arqueologicamente nestes lugares, e lograr compreender, caso a caso, em cada região, a especificidade funcional ( no sentido mais abrangente ) destes sítios.”

Acrescento hoje ainda que é necessário cooptar o papel histórico singular que cada um destes lugares terá desempenhado no território social em que esteve activo.

Finalmente, não posso deixar de agradecer aos autores envolvidos neste volume o facto de terem esperado quase uma década para verem publicados os seus textos e, duma maneira geral, a prontidão com que responderam ao repto de voltarem a explorar as singularidades de Castelo Velho de Freixo de Numão.

Ao CEAACP, e ao gestor editorial da revista on-line DIGITAR, João Muralha Cardoso, agradeço vivamente o empenho na publicação deste volume, com a qual se inicia a série monográfica da referida revista.

A sua publicação fecha um ciclo, mas, simultaneamente, convoca a possibilidade de abertura dum outro. É quase sempre sempre assim: o fim de algo contém, em potência, a emergência do novo.

Porto, Outubro de 2018

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:**

Jorge, Susana O. 2003. Pensar o espaço da Pré-História Recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, ed. Jorge, S.O. 2003 (coord.), *Recintos murados da Pré-História Recente*, DCTP/FLUP & CEAUCP, 22



# CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO. ENQUADRAMENTO GEOMORFOLÓGICO

## *CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO. GEOMORPHOLOGICAL FRAMEWORK*

**Assunção Araújo<sup>1</sup>**

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**Laura Soares<sup>2</sup>**

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**Alberto Gomes<sup>3</sup>**

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

### **RESUMO:**

A área em que se enquadra o sítio do Castelo Velho tem uma posição muito especial porque corresponde a uma espécie de encruzilhada onde a superfície de aplanamento da Meseta começa a ser movimentada e desnivelada pelo desligamento esquerdo tardi-varisco Manteigas-Vilarica-Bragança e, simultaneamente, entalhada pela erosão regressiva do Douro e seus afluentes. Com movimentação tectónica durante o Quaternário, o acidente referido é sublinhado pela rigidez do Vale da Vila, prolongando-se para Norte e originando o *graben* da Vilarica, enquanto para sul define o fosso tectónico da Longroiva. O sítio de Castelo Velho, dominando o Vale da Vila e a superfície de Foz Côa, permite a observação de extensas áreas sobretudo de uma

---

<sup>1</sup> Autor correspondente. m.a.araujo@netcabo.pt

<sup>2</sup> lmpsoares@gmail.com

<sup>3</sup> albgomes@gmail.com.

parte significativa da meseta setentrional, até à serra da Marofa. À posição de charneira entre os planaltos ocidentais e a superfície da Meseta associa-se uma variação climática acentuada, devida ao profundo encaixe da rede hidrográfica, enquadrando-se no Douro Superior da Região Demarcada do Douro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geomorfologia, Meseta, Falha da Vilarça, Castelo Velho, Vila Nova de Foz-Côa

**ABSTRACT:**

The Castelo Velho area stays at very special position because it corresponds to a kind of a crossroad where the large flat surface of the Meseta begins to be moved by the passage of a major tectonic accident (Vilarça fault) and simultaneously, carved by the down wearing erosion of the Douro and its tributaries. The major tectonic accident, active during the Quaternary, is underlined by the rigidity of the Vale da Vila and goes on towards the Vilarça *graben*, to the north, and towards Longroiva tectonic basin to the south. The site of Castelo Velho, dominating the Vale da Vila and the surface of Foz Côa, allows the observation of large areas, in particular a significant part of the Meseta, until Marofa mountain. In the pivotal position between the Western Highlands and the Meseta surface, this area also reflects a sharp change in climate due to the deep groove produced by the river system. This steep valley creates a special climatic area, the “Alto Douro” region, with a climate that contrasts with the surrounding plateau areas.

**KEYWORDS:** Geomorphology, Meseta, Vilarça fault, Castelo Velho, Vila Nova de Foz-Côa

## I. APRESENTAÇÃO

A área de Vila Nova de Foz Côa (VNFC), em que se enquadra o sítio do Castelo Velho, situa-se no Nordeste de Portugal, na região do Alto Douro (fig. 1). Tem uma posição muito especial porque corresponde a uma espécie de encruzilhada ou área de transição, onde a superfície de aplanamento da Meseta começa a ser, por um lado, movimentada e desnivelada pela passagem do grande acidente tectónico Manteigas-Vilarica-Bragança (FMVB) e, pelo outro lado, entalhada pela erosão regressiva do Douro e seus afluentes. A FMVB, sublinhada pelo encaixe e caráter rectilíneo do Vale da Vila, prolonga-se para Norte originando a fértil veiga do *graben* da Vilarica e para sul, sendo aí responsável pela pequena bacia tectónica da Longroiva (figs. 1 e 2).

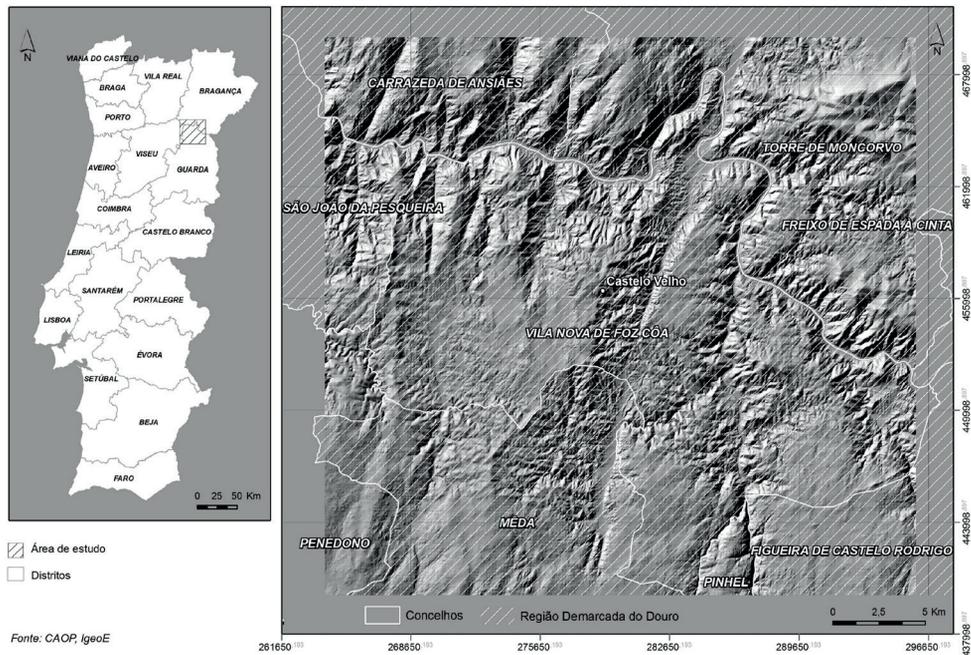


Fig. 1 - Enquadramento do sítio de Castelo Velho.

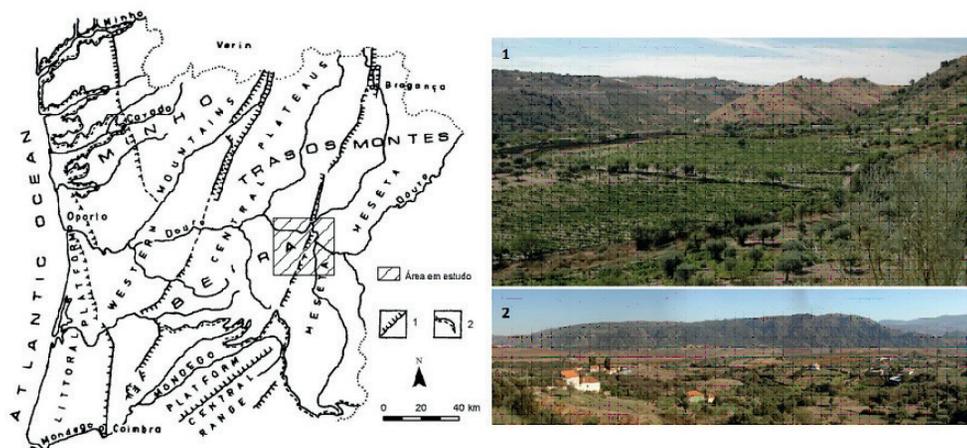


Fig. 2 – Os grandes compartimentos geomorfológicos do Norte de Portugal: plataforma litoral, montanhas ocidentais, planaltos centrais e superfície da Meseta. Legenda: 1. Escarpa de falha; 2. Rebordo de erosão. Adaptado de Ferreira, 1991. Fotos: 1. Fecho sul da bacia da Longroiva; 2. Bacia da Vilarça.

Numa visão geral pode dizer-se que o encaixe do Douro se imprime sobre blocos deformados separados por escarpas de falha rígidas, que afectam formações cenozóicas, constituindo uma das paisagens mais interessantes sob o ponto de vista geomorfológico da Península Ibérica, como atesta a diversidade de estudos antigos e recentes (Ferreira, 1971, 2007; Ribeiro, 1974, 2004; Cabral, 1989; Pereira e Azevedo, 1995; Pereira, 1997; Pereira *et al*, 2000; Santos, 2005; Rockwell *et al*, 2009).

Para quem está habituado às paisagens verdes e movimentadas do Noroeste de Portugal, a viagem para leste, ao encontro de uma realidade muito diversa é, por si só, fascinante. A nossa intenção é partilhar os fundamentos geomorfológicos de uma paisagem que muitas vezes só é conhecida superficialmente, face à sua distância em relação aos centros urbanos do litoral, onde se concentra a maior parte da população portuguesa.

## II. OS CONTRASTES GEOMORFOLÓGICOS

O clima da região norte de Portugal muda drasticamente quando nos deslocamos para leste. Mas não é apenas o clima. A compartimentação do relevo, marcada por desligamentos tardi-variscos importantes, define três grandes unidades geomorfológicas (Ferreira, 1991):

1 - As *Montanhas Ocidentais* do Noroeste de Portugal, marcadas por um relevo acidentado que se caracteriza por importantes desníveis, vertentes extensas de forte declive e vales profundamente encaixados que exploram linhas de fragilidade tectónica. Tudo se passa como se, a norte da Cordilheira Central, a movimentação tectónica da periferia da Península originasse uma série de blocos, funcionado como ‘peças de dominó’ desniveladas, numa faixa litoral de algumas dezenas de kms (Ribeiro, 2002);

2 - Para leste desta área de forte movimentação topográfica, a falha Verín-Régua-Penacova define um ‘limite’ a partir do qual a movimentação topográfica/tectónica se concentra ao longo dos grandes acidentes (desligamentos) herdados dos tempos tardi-hercínicos<sup>4</sup> originando uma área de morfologia mais aplanada - os designados *Planaltos Centrais* - que definem o planalto transmontano e o seu prolongamento para sul do Douro.

3 - A uma distância de cerca de 50 km do desligamento anterior um novo alinhamento tectónico de grande dimensão marca a ‘paisagem’, a já referida falha Manteigas-Vilariça-Bragança (muitas vezes designada, na literatura nacional e internacional, como falha da Vilariça), uma das estruturas mais extensas da península (prolongando-se por mais de 180 km). É sem dúvida o acidente tectónico mais importante nesta área, correspondendo, segundo Cabral (1995), a uma falha de desligamento esquerdo, com orientação NNE-SSW, reativada durante o Quaternário e expressando-se claramente na morfologia. A falha da Vilariça marca a transição entre paisagens planálticas onde a movimentação topográfica se concentra ao longo dos grandes alinhamentos tectónicos, para uma outra área onde se inicia o imenso aplanamento da Meseta e onde apenas o encaixe do Douro e de alguns dos seus afluentes entalha a superfície.

A Meseta Setentrional pode ser entendida como um extenso planalto interior geralmente rodeado por montanhas (fig. 3). Trata-se de uma superfície que se prolonga por uma área muito extensa que integra, além de sectores aplanados afeiçãoados sobre rochas antigas (região de Miranda do Douro e de Figueira de Castelo Rodrigo), uma área muito maior, coberta com sedimentos de idade cenozóica (menos de 65 milhões de anos). Embora na sua parte ocidental a regularidade da superfície da Meseta seja perturbada pelos

---

<sup>4</sup> Os desligamentos terão ocorrido no final da orogenia varisca ou hercínica, no final do Paleozóico, há cerca de 280 milhões de anos.

encaixes do Douro e seus afluentes, ela representa um profundo contraste com a acentuada movimentação topográfica das Montanhas Ocidentais e mesmo com o desnivelamento e balanceamento das superfícies que se encontram nos Planaltos Centrais, entre as falhas de Verín-Penacova e Vilariça. Com efeito, a leste desta última, pode dizer-se que começa a Meseta Setentrional e os seus aplanamentos a perder de vista, alcandorados a altitudes de 700-800m.

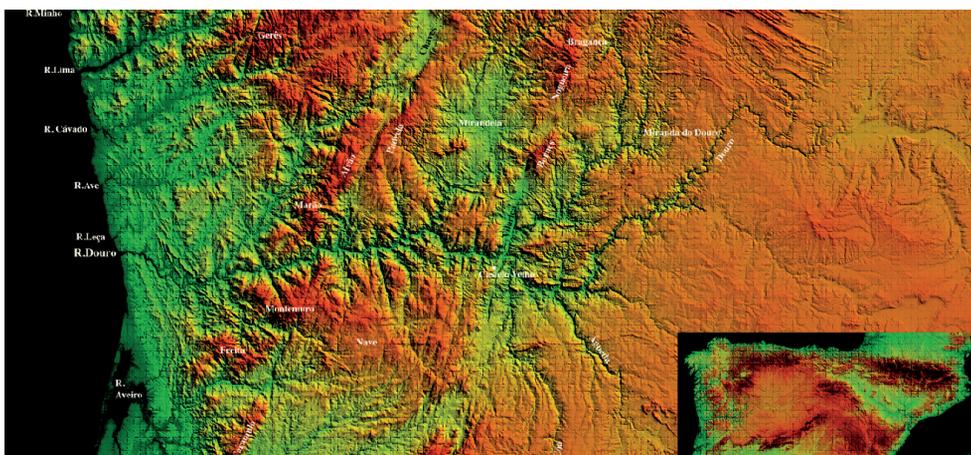
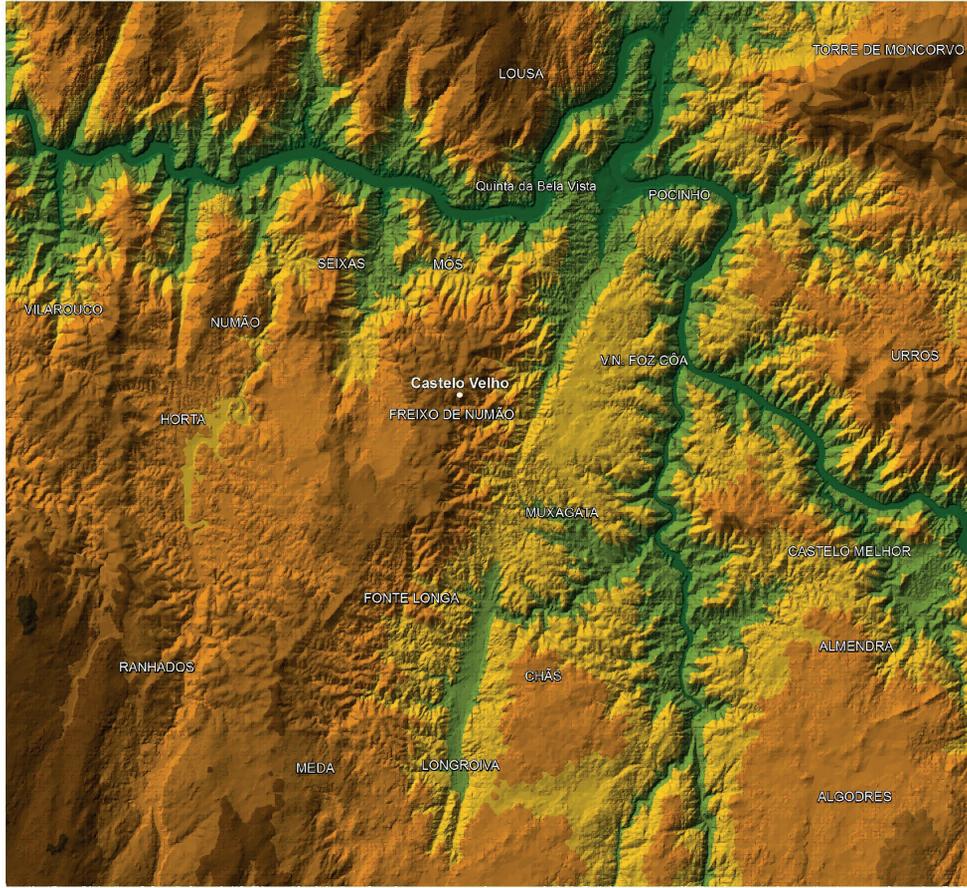
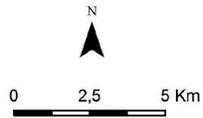


Fig. 3 – Morfologia do sector percorrido pelo Douro em Portugal e na parte ocidental da Meseta. A marca dos grandes desligamentos tardi-hercínicos. Integração da Meseta no Norte da Península. Fonte: imagem *Global Mapper* do Norte da Península Ibérica (<http://www.globalmapper.com/>).

Naturalmente, esta é, apenas, uma primeira visão que se pode adquirir em mapas de pequena escala como o da figura 3, que mostra as características gerais do Norte e parte do Centro da Península Ibérica. Utilizando mapas de maior escala, verificamos que há uma série de degraus entre a superfície da Meseta e os retalhos aplanados que se situam na sua proximidade. Efectivamente, a análise do terreno parece demonstrar que a superfície da Meseta foi deformada, originando uma série de patamares situados a cotas variáveis. Poderá ser esse o caso do planalto de Vila Nova de Foz Côa em que a superfície geral da Meseta parece abatida perto da passagem da falha da Vilariça, atingindo altitudes médias à volta dos 400 m (figs. 4 e 5).



Altitude (m)



Fonte: folhas nº 129, 130, 140, 150 e 151 da Carta Militar de Portugal

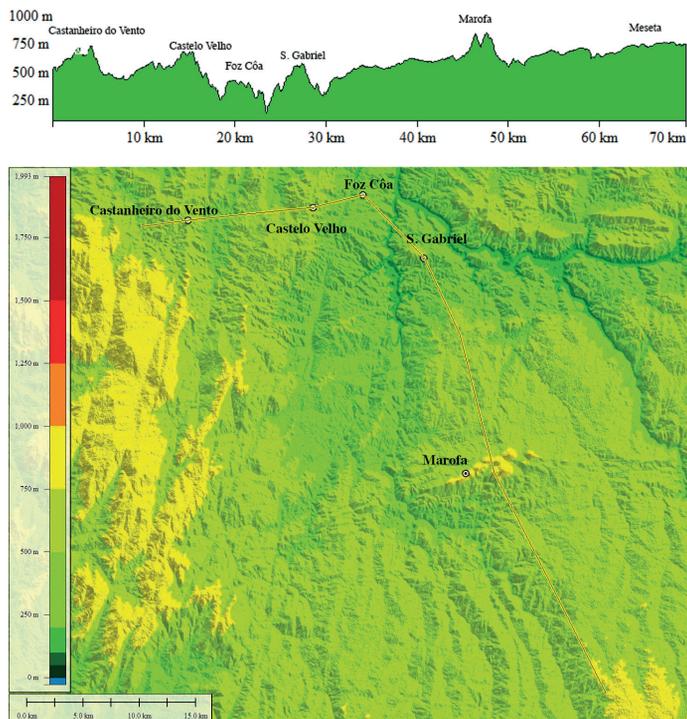


Figura 5: O perfil topográfico começa por ter uma direção aproximadamente oeste-este, passando pelo Castanheiro do Vento - Castelo Velho - Foz Côa - crista quartzítica de S. Gabriel. A partir de S. Gabriel, o perfil inflete para Sul mostrando a subida para superfície da Meseta e o relevo residual da serra da Marofa.

Muitas fracturas tardi-variscas, geralmente com a direção NNE-SSW, atravessam o rio Douro (fig. 6). Este parece não se adaptar às orientações da rede de fracturação, a não ser em alguns casos pontuais, tal como o notável traçado que se verifica na área do Pocinho: junto da falha principal o Douro 'conforma-se' à falha, sendo nitidamente controlado pela tectónica. No restante percurso parece sobrepor-se a uma estrutura geológica pré-existente, como se, aquando da sua instalação, ela fosse imperceptível, num fenómeno que em geomorfologia se designa de sobre-imposição. Curiosamente, são os cursos de água menos importantes que parecem adaptados à rede de fracturação, como se o Douro tivesse força suficiente para escapar aos ditames da estrutura geológica.

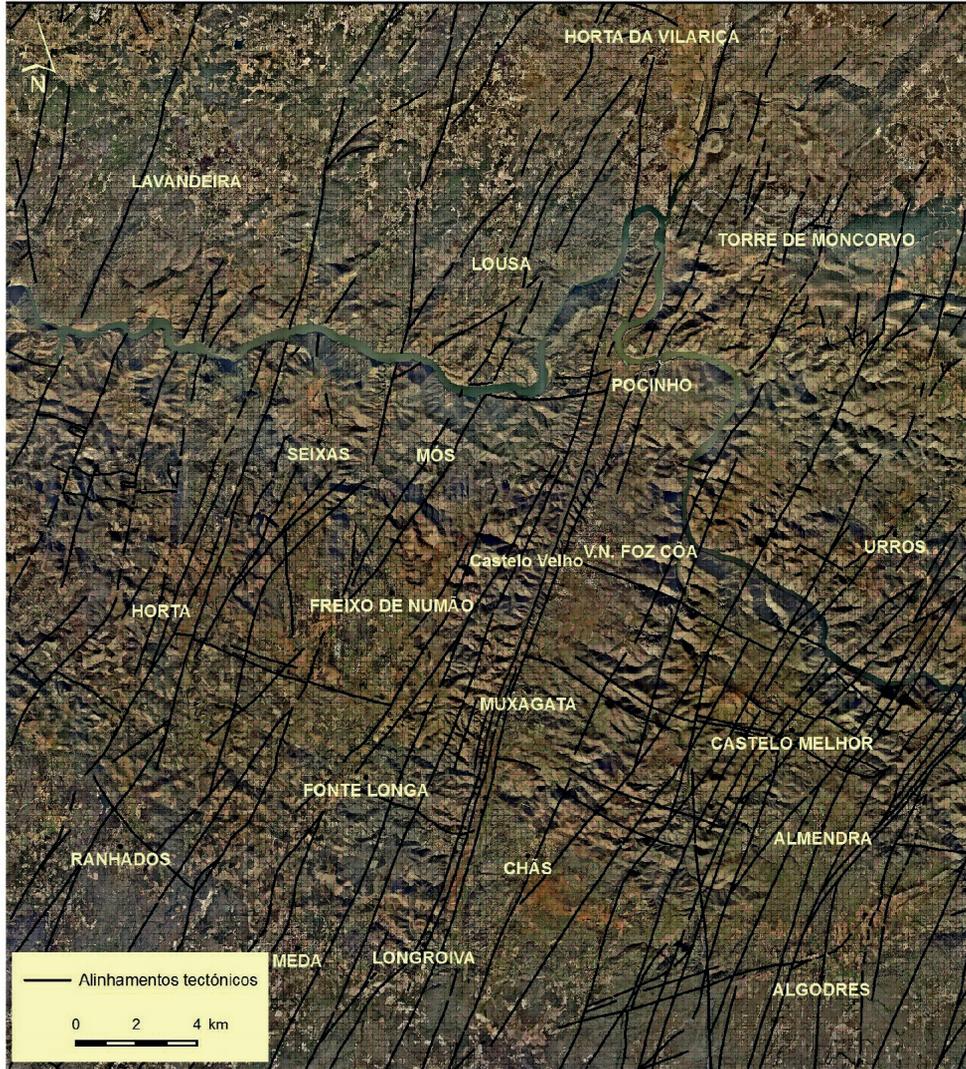


Fig. 6 - Traçado do Douro na área estudada, com destaque para a falha da Vilarica e a respectiva depressão tectónica, evidenciada pelo traçado rigidamente alinhado da Ribeira do vale da Vila e a bacia da Longroiva, no limite sul da imagem.

A superfície da Meseta foi interpretada, na região de Zamora, como resultante de um processo de *etchplain* ou superfície gravada (Martín-Serrano, 1988), cujo desenvolvimento se encontra esquematizado na figura 7.

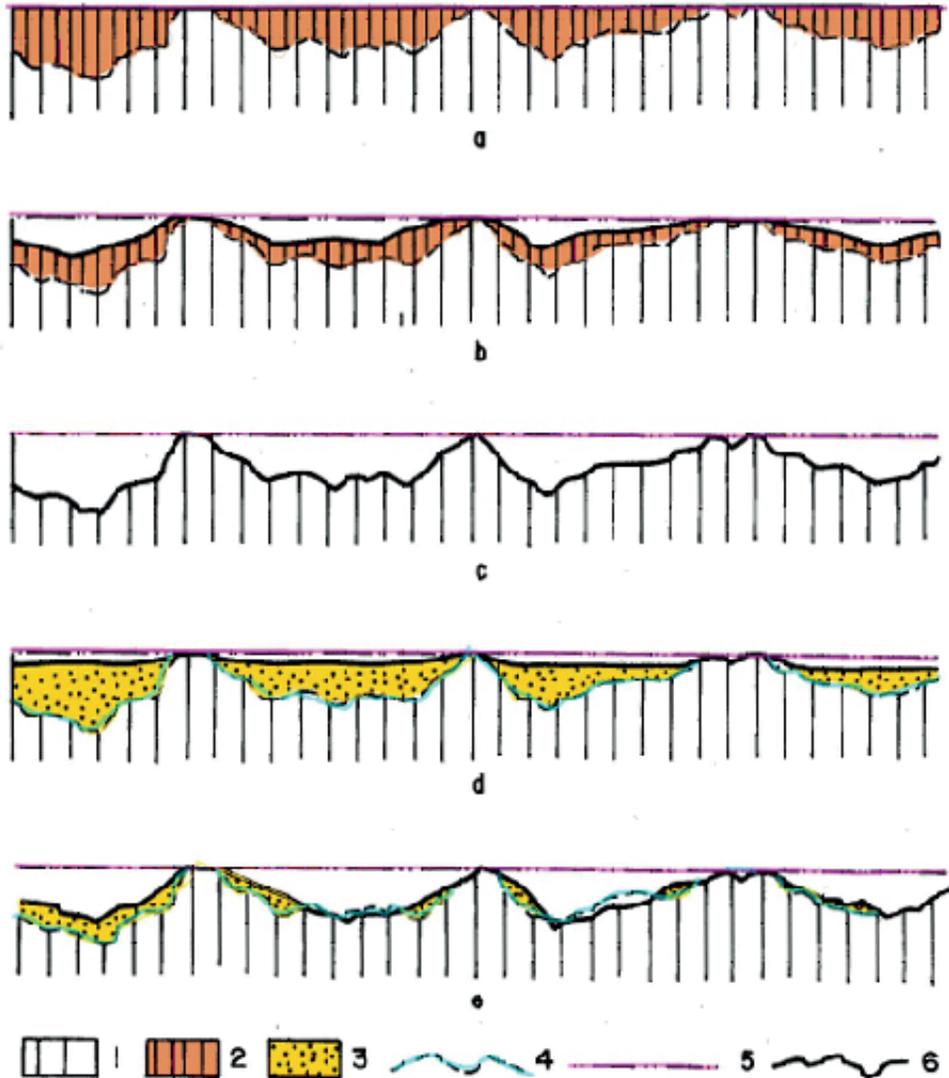


Figura 7 - Modelo de morfogênese dos relevos residuais do Maciço Hespérico. 1. Soco Hercínico; 2. Manto de alteração; 3. Sedimentos paleocénicos; 4. Superfície gravada; 5. Superfície inicial; 6. Perfis topográficos sucessivos. Adaptado de Martín-Serrano, 1988.

Após a formação de uma cadeia de montanhas durante o Paleozóico (cadeia Hercínica ou Varisca), esta vai ser submetida à erosão durante muitos milhões de anos. No decurso do Mesozóico o clima foi variando, mas, de um modo geral, era mais quente e húmido que o atual. Sob estas condições (de um clima de características tropicais) ocorre uma intensa alteração das rochas mais vulneráveis à alteração química, que pode atingir profundidades até 200 m. Com um longo tempo de exposição acaba por se desenvolver uma superfície aplanada, que em alguns sectores corresponde a rocha praticamente sã, subsistindo outros em que a rocha se encontra profundamente alterada (princípio da dupla superfície). Algumas rochas mais resistentes (granitos menos fracturados, de grão mais fino ou rochas muito resistentes como os quartzitos e as corneanas) sofrem uma alteração mínima. Uma variação climática no sentido da maior secura ou uma descida relativa do nível do mar poderá promover uma ‘limpeza’ ou remoção da rocha alterada (alterito), pelo que os sectores que tinham sofrido menos alteração correspondem a restos conservados da primitiva superfície de erosão (*superfície inicial*) e ficam a dominar claramente os sectores talhados em rochas menos resistentes que irão constituir a maior parte da superfície de aplanamento, que poderemos designar como *superfície fundamental*. Este processo ajuda a explicar como, acima da superfície fundamental da Meseta, se encontram relevos residuais como a serra da Marofa e a crista de S. Gabriel a sul do Douro (cf. fig. 5), e as serras de Reboredo e Poiães, a norte. A chamada superfície culminante teria sido elaborada ao longo de todo o Mesozóico e os seus retoques finais seriam correlativos do Paleogénico, uma vez que em Nave de Haver, arcoses tidas como eocénicas fossilizam a superfície da Meseta (Ribeiro, 2004).

A superfície da Meseta tanto pode corresponder a áreas aplanadas por acção da erosão como a áreas preenchidas por sedimentos. A bacia de Castela-a-Velha ou do Douro interior é, justamente, uma grande área sedimentar correspondendo a um enchimento elaborado durante o Cenozóico. Durante esse longo período de tempo (mais de 60 milhões de anos), formou-se no interior da Península Ibérica uma depressão para a qual convergiam diversos cursos de água, alimentando-a em sedimentos e, por vezes, formando lagos na área deprimida central. Assim, os cursos de água em vez de se dirigirem para o mar dirigiam-se para o centro da península, criando uma bacia endorreica.

Neste contexto, é provável que do Cretácico superior ao Eocénico superior a superfície da Meseta constituísse uma superfície de enchimento, bastante regular, com drenagem endorreica que se situaria pouco acima do nível do mar. Porém, os movimentos tectónicos que se iniciaram durante o Eocénico-Oligocénico e que originariam os Pirinéus, bem como os movimentos posteriores (Miocénico final) que resultaram do choque da mini-placa ibérica com a África ao nível do estreito de Gibraltar e criaram a Cordilheira Central (serras da Estrela-Açor-Lousã e Gardunha), provocaram movimentações nessa superfície e deformaram-na de modos vários. Como é possível observar na fig. 8 terão ocorrido deformações de grande raio de curvatura (áreas de empolamento), assim como, através da reactivação dos desligamentos tardi-hercínicos, se produziu uma alternância de blocos levantados (*horsts* como as serras da Nogueira e Bornes) e depressões tectónicas (*graben* da Vilariça e da Longroiva).

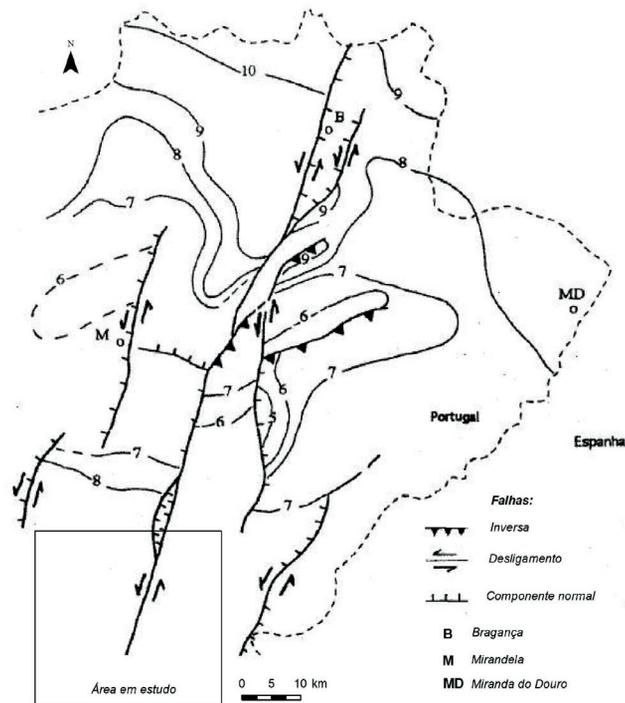


Fig. 8 - Deformações sofridas pela superfície da Meseta. Tipos de falhas e curvas envolventes da superfície em hectómetros (Adaptado de Ribeiro, 2004).

Porém, no final do Cenozóico, o levantamento de conjunto da Meseta até às cotas hoje registadas inverteu o sentido da drenagem: uma vez que a área do interior passou a estar soerguida e foi, entretanto, balanceada para oeste, deixou de 'atrair' os cursos de água. Assim, começou a desenvolver-se no litoral da península uma nova rede de drenagem exorreica, a favor dos níveis do mar progressivamente mais baixos que se foram desenvolvendo durante o Quaternário. Este processo resultou na captura da drenagem endorreica a partir destes cursos de água, cuja nascente foi remontando, partindo do litoral até atingirem o interior da Meseta. Terá sido justamente este processo que conduziu ao novo percurso do rio Douro e ao seu vigoroso encaixe, que se foi desenvolvendo a partir da foz, num processo de erosão regressiva até atingir a superfície da Meseta. Uma vez que a área atravessada pelo rio sofreu uma subida notória, o encaixe do Douro atingiu valores de centenas de metros ao longo do Douro internacional. A jusante da Barragem de Aldeadávila, a superfície do topo desenvolve-se a cerca de 670 m e o leito do rio a 205 m, o que dá um comando para as vertentes de 465 m. Basicamente e de acordo com Ribeiro (2004), foi o processo de subida da Meseta que originou a captura, pelo Douro, da antiga rede de drenagem endorreica que se terá desenvolvido ao longo do Cenozóico no interior da Península.

A preservação da superfície da Meseta é atestada pela existência de depósitos paleogénicos em áreas abatidas (Longroiva, Vilarica). As áreas inicialmente cobertas por esses depósitos terão sofrido alguns retoques erosivos no Pliocénico e Quaternário antigo, quando tiveram lugar os movimentos verticais responsáveis pelo levantamento em bloco da Meseta Norte, a uma taxa compreendida entre 0,13 e 0,35 mm/ano (Cabral, 1995).

### III. CONTEXTO CLIMÁTICO

A este complexo enquadramento estrutural, associam-se características climáticas igualmente singulares. O clima de todo o vale superior do Douro e dos seus afluentes é influenciado pela situação a sotavento de áreas montanhosas ou planálticas (Marão/Alvão, Montemuro, planalto transmuntano), sendo por isso afectadas pelo chamado efeito de *Foehn*. Os ventos húmidos de Noroeste, Oeste e Sudoeste são obrigados a subir para ultrapassarem as áreas montanhosas, provocando, aí, uma precipitação abundante. Ao descerem

as vertentes a sotavento, as massas de ar, já desprovidas de uma boa parte da sua humidade, sofrem um aquecimento pela simples compressão das partículas de ar (aquecimento adiabático) e, deste modo, afastam-se do ponto de condensação, tornando-se bastante secas e relativamente quentes.

É esse fenómeno geral que está na origem das baixas precipitações existentes em toda a área a leste do conjunto Montemuro-Marão e também das elevadas temperaturas durante o Verão que propiciam o desenvolvimento da vinha no vale do Douro (fig. 9). Com efeito, se as temperaturas médias anuais (TMA) revelam um acréscimo de cerca de 1°C à medida que nos deslocamos para o interior (considerando a estação meteorológica do Porto-Serra do Pilar, em contraponto com estações da Régua, Pinhão e Moncorvo), verifica-se, igualmente, um aumento das amplitudes térmicas, que se pode deduzir a partir da diferença entre a média das temperaturas máximas e mínimas de cada mês.

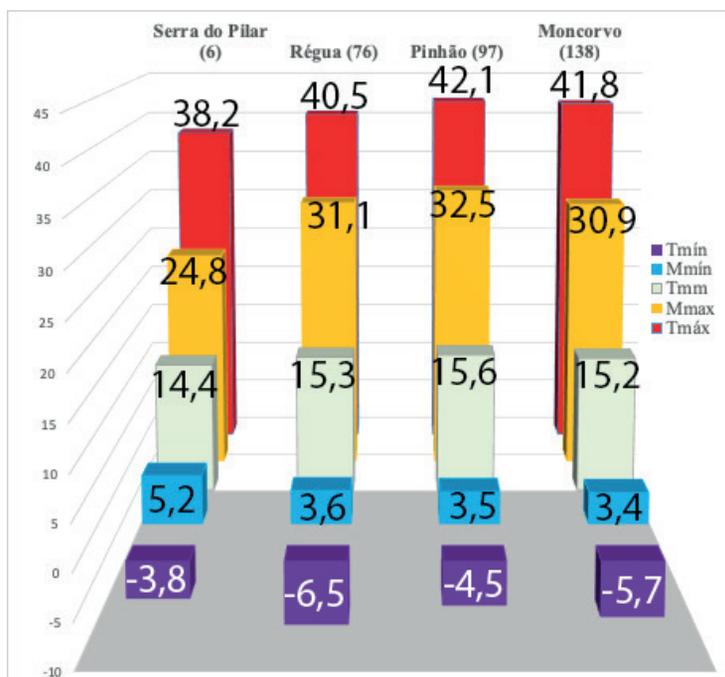


Fig. 9 - Comparação de parâmetros associados à temperatura em 4 estações meteorológicas situadas a distâncias crescentes do mar (km). Tmín=Temp. mínima absoluta; Mmín=média das mínimas; Tmm=média mensal; Mmax=média das máximas; Tmáx=Temp. máxima absoluta. Fonte: *Normais Climatológicas*, H. Ferreira, 1965.

Os parâmetros precipitação-temperatura permitem-nos exemplificar de forma ainda mais clara as variações climáticas anteriores (fig. 10). Os diagramas foram construídos de modo a que os meses em que o valor da temperatura (em graus centígrados) é inferior ao dobro do valor da precipitação (em mm) fiquem claramente assinalados, assim como se procurou demonstrar as variações registadas de oeste para este. A diminuição da precipitação é notória, demonstrando não só o efeito que a barreira orográfica impõe, comparando os valores médios anuais desta variável para o Porto (1235,5 mm) e para a Régua (950 mm), mas também o progressivo decréscimo da penetração dos ventos húmidos ao longo do vale do Douro (505,7 mm em Moncorvo). Esta imagem gráfica ajuda-nos ainda a identificar os meses em que a evapotranspiração potencial é superior à precipitação, isto é, os meses biologicamente secos, designadamente Junho, Julho, Agosto e Setembro nas estações ‘interiores’, o que caracteriza o clima da área como mediterrânico. As precipitações são sobretudo baixas ao longo dos vales afluentes do Douro, sendo que no vale do Côa, a alguns km do Castelo Velho (fig. 11), se atinge o mínimo de precipitação em Portugal continental (menos de 300 mm/ano).

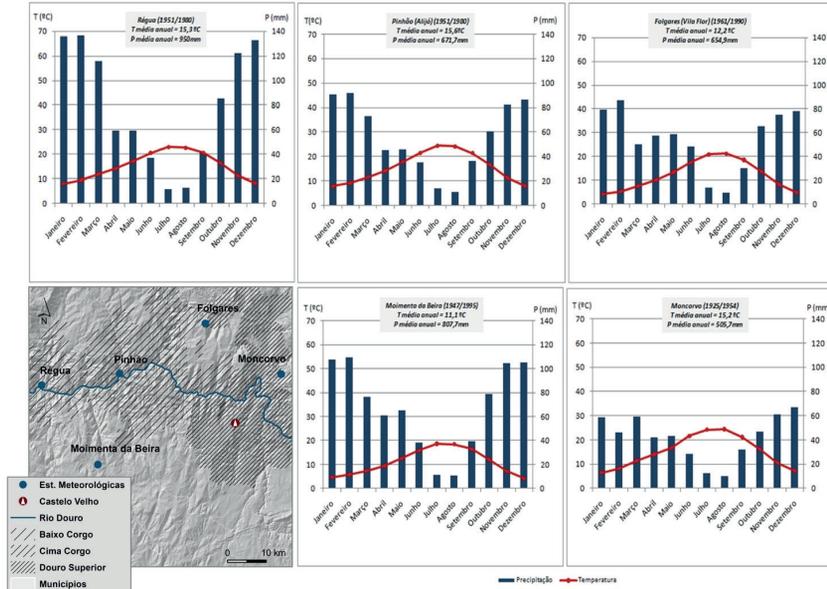


Fig. 10 - Gráficos termopluviométricos de alguns locais próximos de Vila Nova de Foz Côa. Fonte: SNIRH.

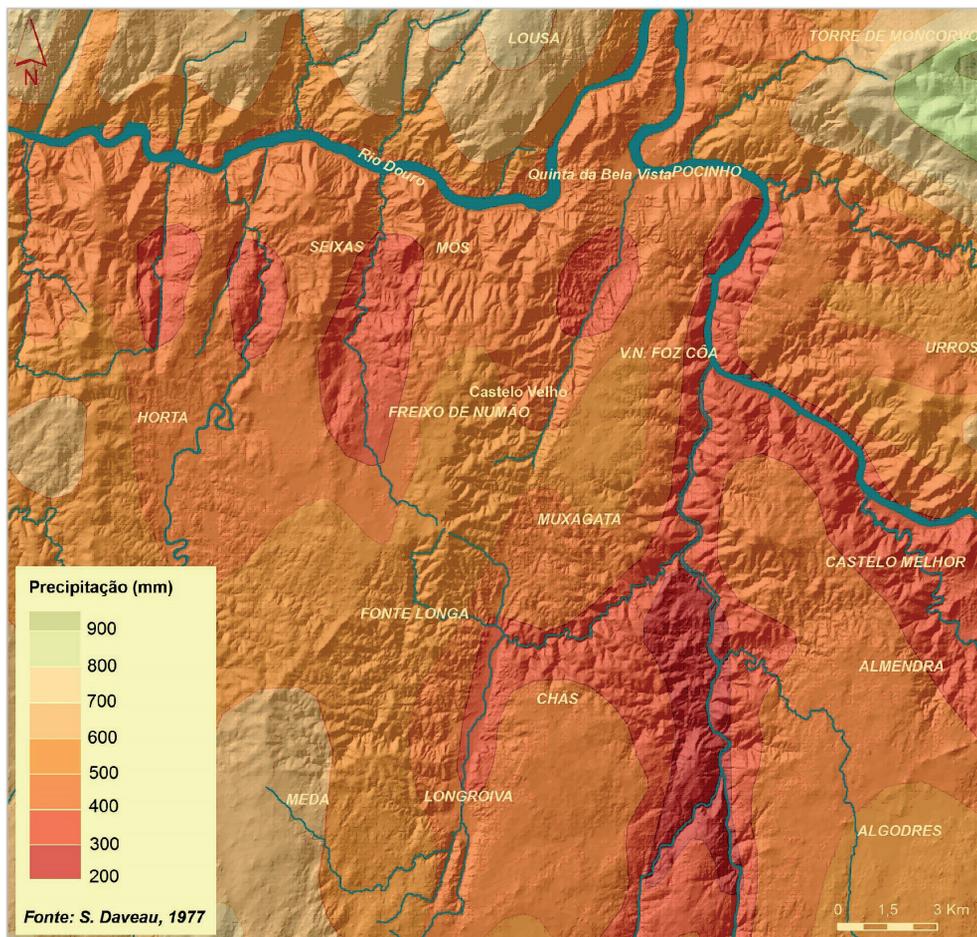


Fig. 11 - Precipitação da área a leste do alinhamento Marão/Montemuro.

A ocupação humana adaptou-se, decerto, a esta ambiência climática, ela própria condicionante de todo um conjunto de recursos necessários à sobrevivência das comunidades que aqui se instalaram ao longo do tempo. A secura do clima (bem marcada nas áreas marcadas a vermelho no mapa da fig. 11), pouco favorável à pedogénese, reflecte-se nos solos pouco espessos bem como sobre a vegetação um tanto rarefeita, de que resulta uma grande transparência da paisagem relativamente à sua ossatura tectónica, criando surpreendentes paisagens estruturais.

De acordo com S. Jorge (2004), durante a primeira fase de ‘vivência’ do sítio de Castelo Velho (edificado por volta de 3000 A.C. e permanecendo activo até cerca de 1300 A. C.), estaríamos perante uma ‘ambiência mediterrânica’, embora ‘ligeiramente mais húmida do que na actualidade’, ambiência que parece manter-se na fase subsequente (de 2900 A. C. até ao início do 2º milénio A. C.) mas que se altera na última, como demonstra o aumento relativo de determinadas espécies vegetais em detrimento de outras. Mas esta modificação não é fácil de explicar, podendo tanto estar associada a aspectos ‘naturais’ como a uma seleção operada pelo Ser Humano no contexto de atividades específicas.

#### IV. O TERRITÓRIO DO CASTELO VELHO

O sítio de Castelo Velho fica situado a uma cota aproximada de 680 m, justamente no topo da vertente que desce para a Ribeira do Vale da Veiga que, mais a norte, passa a chamar-se do Vale da Vila. Este vale rigidamente alinhado, com a direcção NNE-SSW, marca a passagem da FMVB, cujo traçado se pode reconhecer ao longo de cerca de 200 km, definindo, a sul do Douro, a transição da Meseta para os Planaltos Centrais (fig. 12).

A superfície da Meseta, que na área de Algodres e Chãs se encontra relativamente bem conservada nos granitóides sintectónicos, evidencia um comportamento distinto em direcção ao vale do Douro, marcado pela transição para os metassedimentos e por uma série de desligamentos NNE-SSW e WNW-ESE que configuram um conjunto de superfícies desniveladas de cotas progressivamente mais baixas para norte, em que se destaca, pela sua extensão, a de Foz Côa.

Do ponto de vista estrutural, a região em estudo integra-se no Maciço Varisco, (...) *um bloco rígido de forma aproximadamente triangular, que constitui a “ossatura” da Península Ibérica* (Ribeiro, 2001, p. 5), ou seja, o núcleo primitivo e fundamental deste território, considerando-se, de forma simplificada, que o seu registo geológico abrange essencialmente dois períodos sedimentares:

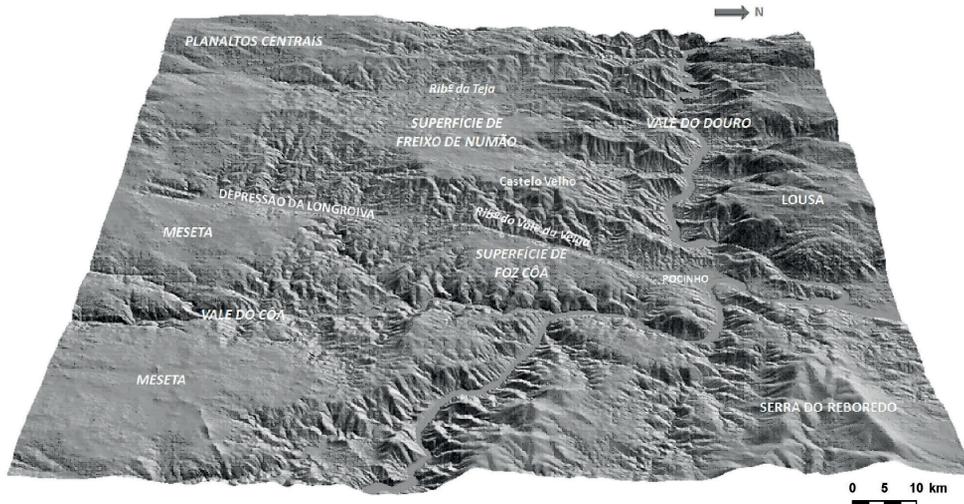


Fig. 12 – Enquadramento geomorfológico do sítio de Castelo Velho.

- Um período inicial mais antigo, que de acordo com Ribeiro (2001) terá ocorrido entre o Pré-câmbrico superior e o Ordovícico inferior, mas que se integra no contexto mais vasto da fase geossinclinal do ciclo varisco que se estende até ao Devónico médio, e em que se assiste à deposição de espessas séries sedimentares;

- Um período mais recente (Cenozóico) que compreende a sedimentação actual e subactual, e cujo registo, face a uma (...) *tendência dominante de soerguimento* [do Norte de Portugal, apenas] *ficou preservado em diferentes contextos morfotectónicos: em áreas tectónicas deprimidas (estreitas bacias de desligamento ou em blocos abatidos), preenchendo paleovales escavados no soco, cuja drenagem se tornou deficiente por acção tectónica ou pela evolução morfológica do sistema fluvial, ou dispersos na forma de mantos aluviais no sopé de áreas em soerguimento* (Pereira et al., 2000, p. 74).

Como durante o tempo que decorreu entre estes dois períodos ocorreram fases de tectogénese que atingiram os terrenos que agora constituem o nosso país (designadamente a que culminou com o soerguimento da Cadeia Hercínica ou Varisca, no final do Paleozóico), acompanhadas por processos de metamorfismo e magmatismo sin e pós-orogénico, o registo desses acontecimentos ficou marcado sobretudo nas rochas mais antigas, que sofreram intensa deformação. Assim, para além das formações sedimentares que se

depositaram nos últimos 65 milhões de anos (Era Cenozóica), os afloramentos da área estudada compreendem:

- Rochas metamórficas (ou metassedimentares), resultantes da transformação dos sedimentos pré-câmbrios e paleozóicos, por acção do calor e da pressão associada aos movimentos hercínicos;
- Rochas magmáticas, maioritariamente granitóides, filões associados e filões basálticos, (...) *agora visíveis porque os vários quilómetros de sedimentos, que lhes serviram de cobertura, foram, entretanto, removidos pela acção dos agentes erosivos* (Ribeiro, ob. cit., p. 4).

Contextualizando as subdivisões do orógeno hercínico no Maciço Hespérico, a área do sítio de Castelo Velho integra-se na Zona Centro Ibérica (ZCI), de acordo com o zonamento proposto por Julivert *et al.* (1972). O substrato geológico (fig. 13) é constituído por diversas fácies de granitóides, na sua maioria de duas micas e sin-orogénicos, instalados sob condicionamento da terceira fase de deformação hercínica (D3), intruindo formações metassedimentares pré-câmbrias, câmbrias e ordovícicas. Na fase final da orogenia todo este conjunto foi afectado por acidentes tectónicos ditos tardi-hercínicos, em que se destaca o desligamento esquerdo Manteigas-Vilariça-Bragança, constituído por vários ramos paralelos (Santos *et al.*, 1999).

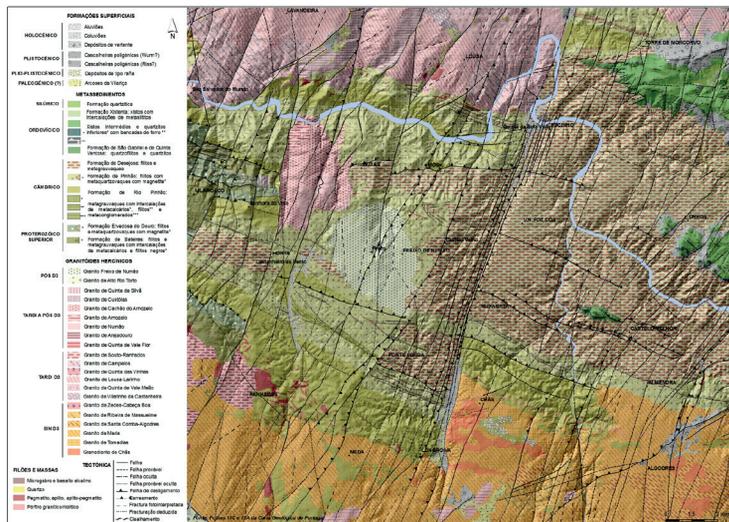


Fig. 13 – Enquadramento geológico do sítio de Castelo Velho.

No domínio dos materiais metamórficos, desde logo se destaca o facto de ocuparem uma vasta área, assumindo particular destaque as formações autóctones (formadas *in situ*) – de Bateiras e Ervedosa do Douro - e alóctones (transportadas do seu local de origem através de mantos de carreamento) - Rio Pinhão, Pinhão e Desejosa - que se integram no Grupo do Douro do Supergrupo Dúrico-Beirão (SGDB, anteriormente designado ‘complexo xisto-grauváquico’), de acordo com a sequência cronológica expressa na legenda da figura 13. Segundo Pereira (s/d, p. 2), a diferenciação destas formações (...) *faz-se pelo conteúdo sedimentológico, variação da percentagem de argila e areia que origina os litotipos pelitos e grauvaques e ... pela natureza e intensidade dos ritmos turbidíticos (torrentes de turbidez que invadem o sub-fosso do Douro)*, salientando que as autóctones são as mais antigas, datando provavelmente do Neo-proterozóico (Ediacariano), enquanto as de carácter alóctone serão de idade câmbrica. As formações de Bateiras e Ervedosa do Douro, essencialmente constituídas por filitos e metaquartzogruvaques, restringem-se ao sector mais ocidental da área representada (Vilarouco e área a norte de Souto), contactando entre si ou com a unidade de Rio Pinhão (metagrauvaques com intercalações de filitos), através de falhas WNW-ESSE. Esta última unidade e a de Pinhão (filitos e metaquartzovaques) representam os equivalentes laterais das formações de Bateiras e Ervedosa do Douro, respectivamente, o que justifica a similaridade litológica de todas estas unidades (Silva, Rebelo e Ribeiro, 1989)<sup>5</sup>. Finalizando o cortejo de fácies do Grupo do Douro, encontram-se os materiais que fazem parte da Formação da Desejosa (Câmbrico Superior), a que ocupa maior área e sobre a qual ‘assenta’ o sítio de Castelo Velho: filitos de cor escura alternando (...) *com finos leitões, milimétricos a centimétricos, esbranquiçados (quartzosos) formando ritmos, dando à rocha um aspecto listrado característico* (Silva, Rebelo e Ribeiro, ob. cit., p.20). É importante salientar que todas as formações referidas sofreram diversos rejeitos por acção das falhas tardi-hercínicas NNE-SSW (posteriormente reactivadas

---

<sup>5</sup> Segundo Moreira *et al* (2010, p.150-151), vários trabalhos têm demonstrado que algumas das formações que integram o Grupo do Douro do SGDB (da base para o topo, as formações de Bateiras, Ervedosa, Rio Pinhão, Pinhão, Desejosa e S. Domingos, tal como foram definidas por Sousa, 1982), se encontram (...) *duplicadas tectonicamente devido ao carreamento gravítico sin-sedimentar da S.<sup>a</sup> do Viso [o que permite explicar] a semelhança de fácies entre a Formação da Ervedosa e a Formação do Pinhão e entre a Formação Bateiras e a Formação de Rio Pinhão, pelo que actualmente se considera a existência de apenas quatro formações: Bateiras, Ervedosa, Desejosa e S. Domingos.*

durante o ciclo alpino), com destaque, como já referimos, para a FMVB, que implicou uma movimentação do sector oriental de cerca de 5,5 km para norte, assim como são truncadas pelos granitóides do Maciço de Numão e por vários filões e massas aplíticas e aplito-pegmatíticas (Ribeiro e Silva, 2000)<sup>6</sup>. No sector oriental, e ainda no contexto metassedimentar, destacam-se formações ordovícicas e silúricas em que assumem particular relevância as de fácies quartzítica, pelas implicações morfológicas expressas pela Serra do Reboredo e pela crista de S. Gabriel, a que se associa, já fora dos limites da área estudada, a Serra da Marofa (cf. fig. 5). Estes alinhamentos destacam-se claramente na topografia, constituindo relevos residuais resultantes de um processo de erosão diferencial que actua sobre o afloramento de rochas muito resistentes (os quartzitos do Ordovícico), fortemente contrastantes com os ‘xistos’ (s. l.) sobre os quais assentam.

Os granitóides que afloram nesta área apresentam uma grande diversidade de fácies, que, de acordo com Ribeiro (2001, p. 28-29), reflectem (...) a natureza das rochas originalmente fundidas na produção dos magmas, as profundidades a que se atingiu a fusão e as percentagens relativas entre materiais fundidos e não-fundidos [salientando ainda a possibilidade de se terem verificado interferências] devidas a misturas de magmas e à estruturação dos próprios corpos intrusivos (...). Assim, correspondem a granitos cuja génese está associada à fusão parcial de materiais crustais, processando-se a ascensão dos magmas derivados na dependência da terceira fase da tectogénese hercínica. Na área em estudo, as várias fácies distribuem-se por quatro afloramentos principais (quadro 1): no sector central, a ocidente da falha da Vilarça, as fácies que integram os maciços de Freixo de Numão e Numão; a norte do rio Douro, os granitóides que integram a antiforma de Vila Real-Carviçais; no extremo sul, os diversos tipos englobados na antiforma de Lamego-Penedono-Escalhão.

---

<sup>6</sup> De acordo com Pereira *et al* (2010), o valor máximo de desligamento é atingido no segmento central de Vilarça, correspondendo a cerca de 9km, em resultado de várias fases de movimentação tectónica que afectaram esta área desde a orogenia hercínica à actualidade.

MACIÇO DE FREIXO DE NUMÃO	PÓS D3	GRANITO DE FREIXO DE NUMÃO	Porfíróide, grão médio e duas micas
MACIÇO DE NUMÃO	TARDI A PÓS D3	GRANITO DE QUINTA DA SILVÃ	Leucocrata, grão médio a fino, tendência aplítica, moscovítico
		GRANITO DE CUSTÓIAS	Grão médio a grosseiro, moscovítico
		GRANITO DE CACHÃO DO ARNOZELO	Porfíróide, grão médio, duas micas com xenólitos metassedimentares
		GRANITO DE ARNOZELO	Grão grosseiro de duas micas
		GRANITO DE NUMÃO	Homogéneo, grão médio e duas micas, com esparsos megacristais e enclaves de rochas sedimentares
ANTIFORMA DE VILA REAL - CARVIÇAIS	TARDI A PÓS D3	GRANITO DE AREJADOURO	Leucocrata, grão médio, essencialmente moscovítico, com turmalina
	TARDI D3	GRANITO DE CAMPELOS	Porfíróide, grão médio, duas micas
		GRANITO DE QUINTA DAS VINHAS	Porfíróide, grão médio, duas micas, abundantes xenólitos
		GRANITO DE LOUSA-LARINHO	Grão médio, duas micas
		GRANITO DE QUINTA DE VALE MEÃO	Grão médio, com esparsos megacristais, duas micas, essencialmente moscovítico
SIN D3	GRANITO DE ZEDES-CABEÇA BOA	Porfíróide, grão médio a grosseiro de duas micas, essencialmente biotítico	
ANTIFORMA DE LAMEGO - PENEDONO - ESCALHÃO	PÓS D3	GRANITO DE ALTO RIO TORTO	Porfíróide de grão grosseiro, duas micas
	TARDI A PÓS D3	GRANITO DE QUINTA DE VALE FLOR	Grão médio, moscovítico, com turmalina
	TARDI D3	GRANITO DE SOUTO RANHADOS	Grão grosseiro, duas micas, essencialmente moscovítico
	SIN D3	GRANITO DE RIBEIRA DE MASSUEIME	Porfíróide de grão médio a grosseiro
		GRANITO DE SANTA COMBA-ALGODRES	Grão grosseiro e duas micas, com predomínio de moscovite
		GRANITO DE MEDA	Grão médio, duas micas
GRANITO DE TOMADIAS		Grão fino, duas micas	
GRANODIORITO DE CHÃS	Grão médio, predominantemente biotítico, em geral orientado		

Quadro 1 – Granitóides enquadrantes do sítio de Castelo Velho.

Neste contexto e como já referimos, predominam os granitos de duas micas de idades compreendidas entre os 320 e os 280 milhões de anos, evidenciando geralmente contactos transicionais associados a uma sequência progressiva de instalação em diferentes momentos da D3 hercínica, com os termos mais recentes a intruírem os mais antigos (Ribeiro e Silva, 2000). As fácies mais antigas, sin D3, observam-se sobretudo no sector sul, destacando-se pela sua extensão o granito de Meda, que constitui o substrato principal dos níveis da Meseta (aqui bem conservados entre Chãs e Algodres) e dos planaltos que se configuram a ocidente (Ranhados-Meda), indiciando que a estruturação em blocos se deve à densa fracturação NNE-SSW que corta indiferentemente as rochas granitóides e orienta o encaixe da rede de

drenagem (fig. 14). Na margem norte do Douro afloram os granitos integrados na antiforma Vila Real-Carviçais, assumindo maior destaque o de Lousa-Larinho (considerada a fácies tipo dos granitóides tardi D3) e Campelos, este último constituindo o substrato de São Salvador do Mundo, (...) *garganta selvagem numa nesga de granito* (...) nas palavras que Ribeiro (1991, p. 57) utiliza para caracterizar o encaixe do Douro nas rochas graníticas. Salientam-se ainda os granitos de Zedes-Cabeça Boa (sin D3) e de Quinta de Vale Meã (tardi D3), que afloram precisamente na área onde o Douro configura uma curva pronunciada em função do desligamento esquerdo e falhas associadas que marcam profundamente este sector. No âmbito específico dos granitóides que constituem os maciços de Numão e Freixo de Numão, parece-nos sobretudo importante salientar o último pelas suas implicações morfológicas.

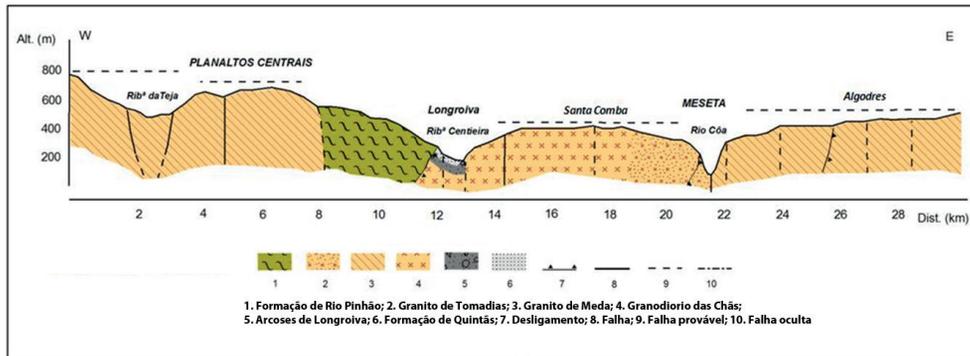


Fig. 14 – Corte geológico no sector sul da área em estudo, ilustrando os níveis de aplanamento e o encaixe da rede hidrográfica explorando a rede de fracturação.

Com efeito, sobre este corpo granítico intrusivo e de configuração sub-circular, desenvolve-se um nível de aplanamento bastante bem conservado a cotas cujo valor médio ronda os 550 m, aparentemente embutido na superfície dos planaltos e em torno do qual se destacam alguns relevos residuais talhados nos metassedimentos mais resistentes, o que configura um processo de erosão diferencial (fig. 15).

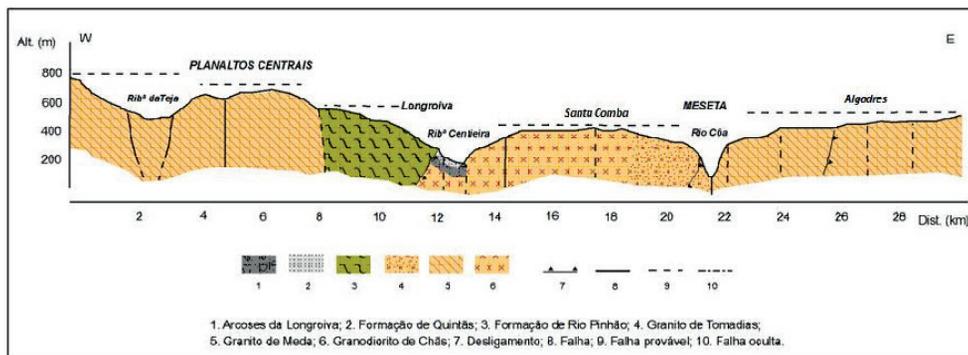


Fig. 15 - Maciço intrusivo de Freixo de Numão, enquadrado pelos afloramentos de rochas metassedimentares mais resistentes (quartzitos e corneanas).

Para além destas rochas ígneas e metamórficas, salientam-se ainda nesta área um conjunto de formações superficiais das quais se destacam: as arcosses da Vilariça-Longroiva, (...) *unidade arenoconglomerática, imatura, de cor esbranquiçada ou cinzento-esverdeada, medianamente consolidada e de composição quartzo-feldspática*, considerada uma das formações cenozóicas mais antigas (paleogénica) que se encontra preservada nas bacias tectónicas associadas ao acidente referido (Pereira *et al.*, 2000, p. 75); um conjunto de materiais plistocénicos e holocénicos, englobando, os primeiros, cascalheiras poligénicas, arenitos e argilas que se concentram sobretudo na bacia da Vilariça, e os segundos depósitos de vertente - localizados nas encostas de declive acentuado ou na base dos relevos talhados em materiais ordovícicos do sector mais oriental, designadamente na Serra do Reboredo e nos alinhamentos sobranceiros a Urros e Algodres - e fluviais, estes acompanhando o curso dos rios principais (Silva, Rebelo e Ribeiro, 1989).

Em toda a área são evidentes os traços da tectónica, marcados quer pelo encaixe da rede hidrográfica, quer pela existência de níveis escalonados a altitudes diferenciadas. A rede de falhas e fracturas, de que se destaca a direcção NNE-SSW, bem como o enquadramento da área num sector de importante actividade neotectónica (fig. 16), condicionam de forma clara a sua morfologia, impondo uma estruturação em blocos e orientando a disposição de vários elementos do relevo.

Neste domínio, em que se destaca a FMVB, são assim evidentes os reflexos estruturais sobre os traços morfológicos, indiciando uma movimentação

recente do relevo cuja baliza temporal, ao nível da actividade neotectónica, corresponde aos últimos 2Ma (Cabral, 1995). Os indicadores geomorfológicos da actividade quaternária nesta falha são variados, destacando-se: a existência de um corredor deprimido contínuo limitado por frentes montanhosas de fraca sinuosidade; os importantes ressaltos topográficos que marcam escarpas de falha bem definidas e rectilíneas; as inflexões bruscas na direcção dos cursos de água e os traçados rígidos da rede hidrográfica; a localização de nascentes termais na base de escarpas importantes; o desnivelamento e basculamento de superfícies de aplanamento do substrato.

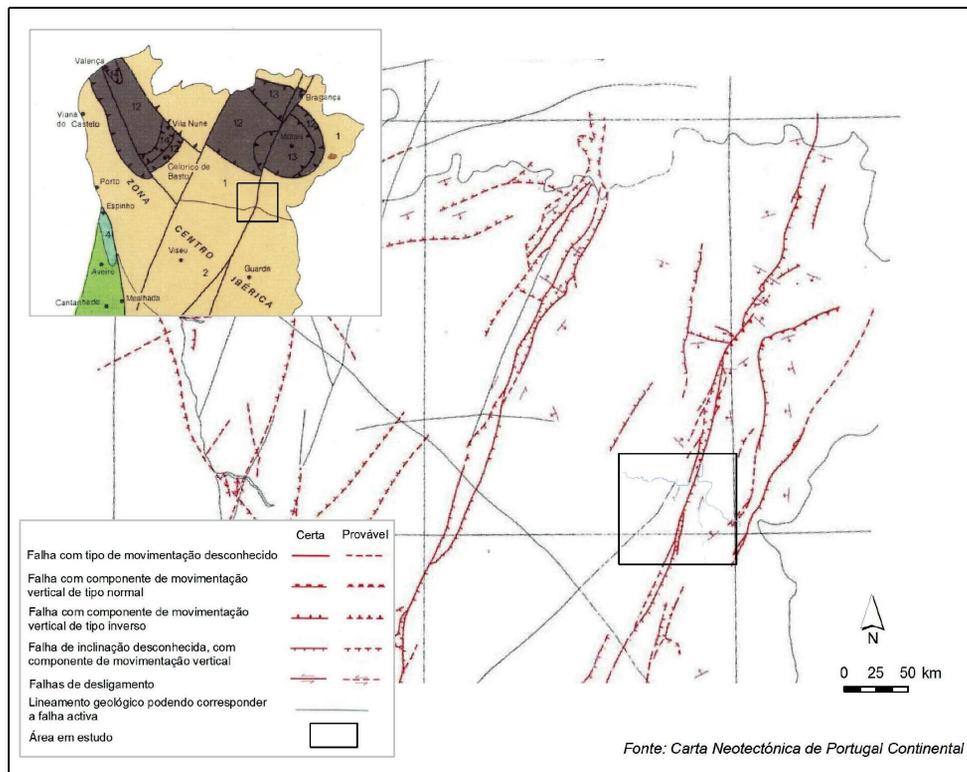


Fig. 16 - Enquadramento da área no contexto dos acidentes que demonstram actividade recente.

Para além das evidências geológicas e geomorfológicas da FBVM, a actividade neotectónica na região da Vilariaça é também confirmada pela

sua importante actividade sísmica (fig. 17), histórica e instrumental (Cabral e Ribeiro, 1988). São conhecidos vários terremotos históricos com epicentro na área próxima de Torre de Moncorvo, salientando-se os ocorridos em 1751 (intensidade VI-VII, na escala de Mercalli Modificada), 1752 (intensidade IV-V, MM) e 1858 (intensidade VII, MM), assim como os terremotos com registo instrumental, localizados na área da Vilarica, em 1918 (magnitude estimada em 5,7), em 1945 e 1949 (ambos com magnitude estimada de 3,6).

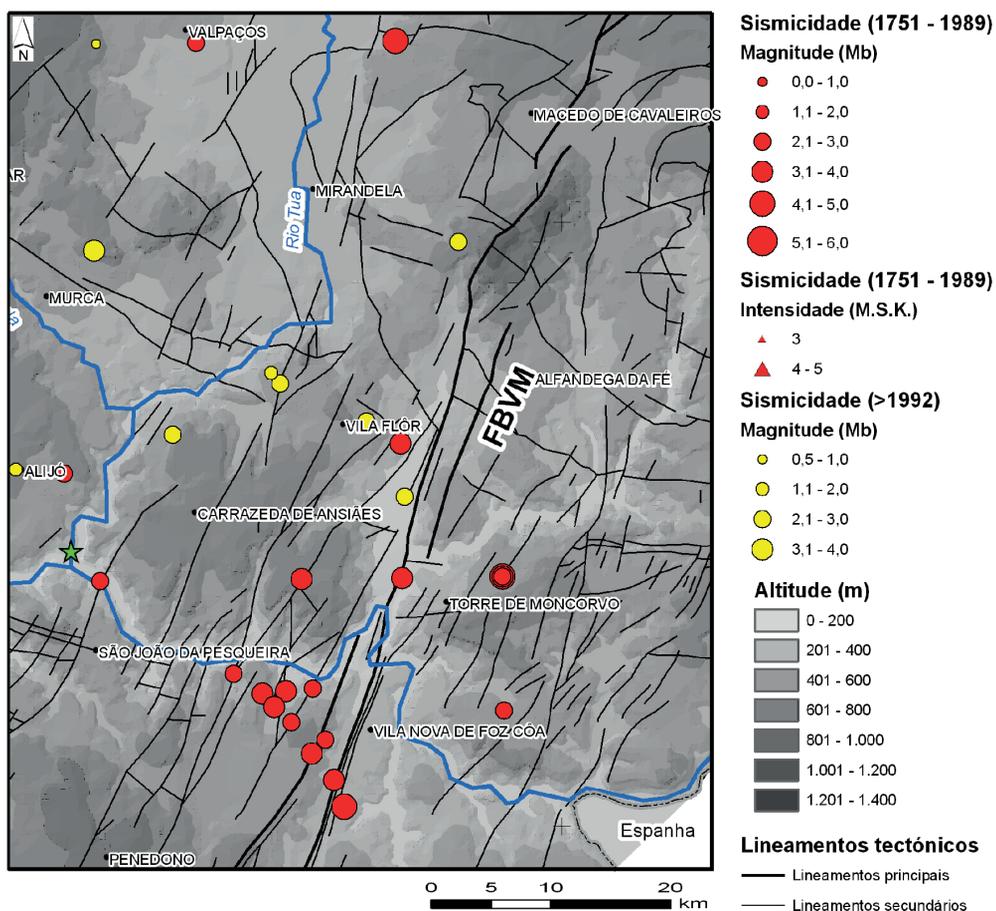


Fig. 17 - Localização dos epicentros sísmicos ocorridos ao longo da FBVM e área envolvente (Fontes: Sismicidade (1751 - 1989) - Martins & Mendes Victor (2001), Baptista (1998); Sismicidade (>1992): IGN ([www.ign.es](http://www.ign.es)), IM ([www.meteo.pt](http://www.meteo.pt)).

Neste contexto morfoestrutural, o Castelo Velho é um sítio particularmente interessante: a conjugação da passagem da falha da Vilarça com um outro grande acidente geomorfológico, o profundo encaixe do Douro, esculpe uma paisagem magnífica, onde a estrutura (litologia e tectónica) se adivinha sob a fina pele dos solos magros e de algumas formações superficiais, em regra pouco espessas.

O facto de se localizar numa área de transição com clima, paisagens e recursos naturais diversos, pode ter exercido alguma influência na localização do vasto património arqueológico de diversas cronologias que se encontra na área (fig. 18). Por outro lado, a extensa bacia da Vilarça condiciona, naturalmente, a circulação dos Seres Humanos, propiciando a existência de caminhos “naturais” que podem ter contribuído para o desenvolvimento de actividades económicas de forma recorrente ao longo dos últimos milhares de anos.

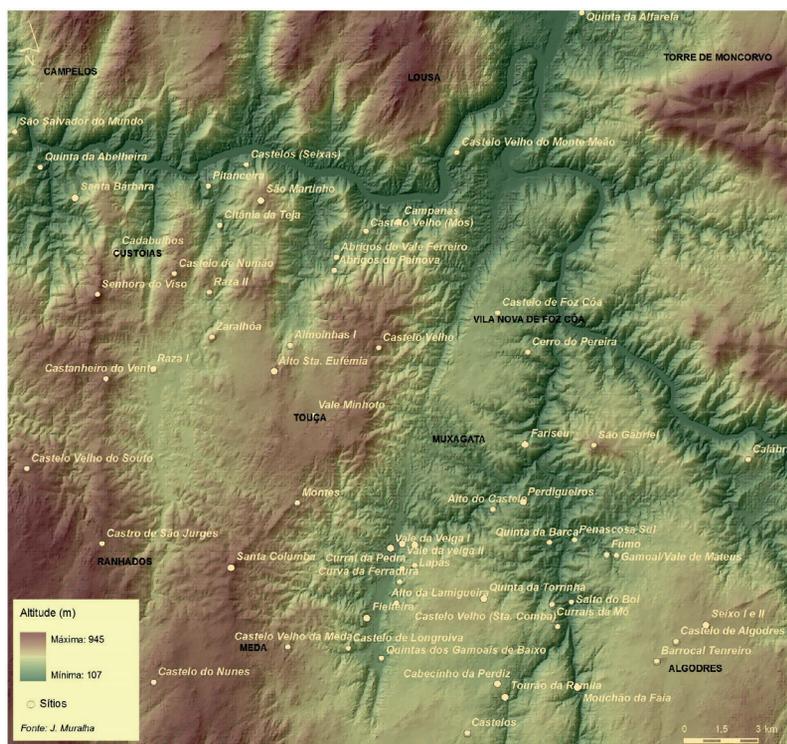


Fig. 18 – Localização dos sítios arqueológicos calcólicos na área de Vila Nova de Foz Côa (alterado de Cardoso, J. M. 2007).

Se o determinismo geográfico deixou de fazer sentido a partir do momento em que o Ser Humano consegue ultrapassar os constrangimentos do meio 'natural', não há dúvida que, em tempos pré-históricos, exerceu uma forte influência na distribuição dos povoados. A necessidade de protecção e acesso aos recursos estão na base da implantação de vários sítios referenciados na bibliografia de âmbito arqueológico, principalmente dos que remontam à Pré-História Antiga. Mas esta dependência face às características dos territórios vai permanecer uma constante, embora seguindo critérios locativos diferenciados, que acompanham o progresso e aspirações civilizacionais. É um facto que, a partir do momento em que o Ser Humano se torna sedentário, garantir a posse e domínio do seu território se transforma num objectivo primordial. E se esta posse integra, necessariamente, a salvaguarda de pessoas e bens, está também, provavelmente, na base da monumentalização de vários sítios, impondo 'marcas' na paisagem susceptíveis de serem vistas e constituírem locais privilegiados de observação, monitorização e controle do espaço (Soares, Costa e Gomes, 2010).

O Castelo Velho de Freixo de Numão parece integrar-se perfeitamente nesta interpretação. Como referem Figueiral e S. O. Jorge (2008, p. 130) (...) *this site should be considered as a physical reference point, a monument built to be seen, and not as a fortified settlement*. Ou seja, pelas suas características (localização, dimensões, arquitectura e artefactos arqueológicos), muito dificilmente Castelo Velho teria sido construído como dispositivo de defesa ou de acesso a recursos vitais. Na verdade, ele (...) *foi premeditadamente implantado num lugar visível de muito longe [o] que seria uma vulnerabilidade se estivéssemos em presença dum 'povoado fortificado' [apresentando-se mais como um] sítio que joga com a visibilidade/monumentalidade do seu dispositivo arquitectónico (...) certamente um sítio mediador de sentidos, de grande impacto visual, congregador das populações, polarizador de negociações intercomunitárias* (S. O. Jorge, 2004, p. 595 e 598). Assim sendo, teria resultado de um projecto de arquitectura bem planeado, 'construído para ser visto', mas também, pelo vasto horizonte de visão que abarca, como local privilegiado de observação.

Neste último contexto, Castelo Velho não deve ser encarado isoladamente, mas sim em articulação com um vasto conjunto de sítios identificados na sua proximidade, e enquadrados na Pré-História Recente. Embora Coixão (1999) saliente que não existem ainda dados que permitam concluir sobre a existência de uma 'malha' de povoados distribuídos de acordo com uma lógica

distribuição/localização *versus* comunicação visual, não parece descurar esta hipótese. Com efeito, ao salientar a densidade de ocupação desta área, parece deixar em aberto uma estrutura de localização estratégica dos povoados, em que o objectivo seria criar um sistema articulado de monitorização, definindo bacias de visão que permitissem abarcar toda a área ocupada, de acordo com uma lógica que já não seria apenas de domínio territorial. Aliás, S. O. Jorge (2004, p. 596), refere que os recintos murados edificados durante o 2º e 3º milénios A.C., (...) *resultavam de programas arquitectónicos planeados previamente segundo uma concepção global de conjunto*, constituindo, na aceção de V. O. Jorge (citado por Coixão, 1999, p. 38), (...) *sítios de referência no território, que deles podia ser observado e como tal monitorizados para fins de controle, de defesa, de produção, numa palavra, de apropriação cultural*.

Efectivamente, conjugando as bacias de visão de alguns dos sítios arqueológicos referenciados por vários autores (fig. 19)<sup>7</sup>, observa-se que, mesmo com base num número restrito, há um controle visual extremamente vasto do território. A este controle escapam apenas os grandes vales mais encaixados e algumas plataformas intermédias na margem sul do Douro. Note-se que, neste ensaio cartográfico, apenas foram utilizados cinco sítios. No entanto, como refere Carvalho (2003), os sectores referidos não parecem ter sido ocupados de forma permanente, mas antes e apenas pontualmente, o que pode justificar o facto de não implicarem uma vigilância constante e daí não serem abarcados pelas bacias de visão.

---

<sup>7</sup> Para além dos autores já citados, salientam-se ainda J. Muralha Cardoso (2007) e G. Leite Velho (2009).

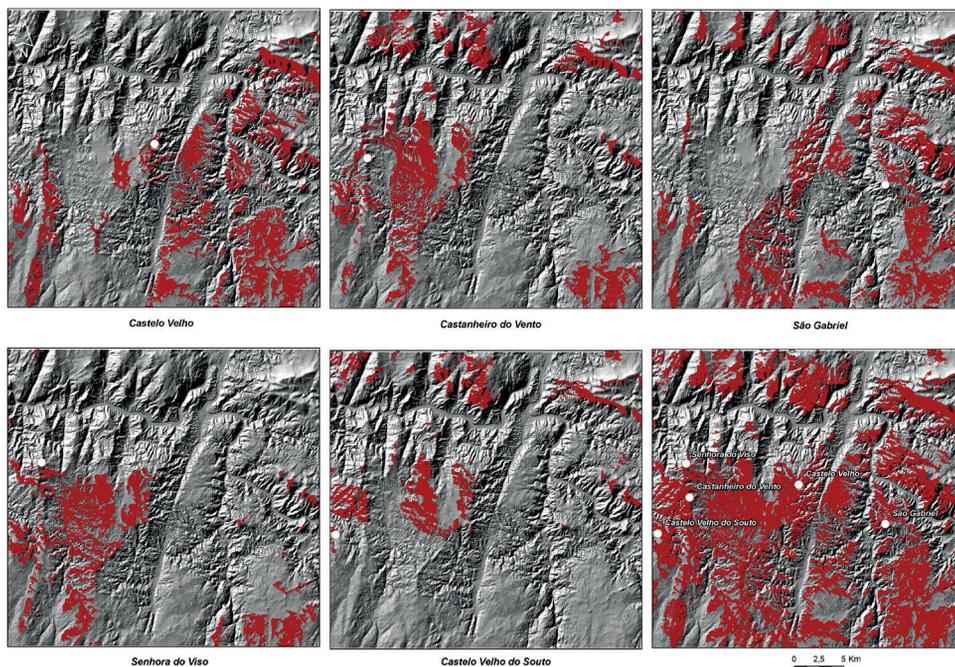


Fig. 19 – Bacias de visão de alguns sítios arqueológicos da área de Vila Nova de Foz Côa.

No entanto, esta ‘leitura’ é fruto do imaginário geográfico dos autores... pelo que, embora permitida, impõe uma análise crítica e interdisciplinar. Como refere Antrop (2003, p. 52), *the nature of landscape demands a basic research approach that is holistic, dynamic and multi-scale. The landscape conceived as the perceivable whole that is the result of the interaction between natural processes and human actions cannot be studied by one discipline using a particular set of methods and concepts. Landscape is also the perceivable environment of all considered as a common heritage. However, no one really possesses it or takes care of it (...) A trans-disciplinary approach is obvious and logic here.*

## BIBLIOGRAFIA

Antrop, M. 2003. Expectations of scientists towards interdisciplinarity and transdisciplinarity research. In B. Tress, G. Tress, A. Van Der Valk & G. Fry (eds.), *Interdisciplinarity and transdisciplinarity landscape studies: potential and limitations*. *Delta Series*, 2, 44-54.

Cabral, J. e Ribeiro, A. 1988. *Carta Neotectónica de Portugal Continental*. Dep. Geol. Fac. Ciênc. de Lisboa, Serv. Geol. de Portugal, Gab. Prot. Seg. Nuclear. Lisboa, Instituto Geológico e Mineiro.

Cabral, J. 1989. An example of intraplate neotectonic activity, Vilarica basin, Northeast Portugal. *Tectonics*, 8, 285-303.

Cabral, J. 1995. Neotectónica em Portugal Continental. *Mem. Inst. Geol. Min*, 31, Lisboa, 265p.

Cardoso, J. M. 2007. *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) – Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 572p.

Carvalho, A. 2003. O final do Neolítico e o Calcolítico no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, 1996-2000). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 6, 2, 229-273.

Coixão, A. 1999. *A ocupação humana na pré-história recente na região de Entre Côa e Távora*, Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 431p.

Daveau, S. 1977. Répartition et rythme des précipitations au Portugal. *Memórias do CEG*, nº 3, Lisboa, 189 p. e 4 mapas fora do texto.

Ferreira, A. B. 1971. O rebordo ocidental da meseta e a depressão tectónica da Longroiva. *Finisterra*, Vol. VI, 12, 196-217.

Ferreira, A. B. 1991. Neotectonics in Northern Portugal. A geomorphological approach, *Z. Geomorph. N. F.*, Suppl. – Bd, 82, 73-85.

Ferreira, H. 1965. Normais climatológicas do continente, Açores e Madeira correspondentes a 1931-1960. *O clima de Portugal*, volume 13, Serviço Meteorológico Nacional, 414p.

Figueiral, I., Jorge, S. O. 2008. Man-made landscapes from the third-second Millennia BC: the example of Castelo Velho (Freixo de Numão, North-East Portugal). *Oxford Journal of Archaeology*, 27, 2, 119-133.

Jorge, S. O. 2004. O sítio como mediador de sentido. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. *Estudos de Homagem a Luís António de Oliveira Ramos*, pp. 583-611.

Martín-Serrano, A. 1988. *El relieve de la region occidental zamorana. La evolucion geomorfológica de un borde del Macizo Hesperico*. Dissertação de Doutoramento, 306 p.

Moreira, N., Búrcio, M., Dias, R. e Coke, C. 2010. Partição da deformação Varisca nos sectores de Peso da Régua e Vila Nova de Foz Côa (Autóctone da Zona Centro Ibérica). *Comunicações Geológicas*, 97, 147-162.

Pereira, D. e Azevêdo, T. 1995. Evolução quaternária do graben da Vilarça (Trás-os-Montes, NE Portugal). *Cuadernos do Laboratório Xeolóxico de Laxe*, 20, 123-137.

Pereira, D. 1997. *Sedimentologia e Estratigrafia do Cenozóico de Trás-os-Montes oriental (NE Portugal)*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho, Braga, 341 p.

Pereira, D. Alves, M.I., Araújo A. e Cunha, P. 2000. Estratigrafia e interpretação paleogeográfica do Cenozóico continental do norte de Portugal. *Ciências da Terra (UNL)*, 14, 73-84.

Pereira, E. (s/d). *Breve História Geológica do NE de Trás-os-Montes (Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e Maciço de Morais)*, 10p. Disponível online em: <http://www.azibo.org/geohistorappaa.pdf>.

Ribeiro, A. 1974. Contribution a l'étude de Trás-os-Montes Oriental. *Mem. Serv. Geol. Portugal*, 24,168 p.

Ribeiro, A. 2004. O Nordeste (Trás-os-Montes Oriental). In Feio, M., e Daveau, S., *O Relevo de Portugal. Grandes unidades regionais*. Associação Portuguesa de Geomorfólogos, Coimbra, Vol. II, 151 p.

Ribeiro, M. L. 2001. *Notícia Explicativa da Carta Geológica Simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa*. Instituto Geológico e Mineiro e Parque Arqueológico do Vale do Côa, 71 p.

Ribeiro, M. e Silva, A. 2000. *Carta Geológica Simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa à escala 1/80.000*. Instituto Geológico e Mineiro e Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Ribeiro, O. 1991. *Opúsculos Geográficos - O Mundo Rural*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. IV.

Rockwell, T., Fonseca, J., Madden, C., Dawson, T., Owen, O., Vilanova, S. e Figueiredo, P. 2009. Paleoseismology of the Vilarça Segment of the Manteigas-Bragança Fault in Northeastern Portugal. *Geological Society London Special Publications*. 316, 1, 237-258.

Santos, F., Mateus, A., Matos, L. e Cabral, J. 1999. Modelação numérica de bacias transtensionais; ensaio de aplicação à depressão de Vilarça (NE Portugal).

5ª Conferência Nacional do Grupo de Geologia Estrutural e Tectónica. Vila Real (Portugal), 26-31.

Santos, J. G. 2005. *As bacias de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e de Vilariga – Longroiva. Estudo de Geomorfologia*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 539p.

Silva, A., Rebelo, J. e Ribeiro, M. 1989. *Notícia explicativa da folha 11C - Torre de Moncorvo da Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000*, Serviços Geológicos de Portugal, 65p.

Soares, L., Costa, A. e Gomes, A. 2010. Geografia, Arqueologia e Sistemas de Informação Geográfica: exemplos prospectivos de articulação. *Variações Paleoambientais e Evolução Antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular*, pp.171-188

Velho, G. 2009. *Castelo Velho, a Natureza e o Tempo: questões relativas à Re-construção de um lugar*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



# CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO, UM SÍTIO, UMA PAISAGEM

João Muralha Cardoso<sup>1\*</sup>

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património  
Universidade de Coimbra

## RESUMO

Neste texto pretende-se inserir Castelo Velho de Freixo de Numão numa rede de sítios genericamente contemporâneos. Parte-se de um intenso trabalho de prospeção efectuado nos últimos anos e reflecte-se sobre a paisagem arqueológica e a categorização dos sítios encontrados.

**PALAVRAS CHAVE:** Sítios arqueológicos, Paisagem, 3.º/2.º milénio A.C.

## ABSTRACT

This text intends to insert Castelo Velho de Freixo de Numão in a network of contemporary sites. We start from an intense fieldwork carried out in the last years and we think about the archaeological landscape and the categorization of the sites.

**KEYWORDS:** Archaeological sites, Landscape, 3.º/2.º millennium A.C.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos o panorama arqueológico no Alto Douro português alterou-se substancialmente. Trabalhos de campo que deram origem a cartas arqueológicas concelhias, projectos de investigação que resultaram em dezenas de publicações e trabalhos de âmbito académico com questionários precisos, modificaram a forma como os investigadores olharam para este

---

<sup>1\*</sup> [jmuralha@gmail.com](mailto:jmuralha@gmail.com). O autor escreve conforme o antigo acordo ortográfico.

território. Quando as escavações em Castelo Velho de Freixo de Numão se iniciaram, os sítios conhecidos nesta área, não ultrapassavam as duas dezenas. Hoje suplantam a centena.

No âmbito da Pré-história Recente, é importante referir que aquela escavação marcou uma geração de arqueólogos que aí se formaram e fizeram trabalhos de licenciatura, seminários de fim de curso, dissertações de mestrado e de doutoramento. Os dados do sítio arqueológico foram intensamente trabalhados e discutidos, mas poucos trabalhos incidiram sobre a “paisagem arqueológica” de Castelo Velho de Freixo de Numão. Apenas António Sá Coixão (1996, 1999, 2009), João Muralha Cardoso (1996, 2010), Cristina Silva (1996) e José Manuel Varela (2000), fizeram trabalho de campo na paisagem próxima ao sítio arqueológico, resultando em trabalhos diferenciados mas com um grande conjunto de dados que nos últimos anos têm sido pensados (Cardoso 2010 e 2017). Um pouco mais a Oeste, na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa, fizeram-se prospecções arqueológicas desde Agosto de 1995 com o objectivo de elaborar um Relatório Científico (VVAA 1997) a entregar à tutela. Este importante documento fazia o ponto da situação sobre aquela área, e relativamente à Pré-história Recente avançava algumas reflexões sobre o “modelo de povoamento” (VVAA 1997:83-86).

O texto que agora se apresenta, tem como objectivo principal inserir o sítio arqueológico de Castelo Velho de Freixo de Numão numa rede de sítios contemporâneos. Este objectivo pressupõe pensar sobre um espaço geográfico específico e sobre uma temporalidade concreta. O desafio principal passará por uma reflexão sobre o estar na paisagem, sobre os lugares e sobre as variabilidades interpretativas que essa paisagem nos oferece.

Este trabalho recolhe informação proveniente de duas áreas distintas; as publicações com cartografia arqueológica (Coixão 1996, 2009; Muralha 1996; VVAA 1997; Cardoso 2010, 2017a e 2017b) e um intenso trabalho de campo onde não só se objectivava a procura de novos sítios, como se visitava os sítios já conhecidos e os interrogávamos à luz de um questionário específico.

Tendo em consideração esta diversidade de fontes e a variabilidade encontrada relativamente ao estado da investigação em cada um dos sítios arqueológicos, a reflexão que nos propomos fazer será sempre incompleta. Existem locais completamente escavados, outros ainda em escavação, outros apenas sondados e a maior parte apenas reconhecidos no âmbito dos diferentes projectos de prospecção. Desta forma, este texto parte de um levantamento dos sítios arqueológicos identificados como sendo do 3º e da primeira metade do 2º milénios AC numa

área específica do Alto Douro português (o Douro Superior), e pretende levantar um conjunto de questões que no futuro, nos poderão ajudar a reflectir sobre quadros interpretativos da paisagem da Pré-história Recente daquela área.

O sítio arqueológico que hoje é o ponto de partida deste trabalho, não é único nem existe isolado. Existe num esporão voltado ao vale da ribeira do Vale da Vila, tributária do rio Douro, é visto e olhado, olha a paisagem, marca percursos e mobilidades, mas ao mesmo tempo é ele próprio constitutivo dessa paisagem, é um lugar integrado e integrador de um conjunto complexo de outros lugares, de outros sítios, e essencialmente de espaços entre eles.

## 2. OS CONCEITOS DE PAISAGEM E LUGAR

O estudo desta paisagem inicia-se com a cartografia de outros sítios arqueológicos que obedecem a uma contemporaneidade genérica com os momentos de ocupação de Castelo Velho de Freixo de Numão.

Este último parágrafo remete-nos para a discussão necessária acerca dos sítios arqueológicos cartografados, tratados como pontos fixos numa paisagem (ou como pontos num mapa). Estes representam apenas uma localização, uma quietude de onde a paisagem emerge. Torna-se necessário pensar, reflectir e contra-argumentar; a paisagem não emerge a partir de pontos fixos, a paisagem não se revela a partir de sítios, mas sim revela-se através da mobilidade e da acção contínua que essa mobilidade implica e é nesse tempo que a paisagem se torna activa e componente integrante duma acção. Ao reflectirmos sobre a paisagem, reflectimos igualmente sobre o homem, sobre o seu habitar, sobre a sua percepção de estar no mundo e em última análise sobre nós próprios, enquanto investigadores imbuídos de um questionário que queremos ver respondido. Tanto os homens como as paisagens mudam e se transformam e as ideias e as percepções viajam, tanto hoje, como no passado. Começamos pelo conceito “paisagem”<sup>2</sup>.

As perspectivas da arqueologia pós-processual e da arqueologia cognitiva assumem a interpretação da paisagem como a expressão de uma comunidade que pensa e actua sobre o mundo (Bradley 1998). Esta abordagem à paisagem é de tal forma abrangente que a operacionalidade do próprio

---

<sup>2</sup> Ver David e Thomas 2010, para o estado da arte sobre esta temática.

conceito se esbate; refere-se que a paisagem apenas adquire significado ao ser alterada pelas pessoas (Gramsch 1996:13); paisagem é o meio sobre o qual a vida social é conduzida (Darvill 1997:78); paisagem é o contexto para a acção social, sendo desta forma, socialmente construída (Barker e Darvill 1997:5); a paisagem como memória (Knapp e Ashmore 2000:13-14); a paisagem como mito(s) (Cosgrove 1993:281); a paisagem e as metáforas (Tilley 1994:30); a paisagem como narrativa (Tilley 1994:33 e 2004:31, Basso 1996:66); a paisagem como incorporadora da vida quotidiana e das acções políticas contemporâneas (Bender 1999:5), paisagem como provocação [humana/natural/política] (Massey 2006), entre muitas outras acepções demonstrativas da variabilidade do termo. A paisagem tem que se tornar cada vez mais, um objecto de reflexão teórico-metodológica no interior da arqueologia enquanto disciplina. Em anos mais recentes temos assistido a alguns debates e explanações de ideias que reflectem esta preocupação (Thomas 2001, Witmore 2007, David e Thomas 2008, Harmansah 2014, entre muitos outros) e apercebemo-nos de que hoje, paisagem continua a ser tratada de modos bastante diversos. No entanto podemos agrupá-las em três formas de perceber e utilizar o termo; como território que pode ser apreendido visualmente, como um conjunto de relações entre pessoas e lugares que contextualiza o seu quotidiano e uma última que vai além da reconstrução de regimes económicos e de especulações de como o território foi percebido pelas comunidades do passado. Aqui, como refere Thomas (2001:181) é necessário considerar as formas de como a paisagem vai adquirindo significados que podem emergir através das práticas, das acções nessa paisagem; construções, mobilidades, colecções, colheitas, habitação. Todas estas formas de estudar e reflectir a paisagem são diferentes e as duas primeiras, praticamente opostas, mas o mais importante, ao pensar sobre paisagem, é não esquecer que esta, está continuamente num processo de transformação, mas uma transformação não linear, não cumulativa e não contínua.

É nesta multiplicidade e mutabilidade expressiva do conceito paisagem que hoje nos encontramos. Hoje, a prática arqueológica relacionada à paisagem mostra-se transformada e renovada. Este progresso assentou não só nas discussões teóricas e metodológicas dos últimos anos, como no intenso trabalho de prospecção que tem acontecido a nível dos projectos de investigação orientados à contextualização de sítios; prospecções no quadro da arqueologia preventiva e no quadro dos levantamentos arqueológicos

promovidos pelas autarquias. Estes novos dados tornam necessário uma abordagem à paisagem, não como entidade isolada, mas sim como uma entidade em contexto; em contexto com a sua fisicalidade, com o homem, com as suas práticas e processos sociais, com as comunidades que existem, que se relacionam e envolvem entre elas e o território.

Chega o momento de perguntarmos: Como é que operacionalizamos este conceito, no âmbito deste trabalho? A dimensão contemporânea da paisagem [da arqueologia da paisagem] relaciona-se a uma arqueologia social onde os lugares assumem um envolvimento mais experiencial do que uma arqueologia de causas e consequências do comportamento humano num determinado espaço físico. Existe uma preocupação com o lugar de toda a prática humana em todas as suas dimensões. A noção absoluta de lugar perde importância para os vários sentidos desse mesmo lugar. Neste trabalho operacionalizamos este conceito através de três ideias sempre entrecruzadas e que servem de vectores metodológicos de trabalho: a) A paisagem, ou melhor, as paisagens não têm limites físicos definidos, quer no espaço, quer no tempo, excepto o limite imposto pelas técnicas analíticas e procedimentos intelectuais; b) Teremos sempre em consideração que a estruturação de uma paisagem, a procura de “padrões de povoamento” podem ser percebidos de muitos pontos de vista e c) A paisagem terá tanto a ver com “espaços” ocupados e “espaços” não ocupados, como com questões de definições de sítios e monumentos.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO NOSSO ESPAÇO DE TRABALHO

De uma forma muito sucinta, pois estas questões de contextualização geográfica, geológica e geomorfológica são tratadas em outro capítulo desta publicação, o nosso trabalho tem como limite Norte o Rio Douro, a Sul a Serra da Marofa, a Este a Ribeira de Aguiar e a Oeste o Rio Torto. Em termos geográficos, insere-se no Alto Douro e depressões anexas (Ribeiro 1986:188/189) e tem como substrato geológico o xisto, o granito e o quartzito.

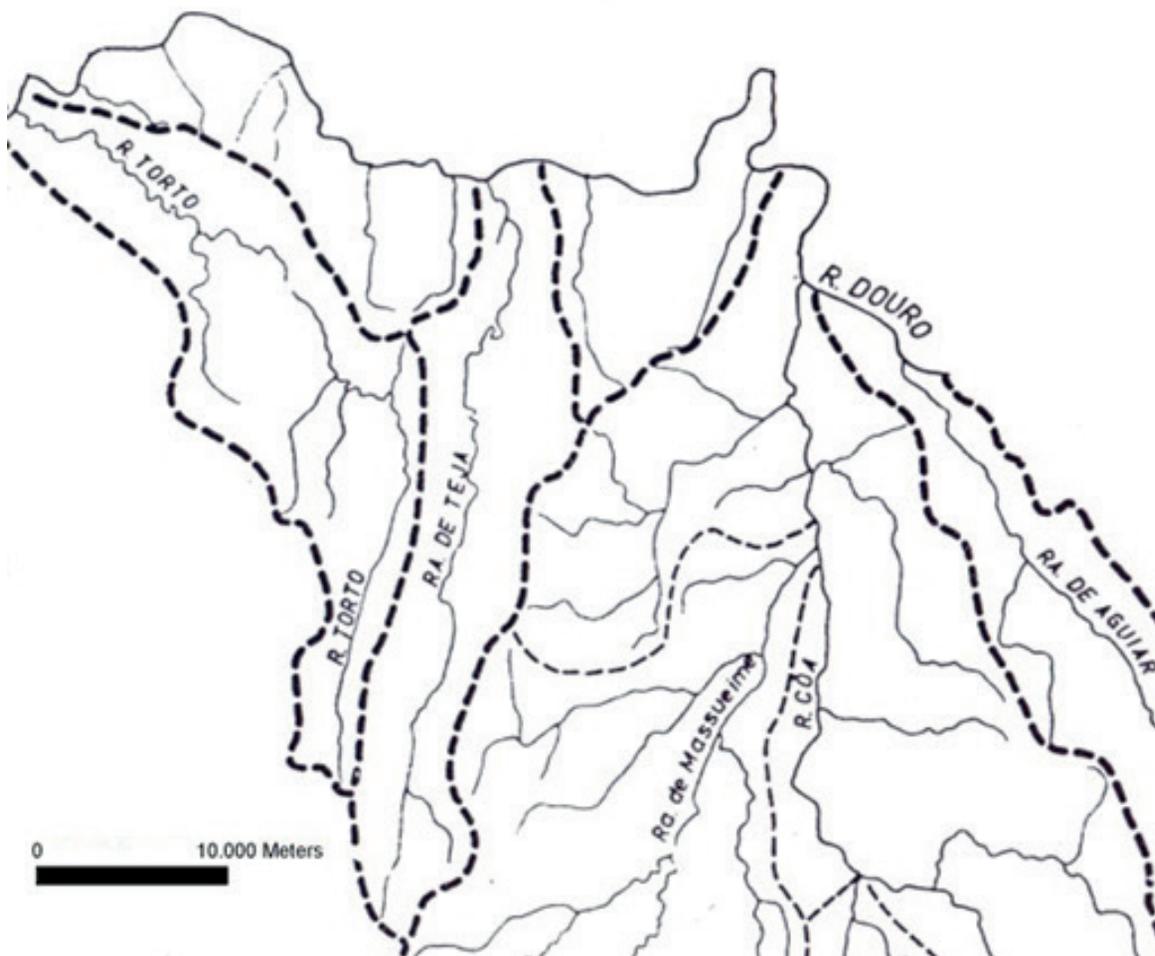


Fig. 1 - Delimitação da área de trabalho. Abrange parte das bacias hidrográficas dos rios Côa e Torto, das ribeiras de Aguiar, Vale da Vila e Teja. Adaptado de Ferreira 1978:317. O mapa encontra-se orientado a Norte.

#### 4. ETAPAS DE TRABALHO E RESULTADOS GRÁFICOS

A primeira fase do nosso trabalho consistiu na elaboração de uma base de dados onde pudéssemos descrever os sítios arqueológicos relativamente à sua localização administrativa, implantação geológica e geomorfológica. Era igualmente importante inserir nessa base de dados a possibilidade de analisar alguns vectores da paisagem, quer percebidos dos sítios, quer para os sítios. Surgiram assim, entradas como horizonte, linha de horizonte, proximidades visuais, linhas de mobilidade e visibilidades e intervisibilidades, que nos permitiram questionar estes dados recolhidos de uma forma mais dinâmica.

A próxima figura cartografa os sítios arqueológicos na nossa área de trabalho. Tendo em conta a quantidade de locais assinalados, a prospecção mais ou menos intensa que tem sido feita e os seus diferentes graus de estudo, impõe-se algumas observações prévias. A base de dados de sítios arqueológicos compreende um total de 141 entradas, mas no entanto iremos utilizar apenas 112 sítios arqueológicos. Que tipo de opções tomamos para chegar a este número?

Os sítios que não foram objecto de análise idêntica às efectuadas nos trabalhos de 2011 e 2013 (embora este último só publicado em 2017b) foram descartados não sendo assim contabilizados, optou-se igualmente por não integrar as evidências arqueológicas classificadas como “indeterminadas” e os “achados isolados”.

Os cento e doze sítios que foram considerados neste trabalho são considerados estações arqueológicas objecto de escavação e/ou sondagens e todos os outros locais que através da prospecção e/ou publicação por parte de outros autores, não nos levantaram dúvidas suficientes para os descartarmos. Por último relembramos que a nossa análise remete apenas para os sítios arqueológicos com uma cronologia do 3º e 2º milénio AC. É evidente que esta temporalidade é baseada nas materialidades desses sítios, nas publicações já feitas e nas raras datações cronométricas obtidas.

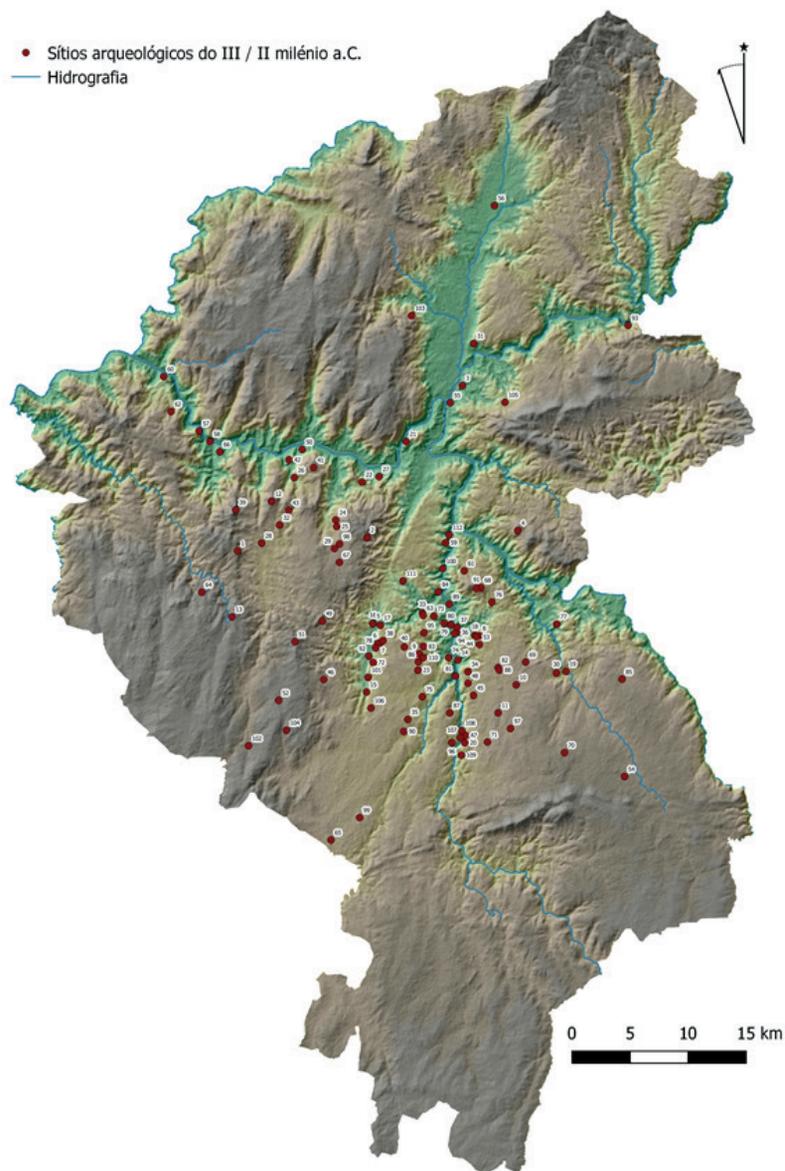


Fig. 2 - Implantação de todos os sítios arqueológicos inicialmente considerados<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> A base cartográfica sobre a qual trabalhamos foi executada por Sofia Lacerda, a quem muito agradecemos.

1-Castanheiro do Vento; 2-Castelo Velho de Freixo de Numão, 3-Quinta de Alfarela; 4-Nossa Senhora de Urros; 5-Vale da Veiga II; 6-Curral da Pedra; 7-Curva da Ferradura; 8-Vale Mateus; 9-Quinta da Torrinhã; 10-Castelo de Algodres; 11-Barrocal Tenreiro; 12-Castelo de Numão; 13-Castro de São Jorges; 14-Salto do Boi/Cardina; 15-Quinta dos Gamoais de Baixo; 16-Vale da Veiga I; 17-Castelo Velho de Tambores; 18-Fumo; 19-Insula II; 20-Casa Grande; 21-Castelo Velho do Monte Meão; 22-Castelo Velho das Mós do Douro; 23-Castelo Velho de Santa Comba; 24-Abrigos do Vale Ferreiro; 25-Abrigos da Painova; 26-Citânia da Teja ou Sobreiral; 27-Campanas; 28-Raza I; 29-Alto de Santa Eufémia; 30-Olga Grande 14; 31-Baldoeiro; 32-Zaralhã; 33-Alto do Castelo ou Tapadão; 34-Cabeço da Lapa; 35- Castelos (Santa Comba); 36-Quinta da Barca; 37-Penascosa; 38-Lapas; 39-Senhora do Viso; 40-Abrigo das Chãs; 41-São Martinho; 42-Pitanceira; 43-Raza II; 44-Gamoal do Poio/Gamoal; 45-Alto da Resenha; 46-Castelo Velho da Média; 47-Lapas Cabreira; 48-Teixoeiras 49-Montes; 50-Castelo Velho das Seixas (Castelos); 51- Santa Columba; 52; Castelo do Nunes; 53-Ribeirinha; 54-Ataúdes; 55-Quinta de Vila Maior; 56-Cabeço da Mina; 57-São Salvador do Mundo; 58-Quinta da Abelheira; 59-Vale de Moinhos; 60-Senhora de Lourdes; 61-Namorados; 62-Cerro do Bastião; 63-Monte; 64-Castelo Velho de Souto; 65-Quinta do Campo; 66-Santa Bárbara; 67-Vale Minhoto; 68-São Gabriel; 69-Seixo I e II; 70-Rocha de Figueira de Castelo Rodrigo; 71-Monteira; 72-Alto da Lamigueira; 73-Perdigueiros; 74-Currais das Mós/Tomadias; 75-Cabeçinho da Perdiz; 76-Vale de Figueira; 77-Penascosa (praia); 78-Amendoal de Quintãs; 79-Quinta da Barca 1; 80- Quinta da Barca/Cortes 1; 81-Espinhaço; 82-Olga Grande 1; 83- Jardim I; 84-Ribeira de Piscos; 85-Castelão; 86-Olival da Quinta da Torrinhã; 87-Bultreira; 88-Olga Grande 2; 89-Olgas de Ervamoira; 90-Ribeira da Ramila II; 91-São Gabriel 1; 92-Vinha do Cruzeiro/Estela de Longroiva; 93-Fraga do Fojo; 94-Quinta da Barca Sul; 95-Castelo de Foz Côa; 96-Castelo dos Mouros; 97-Sachagada; 98-Freixo de Numão; 99-Santa Bárbara; 100-Vale de Videiro; 101-Vinagreira; 102- Senhora de Vila Maior; 103-Quinta do Couquinho; 104-Santa Bárbara de Valflor; 105-Moncorvo; 106-Fraga Alta; 107-Ervideiro 1; 108-Ervideiro 2; 109-Rocha da Mioteira; 110-Casal; 111-Vale das Águedas; 112-Foz da Vale do Forno.

Uma análise imediata ao mapa revela-nos algumas constatações; o grande número de sítios implantados perto, ou junto a linhas de água com algum caudal, como o Rio Douro, o Rio Côa, a Ribeira de Piscos e a de Massueime. Outra constatação relaciona-se com um grande conjunto de sítios em áreas de rebordos sobre vales abertos e planaltos. E por fim a existência de algumas áreas com grande concentração de sítios e outras áreas com menos ou nenhuns.

Estas observações são facilmente explicáveis. As duas primeiras relacionam-se ao carácter físico da paisagem pontuada por linhas de água e às características geomorfológicas desta região; grandes vales abertos e extensos planaltos.

No entanto estas observações são apenas baseadas em pontos num mapa. Os mapas são mundos numa superfície plana. São representações imóveis de pontos dinâmicos. Os sítios aí cartografados são bidimensionais, são estáticos. Torna-se importante dotar estes pontos, ou esta cartografia, de uma leitura mais interpretativa. É necessário tentar identificar as várias escalas dos sítios; desde os recintos aos locais quase invisíveis na paisagem. É necessário procurar as intersecções entre eles, isto é, as várias dinâmicas de mobilidade que possam existir na paisagem. A compreensão de uma paisagem passa, não pela sua fragmentação em sítios arqueológicos fixos e centrados, mas pela acção e movimentação contínua num território, descentrando-o das estações arqueológicas que hoje, com o nosso “olhar” contemporâneo (Thomas 2005), (ao qual é impossível fugir), estudamos<sup>4</sup>.

#### 4.1. OS GRÁFICOS

Os próximos gráficos são instrumentos de análise que nos permitem olhar para a paisagem e reflectir. Foram elaborados a partir de perguntas feitas à base de dados onde o universo total dos cento e doze sítios foi sempre o ponto de partida.

É importante não esquecer que todas as observações que serão feitas a partir dos gráficos, terão que ser sempre consideradas “provisórias”. Não no sentido de que eventualmente se chegará a conclusões definitivas, mas no sentido em que a continuação do trabalho de campo poderá alterar estes dados.

---

<sup>4</sup> É impossível fugir a este “olhar” contemporâneo, mas por outro lado, é possível “olhar”, com essa consciência de que é impossível fugir, e tentar utilizar essa impossibilidade, através de cartografia, de lentes de máquinas fotográficas, de fotografias aéreas e da utilização de drones, como possibilidade de estudo. Transformar essa impossibilidade em reflexão.

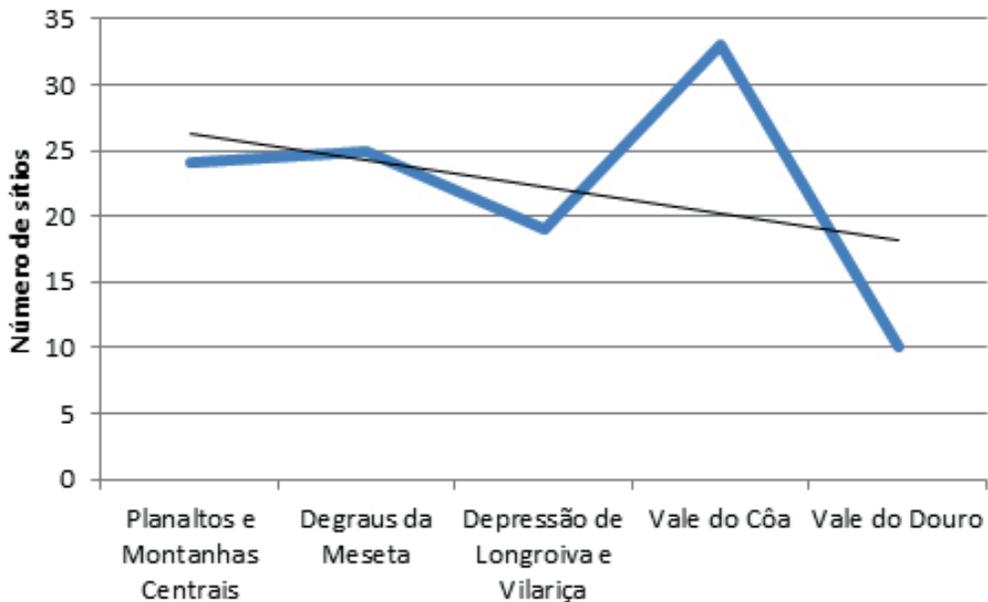


Fig. 3 - Implantação dos sítios identificados nas superfícies morfológicas.

O gráfico da figura 3 mostra-nos uma certa homogeneidade na implantação morfológica dos sítios arqueológicos. Existe um predomínio de locais no Vale do Côa (30%), que se explica pelos projectos de prospecção arqueológica aí existentes e pelo quase contínuo trabalho de campo que Mário Reis, do Parque Arqueológico do Vale do Côa, tem executado (Reis 2012, 2013 e 2014). As outras percentagens, 22% para os Planaltos e Montanhas Centrais, 21% para os vários degraus da Meseta em território português e 17% para a área que cobre a Depressão de Longroiva e de Vilarça correspondem a áreas onde têm existido alguns trabalhos de prospecção (VV.AA 1997, Coixão 1999 e Cardoso 2010). O que é interessante notar é uma relativa homogeneidade de ocupação remetendo para um território constantemente percorrido. A relativa baixa percentagem (9%) de sítios arqueológicos ao longo do Vale do Douro, parece reflectir um problema pós-deposicional; a plantação das vinhas nos últimos 30 anos terão destruído alguns sítios arqueológicos. A maior parte dos sítios aí identificados localizam-se em zonas de cumeada, ainda livres dos trabalhos agrícolas.

A recta de tendência linear do gráfico, embora tenha uma tendência decrescente, devido ao valor do Vale do Douro, apresenta uma certa homogeneidade. Poderemos traduzir esta homogeneidade como um factor dinâmico da ocupação desta área.

Perguntamos agora: Será que a implantação geomorfológica dos sítios também será homogénea?



Fig. 4 - Implantação dos sítios identificados nas unidades geomorfológicas específicas.

No gráfico da figura 4 observamos uma implantação não homogénea dos sítios. Existe uma clara prevalência dos locais implantados em cumeadas (43%) e a meia encosta (24%), perfazendo praticamente dois terços do total dos sítios. Nesta análise teremos que introduzir as situações associadas às alterações pós-deposicionais de âmbito natural e as alterações antrópicas. Os sítios localizados nos topos das colinas só nos últimos anos foram objecto de destruição/alterações provocadas pelo homem, como o plantio de vinhas e de eucaliptos. Por outro lado, os locais de fundo de vale e de várzea estão sujeitos não só à acção do homem, como a processos pós-deposicionais intensos. No entanto a ideia que poderemos reter associa-se à escolha de implantações geomorfológicas de cota mais elevada.

Tendo em consideração a homogeneidade da localização dos sítios em grandes unidades morfológicas e a sua variabilidade quando cartografados na sua implantação geomorfológica, podemos continuar a testar a nossa Base de Dados perguntando: Que relação<sup>5</sup> terão com a paisagem, com determinadas características significativas dessa paisagem? Entendemos por relação uma intervisibilidade entre o sítio e a paisagem.

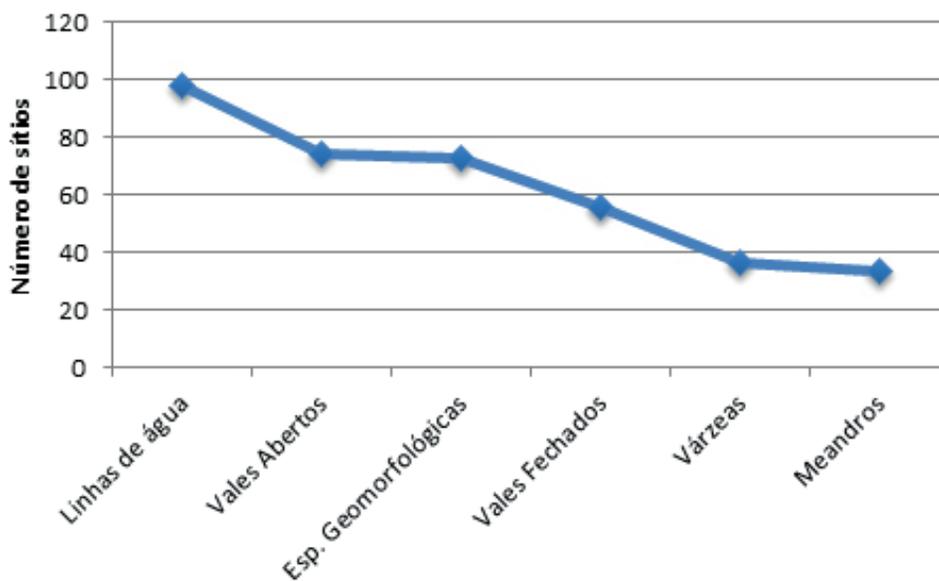


Fig. 5 – Sítios identificados associados à sua implantação no terreno.

A análise do gráfico da figura 5 é simples. O total dos sítios foi comparado à vez com todas estas características e os números do gráfico são absolutos.

As linhas de água, sejam de grande caudal e significativas na paisagem (como os rios Douro, Côa e Sabor), sejam de menor caudal (como a Ribeira

<sup>5</sup> Entendemos por relação uma intervisibilidade entre o sítio e a paisagem. E uma intervisibilidade é um conceito dinâmico. Implica movimento, implica a ideia de “olhar para” e ser “olhado de”. Transporta consigo o sentido de percepção de lugares. Se, por exemplo, considerarmos que o conhecimento do mundo para estas comunidades é obtido, entre outras acções, através do movimento, as intervisibilidades constantes são uma, de muitas outras formas, de adquirir capacidades de percepção desse próprio mundo.

da Teja e Ribeira do Vale das Vila), foram contempladas neste *item*. Assim, 98% dos locais estão associados a uma, ou mais linhas de água.

As especificidades geomorfológicas também parecem ter um efeito significativo na paisagem, pois 73% dos sítios relacionam-se com uma ou mais destas características. Enquanto as linhas de água poderão ter sido importantes a vários níveis (consumo, mobilidade, percepção dinâmica da paisagem), as especificidades geomorfológicas parecem não ter um papel de carácter económico e funcional imediato para estas comunidades.

Os vales, quer abertos na paisagem, quer fechados e mais circunscritos à intervisibilidade, parecem ter alguma importância. Os primeiros distribuem-se por 74% dos sítios arqueológicos e os segundos por 56%. Abaixo dos 50%, temos as várzeas (36%) e os meandros dos rios (30%).

De uma forma geral, sugere-se que todos os locais identificados parecem ter uma relação global com a paisagem. A implantação dos sítios parece apontar, não para áreas significativas e relacionadas com uma determinada especificidade, sejam geomorfológicas, sejam linhas de água, sejam vales, mas parecem fazer referências, ou talvez citações, à paisagem no seu todo, não apenas como olhada, mas essencialmente como percorrida.

Descriminemos agora, por implantação geomorfológica os locais relacionando-os com as características do terreno para tentarmos sugerir outro tipo de relações.

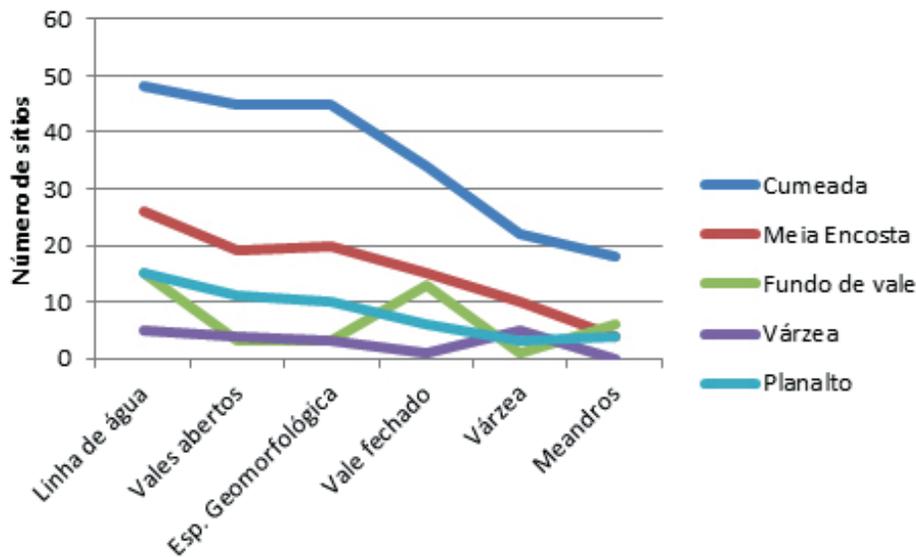


Fig. 6 - Implantação de sítios arqueológicos e sua associação ao terreno.

A leitura imediata do gráfico da figura 6 remete-nos para uma certa homogeneidade, mesmo tendo em consideração o total diferente de sítios em cada implantação. Todas as curvas são semelhantes, especialmente os sítios localizados em cumeadas e a meia encosta, mas existe uma excepção; os sítios localizados no fundo de vales. Embora o total de sítios tenha apenas um somatório de 15, a observação reveste-se de alguma importância; a curva destes sítios é contrária à dos outros, à excepção da variável linhas de água. Enquanto nos outros sítios, a curva desce e sobe nas mesmas variáveis, nos sítios de fundo de vale, a curva sobe em variáveis diferentes; os meandros dos rios e os vales fechados parecem ter alguma importância na escolha destes lugares.

A elaboração deste gráfico torna evidente que a simples indexação dos sítios analisados a uma implantação topográfica torna a análise limitada. Mesmo detalhando um pouco a leitura do gráfico, apercebemo-nos que as linhas de água constituem um factor determinante na escolha dos locais, assim como os vales abertos. Mas pouco mais podemos dizer. É necessário encontrar outras formas, não só de “olhar” a paisagem, como de “ver” os sítios arqueológicos, o que será o tema do próximo ponto.

## 5. AS INTERPRETAÇÕES: A PAISAGEM DE CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO

“O tema era, no princípio, os “povoados fortificados”, depois “lugares monumentalizados, dispositivos comunicacionais”, recintos. O tema era, e continua a ser, sítios implantados em determinados locais, com uma ou mais linhas de murete a circundá-lo, com estruturas específicas a ele associado, caso de “bastiões” e estruturas circulares. No entanto, esta paisagem é constituída por uma pluralidade de sítios arqueológicos (...)” (Cardoso 2010:397)

Começamos por olhar para os sítios. A citação anterior remete-nos para um tipo de sítio específico; os recintos, mas relembra-nos que os recintos constituíam apenas uma parte dos sítios identificados como tendo uma cronologia do 3º e 2º milénio AC.

Tentemos sair do campo descritivo e ensaiar a interpretação. Um primeiro ponto relaciona-se com a categorização dos sítios arqueológicos, independentemente da sua implantação geomorfológica<sup>6</sup>.

Como referido em publicação anterior (Cardoso 2017b:16), as categorias agora apresentadas não pretendem constituir-se como uma classificação tipológica dos sítios arqueológicos do 3º e 2º milénio AC na área geográfica que estudámos. São apenas um exercício interpretativo baseado na prospecção até hoje efectuada e nos sítios que têm sido intervencionados. A base de trabalho desta categorização foi a Base de Dados anteriormente referida conjugada com o intenso trabalho de campo. Esta relexão começou por ser feita durante a preparação de um trabalho académico e foi evoluindo ao longo dos últimos anos, acompanhando a experiência das intervenções arqueológicas continuadas na região. Quais são então as categorias consideradas?

O gráfico da figura 7 relecte as categorias identificadas e a sua distribuição. É importante referir que deste universo de 112 sítios apenas 17 foram objecto de intervenções arqueológicas cuja publicação nos permitiu retirar informação para o presente trabalho: Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge, S. 1993 e 2005 entre outros), Castanheiro do Vento (Cardoso 2011, Vale 2012, Jorge, V. et al 2005a e b; Jorge, et al 2006, entre outros), Ribeirinha e Lapas Cabreiras (Alves et al 2016), Fumo, Ramila, Quinta da Torrinha, Bar-rocal Tenreiro e Castelo de Algodres (Carvalho 2003), Curva da Ferradura (VV.AA 1996), Vale Mateus (VV.AA 1996), Baldoeiro, (Rodrigues e Reban-da 1999), Cabeço da Mina (Sousa 1999), Freixo de Numão (Coixão 2003) e Castelo Velho da Meda, Castro de São Jorges e Castelo do Nunes (informação pessoal de António Sá Coixão).

---

<sup>6</sup>A questão da categorização dos sítios arqueológicos encontra-se já bastante discutida em publicação anterior (Cardoso 2011:396-405) tendo sido reequacionada recentemente (Cardoso 2017b). A ideia central que queremos focar relaciona-se com a importância e a necessidade de redefinição dos quadros explicativos e interpretativos vigentes e permitirmo-nos reorientações metodológicas (veja-se por exemplo Jorge, S. (1994, 1998, 2003a, 2003b e 2005).

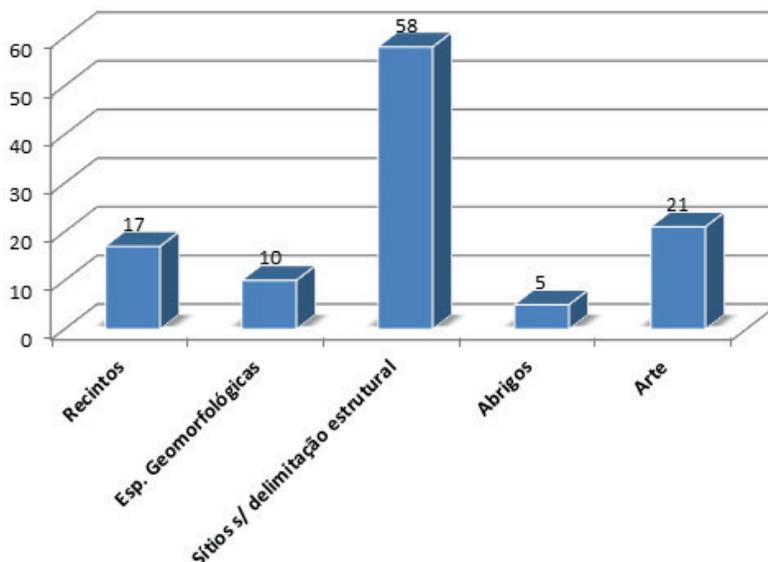


Fig. 7 – Distribuição dos sítios identificados pelas “categorias” propostas.

Esta figura representa o número de sítios identificados e transpostos para uma ficha de recolha de dados até aos trabalhos de prospecção de 2015. Desde as primeiras saídas de campo, na primeira década do século XXI até hoje, muito se evoluiu. O primeiro esboço de categorização de sítios publicado em 2007 (Cardoso, 2010) apresentava categorias diferentes, mas o contínuo trabalho de campo e a colocação permanente de questões aos dados levou-nos a reequacionar algumas das categorias e a introduzir outras novas.

Antes de passarmos às interpretações da paisagem dos 3º e 2º milénio AC será importante proceder à definição de cada uma destas “categorias”<sup>7</sup>:

<sup>7</sup> Na definição dos parâmetros das categorias é necessário ter em conta a variabilidade do tipo de acção arqueológica que houve nos 17 sítios intervencionados. Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento foram objecto de um estudo mais circunstanciado e prolongado no tempo. Em todos os outros 15 sítios apenas foram feitas sondagens caracterizadoras da sua ocupação (Fumo, Ramila, Quinta da Torrinha, Barrocal Tenreiro, Castelo de Algodres, Ribeirinha, Lapas Cabreiras, Curva da Ferradura, Vale Mateus, Baldoeiro, Cabeço da Mina, Freixo de Numão, Castelo Velho da Meda, Castro de São Jorges e Castelo do Nunes), a indexação a determinada “categoria” apoia-se essencialmente nos trabalhos de prospecção de identificação dos sítios que tem sido melhorada com a experiência adquirida no trabalho de prospecção. É importante referir ainda que os autores que se têm dedicado a esta época cronológica, consideram apenas a existência de dois tipos de locais: “povoados” e povoados fortificados”

recintos, especificidades geomorfológicas, sítios sem delimitação estrutural, abrigos e sítios de arte.

Os recintos estão situados em topos de colinas, esporões predominantes na paisagem ou em colinas de formato circular e sub-circular. Apresentam um espaço interno, delimitado por uma ou mais linhas de murete com interrupções, passagens e “bastiões”. Em alguns deles é possível observar vestígios de estruturas ao longo das colinas em áreas próximas ao topo<sup>8</sup>.



Fig. 8 – Recinto de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) implantado no topo de uma colina, abarcando-a. Vista de Norte. Os vestígios de estruturas encontram-se no topo, no entanto existem alguns indícios que apontam para a sua existência ao longo de toda a área de acesso ao cimo do monte, especialmente a Este e a Sul.

---

<sup>8</sup> Para uma definição mais pormenorizada ver Cardoso 2010:314 e seguintes.



Fig. 9 - Recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), implantado num esporão, visto de Norte. Os vestígios de estruturas existiriam pelo menos, ao longo da encosta Sul.



Fig. 10 - Recinto da Quinta de Alfarela (Torre de Moncorvo), implantado numa colina de formato circular.



Fig. 11 - Recinto do Cerro do Bastião (São João da Pesqueira), implantado numa colina de formato sub-circular.

Os “Sítios sem delimitação estrutural” não apresentam estruturas de tipo positivo ou negativo (muretes, valados ou fossos) que delimitem um espaço mais ou menos concêntrico. Localizam-se, maioritariamente, em áreas abertas e estão próximos a linhas de água e/ou nascentes. Outra tendência de implantação são os fundos de vales, e as várzeas. A principal ideia relaciona-se à não existência de um espaço circunscrito bem definido, onde o sítio arqueológico se implanta. No entanto, é importante notar que em alguns casos, não existe um espaço estrutural/construtivo, mas sim parece existir uma evidência estrutural/conformativa, isto é, alguns locais estão implantados em áreas marcadas por evidências geológicas e/ou morfológicas do terreno, caso de grandes blocos de granito, ou pequenas elevações e plataformas.



Fig. 12 - Quinta do Campo (Meda). Exemplo de um local implantado numa área aberta e definido por uma pequena elevação.



Fig. 13 - Quinta dos Gamoais de Baixo (Meda). Exemplo de um local implantado em várzea, aparentemente sem delimitação estrutural.

As especificidades geomorfológicas são locais primeiro que tudo visíveis e proeminentes na paisagem. Geralmente correspondem a uma característica geológica do terreno – cristas quartzíticas como Santa Eufémia, São Martinho, São Gabriel e Seixo, ou são formações graníticas, tipo tor, caso da Senhora de Lourdes - ou colinas proeminentes de formato cónico como São Salvador do Mundo e Senhora do Viso, ou apenas grandes elevações oblongas destacadas na paisagem, como Santa Columba. Por outro lado, além do seu carácter geomorfológicamente específico possuem vestígios de ocupação. São evidências efémeras com poucos materiais e completa ausência de estruturas (pelo menos no estado actual da investigação).



Fig. 14 – Crista quartzítica de São Gabriel, vista da área central do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão.



Fig. 15 – Alto da Senhora do Viso (pequeno ponto branco central) vista de Sul, a cerca de 8 km de distância. É ainda visível o sítio de São Salvador do Mundo (seta) a 14 km.

Os abrigos são definidos por uma arquitectura natural. São espaços com área diminuta, circunscritos e até ao momento, sem estruturas. Os materiais são raros e pouco diversificados; fragmentos de cerâmica com e sem decoração, materiais líticos como lascas, percutores e em apenas um sítio, foi recolhido um machado de pedra polida.

Para definir os sítios da categoria Arte, socorremo-nos de Mário Reis; “Para definir um sítio de arte rupestre basta descobrir um só registo historiado com gravuras e/ou pinturas, independentemente de se tratar de uma rocha, placa, estela ou pedra solta” (2012:6). Este autor refere-se à “Arte do Côa”, muito mais variada e ampla na sua cronologia do que aquela que tratamos aqui. No âmbito deste trabalho, apenas acrescentaríamos a esta definição a possibilidade de alguns dos sítios de arte, também terem evidências de materialidades, caso dos abrigos.

Estando as categorias definidas, olhemos para a tabela 1.

	2007	2011	2013	2018
Recintos	26	26	17	15
Especificidades geomorfológicas	21	14	10	9
Sítios sem delimitação estrutural	41	46	39	52
Abrigos	5	9	13	4
Arte	7	5	21	20

Tabela 1. Percentagens de sítios distribuídos por categoria

As percentagens do quadro reflectem muito as orientações da prospecção de campo. O trabalho publicado em 2007, é um reflexo da metodologia de campo; prospecção orientada para especificidades geomorfológicas e para cumeadas susceptíveis de terem vestígios arqueológicos da categoria de recintos. Optou-se por cartografar alguns locais através de informação publicada. O trabalho de 2011, que serviu de base a um texto de 2013, que infelizmente apenas foi publicado em 2017, reflectem prospecções arqueológicas do território sem estarem orientadas especificamente para a geomorfologia. Incluíram-se aqui alguns sítios arqueológicos constantes da Base de Dados do Parque Arqueológico do Vale do Côa. As percentagens de 2018 contemplam os trabalhos de campo até Outubro de 2015.

Uma chamada de atenção para o valor baixo da categoria Arte em 2007. Nas primeiras versões da Base de Dados (2007, 2011 e 2013), eram contabilizados nesta categoria todos os abrigo (aqueles com materiais arqueológicos e arte, aqueles com materiais e aqueles com arte). À medida que os trabalhos de prospecção iam oferecendo sítios com arte em abrigos, ou em rochas isoladas, optou-se por colocar todos estes novos sítios, assim como os mais antigos na categoria Arte. O valor elevado dos Sítios sem delimitação estrutural, explica-se pela orientação da prospecção nos últimos anos; sempre que possível sistemática e não orientada a cumeadas e elevações.

Definimos as categorias e temos vindo a falar sobre características significativas da paisagem e sobre sítios arqueológicos. Importa agora explicitar que a reflexão que temos vindo a fazer não vê a paisagem como palimpsesto de vestígios materiais, sejam eles físicos ou produtos da acção humana. Isso seria uma visão apenas empiricista sobre aquilo que aconteceu na paisagem, vista como "(...) a history of things that have been done to the land" (Barrett, 1999:26) e não como uma reflexão sobre as pessoas que viveram naqueles lugares. Tendo por base o conceito de paisagem adotado neste trabalho vamos analisar a próxima figura.

O gráfico representado na figura 17, ao tentar ensaiar uma associação de características físicas da paisagem aos sítios arqueológicos é uma forma circunstancial de sugerir analogias entre a nossa experiência de percorrer/estar na paisagem e aquelas/outras comunidades. Não se pretende recriar nem viver o mundo do passado, mas sim encontrar formas diferenciadas de ultrapassar a apreensão visual de um território, de perceber, hoje,

os lugares e as mobilidades e reflectir sobre as possibilidades de perceber aqueles vestígios.

As paisagens não são apenas campos visuais, são habitadas com todos os nossos sentidos; o som e a força do vento e da água poderão ter tido algum tipo de papel na implantação de alguns sítios, a escolha de elementos pétreos (granito rugoso, xisto laminar, a esfericidade do quartzito) poderão igualmente ter possuído algum significado na elaboração de determinadas estruturas. Os sentidos existem como aspectos de funcionamento de um corpo na sua totalidade e em movimento, funcionando em conjunto na acção do seu envolvimento com o mundo e não como registos distintos objectivando processamentos cognitivos (Merleau-Ponty 1945: 240-280, Gibson 1986, Ingold 2000: 243-268).

No entanto assume-se uma certa primazia dada à visão neste gráfico, será uma primazia aparente de carácter metodológico, pois ao olharmos uma determinada paisagem, ao relacionarmos sítios com características do terreno, ao relacionarmos sítios com outros sítios, colocamos nesse espaço caminhos, passagens, linhas que não colocam a visão como experiência central; os sons, as texturas, os cheiros, os sabores, a memória e as biografias poderiam ser, igualmente, determinantes para habitar uma paisagem, para a percorrer.

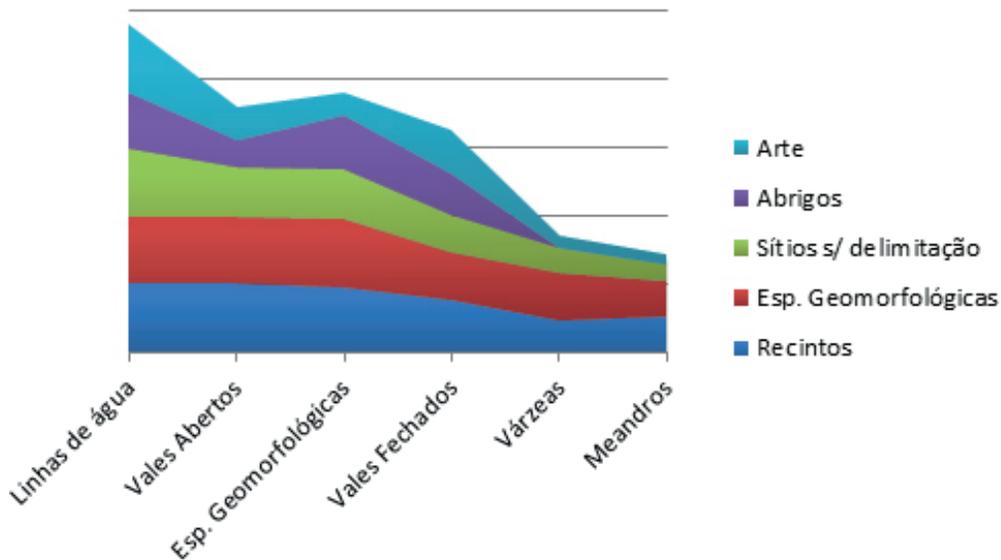


Fig. 16 – Categorias de sítios e sua associação ao terreno.

Ao tentarmos comparar a categoria dos sítios arqueológicos com características físicas do terreno, e tendo em conta a existência de alguma discrepância dos totais que utilizamos<sup>9</sup>, optámos por transformar esses dados absolutos em percentagens, para estatisticamente, tentarmos ultrapassar os valores mais elevados em comparação com os valores mais baixos. A leitura deste gráfico é relativamente simples. Quanto mais homogénea for a barra de cada categoria, maior homogeneidade poderão ter com a paisagem, independentemente da sua horizontalidade.

Olhando para o gráfico, impõe-se algumas observações:

a) Os recintos demonstram uma grande homogeneidade à escala de uma paisagem visível. Abarcam quase por igual todas as características do terreno; os meandros relacionam-se a 53%, os fechados a 76% e apenas as várzeas não atingem os 50% (47%). Destacam-se as linhas de água, as especificidades geomorfológicas e os vales abertos, relacionadas a 100%. A uma macro análise podemos referir que os recintos estão perfeitamente instalados numa paisagem. O que se vê *daqui* [recintos] e o que está *ali*, são complementares.

b) Nas especificidades geomorfológicas a situação é muito semelhante. Todas as categorias analisadas têm uma percentagem alta; linhas de água, vales abertos e especificidades geomorfológicas a 100%, vales fechados e várzeas a 70%. A relação com a paisagem é igualmente englobante, mas aqui a relação é diferente. A visibilidade da categoria “especificidade geomorfológica com ocupação” e outros sítios existe mas é sempre indistinta. A implantação desses locais é observada, mas não perceptível.

c) Os sítios sem delimitação estrutural parecem ter outro tipo de sentido na paisagem. A sua implantação não parece obedecer a características englobantes, mas sim a opções mais específicas. A implantação de cada um destes sítios poderá estar relacionada a acções concretas na paisagem. Se excluirmos as linhas de água que se relacionam a 100%, apenas as especificidades geomorfológicas se relacionam a 74% e os vales abertos a 71%. Todas as outras características possuem valores mais baixos; meandros a 26%, vales fechados a 57% e várzeas a 36%.

---

<sup>9</sup> Como por exemplo, o total de sítios sem delimitação estrutural é 58 e o total de especificidades geomorfológicas com ocupação é 10.

d) O total de abrigos até agora cartografados é de 5, o que invalida uma análise de carácter estatístico precisa. Tendencialmente os valores de relação entre eles e características do terreno são baixos. É importante referir que os abrigos que possuem arte, foram indexados à categoria Arte.

e) Os sítios com arte apresentam uma variabilidade de implantação considerável. Como as outras categorias, estão relacionados com linhas de água a 100%, mas as outras características do terreno encontram-se com percentagens baixas; meandros 14%, várzeas 19%, especificidades geomorfológicas 33% e vales abertos a 48%. Apenas os vales fechados sobem acima dos 50% (62%).

Deixemos por enquanto estas categorias e características do terreno e olhemos para o sítio que potencia este trabalho: Castelo Velho de Freixo de Numão<sup>10</sup>.

Castelo Velho de Freixo de Numão implantado num esporão, encontra-se voltado a Sul dominando visualmente o vale da Ribeira do Vale da Vila. O seu ângulo de visão está delimitado. Toda a área Norte está truncada por um conjunto de elevações mais altas. O sítio, para Sul, Este e Oeste domina uma vasta área, onde sobressaem especificidades geomorfológicas; São Gabriel, Seixo, a Serra da Marofa e o Facho. À excepção do Facho, um monte cónico xistoso e sem materialidades, todas as outras especificidades são cristas quartzíticas, impositivas na paisagem. Por outro lado, neste cenário visual de Castelo Velho de Freixo de Numão, São Gabriel parece deter um papel específico, já referido por Susana Soares Lopes, que na altura assinava como Susana Jorge:

“Esta elevação [São Gabriel] de 652 m de altitude absoluta, encontra-se precisamente no eixo médio do referido ângulo de visão, [entre os montes localizados a nordeste e o Facho localizado a sudoeste] tornando-se, devido à topografia envolvente, no elemento polarizador desta cenografia natural, Castelo Velho “olha” o Monte de São Gabriel, elemento físico incontornável do alto do “monumento”. Olha-o, diga-se, de uma altitude ligeiramente superior” (Jorge, S.O., 2005:144).

---

<sup>10</sup> A reflexão que se segue, parte de um trabalho de campo constante, feito nesta paisagem, desde 2005. Algumas das observações aqui produzidas já foram objecto de publicação em 2011. Outras foram revistas tendo em consideração o intenso trabalho de campo efectuado entre 2011 e 2016.

Intervisibilidades entre Castelo Velho de Freixo de Numão e outros sítios, que não as especificidades geomorfológicas com ocupação (São Gabriel e Seixo), não existem. Para “olhar” para outro recinto como Castanheiro do Vento teríamos de nos afastar do espaço circunscrito pelos muretes de Castelo Velho de Freixo de Numão e mesmo assim a intervisibilidade é opaca e difusa<sup>11</sup>. Apenas apontamos o local, relacionando-o com a Senhora do Viso. Sem intervisibilidades, mas com um tipo de relação mais directa, como a proximidade, temos Freixo de Numão e Vale Minhoto (loais onde foram recolhidos, algumas materialidades atribuíveis ao 3º milénio AC).

Outro ponto de reflexão importante tem a ver com linhas de mobilidade. Castelo Velho de Freixo de Numão parece ter uma conectividade precisa com linhas de mobilidade: o Vale da Vila onde se estabelece um curso de água bastante pequeno que desagua no rio Douro, numa área precisa de confluência entre este rio, o rio Sabor e precisamente a ribeira do Vale da Vila. Este ponto preciso, representa verdadeiramente uma confluência de linhas de mobilidade, uma paisagem de visibilidade aberta e precisa. Corresponde geologicamente, à falha Vilariça-Longroiva, que deu origem aos vales depressionários extremamente férteis que caracterizam parte desta paisagem.

Se associarmos as linhas de horizonte e especificidades geomorfológicas a Castelo Velho de Freixo de Numão, temos a Este, São Gabriel e Seixo. O primeiro poderá remeter-nos para toda a área do vale do Côa, o segundo parece encaminhar-nos para o planalto entre o rio Côa e a ribeira de Aguiar. A Este, o Facho, domina o planalto de Freixo de Numão (onde está Vale Minhoto), o vale da Ribeira da Teja, embora indistinto, e uma conexão visual com a Senhora do Viso. A Norte, as visibilidades truncadas, sendo restritivas, acentuam a ideia de condicionar o nosso “olhar” para determinadas áreas: primeiro o vale da Ribeira do Vale da Vila; segundo a planície amesetada de Vila Nova de Foz Côa que representa o degrau mais ocidental da meseta; terceiro a fissura provocada pelo vale do rio Côa e quarto a grande extensão da meseta entre este último rio e a ribeira de Aguiar já indistinta (Fig. 18).

---

<sup>11</sup> Esta visibilidade é opaca e difusa, olhando para o cerro onde se encontra Castanheiro do Vento. Se colocarmos a hipótese da existência de muretes altos, ou de outras estruturas erguidas, a opacidade transformar-se-ia numa outra realidade mais visível, mesmo tendo em conta o coberto arbóreo.

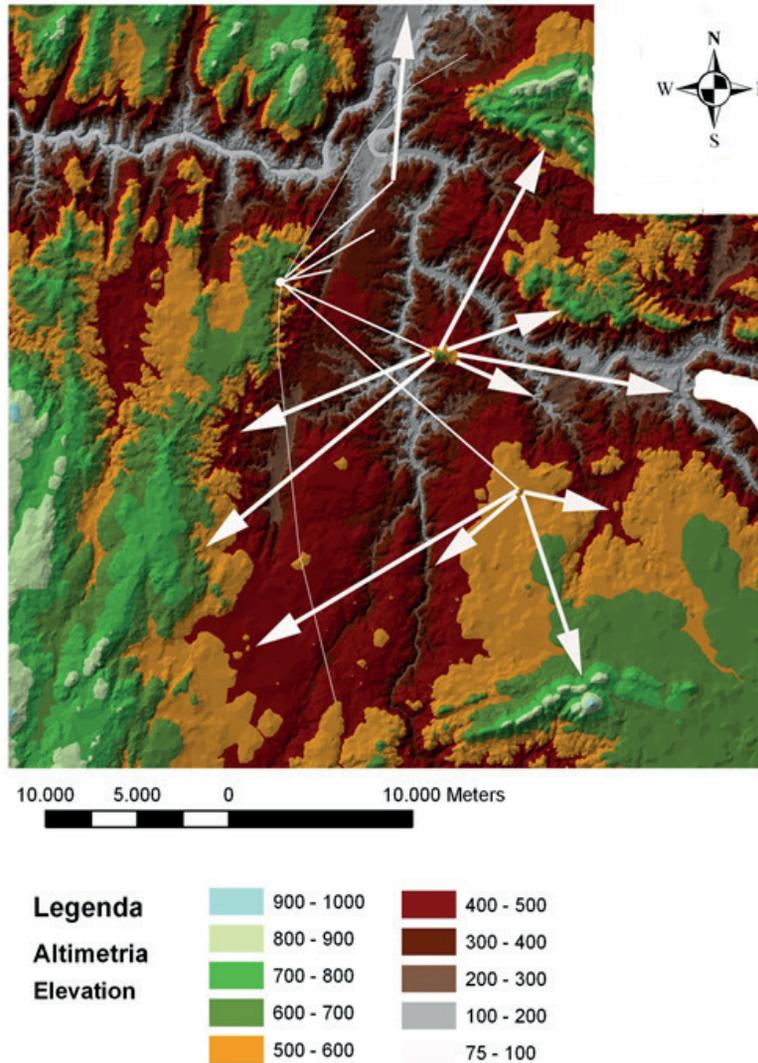


Fig. 17 – Cartografia de visibilidades de Castelo Velho de Freixo de Numão (pequeno ponto branco situado a Oeste no mapa). O ponto central corresponde ao monte de São Gabriel e a área de dispersão de setas a Sudeste corresponde a Seixo. O traço mais fino representa as visibilidades possíveis. O traço mediano representa as visibilidades imediatas para características do terreno e sítios arqueológicos. As setas representam conectividades visuais para linhas de horizonte e territórios mais vastos (O tratamento vectorial deste mapa foi elaborado por Gonçalo Leite Velho, a quem agradecemos).

Esta figura tenta cartografar as visibilidades de Castelo Velho de Freixo de Numão conectadas a um determinado espaço. Por um lado acentua a área visível de um observador que circula pelo sítio arqueológico representada pelo traço mais fino. Esta área inclui toda uma panóplia de vistas; planos de paisagem diversos com características diferenciadas (planícies, entalhes de rios, especificidades geomorfológicas). A análise proporcionada por este segmento de linha, cartografada num mapa remete-nos para uma paisagem estática e meramente bidimensional. Adicionando a esta análise as linhas médias que cartografam a visibilidade para sítios arqueológicos (Castelo de Foz Côa, São Gabriel e Seixo) e características específicas do terreno (degrau mais ocidental da meseta e o vale da Ribeira do Vale da Vila), acentuamos a implantação geomorfológica de Castelo Velho de Freixo de Numão, e a sua relação a outros sítios, mas continuamos a olhar para sítios fixos e novamente bidimensionais.

Um terceiro nível de reflexão, representado no mapa pelas setas remete-nos para as linhas de horizonte desses sítios arqueológicos e para tudo o que a paisagem comporta quer entre Castelo Velho de Freixo de Numão e Castelo de Foz Côa, São Gabriel e Seixo, quer entre estes sítios e o seu horizonte. Estas relações transformam este espaço em paisagem.

Transformam porquê? Porque colocam no terreno pontos de observação. Pontos dinâmicos e móveis, pontos constituintes de linhas de mobilidade, tornando-se pontos de observação sucessivos. Um ponto existe num espaço abstracto, mas um ponto de observação existe num espaço ecológico, existe num meio e não num vazio (Gibson 1986:65), consistindo em localizações e posições sucessivas. Estas linhas implicam assim um caminho de observação, que não é apenas um percurso, é também um sistema de visibilidades, oclusões, cheiros, sons, texturas constantemente diferentes, sempre em constante alteração, com elementos mais perenes e outros efémeros. A mobilidade comporta várias dimensões de visibilidade; a variação produzida ao longo de um ano pela folhagem das árvores, o que não se vê na Primavera e no Verão e torna a ver-se no Outono e no Inverno; a visão topográfica é alterada, não só com as folhas de árvores como com o crescimento da vegetação; os cheiros e texturas alteram-se sazonalmente com as árvores, plantas e animais, assim como os sons produzido pelo vento, pelos cursos de água, e pelos próprios homens e animais. As linhas de mobilidade e conseqüentemente os pontos de observação tornam-se acções com um determinado tempo, tornam-se temporais.

As linhas de horizonte também se tornam dinâmicas. Não são visibilidades longínquas, ou seja, aquilo que se vê ao longe. São a linha que separa as montanhas, as colinas, os vales, os rios, do céu. São as linhas onde as superfícies deixam de ser vistas, o que é diferente de não serem vistas. O local onde estamos condiciona a percepção do horizonte que se torna móvel.

“Para alterar a linha do horizonte, basta mudar de local, ao subir uma colina, a percepção da linha de horizonte altera-se (Gibson 1986:164). A percepção do aqui, e a percepção do distante, assim como do distante daqui, está relacionada. O horizonte não é uma linha estática, nem definida, é um conjunto de pontos observados, que se altera constantemente, não só através da mudança de local de observação, como através das condições meteorológicas nesse momento; a chuva, o nevoeiro, o sol forte condicionam a observação da linha de horizonte” (Cardoso 2010:316).

O sítio de Castelo de Foz Côa remete as suas linhas de horizonte para Norte, para a depressão da Vilariça. São Gabriel tem uma visibilidade e, por vezes, intervisibilidade com áreas mais vastas: a Serra de Reboredo, na margem Norte do rio Douro; os cerros que delimitam o entalhe daquele rio, a Norte, e a fissura provocada pelo Douro, assim como as fissuras da Ribeira de Aguiar e, muito indistinto, o corte no terreno do Rio Águeda, para Sudoeste abarca a encosta Oeste da depressão de Longroiva. O Seixo abarca uma área considerável da zona Sul do vale da Ribeira de Aguiar, muito amplo e aberto, a Serra da Marofa, o entalhe do rio Côa e paisagens indistintas da encosta Oeste da depressão de Longroiva.

Enquanto o Castelo de Foz Côa está implantado numa elevação no rebordo Sul do entalhe do Rio Douro, São Gabriel e Seixo são especificidades geomorfológicas impositivas. As ideias que gostaríamos de transmitir acentuam a importância destas especificidades. Parecem ter um significado amplo na paisagem. Impõe-se, mas não como limites ou fronteiras de um “território”<sup>12</sup>, nem como

<sup>12</sup> Este “território” tem apenas uma fronteira; aquela que é imposta pela investigação. Outras fronteiras que surjam serão sempre instrumentos de análise, a serra da Marofa, a Senhora do Viso, São Gabriel, o Rio Douro, a Ribeira do Vale da Vila, a depressão de Longroiva, por exmplo. Estas características do terreno, enquanto reflexão, não segmentam a paisagem porque são constitutivas dela própria: “ (...) i tis important to note that no feature of the landscape is, of itself, a boundary. It can only become a boundary, in relation to the activities of the people (or animals) for whom i tis recognised or experienced as such” (Ingold 2000:192-193).

centros “territoriais” à volta dos quais estas populações se movimentavam e o habitavam, mas como elementos que convergem, elementos integradores e integrados nessa paisagem.

Estas especificidades polarizam áreas geográficas de maneiras diversas: por vezes impositivas como São Gabriel, em relação a Castelo Velho de Freixo de Numão, como a Senhora do Viso, em relação a Castanheiro do Vento ou como São Martinho, em relação ao Cerro do Bastião; por vezes longínquas e menos impositivas, como a Senhora do Viso para Castelo Velho do Souto, São Gabriel para Montes e São Martinho para a Pitanceira. Segundo os pontos de observação e os diferentes espaços percorridos, estes lugares vão-se tornando “móveis” num duplo sentido; por um lado são móveis porque têm sempre “vistas” diferentes consoante o nosso ponto de observação e consoante as horas do dia, as estações do ano e as condições atmosféricas, por outro lado são móveis porque essa paisagem é habitada, é percorrida continuamente.

Estes sítios arqueológicos que são igualmente especificidades geomorfológicas existem numa paisagem em constante movimento devido à constante mobilidade que se vai estabelecendo, que vai tecendo sítios e lugares. Desta forma não os podemos considerar como “centros”, ou “fronteiras”, terão sido, provavelmente, lugares significantes numa paisagem que ao longo do 3º milénio A.C. se ia revelando como identitária de uma comunidade.

Mas, e todos os outros locais, os recintos e os sítios sem delimitação estrutural, que características terão que possamos acrescentar a esta reflexão.

Como já referimos, no tempo longo todos os locais onde estes sítios se implantaram possuem materialidades que podemos indexar ao 3º milénio e à primeira metade do 2º milénio A.C. Aliás um trabalho sobre paisagem e sobre sítios arqueológicos que surgem, desaparecem e se mantêm ao longo de cerca 1500 anos, só pode ser pensado no tempo longo. Tendo em consideração que apenas 17 sítios foram objecto de intervenções arqueológicas, e mesmo assim bastante desiguais, e que os outros sítios apenas foram prospectados com o objectivo de preenchimento de um questionário à paisagem, não podemos aferir cronologias finas, nem continuidades ou descontinuidades de pormenor.

O regime interpretativo que temos das escavações efectuadas em Castelo Velho de Freixo de Numão e em Castanheiro do Vento, que se consubstancia

em inúmeras materialidades (cerâmica, elementos pétreos, estruturas, entre outras) pode encaminhar-nos para outras reflexões e para um conhecimento do terreno que nos permitirá, não construir “modelos de ocupação do espaço/território”, aferindo contemporaneidades entre sítios, mas, considerando o tempo longo, reflectir sobre comunidades que ao longo de 1500 anos habitaram uma paisagem. Provavelmente alguns destes sítios terão sido coevos, outros não, provavelmente alguns destes sítios terão tido uma vivência longa e internamente transformadora, outros terão sido efémeros, no entanto no estado actual da investigação, não seria correcto trabalharmos sobre cronologias mais particulares.

Sabemos no entanto que definimos um espaço geográfico de trabalho, uma temporalidade de reflexão e conhecemos materialidades associadas quer a esse espaço, quer a essa temporalidade. Esta variabilidade de escalas é a nossa escala de análise. Uma análise desigual, com diferentes dinâmicas e distintas interações. Apenas um denominador comum atravessa todas estas escalas; os sítios e as suas implantações na paisagem. Voltemos assim aos sítios.

Considerando os sítios categorizados como recintos existe uma clara predominância dada às questões de visibilidade e/ou intervisibilidade. Todos eles apresentam características que lhes permite tornarem-se visíveis num determinado espaço. O grau de visibilidade é no entanto variável. Existem sítios que podem ser “olhados” a grandes distâncias tornando-se realidades quase impositivas, tal é o caso de Montes, Castanheiro do Vento e Calábria. Existem outros sítios que estão como que debruçados sobre paisagens específicas, como é o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão sobre o vale da Ribeira da Vila; Alto da Lamigueira sobre o vale depressionário de Longroiva; a Quinta de Alfarela sobre a depressão da Vilarça. Existem, ainda outros, que embora possuindo um grau de visibilidade longínquo, apenas se tornam polarizadores ao “olhar” em áreas muito precisas. Tal é o caso do Castelo Velho da Meda através da ribeira da Concelha; de Castelo Velho do Souto através do rio Torto e da Zaralhôa através da ribeira da Teja.

Outra característica que nos parece marcante relaciona-se com o domínio visual destes sítios. Cerca de dois terços dos sítios possuem uma amplitude visual de cerca de 180 graus. Todos eles estão conectados a características específicas do terreno, como é o caso de vales abertos e fechados. Todos visualizam especificidades geomorfológicas, mas muitos não têm intervisibilidade. No entanto todos eles possuem intervisibilidades com pelo

menos um outro recinto. Por último, desfrutam de paisagens indistintas ou abstractas com áreas onde estão localizados outros sítios que não são recintos. Todos os recintos estão conectados a linhas de água importantes, mas apenas três se relacionam directamente com o Rio Douro; Quinta da Alfarela, Pitanceira e Quinta da Abelheira.

Dentro desta variabilidade de lugares, mas com uma certa homogeneidade de implantações, como poderemos pensar os outros sítios, aqueles aparentemente não murados e não implantados em locais impositivos e destacados na paisagem?

Os sítios sem delimitação espacial são a maioria no nosso universo de análise. Cerca de um terço, caracterizam-se por terem uma visibilidade próxima mas ao mesmo tempo, abrangente, poucas intervisibilidades e estão todos implantados em áreas próximas de grandes vales abertos e de várzeas. Tal é o caso de Curral da Pedra, do Fumo e da Quinta do Campo. Todos eles estão relacionados com especificidades geomorfológicas, quer directamente, quer na linha do horizonte. Os restantes possuem uma visibilidade ampla para áreas específicas como vales ou rios e ribeiros, e truncada para a restante paisagem, poucas intervisibilidades e, ao contrário dos lugares anteriores, as especificidades geomorfológicas dominam o seu horizonte. Falamos de sítios como Barrocal Tenreiro, Salto do Boi e Vale Minhoto.

Outra característica são as linhas de mobilidade na área imediata a estes sítios. Estas parecem estar directamente associadas ao próprio sítio, pois o campo de visão imediato é restringido. Apenas as linhas de horizonte parecem “relembrar” o território onde estes sítios estão implantados, essencialmente, através das especificidades geomorfológicas visíveis, como é o caso de São Gabriel para o Fumo e Castelos (Santa Comba); de Santa Columba para Lapas e de Curral da Pedra e a Serra da Marofa (como horizonte longínquo) para três sítios: Barrocal Tenreiro, Castelos (Santa Comba) e Quinta do Campo.

Parte das observações efectuadas em 2010 e 2017 mantêm-se. As implantações destes sítios, assim como as suas (inter)visibilidades são bastante diversas. As linhas de mobilidade destes locais são feitas através de várzeas, vales abertos e junto ao leito de rios. A sua localização parece transformar a paisagem num fenómeno em transformação; aparecimento e abandono de sítios e persistências de ocupação em outros.

## 6. REFLEXÕES FINAIS

Que reflexão final poderá ser feita, tendo em consideração o que foi escrito, que relações poderemos encontrar em todos estes sítios? Que dinâmicas existem? Poderemos falar de dinâmicas estruturantes de um território? Não nos podemos esquecer que falamos de sítios. Sítios onde acções aconteceram e que nos remetem para a existência de uma qualquer matriz de sociabilidades, sítios onde a arquitectura acontece e faz parte integrante do lugar e existe completamente integrada na paisagem. A materialidade da arquitectura é a materialidade da paisagem, é uma nos seus materiais e nas acções de movimentação nos sítios e movimentação na própria paisagem.

Uma ideia fulcral parece relacionar-se com a própria paisagem. Esta constitui-se através de intersecções, de continuidades e rupturas. Intersecções de linhas de mobilidade, de linhas de horizonte, de visibilidades e intervisibilidades. É constituído um novelo de intersecções na paisagem. Este novelo corresponde ao habitar efectivo desta paisagem, corresponde à sua apreensão. Ao reflectirmos sobre um determinado espaço onde a mobilidade é prática sistemática, a paisagem torna-se viva, os sítios arqueológicos, os pontos nos mapas, tornam-se activos, dinâmicos, ganham dimensão. A paisagem é constituída por vales amplos, várzeas, planaltos, vales exíguos, leitos de rio encaixados. Aqui cada visibilidade ou vista<sup>13</sup> é única, podendo constituir-se em sítios em lugares com sentido. É através da mobilidade que apreendemos uma paisagem, que percebemos o que vimos e o que sabemos o que iremos ver.

A percepção do mundo incorpora a percepção do lugar onde se está, onde se habita, onde a “vivência” acontece. A percepção é o envolvimento directo com os lugares e esse envolvimento toma a forma de comprometimento contínuo com esses lugares<sup>14</sup>. Aquele que percebe está imerso no mundo. Os sítios e as mobilidades são experiências corporais, não podem existir separados, coexistem num espaço (geográfico) e são habitados<sup>15</sup>, são paisagem.

---

<sup>13</sup> “An alley in a maze, a room in a house, a street in a town, and a valley in a countryside each constitutes a place, and a place often constitutes a vista (Gibson 1966:206), a semienclosure, a set of unhidden surfaces” (Gibson 1986:198).”

<sup>14</sup> “Le corps est notre moyen general d’avoir un monde” (Merleau-Ponty 1945:171).

<sup>15</sup> “(...) a consciência de um lugar é sempre uma consciência posicional.” ((Merleau-Ponty, citado por Montaner 2001:37)

Um dos sentidos da paisagem reflecte então as relações sociais com os outros e com os lugares que habitamos. Desta forma, sugere-se que os diversos lugares de habitação de um espaço, não são apenas os sítios: os recintos; as especificidades geomorfológicas com vestígios de ocupação; os sítios sem delimitação estrutural; os abrigos e os lugares com arte. Terão sido todos, num processo constante de incorporação de uma comunidade numa paisagem e em todas as acções praticadas por essa comunidade. Todos os actuais sítios arqueológicos estão imersos no mundo, não opostos ou separado dele. Igualmente as comunidades estão imersas no mundo, não opostas ou separadas dele, isto é, os sítios são lugares habitados, vivenciados, percebidos por comunidades que continuamente se movimentam e apreendem um território. Assim poderemos olhar para os sítios como acções dinâmicas e não pontos fixos. Na sua implantação geomorfológica são criadas oposições entre vistas abertas e fechadas, entre horizontes planálticos e vales abertos ou horizontes cortados por montanhas e vales fechados. São criadas rupturas ao olhar, assim como existem planos de paisagem abertos e longínquos, a própria implantação destes sítios existe em perfeita interrelação com o mundo físico, tornando-se assim, paisagem. A implantação dos sítios e a consequente ocupação de espaços diferenciados assim como a mobilidade entre eles e no território constituem a dinâmica da paisagem. Esta dinâmica com as suas continuidades e rupturas estaria em constante estruturação. As continuidades podem observar-se em sítios como Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento, com a sua longa diacronia, e as rupturas podem-se associar a outros sítios com uma diacronia menor.

Podemos ainda relacionar as continuidades e rupturas com a prática da arquitectura e com as materialidades usadas na elaboração e conformação dos sítios. Castelo Velho de Freixo de Numão possuiria um papel integrador/integrado nessa paisagem (assim como todos os sítios), mas operando a diversas escalas, a diversos sentidos, a diversas temporalidades. A temporalidade agora, adquire um papel importante. Falamos de um tempo longo, cartografamos pontos que representam tempos específicos (de curta, média e longa duração), cartografamos pontos que sofreram intensos processos pós-deposicionais, cartografamos pontos que continuamente são envolvidos em processos de transformação. O quadro interpretativo sob o qual podemos reflectir não envolve a descoberta do passado como foi. Então questionamos: o que foi Castelo Velho de Freixo de Numão inserido nesta paisagem

de pontos cartografados? A paisagem deste sítio terá sido feita de múltiplos passados, de várias dinâmicas constitutivas de si próprio. A sua própria temporalidade foi-se transformando. Teremos de perceber o sítio através do seu uso, reuso e transformações, das suas relações com a paisagem e com os outros sítios nessa paisagem. É um processo dinâmico, não linear, nem acumulativo. É um processo interpretativo que passa pelos dados do registo arqueológico, ele próprio dinâmico (Lucas 2005:53).

Tendo em conta os dados disponíveis poderemos sugerir que Castelo Velho de Freixo de Numão, e provavelmente a maior parte dos recintos, parecem ter desempenhado um conjunto variado de papéis, no tempo longo, mas constituindo-se como estruturantes no seio das comunidades e estando integrados em acções nas quais elas se identificam. Castelo Velho de Freixo de Numão parece ter-se tornado um “lugar persistente” (Pollard 2000) ao longo do 3º milénio AC sendo imanente às comunidades que constantemente o elaboravam, configuravam e reconfiguravam.

Neste papel de múltiplos passados, os recintos e Castelo Velho de Freixo de Numão, em particular, pelo menos ao longo do 3º milénio AC, adquirem um papel de carácter mais identitário, onde o trabalho de configuração, de manutenção do lugar, acontece, onde as tarefas são temporais, onde um viver mais episódico envolve um tempo específico e esse lugar específico, onde a conformação do sítio pode prefigurar memórias sociais e relações de sociabilidade. Onde a própria arquitectura do sítio extravasa para a paisagem tornando-se ela própria paisagem. E isto porque os próprios elementos configurativos do sítio são a paisagem: os elementos pétreos (xisto, granito, quartzo e quartzito); a terra; a água; a madeira de árvores e arbustos. Todos estes elementos coexistem num processo de interligação, moldando continuamente o sítio em acções concretas: o talhe da pedra; o trabalho da madeira; a estruturação de uma lareira. Estes elementos constituintes e configuradores dos sítios têm que ser considerados num âmbito diferente de simples “materiais de construção”. A pedra, a terra, a madeira e a água são tão artefactos como os fragmentos cerâmicos e materiais líticos usados em acções configurativas do sítio (Cardoso 2010:229-236). Esta prática de configuração, que em si é arquitectura, opera a uma escala da paisagem. Essa paisagem seria constantemente percorrida, habitada. As linhas de mobilidade, desempenhariam um papel que iria além das simples redes de percursos, pois o que se torna marcante são as linhas entre todo o tipo de sítios, as linhas

de horizonte sempre diferente, linhas que formariam um “rendilhado” da paisagem. A paisagem não era constituída por sítios e redes de percursos entre eles, mas sim por esse “rendilhado” amplo e sistematicamente percorrido por caminhos sistemáticos, mas também não determinados (Cardoso 2010 e 2017a).

Os sítios, a sua arquitectura, não são fixos e bidimensionais, pois a “construção” do lugar não é a acção em si, os sítios, a sua arquitectura estão em constante elaboração, conformação, em interacção com o mundo habitado.

Castelo Velho de Freixo de Numão terá que ser olhado como um sítio que entre outros papéis, seria, simultaneamente, um lugar integrado numa paisagem e integrador de uma paisagem complexa e dinâmica, composta por outros sítios, lugares e espaços entre eles, que com o evoluir da investigação e com novas intervenções arqueológicas se poderão perceber e particularizar como diferentes perspectivas de habitar a paisagem.

### Agradecimentos

A reflexão feita neste texto partiu de um trabalho de campo financiado pela FCT através de uma bolsa de estudo de pós-doutoramento com a referência SFRH/BPD/66437/2009. A figura 2 é da autoria de Sofia Lacerda. Quer à FCT, quer à Sofia, os meus agradecimentos. Quero agradecer ainda ao revisor as críticas construtivas que em muito melhoraram o texto.

### BIBLIOGRAFIA

Alves, L. B.; Cardoso, J. M.; Reis, M., Carvalho, B. 2014. ART-FACTS: Uma investigação sobre os contextos arqueológicos da Arte Esquemática no vale do Côa. *Côavisão*, 16, 101-106

Aubry, Thierry, Carvalho, A. M.1998. O povoamento pré-histórico do Vale do Côa, síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997), *Côavisão*, 0, 23-34.

Barker K. e Darvill, T. 1997. Introduction: landscape old and new, *Making English landscapes*, Oxbow, Oxford, 1-8.

Barrett, John, C.1999. Chronologies of Landscape, ed. P. Ucko & R. Layton. *The Archaeology and Anthropology of Landscape*. London. Routledge. 21-30.

Basso, Keith, 1996. Wisdom Sits in Places: Notes on a Western Apache Landscape, *Senses of Place*, ed. Steven Feld e Keith Basso, Santa Fé, New Mexico, School of American Research Press, 53-90.

Bender, Barbara, 1999. *Stonehenge: Making Space*, Oxford e New York, Berg.

Bradley, Richard 1998. *The Significance of Monuments: On the Shaping of Human Experience in Neolithic and Bronze Age Europe*, London, Routledge.

Cardoso, João Muralha 2010. *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*, Maiorca, Vessants Arqueologia i Cultura.

Cardoso, João Muralha 2017a. Lets walk on the wild side. Comparing sites in the landscape, ed. A. Vale, G. Rovira & J. Alves. *Rethinking Comparison in Archaeology*, Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 108-128.

Cardoso, João Muralha 2017b. Ao longo da paisagem: o Alto Douro no 3.º milénio AC. Espaços temporários e mobilidades, ed. D. Cruz, *Actas da Mesa-Redonda A Pré-história e a Proto-história no centro de Portugal*, realizada em Mangualde em Novembro de 2011, 1-32.

Carvalho, António Faustino 1999. Os sítios de Quebradas e da Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico Antigo do Baixo Côa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1, 2, 39-70.

Carvalho, António Faustino 2003. O final do Neolítico e o Calcolítico no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, 996-2000), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6, 2, 229-273.

Carvalho, António Faustino 2004. O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do PAVC), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7, 1, 185-219.

Coixão, António do Nascimento Sá 1996. *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

Coixão, António do Nascimento Sá 1999. *A ocupação humana na Pré-história recente na região de entre Côa e Távora*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-histórica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

Coixão, António do Nascimento Sá 2003. Novos Dados para o Estudo do Povoamento da Actual Área Urbana de Freixo de Numão-Da Pré-história aos Nossos Dias, *Côavisão*, 3, 45-52.

Coixão, A., Cruz, A., Simão, P. 2009. *Carta Arqueológica do Concelho da Mêda*, Coimbra, Câmara Municipal da Mêda.

Cosgrove, Dennis 1993. *Landscape and myths, gods and humans, Landscape, politics and perspectives*, ed. Barbara Bender, Oxford, Berg, pp. 281-305.

Darvill, T. 1997. Landscape and the archaeologist, *Making English landscapes*, Oxford, Oxbow, pp. 70-91.

David B. e Thomas, J. 2010. *Handbook of Landscape Archaeology*, ed. Bruno David e Julian Thomas, Walnut Creek, Left Coast Press.

Ferreira, António e Brum, (1978), *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira, Estudo de Geomorfologia*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº 4, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

Gibson, James J. 1986. *The Ecological Approach to Visual Perception*, London, Lawrence Erlbaum associates, publishers.

Gramsch, A. 1996. Landscape archaeology: of making and seeing, *Journal of European Archaeology*, 4, 19-38.

Harmansah, Omur, 2014. Introduction: Towards an Archaeology of Place. *Rocks and Water*, ed. Omur Harmansah. Oxford. Oxbow Books.

Ingold, Tim 2000. *The Perception of the Environment, Essays in livelihood, dwelling and skill*, Londres, Routledge.

Jorge, Susana Oliveira 1993. O Povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história recente do norte de Portugal, *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, 33, 1-2, Porto, Sociedade Portuguesa da Antropologia e Etnologia, 179-216.

Jorge, Susana Oliveira 1994. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, XI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 447-546.

Jorge, Susana Oliveira 1998. Castelo Velho de Freixo de Numão (V<sup>a</sup> N<sup>a</sup> de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação, *Estudos Pré-históricos*, VI, Actas do Colóquio A Pré-História na Beira Interior (Tondela, 21 a 23 de Novembro de 1997), Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, 279-294.

Jorge, Susana Oliveira 2003a. Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, *Recintos Murados da Pré-história Recente*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, 13-50.

Jorge, Susana Oliveira 2003b. Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão, *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis*, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, 63-84.

Jorge, Susana Oliveira 2005. *O Passado é Redondo, Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*, Biblioteca de Arqueologia, Porto, Edições Afrontamento.

Jorge, V., Cardoso, J.M., Pereira, L., e Coixão, A. 2002a. Castanheiro do Vento, um sítio monumental pré-histórico do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (Horta do Douro), *Côavisão*, 4, 73-93.

Jorge, V., Cardoso, J.M., Pereira, L., e Coixão, A. 2002b. Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper/ Bronze age sites in northern Portugal, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe*, ed. C. Scarre, Londres, Routledge, 36-50.

Jorge, V., Cardoso, J.M., Pereira, L., e Coixão, A. 2003a. O Recinto Pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): balanço sucinto das pesquisas realizadas de 1998 a 2003, *Portugália*, Nova Série, XXIV, Porto, DCTP, FLUP, 5-24.

Jorge, V., Cardoso, J.M., Pereira, L., e Coixão, A. 2003b. Campanha de escavações arqueológicas no ano de 2002 no sítio do Castanheiro do Vento Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa, *Côavisão*, 5, 99-132.

Jorge, V., Cardoso, J.M., Pereira, L., e Coixão, A. 2003c. Castanheiro do Vento, a late prehistoric monumental enclosure in the Foz Côa region, Portugal – recent research (1998-2002); *Journal of Iberian Archaeology*, 5, 137-149.

Jorge, V., Cardoso, J.M., Pereira, L., e Coixão, A. 2003d. A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (V<sup>a</sup> N<sup>a</sup> de Foz Côa), *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/ Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, 79-114.

Jorge, V., Muralha, J., Pereira, L., Vale, A. e Coixão, A. 2005. Morfologia Construtiva do Recinto pré-histórico de Castanheiro do Vento, (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): o exemplo das convencionalmente designadas “estruturas de condenação”, *Almadan*, II série, 13, 25-35.

Knapp, Bernard e Ashmore, Wendy 2000. Archaeological Landscapes: Constructed Conceptualized, Ideational, *Archaeologies of Landscape*, Contemporary Perspectives, ed. Wendy Ashmore e Bernard Knapp, Oxford, Blackwell Publishers, 1-32.

Lucas, Gavin. 2005. *The Archaeology of Time*. London. Routledge.

Massey, Doreen 2006. Landscape as provocation, Reflections on Moving Mountains, *Journal of Material Culture*, Vol.11 (1/2), March/July, 33-48.

McFadyen, L. 2008. Temporary Spaces in the Mesolithic and Neolithic. Understanding Landscapes, *Prehistoric Britain*, ed. Pollard, J. 121-134. Oxford: Blackwell Publishing.

Merleau-Ponty, Maurice, 1945. *Phénoménologie de la perception*, Bibliothèque des Idées, Librairie Gallimard.

Montaner, Josep Maria 2001. *A Modernidade Superada*, Barcelona, Editorial Gustavo Gil.

Muralha, João 1996. *Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numa. Continuidades e descontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

Pollard, Josh, 2000. Ancestral Places in the Mesolithic Landscape, *Archaeological Review from Cambridge*, 17, 143-164.

Ribeiro, Orlando, 1986. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 4ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

Reis, M., 2012. 'Mil rochas e tal...': inventário dos sítios da arte rupestre do vale do Côa. *Portugália*, 33, 5-72

Reis, M., 2013. 'Mil rochas e tal...': inventário dos sítios da arte rupestre do vale do Côa (2.ª parte). *Portugália*, 34, 5-68

Reis, M., 2014. 'Mil rochas e tal...': inventário dos sítios da arte rupestre do vale do Côa (conclusão). *Portugália*, 35, 17-59

Reis, M., Alves, L.B., Cardoso, J.M. e Carvalho, B. 2017. Art-facts - os contextos arqueológicos da Arte Esquemática no Vale do Côa. *A Arte das Sociedades Pré-Históricas*, ed. Garcês S.; Gomes, H., Martins, A. & Oosterbeek, L., Actas do IV Congresso de Doutorandos e Pós-Doutorandos, 26-29 Novembro, Mação, 2015, *Techne* 3 (1), 97-111.

Rodrigues, M. e Rebanda, N. 1999. Cerâmicas pré-históricas do Baldoeiro (Adeganha-Torre de Moncorvo), *Olaria* 2, Barcelos.

Silva, Cristina Maria Costa 1996. *O Povoado Pré-Histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro do povoamento da 2ª metade do IIIº milénio a.C. /1ª metade do IIº milénio a.C., no Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

Sousa, Orlando 1996. *Estatuária Antropomórfica Pré e Proto-histórica do Norte de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP, policopiada.

Thomas, Julian 2001. Archaeologies of Place and Landscape, *Archeological Theory Today*, ed. I. Hodder, Cambridge, Polity Press, 165-186.

Thomas, Julian 2005. *Archaeology and Modernity*, London and New York, Routledge.

Tilley, Christopher 1994. *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*, Oxford, Berg.

Tilley 2004. *The Materiality of Stone: Explorations in Landscape Phenomenology*. Berg Publishers

Vale, A., Cardoso, J. M. e Jorge V. 2006. Recintos Murados e/ou Colinas Monumentalizadas no Nordeste de Portugal? O Caso de Castanheiro do Vento, Vila Nova de Foz Côa, *TERRA: Forma de Construir*, ed. M. Correia e V. Jorge, Lisboa, Argumentum, 98-105.

Vale, Ana Margarida 2012. *Modalidades de Produção de Espaços no Contexto de uma Colina Monumentalizada: o sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada

Varela, José Manuel 2000. *As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio do castelo velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), Tradição e inovação na transição do IIIº para o IIº milénio a.C.*, dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dois volumes, edição policopiada.

VV.AA 1997. *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa, Trabalhos de 1995-1996*, ed. J. Zilhão, Lisboa, Ministério da Cultura.

Witmore, Christopher L. 2007. *Landscape, Time, Topology: an Archaeological Account of the Southern Argolid, Greece. Envisioning Landscape, Situations and Standpoints in Archaeology and Heritage*, ed. D. Hicks, L. McAtackney, G. Fairclough. New York. Routledge.



# CASTELO VELHO : UM PROJECTO COMUM DE ARQUITECTURA E PAISAGEM ?

## *CASTELO VELHO: A COMMON PROJECT OF ARCHITECTURE AND LANDSCAPE?*

Isabel Figueiral<sup>1\*</sup>

Inrap Méditerranée, France

### **RESUMO:**

Os restos vegetais carbonizados (carvões e sementes) recuperados durante as campanhas de escavação realizadas em Castelo Velho foram analisados com o objetivo d'obter informações sobre o contexto ambiental e económico no seio do qual o projeto arquitectónico tomou forma. Os resultados obtidos parecem sugerir uma possível gestão voluntária da paisagem vegetal de forma a assegurar a visibilidade do recinto murado. A descoberta de uma estrutura repleta de sementes (cevada de grão vestido, trigo de grão nu e papoila d'ópio), associadas a cerâmica, é particularmente marcante num sítio onde os restos de sementes/frutos são muito raros. Trata-se possivelmente de um depósito simbólico.

**PALAVRAS-CHAVE:** macrorrestos vegetais, vegetação, nordeste de Portugal, simbolismo, paisagem

### **ABSTRACT:**

The study of the charred vegetal remains (charcoal and seeds) recovered during fieldwork at Castelo Velho aimed to obtain information concerning the environmental and economic background of this 'architectonical project'. Results obtained may suggest the existence of a voluntary woodland management, to ensure that the site remained visible in the distance. Furthermore,

---

<sup>1\*</sup> ISEM, UMR 5554, Univ. Montpellier, France. A autora escreve conforme o antigo acordo ortográfico.

the concentration of seeds and broken pottery found in a sealed structure is interpreted as being a “symbolic deposit”.

**KEY-WORDS:** vegetal macro-remains, vegetation, northeastern Portugal, symbolism, landscape

## INTRODUÇÃO

O estudo de macrorrestos vegetais (carvões, sementes / frutos), provenientes de contextos arqueológicos portugueses, tem fornecido informações significativas sobre o quadro de vida das populações humanas que se sucederam nesta zona da Península Ibérica, desde a Pré-história até períodos mais recentes (por ex: Carrion Marco et al., 2012, Martin Seijo et al. 2011, e referências citadas nestes artigos)<sup>2</sup>. Os carvões resultam da combustão incompleta da lenha / madeira recolhida pelo homem e testemunham assim a vegetação local e como as populações humanas a utilizavam quotidianamente. Por outro lado, a análise dos vestígios de sementes / frutos dá-nos a possibilidade de (2) conhecer os hábitos alimentares das populações humanas, (3) identificar as práticas agrícolas características de cada região / época.

No nordeste do país o potencial deste tipo de estudos foi explorado desde os anos 1980 – 1990, com a análise do material recolhido em várias estações pré-históricas situadas a norte do Douro - no planalto de Miranda-Mogadouro e na bacia de Mirandela (ou região do Tua) (Figueiral & Sanches 1998-1999, 2003). Estes estudos estenderam-se mais recentemente ao Vale do Sabor (Martin-Seijo et al. 2017).

A sul do Douro, Castelo Velho parece constituir um caso à parte. A complexidade do sítio, a sua localização, a dimensão reduzida da área envolvida pelo murete, a riqueza e diversidade do espólio material, a condenação deliberada de um certo número de estruturas, indicam claramente que esta estação não é um povoado fortificado no sentido normal do termo.

---

<sup>2</sup> O original deste manuscrito foi redigido em 2010 e não incluía referências aos numerosos trabalhos efectuados desde esta data. As referências integradas durante a revisão do manuscrito, embora em número reduzido, tentam colmatar um pouco esta lacuna. Uma vez que seria impossível apresentar aqui uma lista exaustiva optou-se por incluir apenas artigos de síntese que apresentam uma lista bibliográfica significativa.

Castelo Velho parece ter resultado de um projecto arquitectural complexo tendo sido construído para ser visto e para assegurar funções políticas, económicas, culturais e religiosas. Três momentos de construção foram identificados e descritos em detalhe (Jorge, 2002; Jorge *et al.*, 2007).

O estudo dos restos vegetais carbonizados teve como objectivo fundamental obter informações concretas sobre o contexto ambiental e económico no seio do qual este projecto arquitectónico tomou forma. Os resultados são apresentados aqui de forma resumida uma vez que eles foram já publicados em revistas da especialidade (Figueiral, 1999; Figueiral&Jorge, 2008).

## CONTEXTO BIO-GEOGRÁFICO ACTUAL

Castelo Velho está situado nas proximidades de Freixo de Numão (NE Portugal), no topo de um esporão, a c. 681m de altitude. . Em termos de geomorfologia, esta região está inserida na unidade “plateaux centrais” (Ferreira, 1978), separada do plateau da Meseta pela falha tectónica de Vilarica - Longroiva (Cabral, 1995; Ribeiro, 2001).

O clima é continental com verões quentes e longos e invernos amenos e curtos (Ribeiro *et al.*, 1988); A precipitação média anual é < 500mm.

O trabalho de Costa *et al.* (1998) inclui esta área na Região Mediterrânica, Provincia Carpetano-Ibérico-Leonesa, Sector Lusitano Duriense, Superdistrito da Terra Quente. Segundo os autores, esta área dominada pelos xistos com intrusões quartzíticas apresenta uma cobertura vegetal caracterizada pelos bosques mixtos *Quercus suber* e *Juniperus* (*Rusco aculeate-Quercetum suberis juniperetosum oxycedri* inéd), e um mosaico de vegetação arbustiva - rasteira (*Lavandulo-Cytisetum multiflori*, *Cytiso multiflori-Retametum sphaerocarphae*, *Euphorbio (broteroi) oxyphyllae* - *Cistetum ladaniferae* inéd). Não podemos no entanto esquecer que os autores se referem sobretudo a uma vegetação potencial, uma vez que a expansão urbana, a agricultura e a introdução de plantas exóticas transformaram exoneravelmente as paisagens.

Actualmente, os terrenos mais próximos de Castelo Velho são cultivados com amendoeiras, cerejeiras, oliveiras, figueiras e vinha (ver figura 1). As plantações de eucaliptos foram destruídas de forma a promover o desenvolvimento da vegetação natural autóctona.



Fig. 1 : Campos de cultivo adjacentes à estação.

## MATERIAIS E METODOLOGIA

Dois métodos foram utilizados para recuperar os restos carbonizados (carvões e frutos / sementes) : a peneiração a seco (crivo de 2mm) realizada sobretudo no caso dos carvões e a flutuação de sedimentos (0,5mm) realizada para recuperar as sementes. Os sedimentos amostrados provêm de 24 quadrados da camada 2, 24 quadrados igualmente da camada 3, e de 18 quadrados da camada 4. No que diz respeito aos carvões, os fragmentos recolhidos foram encontrados dispersos nos níveis arqueológicos ou concentrados em estruturas / acumulações indeterminadas. Eles são tratados separadamente uma vez que possuem um significado diferente. Os resultados obtidos com a análise dos carvões dispersos servem de base ao estudo paleoambiental efectuado, enquanto que os resultados dos carvões concentrados, muito incompletos a nível ecológico devem ser interpretados

de um ponto de vista etnológico (Badal & Heinz, 1991, Chabal et al., 1999, entre outros).

Uma superfície importante da estação revelou-se estéril, provavelmente devido à erosão. O material recuperado está ligado directamente aos níveis identificados durante a escavação, e indirectamente, aos momentos de construção identificados posteriormente. Assim, a camada 4 corresponde ao 1º momento de construção, mas está igualmente relacionado com o 2º momento, tal como as camadas 3 e 2. O 3º momento não está representado na estratigrafia. Para informações detalhadas ver Jorge 2002 e 2005.

A abundância de carvões dispersos da camada 2 obrigou-nos a fazer uma sub-amostragem; ela contrasta com o número muito mais reduzido de fragmentos nas camadas 3 e sobretudo na camada 4. Esta última camada surge apenas em certos pontos do recinto e parece corresponder a uma fase inicial da camada 3.

Os restos de frutos / sementes são muito escassos, excepto numa das estruturas detetadas na camada 3 (quadrado E8, estrutura S), onde uma concentração excepcional foi descoberta. Trata-se de uma estrutura pétreia sub-rectangular, selada com grandes pedras, construída na parte interior do muro que delimita o recinto e junto a uma passagem com funções importantes (Jorge 2005). Os diferentes níveis de deposição no seu interior foram descritos em detalhe por L. Baptista (2004). O sedimento foi recolhido integralmente mas apenas 21 amostras foram processadas e analisadas (cerca de 120 litros de sedimento).

Os caracteres anatómicos da madeira foram identificados mediante a utilização de um microscópio de reflexão (aumentos = x100-x800); a lupa binocular foi utilizada para observar os caracteres morfológicos dos frutos/ sementes (aumentos = x10-x65). A identificação taxonómica é baseada nas descrições dos atlas de identificação (Beijerinck, 1976, Cappers et al., 2006; Schweingruber, 1990, entre outros) e na comparação com espécimes de colecções de referência actuais.

## RESULTADOS

### Carvões

O diagrama antracológico (Figura 2) sintetiza os resultados obtidos a partir dos carvões dispersos identificados nas camadas 2 (866 fragmentos), 3 (467) e 4 (364) (Quadro 1).

Todos os taxa identificados neste estudo (carvões dispersos + carvões concentrados) têm afinidades mediterrânicas; os elementos dominantes incluem *Quercus* de folha perene (carrasco / sobreiro), *Arbutus unedo* (medronheiro), leguminosas lenhosas tipo giestas / tojo (Fabaceae), Rosaceae Maloideae (rosáceas tipo pilriteiro), Cistaceae (estevas / estevão / jara) e *Erica* sp. (urzes). A lista taxonómica compreende elementos mais esporádicos como *Fraxinus* cf. *angustifolia*, (freixo), *Rhamnus alaternus* / *Phillyrea* sp. (Aderno), *Quercus* folha caduca (carvalhos), *Salix* sp. (salgueiro), *Juniperus* sp. (zimbro), *Daphne gnidium* (trovisco), *Lonicera* sp. (madressilva) e o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*).

Os *Querci* de folha perene (carrasco e/ou sobreiro) dominam nas camadas 4 e 3 acompanhados sobretudo das Leguminosas e do Medronheiro, mas esta hierarquia modifica-se a partir da camada 3 e sobretudo na camada 2, momento em que o medronheiro se torna preponderante (Figura 2). Em termos ecológicos a substituição dos *Querci* pelo medronheiro é interpretada como resultante do impacto antrópico. A abundância das estevas/estevão jaras pode ilustrar a ocorrência frequente de incêndios.

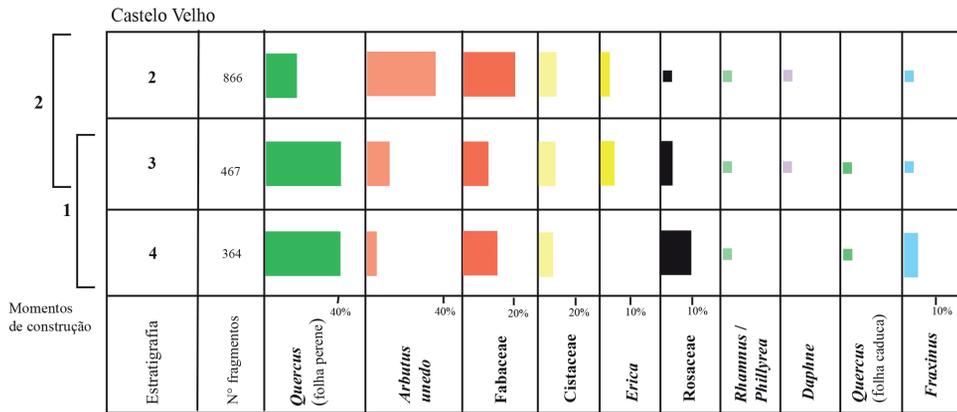


Fig.2: Diagrama antracológico simplificado

No diagrama, dois elementos captam a nossa atenção: o freixo e o carvalho, elementos que deviam crescer aqui nas zonas mais húmidas. O decréscimo observado na sequência (desaparecimento efectivo do carvalho) pode resultar de problemas de amostragem ou da exploração diferenciada da vegetação. No entanto, este resultado pode muito simplesmente registar as modificações da vegetação resultantes do impacto humano ou de condições climáticas mais secas que as do início da sequência.

Os carvões concentrados registam utilizações pontuais de lenha e podem assim fornecer resultados díspares quando comparados com os dados dos carvões dispersos. Dois exemplos são apresentados na figura 3.

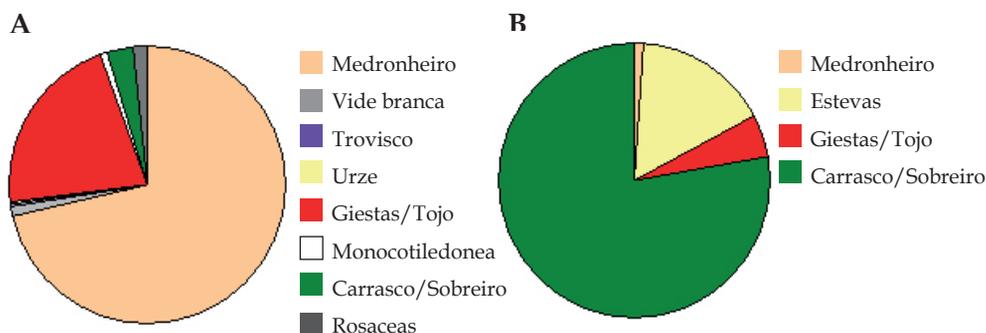


Fig.3: Os resultados do diagrama (carvões dispersos, figura 2) e os das concentrações aqui representadas (A : Camada 2, concentração dos quadrados C10-D10, B : Camada 3, concentração dos quadrados B'3-B'4) não são similares. Carvões concentrados e carvões fornecem informações diferentes e não podem ser interpretados da mesma maneira.

## Frutos / Sementes

A descoberta, na camada 3, de uma estrutura com milhares de sementes associadas a vasos partidos intencionalmente, aparece como particularmente significativa, uma vez que os restos carpológicos são extremamente raros no resto do recinto murado. As cariopses de trigo de grão nú (*Triticum aestivum/turgidum*) (Quadro 1) dominam em todas as amostras. A cevada de grão encasulado (*Hordeum vulgare*) está igualmente presente (Quadro 2), assim como pequenos aglomerados de papoila d'ópio (*Papaver somniferum*). Restos isolados de ervilha (*Pisum sativum*) e de medronheiro (*Arbutus unedo*) são igualmente assinalados.

O número exíguo de restos carpológicos encontrados no resto da estação inclui : medronhos (inteiros e fragmentados), ervilhas (*Pisum sativum*), chícharo (*Lathyrus sp.*) e lentilha (*Lens culinaris*).

Castelo Velho (carvões dispersos)							
		Camada 4		Camada 3		Camada 2	
Taxa		n°	%	n°	%	n°	%
<i>Arbutus unedo</i>	Medronheiro	25	6,7	59	12,6	304	35,1
Cistaceae	Cistácias tipo estevas	23	6,3	45	9,6	85	9,8
Cistaceae / Ericaceae	Cistácias / Ericácias	1	0,3	2	0,4	3	0,3
cf. <i>Clematis</i>	cf. Vide branca (?)					1	0,1
<i>Daphne gnidium</i>	Trovisco			4	0,8	5	0,6
<i>Erica arborea</i>	Urze branca			21	4,5	30	3,5
<i>Erica sp.</i>	Urzes			4	0,8		
Fabaceae	Leguminosas tipo giestas	54	14,8	44	9,4	183	21,1
<i>Fraxinus cf. angustifolia.</i>	Freixo	20	5,5	5	1,1	1	0,1
<i>Juniperus sp.</i>	Zimbro			2	0,4		
cf. <i>Lonicera sp.</i>	cf. Madressilva					1	0,1
Monocotiledoneas	Monocotiledoneas					5	0,6
<i>Pinus pinaster</i>	Pinheiro bravo			9	1,9		
<i>Prunus sp.</i>	Rosacea					6	0,7
<i>Quercus</i> (folha caduca)	Carvalhos	2	0,5	2	0,4		
<i>Quercus</i> (folha perene)	Azinheira / Sobreiro	153	42	193	41,3	81	9,3
<i>Quercus suber</i>	Sobreiro	4	1,1	17	3,6	70	8,1
	cortiça					4	0,5
<i>Quercus sp.</i>		1	0,3	1	0,2	8	0,9
<i>Rhamnus alaternus / Phillyrea</i>	tipo Aderno	6	1,64	2	0,4	4	0,5
Rosaceae Maloideae	Rosáceas	43	11,8	21	4,5	8	0,9
Indeterminada 1						12	1,4
Indetermináveis		32	8,8	36	7,7	55	6,35
<b>N° total de fragmentos analisados</b>		<b>364</b>		<b>467</b>		<b>866</b>	

Quadro 1: Frequências absolutas e relativas dos taxa identificados pela Antracologia.

Castelo Velho							
Estrutura das sementes (Carpologia)							
Nome científico	Nome vernacular	Nível 3			Nível 4		
		unid. B	unid. B, nicho 1	unid. B, nicho 3	unid. B, nicho 4	unid. C	unid. C, nicho 2
<i>Hordeum vulgare</i>	Cevada de grão vestido	720	3	11	428	198	616
<i>Triticum aestivum / turgidum</i>	Trigo de grão nu	13484	38	159	6889	3258	10575
<i>Triticum sp.</i>	Trigo	815	19	19	934	311	1416
<i>Pisum sativum</i>	Ervilha	2					
Fabaceae (fragm.)	Leguminosas	1			9		
<i>Papaver somniferum</i>	Papoila d'ópio						
(pequenos aglomerados)		*				*	
Fragm. indetermináveis		*	*	*	*	*	*

Quadro 2: “Estrutura das sementes” : Estimação das frequências absolutas dos taxa identificados pela Carpologia (\* = presente).

## DISCUSSÃO

Os resultados antracológicos fornecem informações sobre a exploração local dos recursos vegetais lenhosos. Partindo do princípio que as espécies mais abundantes são recolhidas mais frequentemente que as espécies secundárias poderemos dizer que os *Querci* de folha perene (carrascos e/ou sobreiros) parecem ser os elementos preponderantes durante as camadas mais antigas (4 e 3) ; a situação modifica-se na camada 2, quando o medronheiro (identificado em 19 dos 22 quadrados amostrados) se torna a espécie mais utilizada, reflectindo provavelmente a sua abundância real (Figura 2).

Esta substituição é ecologicamente coerente uma vez que o corte de carrascos e sobreiros favoreceria a expansão do medronheiro; resultados similares foram obtidos pela antracologia em estações do sul de Portugal e de Espanha (Allué, 1999; Oosterbeek et al., 2000; Badal et al., 1994, Rodriguez Ariza, 1995, entre outros).

O medronheiro, espécie que se adapta facilmente a diferentes tipos de habitat é no entanto extremamente vulnerável aos contrastes térmicos e à geada. Ele cresce de preferência em áreas de clima húmido – sub-húmido (*sensu* Emberger), com uma precipitação média anual superior a 600mm. A sua abundância em Castelo Velho parece indicar a existência de condições diferentes das actuais; a precipitação actual é inferior a 500mm, muito abaixo do mínimo necessário para o bom desenvolvimento desta espécie. Actualmente o medronheiro sobrevive apenas a uma altitude menos elevada (450-500m), na encosta norte do sítio da Mela.

Os resultados antracológicos podem eventualmente indicar que a vegetação diversa que cresce actualmente no sítio da Mela estaria mais largamente espalhada e teria constituído a “cintura verde” de Castelo Velho.

O medronheiro foi igualmente identificado noutras estações da região, desde o Neolítico antigo até à Romanização (Prazo, Castanheiro de Vento) (Figueiral, estudos inéditos). No entanto a abundância desta espécie em Castelo Velho obriga-nos a perguntar porque razão ela se espalhou de forma tão espectacular, tendo em conta que este recinto terá apenas conhecido ocupações de curta duração. Este tipo de ocupação, e a exploração esporádica da vegetação resultante, não podem justificar as modificações registadas no diagrama antracológico, sobretudo se tivermos em conta que o espaço envolvido pelo murete não poderia conter mais do que 50 pessoas (Jorge, 2002). Nestas circunstâncias o impacto antrópico na vegetação seria relativamente reduzido. No entanto, as modificações da cobertura vegetal registadas sugerem que a área adjacente à estação teria sido explorada de forma constante, mesmo quando o sítio não era ocupado. Esta possibilidade parece pouco provável se tivermos em conta o tipo de utilização reservado ao recinto.

Uma gestão voluntária da vegetação, ligada ao estatuto particular do sítio, poderia explicar os nossos resultados. Na realidade, mais cedo ou mais tarde, o desenvolvimento natural de uma cobertura vegetal dominada pelos carrascos e sobreiros acabaria por ‘esconder’ a estação, o que era precisamente o oposto do desejado. O corte deliberado dos carrascos e/ou sobreiros mais próximos favoreceria a extensão dos medronheiros, espécie que cresce lentamente quando exposta à luz directa do sol. Assim se asseguraria a visibilidade do recinto.

Aos medronheiros se associariam outros arbustos tipicamente mediterrânicos, como as rosáceas (tipo pilriteiro) as urzes, as giestas/tojo, as estevas/

/estevão/jaras, o zimbro, e o trovisco. Os carvalhos, freixos e salgueiros cresceriam nas zonas mais húmidas (regatos / ribeiros). De assinalar que o salgueiro foi identificado apenas nos carvões concentrados estudados.

A diversidade do espectro taxonómico e a coerência ecológica da comunidade vegetal identificada parecem indicar que nos curtos momentos de ocupação a recolha de lenha era efectuada como nos povoados ocupados regularmente; os resultados obtidos oferecem-nos assim informações fidedignas sobre a cobertura vegetal local. A presença destas mesmas plantas lenhosas é registada igualmente em estudos mais pontuais no Vale do Côa (Queiroz & van Leeuwen, 2003). O espectro taxonómico de Castelo Velho é similar ao da comunidade 2 da região Duriense (Rego, 1983).

A interpretação dos resultados carpológicos é igualmente delicada, uma vez que os dados mais significativos (estrutura das sementes da camada 3) refletem provavelmente o uso simbólico das plantas em vez de fornecerem informações sobre a economia agrícola e a alimentação. Por outro lado, a lista de plantas identificadas e as quantidades registadas podem induzir-nos em erro. Na realidade, as experiências efectuadas mostram que as sementes de diferentes plantas resistem à carbonização de forma distinta (Boardman & Jones, 1990; Gustafsson, 2000; Guarino & Sciarrillo, 2004). Por exemplo, as cariopses de cevada queimam-se e reduzem-se em cinzas a temperaturas mais baixas que as cariopses de trigo (Boardman & Jones 1990). Assim, o número de cariopses de cevada encontrado na estrutura pode não corresponder à quantidade inicial. Por seu lado, a ervilha conserva-se muito mal, a não ser que se trate de grandes concentrações (Jacomet, 2006).

A ausência de resíduos de limpeza dos cereais e de ervas daninhas indica que esta concentração tinha sido cuidadosamente limpa. O estatuto especial deste sítio e a quase ausência de sementes / frutos no resto do recinto podem sugerir que estes produtos alimentares foram trazidos para uma ocasião especial. Igualmente o facto destas sementes estarem frequentemente coladas umas às outras e de apresentarem modificações morfológicas parece indicar que elas terão sido expostas directamente ao fogo. Como nenhum sinal de carbonização foi detectado, nem no interior da estrutura, nem nas suas imediações, é provável que estas sementes tenham sido queimadas noutra local. Neste caso, elas poderiam resultar da queima simbólica de uma oferta alimentar. Lembramos que o trigo de grão nu e a cevada de grão vestido são identificados regularmente nas estações arqueológicas da região desde a

Pré-história (Ramil Rego & Aira Rodriguez, 1993, Figueiral & Sanches 2003, Vaz et al., 2017, entre outros)

No que diz respeito aos carvões recolhidos no interior desta estrutura mais uma vez se confirma que os carvões concentrados podem fornecer dados bastante diferentes dos carvoes dispersos. Como podemos ver no quadro 3 a abundância de fragmentos de carvalho (60%) contrasta com os restos exíguos nos carvões dispersos (camada 4 = 0,5%, camada 3 = 0,4%, camada 2 = 0%). No entanto, nada nos permite de considerar que este fato resulta do carácter simbólico desta estrutura.

Castelo Velho		
Carvões concentrados na “Estrutura das sementes” (Camada 3)		
		n°
<i>Arbutus unedo</i>	Medronheiro	1
cf. <i>Erica</i> sp.	cf Urze	1
Cistaceae / Ericaceae	Cistácias / Ericácias	3
Cistaceae	Cistácias	4
Fabaceae	Leguminosas	2
<i>Fraxinus</i> cf. <i>angustifolia</i>	Freixo	9
<i>Pinus pinaster</i>	Pinheiro bravo	4
<i>Quercus</i> (folha caduca)	Carvalho	60
<i>Quercus</i> (folha perene)	Azinhreira / Sobreiro	14
Indetermináveis		2
<b>Total</b>		<b>100</b>

Quadro 3: Frequências absolutas dos taxa identificados pela Antracologia no interior da “Estrutura das sementes”

Igualmente nenhum simbolismo pode ser invocado para explicar a presença de sementes de papoila d’ópio, planta conhecida pelas propriedades analgésicas e halocinogénicas. As sementes não possuem estas propriedades, mas eram (e ainda são) utilizadas para aromatizar o pão, ou para produzir óleo (Dalby, 2003). A associação de cereais e de papoila ocorre, por ex., em oferendas de pão feitas aos deuses no Próximo Oriente, na Grécia e no mundo Romano.

## CONCLUSÃO

Os resultados obtidos parecem indicar que Castelo Velho e a vegetação circundante devem ser considerados como constituintes de um projecto arquitectónico e ambiental único. A substituição dos carrascos /sobreiros pelo medronheiro pode ter resultado de uma gestão voluntária da paisagem vegetal de forma a assegurar a visibilidade do recinto. Neste contexto, as modificações observadas não devem ser comparadas à evolução geral da vegetação registada noutras estações / regiões pela antracologia e pela palinologia (Figueiral, 2008; Figueiral & Sanches, 1998-1999, 2003; Mateus & Queiroz, 1993, Martin-Seijo et al, 2017, Van den Brink & Janssen, 1985, Van der Knaap & van Leeuwen, 1994, 1995, entre outros).

As plantas alimentares identificadas fornecem informações ‘indirectas’ sobre a alimentação local. De notar a ausência de alimentos de ‘luxo’ / ‘exóticos’, o que constitui uma surpresa tendo em conta o estatuto específico das ocupações de Castelo Velho.

É evidente que a nossa interpretação dos resultados pode ser considerada como demasiado ousada e diferente das primeiras hipóteses interpretativas apresentadas (Figueiral 1999). Ela decorre duma aprofundada e necessária interacção com a equipa arqueológica que tem estudado o sítio e duma reflexão partilhada sobre a natureza dos contextos em análise.

## BIBLIOGRAFIA

Allué, Ethel. 1999. Pollen and charcoal analyses from the archaeological sites of Alto Ribatejo (Portugal) *ARKEOS* 9, *Perspectivas em diálogo*, p. 37-57.

Badal Garcia, E. & Heinz, C. 1991. Méthodes utilisées en anthracologie pour l'étude des sites préhistoriques. II<sup>nd</sup> Deya Conference, *Archaeological Techniques, Technology & Theory*, Deya (Mallorca), 1988. *Tempus Reparatum*, BAR Intern. Series, 573, Oxford, p. 17-40.

Badal, E. et al. 1994. Vegetation changes and human action from the Neolithic to the Bronze Age (7000-4000 BP) in Alicante, Spain, based on charcoal analysis. *Veget Hist and Archaeobot*, 3, 155-166.

Baptista, L. 2004. *A cerâmica no interior do recinto de Castelo Velho. Contributos para a interpretação de contextos de uso*, Masters Diss. Fac. Letras, Univ. Porto.

Beijerinck, Willem 1976. Zadenatlas der Nederlandsche Flora. Ten behoeve van de botanie, palaeontologie, bodemcultuur en warenkennis, omvattende naast de inheemsche flora onze belangrijkste cultuurgewassen en verschillende adventiefsoorten, Mededeeling n°30 van het *Biologisch Station te Wijster*, Veenman en zonen, Wageningen.

Boardman, S. & Jones, J. 1990. Experiment on the effects of charring on cereal plant components. *J. Archaeological Science*, 17, 1-11.

Cabral, João 1995. Neotectónica em Portugal continental. *Mem. Inst. Geológico e Mineiro* 31, Lisboa

Carrion Marco, Y. et al., 2012. Bioindicadores lenosos para conocer los cambios climáticos y antropicos en Portugal, *Estudios Arqueológicos de Oeiras*, 19, Oeiras Câmara Municipal, p. 211-222.

Cappers, R.T.J. et al. 2006. *Digital seed atlas of the Netherlands*. Barkhuis Publishing & Groningen Univ. Library, Groningen.

Chabal, L. et al. 1999. L'Anthracologie. In : Ferdière, A. (dir), *La Botanique*, Ed. Errance, Paris, p. 43-104.

Costa, J.C. et al. 1998. Biogeografia de Portugal Continental. *Quercetea* 0, ALFA, FIP (Eds.), Bragança.

Dalby, Andrew 2003. *Food in the Ancient World, from A to Z*. Routledge, London and New York.

Ferreira, Antonio de Brum 1978. Planaltos e montanhas do norte da Beira. *Mem. Centro Est. Geográficos* 4, Lisboa.

Figueiral, Isabel 1999. Castelo Velho (Freixo de Numão, Portugal). The charcoalified plant remains and their significance. *J. Iberian Archaeology*, 1, 259-267.

Figueiral, Isabel, 2008. Crasto de Palheiros (Murça, NE Portugal): a exploração dos recursos vegetais durante o IIIº / inícios do II milénio AC e entre o Iº milénio AC e o séc. IIº DC. In : Sanches, M.J. (coord.) *Crasto de Palheiros – Fragada do Crasto, Murça-Portugal*. Câmara Municipal de Murça, p. 79-108.

Figueiral, I. & Sanches, M.J. 1998-99. A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-História recente. *Portugália*, XIX-XX, 71-101.

Figueiral, I., Sanches, M.J. 2003. Eastern Trás-os-Montes (NE Portugal) from the Late Prehistory to the Iron Age : the land and the people. In: Fouache E. (ed.) *The Mediterranean World Environment and History*, Coll. 'Environment', Elsevier, pp 315-329.

Figueiral, I. & Jorge S. O. 2008. Man-made landscapes from the third-second millennia BC: the example of Castelo Velho (Freixo de Numão, north-east Portugal). *Oxford Journal of Archaeology*, 27 (2), 119-133.

Guarino, C. & Sciarriello, R. 2004. Carbonized seeds in a protohistoric house: results of hearth and house experiments. *Veget Hist Archaeobot*, 13, 65-70.

Gustafsson, Stefan 2000. Carbonized cereal grains and weed seeds in prehistoric houses, an experimental perspective. *J. Archaeological Science*, 27, 65-70.

Jacomet, Stefanie 2006. Plant economy of the northern Alpine lake dwellings – 3500-2400 cal. BC. *Environmental Archaeology* 11 (1), 65-85.

Jorge, Susana Oliveira 2002. From “fortified settlement” to “monument”: accounting for Castelo Velho de Freixo de Numão (Portugal), *J. Iberian Archaeology* 4, 75 - 82.

Jorge, Susana Oliveira 2005. *O passado é redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*. Col. Biblioteca de Arqueologia 2, Afrontamento (ed), Porto.

Jorge, S.O. et all. 2007. A construção de um sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão. Procc. XX Cong. *Arqueologia Peninsular*, Faro 2004.

Mateus, J.E. & Queiroz, P. 1993. Os estudos de vegetação Quaternária em Portugal: contextos, balanço de resultados, perspectivas. In: Carvalho et all. (coord.) *O Quaternário em Portugal, balanço e perspectivas.*, Colibri, Lisboa, p. 105-131.

Martin-Seijo, M. et all. 2011. A floresta e o mato. A exploração dos recursos lenhosos pelas sociedades da Idade do Bronze no Norte de Portugal. In : Tereso, J.P. et all. (eds), *Florestas do Norte de Portugal – Historia, Ecologia e Desafios de gestão*, p. 84 – 98.

Martin-Seijo, M. et all. 2017. Early-Middle Bronze Age communities and wood resources management in northeast Portugal: The Sabor valley, *Quaternary International*, 458, 28-43.

Oosterbeek, L., et all. 2000. Novos dados crono-estratigráficos e paleo-ambientais do Pleistoceno e do Holoceno no Alto Ribatejo. Procc. 3º Cong. *Arqueologia Peninsular*, vol. 9, ADECAP, Porto, p. 99-110.

Queiroz, P.F. & van Leeuwen, W. 2003. Estudos de Arqueobotânica em quatro estações pré-históricas do Parque Arqueológico do Vale do Côa. *Rev. Port. de Arqueologia*, 6, (2), 275-291.

Ramil Rego, P. & Aira Rodriguez, M.J. 1993. A palaeocarpological study of Neolithic and Bronze Age levels of the Buraco da Pala rock-shelter (Bragança, Portugal). *Veget Hist and Archaeob*, 2, 163-172.

Rego, Francisco 1983. A study on Douro vegetation. *Ecologia Mediterranea*, IX (2), 91-108.

Ribeiro, Maria Luisa 2001. *Carta Geológica simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa*. Inst. Geológico e Mineiro, Parque Arq. do Vale do Côa.

Rodriguez-Ariza, Maria Oliva 1995. Análisis antracológicos de yacimientos neolíticos de Andalucía. Proc. *I Congreso del Neolítico a la Península Ibérica*, Gavà-Bellaterra, p. 73-83.

Schweingruber, Fritz 1990. *Anatomie europäischer Hölzer. Ein Atlas zur Bestimmung europäischer Baum-, Strauch- und Zwergstrauchhölzer*. Haupt, Stuttgart.

Van den Brink, L. M. & Janssen, C. R. 1985. The effect of human activities during the cultural phases on the development of montane vegetation in the Serra da Estrela, Portugal. *Rev. Palaeobotany and Palynology*, 44, 193-215.

Van der Knaap, W. O. & van Leeuwen, J. F. N. 1994. Holocene vegetation, human impact, and climatic change in Serra da Estrela, Portugal. *Dissertationes Botanicae* 234, 497-535.

Van der Knaap, W. O., & van Leeuwen, J. F. N. 1995. Holocene vegetation succession and degradation as responses to climatic change and human activity in Serra da Estrela, Portugal. *Rev. Palaeobotany and Palynology*, 89, 153-211.

Vaz F.C. et al. 2017. Iron Age ovens and hearths from the hilltop of Quinta de Crestelos, Sabor Valley (NE Portugal): An archaeobotanical approach on typology, functionality and firewood use. *Quaternary International*, 458, 75-93.

# VOZES DE SILÊNCIO. O QUE RESTA DE CASTELO VELHO? TOPOGRAFIAS DE POEIRA INTRADUZÍVEIS<sup>1</sup>.

## *SILENT WHISPERS. OF WHAT REMAINS OF CASTELO VELHO. UNTRANSLATABLE TOPOGRAPHIES OF DUST.*

**Joana Alves-Ferreira<sup>2\*</sup>**

Doutoranda em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Investigadora do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património,  
Universidade de Coimbra

### **RESUMO:**

Este texto resulta do exercício de “voltar” ao sítio arqueológico de Castelo Velho através dos fragmentos da sua escrita, produzida, exclusivamente, por Susana Soares Lopes entre 1993 e 2014. Este exercício afigura-se por um movimento a dois tempos. O primeiro, historiográfico, pontuado pelo ritmo histórico da marcha dos textos e seguindo a sua ordem cronológica; o segundo, de carácter genealógico e manifestando-se nos intervalos do texto como leitura dos seus incidentes, visa o desmonte do contínuo figurativo do texto, debruçando-se na descoberta dos seus vestígios e impressões. Tratou-se, afinal, de uma revisitação dos documentos que concorreram para a transformação do sítio em monumento, no qual se procurou reflectir acerca das ruínas do sentido de Castelo Velho, explorando os limites da enunciação inerentes ao discurso arqueológico sobre um lugar que resiste, infinitamente, enquanto indício de uma contingência absoluta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Castelo Velho, escrita, silêncio, contingência, possibilidade.

---

<sup>1</sup> A versão original deste texto, a qual se manteve inédita e que aqui se publica na íntegra salvo alterações menores, foi originalmente redigida entre 2010 e 2011, a convite de Susana Soares Lopes, para o projecto monográfico do sítio de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). À data, a autora era estudante de doutoramento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>2</sup> A autora escreve de acordo com o antigo acordo ortográfico. [jalvesferreira@gmail.com](mailto:jalvesferreira@gmail.com)

**ABSTRACT:**

This text results from the exercise of *returning* to the archaeological site of Castelo Velho through the fragments of its writing and which was exclusively produced by Susana Soares Lopes between 1993 and 2014. This exercise appears by an ambivalent movement. The first one, historiographical, is defined by the text's historical rhythm and follows its chronological sequence; the second one, of a genealogical kind and manifesting itself through the intervals of the words as the reading of its incidents, aims at the dismantling of the text's figurative continuum. Finally, it was a revisit of the documents that contributed to the site's own transformation into a monument, in which it was sought to reflect on Castelo Velho's *ruins of meaning* while exploring the limits of enunciation inherent to the archaeological discourse on a site that resists, infinitely, as evidence of an absolute contingency.

**KEYWORDS:** Castelo Velho, writing, silence, contingency, possibility.

## I. VIAGEM POR UM “PAÍS DIFÍCIL”.



Figura 1 - “Este lugar é um lugar. É único, mas não é uma verdade” (Joana Alves-Ferreira, 2011)

“Este lugar é um lugar.  
Aconteceu-lhe o que acontece ao rio. É raro, mas não é uma excepção.  
É único, mas não é uma verdade.  
Ir-se escrevendo o que se escreve, arrastando para o horizonte mais vasto  
(que é igualmente o mais longínquo), os limites da compreensão humana.  
Porque eu desejo o que há muito escrevo – que as diferentes formas de vida  
tentem uma outra ocupação da terra.” (Llansol, 2001: 123).

Há movimentos e ligações que habitam um lugar a que chamamos “recordações”. A esse lugar é, na maioria das vezes, difícil voltar. Difícil é a confrontação com a imagem perdida, com essa imagem primeira e inconfundível. De um lugar, de uma paisagem, de uma nuvem de poeira ao final de tarde, dos seus ruídos rotineiros, do bailado das suas vozes. Da sua reverberante cacofonia.

Imagem primeira ou, nas palavras de José Gil, uma “imagem intensiva” (Gil, [1996] 2005: 21), impondo-se à vista como um todo e em bloco e que, por isso, é, inevitavelmente, uma imagem *perdida*. Uma imagem *contida*.

Uma vez iniciada a viagem, marcada pelo ritmo do passo inseguro, pelo hábito da dança das mãos e por um fixar do olhar a uma determinada distância, perdemos-lhe o rasto, ficando esse mesmo olhar, irremediavelmente, interdito a esse primordial vislumbre da unidade, à sua *presença*. Nas palavras de Walter Benjamin, no seu breve texto “Perdidos e Achados”,

“O que torna incomparável e irrepetível a primeira visão de uma aldeia, de uma cidade no meio da paisagem, é o facto de nela o que está longe vibrar numa estreita ligação com o que está próximo. Ainda não se fizeram sentir os efeitos do hábito. Mal começamos a orientar-nos, logo a paisagem desaparece como a fachada de uma casa quando entramos nela. Ainda não ganhou preponderância através da constante exploração, transformada em hábito. Assim que começamos a orientar-nos no lugar, nunca mais aquela primeira imagem poderá ser reconstituída.”  
(Benjamin, 2004: 42).

O gesto de entrar, um gesto que se tornará habitual, de explorar o que está “dentro”, traduz a investida, violenta, de um “tornar próximo”, que, constantemente, intentará em fazer ceder a rebeldia informe de um cenário agreste: de lhe dar fundação; de lhe desenhar a topografia; de o cartografar. Este gesto, intrinsecamente violento, decorre da prioridade, e da necessidade, em não *nos* perdermos e de não *o* perdermos. Mas, imersos na ânsia de nos agarrarmos a “objectos encontrados”, e de, mecanicamente, os encostarmos ao ouvido, esperando deles ouvir o sopro [*a*]guardado, não nos damos conta da amálgama de “objectos perdidos” que vamos deixando à nossa passagem. Estes, rebeldes ao hábito, parecem não encontrar um lugar na cartografia dos nossos *topoi* idílicos. Ou, antes, na impossibilidade de os reconstituir, permanecerão arredados do gesto habitual pelo qual se dá “espessura ao lugar”

(Vilela, 2010: 29), resistindo enquanto *topos do devir*<sup>3</sup>. Resistindo enquanto *imagens invisíveis*.

O início da longa viagem, processo pelo qual se faz e refaz um lugar, constitui, assim, e de forma paradoxal, o começo de uma exclusão. Uma exclusão que, segundo Michel Foucault ([1986] 2001), emerge com a *experiência do exterior*, isto é, com a experiência de dar a esse exterior um espaço que lhe servirá de lugar, com a atracção de o inscrever, de lhe dar um nome<sup>4</sup>. Do movimento constante entre um fazer e um refazer, ritmo do processo mecânico de moldagem de um mundo, multiplicamos esboços para os limites desse mesmo lugar. Na dança das mãos que revolvem agora a terra, perscruta-se uma voz que o tenta enunciar. As mesmas mãos que o tentarão recolher no seu seio; que persistirão em recuperar da terra o seu segredo; que insistirão em arrastá-lo para a superfície. Assim, é da coreografia, bem ensaiada, dessas mãos que se vão desenhando “pequenos” mundos possíveis - pelos seus movimentos, previamente preparados e mapeados -, procurando responder à exigência de verbalização de uma determinada gramática<sup>5</sup>. São, pois, movimentos cirúrgicos e direccionados. Precisos. Independentemente do compasso ou do andamento das mãos que os executam, procuram sempre esse “algo latente”, esse objecto expectante, para torná-lo enfim visível, ou como sublinha José Gil, para que se cumpra, finalmente, a sua vocação<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> “O pensamento é uma cartografia do tempo e do espaço, a compreensão é a espessura dos lugares. Entre os dois, num paradoxo formal, a impenetrabilidade do corpo do mundo. Deslocando-se no eixo de uma racionalidade totalitária (que define vectores lineares de tempo em direcção a um momento último de reconciliação consigo própria), a história é sedentária. Nela, a narrativa do progresso esquece a Dinâmica intrínseca ao próprio acontecer (...).” (Vilela, 2010: 29).

<sup>4</sup> Michel Foucault, em *O Pensamento do Exterior*, define esta “experiência do exterior”, enquanto exigência de interiorização da lei da História e do mundo, como uma “experiência flutuante, estrangeira, exterior à nossa interioridade” (Foucault [1986] 2001: 15). De acordo com Foucault, é por esta experiência que se esboça um pensamento que se mantém fora de toda a subjectividade, o qual, no limiar da positividade, se constitui enquanto *pensamento do apagamento* (das alienações do mundo), enquanto *pensamento da humanização* (da natureza) e, por último, enquanto *pensamento da naturalização* (do homem). (Ibid.: 17-18).

<sup>5</sup> Segundo Michel Foucault, esta *experiência do exterior* reaparece na segunda metade do século XIX no próprio coração da linguagem, na qual a nossa cultura procura ainda reflectir-se, como se detivesse esse segredo para a interioridade e que, nas palavras de Nietzsche, “toda a metafísica do Ocidente se encontra ligada à sua gramática e aos que, sustentando o discurso, detêm o direito à Palavra”. (Foucault, [1986] 2001: 18).

<sup>6</sup> “Semelhante invisível estaria sempre na expectativa da visibilidade, como um texto latente na expectativa de se tornar manifesto (...) Se a vocação do invisível é tornar-se visível (e de uma visibilidade segunda), como escapar a uma teleologia do ver (...).” (Gil, [1996] 2005): 27).

Deste modo, essas mãos obedecem apenas à necessidade do “ver”, estando os seus movimentos encarcerados numa teleologia do visível. E, *uma vez que ver é mover-se* (Gil, [1996] 2005: 30)<sup>7</sup>, é por eles que se vai desvelando a promessa da visão desses mundos presumíveis. Por isso, persistem nessa insistência de fazer ouvir ecos, ainda que distantes, de um país possível, um país que se deseja que “salte” de uma latência, de um certo estado de mudez e se torne, finalmente, manifesto.

“No mapa do teu império, ó grande Kan, devem encontrar lugar tanto a grande Fedora de pedra como as pequenas Fedoras nas esferas de vidro. Não por serem todas igualmente reais, mas por serem todas só presumíveis. Uma encerra o que é aceite como necessário enquanto não o é ainda; as outras o que é imaginado como possível e no minuto a seguir já não o é.” (Calvino, [2002] 2010: 35).

Corpos decididos: pés que avançam, que nos fazem entrar; mãos que olham e revolvem a terra; dedos que tateiam por superfícies sólidas; dedos que encontram matéria; dedos que a agarram. Corpos decididos, mas inquietos, doloridos. Corpos decididos, por uma vontade. A vontade da composição das proeminências de um “país possível”. Uma vontade que, mais do que um procedimento de composição, resulta num procedimento de *abreviação* de um encontro<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> “Não só porque toda a paisagem que a visão abre supõe um mundo possível (e invisível) de movimentos, e que assim – uma vez que ver é mover-se – é num mapa secretamente visto que esses movimentos se preparam; mas também porque o eco do visível no nosso corpo ressoa na charneira da visão e dos movimentos corporais, aí onde intervêm reversibilidade e equivalência, aí onde móvel se torna visual e a visão se traduz em *protomovimentos* da carne (...)” (Gil, [1996] 2005: 30).

<sup>8</sup> O conceito de abreviação é abordado por Jacques Derrida ([1972]1988), em “Signature, Event, Context”, texto no qual analisa o ensaio proposto por Condillac, intitulado *Essai sur l’origine des connaissances humaines* [1746], onde aquele reflecte acerca da origem e função da palavra escrita. De acordo com Derrida, a palavra escrita é colocada, acriticamente, por Condillac, sob a autoridade da categoria da comunicação. Assim, é no contexto da sua subordinação a uma redução económica, manifesta no seu carácter homogéneo e mecânico, que Derrida escreve: “*Once men are already in the state of “communicating their thoughts,” and of doing it by means of sounds (which is, according to Condillac, a second step, when articulated language has come to ‘supplant’ [suppléer] the language of action, which is the single and radical principle of all language), the birth and progress of writing will follow in a line that is direct, simple, and continuous. The history of writing will conform to a law of mechanical economy: to gain or save the most space and time possible by means of the most convenient abbreviation; hence writing will never have the slightest effect on either the structure or the contents of the meaning (the ideas) that it is supposed to transmit [véhiculer]”*. (Derrida, [1972]1988: 4).

É por esta tentativa de abreviar “o que acontece” que se vai tecendo a escrita deste país, uma escrita que surge do encontro físico e, em certa medida, violento entre dois corpos. Ou melhor, entre um corpo decidido e um corpo “encontrado”. Um corpo “encontrado” e, concomitantemente, encerrado. A escrita, sendo um “tornar proeminente”, congratula-se, primariamente, na composição do que decorre desse encontro, fixando, apenas, os seus efeitos. Assim, fixar é abreviar e abreviar é encerrar. Encerrar é operar a aceitação do necessário como gesto decisivo do exercício da própria escrita. Um gesto que, mantendo-se confinado aos “encontrados”, vai amarrando o lugar. Em si mesmo, nas palavras de Maurice Blanchot, trata-se de um gesto cismado com um “dar sentido”, já que:

“avant d’avoir commencé, déjà on recommence, avant d’avoir accompli, on ressasse, et cette sorte d’absurdité consistant à revenir sans être jamais parti, ou à commencer par recommencer”  
(Blanchot, 2003: 131).

Deste “gesto cismado”, da sua relação com *o-que-quer-encontrar* – relação ontológica que visa um trazer a si –, vão-se produzindo ilustrações de um mundo possível, um mundo que se quer preemptório e absoluto. Deste modo, a escrita, aquela que nasce da cisma de um gesto, será sempre uma escrita da ilustração, intrinsecamente condicionada e, regressando às palavras de Blanchot, *condenada ao recomeço*. Enquanto ilustração de um mundo ideal, ou um mundo conveniente, realiza-se segundo uma ideologia do reconhecimento, a qual lhe confere o seu carácter intransitivo e viciado, remetendo aqueles “corpos decididos” a tropeços constantes na mesma vontade, pois, *antes de terem começado, já recomeçaram, antes de terem realizado, cismaram* (Blanchot, 2003: 131; tradução livre da autora). A “escrita decidida” será, assim, uma escrita do recomeço, ou uma escrita da *retenção* (Derrida, [1967]1996: 120), a qual, situando-se nessa zona passivamente segura e espreado-se entre um “algo infinito” e um “algo original”, ilustra e compõe ordenadamente os instantes sucessivos de um apelo – “o querer-ouvir-se-falar-absoluto” (Ibid.: 121) –, através do qual

produz e faz progredir a linha estável que, ritmicamente, vai traçando a [monótona] esquadria de um processo de humanização [do tempo]<sup>9</sup>.

A “escrita decidida” é, então, paradigma do fecho. Simultaneamente é paradigma de uma *Praxis*<sup>10</sup> pela qual a *essência humana se torna natureza do homem e natureza se torna homem*<sup>11</sup>. Deste modo, a *Praxis* afigura-se como o lastro de uma experiência no mundo que se quer disseminada. No fundo, que se quer canonizada, discursivizada. Enraizada num impulso do *querer-dizer*, isto é, num querer produzir e recolher numa presença como saber e domínio, será na sua actuação continuada que se forjará o caminho, ausente de bermas ou veredas, do processo histórico. A “escrita decidida” é, deste modo, a “escrita do hábito”: o hábito de, pela palavra, gramaticalizar o acontecimento, investi-lo de significação, produzir o carimbo da sua assinatura e, por fim, trazê-lo (e conservá-lo) para o lugar do que está próximo. No andamento eufórico da composição habitual, no seu reino de suposta

---

<sup>9</sup> A este respeito atente-se nas palavras de Jacques Derrida: “neste sentido, *no interior* da metafísica da presença, da filosofia como saber da presença do objecto, como estar-junto-de-si do saber da consciência, acreditamos muito simplesmente no saber absoluto como *fechamento*, se é que não como fim da história. Acreditamos nela literalmente. E que tal *fechamento teve lugar*. A história do ser como presença, como presença a si no saber absoluto, como consciência (de) si na infinidade da parusia, esta história está encerrada. A história da presença está encerrada, porque «história» nunca quis dizer mais do que isso: apresentação do ser, produção e recolhimento do ente na presença, como saber e domínio (...) *A história da metafísica é o querer-ouvir-se-falar absoluto*.” (Derrida, [1967]1996: 120-121 [ênfase no original]).

<sup>10</sup> O conceito de *Praxis*, neste contexto, é abordado por Giorgio Agamben no capítulo “Critique of the Instant and the Continuum”, do livro *Infancy and History* ([1978] 2007), no qual contrapõe, por um lado, a concepção marxista da História e, por outro, a concepção hegeliana. Para Agamben, a história não seria, segundo a perspectiva proposta por Hegel, determinada por uma experiência do tempo linear como negação da negação, mas por uma *Praxis* (conceito marxista) ou actividade concreta inerente à essência e origem do homem, pela qual ele se constituiria não somente como indivíduo, mas sobretudo como um indivíduo universal (Agamben, [1978] 2007:109).

<sup>11</sup> “History, therefore, is determined not, as it is in Hegel and the historicism which derives from him, by an experience of linear time as negation of negation, but by *praxis*, concrete activity as essence and origin [*Gattung*] of man. *Praxis*, in which man posits himself as origin and nature of man, is at once “the first historical act”, the founding act of history, to be understood as the means by which the human essence becomes man’s nature and nature becomes man. History is no longer, as in Hegel, man’s destiny of alienation and his necessary fall within the negative time which he inhabits in an infinite process, but rather his *nature*, in other words, man’s original belonging to himself as *Gattungswesen*, from which alienation has temporally removed him. *Man is not a historical being because he falls into time, but precisely the opposite; it is only because he is a historical being that he can fall into time, temporalizing himself*.” (Agamben, [1978] 2007: 109 [ênfase no original]).

transparência e neutralidade, a palavra e a sua escrita constroem arquétipos do mundo, um mundo condenado à nascença a uma redoma de vidro, como forma imposta de uma moldura para homem e para mundo. De resto, é por se constituir na sua natureza como escrita imposta que adquiriu, [apesar da sua significação finita] ao longo do processo de uma mesmice acumulada, o seu valor: ela responde, enquanto “discurso perfeito”, a uma *vontade de verdade* (Foucault, [1971] 1997). É, pois, acto dirigido ao acontecimento, prescrito por uma necessidade da sua dissecação (e, conseqüente modificação) e de tiranicamente o obrigar a revelar-se numa afirmativa presença. A “escrita decidida” avança obedecendo ao ritmo da marcha, com os olhos postos num objectivo preciso e movida pelo imperativo de se fazer ouvir, “mesmo se deixar sem voz aqueles que teriam coisas diferentes a dizer, ou teriam escolhido um discurso diferente” (Le Breton, 1999: 13). Este é o seu valor: o de criar sistematicamente a *necessidade de ser ainda ouvida* (Valery, 1995: 69).

A modernidade é a chegada do ruído (...). A força significativa da palavra desacredita-se ou enfraquece perante o imperativo de dizer, de dizer tudo, de que nada fique por dizer, de que reine uma transparência impecável que não possa deixar suspenso nenhuma zona de segredos, nenhuma zona de silêncio.” (Le Breton, 1999: 15).

A modernidade afigura-se, nas palavras de Le Breton, como a chegada do ruído. Nesse ruído, como rasto, incessante, de uma marcha, o mundo confunde-se com os discursos que lhe dizem respeito. Nesse imperativo “de que nada fique por dizer”, e de o reproduzir até ao infinito, a força significativa da palavra anula-se, e dissolve-se, na ficção *de que tudo foi dito*<sup>12</sup>. Uma palavra cuja reprodução imperativa a torna, por um lado, *invasora*, no burburinho contínuo e coercivo das suas mensagens, por outro *tranquilizadora*, uma vez que esse burburinho nos apazigua com uma fé

---

<sup>12</sup> A este respeito, Eugénia Vilela sublinha: “Trata-se de um espaço onde se sublinha uma forma de autismo transbordante de palavras sem presença, ou seja, de palavras que não possuem a tensão da reciprocidade e do silêncio que estão na raiz da criação de sentidos pela palavra.” (Vilela, 2010: 36-37).

na continuidade do mundo e na sua mais que total transparência (Vilela, 2010: 36-37)<sup>13</sup>.

É da veemência deste percurso [hermético] que nos são sugeridas imagens extensas do fulgor do mundo. Cada imagem sendo a chave para uma outra, na lógica da potencialidade reservada aos símiles, mantém-nos enredados (e deslumbrados) na esperança, nascida de um recuo convulsivo e de um avanço empunhado, de penetrar o segredo das formas e de revelar, assim, a *potência das coisas*.

A escrita de corpos decididos é a escrita de corpos habituados. É uma escrita do exílio, da subtração. Forjada por forças centrípetas, é a escrita da impossibilidade de qualquer recomeço, a qual nos encerra *num jardim povoado de estátuas sem olhos* (Helder, 2006: 166).

Este jardim assume-se como metáfora de um determinado tipo de saber, o qual Derrida designou por *saber da presença do objecto* (Derrida, [1967] 1996: 120-121; cf. nota 9), que em si mesmo não é mais do que o produto da modificação – de um apagamento ou reparação – dessa mesma presença. O jardim, onde Herberto Helder encerra o seu homem, assemelha-se em quase tudo a esse lugar que produzimos e recolhemos na nossa “escrita dos encontrados”. Nesse lugar, o inefável não encontra um espaço. Não encontra uma palavra que o enuncie. Os seus indícios são eliminados, evaporizados, *não-ditos*. Silenciados.

“Ninguém sabe melhor que tu, sábio Kublai, que nunca se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve. E contudo entre eles há uma relação. (...)”

Isto talvez não saibas: que para falar de Olívia não poderia fazer outro discurso. Se houvesse uma Olívia realmente de janelas e pavões, de arreeiros e tecelões de tapetes e canoas e estuários, seria um miserável

---

<sup>13</sup> “As ideologias modernas da comunicação constroem uma palavra que muda de estatuto antropológico (...): uma palavra cuja reprodução alucinada a torna, simultaneamente, invasora e tranquilizante. Invasora, porque a avalanche incessante de palavras, conduzindo a uma cisão com o teor da mensagem, transforma as palavras num elemento ambiental do quotidiano. Tranquilizante, porque o som contínuo das palavras cria a ilusão de uma continuidade do mundo. Estas ideologias confundem o mundo com o discurso que o diz. O imperativo de *tudo* dizer anula-se na ficção de que tudo foi dito.” (Vilela, 2010: 36)

buraco negro de moscas, e para o descrever deveria recorrer às metáforas da fuligem, do chiar das rodas, dos gestos repetidos, dos sarcasmos. A mentira não está no discurso, está nas coisas.”  
(Calvino, [2002] 2010 : 63-64)

“A mentira não está no discurso, está nas coisas”, alerta Marco Polo, personagem animado por Calvino, ao referir-se às suas cidades e a seus sinais. A mentira está nas coisas. Nessas coisas em que acreditamos literalmente. Em que, literalmente, acreditamos estarem lá. Aí mesmo, esperando simplesmente serem encontradas.

As palavras retiradas de *As Cidades Invisíveis* suscitam a formulação de uma dupla questão: O que é uma coisa e, paralelamente, o que significa encontrar? Entre a coisa e o [gesto de] encontrar parece existir, por um lado, uma relação de necessidade e, por outro, de autoridade, manifestando-se numa relação indicativa de singularidade, que se traduz num pronunciar, num visar (Derrida, [1967] 1996: 87). Assim, a relação que existe entre ambos é de ordem teleológica, que assenta, como já foi referido, num ouvir-se enquanto um mostrar-se ou um projectar-se<sup>14</sup>. Deste modo, encontrar relaciona-se de forma íntima e, até certo ponto, intuitiva com o “dar voz a” [a uma coisa; ao signo], momento no qual se opera a construção da imagem do real. A coisa seria, assim, o superlativamente dizível (Agamben, [1978] 2007: 4) e, por isso mesmo, espaço de poder e de domínio, desde onde se exerce uma superlativa exclusão. Necessidade e autoridade conjugam-se, pois, no sentido de fazer derivar o que não se adequa à experiência da linguagem, dando fôlego, apenas, a uma certa realidade que, pela palavra, passa a viver sobre a realidade dos nossos sentidos (Helder, 2006: 55).

A palavra, a sua voz, é o domínio técnico da *coisa*: indica-a e preserva-a na presença, afastando qualquer sintoma do vazio, qualquer ameaça de crise (Derrida, [1967] 1996), tornando propício (ideal) o que os olhos vêem e os dedos tocam. *Encontrar* é dar voz. Nesse sentido, será acto de reconstituir –

---

<sup>14</sup>“O *Zeigen* é sempre um visar (*Meinen*) que pré-determina a unidade de essência profunda entre o *Anzeigen* da indicação e o *Hinzeigen* da expressão. E o signo (*Zeichen*) remeteria sempre, em última instância, para o *Zeigen*, para o espaço, para a visibilidade, para o campo e para o horizonte do que é objectado e projectado, para a fenomenalidade como relação e superfície, evidência ou intuição, e, em primeiro lugar, como luz.” (Derrida, [1967] 1996: 87).

*numa palavra já pronta* – uma presença soterrada nos sedimentos<sup>15</sup>. Contudo, exactamente por ser apelo à reconstituição, *encontrar* é o momento de crise, uma vez que *o momento da crise é sempre o do signo* (Derrida, [1967] 1996: 97). [*Encontrar é perder* o que momentos antes se tinha]. O momento em que se produz a sua identidade e se veda todo o exterior. O momento em que se exclui a impureza, o vestígio, o indício, eliminando-os para o espaço do *não-dito*. Condenando-os à invisibilidade. Remetendo-os ao mais puro silêncio de um espaço de fronteira.

Deste modo, o país difícil é, paradoxalmente, o país dos “objectos encontrados” e, simultaneamente, um país de “objectos perdidos”. Voltar a esse país implica, não só mergulhar de novo no seu ruído, mas também confrontar os seus silêncios. O gesto de voltar será sempre um gesto de confrontar aquilo que resta. Um gesto intrinsecamente hesitante. Hesitante porque, em si mesmo, não busca uma reconciliação com os silêncios do lugar, antes os procura na sua inquietude e na sua erosão. Procura-os para lá da margem do quadro, aí, nesse espaço aberto de improváveis, um espaço que está fora do mimetismo dissimulador.

“Olhar é entrar numa atmosfera de pequenas percepções (...). A atmosfera compõe-se de miríades de pequenas percepções, uma “poeira” atravessada de movimentos ínfimos (...). O mesmo é dizer que o olhar não vê, na atmosfera que o envolve o outro rosto, a estrutura dos seus traços visíveis, mas antes o espaço intersticial que os religa.”  
(Gil, [1996] 2005: 52-53).

O gesto de voltar transforma-se, então, no gesto de *escavar a junta das coisas* (Gil, [1996] 2005: 39), como um perscrutar dos seus interstícios. Um perscrutar que é um olhar que se desdobra no espaço intersticial das pequenas percepções que irrompem no *continuum* da visão totalitária imposta pelas políticas discursivas dominantes. Um olhar que procura pontos de fuga ao encadeamento da experiência da presença. Um olhar que se interroga sobre essas “coisas encontradas” e, finalmente, despose a palavra que sobre elas pesa.

---

<sup>15</sup> “Se a escrita perfaz a constituição dos objectos ideais, fá-lo como escrita fonética: vem fixar, inscrever, consignar, encarnar uma palavra já pronta. E reactivar a escrita é sempre despertar uma expressão numa indicação, uma palavra no corpo de uma letra que traz em si (...), confiá-la a uma escrita graças à qual se poderá sempre repetir o sentido de origem, isto é, o acto de pensamento puro que criou a idealidade do sentido.” (Derrida, [1967] 1996: 97).

## II. A HABITUAL ESCRITA OU A FALA DOS AUSENTES. A MARCHA DO DISCURSO.



Figura 2 - “medida breve” (Joana Alves-Ferreira, 2011).

“Cá está um gastador de espaços, um contrabandista. O último ponto seria devorar e ser devorado espacialmente. Por mais que se gaste nunca se gasta, e nunca se gasta a gente. Aquilo que mantém uma pessoa é a surpresa de existirem tantos espaços a chegar de tantos lados. E o surpreendente é ser surpreendente ser-se tão surpreendente. A força conduz à força – o gesto conduz ao gesto – e não existe porta que não abra para outra porta por abrir. Eu diria que cada um está num fim inconcebível à espera da visita

de si mesmo, para irem os dois viajar juntos até um fim inconcebível onde também há uma **espera**.” (Helder, 2006:79-80 [ênfase nossa]).

Hesitando, voltamos a esse lugar de Castelo Velho. Um lugar conquistado pela experiência de uma prática e pela vivência dos seus instantes. Mas, no nosso gesto, no de voltar, nada há de *proustiano*. No nosso voltar não procuramos reconstituir ou restituir o que foi abolido, muito menos partimos em busca da rememoração de um passado. Em si mesmo, este gesto, não desenha o movimento de um voltar atrás, deambulando, ao invés, por entre pautas marcadas pelo compasso da espera. É um gesto da espera na expectativa dos sobreviventes, que é sempre uma expectativa no tempo em que se encontra. Isto é, uma expectativa na potencialidade do *tempo que resta* (Agamben [2000] 2006).

Deste modo, não veremos o nosso gesto desenhar “decidido” e previsível, antes a fluidificar-se nas impressões e a desmultiplicar-se em movimentos e tempos interrompidos. Resulta, em última análise, de um voltar a dois tempos. Um é marcado pelo ritmo da marcha dos textos, das suas palavras, seguindo a ordem cronológica pela qual foram sendo criados. O seu ritmo é, por isso, um ritmo histórico, pontuado pelo gesto da leitura de uma escrita, dos seus embrenhados. Nesse sentido, focamo-nos, exclusivamente, nos textos que foram sendo escritos pela mão de Susana Soares Lopes (Jorge 1993, 1994, 1998a, 1998b, 1999, 2001, 2002a, 2002b, 2003a, 2003b, 2003c, 2004, 2005, 2007 e 2014)<sup>16</sup>. O outro, manifestando-se nos intervalos do texto, num certo declinar de lhe seguir linha a linha, resulta de um *acontecimento* hermenêutico, a *contra-tempo*, por entre fragmentos da escrita, seguindo, por isso, a rítmica própria do enredo e dos seus saltos de instante em instante. No mesmo gesto, condensam-se movimentos a tempo e a *contra-tempo*, os quais, procurando confrontar o esquema heurístico da narrativa,

---

<sup>16</sup> O objecto do nosso trabalho constitui-se no acervo de textos da autoria de Susana Soares Lopes a título individual ou em parceria com outros autores, pretendendo-se explorar os discursos que a autora, e directora de escavação, foi desenhando sobre Castelo Velho, desde a primeira campanha de escavação até ao momento que culminaria com a musealização do sítio. Evidentemente, que no decorrer do nosso trabalho fomos sentindo a necessidade de cruzar leituras com autores que foram pensando e escrevendo sobre o sítio de Castelo Velho (Baptista 2003; Gomes 2003; Oliveira 2003; Velho 2009; McFadyen 2016; Vale 2008; Velho 2009).

resultam de um processo de *abrir as palavras e fender as coisas* (Vilela, 2010: 287)<sup>17</sup>. Este processo, a que alude Eugénia Vilela, traduz-se, deste modo, numa “[re]visitação” aos documentos que, nas suas descrições, concorreram para uma “transformação em monumento” (Foucault, [1969] 2005: 33)<sup>18</sup>, ou seja, que criaram a ordem reguladora pela qual se dá a dominação do aleatório (ou a inscrição simétrica da *coisa diferente*). Contudo, uma “[re]visitação” que implica, agora, um movimento de saída dessa mesma ordem que, esbarrando nas ruínas do sentido e nos seus enigmas, cria, de novo, a distância própria do lugar estrangeiro. Nesta perspectiva, o nosso trabalho, em jeito de intervenção, resulta de um processo de fragmentação do texto, da desarticulação e extracção da sua escrita, em suma da sua manipulação enquanto *objecto* (Barthes, 1977: 156). Refira-se, no entanto, que a manipulação do *texto como objecto* não se prende com uma qualquer aproximação à sua origem ou às suas fontes e influências, isto é, não se trata de um exercício de filiação, mas antes de um exercício da leitura dos seus incidentes. Assim, parte de um movimento que, explorando os limites da enunciação, visa o desmonte do seu contínuo figurativo e abre a potencialidade do espaço reservada à expectativa. Ao intervir directamente nos fragmentos do texto enquanto cintilações efémeras e ao resistir em seguir a linha cronológica da sua produção, afasta-se de qualquer tentativa de nivelamento da sua heterogeneidade, exibindo apenas

---

<sup>17</sup> A expressão “abrir as palavras e fender as coisas” surge num momento no qual Eugénia Vilela explora a ideia de Gilles Deleuze de “criação como resistência”, mais especificamente, do acto da escrita enquanto tentativa de libertação daquilo que aprisiona a própria vida, ideia que, de resto, segundo Deleuze terá sido profundamente afectada pela leitura da obra de Primo Levi. Assim, Eugénia Vilela prossegue: “Para Deleuze, criar é resistir. Tal como a arte, também a filosofia é um acto de criação. A filosofia é especificamente, invenção ou criação de conceitos. Através deles procura *abrir as palavras e fender as coisas*. Aquilo que lhe interessa são modos de individuação distintos dos modos de individuação de uma coisa ou de uma pessoa. Interessante a individuação de uma hora do dia, de uma região, de um clima, de um rio ou de um vento, de um acontecimento. Segundo ele [Gilles Deleuze], ‘o conceito deve dizer o acontecimento, e não mais a essência’.” (Vilela, 2010: 286-287).

<sup>18</sup> “Digamos, para resumir, que a história, na sua forma tradicional, visava “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em documentos e fazer falar esses traços que, por si próprios, muitas vezes não são verbais ou dizem em silêncio coisa diferente do que dizem; nos nossos dias a história transforma os *documentos* em *monumentos* e que, onde se decifravam traços deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer no recorte do vazio aquilo que os homens haviam sido, desdobra uma massa de elementos que se trata de isolar, de agrupar, de tornar pertinentes, de pôr em relação, de constituir em conjuntos (...)” (Foucault, [1969] 2005: 33).

a sua diferença. Por fim, ao reposicioná-los em diferentes espaços, como se de um exercício de montagem se tratasse, propõe um tipo de escrita fragmentária e interrogante que, resistindo contra as permanências, debruça-se numa descoberta pelos seus vestígios, ressurgências e impressões.

Pelo processo de mediação deste movimento interventivo, oscilante entre um distanciamento e um envolvimento, abre-se a possibilidade para uma outra experiência da escrita (e da leitura). Mais concretamente, a da sua reactivação, no sentido mais literal, enquanto *avatar*. Um avatar que, enquanto forma mínima e breve, cria o lugar instável *onde o Tempo caiu* (Barrento, 2010: 145). Um lugar que está entre presença e ausência. Ou simplesmente um lugar que continuamente nasce (Laborde, 2009).

Do movimento de um encontro com o fragmento vislumbra-se, assim, a potencialidade de um tempo-outro que irrompe no momento do instante. Este condensa, em si mesmo, a intensidade do extemporâneo criando, na actualidade, uma tensão entre experiência e expectativa, que o afasta da continuidade histórica, e que, como escreve Michel Foucault,

“a cada instante, ganha distância, estabelece as suas medidas de um e de outro lado, tacteia em direcção aos seus limites, esbarra no que não quer dizer, escava valas para definir o seu próprio caminho. A cada instante, denuncia a confusão possível. Declina a sua identidade, não sem dizer previamente: ‘não sou nem isto nem aquilo’ (...). Trata-se de definir uma localização singular pela exterioridade das suas vizinhanças.” (Foucault, [1969] 2005: 44).

Assim, é pelas palavras de Foucault que antecipamos a localização dessa *medida mais breve* onde o interstício se desdobra. *Medida breve* que nunca está *aí ou ali*, onde é esperada, emergindo de um lugar possível e irreconhecível. É este o lugar do instante, o lugar da inquietude das *informes formas* do acontecimento (Foucault [1971]1997).

\*

“Os povoados calcólicos peninsulares são um pretexto, entre muitos possíveis, para a reflexão sobre a **resistência** que a realidade oferece ao

nosso olhar perscrutador. Tal como quando a noite desce sobre a estação arqueológica, após cada dia de escavações, abandonando de novo o sítio, perturbado pelo nosso ruído interrogativo, ao **silêncio** pertinaz de uma materialidade dobrada sobre si própria.” (Jorge, 1994: 501 [ênfase nossa]).

As palavras de Susana Soares Lopes (Jorge, 1994), com as quais conclui o seu texto “Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular”, são palavras de perplexidade. Palavras das quais se depreende uma certa inquietude, no culminar de um texto longo e profundamente interrogativo, no qual se questionam sentidos: suas topografias e formas de materialidades pesadas. A autora parece traçar ali um percurso novo, o qual, apoiando-se num discurso inovador, desloca e questiona conceitos operacionais, escavando-lhes os seus subterrâneos e exibindo a sua virtualidade. No sentido proposto por Foucault (Foucault, [1969] 2005), o texto de 1994 (Jorge, 1994) afigura-se como um texto que pretende ganhar distância, tacteando em direcção aos limites. No fragmento da sua escrita, vislumbramos a inquietação da aparição de um discurso perante uma determinada realidade material, perante os perigos de uma materialidade que, afinal, se dobra sobre si própria e da qual se começa a suspeitar. Da confrontação com o categórico nasce, como sublinha a autora, a reflexão sobre a resistência a uma ordem que domina o aleatório, espelhando o desejo *de um não querer entrar* nessa mesma ordem; de que tudo fosse diferente, de uma transparência calma, de uma resposta rápida a esse algo por que se espera, *e de onde, uma a uma, as verdades se erguessem* (Foucault, [1971]1997: 8).

O texto de 1994 (Jorge, 1994) marca, no nosso entender, a escrita de uma ruptura que, ao rasgar pela primeira vez com a singularidade de um espaço decidido, coloca a descoberto uma certa indecibilidade de um terreno vago. E contudo, há uma vontade de expressão que marca qualquer começo, uma necessidade, que se fará sempre presente, de traduzir a completude da forma idêntica. É preciso fixar o lugar.

“O povoado de Castelo Velho foi ocupado durante o Calcolítico e a Idade do Bronze. Durante o período calcolítico foi construído um sistema defensivo constituído por duas linhas de muralha. Ao longo da sua existência, o Castelo Velho revela um processo de intensificação

e interacção com outros grupos e regiões peninsulares.” (Jorge, 1993: 179).

Em 1993 esboçavam-se as primeiras linhas sobre o sítio de Castelo Velho. Linhas que traçavam então a simetria de um lugar, entrelaçando sons, antes dispersos, mas que pareciam agora dar corpo a combinações claras e a encaideamentos inteligíveis. O sítio emerge, assim, como um dado verosímil. E, na sua verosimilhança, impõe-se como bloco assertivo e inflige a linha para o sentido de um lugar. As primeiras palavras acerca de Castelo Velho manifestavam uma escrita sem reservas que incidia sobre um mundo perfeitamente focado, sobre uma materialidade absolutamente disponível, que fixava um sítio pleno, resoluto.

Afigura-se-nos interessante, por um lado, perceber a subtilidade de um movimento que se desenha entre a plenitude e máxima resolução de uma materialidade, bem como a intuição de um silêncio que irrompe de formas enroladas. No decurso de um ano, entre 1993 e 1994, há um gesto de desfocagem perante uma certa incapacidade de se ver para além do que se vê. E, todavia, há um desejo que lhe sobreviverá e que persistirá em sonhar com um rosto.

“Trata-se de um povoado fortificado que remonta ao Calcolítico Final regional. No Norte de Portugal é quase desconhecido este tipo de povoados datados da época calcolítica (...). Trata-se também de um povoado aparentemente especializado em tarefas produtivas decorrentes de um processo mais amplo de intensificação económica (...). Contudo, a maior novidade de Castelo Velho radica numa concepção do espaço doméstico até agora desconhecida nesta região. Pela primeira vez o registo arqueológico revelou uma área onde se concentram estruturas pétreas de vários tipos e dimensões (...) num espaço “reservado”, real e simbolicamente protegido. Constitui pois uma área que foi ‘monumentalizada’, contendo estruturas duráveis em pedra, e que parece apontar para uma organização social de carácter evolucionado, cujos contornos ainda são difíceis de definir.” (Jorge, 1993: 195)

Os traços desse rosto são marcas de um olhar. Um olhar que primeiro se queda, para posteriormente se erguer, de resto, *um gesto* sublinhado inúmeras vezes por Susana S. Lopes (Jorge 1994; 1998a; 2002a). Mas, em última análise, um olhar que anseia observar apenas o que é relevante e, neste sentido,

o que é relevante depende da escala e da perspectiva, condicionantes desse mesmo olhar (Santos, 1999). O olhar que se queda confia na proximidade e precisão homologada dos dados, enquanto ponto de vista privilegiado, sendo essa mesma proximidade responsável por revelar um determinado fenómeno e esconder ou distorcer outros (Santos, 1999: 186). Nessa perspectiva, o olhar que se queda desenhará os contornos de um rosto estático e imóvel, sem margens de sombra. Em 1993, Castelo Velho era o que Boaventura Sousa Santos define por “corpo dócil” (Ibid.: 200)<sup>19</sup>, desenhado em neutras malhas de uma trama apertada *de que tudo teria sido dito*. A mesma trama que o poderia manter arredado de qualquer perigo inerente ao enigma.

“A interpretação de 1994 abria perspectivas, mas também criava um impasse (...) dizia-nos o que **o sítio não era**.” (Jorge, 1998a: 284 [ênfase nossa]). “**Não é** por ser um monumento que Castelo Velho **não é** um ‘povoado fortificado’.” (Jorge, 2002a apud Jorge, 2005: 148 [ênfase nossa]).

Na subtilidade do gesto, em que o olhar se faz erguer, condensa-se o movimento de perplexidade que fragmenta aquele rosto singular, desfocando a estrutura dos seus traços aparentemente visíveis. E, perante um rosto fragmentado, perante um [*Não é*], resta uma descrença “na verosimilhança de pretensas ‘explicações’” (Jorge, 1994: 460)<sup>20</sup>. O [*não é*] afigura-se, deste modo, como pura expressão de inquietude face ao confronto com uma certa ausência de plausibilidade, a uma rebeldia de um corpo enigmático que, vazio de experiência, resiste à regulação de uma leitura demasiado próxima e literal. Desta forma, a expressão [*não é*] marca o momento de uma suspensão do sentido (Ricoeur, 1987) do que, agora, é estranho

<sup>19</sup> “Pelo que diz respeito aos agentes, quanto menor a escala de análise, maior ênfase na orientação e no movimento. A representação dos agentes tende a privilegiar os que se movem e necessitam de orientação, ou seja, aquilo a que chamo *corpos dócils*. Quanto menor a escala, maior a docilidade dos corpos. A perspectiva de um só ponto acentua este efeito.” (Santos, 1999: 200).

<sup>20</sup> “Ou seja, existe a crença de que escrever história ou pré-história é equivalente a *explicar* o discurso arqueológico. E de que, na medida em que ele seja bem explicado, serão atingidos os significados fundamentais e últimos que permitiram a ocorrência de um determinado passado (...). Mas terão as coisas sentidos últimos, ‘*verdadeiros*’? Querer atingir tais pretensos sentidos será, para nós, o caminho mais correcto e mais frutífero? Olhemos pela primeira vez para o objecto da nossa discussão: povoados cercados por muros, algumas vezes com muralhas, torres e bastiões.” (Jorge, 1994: 461).

e desprovido de experiência. Contudo, do mesmo modo, o [não é] afigura-se como efeito decorrente de um processo, já iniciado, de leitura (e de tradução), do qual, como afirma João Barrento, *já não se pode sair* (Barrento, 2002: 88). Assim, enquanto efeito, permanece inclinado para uma função singular, reservada à identificação, que é a da legitimação de uma existência (Ricoeur, 1987: 32). Na abertura que proporciona, nesse espaço de ambiguidade que cria, transforma-se em acontecimento, uma vez que pressupõe que outro algo deve existir, exprimindo a necessidade de fuga a uma imitação do óbvio. E não obstante, expressa também uma intolerância ao impasse enquanto marca de um espaço aberto<sup>21</sup>, dirigindo-se imediatamente para uma apropriação desse algo “estranho”.

“Para as captar era preciso passar de uma explicação de escala muito ampla, para outra de escala intermédia: **era preciso criar novos “dados” com um novo olhar.**” (Jorge, 1998a: 284 [ênfase nossa]).

“Depois de uma interpretação sobre Castelo Velho de escala média, interpretação essa aparentemente já envelhecida (...) e de outra de escala muito ampla, algo vaga (um “lugar monumentalizado”), voltamos a descer de escala, **à procura de um sentido** verosímil para a realidade observada.” (Jorge, 1998a: 293 [ênfase nossa]).

É pois de um esforço paralelo, entre polissemia e ambiguidade, entre excesso e déficit de informação, de um amadurecimento da imaginação (Jorge, 1994: 499), que o acontecimento de um [não é] se afirma plenamente como acontecimento da procura de um sentido. “Não caminha no sentido da verdade” (Ibid.: 499) e, no entanto, como sugere Paul Ricoeur (Ricoeur, 1987:102-103), nasce de uma necessidade de reconstruir sentidos: de alcançar “‘verdade’ ou ‘verdades’ a cada passo” (Jorge, 1994: 499). “A procura do sentido verosímil”

---

<sup>21</sup> “Mas também se pode dizer que a resistência ao óbvio – e o conseqüente apelo à ambiguidade – é constitutiva de toda a literatura (e até de muitas estratégias da linguagem corrente, do discurso político e publicitário, do texto contratual ou legal), e que por detrás da ambiguidade espreita sempre, como lembra Adorno na *Teoria Estética*, «o tabu da ambiguidade»: «A atitude em questão é a da *intolerance of ambiguity*, intolerância contra o ambivalente, o que não pode ser subsumido de modo impecável; em última análise, intolerância contra o que é aberto, o que não é previamente decidido por uma instância, contra a própria experiência (...)» (Barrento, 2002: 91-92).

é, assim, o esforço de uma imaginação em permanente inquietude<sup>22</sup>. É luta entre os matizados das diferentes variáveis ao dispor a cada momento (Ibid.: 499). Simultaneamente, é desejo de querer tornar semelhante<sup>23</sup>, de actualizar, através da conjectura da realidade observada, o [não é] num [o quê].

“Castelo Velho de Freixo de Numão foi um “lugar especial” durante muito tempo. Um lugar por onde circularam pessoas, oferendas, matérias-primas, em suma, artefactos dos mais variados tipos. Poderá ter respondido a um lugar de encontro sazonal, onde se encenava a vida social como um todo, em particular, aspectos cruciais e conflituais da chamada “vida doméstica”, que, no sentido que aqui é expresso, se refere à ‘vida toda’.” (Jorge, 2003a *apud* Jorge, 2005: 184).

O processo de actualização corresponde, assim, a um modo de leitura muito particular: ora se aproxima, ora se distancia do objecto original. Ora se deixa comandar por ele, ora se tenta libertar do seu despotismo. A procura do [o quê] desvela-se, deste modo, em ensaios de tradução de um lugar, que se desmultiplicam no apelo de apreender a sua unicidade, de resgatar o corpo estranho, para, finalmente, lhe dar a docilidade de um “lugar especial”. Jacques Derrida (1985), num comentário a Walter Benjamin, intitulado *Des Tours de Babel*, define este modo de ler – no sentido em que este se afigura como apelo à tradução – por *afinidade*, mais especificamente, de

---

<sup>22</sup> “O passado é, afinal, um produto da nossa imaginação, que tem como ponto de apoio um conjunto de observações feitas no terreno, e procura ‘dar conta’ (sem que nunca se esgote) do conjunto dessas observações, em permanente reequacionamento. O amadurecimento da imaginação, que se alimenta de observações mas também de projecções a partir do observado, não caminha no sentido da verdade, de presentificação de qualquer passado, mas no sentido da simulação, isto é, do jogo com as diferentes variáveis ao dispor a cada momento (...).” (Jorge, 1994: 499).

<sup>23</sup> “O conceito existencial de apropriação não é menos enriquecido pela dialéctica entre a explicação e a compreensão. De facto, nada deve perder da sua força existencial. “Apropriar-se” do que antes era “estranho” permanece o objectivo último de toda a hermenêutica. A interpretação no seu último estágio quer igualizar, tornar contemporâneo, assimilar, no sentido de tornar semelhante.” (Ricoeur, 1987: 103).

busca por afinidades (Derrida, 1985: 209-210)<sup>24</sup>. Isto é, por possibilidades de sentidos.

“É preciso voltar a investir os sítios do passado com o estatuto de *testemunhos* “palpáveis” de diferentes comportamentos e percepções. Tais sítios, enquanto testemunhos, devem assegurar uma certa inteligibilidade desse mesmo passado, sob pena, de não cumprirem a função social de mediadores entre o presente e o futuro.” (Jorge, 2004: 599).

O [o quê], enquanto modo de leitura específico de tradução de afinidades, decorre, ainda no sentido sugerido por Derrida, de uma necessidade, que será sempre, em última análise, a necessidade de exteriorização do sentido. De resto, trata-se de um gesto constitutivo (e imanente) do próprio discurso. É por esse gesto que se *investe de estatuto* o corpo enigmático. De certa forma, a procura das afinidades decorre do facto de, afinal, *ainda haver algo a dizer* e de ser necessário tornar inteligível essa possibilidade. Por isso, neste contexto, é gesto e condição ontológica de preenchimento (ou de investimento), gesto pelo qual se traz à experiência o informe corpo enigmático e se presume uma marca de plausibilidade, um estatuto de *testemunho palpável*. Porém, e voltando uma vez mais a Derrida, há neste gesto algo de grave, profundo e arriscado (Derrida, 1985: 204-205), pois transporta em si mesmo o estigma da legibilidade da imagem de um corpo<sup>25</sup>, mesmo quando prevê a impossibilidade de redução (ou da fusão) da imagem do corpo plausível, ou da simulação possível, ao corpo original

---

<sup>24</sup> A este respeito, atente-se nas palavras de João Barrento: “A tradução, pelo contrário, corresponde a uma forma de leitura que, não podendo deixar de resultar numa escrita segunda do texto, não pode também fugir à razão despótica do chamado ‘original’, ou, numa formulação mais *soft*, ao seu apelo, à lei intrínseca desse original que exige ser transposto para um meio que lhe não é ‘estrangeiro’, mas afim – a outra língua, sempre dita ‘estrangeira’.” (Barrento, 2002: 83).

<sup>25</sup> Num comentário a esta noção de gravidade inerente à tradução, explorada por Jacques Derrida em *Des Tours de Babel* (Derrida, 1985), João Barrento sublinha: “Como no ágon da tragédia antiga, no final da corrida há uma morte e uma redenção (catarse), assiste-se a um fim e a um renascer (...) o texto traduzido é uma alteridade que traz em si a nostalgia da identidade, a ilusão de ser outro, o estigma da imagem, sempre invertida, no espelho das águas.” (Barrento, 2002: 86 [ênfase nossa]).

e, até mesmo, quando presume a ambiguidade própria do original (Barrento, 2002: 86)<sup>26</sup>.

“What is becoming even more necessary in prehistoric research is medium-scale analogical connection with the past. At this level, the past should not be viewed as completely ‘other’.” (Jorge, 2003c: 132; ; Cf. Jorge, 2004: 599).

“Há de facto, uma distância – não intransponível, pelo contrário, o percurso tem de ser feito”, afirma João Barrento (Barrento, 2002: 86). Do mesmo modo, há a necessidade de prosseguir nesse caminho, muitas vezes povoado por formas ambíguas. A travessia por Castelo Velho revela-se pela sua escrita como uma travessia lenta: por um abrir e fechar de portas, por um abrir e fechar de luzes. Afinal, trata-se de uma travessia pela forma das coisas, na ânsia de definir e demarcar os seus atributos. Na lentidão própria à sua leitura, ensaia diálogos para cenários possíveis que, *de fora para dentro*, se processam, como já referido, num movimento pendular entre aproximação e distanciação. Este movimento, na expectativa de os tornar mais nítidos, é também, nas palavras da autora, *uma forma de tornar mais relevante* (Jorge, 2003a: 32).

“É óbvio que a concepção deste recinto murado enquanto “monumento” reconfigurador da paisagem, apenas nos diz o que este sítio foi, numa perspectiva de escala muito ampla: foi certamente um sítio mediador de sentidos, de grande impacto visual, congregador das populações, polarizador de negociações intercomunitárias. Mas, a uma outra escala, como poderemos visualizar o sítio?” (Jorge, 2002a *apud* Jorge, 2005: 149).

A lenta travessia da representação, ou representações, do sítio de Castelo Velho, afigura-se como um exercício de determinação do relevante. Neste

---

<sup>26</sup> “Há, de facto, uma distância – não intransponível, pelo contrário, o percurso tem de ser feito – que é a que vai do acto fundador de um sentido (do texto «original») ao gesto mimético da sua «tradução». Mas também aqui reina provavelmente, e contra o que geralmente se tem por certo, a maior ambiguidade: porque Narciso, afinal, vê a sua imagem como um outro, sim, mas real, e transforma-o desde logo em objecto de paixão, colocando-o ao mesmo nível de si próprio, talvez mesmo acima de si, como sempre acontece com os objectos de paixão; porque o «original» é, ele também, uma «tradução».” (Barrento 2002: 86).

sentido, a sua produção regeu-se, ao longo do tempo, por diferentes estratégias e padrões de regulamentação, isto é, por diferentes escalas e perspectivas de análise e, concomitantemente, por diferentes graus de resolução, que, em articulação, concorrem no sentido da identificação, ou mais acuradamente, *da criação* dos fenómenos relevantes (Santos, 1999: 187).

No caso específico de Castelo Velho, a oscilação entre uma escala de análise ampla e os múltiplos ensaios de análise mais restrita, parecem revelar uma tensão entre a realidade observada pela prática de campo e a latência do que *não* se consegue dizer, ou, mais especificamente, de aspirações que resistem a uma pronúncia. Se, por um lado, numa análise de escala ampla – exemplo da qual o texto de 1994 é paradigmático, muito embora ela possa ocorrer de forma mais ou menos transversal em produções posteriores –, está patente um olhar *desimpedido* que permite descrições claras e sensíveis às distinções, mesmo de relações complexas, promovendo a representação e a fixação (Santos, 1998: 187)<sup>27</sup>. Já numa escala mais restrita, e mesmo sob a exigência de um olhar mais rigoroso e atento dos indícios visíveis, e, sobretudo, dos invisíveis, parece desenhar-se um movimento de constante interrogação sobre o sentido dos mesmos, comprometendo o que a própria autora procura, a dada altura, reivindicar: *uma ligação analógica, de escala média, com o passado* (Jorge, 2003c: 132; Cf. Jorge, 2004: 599). O olhar rigoroso, expectante pelo que *ainda* não vê, é um olhar perplexo: esforça-se por se orientar, por tentar detectar e extrair sentidos, nas curvas e contra-curvas de um lugar complexo, o qual, recortando-se em ínfimos pormenores, parece gerar uma resistência à sua classificação, prolongando a *agonia*<sup>28</sup> de uma travessia lenta que tarda, finalmente, em *chegar*.

---

<sup>27</sup> “A regulação em grande escala é fértil em pormenores e características; descreve com clareza o comportamento e as atitudes; coloca-as no seu contexto próximo; é sensível às distinções (e às relações complexas) entre o dentro e o fora, o alto e o baixo, o justo e o injusto. A regulação em grande escala suscita um padrão de regulação baseado na representação e na posição, que aliás promove.” (Santos, 1999: 187).

<sup>28</sup> “(...) o percurso, que no sentido etimológico do termo grego, é simultaneamente um método, é, na tradução, um percurso agónico, o próprio texto significativamente dito de «partida» transforma-se num prot(ou)agonista, como a vítima sacrificial nas origens da tragédia ática, a quem é dada a possibilidade, ilusória, de sobreviver, de fugir a um destino, a uma ‘agonia’. Entre uma ‘partida’ e uma ‘chegada’ (ou um alvo) (...), o texto a traduzir é implacavelmente submetido à lei/ao destino dos deuses e ao mesmo tempo desafia-os.” (Barrento, 2002: 85).

“Mas, se não são plausíveis “centros cerimoniais” ou mesmo lugares ‘ritualmente especializados’ em sociedades deste âmbito, como classificar, a uma escala média / baixa de análise, recintos que geraram/albergar complexos cenários de negociação e ostentação de poder? Recintos que cristalizaram a reprodução de *metáforas* do mundo: a manipulação/ transformação do corpo e da terra.”  
(Jorge, 2004: 598; Cf. Jorge, 2005: 150 e 2002a).

O jogo pendular, em que se tece a escrita de Castelo Velho, nasce de uma perplexidade face a uma manifesta opacidade do sítio e de uma necessidade de sincronização dos seus pormenores. Ou seja, entre uma ampliação e, sobretudo, uma redução, figura uma relação de dependência do que está ausente, transparecendo desta relação a obsessão em nivelar sentidos mergulhados no silêncio, em resgatá-los a essa condição de mudez para transformá-los, finalmente, em alternativas emergentes e plausíveis.

“(…) e o que não se vê, mas imagina, é determinante para a localização do mesmo e para a sua função social, enquanto centro congregador duma população ainda segmentária e politicamente pouco hierarquizada; - os *contextos* detectados no monumento (dentro e fora do recinto) apontam para a existência duma *arena* que atraiu, do 3º ao 2º milénio, populações que atravessaram condicionalmente este lugar especial: observamos *passagens* no recinto superior que, consoante os cenários, foram abertas ou fechadas; verificamos *deposições*, como a dos ossos humanos, a das sementes ou a dos “pesos de tear”, entre muitas outras, que cristalizam acções intencionais de ordenar materialidades. O monumento de Castelo Velho é um espaço performativo.” (Jorge *et al.*, 2007: 78 [ênfase nossa]).

Recorta-se o sítio na tentativa de se reconhecer os traços. Recorta-se para o decifrar. Recorta-se, enfim, para elucidar as evidências, para detectar os elos que faltam, para completar a incompletude. Recorta-se o vazio, não no sentido de o eliminar, mas antes no sentido de o domesticar. Os enunciados produzidos ao longo da travessia de Castelo Velho denunciam as múltiplas tentativas de descrição de um conjunto de elementos (das suas relações, conjuntos e pertinências), das quais se tenta delinear um limiar de existência (cf. Foucault [1969] 2005). Uma tentativa que se desdobra sob a forma de

persistências específicas, que se vão acumulando e que, nos embrenhados de simetrias e assimetrias, traduzem o esforço para a determinação e comprovação da assinatura de um “sítio excepcional”. Deste modo, o processo longo de enunciação da *incisiva particularidade* (Jorge, 2004, 2005; Jorge *et al.*, 2007) de Castelo Velho, circunscreve o espaço do que se pode e, paralelamente, do que não se pode dizer, definindo as margens inquietas e deslizantes – de um *contínuo deslize de sentido* (Jorge *et al.*, 2007: 79) – entre o dizível e o indizível. A repetição constante das persistências é condição para a produção do enunciado e, acima de tudo, para as suas modificações. É na repetição, dos seus traços mais particulares, que se embate nesse espaço minimal da fronteira do sentido: quer da coisa em si, da sua materialidade, quer dos conceitos que a operacionalizam. E contudo, mesmo embatendo numa certa ambiguidade (funcional), a travessia dos enunciados persiste na delimitação física de um espaço: entre um interior e um exterior; por entre fulgurações cénicas de aberturas, fechos, condenações e ocultações dos seus diversos “dispositivos” (contextos, passagens e deposições). Mesmo embatendo na impossibilidade da sincronização (Jorge, 2003a; 2003b, 2007, 2014), sobrevive a necessidade de se enunciar os momentos do *planeamento* e da *transformação* do sítio, uma vez que neles está contida a própria vida de Castelo Velho<sup>29</sup>. No limite, a assinatura é determinada por *o que não se vê, mas imagina* (Jorge *et al.*, 2007: 78).

“Pode-se falar de vidas do sítio, de momentos, de espaços, de deposições, de condenações, em suma, de *transformações*. Podemos tão só, abrir ‘janelas’ sobre algumas acções vividas em Castelo Velho.”  
(Jorge *et al.*, 2007: 79)

---

<sup>29</sup> “The contexts, which we as archaeologists describe in detail using, for example, the analysis of the biography of fragmented things (such as the study developed by Lesley McFadyen [cf. McFadyen, 2016]) are non-categorized contexts. These help us understand that the pottery was broken, deposited, re-used, re-deposited in various contexts spread over a territory and this helps us to realize that the past is more complex than previously we thought it could be. But at the same time, and by showing the complexity of this manipulation (strange to us today) such analysis further affirms the distance that separate us from the past. The specific meanings of the past are unintelligible. Archaeology reaching this temporary answer – the ‘horizon of meaning’ of the past is absent – open u the possibility of a new approach.” (Jorge, 2014: 73-74).

### III. DO QUE RESTA DE CASTELO VELHO



Figura 3 - “O que lhes resta então?” (Joana Alves-Ferreira, 2011)

Também nós ajustámos a máscara de esperar. Se temos por meta chegar a um sítio retirado, em que nos seja permitido, através do canto, ensinar a ler por que motivo levamos tanto tempo a partir, a ponto de eu chegar a acreditar que o tempo se sobrepõe à iminência da partida?

Ao encontro de uma máscara sem rosto?

Mas o gosto estético não tem máscara.

O que lhes resta então, nas margens da repugnância?

Como rosto?

Como máscara?

Eu não consigo, neste espaço adensado no diáfano, ver-lhe as sucessivas modulações do rosto.

(Llansol, 2007: 54)

Há, entre aquele lugar inicial das “recordações” e o lugar em nos encontramos *agora*, uma travessia atravancada por fragmentos do lugar de Castelo Velho. Uma travessia pela floresta dos textos que, ao longo do tempo, promoveram a sua gestação e que investiram da espessura possível um corpo nem sempre dócil e nem sempre *estranho*. Nem sempre contido e, nem sempre *retirado*. Perante a expectativa de voltar a um país difícil, *também nós ajustámos a máscara de esperar*. E, à semelhança de Bartleby, o escrivão, *preferiríamos de não partir a esse encontro*<sup>30</sup>.

*Preferiríamos de não ter de invocar “o acontecido” e o “não acontecido” das malhas por onde se teceu um mundo possível. Mas, inevitavelmente, acabamos por partir, vislumbrando por entre saltos, nos fragmentos da escrita, esse país difícil. No fundo, um país em potência, entre um ter sido e aquilo que não foi; entre um poder ter sido encontrado ao invés de ter sido perdido; entre aquilo que poderia ter sido dito e não silenciado. Um país que se situa algures entre um “assim foi” determinadamente indeterminado, e um “assim quis” resistente à nossa vontade.*

---

<sup>30</sup> Bartleby é o personagem, estranho e desconcertante, criado por Herman Melville em *Bartleby, o escrivão* (1853). Bartleby fica inscrito na constelação filosófica como *o escriba que cessou de escrever*: O escriba que cessa as suas funções transforma-se, assim, numa folha em branco, mergulhando no abismo da possibilidade reservada, apenas, às folhas em branco. Como refere Agamben (2007), em *Bartleby. Escrita da Potência*, ele é a figura extrema do nada de onde procede toda a criação, e, simultaneamente, da reivindicação desse nada como pura potência (Agamben, 2007: 25). A figura de Bartleby configura-se, na tradição do pensamento ocidental, enquanto momento obstinado de uma crise na representação, a qual se parece afigurar na fórmula *I would prefer not to / preferiria de não*. Nesta fórmula prefigurar-se-ia uma total ausência da referencialidade mimética, uma total ausência da ideia de origem e de progresso, estabelecendo-se o jogo indistinto entre o real e o imaginado. Agamben refere-se à fórmula precisa de Bartleby enquanto um “exercício de potência”, isto é, enquanto exercício de “possibilidade de”. A recusa de Bartleby, que não deverá, segundo o autor, ser entendida como indiferença, relaciona-se, deste modo, com “o que se pode”, afigurando-se o pensamento como uma infinita dramaturgia: “*crer que a vontade tenha poder sobre a potência, que a passagem ao acto seja o resultado de uma decisão que põe fim à ambiguidade da potência (que é sempre a potência de fazer e de não fazer) – esta é precisamente a perpétua ilusão da moral (...). A fórmula, tão agudamente repetida, destrói qualquer possibilidade de construir uma relação entre poder e querer, entre potencia absoluta e potencia ordinata. Esta é a fórmula da potência.*” (Ibid.: 26). Neste sentido, a figura de Bartleby convoca um confronto com a arqueologia, enquanto tradução de afinidades, e, desde logo, com a sua necessidade em exteriorizar sentidos.

“O verdadeiro repto aos investigadores da Pré-História, quer em termos da formulação de um discurso científico, quer, sobretudo, na materialização do chamado discurso divulgador (...), é dar *visibilidade / inteligibilidade* ao passado *sem deixar de sugerir que nele existe uma inefável diferença*, portadora de estranheza e incomunicabilidade. Essa *tensão narrativa*, longe de bloquear a tão desejada (e criticada) valorização de uma continuidade com o passado, “promove” sobretudo uma espécie de representação caleidoscópica: afinal, até se “**controla**” melhor o passado se ele for pensado com uma certa aura de **indecibilidade**.”

(Jorge, 2004: 599 [ênfase nossa]); Cf. Jorge, 2002a, 2003c, 2005).

Susana Soares Lopes (Jorge, 2003a), a dado momento, define esse país difícil como um sítio de sentidos ambivalentes, referindo-se à indecibilidade que o próprio sítio parecia emanar e à resistência que causava à sua vontade de o querer pensar. Essa indecibilidade a que a autora se refere, contém, por um lado, a potencialidade da possibilidade e, por outro lado, encerrava a dificuldade da contingência, isto é, *do poder ser e, simultaneamente, não ser* (Agamben, 2007: 35). Será esta dificuldade que definirá, de certa forma, a escrita de Castelo Velho. Uma escrita que se tece por entre as aporias do verificável e do que não se pode, por mais que intentemos, verificar. Neste sentido, voltemos, uma vez mais, ao instante em que ocorre o [*não é*] (Jorge, 1994): o instante em que vemos criada a *pura potência* reservada a uma folha em branco (Agamben, 2007). O mesmo instante em que se cria essa *tensão narrativa* a que alude a autora. A potência, *de ser e, simultaneamente, de não ser*<sup>31</sup>, é a coisa mais difícil de pensar (Ibid.:19). O [*não é*], enquanto experiência da potência, afasta-se da pura negação, à qual, como sublinha Agamben, é de resto estranho (Ibid.:27), abrindo o espaço *difícil* da contingência absoluta.

A experiência da contingência cria o abismo da possibilidade. Ou seja, se por um lado, exerce uma certa atracção, por outro torna-se difícil de se suportar.

---

<sup>31</sup> “A mente é, então, não uma coisa, mas um ser de pura potência e a imagem da tabuinha de escrever, sobre a qual nada está ainda escrito, serve precisamente para representar o modo de ser uma pura potência. Toda a potência de ser ou de fazer qualquer coisa é, de facto, para Aristóteles, sempre também potência **de não ser** ou de não fazer, sem a qual a potência passaria já sempre ao acto”. (Agamben, 2007: 13).

É de uma vontade de sair da ambiguidade desse espaço que decorre a referida tensão narrativa<sup>32</sup>. Decorre, afinal, de um ser necessário passar ao acto e que, mantendo-se presa à ontologia do ser e do não ser, dirige-se, mesmo que por uma hesitação calculada, para o [o *quê*], ou o lugar onde estará contido o mundo possível. A tensão desvela-se no constante confronto com a contingência do próprio sítio que, embora sendo colocada em questão, se torna necessário “controlar”. Ela expressa, por isso, a vontade de concluir o que aconteceu e de, assim, suplantar o impasse incómodo de uma miríade de possibilidades. E contudo, a potência permanece lá. Permanece, mesmo quando afinadamente nos debruçamos sobre o lugar e lhe copiamos os traços. Mesmo quando, multiplicamos as suas reproduções e as repetimos infinitamente, na esperança de, também, repetir uma certeza do que aconteceu. De ligar dois pontos opostos para que, finalmente, possamos prender o lugar. Mas um lugar que afinal resiste à luz do nosso escrutínio, isolando-se no silêncio das margens de um perímetro inefável, do qual se projectam meras sombras inconcebíveis da sua própria ontologia.

“O lugar não é definitivamente, como uma identidade espacial coagulada, ele é contínua procura. E assim, sob a melancolia do documento e do arquivo, a imagem fotográfica reparte, com aquele que olha, uma verdade infinitamente pressentida.” (Vilela, 2010: 535).

Talvez movidos pelo sopro dessa inefável diferença partimos, uma vez mais, ao *encontro* de Castelo Velho, na ânsia de testemunhar as suas zonas de sombra. Na brevidade de um instante, o olhar ensaia o encontro com o corpo de um sítio que mostra o seu próprio desaparecimento. É desse encontro que resulta o ensaio fotográfico que acompanha o presente texto. Na tentativa de arriscar a captação dos seus traços sombrios, transforma-se em gesto deslocado e, por isso mesmo, indiferente à sua pretensa verdade (ou verdades). As fotografias não têm, nesta perspectiva, a pretensão de serem espelhos

---

<sup>32</sup> “A nossa tradição ética procurou várias vezes dar a volta ao problema da potência reduzindo-o aos termos da vontade e da necessidade: não aquilo que podes, mas aquilo que queres ou deves é o seu tema dominante”. (Agamben, 2007: 25).

de um mundo possível, *de a-apresentação* do real (Vilela, 2010: 507; 509)<sup>33</sup>. No sentido proposto por José Gil (Gil, [1996] 2005), serão antes *imagens-nuas*, imagens de uma nudez verbal, imagens que tendem para a promoção de pequenas percepções<sup>34</sup>. No fundo, emergem como imagens dos buracos do sentido de um sítio. *Não mais que* isso. Em si mesmas, traduzem o gesto demorado de uma outra forma de visitar e de pensar o mundo (Vilela, 2010: 510), exibindo a construção de um [não mais que] e, no limite, a *recordação do que não aconteceu* (Agamben, 2007: 43). [Não mais que] vestígios, invocam o passado de um lugar para, de novo, o restituírem à sua condição de possibilidade (Ibid.: 43)<sup>35</sup>.

A fotografia, sendo gesto do presente, é também uma escrita do silêncio, expondo o corpo sobrevivente de um lugar e [sobre]expondo a ausência das ligações de algo que, no instante fotográfico, se torna alheio (Barthes [1986] 2010). O instante de um encontro, em que o corpo se transforma no lugar mínimo de uma realidade em devir. Aí, a imagem fotográfica poderá nomear a

---

<sup>33</sup> “A fotografia não é um espelho do mundo. Ela não é um relato visual pelo qual se concretiza a devolução de uma imagem do real. Nem tão pouco se afigura, linearmente, como um documento. Todo o exercício documental é uma ficção, pois existem inúmeras formas de documentar o real, decorrentes de inúmeros modos subjectivos de olhar.” (Vilela, 2010: 509).

<sup>34</sup> “Retenhamos apenas a possibilidade que oferece de uma vasta generalização: todas as representações, todas as imagens disjuntadas dos seus correspondentes verbais, contêm qualquer carga inconsciente de sentido (...) Chamemos a este tipo de imagem, “imagem-nua”, despojada da sua significação verbal. (...) São produtores de pequenas percepções, o que implica toda uma semiótica particular, já que não entram facilmente nas diferentes classificações conhecidas de signos. (...) Mas este corpo não-verbal ou pré-verbal da gestualidade, só se constitui como (e só faz) sentido porque a linguagem o (e se) constitui como tal: só projectados no campo linguístico se abrem as “lacunas” de sentido dessas “nuvens” corporais; e só porque a linguagem existe como sistema de signos é que essas lacunas se podem constituir como “quase-sistemas” singulares, *não-verbais* (que escapam sempre ao sistema).” (Gil, [1996] 2005: 14-19; Cf. Vilela, 2010: 507-508).

<sup>35</sup> “A recordação restitui possibilidade ao passado, tornando inconcluído o que aconteceu e concluído o que não aconteceu. A recordação não é nem o acontecido, nem o não acontecido, mas o potenciamento destes, os seus re-tornarem-se possíveis. É neste sentido que Bartleby repõe em questão o passado, volta a chamá-lo: não simplesmente para redimir aquilo que aconteceu, para o fazer ser novamente, mas sim para o restituir à potência, à indiferente verdade da tautologia. O “preferirei de não” é a *restitutio in integrum* da possibilidade que a mantém em equilíbrio entre o acontecer e o não acontecer, entre o poder ser e o poder não ser. Ele é a recordação do que não aconteceu.” (Agamben, 2007: 43).

experiência como a *forma de um encontro ensaiado pelo olhar* (Vilela, 2010: 535). Nesse sentido, a fotografia não é uma forma que procura prender o instante para, aí, produzir um sentido definitivo:

“nomear, através da imagem fotográfica, não significa conhecer (...), mas romper outros sentidos nas mesmas imagens em que cada imagem é um outro.” (Ibid.: 522).

Nessa passagem, há algo que atravessa a imagem fotográfica como testemunho da *presença* e, simultaneamente, da *ausência* de um outro. No encontro, “o *incompreensível* atravessa a imagem como testemunho” (Ibid.: 521).

O olhar fotográfico, tal como o testemunho, é um *acto*<sup>36</sup>. Ele é uma contínua procura. Enquanto tal, a imagem fotográfica não configura uma forma de comemoração da verdade. Não é um relato factual em que se procura prender o passado pela fixação de um instante fotográfico. Não é uma narração que procura reproduzir e repor a ordem cronológica da vida dos seres, das coisas e dos lugares. A imagem fotográfica não fixa figuras. Nela, não existe uma leitura última. Numa expressão de Eduardo Prado Coelho,

“A fotografia não entrega o acontecimento como um dócil carteiro nos entrega uma carta, porque a fotografia *entrega-se-nos* como o inverosímil e improvável acontecer de um *acontecimento que não cessa de acontecer*.” (Prado Coelho, 1988: 276).

---

<sup>36</sup> “O testemunho é um *acto* – o acto de romper com a exposição dramática da vida, da morte, do riso, do choro, da desistência ou do espanto, afirmando-se como a intensidade trágica de uma tentativa de atravessar a realidade com o corpo, e assim criar a afirmação ínfima de um sentido no corpo. Neste modo de pensar o testemunho não existe um processo de ocultação do acontecimento: nem posse total, nem perda definitiva da verdade; mas a lucidez de pressentir que, apesar da infinita errância no silêncio das coisas, o corpo é o lugar mínimo desde onde, mesmo nos espaços de abandono, é ainda possível a passagem de sentido entre duas linguagens, dois movimentos, dois olhares, dois silêncios. O testemunho é, assim, um *terceiro*: um *entre-dois*, simultaneamente realista e poético. Para o compreender basta estar *atento*.” (Vilela, 2010: 534-535).

A fotografia veicula um *contacto*. Nesse encontro *táctil* com o mundo, a fotografia é *testemunho*: é *indício* da presença-ausência *de um outro*<sup>37</sup>. Aí, como sublinha Eugénia Vilela,

“o olhar é a escuta infinita de um lugar sempre outro para o sentido.”  
(Vilela, 2010: 535).

Nesta perspectiva, o olhar fotográfico é *escuta* da alteridade, a [sobre]exposição de uma reserva de possibilidade de um corpo de *sentidos esburacados* (Ibid.: 522; 525). Entre luz e sombra, o olhar fotográfico testemunha a contínua procura do *indício* de um lugar que não existe. Trata-se de um lugar que é [im]possível: *nem* posse total, *nem* perda definitiva, ele é um lugar *sempre outro*; o instante de uma *passagem, infinitamente pressentida*, entre materialidades de sentidos em fuga. Nessa passagem, como o instante em que o olhar é um movimento tangente ao corpo do mundo, a definição afigura-se imprecisa e ameaça o *princípio de representatividade* em que radica o modo de narração sedentária enquanto fechamento do mundo, do olhar e da linguagem.

O olhar desenha, em diagonal, uma passagem [im]possível. Nessa [im]possibilidade, o encontro com o mundo convoca uma ligação que é, simultaneamente, ontológica, estética, ética e política<sup>38</sup>. Perante um *acontecimento que não cessa de acontecer*, isto é, perante a impossibilidade de um testemunho

<sup>37</sup> “A fotografia é uma *escrita de luz pelo olhar* (...). O olhar é, assim, uma abertura táctil ao mundo; uma escuta, uma forma de respiração, o *indício* da presença do *outro*. Olhar as imagens implica a procura do *indício* de algo que perdemos e possuímos no preciso momento da perda. Um instante de lucidez e loucura; um momento de intensa sombra e nítida luz: um acontecimento. Trata-se de um contínuo regresso e de uma contínua partida: uma viagem à deriva no útero do mundo. Um movimento que desune numa só vez todos os *indícios* de um lugar desde onde reencontramos o silêncio, a solidão e o sentido de um *nós*.” (Vilela, 2010: 525).

<sup>38</sup> “O momento que a câmara regista é, assim, um instante denso onde o silêncio envolve uma abertura sensível ao mundo. A fotografia surge, então, como o olhar de um tempo anterior onde se procuram *as palavras de uma frase perdida*. (...) Essas imagens possuem uma dimensão paradoxal: ao olhá-las, existe um sentido que é inclassificável no interior de um discurso de representação da verdade de um facto. O modo como essa imagem nos fala, e como lhe respondemos, é um envolvimento ético, estético e político. Aí, num *traço* de sombra e de luz, a *intranquilidade* nasce da proximidade com o vestígio da *alteridade*. Entre dois olhares, como entre duas línguas.” (Vilela, 2010: 537-538).

como palavra definitiva – o que não significa a impossibilidade do testemunho –, o olhar afirma-se como acto de resistência: de “poder fender o mundo visível, abrindo-o às suas máscaras” (Ibid.: 536). Aí, como sublinha Eugénia Vilela, há um *perigo* do olhar:

“sulcar a superfície possível do real (*do possível à realidade*) para tocar a verdade do impossível (*do impossível à verdade*): um olhar através do qual a estética nos convoca para uma ética; pois no gesto mais vulnerável, no olhar mais breve, *cada ser compromete a história do seu desejo.*” (Ibid.: 536-537).

Aí mesmo, na sua materialidade irreconhecível e intraduzível, Castelo Velho *siste e resiste* (Ibid.: 201-202) enquanto um [*não mais que*] sombra, vestígio ou indício<sup>39</sup>. Impenetrável e indiferente, continuará a desafiar a nossa vontade em querer dizê-lo, em querer cristalizá-lo como rosto de uma ontologia nossa. Permanecerá como lugar estrangeiro. Àquele que se aproxima reservará, apenas, a perplexidade perante o *não mais do que* que resta.

E o que resta, é [*não mais que*] a recordação do que não aconteceu.

### Agradecimentos

A Susana Soares Lopes, nossa orientadora e directora do projecto de escavação e de valorização do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão, pela possibilidade de aprendizagem de um *lugar porvir*, o qual se afigura na acutilância de um desafio constante como interrogação infinita. Ao Sérgio Gomes, Ana Vale, Maria de Lurdes Oliveira e João Muralha, pelas sugestões críticas que me foram fazendo durante a

---

<sup>39</sup> “No acto de resistência, a ordem e a desordem, a irrupção e o desaparecimento indistinguem-se. Resistir (*re-sistere*) é essa agonia onde ser e não ser deixam de se perspectivar como pontos substanciais extremos. Daí que a resistência tanto possa ser dita acerca do esquecimento como acerca da memória. Aquilo que *siste* e que *resiste*, ao impedir a cristalização do hábito, rompe o fechamento do entendimento e da vontade, exigindo a abertura da resistência. *Existir é resistir*. E resistir é manter-se na *fronteira*, fazendo do espaço de *fronteira* uma linha de existência mínima e essencial. (...) Resistir é, então, acentuar o silêncio. Crer numa linha oblíqua à morte como uma necessidade de responder ao abandono dos corpos. Existir na fidelidade a uma sombra dissidente da imagem definitiva. Resistir no instante em que o corpo se dobra num segredo sem forma: o acontecer.” (Vilela, 2010: 202; 293).

realização deste trabalho. Sobretudo, pela amizade com que me acolheram, desde Castelo Velho, ensinando-me como aprender a criar uma relação-outra da prática enquanto experiência de liberdade que se faz em conjugação *com* o mundo. Aos amigos e companheiros de escavação de Castelo Velho, pela aventura inesquecível e pela partilha das recordações. Finalmente, a Castelo Velho, pela possibilidade de encontro com uma memória que *continuamente* nasce.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agamben, Giorgio 2007. *Bartleby. Escrita da Potência* (ed. de Giorgio Agamben e Pedro A.H. Paixão). Lisboa: Assírio & Alvim.

Agamben, Giorgio [1978] 2007. *Infancy and History: On the destruction of experience*. London & New York: Verso.

Agamben, Giorgio 2006. *The Time that Remains: A Commentary on the Letter to the Romans* (trans. by Patricia Dailey). Stanford, California: Stanford University Press.

Baptista, Lídia 2003. *A cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão: contributos para a interpretação de contextos de uso*. FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Barrento, João 2010. *O Género Intranquilo. Anatomia do Ensaio e do Fragmento*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Barrento, João 2002. *O Poço de Babel. Para uma poética da tradução literária*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Barthes, Roland [1986] 2010. *A Câmara Clara. Nota sobre a fotografia*. Lisboa: Edições 70.

Barthes, Roland 1977. *Image Music Text* (Essays Selected and Translated by Stephen Heath). London: Fontana Press.

Benjamin, Walter 2004. *Imagens de Pensamento* (ed. e trad. de João Barrento). Lisboa: Assírio & Alvim.

Blanchot, Maurice 2003. *Le livre à venir*. Paris: Gallimard.

Calvino, Ítalo [2002] 2010. *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Editorial Teorema.

Derrida, Jacques [1967]1996. *A Voz e o fenómeno*. Lisboa: Edições 70.

Derrida, Jacques [1972]1988. *Signature, Event, Context* (trans. Samuel Weber). Derrida, J. *Limited Inc*. Evanston: Northwestern University Press, 1-23.

Derrida, Jacques 1985. *Des Tours de Babel*. Graham, Joseph F. (ed.) *Difference in Translation*. Ithaca / London: Cornell University Press, 218-227.

Figueiral, Isabel & Jorge, Susana O. 2008. Man-Made Landscapes from the third-second millenia BC: the example of Castelo Velho (Freixo de Numão, North-East Portugal). *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford: Blackwell Publishing, 119-133.

Foucault, Michel [1969] 2005. *A Arqueologia do Saber* (trad. Miguel Serras Pereira). Coimbra: Edições Almedina.

Foucault, Michel [1986] 2001. *O Pensamento do Exterior*. Lisboa: Edições Fim de Século.

Foucault, Michel [1971] 1997. *A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Gil, José [1996] 2005. *A Imagem Nua e as Pequenas Percepções. Estética e Metafenomenologia* (trad. de Miguel Serras Pereira). Lisboa: Relógio d'Água Editores.

Gomes, Sérgio A. 2003. *Contributos para o estudo dos "pesos de tear" de Castelo Velho de Freixo de Numão (V.N. Foz Côa): Exercícios de interpretação do registo arqueológico*. FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Helder, Herberto 2006. *Photomaton & Vox*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Jorge, Susana O. 1993. O Povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão), Vila Nova de Foz Côa no contexto da pré-história recente do Norte de Portugal. *1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Trabalhos de Antropologia e Etnologia)*, vol. 33 (1-2), 179-216.

Jorge, Susana O. 1994. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular. *Revista da Faculdade de Letras, 2ª Série*, vol. XI, 447-546.

Jorge, Susana O. 1998a. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação. *Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, 279-293.

Jorge, Susana O. 1998b. Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks. *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, 105-113.

Jorge, Susana O. 1999. *Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva.

Jorge, Susana O. 2001. Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Portugal) et la problematique des «habitats fortifiés» de la Péninsule Iberique. Guilaine, Jean (dir.) *Communautés Villageoises du Proche-Orient à l'Atlantique*. Paris: Ed. Errance, 2001, 241-242.

Jorge, Susana O. 2002a. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. *Revista Património/Estudos*, IPPAR, nº 3, 145-164.

Jorge, Susana O. 2002b. Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (V<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> de Foz Côa). Breve notícia. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, I<sup>a</sup> Série, vol.1, 27-50.

Jorge, Susana O. 2003a. Pensar o espaço da Pré-História Recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica. Jorge, Susana O. (coord.) *Recintos Murados da Pré-História Recente*. Porto / Coimbra: DCTP (FLUP) / CEAUCP (FCT), 13-50.

Jorge, Susana O. 2003b. Cenografias Monumentais Pré- Históricas: Tópicos para uma reflexão. Jorge, Vítor O. (coord) *Arquitectando Espaços: da natureza à metapolis*. Porto / Coimbra: DCTP (FLUP) / CEAUCP (FCT), 63-83.

Jorge, Susana O. 2003c. Revisiting some earlier papers on the late prehistoric walled enclosures of the Iberian Península. *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 5, 89-135.

Jorge, Susana O. 2004. O sítio como mediador de sentido. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. Ribeiro da Silva, F., Ribeiro Martins, J., Osswald, Helena (org.) *Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 583-611.

Jorge, Susana O. 2005. *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Porto: Edições Afrontamento.

Jorge, Susana O. 2007. Formas de organização do espaço e técnicas de construção durante a Pré-História Recente – introdução. Jorge, S.O., Bettencourt, A.M.S., Figueiral, I. (eds.) *A Conceção das Paisagens e dos Espaços na Arqueologia da Península Ibérica – Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004). Faro: Centro de Estudos de Património (FCHS – Universidade do Algarve), 9-12.

Jorge, Susana O. 2014. Enclosures and Funerary Practices: about an archaeology in search for the symbolic dimension of social relations. Valera, A. Carlos (ed.) *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe. Proceedings of the International Meeting held at the Gulbenkian Foundation (Lisbon, Portugal, November 2012)*. British Archaeological Reports (BAR International Series), Vol. 2676, 71-82.

Jorge, Susana O. et al. 1998-1999. Uma Estrutura Ritual com Ossos Humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (V<sup>a</sup> N<sup>a</sup> de Foz Côa). *PORTUGALIA*, Nova Série, vol. XIX-XX, 29-70.

Jorge, Susana Oliveira, Rubinos, António 2002. Cronologia Absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os dados e os problemas. *Revista Covaissão (Cultura e Ciência)*, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, n<sup>o</sup>4, 95-111.

Jorge, Susana O. et al. 2007. A construção de um sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão. Jorge, S.O., Bettencourt, A.M.S., Figueiral, I. (eds.) *A Conceção das Paisagens e dos Espaços na Arqueologia da Península Ibérica – Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (Faro, 14 a 19 de Setembro de 2004). Faro: Centro de Estudos de Património (FCHS – Universidade do Algarve), 77- 85.

Laborde, Barbara 2009. Avatars de l’Histoire, Warburg et Marker. *Image & Narrative - Online Magazine*, 10 (3), 47-58 [em linha]. Disponível em:

<http://www.imageandnarrative.be/index.php/imagenarrative/article/view/30/16> [Consultado em 05 de Junho 2018].

Le Breton, David 1999. *Do Silêncio*. Lisboa: Instituto Piaget.

Llansol, Maria G. 2001. *A Restante Vida*. Lisboa: Relógio d’ Água Editores.

Llansol, Maria G. 2007. *Os Cantores de Leitura*. Lisboa: Assírio & Alvim.

McFadyen, Lesley 2016. Actions in Time: After the Breakage of Pottery and Before the Construction of Walls at Castelo Velho in the Alto Douro of Portugal. *Estudos do Quaternário (APEQ)*, 15, 71-90

<http://www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq> [06 de Junho de 2018].

Melville, Herman [1853] 2007. *Bartleby, O Escrivão*. Agamben, G. *Bartleby. Escrita da Potência* (ed. de Giorgio Agamben e Pedro A.H. Paixão). Lisboa: Assírio & Alvim, 73-115.

Oliveira, M<sup>a</sup> de Lurdes C. 2003. *Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão (V.N. Foz Côa)*. FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Prado Coelho, Eduardo 1988. *A Noite do Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Ricouer, Paul 1987. *Teoria da Interpretação. O discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições.

Santos, Boaventura Sousa 1999. Para uma epistemologia da cegueira: porque razão é que as novas formas de “adequação cerimonial” não regulam nem emancipam? Pinto Ribeiro, J.A. (Coord.) *O Homem e o Tempo – Liber Amicorum para Miguel Baptista Pereira*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 179-217.

Vale, Ana M. 2008. Images from the Iberian Copper Age: the case of the so called “fortified settlements. Thomas, J., Jorge, V.O. (eds.) *Archaeology and the Politics of Vision in a Post-Modern Context*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 186-208.

Valery, Paul 1995. *Discurso sobre a Estética Poesia e Pensamento abstracto* (trad. de Pedro Schacht Pereira). Lisboa: Vega.

Velho, Gonçalo C.L. 2009. *Castelo Velho, a Natureza e o Tempo: questões relativas à Re-construção de um lugar*. FLUP, Porto (dissertação de doutoramento policopiada).

Vilela, Eugénia 2010. *Silêncios Tangíveis. Corpo, Resistência e Testemunho nos Espaços Contemporâneos de Abandono*. Porto: Edições Afrontamento.

# A (RE) CONSTRUÇÃO DE CASTELO VELHO

## *THE (RE)BUILDING OF CASTELO VELHO*

**Mariana P. L. Pereira<sup>1\*</sup>**

Estudante na Universidade de Cambridge

### **RESUMO**

Este artigo procura delinear as principais linhas de pensamento que teorizaram e deram forma a Castelo Velho de Freixo de Numão. Através da análise de catorze trabalhos académicos, explora-se como o sítio arqueológico derivou de um processo dialéctico, entre os investigadores que lhe dirigiram as suas questões, interesses e perspectivas, e as materialidades e espaços que foram dando forma ao sítio. O caminho narrativo parte da reflexão sobre o charme da ruína, passa pela analogia do vaso e pela coreografia do fragmento, para ir de encontro ao arqueólogo “re-construtor”. A questão subjacente ao artigo é: de que forma a idealização de Castelo Velho se alterou nas narrativas dos arqueólogos?

**PALAVRAS-CHAVE:** interpretação, processo dialéctico, Castelo Velho, ruína.

### **SUMMARY**

This article attempts to outline the main lines of thought that theorized and gave shape to Castelo Velho de Freixo de Numão. From the analysis of fourteen academic theses, we will explore how the archaeological site derived from a dialectic process, between, on the one hand, the researchers, their perspectives, interests and the questions they raised; and, on the other hand, the materialities and spaces that have given shape to the site. The narrative begins with a reflection on the charm of the ruin, then going through the vase analogy and fragment choreography, to finally meet the archaeologist,

---

<sup>1\*</sup> mariana\_pereira@msn.com

the one who “re-builds”. The question that guides this article is: in which ways has the idealization of Castelo Velho changed in the narratives of the archaeologists?

**KEY-WORDS:** interpretation, dialectic process, Castelo Velho, ruin.

## I -INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

“... Na verdade, nós não descobrimos sítios arqueológicos – nós, na prática, com as nossas observações e restauros, construímos esses sítios ...”  
(Jorge, V., 2003: 22)

Escrever sobre Castelo Velho deriva da experiência do diferente – o sublime! É o efeito que o sítio arqueológico exerce em nós enquanto presença enigmática do que julgamos ser o passado e da consequente vontade de o perceber, conhecer e idealizar. Castelo Velho é um sítio arqueológico localizado em Freixo de Numão, na Vila Nova de Fôz Coa, Distrito da Guarda. O reconhecimento de Castelo Velho como objecto de estudo da Arqueologia advém de uma construção ideológica contemporânea que categoriza certos elementos como representações de uma temporalidade passada (Oosterbeek, 2005: 40). Castelo Velho resulta da percepção e da relação pessoal, e mesmo íntima, que os arqueológicos estabelecem com ele. O presente texto procura captar este encontro, apresentado as mudanças de um Castelo Velho escrito, interpretado e construído ao longo de catorze trabalhos, entre Seminários de Projecto, Teses de Mestrado e uma Tese de Doutoramento, datados de 1993 a 2009. A questão subjacente à análise que aqui se faz é a seguinte: de que forma a idealização de Castelo Velho se alterou nas narrativas dos arqueólogos?

Através das narrativas, espelham-se as linhas de pensamento arqueológico que moldaram Castelo Velho, mas que, como veremos, se foram modificando

---

<sup>2</sup> A resenha que se segue data de 2011, assumindo-se como um projecto de uma outra temporalidade, de uma altura em que pouca experiência tinha eu de trabalho de campo. Decidi respeitar a configuração geral do texto, e a sua essência, mantendo também o seu Português pré-acordo ortográfico.

à medida que a postura dos próprios investigadores se alterou. Os trabalhos são apresentados segundo uma ordem cronológica, pois esta sequência transpõe a mudança na postura dos arqueólogos e nas narrativas de Castelo Velho. Em paralelo, explora-se o diálogo, e por vezes a tensão e o descompasso, entre as abordagens dos vários investigadores e a teorização de Susana S. Lopes (referenciada como Jorge, S.O), investigadora que dirigiu o estudo de Castelo Velho e orientou os trabalhos que serão aqui mencionados.

Na primeira parte, explora-se a escolha de identificar Castelo Velho como uma ruína, fazendo-se menção ao acto de escavar e ao actor que escava, o arqueólogo. Parte-se, de seguida, para a segunda parte do trabalho, composto pela análise das várias teses. Devo clarificar a minha posição aquando da escrita desta resenha, por me ter deparado com um Castelo Velho já escavado, patrimonializado e abraçado por passadiços de madeira. Tomo esta realidade como ponto de partida, por nunca ter participado nas suas campanhas de escavação, nem no estudo das suas (i)materialidades.

Partimos, assim, ao encontro de um Castelo Velho (des)conhecido.

## II - O CHARME DA RUÍNA

Para abordar Castelo Velho, decidi conceptualizá-lo como “ruína arqueológica”. Já Lacroix (2008) comentara que a investigação e interpretação em Arqueologia resultam da tentativa de nos organizarmos face às ruínas do passado. Remetemo-nos, aqui, para o carácter dual da ruína como sítio arqueológico e como património, duas formulações distintas, mas complementares. A ruína de Castelo Velho é um elemento contemporâneo que possui uma forma e integridade física reconhecidas como património. Esta noção resulta de um processo de negociação sociocultural, no qual se atribuí significado aos vestígios do passado (Smith, 2006) – o interesse está no passado enquanto presente. Um resultado desta abordagem é, por exemplo, o acto de musealizar.

O Castelo Velho que hoje vemos, musealizado, é um simulacrum<sup>3</sup>, segundo Pearson e Shanks (2005: 92), uma imagem suspensa que simula

---

<sup>3</sup> Como os autores declararam, “...These preserved monuments are simulacra of ruins (simulacrum - an exact copy of an original that never existed) ...” (Pearson, Shanks, 2005: 92).

um passado que nunca existiu, mas que é valorizado por resistir, de forma artificial, à irreversibilidade do tempo e por materializar uma narrativa sobre o passado, escolhida entre outras idealizações que se perderam ou se puseram de lado (Jorge, V. em Guillaume, [1980] 2003: 25; Guillaume, [1980] 2003: 55; Lucas, 2005: 130). Este charme da ruína, termo empregue por Simmel (1958: 384), é o que leva à valorização de certas materializações como ruínas. Aqui jaz a premissa que fundamenta a presente reseña: Castelo Velho é valorizado como ruína porque é concebido como um vestígio do passado e, como tal, uma forma de abordar temporalidades e vivências desaparecidas – o interesse está no passado enquanto passado. Tal reconhecimento é o cerne do potencial arqueológico da ruína, o que leva à identificação de Castelo Velho como sítio arqueológico. Esta é a dimensão da ruína que irei aqui explorar, realçando três elementos: o carácter ambivalente da ruína, a performance da escavação (Pearson, Thomas, 1994: 134) e o indivíduo que contempla e constrói a ruína, neste caso, o arqueólogo.

Antes de mais, a noção de ruína arqueológica é caracterizada pela ambivalência, mas é esta qualidade que possibilita a diversidade interpretativa das materialidades arqueológicas e as várias idealizações de passados (Breglia, 2006: 7). Guillaume ([1980] 2003: 39, 55) e Lacroix (2008: 9, 10, 39, 59-63) enfatizaram a artificialidade do conceito de ruína, resultado de uma relação de luto perante um mundo em desaparecimento. Assim, o sítio arqueológico é concebido como uma marca visual de um processo activo de decomposição material e temporal, que nos remete para a inevitável melancolia e efemeridade a que somos sujeitos (Hladik, 2010: 1; Stoler, 2008: 194). Neste contexto, a melancolia descreve um luto por algo que se desconhece (Burgin, 2009: 19), e o arqueólogo lamenta e questiona a ruína enquanto vislumbre de um passado inacessível. Numa constante tentativa de reter o tempo, a ruína desperta a saudade, e “... o homem conta histórias como protesto contra a sua finitude ...” (Catroga, 2009: 7).

Em paralelo, a ruína simboliza o tempo que escapa à história e se aloja no presente, um elemento de refúgio, um lugar à margem propiciador de momentos suspensos e de intimidade (Jorge, V. In Guillaume, [1980] 2003: 14). Augé (2003: 45, 84) afirma que contemplar a ruína não é tanto fazer uma viagem histórica, mas mais viver a experiência de um tempo

quase puro e das suas diversas profundidades. De facto, esta mesma temporalidade é mais do que a representação do passado em si – a materialidade da ruína é a concretização máxima que é possível do passado (Simmel, 1958: 385). Considerarmos a ruína uma figura do irrepresentável, isto é, do tempo, permite que sítios arqueológicos sejam mais do que vestígios materiais incompletos (Lacroix, 2008: 38, 43; cf. Price, [1990] 2004: 285). Por isso, a ruína constitui-se como origem para uma consciência histórica, cujo significado mais marcante é o de transmitir a noção de tempo (Augé, 2003: 110).

Deparamo-nos, mais uma vez, com a ambiguidade da ruína: por si, ela possui uma integridade tangível, mas o olhar do arqueólogo recai na vivência ausente que a ruína representa. De modo a conceptualizar esta ausência e a dar significado aos vestígios das vivências desaparecidas, o arqueólogo envolve-se fisicamente com as (i)materialidades do sítio, um processo denominado “escavação arqueológica”. A escavação permite perceber e clarificar a ruína, é um acto performativo de produção cultural, cujo objectivo é a criação de significados. Cada encontro com a ruína envolve gestos e comportamentos influenciados e restringidos, por um lado, pelas materialidades e espacialidades presentes/ausentes; e, por outro, pelas observações, indagações e interpretações do próprio arqueólogo, incluindo as suas exigências profissionais e éticas (Pearson, Thomas, 1994: 144). No acto de escavar, a matéria que compõe a ruína é deslocada, e transformada (Lucas, 2001: 41), e neste processo, alteram-se irreversivelmente as relações espaço-temporais entre as materialidades e os espaços.<sup>4</sup> Assim, inerente à noção de sítio arqueológico, está a metáfora da perda, manifestada e mesmo contrariada, assim o julgamos, pela acção de arquivar, de registar, de narrar e de fixar (Ferreira, J., 2009: 60).

---

<sup>4</sup> Apesar desta alteração, e segundo Lucas (2001:35, 42), o trabalho de campo em arqueologia não deve ser visto como uma prática destrutiva, mas sim como uma materialização e re-configuração. A ruína arqueológica expressa-se como um resultado desta prática de materialização.

Entramos no olhar do arqueólogo, um olhar heterotópico<sup>5</sup>, segundo o termo de Foucault (1967), pelo qual se destacam e reúnem elementos que podem nunca ter sido contemporâneos ou estarem visíveis, a fim de se tentar abordar o passado da ruína. Na verdade, o sítio arqueológico é a narrativa do arqueólogo: na reacção ao que se encontra, molda-se o sítio pelas relações que se criam e escolhem enfatizar, as reanálises e as omissões. Estas in/visibilidades não são permanentes, e dependem de interesses e questões colocadas pelo arqueólogo. O indivíduo, que contempla e narra a ruína, é um elemento incontornável, mas ele próprio está inserido e é influenciado pelo seu contexto social. O foco recai sob os indivíduos que estabeleceram uma relação com Castelo Velho. Voltemos à questão que guia esta resenha: de que forma a idealização de Castelo Velho se alterou nas narrativas dos arqueólogos? Subjacente à análise das catorze obras escolhidas está a procura de clarificar como Castelo Velho se foi escrevendo e construindo como resposta às percepções dos arqueólogos. Além disso, procura-se relacionar estas percepções com os movimentos conceptuais que marcaram a história da Arqueologia.

### III - A ANALOGIA DO VASO

Escrever é um acto de poder através do qual a evidência arqueológica se torna compreensível sob a forma de narrativa; é o resultado de uma afirmação pessoal pela escolha dos temas que se consideraram importantes e possíveis. Por outro, é o reflexo da influência exercida pelo sítio, que nos

---

<sup>5</sup> Foucault aplicou o termo “Hétérotopie” para designar um espaço sem regras estabelecidas, caracterizado por cinco princípios: 1) a sua existência em todas as sociedades, podendo assumir expressões diversas; 2) funções que se podem alterar ao longo do tempo, dependendo do contexto em que o espaço se insere ou lhe é definido; 3) a justaposição de elementos aparentemente incompatíveis; 4) ser composto por múltiplas temporalidades, distinguindo-se ou por acumular tempo, ou pela sua brevidade; e finalmente 5) caracterizado por um sistema de abertura e fechamento, que tanto pode isolar o mencionado espaço, como torna-lo permeável. Neste caso, aplica-se heterotopia ao espaço criado pelo olhar do arqueólogo, a ruína arqueológica. No processo de escavação, a ruína materializa uma relação de elementos cuja coexistência no mesmo espaço se torna tanto real como fruto da imaginação (Foucault, 1967; Knight, 2017: 142).

leva a apresentar e inserir os seus vestígios nos esquemas contemporâneos do entendível e do aceitável (Jorge, V., 2003: 131; Thomas, 2002: 2, 3; Yarrow, 2008: 122). O esboço de Castelo Velho, iniciado por S. Lopes (Jorge, S., 1993) espelhou-se nas primeiras narrativas apresentadas por Cruz (1993), Botelho (1996), Cardoso (1996) e Silva (1996). Entre 1989 e 1994, a escavação em Castelo Velho focou especialmente a metade norte do recinto superior. A partir destas intervenções, retrata-se um povoado fortificado, com muralhas potencialmente defensivas, inserido num quadro de complexificações sociais, intensificação económica, bem como especialização e alargamento das tarefas de subsistência. Para além de uma função bélica, as estruturas de Castelo Velho indicariam também mudanças sociais e organizativas, e/ou a afirmação da comunidade. Pintou-se uma época de conflitos e desigualdades sociais, suscitada pela existência de excedentes.

Estamos perante uma tendência conceptual, na investigação em Arqueologia Pré-Histórica, que apresenta uma lógica e uma confluência de posturas hoje reconhecidas como processuais, algumas delas com um certo pendor marxista. O texto de S. Lopes de 1993 apoiou um modelo clássico de tendências processuais, seguindo por exemplo Binford (1962, 1968) ou Woodall (1972), e assentou ideias já formatadas sobre “povoados fortificados”.

Lopes referiu, por exemplo, que Castelo Velho seria um sítio especializado em tarefas produtivas decorrentes de um processo mais amplo de intensificação económica. De uma complexa estratificação social advinham desigualdades, mas também se presumia uma liderança forte e estável, que assumisse o controlo necessário para se edificar este tipo de povoados (Jorge, S., 1993: 185, 194, 195). Numa tentativa de organizar o caótico, o pensamento processual aspirava por criar narrativas gerais que explicassem, de forma organizada e clara, o comportamento humano e os seus padrões económico-sociais.<sup>6</sup> Embora Foucault (1967) já tivesse notado o carácter limitativo de

---

<sup>6</sup> Segundo Trigger, a reacção a abordagens histórico-culturais culminou, durante as décadas de 1950 e especialmente 1960, na chamada “New Archaeology” ou Nova Arqueologia. Delineada por Lewis Binford, a Nova Arqueologia incentivou o estudo do comportamento cultural e as suas principais transformações, que seriam adaptações e reacções a mudanças no sistema ecológico. Neste ponto de vista, aspectos culturais podem ser descritos como tendo regularidade e, por isso, são passíveis de generalização e contribuem para a criação de narrativas de teor generalista (Trigger, [1996] 2009: 394, 395).

dicotomias como “espaço doméstico e espaço ritual”<sup>7</sup>, este tipo de distinções tornou-se comum em perspectivas processualistas, um possível reflexo do desejo contemporâneo por ordem.

No geral, os quatro primeiros trabalhos procuram identificar situações que seriam comuns aos “povoados” datados da mesma época: os espaços arquitectónicos foram divididos em áreas (pluri)funcionais e de produção, distintos de espaços domésticos e simbólicos (Cruz, 1993; Jorge, S., 1993, Botelho, 1996; Cardoso, 1996; Silva, 1996); viram-se padrões de distribuição espacial e acumulação de bens de produção, tentando-se relacionar estes padrões com uma suposta estratificação social (Cruz, 1993), e com contextos socioeconómicos (Cardoso, 1996); prestou-se atenção à (des)contínua ocupação do espaço e do tipo de funcionalidades que lhe eram associadas (Botelho, 1996; Cardoso, 1996); e enfatizou-se o carácter defensivo do sítio (Silva, 1996). O último trabalho partiu destas perspectivas e inseriu Castelo Velho no contexto do povoamento da região, avaliando-se o grau de sedentarização das comunidades com base na identificação de contextos tumulares e na sua relação com “habitats” (Silva, 1996).

Os materiais cerâmicos, especialmente na unidade “vaso”, foram o principal vestígio que serviu de base para estes primeiros estudos; a única excepção foi Cardoso (1996), que iniciou o estudo dos materiais líticos de Castelo Velho. A atenção atribuída ao vaso foi comentada por Shanks (1992: 79): “... The wholeness of the past is lost in the melancholic holding of the vase; the past, longed for, is missing ...”. O vaso preenche um vazio e ganha proeminência enquanto melancoliza a materialização de um passado ausente, fora do alcance. Há um fetiche pelo objecto, neste caso pelo vaso reconstruído, que combina a presença e a ausência do que é desejado, renegando as várias partes que compõe esse mesmo vaso (Cumberpatch, 2000). Se compararmos esta perspectiva com a ruína de Castelo Velho, o que se salienta é o seu carácter fragmentado e o desejo, ou talvez obsessão, pelo objecto “inteiro” perdido (ver Ferreira, J., 2009: 58). Tal explica a minuciosa investigação

---

<sup>7</sup> Foucault (1967) remetia-se para uma vigente sacralização da forma como os espaços são apropriados e definidos, especialmente por uma série de “dicotomias” tomadas como inalteráveis, tais como espaço privado e público, cultural ou utilitário. Apesar destas oposições, Foucault realçou a heterogeneidade espacial e o facto de espaços poderem ser moldados por diferentes redes de relações.

dedicada à construção de tipologias da cerâmica e das funcionalidades a ela associadas (Cruz, 1993; Botelho, 1996; Cardoso, 1996; Silva, 1996).

Comparando os quatro trabalhos, poder-se-ia dizer que, em 1996, se anteviam mudanças interpretativas. Enquanto Cruz (1993) associou uma “concentração de vasos de grandes dimensões” como sendo uma área de armazenagem, Silva (1996) concluiu não haver estruturas claramente identificadas que permitiam sustentar esta afirmação. Porém, esta observação já tinha sido feita em 1994 por S. Lopes (Jorge, S., [1994] 1998: 97, 102). Aliás, nenhum dos trabalhos de 1996 acompanhou a reconceptualização fulcral que S. Lopes apresentara em 1994, e que contrastou fortemente com o próprio trabalho da investigadora de 1993.

No âmbito da sua prova de Agregação em Pré-História e Arqueologia, S. Lopes propôs uma desconstrução conceptual das explicações de carácter uniforme e globalizante para os chamados “povoados fortificados” do Calcolítico peninsular. A abordagem processual tradicionalista foi acusada de impor uma visão passiva, simplista e hegemónica ao passado. Nesta reanálise, agitou-se a leitura dicotómica das delimitações pétreas e das funcionalidades dos espaços, propondo-se que estes povoados seriam formas monumentalizadas, ao invés de fortificadas; que os vários espaços corresponderiam a palcos de actividades de múltipla significação; e desconstruiu-se a ligação vigente entre metalurgia e fortificação. Castelo Velho estaria mais próximo de ser um dispositivo comunicacional, associado a re-territorializações espaciais e a afirmações de identidade. Deve-se clarificar que identificar Castelo Velho como “monumento” não inviabiliza ele poder ser um “povoado fortificado”; ele deixou de ser visto como este último por não apresentar características de um sítio defensivo (Hodder, 1985: 21; Jorge, S., [1994] 1998; Idem, [1998] 2005: 94; Idem, [2003] 2005; Jorge, S., et al, 2007: 77).

Mais importante ainda foi relacionar as interpretações de Castelo Velho com o reconhecimento do arqueólogo enquanto imaginador do passado (Jorge, S., [1994] 1998: 118, 119). Como explicou S. Lopes,

“... O passado, qualquer “passado”, existe em função de uma teia de significações conferida em cada presente histórico. Neste contexto, o passado está aberto a uma pluralidade de “sentidos” que se jogam na prática social em função do consenso gerado pela comunidade científica. (...) O passado é, como bem se sabe, um projecto do presente ...” (Jorge, S., [1994] 1998: 116).

Realçou-se, então, a agência do arqueólogo, um papel já elaborado por Hodder (1985: 18, trad.), que identificara "... qualquer representação do passado como declaração social do presente ...". Isto permite, de certa forma, explicar porque Cruz (1993) terá sugerido uma área de armazenagem, enquanto Silva (1996) a questionou; e porque S. Lopes, mesmo sem conhecer a dimensão total do sítio arqueológico, reformulou a tradicional interpretação deste tipo de sítios, patente no seu próprio texto de 1993. Neste contexto, salienta-se o desencontro entre os trabalhos de 1996, que se aproximaram mais das abordagens de Cruz (1993) e S. Lopes (Jorge, S., 1993), e o texto de 1994, cuja influência não se reflectiu em nenhum dos trabalhos que imediatamente o sucederam, apesar do papel de Orientador de Tese desempenhado por S. Lopes. De facto, o início da mudança a nível da abordagem precedeu qualquer alteração na estratégia de campo, e antecedeu mesmo a ideia de que tal alteração viria a ser basilar para se entender a singularidade de Castelo Velho (Jorge, S., [2002] 2005: 156).

Entre 1997 e 2000, durante os quais houve dois anos de interregno das escavações, tornou-se patente um outro desfasamento, concretamente entre a abordagem teórica formulada em 1994 e o objectivo de se compreender globalmente o sítio; ou seja, a nova interpretação apelava não só por mais escavações, como por escavar colocando novas questões (Jorge, S. [2002] 2005: 156, 157). Em 1998, S. Lopes sumariou as interpretações relacionadas com Castelo Velho, e aproveitando a descoberta de uma "... estrutura com ossos humanos ..." (Jorge, S., [1998] 2005: 97), explorou as novas problemáticas que moldaram esta mais recente escavação. Narrou-se um Castelo Velho de carácter polissémico, onde espaços autónomos, fluídos, mas também ambíguos, terão sido formalizados e destacados na paisagem; um sítio marcado pelo cariz social de "actividades transformadoras" e de apropriações espaciais, e pela construção de novas identidades. Com a descoberta da estrutura com ossos humanos, S. Lopes problematizou a identificação de contextos de cariz "ritual" quando as materialidades em estudo não apontam para tal. Se, por um lado, a nova forma de perspectivar Castelo Velho abria o leque de possibilidades interpretativas, por outro dificultou a própria classificação do sítio e o esclarecimento do tipo de ocorrências que terão tido lugar no interior e à volta deste "lugar monumentalizado" (Jorge, S., [1998] 2005: 94, 95, 103, 105).

S. Lopes tinha apelado para a criação de novos "dados" sobre Castelo Velho, derivados de olhares diferentes dos expressos nos estudos anteriores.

O que se seguiu, porém, foi um período de transição, marcado pela neutralidade de Pereira (1999) e pela conciliação de Varela (2000). Pereira (1999) ergueu Castelo Velho não como um povoado “fortificado”, mas sim “cercado”, cujas espacialidades estavam mais relacionadas com a representação simbólica de actividades. A referência a áreas funcionais entre (“”) denotou em Pereira uma hesitação em fixar a identificação de espaços e um olhar crítico no uso de certas terminologias. No entanto, a investigadora adoptou uma postura neutra perante as problemáticas internas do sítio, tendo-se mesmo colocado fora de Castelo Velho. O seu interesse foi para um conjunto de fragmentos cerâmicos agrupado sob a denominação “Cogeces”, nunca antes objecto de estudo concreto em Castelo Velho. Terá sido a especificidade deste interesse, como comentou Cardoso (2007: 39), que não terá permitido avançar mais ao nível da mudança em termos paradigmáticos.

Entretanto, Varela (2000) realiza um estudo tipológico e decorativo de materiais cerâmicos, através do qual concluiu que Castelo Velho atravessara um período de mudanças graduais, paralelas a uma maior integração nos circuitos regionais. Na narrativa de Varela, há tanto uma reminiscência da anterior abordagem de cariz processual, como uma tentativa de reconciliação. Primeiro, ao nível da tipologia do sítio, com um Castelo Velho fortemente monumentalizado em paralelo a descrições de um sítio fortificado, noções de visibilidade na paisagem e referências à intensificação económica, desenvolvimento agrícola e armazenamento de produções. Segundo, a nível estratigráfico, pois embora se siga a definição estratigráfica de 1993, Varela depara-se com novas questões cronológicas levantadas pelo estudo dos materiais cerâmicos de camadas enquadradas no “Bronze Inicial e Final”. De forma a lidar com as discrepâncias observadas, a obra é marcada por uma (i)reconciliação teórica dos textos de 1993 e de 1996 (Jorge, S., 1993; Cruz, 1993; Botelho, 1996; Cardoso, 1996; Silva, 1996) e, por outro, do texto de 1994 (Jorge, S., [1994] 1998).

#### IV - COREOGRAFIA DO FRAGMENTO

A mudança a nível interpretativo preconizada pelo texto de 1994 condicionaría, a seu tempo, toda a estratégia de escavação, bem como o planeamento

da conservação e musealização de Castelo Velho. Passou-se de um nível meramente descritivo para um envolvimento mais íntimo, o plano da viagem. O projecto de estudo e valorização foi iniciado em 2000-2001 e favoreceu uma conservação do tipo minimalista (Jorge, S., [2002] 2005: 111, 116; Idem, [2002] 2005: 156). Do ponto de vista arqueológico, era preciso "... escavar mais ... com novas perguntas ..." (Idem: 157). Com o apoio despoletado pelo projecto de estudo, realizou-se uma intervenção a grande escala, beneficiada pela presença de uma equipa permanente em campo, e avançou-se com a escavação integral do recinto superior, bem como a abertura de novos sectores de intervenção.

Perante as novas questões colocadas, S. Lopes publica uma série de artigos em 2002 e 2003, onde sintetiza o que já se produzira sobre Castelo Velho e esboça futuras direcções. O termo "recinto murado" é proposto em alternativa à expressão "povoado fortificado", pois este deixara de fazer sentido, juntamente com oposições do tipo "doméstico" / "ritual". O sítio arqueológico afigurou-se cada vez menos defensivo, e mais como um dispositivo arquitectónico monumental, inserido num jogo de visibilidade e monumentalidade. Castelo Velho terá funcionado de forma diferente, segundo diversas escalas interpretativas, correspondendo tanto a um espaço de congregação de populações e mediador de sentidos, como um lugar de coreografias, notado, por exemplo, no jogo cénico implícito na presença/ausência de "entradas", ou pelo fecho e condenação intencional de estruturas (Jorge, S., [2002] 2005: 131, 135, 143, 146, 148, 149; Jorge, S. [2003] 2005: 171).

As anteriores abordagens predominantemente estratigráficas tornaram-se insuficientes e mesmo ineficazes, e S. Lopes propõe enfatizarem-se relações espaciais, começando por decapagens em área. Como iremos ver, esta mudança acompanhou o abandono do faseamento anteriormente proposto, que passou a ser apresentado por "momentos". Moveu-se entre micro-contextos e estruturas para se considerar o ausente e o invisível, mas também se procurou inserir Castelo Velho numa perspectiva que se poderia designar como "arqueologia da paisagem" (Jorge, S., [2002] 2005: 156, 157; Jorge, S., Jorge, V., Cardoso, Pereira, Coixão, 2005: 105).

Foi em 2003 que se diluiu o descompasso entre a abordagem de S. Lopes e os trabalhos de investigação que a autora orientara. Baptista (2003), Gomes (2003) e Oliveira (2003) partem das novas vertentes e problemáticas apontadas por S. Lopes e suscitadas por um Castelo Velho idealizado como um dispositivo comunicacional associado a processos de territorialização.

Em comum, os três autores reagiram às conceptualizações previamente tomadas como base para se interpretar Castelo Velho, sendo a mais profunda mudança a redefinição da unidade de estudo. Por um lado, Baptista (2003) focou o microcosmo através da reanálise da relação fragmento-vaso, e Gomes (2003) realçou a microescala pela interconexão materialidade-contexto; por outro, Oliveira (2003) pôs em causa o uso do “paradigma estratigráfico”, introduzindo uma análise espacial à escala de Castelo Velho. Isto resultou numa mudança radical das narrativas sobre o passado do sítio arqueológico.

Remete-se, pela primeira vez, para uma das abordagens que se vinham a construir desde os finais da década de 1980 e que foram agrupadas na designação de “arqueologia pós-processual”. Embora definido como um bloco que aparenta ser coerente, o pós-processualismo em Arqueologia abarca variadas, e mesmo contrastantes formas de se teorizar o passado, não se tratando de uma mudança paradigmática, mas sim de uma reacção de insatisfação face, por exemplo, a ênfase dada à metodologia, ao invés de teorização e compreensão; ou à concepção sistémica da cultural e da sociedade, vigente entre as décadas de 1960 a 1980 (Shanks, 2007: 133, 134).

Numa primeira leitura, Baptista (2003) pareceu continuar a abordagem anteriormente seguida no estudo de materiais cerâmicos. Mas algo mudara. No estudo da designada “estrutura das sementes”, a impossibilidade de determinar formas devido à fragmentação cerâmica deixara de ser um desafio interpretativo. Em vez de se remeter para sentidos “funcionais”, no qual as sementes teriam sido contidas por vasos, cuja presença era indicada pelos fragmentos, focou-se a associação entre as sementes e a unidade “fragmento” como sendo independente (Baptista, 2003: 154). Assim, Baptista sugere ter havido manipulação destes elementos numa dinâmica que parece remeter para a representação metafórica d(e aspectos d)a actividade de armazenagem. S. Lopes empregara esta mesma abordagem para comparar contextos, como a “estrutura das sementes” estudada por Baptista (2003), a “estrutura com ossos” e o espaço aberto, mas delimitado, que seria estudado por Gomes (2003), onde se encontraram 25 “pesos de tear”. Lopes concluíra que estas estruturas teriam desempenhado um papel importante na significação emblemática do sítio enquanto dispositivo comunicacional (Jorge, S., [2003] 2005: 165).

Ao mesmo tempo, a manipulação dos fragmentos parecia indicar uma deposição intencional depois de estes serem partidos. O reconhecimento

desta intencionalidade alterou profundamente a forma como determinadas situações passaram a ser interpretadas: a deposição de um vaso incompleto em associação com uma das entradas monumentalizadas do sítio foi também identificada como intencional, sendo possivelmente "... um ritual fundacional ..." (Baptista, 2003: 144).

Baptista criou um corte na continuidade interpretativa seguida pelas prévias investigações, aproximando-se de Hodder (1985, 1992) e do que viria a ser categorizado como "arqueologia contextual". Esta abordagem propôs que materialidades se constituíam enquanto tal através de uma rede de significâncias, e estas dependiam do contexto onde eram criadas (Hodder, 1992: 12). O interesse pelo sentido dos materiais e a sua relação com a definição de contextos substituiu a anterior atenção dada à relação entre materiais e a identificação de "espaços funcionais". De facto, Baptista não só questionara esta relação, como notara que os fragmentos cerâmicos se associavam a uma variedade de ocorrências que dificilmente apontariam para os previamente identificados "espaços domésticos". Pelo contrário, ao se definir o contexto como um microcosmo e um método interpretativo, foram identificadas espacialidades heterogéneas onde a manipulação de fragmentos cerâmicos se associava a outros materiais, afastando Baptista de inferir funcionalidades para os recipientes.

Nos trabalhos anteriores, os fragmentos simplesmente procediam de uma separação do todo, sem o qual as várias partes não eram compreensíveis. Agora, o fragmento adquire um valor metonímico, isto é, a sua individualidade remete para a nostalgia de um todo que foi perdido, mas da qual ele foi separado, passando a existir enquanto elemento singular por si (Lacroix, 2008: 42). Se perspectivarmos Castelo Velho como um todo a ser estudado, reparamos que os vários trabalhos de investigação se assemelham a fragmentos, com uma individualidade própria, mas também como uma amostra multivocal de um "todo" que é Castelo Velho.

O segundo investigador a marcar uma nova abordagem a Castelo Velho foi Gomes (2003). O autor levaria a interpretação contextual a um outro nível, partindo do estudo tipológico dos chamados "pesos de tear", objectos cerâmicos até à altura pouco estudados. A primeira ideia crucial foi tomar a noção de "contexto" como uma convenção que constitui a Arqueologia, uma forma de se abordar o passado que pode não transparecer a intencionalidade das pessoas nesse passado.

A segunda observação de Gomes foi que as relações entre as várias materialidades tornam-nas elementos participativos na organização espacial, sendo-lhes reconhecida agência. A relação intrinsecamente dinâmica entre sujeito-objecto já tinha sido apontada por Miller (1987: 33), mas ao aplicar esta relação na abordagem contextual, Gomes reanalisou a própria maneira como se interpreta o sítio arqueológico e se abordam as suas materialidades e espaços. A leitura dos objectos variará consoante a definição dos seus contextos e do sistema em que se inserem e, por seu turno, a construção dos contextos depende das materialidades que os compõe e são manipuladas em relação a eles.

Assim, à semelhança da argumentação de Baptista (2003), os vários espaços em Castelo Velho deixam de ser vistos como situações definidas e fixas, para se realçar o seu carácter fluído e dinâmico. A conclusão de Gomes (2003) aproxima-se da de Baptista (2003): os materiais suscitaram não a presença de algo em concreto (a tecelagem, o armazenamento) mas a representação dessas vivências. Mesmo sendo entendidos como índices da prática da tecelagem, os “pesos de tear” poderiam ter desempenhado outro papel dependendo dos contextos. Como tal, os “pesos” estavam sujeitos a esquemas de significações que podem contrariar as explicações feitas somente por uma visão mecanicista. Ressalta-se o sentido polissémico dos objectos de uma forma que não tinha sido antes focada.

A desconstrução da correlação entre os “pesos de tear” e uma única actividade, a tecelagem, levanta a questão: “... se a presença dos “pesos de tear” não pode ser tomada como índice de tecelagem, é indicadora de quê?” (Gomes, 2003: 140). Gomes aceitou a interpretação dos “pesos” como instrumentos da tecelagem, mas referiu que, e sublinho, um determinado material não deve ser tomado como índice de uma actividade só porque é associado a uma determinada tarefa. Isto é relevante, pois aludia-se ao crescente reconhecimento da biografia dos objectos e da sua agência (ver Appadurai, 1986; Kopytoff, 1986; Hoskins, 1998; Gosden, Marshall, 1999). Os materiais incorporam uma constante coreografia de movimentos, desempenhando papéis conforme os sentidos e as associações que lhes são atribuídos na altura. E estes papéis, bem como os nossos movimentos, dependem do palco onde actuamos e o papel que pretendemos desempenhar. Aqui, o palco é Castelo Velho. É neste ambiente cénico que Oliveira (2003) reformulou e ensaiou a espacialidade do sítio, partindo das várias materialidades descobertas, em especial cerâmica, líticos, elementos de adorno e ecofactos.

Oliveira (2003) começou por equacionar o estudo da “camada 4” para abordar as primeiras intervenções arquitectónicas em Castelo Velho. Contudo, ao verificar que o método estratigráfico previamente seguido se demonstrou parcelar, a investigadora decidiu partir do método proposto por S. Lopes, e demarcou o espaço analisado em sete áreas distintas, articuláveis com a referida camada. Foi a definição destas áreas por parte de Oliveira que evidencia uma tentativa de ultrapassar, e mesmo questionar, o “paradigma estratigráfico” (Velho, 2009: 82). Numa primeira fase, os materiais foram caracterizados segundo a sua distribuição espacial, enquanto se procuravam reconhecer padrões; em seguida, cada espaço foi contextualizado e problematizado em relação com as diferentes fases construtivas. A quadrícula foi a unidade espacial adoptada, através da qual se efectuou a cartografia dos materiais e a análise da sua frequência e densidade. Ao comparar todos os contextos, Oliveira (2003) estabeleceu uma conexão entre a manipulação dos materiais, tanto na unidade “inteiro” como “fragmentado”, com processos deposicionais associados à arquitectura do sítio, intervenções estas que demonstram uma afirmação na paisagem. Esta percepção só foi possível por ter havido uma mudança na forma como se conceptualizavam as intervenções na paisagem, quer no espaço de Castelo Velho, quer em termos regionais (Jorge, S. O. [2003] 2005: 164).

Tornou-se claro que as arquitecturas de Castelo Velho foram alvo de permanentes reconfigurações, restauros e manutenções, que suscitam recorrentes mudanças de cenário. Nesta teatralidade, a constante mutação de cenografias só se tornou inteligível com o enquadramento de Castelo Velho em “redes de lugares interconectados”; e com o entendimento que S. Lopes fez dos recintos enquanto receptáculos transitórios de artefactos e de pessoas que circulam num determinado território social (Jorge, S. O., [2003] 2005: 171). O carácter rebelde de Castelo Velho, com a sua lógica espacial que nos escapa e acomoda, permitiu que dele resultassem estudos diferentes e mesmo divergentes.

De 2003 a 2009, ano da primeira Tese de Doutoramento sobre Castelo Velho (Velho, 2009), as narrativas do sítio arqueológico derivaram de uma trama composta por trabalhos enquadrados no Seminário de Projecto da Licenciatura de Arqueologia (Azevedo, 2006; Costa, 2006; Neto, 2007; Ferreira, A., 2007) e por artigos publicados por S. Lopes e outros investigadores. Foram alvo de estudo morfológico e decorativo os materiais cerâmicos provenientes

de camadas ou estruturas previamente não estudadas (Azevedo, 2006; Neto, 2007; Ferreira, A., 2007), e reafirmou-se que a significância destes materiais cerâmicos seria formulada numa relação constante com as estruturas que dão forma ao sítio arqueológico (Jorge, S., Jorge, V., Cardoso, Pereira, Coixão, 2005: 106).

A nível de cronologias, Azevedo (2006) questionou a relação entre as balizas temporais e a diacronia das estruturas no chamado Recinto Interior. Em termos espaciais, Costa (2006) ensaiou a cenografia de Castelo Velho, abordando possíveis sistemas construtivos e a sua tradução arquitectónica. Deste ensaio, argumentou-se que Castelo Velho, com a sua arquitectura fluída, teria um carácter sazonal e seria um símbolo para grupos dispersos. Neto (2007) refutaria esta sugestão, apontando como indício da constante ocupação do espaço a sua dimensão e o tipo de arquitectura. Apesar de diferentes, estas leituras tornaram-se possíveis por ter havido uma redefinição do carácter arquitectónico de Castelo Velho, entendido não como resultado de um plano único pré-concebido, mas sim como um processo constante (Baptista, Gomes, Jorge, S., Jorge, et. al, 2007).

Uma importante síntese publicada em 2007 apresentaria as principais reconceptualizações na abordagem tanto a Castelo Velho, como a Castanheiro do Vento, um outro espaço arqueológico de semelhante carácter, onde se envolveram vários dos investigadores de Castelo Velho. Ambos os casos foram abordados a várias escalas de análise, partindo-se da paisagem, a arquitectura, as deposições que lhe estão associadas e os materiais manipulados. Identificaram-se corredores de visualização, e todo o espaço elevado onde os sítios arqueológicos se encontram foi definido como uma unidade, contemplada como “colina monumentalizada”. Propuseram-se leituras alternativas do chamado “registo arqueológico”, e começaram-se estudos sobre os modos de construção deste tipo de estruturas, quer em termos materiais, como visuais (Baptista, Gomes, Jorge, S., Jorge, V. et. al, 2007).

Em comparação com os estudos da década de 1990, houve também um reposicionamento do arqueólogo enquanto investigador. Costa (2006), por exemplo, mostra-se ciente do pouco contacto que teve com o sítio arqueológico, e do facto de o abordar através da percepção de outros investigadores, algo semelhante ao que a minha presente resenha expressa. Em paralelo, a autora também adverte para o facto de muitas das relações mencionadas aquando da sua interpretação já não serem visíveis dada a musealização do

sítio arqueológico (Costa, 2006: 14, 15). A ruína de Castelo Velho conduziu todos aqueles que com ela trabalharam a uma experiência ontológica e de contemplação (Lacroix, 2008: 9, 29). Este poder da ruína prolonga-se e perpetua-se, de outra forma, pelo simulacro resultante da sua musealização. Todavia, a experiência propiciada pela escavação é considerada única e é a partir dela que se desenrola uma importante parte da experiência ontológica do encontro com a ruína, assim como a elaboração de todo o registo que depois será o ponto de partida para os estudos desenvolvidos. Apesar disto, acho que esta experiência ontológica se prolonga na elaboração textual e é transmitida pela percepção de outros investigadores. Como Ricoeur comenta: “O leitor é antes alargado na sua capacidade de auto-projecção, ao receber do próprio texto um novo modo de ser” (Ricoeur, 1987: 106).

As histórias de Castelo Velho, contadas por cada um destes investigadores através da interpretação dos seus espaços e vestígios materiais, não formam uma linha contínua, com um sentido único. Elas acompanham a mudança entre linhas de pensamento diferentes e abordagens distintas, numa tentativa de se narrar Castelo Velho. Porém, é a partir destas narrativas que ele foi tomando forma e se foi caracterizando. E é no seguimento desta procura de o conhecer, de questionar a sua natureza, de o construir e interpretar, que surgiu o último trabalho aqui abarcado, a Tese de Doutoramento de Velho (2009).

## V - O ARQUEÓLOGO “RE-CONSTRUTOR”

Com o tema da “(re)construção”, Velho (2009) marcou uma ruptura completa em relação aos anteriores trabalhos, sendo o único elemento em comum o próprio sítio de Castelo Velho. Partindo de algumas questões que já vinham a ser colocadas por S. Lopes, Velho foi para além da abordagem estratigráfica e do paradigma cronológico, alterando a forma como se conceptualizou o Tempo em Castelo Velho. Os principais pontos que marcam esta obra são o reposicionamento do arqueólogo, a reterritorialização do sítio arqueológico, a desconstrução da linearidade temporal e a forma como se interpreta em arqueologia.

O trabalho organizou-se em torno de três temas principais, a Natureza, o Tempo e a “Re-construção” e partiu da questão “O que significa conhecer

Castelo Velho?” (Velho, 2009: x). De forma a abordá-la, houve uma reflexão sobre o que tem sido a Arqueologia, em forma de conhecimento, e as suas duas grandes obsessões – a metodologia e a cronologia. Reconheceu-se a perda de inocência, num quadro em que a disciplina de Arqueologia “amadureceu”, se desenvolveu e ficou mais consciente de si e da sua posição na sociedade e no mundo académico. Num constante processo dialéctico com Castelo Velho, questionou-se o porquê de ele fazer parte do nosso passado, principalmente daqueles que lá escavaram e dos que o estudaram (Velho, 2009: xix). Assim, inverteram-se os papéis, e ao centro não se colocou Castelo Velho, mas sim o arqueólogo! Ao estudar o passado, Velho propôs que se pense no tipo de passado que queremos para o sítio, pois não se trata de uma mera construção, mas sim de uma “re-construção” que se reflecte nas narrativas de cada investigador. Só através desta re-construção é que se torna possível “... conhecer o passado ...” do sítio (Velho, 2009: xxi). Isto, porém, não significa completa subjectividade, mas sim uma consciencialização da posição do arqueólogo e da sua responsabilidade perante a interpretação dos vestígios que compõe Castelo Velho.

O segundo ponto foi a reterritorialização do sítio arqueológico. Explorou-se a monumentalidade e visibilidade de Castelo Velho pelo conceito de “lugar na paisagem”, proposto por S. Lopes, e procedeu-se à caracterização geomorfológica da região onde o sítio se insere. Na sequência desta caracterização, problematizaram-se os conceitos de “Natural” e de “Natureza”. Entender Castelo Velho como um “lugar na paisagem” implica vê-lo, segundo o investigador, enquanto palco político de tensão, negociação e contestação; mas, ao mesmo tempo, como uma entidade que devolve o “olhar” sobre aquele que o olha. Tanto Castelo Velho como toda a paisagem da qual ele faz parte devem ser vistos neste processo de diálogo. No processo de “de-territorialização” e “re-territorialização”, Velho concluiu que nada em Castelo Velho é “natural”,

“... no sentido de que não existe nenhuma Lei divina que o governe (...). Significa também percebermos que ele se apresenta hoje como uma “falta”, aquele extra que nunca conseguiremos atingir e que a Lei e a Ordem ajudam a cobrir. A Arqueologia faz parte justamente desse processo que designamos como “(re)territorialização” ...” (Velho, 2009: 64).

O terceiro ponto de ruptura na tese de Velho derivou do abalo anteriormente provocado por S. Lopes (Jorge, S., [2002] 2005) e Oliveira (2003) no que concerne o “paradigma estratigráfico”, e nas discordâncias entre as datações de  $C_{14}$ , as camadas estratigráficas, os materiais e contextos. Velho encarou ser urgente ultrapassar uma concepção linear do tempo e a limitação introduzida no cerne da disciplina de Arqueologia pela sequência passado-presente-futuro. Por um lado, problematizou-se a hipótese de continuidade/descontinuidade ocupacional debatida nos primeiros trabalhos sobre Castelo Velho e baseada numa suposta continuidade das práticas e permanências, ou numa estabilidade arquitectónica geral, que se reflectiria nas camadas estratigráficas e nas materialidades. Todavia, quando se seguiu um paradigma espacial, esta estabilidade por nós procurada não foi verificada, podendo somente ser entendida a um nível muito geral. Houve, por isso, uma mudança nos termos usados para o balizamento cronológico do sítio: de “fases de ocupação” passou-se para “momentos”, reconhecendo-se a multitemporalidade e diversidade de ritmos do sítio arqueológico.

Por outro lado, problematizou-se a obsessão em se obterem datações absolutas e precisas e se definirem períodos cronológicos bem delineados. Isto foi visível, por exemplo, na correlação entre a tipologia dos materiais cerâmicos e fases do sítio arqueológico. Contudo, a preocupação em inserir os vestígios dentro de uma certa sequência temporal baseia-se na nossa própria construção do Tempo, e no pressuposto de que ele terá sido sempre entendido do mesmo modo (Velho, 2009). É possível que esta ontologia não teria feito sentido em ontologias de outra natureza, clarificou V. Jorge. De facto, a questão temporal baseia-se num desejo de recuperar um total que nunca terá existido, e “... a simples ideia de passado e da sua reconstituição, do conhecimento do passado realmente acontecido, é a manifestação de uma fantasia...” (Jorge, V., 2011).

Como sublinhou Velho (2009: 201), “... [o] problema de Castelo Velho é um problema de Arqueologia ...”. Ou melhor, no processo de se abordar Castelo Velho, enfrentaram-se vários domínios que compõem a Arqueologia, e esta acaba por ser sempre um exercício no Tempo. Basta pensar que a noção de arqueologia se baseia na diferença temporal entre o que encontramos e o que consideramos ser o nosso próprio “presente”, e a consciência desta diferença é suscitada pela existência da ruína, da tal “experiência do tempo” referida por Augé (2003: 45, 84).

O último ponto de ruptura relacionou-se com a proposta de “re-construção” de Castelo Velho, aceitando-se que nenhuma reconstituição do passado é inocente; ao invés, é um exercício de interesses e perspectivas. Como Velho (2009: 232) clarificou,

“... O passado assume-se como uma re-ferência, um trazer (“ferre”) outra vez (“re”) através do exercício do arqueólogo. Na distância entre a primeira vez (o passado) e as outras vezes (o presente e o futuro) coloca-se justamente o drama da arqueologia. O drama de uma réplica (replicare), de uma dobra, de um espelho ...”

Ao “re-construirmos” apropriamo-nos da ideia do passado, e do próprio passado. De facto, não serão as próprias simulações produzidas em arqueologia constituintes de uma nova realidade? É, como Velho apontou, uma forma de poder, na qual cada gesto nosso e cada elemento encontrado se assumem como tal. Apesar deste último trabalho se debruçar sobre a “re-construção”, os seus limites continuam inexplorados, e o único limite alcançado foi a impossibilidade de se apresentar essa mesma “re-construção”. Com Velho, o clímax das investigações é atingido, mas a minha caneta fica em suspenso, embora escrever o passado seja uma tarefa que não tem fim. Neste caso, não chego a pôr a caneta no papel e reconheço um abismo, um momento suspenso. Da certeza de se conhecer Castelo Velho, transmitida pelas primeiras investigações, vai-se caminhando até se chegar à impossibilidade de montar as peças do puzzle, de construir uma imagem “fiel”, «um dia, na pré-história, em Castelo Velho». Mas isto não é uma barreira, pelo contrário, é a aceitação da forma como se interpreta em arqueologia e da nossa posição enquanto arqueólogos. “... Da im-possibilidade nasce uma relação curiosa constituída num “Eu” e “Castelo Velho...” (Velho, 2009: 283).

## VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da minha citação inicial (Jorge, V., 2003: 22), esta é a história de como Castelo Velho tem sido, e está a ser, por nós re-construído. A resenha foi guiada pela questão ‘de que forma a idealização de Castelo Velho se alterou

nas narrativas dos arqueólogos?’ O caminho narrativo partiu do charme da ruína, passou pela analogia do vaso e a coreografia do fragmento, para ir de encontro ao arqueólogo “re-construtor”.

Na tentativa de nos organizarmos perante o passado, conceptualizou-se o sítio arqueológico como “ruína”. O primeiro elemento enfatizado foi o seu carácter ambivalente, por um lado, enquanto património cultural, moldado pelos presentes interesses face ao passado; e por outro, como uma representação desse mesmo passado, catalisadora de uma abordagem arqueológica. O segundo elemento foi o acto performativo da escavação arqueológica: na interacção com a ruína, preconizam-se presenças e “melancolizam-se” ausências, através das quais se constroem significâncias que são registadas e narradas. O terceiro elemento prende-se com o olhar heterotópico do arqueólogo, do qual resulta um compromisso entre os interesses e a experiência pessoal daquele que “olha a ruína” e as várias materialidades e espacialidades que se escolhem moldar durante a escavação e que dão forma ao próprio sítio arqueológico.

A primeira fase na interpretação de Castelo Velho, na década de 1990, foi descrita como a analogia do vaso: com base na sequência estratigráfica de Castelo Velho, enfatizou-se o estudo das materialidades, especialmente a construção de tipologias, como forma de abordar questões de âmbito socioeconómico, baseadas numa idealização de um “povoado fortificado”.

Em 1994, anunciou-se uma reconceptualização que viria a tomar forma a partir de 2003, fase descrita como a coreografia do fragmento. Uma mudança da abordagem estratigráfica para um paradigma espacial possibilitou que novas questões fossem colocadas, e construíram-se relações contextuais para se entenderem as materialidades e os vários espaços do sítio arqueológico. As metanarrativas da década de 1990 foram abandonadas, e afirmaram-se as materialidades como representação de vivências, e não como presença de zonas funcionais ou índice de actividades em concreto. Castelo Velho passa a ser retratado como um dispositivo comunicacional, um recinto monumental com espaços fluidos, cujos materiais participam nessa dinâmica teatral que varia conforme o palco (contexto) em que estão.

Por fim, a viragem paradigmática de 2009 posicionou o arqueólogo “re-construtor” no centro do processo arqueológico, rompendo com todas as abordagens anteriores. Embora se tenha partido à procura de conceber e construir um Castelo Velho, como se ele tivesse uma identidade independente

de nós, apercebemo-nos que não há um “passado autêntico” para encontrar. Desconstrói-se a noção linear de tempo subjacente ao pensamento arqueológico e apela-se à tomada de consciência por parte do arqueólogo. Esta, porém, não deve ser guiada por total subjectividade; na verdade, tudo deriva de um processo dialéctico, que resulta numa re-construção e re-territorialização do sítio arqueológico, e no qual os sujeitos principais somos tanto nós como as ruínas com que nos deparamos.

Concluí que não escavamos ao encontro do passado, mas sim ao nosso próprio encontro, a algo que não é mais do que uma extensão e reflexo de nós (Shanks, 1992: 50). Comecei pelas narrativas criadas pelos investigadores, para passar pelas performances que Castelo Velho suscitou e para a qual fui convidada enquanto espectadora participante, e finalmente, quando deveria concluir um qualquer ponto, atingi um novo começo, para de novo voltar a partir.

#### **Agradecimentos:**

Gostaria de agradecer todo o apoio de Susana Soares Lopes, Joana Alves Ferreira e Sérgio Gomes, sem os quais em 2011 não teria conseguido estruturar as ideias para este trabalho. Contudo, tudo o que é dito neste artigo é da minha responsabilidade.

#### **VII - Bibliografia**

Appadurai, A. 1986. Introduction: commodities and the politics of value. In Appadurai, A. (ed.) *The social life of things: Commodities in cultural perspective*, Cambridge University Press, 3-63.

Augé, M. 2003. *El tiempo en ruínas*, Editorial Gedisa, Barcelona.

Augé, M. 2005. *Les ruines nous font saisir le temps pur*, [online], entrevista feita por Guy Belzane. SCÉRÉN - CNDP. Disponível:

[http://www.webletters.net/ar/articles/6\\_46\\_157\\_inter887-68728.htm](http://www.webletters.net/ar/articles/6_46_157_inter887-68728.htm), [consultado a 27 de Maio de 2011].

Azevedo, L.C. 2006. *Análise de material cerâmico das Estruturas A, B, C e D localizadas no exterior do recinto murado do “Monumento” de Castelo Velho de Freixo de Numão - Vila Nova de Foz Côa*, Dissertação de Seminário de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Baptista, L. 2003. *A cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão: contributos para a interpretação de contextos de uso*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Baptista, L. & Gomes, S. & Jorge, S. O. & Jorge, V. O. & Cardoso, J. M. & Oliveira, M. & Pereira, L. S. & Vale, A. M. & Velho, G. L & Vieira, A. 2007. Uma história de dois vizinhos ao longo de dezassete anos: Castelo Velho e Castanheiro do Vento (1989-2006). *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, 1, 120-136.

Binford, L.R. 1962. Archaeology as Anthropology, *American Antiquity*, 28 (2), 217-225.

Binford, L.R. 1968. Comments on Historical versus Processual Archaeology. *Southwestern Journal of Anthropology*, 24 (3), 267-275.

Botelho, I.T. 1996. *Dos cacos e dos vasos: O “Castelo Velho” de Freixo de Numão, na charneira do IIIº/IIº mil. A.C. – contributo para o estudo da cerâmica pré-histórica de Castelo Velho*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Breglia, L. 2006. *Monumental Ambivalence: The Politics of Heritage*, University of Texas Press, Estados Unidos da América.

Burgin, V. 2009. Monument and Melancholia. In Staiger, U. & Steiner H. & Webber, A. (edts.) *Memory culture and the contemporary city: building sites*. Palgrave Macmillan, 17-31.

Cardoso, J. C. M. 1996. *Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numão. Continuidades e discontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Cardoso, J. C. M. 2007. *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) – Um recinto monumental do IIIº e IIº milénio a.C: Problemática do sítio e das suas estruturas à escala regional*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Catroga, F. 2009. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*, Almedia, Portugal.

Costa, A. I. O. 2006. *Em torno das arquiteturas do sítio de Castelo Velho, Freixo de Numão*, Dissertação de Seminário de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Cruz, M. D. G. 1993. *Significado social da cerâmica doméstica: Fundamentos para uma classificação tipológica da cerâmica de Castelo Velho (Freixo de Numão)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Cumberpatch, C. G. 2000. People, Things and Archaeological Knowledge: An Exploration of the Significance of Fetishism in Archaeology, *Assemblage* [online], 5, 37-64. Disponível:

<https://assemblagejournal.files.wordpress.com/2017/05/cumberpatch-2000-people-things-and-archaeological-knowledge.pdf>, [consultado a 24 de Maio 2018]

Ferreira, Á. 2007. *Análise dos fragmentos cerâmicos do Torreão 2 de Castelo Velho de Freixo de Numão: Estudo comparado dos fragmentos cerâmicos das estruturas da Plataforma 1*, Dissertação de Seminário de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Ferreira, J. A. 2009. Melancholy and loss: The desire of approaching the past. Thinking through the archaeological images. *Journal of Iberian Archaeology*, 12, 55-62.

Foucault, M. 1967. *Des espaces autres*. Conférence au Cercle d'études architecturales [online]. Disponível: <http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.fr.html>. [consultado a 31 de Janeiro 2011].

Foucault, M. 2000. *O que é um autor?*, Vega, Coleção Passagens, Portugal.

Gomes, S. 2003. *Contributos para o estudo dos "pesos de tear" de Castelo Velho de Freixo de Numão (V.N. Foz Côa): Exercícios de interpretação do registo arqueológico*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Gosden, C. & Marshall, Y., 1999. The cultural biography of objects. *World Archaeology*, 31 (2), 169-178.

Guillaume, M. [1980] 2003. *A Política do Património*, Campo das Letras, Porto.

Hladik, M. 2010. *Habiter le temps, ou la poétique des ruines* [online]. Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/143632869.pdf>, [consultado a 22 de Maio 2011].

Hodder, I. 1985. Postprocessual Archaeology. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 8, 1-26.

Hodder, I. 1992. *Theory and Practice in Archaeology*. [e-book] Routledge.

Hoskins, J. 1998. *Biographical objects: How things tell the stories of people's lives*. [e-book] Routledge.

Jorge, S. O. 1993. O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história Recente do Norte de Portugal, *Actas do 1 Congresso de Arqueologia Peninsular*, 33 (1), 179-216.

Jorge, S. O. [1994] 1998. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular. In Jorge, S. & Jorge, V., *Arqueologia: percursos e interrogações*, 69-150.

Jorge, S. O. [1998] 2005. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação. In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Edições Afrontamento, 89-110.

Jorge, S. O. [2002] 2005. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*. Edições Afrontamento, 121-153.

Jorge, S. O. [2002] 2005. Notas sobre a relação entre a estratégia arqueológica e a interpretação de um recinto monumental pré-histórico. In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Edições Afrontamento, 155-162.

Jorge, S. O. [2002] 2005. A musealização e valorização de sítios arqueológicos: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão. In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Edições Afrontamento, 111-119.

Jorge, S. O. [2003] 2005. Dos «povoados fortificados» aos «monumentos». In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Edições Afrontamento, 163-168.

Jorge, S. O. [2003] 2005. Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados de Península Ibérica. In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Edições Afrontamento, 169-202.

Jorge, S. O. & Jorge, V. O & Cardoso, J. M. & Pereira, L. S. & Coixão, A. S. 2005. Preliminary considerations on forms of spatial organization and construction techniques in late prehistoric sites (Chalcolithic/Bronze Age) of the type of Castelo Velho and Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – Resemblances and differences in comparison with megalithic and similar constructions. *Journal of Iberian Archaeology*, 7, 101-124.

Jorge, S. O. & Baptista, L. & Gomes, L. & Oliveira, M. L. & Varela, J. M & Velho, G. 2007. A construção de um sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão. *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Centro de Estudos de Património, Universidade do Algarve, 77-80.

Jorge, V. O. 2003. *Olhar o mundo como arqueólogo*, Quarteto Editora, Coimbra.

Jorge, V. O. 2011. *A propósito de uma workshop próxima – algumas reflexões “espontâneas”, improvisadas e genéricas*. Entrada no dia 22 de Janeiro de 2011, Blog Trans-Ferir. Disponível: <http://transferir.blogspotcom/2011/01/proposito-de-uma-workshop-proxima.html>, [consultado a 27 de Janeiro 2011]

Knight, K. 2017. Placeless places: resolving the paradox of Foucault's heterotopia. *Textual Practice*, 31 (1), 141-158.

Kopytoff, I. 1986. The cultural biography of things: commodization as process. In Appadurai, A. (ed.). *The social life of things: Commodities in cultural perspective*. [e-book] Cambridge University Press, 64-94.

Lacroix, S. 2008. *Ruine*. Paris: Éditions de la Villette, N°15 - Passage.

Lucas, G. 2001. Destruction and the Rhetoric of Excavation. *Norwegian Archaeological Review*, 34 (1), 35-46.

Lucas, G. 2005. *The Archaeology of Time*, Routledge.

Miller, D. 1987. *Material Culture and Mass Consumption*, Basil Blackwell, Estados Unidos da América.

Neto, D. 2007. *Estudo dos fragmentos cerâmicos da Estrutura D de Castelo Velho de Freixo de Numão*, Dissertação de Seminário de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Oliveira, M. L. C. 2003. *Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão (V.N de Foz Côa)*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Oosterbeek, L. 2005. Arqueologia e Identidades: A torre de marfim na encruzilhada. *Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, 2 (3), 37-45.

Pearson, M. & Thomas, J. 1994. Theatre/ Archaeology. *Drama Review*, 38 (4), 133-161.

Pearson, M. & Shanks, M. 2005. *Theatre/archaeology*, Routledge.

Pereira, L. R. F. S. 1999. *As cerâmicas "Cogeces" de Castelo Velho, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): seu enquadramento Peninsular*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Price, N. P. S. [1990] 2004. Conservation and information in the display of prehistoric sites. In Gathercole, P. & Lowenthal, D. (eds.) *The Politics of the Past*. [ebook] Routledge, 284-290.

Ricoeur, P. 1984. *The reality of the Historical Past*. [e-book] Milwaukee: Marquette University Press.

Ricoeur, P. 1987. *Teoria da interpretação*, Edições 70, Lisboa.

Shanks, M. 1992. *Experiencing the past: on the character of archaeology*. [e-book] Routledge.

Shanks, M. 2007. Post processual archaeology and after. In Chippindale, C. & Maschner, H. (eds) *Handbook of Archaeological Method and Theory*. Walnut Creek: Altamira, 133-144.

Silva, C. M. C. 1996. *O povoado pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro do povoamento da 2ª metade do III milénio a.C. / 1ª metade do II Milénio a.C., no concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Porto: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Simmel, G. 1958. Two Essays. *The Hudson Review*, 11 (3), 371-385.

Smith, L. 2006. *The Uses of Heritage*. [e-book] Routledge.

Stoler, A. L. 2008. Reflections on Ruins and Ruination. *Cultural Anthropology*, 23 (2), 191-219.

Thomas, J. 2002. *Understanding the Neolithic*. [e-book] Routledge

Trigger, B. [1996] 2009. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge University Press.

Varela, J. M. 2000. *As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio do Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): Tradição e inovação na transição do IIIº para o IIº milénio a.C.*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Velho, G. 2009. *Castelo Velho, a Natureza e o Tempo: questões relativas à Re-construção de um lugar*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Woodall, J. 1972. *An introduction to modern archeology*. Cambridge (Estados Unidos da America): Schenkman.

Yarrow, T. 2008. In Context: Meaning, Materiality and Agency in the Process of Archaeological Recording. In Knappett, C.; Malafouris, L. (eds.) *Material Agency. Towards a Non-Anthropocentric Approach*. [e-book] Springer.

# BREVES APONTAMENTOS PARA UMA BIOGRAFIA DE CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO

## *BRIEF NOTES FOR A BIOGRAPHY OF CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO*

Alexandra Vieira<sup>1\*</sup>

CITCEM; IPB

### **RESUMO:**

Procurámos com este trabalho compilar um conjunto de dados dispersos, que nos permitem traçar a “história de vida”, a “biografia” de Castelo Velho de Freixo de Numão. A sua longa ocupação ao nível da Pré-História Recente revela-se apenas como um momento do seu percurso no tempo. Castelo Velho é um lugar com uma ampla diacronia. Existem evidências de que o topo do morro, onde se localiza o recinto pré-histórico, foi palco de alterações pontuais noutros períodos históricos. Iremos apresentar alguns desses dados e tentar perceber como estudar estes “Lugares Persistentes na Paisagem”.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Biografia; Ocupação histórica; Multitemporalidade

### **ABSTRACT:**

This work brings together a set of scattered data, allowing us to trace the “life story” or “biography” of Castelo Velho de Freixo de Numão. The long occupation of the site during prehistory (III and II millennium B.C.) is revealed to be only a moment of its journey in time. Castelo Velho is a place with a wide diachrony. There is evidence that the top of the hill, were we

---

<sup>1\*</sup> alexandra.vieira@gmail.com

can find today the prehistoric enclosure, was a product of specific changes in historical periods. We will present some of these data and try to understand how to study the site of Castelo Velho as a “Persistent Place in the Landscape.”

#### **KEY-WORDS:**

Biography; Historical Occupation; Multitemporality

### **INTRODUÇÃO**

“The past is everywhere. All around us lie features which, like ourselves and our thoughts, have more or less recognizable antecedents. Relics, histories, memories suffuse human experience. Each particular trace of the past ultimately perishes, but collectively they are immortal. Whether it is celebrated or rejected, attended to or ignored, the past is omnipresent” (LOWENTHAL, 1990: xv).

‘The past is a foreign country’, begins L.P.Hartley’s *The Go-Between*; ‘they do things differently there’ (LOWENTHAL, 1990: xvi).

Na introdução do seu livro “The past is foreign country” Lowenthal faz estas duas afirmações que nos sugerem algumas considerações. Em primeiro lugar, este autor refere que o passado está em todo o lado, pode manifestar-se de diversas formas, tornando-se algo omnipresente. Porém, o passado é um “país estrangeiro”, de significados e sentidos distintos dos nossos. Se por um lado temos consciência da sua presença, por outro lado, sentimos dificuldade na sua interpretação. É o que sentimos na nossa prática em arqueologia. Como estudar os sítios arqueológicos, traços deste passado obscuro e de difícil interpretação? Neste caso em particular, como interpretar o Castelo Velho?

O objectivo principal deste trabalho passa pela exploração do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão como um lugar persistente no tempo e na paisagem. Um lugar “especial” ou raro, que não se restringe ao sítio pré-histórico, mas sim a um lugar que foi sendo reapropriado e percorrido por diferentes comunidades, em diferentes momentos.

Assistimos, na generalidade dos casos, ao estudo dos sítios arqueológicos de forma parcelar e fragmentada. O arqueólogo cinge-se, muitas das vezes, ao estudo do período cronológico em que se especializou, descurando por vezes os outros “momentos” da vida destes lugares. Além disso, é raro encontrar uma abordagem que contemple estes sítios como um todo, ou seja, que estude a multitemporalidade do lugar, desde as suas origens até os tempos actuais. Como estudar estes lugares com amplas escalas de tempo?

Em geral, as biografias descrevem a vida de uma ou mais pessoas. Actualmente, deparámo-nos com trabalhos arqueológicos centrados na “história de vida” dos objectos, o que podemos entender como as “biografias” dos objectos (HOLTORF 2000-2008). Assim como as pessoas e os objectos, também os sítios arqueológicos ou até mesmo as paisagens possuem uma “história de vida”. Fazer a sua biografia, ou seja, narrar a sua construção, a sua utilização, o seu abandono e, por vezes, a sua reinterpretação e/ou reutilização em momentos posteriores, é o caminho que pretendemos seguir na análise de lugares que, tal como Castelo Velho, persistem na Paisagem.

O reconhecimento da natureza multitemporal dos sítios arqueológicos, ou pelo menos de alguns deles, permite-nos pensar que aquilo que parece ser um momento único no passado, imaginemos, por exemplo, a construção de uma estrutura circular num sítio arqueológico do 3.º milénio a.C., pode realmente incorporar uma amálgama de múltiplos eventos e escalas temporais. Não se destaca neste processo a linearidade do tempo nem a sequência estratigráfica dum ponto de vista mais tradicional. Pelo contrário, partirmos do pressuposto de que as estruturas arqueológicas não são simplesmente constituídas pela adição ou subtracção de elementos arquitectónicos. Muitas vezes são construídas e mantidas por um conjunto de ações que implicam, por exemplo, a reutilização de estruturas já existentes e de alguns materiais, a sobreposição de diversos elementos arqueológicos, a reprodução de determinadas formas e padrões ou modelos (LUCAS 2005: 38).

Castelo Velho destaca-se por ser um sítio importantíssimo do 3.º/2.º milénio a.C., na Península Ibérica. No entanto, não é somente um sítio da Pré-História Recente. Existem indícios de ter sido ocupado em épocas posteriores, nomeadamente durante a época medieval. O que é que os vestígios arqueológicos

nos dizem sobre esses outros “momentos” da vida do Castelo Velho? Será possível perceber como é que os “resíduos” desses vários momentos se relacionam? Será exequível estabelecer relações entre as várias estruturas arquitectónicas? E o que nos dizem os materiais exumados durante as escavações? Mais ainda, como se relacionam as comunidades actuais com o sítio? Que recordações possuem do sítio?

“Rastrear as histórias de vida de monumentos pré-históricos” nas palavras de Holtorf, significa indagar como é que as sociedades posteriores lidaram com esses vestígios do passado (HOLTORF 2000-2008). Mas, será possível compreender de que forma as comunidades passadas apreenderam os vestígios materiais de outros tempos, em momentos anteriores ao nosso presente? Alguns autores defendem a hipótese de que as pessoas noutros tempos reutilizavam estruturas e objectos do seu próprio passado, num processo semelhante ao das sociedades contemporâneas, que interpretam hoje em dia os monumentos antigos, incorporando-os na sua vida, no seu quotidiano<sup>2</sup>. Em alguns casos, objectos e lugares antigos foram ignorados, esquecidos, evitados ou até mesmo destruídos. No entanto, noutras situações, em determinados locais, os sítios arqueológicos tornaram-se elementos centrais da vida política, social e religiosa das comunidades. Muitas vezes, estes grupos que “reutilizavam” esses sítios ignoravam quem tinha originalmente construído essas estruturas. Consequentemente, inventavam histórias ou deliberadamente suprimiam tradições, em prol de novas interpretações sobre os sítios.

Seja através de reocupação de alguns locais, da reutilização de estruturas, ou de novas interpretações, o facto é que alguns sítios arqueológicos subsistem na Paisagem e são “revisitados” em vários momentos, devido à sua capacidade de metamorfose/transformação e da constante reciclagem dos seus sentidos/significados (NORA, 1989: 19).

## O CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO

Castelo Velho de Freixo de Numão situa-se no alto de um cabeço xistoso, à altitude absoluta de 681 metros. Tal cabeço é delimitado a sul, a leste e a nordeste por ribeiras tributárias da ribeira do Vale da Vila, afluente da margem

---

<sup>2</sup> Ver textos de Richard Bradley e Cornelius Holtorf.

esquerda do rio Douro, encontrando-se rodeado por vales profundos, particularmente a sul e sudeste, com a exceção duma área circunscrita a noroeste (JORGE, 2005 [1998]: 90).



Fig. 1. Implantação do Castelo Velho na paisagem que o circunda (IGP, 2010).

De Castelo Velho é possível avistar Foz Côa, parte do Vale do Côa, e uma larga paisagem para sul e para leste, incluindo terras de Espanha, servindo este local de “miradouro” (JORGE, 2005 [2002]: 112).

Para Susana Soares Lopes este sítio arqueológico foi construído, mantido e transformado ao longo do 3.º e 2.º milénios a.C., tornando-se um ponto destacado na paisagem, um autêntico elemento de referência visual da região (JORGE 2003a: 15). O processo de valorização patrimonial deste sítio veio consolidar a sua condição de “bem cultural”, contribuindo desta forma para a sua protecção e usufruto das gerações vindouras.

## O REENCONTRO COM CASTELO VELHO

A descoberta do sítio deu-se em 1980, tendo sido referenciado a partir de uma Carta Mineira dos anos 20, existente na residência dos Herdeiros do Dr. João Pinto Costa Leite Lumbralles, em Freixo de Numão. Esta carta da zona mineira foi cedida ao Grupo de Defesa e Divulgação do Património Cultural de Freixo de Numão, por Joaquim Lumbrales, onde constava o topónimo CASTELO VELHO; por sua vez Maria de Fátima Félix e o seu irmão Manuel Félix, dois membros da comunidade local, informaram António Sá Coixão sobre a localização exacta do sítio arqueológico. As recolhas de superfície possibilitaram a identificação de “um amontoado de placas de xisto” com vestígios de um possível sítio da Pré-História Recente (COIXÃO, 1997: 23).

O acesso ao sítio era feito através da Estrada Municipal Freixo - Santo Amaro. Ao chegar ao cruzamento das Minas de Volfrâmio, deparava-se com um caminho à direita, que conduzia até um pequeno morro coberto de “pedrame” e xisto.

Durante o ano de 1981 foram feitas prospecções desde o morro e vale contíguo, até à ribeira do Vale da Rata. A primeira caracterização, muito sumária, de Castelo Velho, registada numa ficha de inventário, menciona que o sítio se localizava no “esporão de um pequeno monte cultivado de cereais, onde aparecia um aglomerado de pedrame e onde eram visíveis restos de um amuralhado em xisto, disposto em forma mais ou menos circular. Durante este período foram recolhidos fragmentos cerâmicos tanto na zona do pedrame, ou seja, do morro lavrado, como na zona do Vale, onde também foram detectados restos de mós manuais em granito, seixos afeiçãoados e pesos de tear”<sup>3</sup>.

António Sá Coixão procede a recolhas de superfície no ano de 1987 e no ano de 1988 à realização de uma pequena sondagem (COIXÃO, 1999: 115).

---

<sup>3</sup> Informação retirada da ficha de sítio, datada de 1981, gentilmente cedida pelo Dr. António Sá Coixão, a quem agradeço toda a ajuda disponibilizada.



Fig. 2. Aspectos gerais da escavação do Castelo Velho durante a primeira campanha de escavação em 1989 (fotografias de Susana Soares Lopes).

O sítio de Castelo Velho foi intervencionado entre 1989 e 2003, sob a direcção de Susana Soares Lopes, tendo sido objecto de um programa de estudo e valorização patrimonial estatal, entre 2001 e 2005, período durante o qual o sítio arqueológico foi preparado para ser fruído pelo público, tendo sido construído para esse efeito um pequeno centro interpretativo (JORGE, 2003a: 33).

## O TOPÓNIMO CASTELO VELHO

A propósito das circunstâncias da descoberta do sítio arqueológico do Castelo Velho, que se encontram intimamente relacionadas com o topónimo do local, apresentamos um excerto da entrevista do jornalista Manuel Vilas-Boas (MVB) ao arqueólogo António Sá Coixão (ASC).

MVB: (...) Quem tomou nas mãos uma bandeira foi o Dr. António Sá Coixão que nos anos 80, digamos, descobriu este lugar. Ele estava cá... O Dr. Coixão é também daqui. (...) Exactamente, encontrou um Castelo Velho?

ASC: (...) Encontrei não um, mas vários. 1980, 1981, 1982 coincide com a minha ideia de então, do levantamento arqueológico do concelho para a elaboração da carta arqueológica de Foz Côa. (...) A minha primeira preocupação foi fazer um levantamento toponímico. (...)

MVB: Quando diz Castelo Velho, diz Castelo antigo?

ASC: Claro, a minha preocupação foi perguntar aos mais velhos se conheciam o sítio. Sim senhor. E porque lhe chamariam Castelo Velho? E claro que eles ou inventavam ou então “ouviram dizer”. Castelo, é porque lá existia um castelo. (...)<sup>4</sup>

António Sá Coixão refere que no último meio século, devido às actualizações das “matrizes” nas repartições de finanças, foram alterados ou suprimidos topónimos e microtopónimos da região. Foi o que aconteceu com o topónimo Castelo Velho, que entretanto desapareceu dos registos matriciais. Toda a área é agora englobada em macrotopónimos como Vale da Rata, Ameixoeiras, etc. “Valeu um mapa da zona mineira de Freixo de Numão dos anos 20, onde aquele e outros microtopónimos (há muito desaparecidos da documentação oficial) ainda surgiam” (COIXÃO, 1999: 21-22). António Sá Coixão constatou à posteriori que as pessoas mais idosas da freguesia conheciam bem o topónimo e o sítio.

---

<sup>4</sup> Castelo Velho de Freixo de Numão - 07 JUN 08. Encontros com o Património. TSF [em linha] Entrevista do jornalista Manuel Vilas-Boas aos arqueólogos António Sá Coixão e Susana Oliveira Jorge. Consultado em 10 de Junho de 2011. Disponível em:

[http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content\\_id=918070&audio\\_id=955191](http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=918070&audio_id=955191) .



Fig. 3. Placa sinalizadora do sítio arqueológico do Castelo Velho (fotografia de Joana Alves Ferreira).

No concelho de Vila Nova de Foz Côa foram inventariados seis sítios com o topónimo Castelo Velho, dois com o topónimo Castelos e dez com o topónimo Castelo. Em quase todos os sítios foram registados materiais pré ou proto-históricos. António Sá Coixão acredita que “a maioria dos sítios com o topónimo Castelo poderá conter vestígios da Idade do Ferro” (COIXÃO, 1996: 53) ainda não muito bem estudada na região. Se em Numão e em Castelo Melhor o topónimo Castelo corresponde a estruturas medievais, nas outras freguesias não há conhecimento de terem existido fortificações da Idade Média, que depois tivessem desaparecido. Este facto não passou despercebido ao historiador João Pinto Ferreira (natural de Freixo de Numão) que justificava esse topónimo em várias freguesias por ele estudadas, «como sendo um hábito enraizado nestas gentes, de chamarem ao sítio mais elevado da sua aldeia “Castelo”» (COIXÃO, 2008: 31).

## Temporalidades

Observemos o que nos dizem as evidências arqueológicas sobre o sítio do Castelo Velho.

## A Pré-História Recente

«Alguns textos de síntese publicados em 2003 rejeitam uma narrativa sequencial estrita de Castelo Velho. De facto, ao longo de 15 anos, tentara-se

sempre um faseamento com base no paradigma estratigráfico. Em 2003 assume-se que não podemos aceder a contemporaneidades socialmente usuáveis, por forma a construir narrativas de nível intermédio. Pode-se falar de vidas do sítio, de momentos, de espaços, de deposições, de condenações, em suma, de “transformações”. Podemos tão só, abrir “janelas” sobre algumas acções vividas em Castelo Velho» (JORGE, 2007: 79).

Esta mudança de paradigma em 2003 (JORGE, (2005) [2003a]: 229) leva a que Susana Soares Lopes, hoje em dia, assumia apenas três grandes momentos de “afeiçãoamento” da colina, ao nível da ocupação pré-histórica. Assim sendo, terá existido um primeiro momento uma fase pré-monumental, anterior à construção do recinto murado, que poderá datar de inícios do 3.º milénio e que é praticamente desconhecido; uma fase monumental, num segundo momento, em que o monumento é construído e vivido, que se prolonga desde a primeira metade do 3.º milénio até à segunda metade do 2.º milénio; e por último, um terceiro momento, o fecho ou condenação intencional do monumento, por volta de 1300/1200 B.C., em que se processa o encerramento do lugar, enquanto monumento (Ibidem).

“Sabemos que o lugar de Castelo Velho se constitui, por volta de 3000 a.C., através da edificação, no topo do morro, de um torreão e de outras estruturas de menor envergadura. Esse torreão, reutilizado até cerca de 1300 a.C. constitui o eixo arquitectónico de um edifício que se consolida ao longo do terceiro e do segundo milénios a.C. Este “monumento” vai manter-se globalmente estável até cerca de 1300 a.C., altura em que é simbolicamente e fisicamente fechado” (JORGE, (2005) [2002]: 141).

Castelo Velho terá sido ocupado durante a Pré-História Recente entre os 3000 a.C. e 1300 a.C. Estes cerca de 1700 anos de ocupação do sítio, ao longo dos quais são visíveis grandes continuidades e algumas modificações, convertem-no num lugar persistente na paisagem. Desde logo emerge a seguinte questão: terá o sítio sido ocupado continuamente durante todo este tempo? Não é possível aferir a partir do registo arqueológico a existência de grandes rupturas ou abandonos do sítio. Não queremos com isto dizer que não os houve, apenas sabemos que os elementos estudados são omissos na resposta a esta questão, verificando-se, no entanto, um “padrão global de

continuidade arquitectónica e funcional” (JORGE (2005) [1998]: 104). Os seguintes argumentos apoiam esta afirmação, baseados num conjunto de permanências ao longo do 3.º e 2.º milénios a.C.

Podemos dizer que em Castelo Velho perdura um quase constante dispositivo arquitectónico monumental, neste caso um “recinto rodeado a sul e oeste, por uma plataforma e rampa/talude. A constituição do sítio far-se-á através da construção de um torreão, reutilizado até cerca de 1300 a.C.” (JORGE, (2005) [2002]: 140).

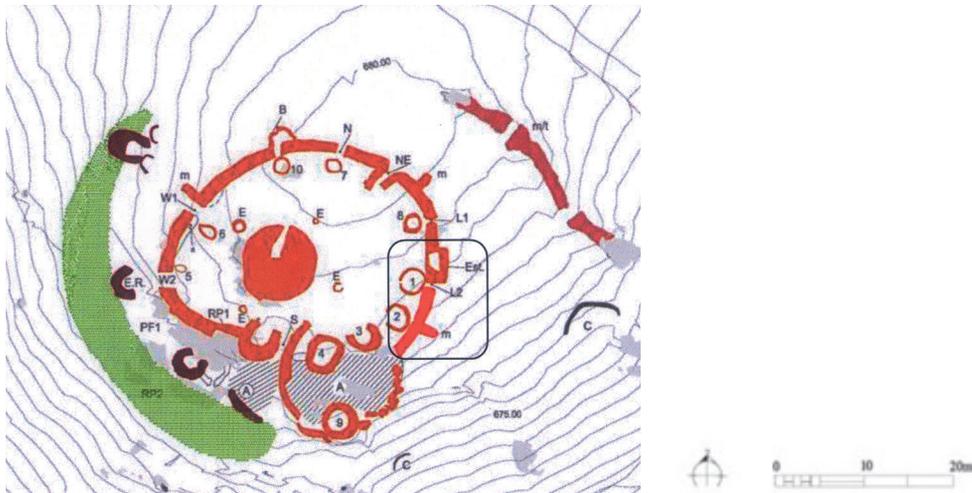


Fig. 4. A arquitectura pré-histórica de Castelo Velho (JORGE(2005) [2003b]: 331).

Pressupõe-se que o topo do esporão de Castelo Velho foi ocupado por volta de 3000 a.C. já que o cume do morro revelou vestígios de uma primeira ocupação, aparentemente breve. Os sedimentos articuláveis com este primeiro momento observam-se em áreas descontínuas e restritas, onde foram detectadas estruturas de combustão, “lajeados”, fossas, buracos de poste e ainda um torreão que continuou ativo até 1300 a.C. (JORGE (2005) [2002]: 124-125). Durante o 3.º milénio a.C. é construído um recinto de planta subelíptica delimitado por um murete, e a sul por uma área subcircular (A), designada por “avanzado”. A sul, sudoeste e noroeste surge uma plataforma intermédia (PF1), rodeada por uma rampa ou talude (RP2). A rampa ou talude é constituída por pedra e argila.

Nesta plataforma intermédia destacam-se duas estruturas pétreas: um “torreão (T2) e uma estrutura com ossos humanos. O recinto de planta subelíptica, deveria ter inicialmente sete entradas. No interior surge a base pétreia de uma plataforma, também designada de “Torre”, e quatro pequenas estruturas. Muito próximas do murete delimitador, para além do torreão (T1), ocorrem sete estruturas de planta circular (1, 2, 5, 6, 7, 8, 10). Inseridas na área subcircular ou “avançado”, existem mais quatro estruturas (3 e 4)<sup>5</sup>. No exterior do recinto, desenvolve-se a leste, um murete descontínuo (Idem: 127-30).

Em relação aos materiais exumados ao longo das várias campanhas de escavação, nota-se a existência de padrões de utilização do mesmo tipo de material lítico, de elementos faunísticos e de vasos cerâmicos, sendo, neste último caso, detectável a sobrevivência de cerâmicas de tradição Calcolítica durante a Idade do Bronze (JORGE, (2005) [1998]: 104).

As “descontinuidades arqueológicas”, para utilizar a expressão de Susana Soares Lopes, resumem-se, no âmbito da sua interpretação, a algumas remodelações arquitectónicas, das quais se destacam o fecho e abertura de algumas entradas no recinto superior. O aparecimento e desaparecimento de determinados artefactos e ecofactos, é outro dos elementos de descontinuidade apresentado, onde se refere o aparecimento de cerâmica tipo “Cogeces” e vasos de decoração plástica durante a Idade do Bronze.

Se nos debruçarmos um pouco mais sobre o material cerâmico encontrado no sítio, nomeadamente através da análise de José Varela (2000), apercebemo-nos que apesar das semelhanças, existem também algumas diferenças nos materiais recolhidos na camada 3, vulgarmente associada ao nível Calcolítico, e camada 2, relacionável com a Idade do Bronze (VARELA, 2000: 94). Decorrente da sua análise, constata-se um padrão de continuidade e integração de formas e técnicas decorativas que surgem no Calcolítico e que perduram até à Idade do Bronze (Idem: 160). Verificamos a continuidade das cerâmicas, com formas e organizações decorativas características do 3.º milénio a. C., com a excepção da intrusão de algumas cerâmicas Cogeces e de dois fragmentos cerâmicos com decoração Campaniforme Cordada (JORGE, (2005) [2002]: 130).

---

<sup>5</sup> Duas delas foram escavadas durante o processo de restauro do sítio, razão pela qual as plantas apresentadas não contemplam a reformulação da área sul do “avançado”, nem a definição dessas estruturas.

Susana Soares Lopes enfatiza a continuidade na ocupação do sítio durante a Pré-História Recente, referindo que:

“De qualquer forma, as discontinuidades observadas até ao momento, por importantes que sejam no sentido de sugerir mudanças na manipulação do espaço ou na natureza dos cenários que ali ocorreram, não são de índole a perturbar a ideia inicial: Castelo Velho terá sido um “monumento” concebido no Calcolítico regional que preservou até ao Bronze Pleno, a arquitectura e a respectiva natureza funcional, globalmente intactas” (JORGE, (2005) [1998]: 104).

Susana Soares Lopes refere ainda que durante a primeira metade do 2.º milénio a.C., a comunidade que se encontrava em Castelo Velho terá “reutilizado” ou “recuperado” algumas estruturas e alguns materiais de ocupações prévias (JORGE 1993a: 193). Exemplo deste processo de reutilização é o caso da Entrada Leste do muro delimitador do recinto, que foi fechada por grandes moinhos manuais reaproveitados (JORGE, 1993b).

## Os Vestígios históricos

“ (...) After the “condemnation” [durante a Pré-história Recente] the place may have remained active in people’s memories, and over time there may have developed a whole new system which reshaped its symbolic role” (JORGE, 1999b: 129).

Apesar de Castelo Velho ser conhecido como um sítio arqueológico da Pré-história Recente, gostaríamos de destacar a existência de estruturas, materiais e datas de Carbono 14 que atestam a presença de “breves” passagens pelo sítio durante períodos posteriores, possivelmente durante a época romana (séculos I-II); época tardo-romana/alti-medieval (aproximadamente séculos IV-VI) e época medieval (entre os séculos XI e XIV) (ver SILVA, neste volume).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Agradecemos a António Silva a partilha prévia do seu texto que elaborou para esta publicação.

## As datações absolutas<sup>7</sup>

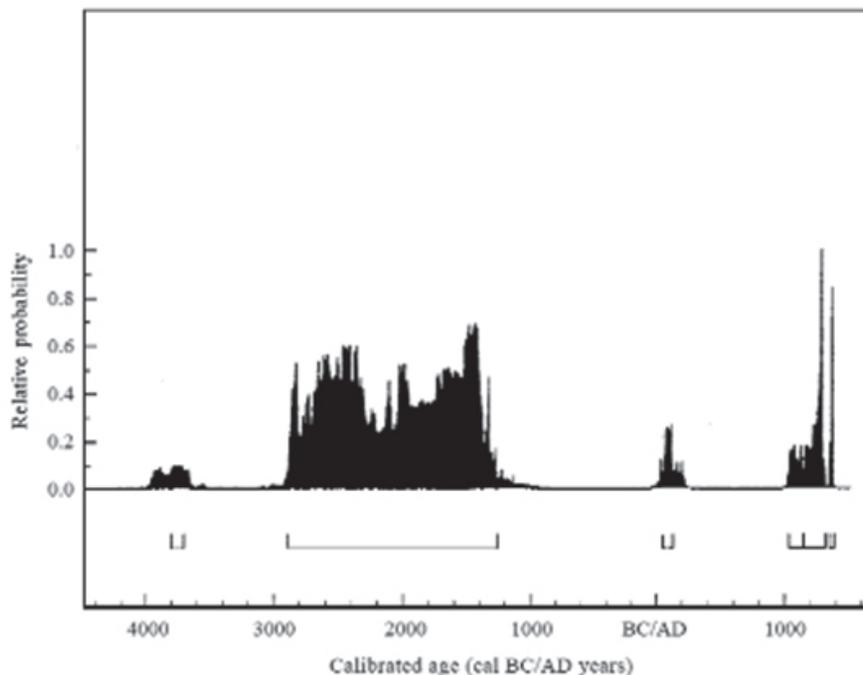


Fig. 5. Representação da soma das probabilidades do conjunto das datas de C14 de Castelo Velho (JORGE e RUBINUS, 2002a: 105).

A primeira análise realizada às datas de C14, em 1993, indicava que possíveis datas posteriores à Pré-História Recente eram consideradas anómalas no panorama das restantes datações: “a data ICEN-881 (n.º 6) relativa a uma amostra de carvões provenientes do quadrado G’6, camada 2, é obviamente anómala” (JORGE 1993a: 189). No entanto, com o decorrer da escavação da estação arqueológica, e com a descoberta de materiais de outros momentos históricos, a interpretação inicial alterou-se. A partir de 1998, Susana Lopes coloca a hipótese do sítio ter sido ocupado posteriormente, durante a Idade Média, pela descoberta de alguns vestígios que direccionam nesse sentido (JORGE e RUBINOS, 2002b: 95).

<sup>7</sup> Não nos iremos debruçar sobre as datações de carbono 14 para a ocupação pré-histórica, pois esta temática já foi objeto de minuciosa análise em várias publicações (ver bibliografia).

Existem actualmente quatro datas específicas, que nos remetem para distintos momentos históricos:

Amostra n.º 28; camada 3, laboratório CSIC-1656:  $1899 \pm 38$  BP; 24 – 227 cal AD. Esta amostra de carvão foi retirada da quadrícula M'12, a 15cm da superfície actual (JORGE e RUBINUS, 2002b: 100).

Amostra n.º 8, camada 2, laboratório ICEN-881:  $900 \pm 45$ BP; 1024 – 1221 cal AD. A 25cm da superfície retirou-se esta amostra, de uma área de combustão, na quadrícula G'6 (JORGE e RUBINUS, 2002b: 101).



Fig. 6. Corte onde se enquadra a quadrícula G'6 de onde é proveniente a Amostra n.º 8 (VELHO, 2009: 118).

Amostra n.º 22, camada 2, laboratório GrN-23508:  $750 \pm 50$ BP; 1184 – 1387 cal AD. Esta amostra foi retirada de uma área de combustão, na quadrícula B13 a 25 cm da superfície (JORGE e RUBINUS, 2002b: 101).

Amostra n.º 17, camada 2, laboratório CSIC-1334:  $676 \pm 26$ BP 1280 – 1389 cal AD. Localizada na quadrícula D'13 a 30 cm da superfície, foi encontrada uma depressão com uma grande concentração de carvão (JORGE e RUBINUS, 2002b: 101).

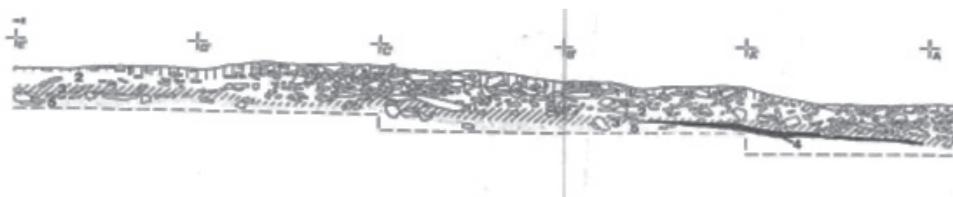


Fig. 7. Corte onde se enquadra a quadrícula D'13 de onde é proveniente a Amostra n.º 17 (JORGE 1995).

Das quatro datas de C14 analisadas, uma situa-se dentro do período romano (CSIC-1656), enquanto as outras três correspondem ao período medieval (ICEN-881, GRN -23.508 e CSIC-1334). As amostras 8, 22 e 17 são provenientes de áreas que foram perturbadas como resultado da ocupação em períodos posteriores. No entanto, com a exceção da amostra 17, a leitura estratigráfica não mostra evidência de qualquer alteração na camada 2, não havendo a indicação de movimentos na sua superfície. Se não fosse pela descoberta de alguns materiais em determinados sectores, estas datas seriam agora consideradas anómalas no contexto do sítio arqueológico de Castelo Velho (JORGE e RUBINUS, 2002b: 92). Susana Soares Lopes justifica da seguinte forma a legitimação desta informação:

“A correlação entre essas três datas, obtidas em laboratórios diferentes, significa que podemos descartar a possibilidade de erro experimental e fornece uma indicação firme de ocupações medievais do sítio, que foram documentadas arqueologicamente” (JORGE e RUBINUS, 2002b: 93).

Estas datas são provenientes de áreas que foram reocupadas ou reactivadas em momentos posteriores à Pré-História Recente. Susana Soares Lopes supõe que as camadas de pedra e barro que tinham “encerrado” o “monumento” da Idade do Bronze foram desmantelados em alguns sectores, sem, contudo, causar muita destruição (*Idem*: 96).

## Os materiais

Em relação aos materiais encontrados na estação, referentes a períodos mais tardios, destacamos os seguintes, ressaltando a possibilidade de existirem outros, entre os materiais não analisados.

Foram encontrados 11 fragmentos de tégula (nas campanhas de 1994 e 1997), dois fragmentos de cerâmica de feição indeterminada, e dois cravos, estes últimos encontrados em 1998<sup>8</sup>. Existem referências a uma conta de vidro azul (?) encontrada na quadrícula O'14, também em 1998. Segundo o testemunho de António Sá Coixão, terá sido encontrada uma tégula quase inteira, que entretanto desapareceu. Em 2001 aparece um possível bordo de "dolium" e um fragmento de tégula de dimensões consideráveis. Em 2002 foi encontrado um fragmento de faiança no F'2'.

Destacam-se ainda duas outras peças metálicas, quer pelas suas características particulares, quer pelo seu bom estado de conservação. Falamos de uma fivela de cinturão encontrada no ano de 1994, estudada por Andreia Arezes (AREZES, 2011: 217), que sugere como referência temporal os finais do século IV/meados do século V. Segundo a referida autora, este objecto, associado normalmente a contextos funerários, é, até ao momento, o único objecto em metal desta tipologia encontrada nesta região<sup>9</sup>. António Silva aponta para uma cronologia mais antiga, nomeadamente alto imperial<sup>10</sup>.



Fig. 8. Fivela de cinturão (AREZES, 2011: 218)

<sup>8</sup> Informação pessoal de António Silva, a quem agradeço a disponibilização destes dados.

<sup>9</sup> Informação pessoal de Andreia Arezes, a quem agradeço a partilha de informação.

<sup>10</sup> Estes materiais foram analisados detalhadamente por António Silva, neste mesmo volume, pelo que nos limitamos a aflorar o assunto.

Apareceu também em Castelo Velho uma fíbula anular romana em ómega, uma peça com uma cronologia de circulação muito ampla, entre os séculos I e IV (ver SILVA, neste volume). Sublinhamos a possibilidade de a circulação e uso destas peças poder ser ainda mais dilatada. Na necrópole de El Carpio de Tajo, em Toledo, com ocupação da segunda metade do séc. V/VI, foi demonstrada a utilização, em contextos funerários, de fíbulas em ómega associadas a materiais mais tardios (Ripoll, 1985: 16; 154-155).

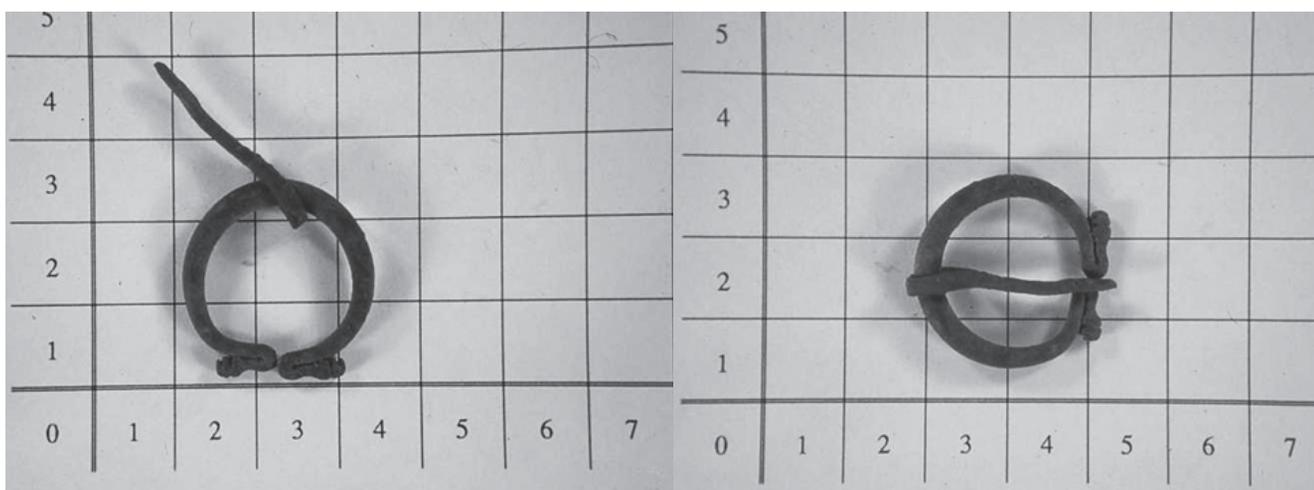


Fig. 9. Fíbula em ómega (fotografia de Susana Soares Lopes).

Apesar da inexistência de materiais arqueológicos datáveis da Baixa Idade Média, existem três datas de carbono 14 que se enquadram nesse período. Não podemos esquecer a conjuntura histórica existente nesta região durante a Baixa Idade Média. Entre os séculos X e XIV, a região do Vale do Côa, a sul do Rio Douro, constituía zona de fronteira e de conflito, num primeiro momento entre cristãos e muçulmanos e, posteriormente, entre o reino de Portugal e o reino de Leão e Castela (Martín Viso, 2004 e 2006). Os recuos e avanços das fronteiras podem ter tornado Castelo Velho num local, devido à sua implantação topográfica e domínio visual, com alguma importância estratégica para a defesa da região, sem que para isso tenha sido necessário a construção de alguma estrutura de vulto, cujos vestígios não se antevêm no registo arqueológico.

## As estruturas

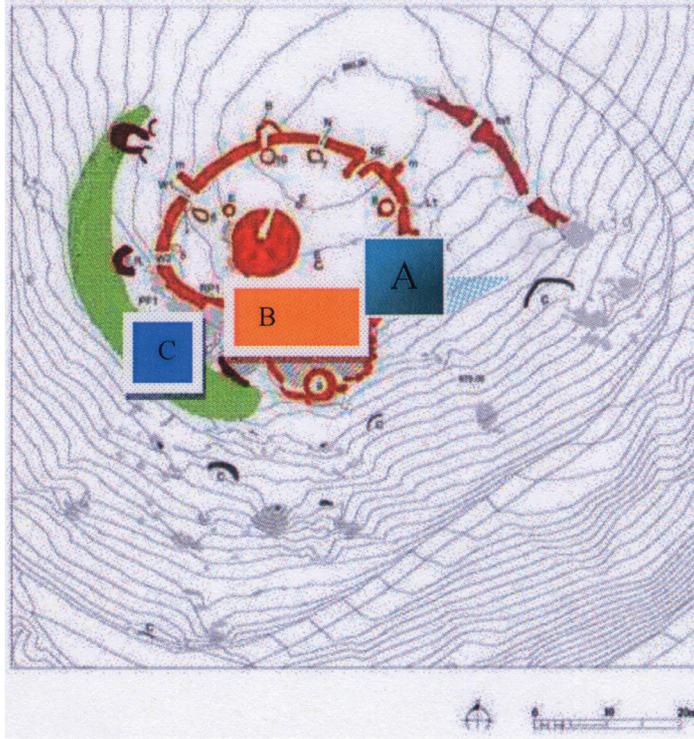


Fig. 10. Esquema geral da estação com a definição de três áreas com estruturas/níveis históricos.

São escassas as informações referentes às possíveis estruturas de cronologias ‘pós pré-históricas’. Iremos focar a nossa atenção em três áreas distintas adentro do sítio do Castelo Velho, onde é possível relacionar camadas, possíveis estruturas, datas de C14 e alguns materiais.

### Área A

I', J', L', M', N', O'10-16

Nesta área foi assinalada uma estrutura com alguma dimensão, interpretada como um “muro” recente. Segundo alguns dos habitantes de Freixo de Numão, existiria no sítio do Castelo Velho um antigo curral de ovelhas ou cabras, que se coaduna com a estrutura encontrada.

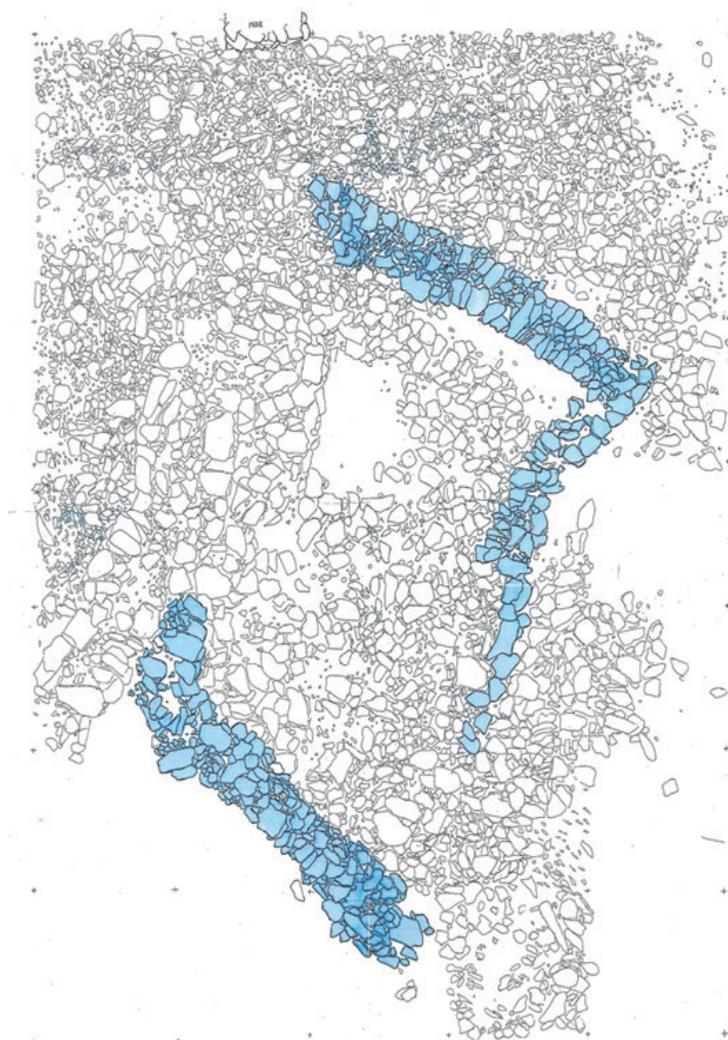


Fig. 11. Estrutura designada por “Muro”.

Refira-se ainda que nesta área foi encontrada uma conta de colar, que não se enquadra na Pré-História Recente; e é daqui que provem a Amostra n.º 28 (do M'12) datada de  $1899 \pm 38$  BP, ou seja 24 - 227 cal AD. Apesar de não ser possível tirar muitas ilações dos dados que possuímos para esta zona, podemos afirmar, inequivocamente, que esta área foi sujeita a alterações em épocas posteriores ao período pré-histórico.

## Área B

B'13, C'13, D'13, E' 13, B'14, C'14, D'14, E'14, D'15, E'15.

No caderno de campo de Vítor Oliveira Jorge, relativo ao ano de 1994, refere-se a abertura no sector SE das quadrículas B'13, C'13, D'13, E'12 e E'13 nos quais foram encontradas, ao nível da camada 2, “buracos” de vários tamanhos. Segundo Susana Soares Lopes, estes “buracos” continham sementes carbonizadas. A Amostra n.º 17, da camada 2, localizada na quadrícula D'13 revelou uma datação de 676 +/- 26 BP - 1389 cal a.C.



Fig. 12. Aspecto geral da área onde foram encontrados os “buracos” durante a campanha de 1994 (fotografia de Susana Soares Lopes).



Fig. 13. Pormenor (fotografia e desenho) do nível com “buracos” e sementes carbonizadas (fotografia de Susana Soares Lopes).

Em 1997 foi registado um nível histórico, nos desenhos das quadrículas B'14, C'14, D'14, E'14, D'15, E'15.

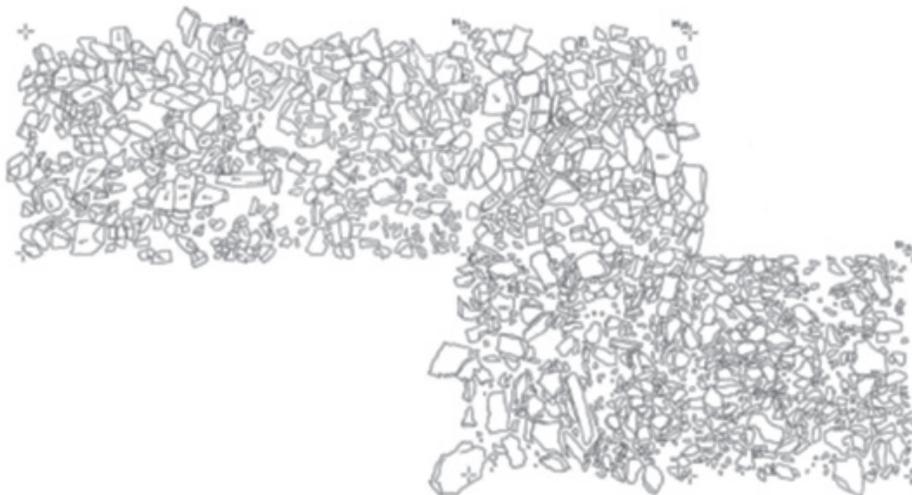


Fig. 14. Primeira decapagem das quadrículas B'14, C'14, D'14, E'14, D'15, E'15 onde se detetaram materiais romanos (JORGE 1994).

Neste sector foram ainda encontrados alguns materiais, tais como vários fragmentos de tégula e dois fragmentos de cerâmica.

F'14 e 15; G'14, G'15 e G'16 H'14/H'15

Segundo o caderno de campo de 1998, foram encontrados nos quadrados F'/G' 14/15 vestígios de ocupação histórica com muitas pedras miúdas e terra castanha escura. Registe-se a exumação desta área de um pequeno cravo em ferro. Este nível assenta em sedimentos calcolíticos.

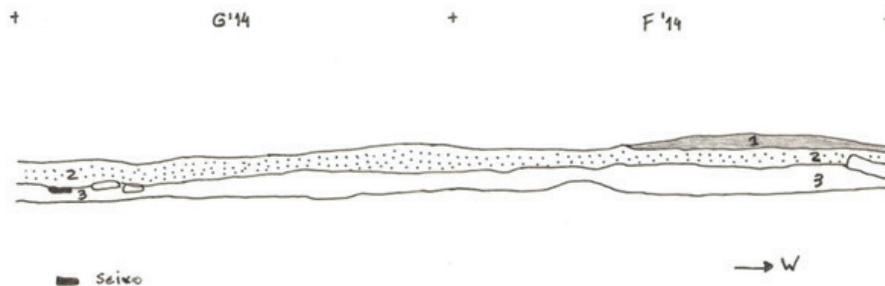


Fig. 15. Corte das quadrículas G'14 e F'14 onde é visível a camada 1 associada ao nível histórico.

Refere-se ainda vestígios de estruturas muito perecíveis inseridos na camada 2, nos quadrados G'14/G'15 - H'14/H'15''.



Fig. 16. Aspecto geral da área B em fase de escavação.

## Área C

F15, F16 e F17; G16

Em 2001 registámos o aparecimento de materiais estranhos à Pré-História Recente, nomeadamente um possível bordo de “dolium”, no âmbito da decapagem e limpeza das quadrículas G 16, F 16 e F 17, decorrente do desmonte da rampa do sector II. Em 2002 existe o registo do desmonte de uma possível fossa (medieval?) nessa mesma área.

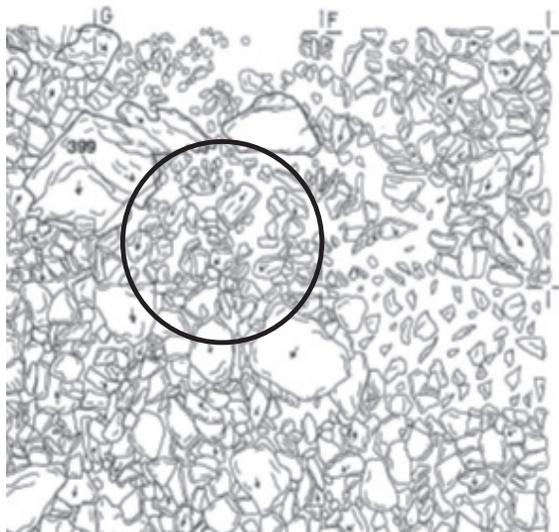


Fig. 17. Desenho do área C onde se detectou uma possível fossa de um período histórico indeterminado (JORGE 2003b).

#### As conexões entre os vestígios pré-históricos e históricos

Optámos por analisar apenas as áreas A e B devido ao volume de informação que possuímos para estas duas áreas, abdicando de o fazer para a área C, muito mais circunscrita e limitada em termos de dados arqueológicos.

Procuramos perceber como se sucedem os vestígios dos vários momentos pré-históricos e históricos, não meramente de um ponto de vista sequencial mas, sempre que possível, de um ponto de vista relacional.

Nas primeiras campanhas de escavação registaram-se, em toda a estação arqueológica, pedras soltas que foram interpretadas como um “monturo recente”. Foram também assinalados, em determinadas áreas, revolvimentos recentes ao nível das camadas superficiais, relacionados, possivelmente, com o plantio de cereal, nomeadamente de trigo e centeio, nesta zona (JORGE, 1989: 4).

## Área A

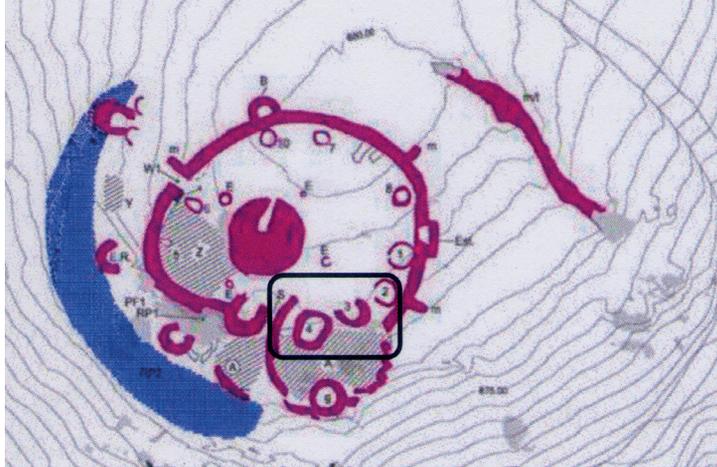


Fig. 18. Área A

As áreas abrangidas pelos quadrados J', L', M', N', O' 10/16, foram sujeitas a decapagens em área, que detectaram fundamentalmente sedimentos modernos na camada 1, que parecem cobrir sedimentos associados ao topo da camada 3 (associada a níveis calcolíticos). Apesar de não se terem detectado estruturas pré-históricas nessa zona, foram encontrados sedimentos pré-históricos e materiais pré-históricos.

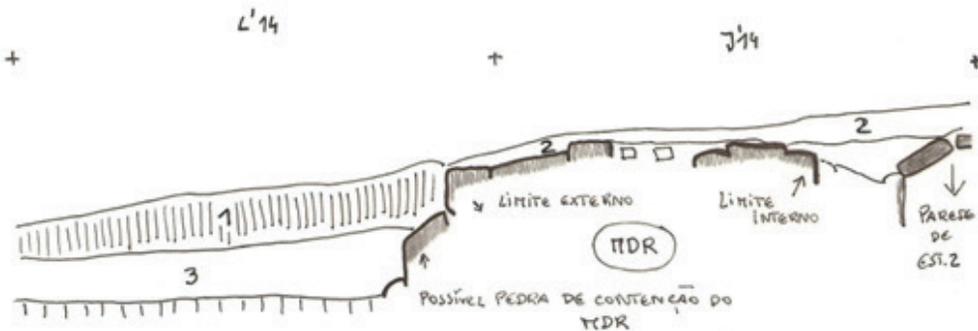


Fig. 19. Corte das quadrículas J'14 e L'14

(Tintagem do corte realizado a partir de um desenho de campo de Carlos Lemos).

Nestas quadrículas foi detectada uma estrutura, que passaremos a designar de “Muro”, cujo aparelho de construção é nitidamente diferente do aparelho encontrado nos muros associados a níveis pré-históricos.



Fig. 20. Estrutura assinalada como “Muro”.

Esta estrutura, constituída por “três panos de muro em “pedra seca”, parece delimitar um espaço parcialmente fechado a este. A vertente oeste desta estrutura encontra-se diluída num conjunto de pedras associados a estruturas calcolíticas. A estrutura parece adossar-se ao Murete Delimitador do Recinto (MDR) pré-histórico (recinto já parcialmente definido em campanhas anteriores), estendendo-se para fora deste recinto no sentido este, criando uma área rectangular.



Fig. 21a. Vista geral da estrutura histórica, a qual designámos por “Muro”.

Fig. 21b. Pormenor do lado este da estrutura.

O revolvimento desta área parece não ter afectado um conjunto de estruturas calcólicas e da Idade do Bronze que se encontram imediatamente do lado oposto aos muros “históricos”.

Esta estrutura “histórica” encontrava-se adossada a uma área muito complexa do ponto de vista das estruturas que ali foram encontradas. Reportamo-nos à escavação desta zona, onde se começou por definir o Murete. Este apresentava uma interrupção, tendo sido definida uma Entrada (Entrada Leste).



Fig. 22. Momentos da definição da Entrada Leste que interrompe o Murete que delimita o Recinto pré-histórico.

Imediatamente a norte desta entrada encontrava-se «uma espécie de “cairn” ou amontoado ordenado de pedras, o qual inseria, no seu interior, in situ, um vaso carenado liso, quase inteiro. (...) Será interessante notar que esta deposição apresenta notáveis semelhanças formais com contextos de âmbito sepulcral/cultural da Idade do Bronze» (JORGE, (2005) [2002]: 137/139).



Fig. 23. Cairn (fotografias de Susana Soares Lopes) onde foi encontrado um vaso carenado liso (fotografia de José Varela).

Após a escavação do cairn, definiu-se o Murete que delimita o recinto pré-histórico. No lado este deste Murete, ou seja, no exterior do recinto, foi detectada uma estrutura de contenção calcolítica que se estendia para sul, acompanhado o murete, tendo sido definida após o desmonte da estrutura histórica, que lhe sobrepunha em parte.

No interior do recinto, muito próximas do Murete delimitador do Recinto, foram encontradas duas estruturas pré-históricas: a Estrutura 1 e Estrutura 2, que foram concebidas durante o Calcolítico. Existem vestígios de ocupação da Idade do Bronze em ambas as estruturas, sobretudo na Estrutura 1 mas a camada 2, correspondente à Idade do Bronze, é pouco espessa. No interior das estruturas 1 e 2 foram exumadas duas estruturas pétreas (estrutura A e B, respectivamente). Na estrutura A inserida na estrutura 2, foi identificado, “in situ”, um machado plano inteiro, de cobre (JORGE, 1999a: 5).

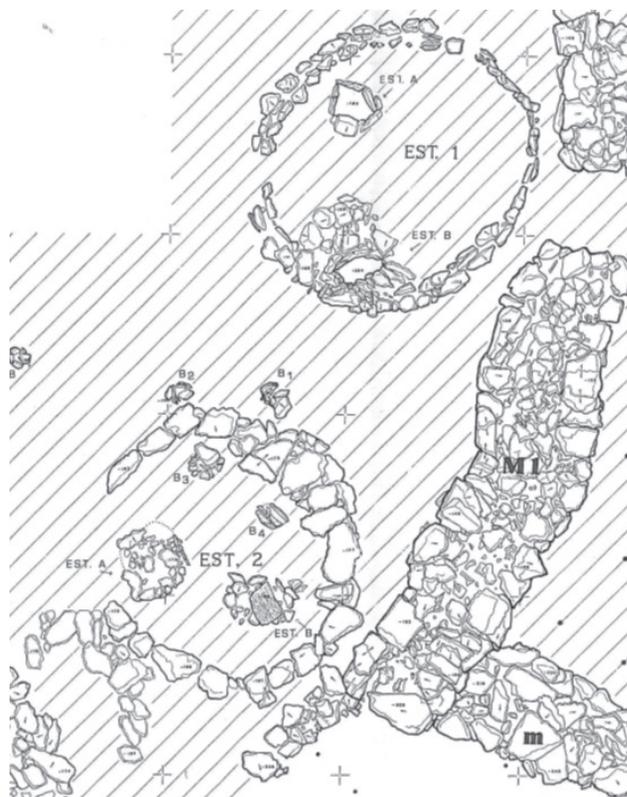


Fig. 24. As estruturas 1 e 2 que se encontram muito próximas do Murete delimitador do recinto pré-histórico (JORGE, 2002).

A estratigrafia das Estruturas 1 e 2 é bastante similar: acima uma camada de terra argilosa estéril, existia um “empedrado”, sobre o qual foram descobertos sedimentos correspondentes ao momento da utilização das estruturas, isto é da camada 3, associada à ocupação calcolítica. Apenas na Estrutura 1, a camada 2 era mais espessa sobre a camada 3 e estava associada a estruturas muito frágeis e arruinadas. Aparentemente, esta estrutura sobreviveu algum tempo durante a Idade do Bronze.

No quadrado L’13 detectou-se uma estrutura de combustão, contígua ao murete delimitador do recinto superior. No quadrado L’15, na base da camada 3, foi descoberto um fragmento de vaso campaniforme cordado (JORGE, 2002: 11).

No exterior do recinto pré-histórico, nas quadrículas L'/J'I' 15-18, um pouco mais para sul das estruturas mencionadas anteriormente, existe uma “interrupção” intencional no recinto (quadrado I'15), iniciando-se aqui o “avançado”. Para o interior do recinto observam-se as estruturas atrás referidas, associadas às camadas 3 e 2. Para o exterior, as terras encontravam-se revolvidas, praticamente sem material arqueológico, o que poderá corresponder à deposição de sedimentos em época moderna (JORGE, 1999a: 4).

Para terminar a caracterização desta área, do ponto de vista das estruturas que a constituem, falta-nos referir aquela que ficou designada como Estrutura Leste (ou estrutura subrectangular, a Leste) e que se apresenta de difícil compreensão: lateralmente à entrada leste do recinto pré-histórico, definida posteriormente à escavação do cairn, que se sobrepunha ao Murete (MDR), e que por sua vez se sobrepunha a esta estrutura, a qual continha sedimentos associados às camadas 3 e 2 (*Ibidem*).

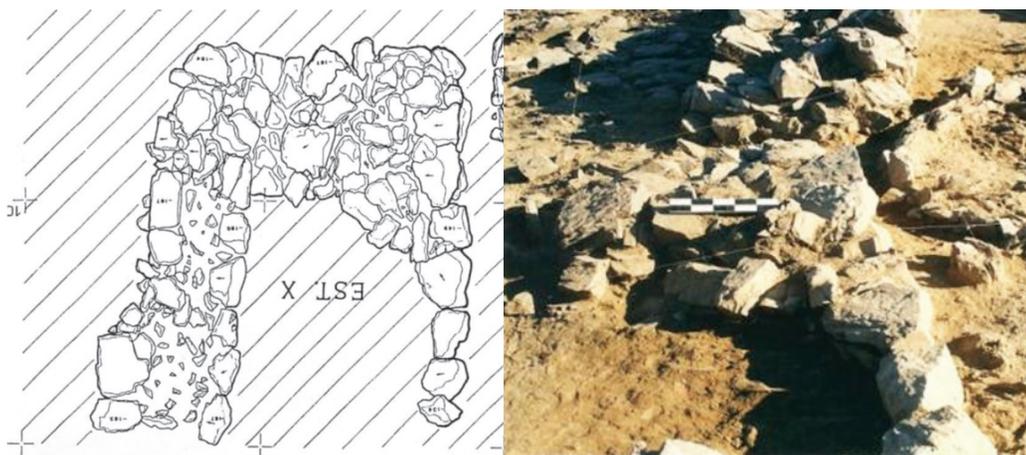


Fig. 25. Estrutura Leste (fotografia de Susana Soares Lopes).

Esta estrutura pode estar associada a um nível de ocupação definido em 1993, cujas datações de carbono apontam para uma cronologia atribuída ao primeiro momento de ocupação do morro por populações pré-históricas. Em 1993 registou-se uma estrutura pétrea adossada ao Murete delimitador do recinto. Esta estrutura definida em 1998, pode ser a continuação desta estrutura para sul.

## Área B

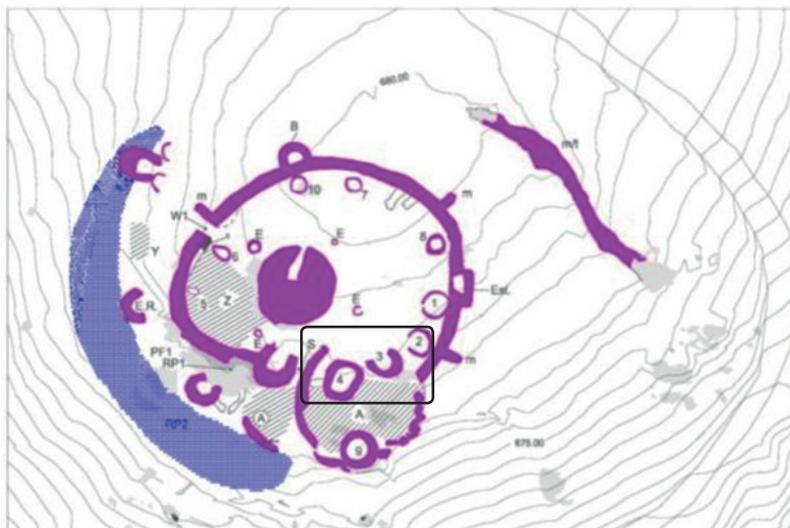


Fig. 26. Área B

Na área B, quer ao nível da camada 2, quer ao nível da camada 3, foram registadas estruturas sobrepostas, correspondendo tal facto a uma intensa e longa ocupação da zona. Esta área foi ligeiramente alterada em época romana ou medieval (JORGE 1995). A primeira decapagem em 1994 revelou, logo à superfície, um amontoado algo caótico de pedras deslocadas, produto de desmoronamentos e violações realizadas ao longo do tempo no local.



Fig. 27. Vários níveis sobrepostos no início da escavação da área B em 1998 (fotografias de Vítor Oliveira Jorge).

Na escavação de 1998 apareceram, na camada 2, nos quadrados G'14/G'15 - H'14/H'15, vestígios de estruturas de difícil compreensão. Após a remoção destes vestígios, começaram a surgir várias estruturas da camada 3 encostadas à plataforma pétrea: lajeados, pisos e estruturas pétreas (JORGE, 1999a).



Fig. 28. Momento de escavação da área B: ao centro o nível de terra escura e pequenas pedras (fotografia de Susana Soares Lopes).

Durante a campanha de 1999, foi definida uma estrutura subcircular (Estrutura 3), delimitada por grandes pedras, que apresentava no seu interior um piso de argila, sobre o qual foram colocadas lajes de xisto azul.



Fig. 29. Decapagem da estrutura 3, nível de argila (fotografia de Susana Soares Lopes).

Entre 1997 e 2000 foram exumados:

- vestígios de uma ocupação histórica (romana ou talvez medieval?!),
- vestígios da fase final do sítio em épocas pré-históricas, correspondente à “petrificação” que foi operada ao nível da camada 2.

Contudo, este sector sempre colocou problemas interpretativos que exigiram, em 2001, a ampliação da escavação em área e em profundidade, e que permitiu compreender que esta zona abrange uma espécie de “avançado” do recinto superior orientado para sul. Este “avançado” é delimitado, a oeste, por um murete baixo encostado a afloramentos e a sudeste, por uma linha de afloramentos ali intencionalmente colocados, que se juntam a leste, ao murete do recinto superior (JORGE, 2003c: 139). Nesta área foram descobertas as seguintes estruturas, às quais se sobrepunham os níveis mais recentes: um murete subrectilíneo (M), com direção SO-NE; ou seja, estamos na presença de um murete faceado que, arrancando do topo do recinto superior, delimita o “avançado”, a oeste, encostando a sul, a grandes penedos; uma pequena estrutura pétreia a leste, contígua ao murete atrás referido. É uma estrutura subrectangular, delimitada por pedras e afloramento; a Estrutura 4, encostada à estrutura anterior, encontrando-se em escavação desde 1997. Trata-se de uma estrutura subcircular, delimitada por pedras de tamanhos variáveis, sem que estas formem qualquer face externa ou interna. O seu enchimento era constituído por pedras e sedimentos argilosos, integrando algum material arqueológico (*Ibidem*). O murete e as estruturas são construções de base calcolítica. Pensa-se que a plataforma onde estas estruturas se inserem terá sido construída durante o Calcolítico, tendo sido mantida e restaurada ao longo da Idade do Bronze (JORGE, 2002a: 10).

Os vestígios históricos parecem penetrar nos sedimentos das camadas pré-históricas, mas, aparentemente, não tendo destruído a base das estruturas calcolíticas que ali persistiram.

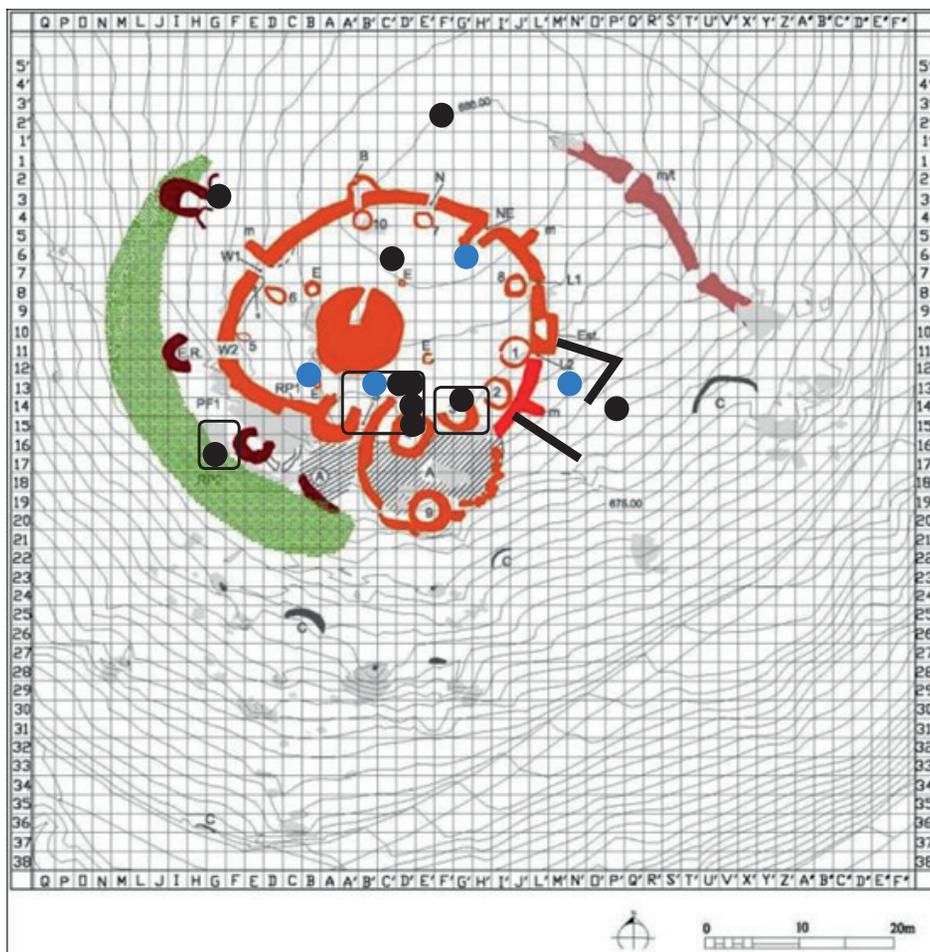


Fig. 30. Planta geral da estação com a implantação de materiais, estruturas/níveis e datações de carbono 14 históricas (materiais representados a preto, datações de C14 a azul).

Da análise efectuada nos pontos anteriores consideramos o seguinte:

As áreas alteradas em períodos históricos concentram-se na vertente Sudeste da estação arqueológica. Desta zona tem-se uma visualização privilegiada para a zona onde hoje se localiza a cidade de Vila Nova de Foz Côa, mas desconhecemos a real motivação para implantação de estruturas históricas nesta área do morro.

O remeximento e as alterações efectuadas não parecem penetrar na camada de argila que cobre o sítio pré-histórico e que, segundo Susana Lopes, teria servido para “fechar” o Castelo Velho cerca de 1300 a.C. O encobrimento do sítio pré-histórico tem sido realçado por esta autora, que afirma que o sítio teria funcionado como interdito (JORGE, 2005) [2002]: 135). Se partimos deste pressuposto, parece-nos plausível pensar que as estruturas existentes em 1300 a.C. seriam basicamente as estruturas encontradas aquando da escavação. Ou seja, no fim do 2 milénio a.C. o sítio pré-histórico estaria desmantelado e o que permaneceu selado pela argila foi o nível basal de algumas estruturas e outras que se encontrariam seladas. Não existiriam estruturas em altura, mas sim a “mamoá” de pedras que perdurou ao longo dos tempos. É possível que em épocas posteriores se tivesse desmantelado parte da “mamoá” sem penetrar na argila, permanecendo assim a base das estruturas pré-históricas intactas.

Nunca utilizamos a palavra violação para caracterizar as alterações desenvolvidas no sítio após a ocupação Pré-histórica. Não tivemos nenhuma indicação de que o sítio tenha sido vandalizado em tempos presentes por “caçadores de tesouros” ou de amadores à procura de moedas. A palavra violação possui um carácter muito negativo e associamo-lo à destruição duma parte de um sítio arqueológico com vista à sua depredação. O que terá ocorrido, possivelmente em mais do que um momento, terá sido a ocupação do morro em épocas distintas, nomeadamente a época romana (séculos I-II); época tardo-romana/alti-medieval (aproximadamente séculos IV-VI), segundo a análise dos materiais realizada por António Silva.

O que separa uma ocupação medieval ou moderna de uma ocupação pré-histórica é apenas uma linha muito ténue, muitas vezes imperceptível, mesmo que a distância temporal que os separe seja da ordem dos 2000 anos.

Saliente-se a dificuldade em datar essas ocupações posteriores ao 3.º e 2.º milénio a.C. apenas com base nos níveis e estruturas registados. Registe-se ainda o problema de tentar relacionar os materiais e as datações de C14 com as estruturas existentes. Se num caso parece plausível fazê-lo (na área B, quadrículas B’13, C’13, D’13, E’ 13, B’14, C’14, D’14, E’14, D’15, E’15), nos restantes casos consideramos que estaríamos a forçar os dados. Por isso

mesmo optamos por distinguir genericamente entre vestígios pré-históricos e vestígios históricos.

Existem alguns materiais e uma data de C14 que se encontram dispersos pelo sítio arqueológico, e que não parecem estar associados a nenhuma estrutura. Porém, parece haver uma coincidência entre níveis históricos, materiais e datações de C14.

Os materiais do exterior do recinto pré-histórico da zona Leste ainda não foram objecto de análise, pelo que é possível que apareçam outros materiais para além daqueles que foram referidos neste trabalho.

Um sítio que se pressupõe ocupado durante cerca de 1500 anos durante a Pré-história Recente está sujeito a inúmeras alterações. Em termos arquitectónicos parece haver um jogo de fecho/abertura de passagens (as chamadas entradas); a ocultação de determinadas estruturas, nomeadamente a que continha ossos humanos e a estrutura das sementes, e que permaneceram seladas até ao momento da sua escavação.

Com os dados disponíveis não é possível afirmar que as comunidades que foram passando por Castelo Velho, ao longo dos tempos, tinham conhecimento das que as precederam e dos vestígios que deixaram no morro onde se situa o sítio arqueológico. Contudo também não podemos refutar terminantemente a hipótese de que poderia perdurar algo, uma ruína, uma lenda, um nome, algo que motivasse o conhecimento ou interesse no local. Certo é a existência de vestígios da “passagem” destas comunidades em Castelo Velho.

## 6. CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO - APONTAMENTOS FINAIS.

“O passado, qualquer «passado», existe em função de uma teia de significações conferida em cada presente histórico. Neste contexto, o passado está aberto a uma pluralidade de «sentidos» que se jogam na prática social em função do consenso gerado pela comunidade científica. Desta forma o passado terá, em cada presente, simultaneamente e/ou sucessivamente, a configuração que resultar da negociação social do sentido. O passado é, como bem se sabe, um projecto do presente (JORGE, (2005) [1994]: 58).

O Castelo Velho tem a sua própria história, o seu percurso no tempo. Entre os vários momentos da sua existência destacamos os seguintes:

- O momento da sua construção e a forma como seria interpretado e usufruído pelos seus habitantes;
- Ocupações e reutilizações adentro da Pré-História Recente;
- As suas ocupações durante a época romana e/ou tardo-romana/alti-medieval;
- A sua interpretação enquanto “ruína” pelas populações locais que habitam aquela região;
- O sítio enquanto escavação arqueológica, local de aprendizagem e sua interpretação pelos arqueólogos;
- O sítio arqueológico, fruto de um processo de musealização e valorização patrimonial;
- E, por último, o sítio interpretado pelos visitantes.

Em cada um destes momentos, o Castelo Velho foi interpretado, sentido e vivido de diferentes maneiras por diferentes pessoas.

Tentamos com este trabalho caracterizar as ocupações históricas do Castelo Velho. Trabalhar este tipo de evidências “históricas” tão ténues e residuais foi um desafio difícil, atendendo a que os vestígios encontrados parecem não ser suficientes para definir que tipo de ocupação, ou ocupações possam ter ocorrido em Castelo Velho em épocas históricas, e assim sendo, o estudo realizado limitou-se a analisar se as evidências de épocas posteriores destruíram ou afectaram as estruturas pré-históricas.

Na dicotomia da Memória e do Esquecimento, presente em Castelo Velho, assim como na generalidade dos sítios arqueológicos, apercebemo-nos da dificuldade em estudar os seus “tempos” ou “momentos”. Sentimos a dificuldade que é tentar perceber como as comunidades manipulavam as materialidades ali presentes, quer fosse de forma consciente ou inconsciente.

Um aspeto evidenciado por Lesley McFadyen<sup>11</sup> prende-se com a questão dos materiais pré-históricos e não pré-históricos. Os materiais associados a ocupações históricas são muito residuais e ocorrem, por vezes, em camadas associadas a ocupações pré-históricas. Os materiais parecem “ter encontrado um caminho” que atravessa as camadas arqueológicas pré-históricas no sentido das camadas mais antigas. No entanto, quando se realizaram trabalhos de prospecção na zona de Castelo Velho, encontraram-se materiais pré-históricos que parecem ter cruzado as diversas camadas, “ascendendo” ao solo actual. Não questionamos que esta “migração” entre camadas possa estar relacionado com os fenómenos pós-deposicionais, mas o que nos interessa salientar é o facto de que os materiais pré-históricos se encontram abundantemente à superfície. Apesar dos dados arqueológicos nos mostrarem que não seriam visíveis estruturas pré-históricas antes do início das escavações, é provável que as pessoas tivessem contacto com os materiais pré-históricos encontrados no local, quer fossem fragmentos de cerâmicas ou objectos líticos. Há uma ligação que se estabelece entre o objecto encontrado e quem o encontra. Se um “monte de pedras” pode não suscitar algum tipo de questionamento, um fragmento de um vaso cerâmico, especialmente se tiver forma ou decoração, longe de qualquer estrutura arquitectónica, levanta certamente uma pergunta: como é que isto veio aqui parar? Teriam as comunidades “romanas” ou “medievais” encontrado matérias pré-históricas naquele local? Terá sido a cultura material a ponte entre diferentes tempos e diferentes comunidades?

Não queremos transpor para as comunidades passadas e nossas contemporâneas, o modo de pensar dos arqueólogos. Uma das facetas do trabalho em Arqueologia passa exactamente por um questionamento constante sobre o “passado” (o tempo decorrido, o pretérito), nomeadamente sobre os traços desse passado. Mas parecem-nos plausíveis as seguintes possibilidades: 1. que as pessoas, ao longo dos tempos, se tenham questionado, ficado intrigadas ou até mesmo curiosas sobre as materialidades passadas com as quais se

---

<sup>11</sup> Na revisão deste texto Lesley McFadyen colocou-nos uma série de observações cuja integração, neste ponto, nos pareceu essencial. Gostaríamos de deixar o nosso agradecimento a Lesley pelo conjunto de críticas construtivas e pelo seu enorme contributo para a concretização do nosso projecto de investigação.

deparavam no seu quotidiano; 2. esse interesse pode ter sido uma motivação para a ocupação de certos locais, que apresentam hoje em dia evidências de vestígios arqueológicos de diferentes épocas; 3. mesmo permanecendo indiferentes aos vestígios de comunidades que as precederam, as pessoas manipulavam e integravam esses vestígios nas suas vidas. É essa manipulação, esse manuseamento destes elementos, que estabelece a tal ligação temporal, que mais do que afirmar podemos apenas sugerir.

Para concluir, gostaríamos de sublinhar a ideia de que este sítio arqueológico, Castelo Velho de Freixo de Numão, tinha caído no “esquecimento”, não possuindo praticamente nenhum impacto na paisagem actual, tendo sido utilizado como pedreira nos últimos anos. Dele restara apenas um “monturo” de pedra, materiais pré-históricos à superfície, um nome (já desaparecido dos documentos oficiais) e algumas histórias. Castelo Velho foi resgatado pela investigação arqueológica e pelo nosso desejo de perpetuar e dar visibilidade à herança de nossos antepassados, transformando-o num Lugar repleto de Memórias, coletivas e pessoais.

Alexandra Vieira  
Julho de 2011

### **AGRADECIMENTOS**

Gostaríamos de agradecer a todos aqueles que ajudaram à concretização deste trabalho, nomeadamente a Susana Soares Lopes, António Sá Coixão, Andreia Arezes, Lesley McFadyen, Sérgio Gomes, Lurdes Cunha, Lídia Baptista, António Silva, Sandra Santos, Joana Alves Ferreira, Bárbara Carvalho, Ana Vale, Carlos Alves, Sandra Naldinho, Márcia Neves, Gonçalo Velho e José Varela.

## BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, M. T. e CUNHA, A. S. 1998. Restos humanos do Calcolítico - Idade do Bronze de Castelo Velho de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa - nota preliminar. "Côavisão, Cultura e Ciência", Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, n.º, pp. 35-42.

AREZES, Andreia Catarina Magalhães, 2011. Elementos de adorno altimedievicos em Portugal (séculos V a VIII). Serie Trivium, nº 41, Editorial Toxosoutos, Noia.

AUGÉ, Marc, 1994. Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Modernidade. Lisboa, Bertrand Editora, 1994.

AUGÉ, Marc, 2003. A Política do Património. Lisboa, Campo das Letras.

BARROCA, Mário Jorge, 2008- 2009. De Miranda do Douro ao Sabugal - Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira. "Portvgália", Nova Série, Vol. xxix - xxx, p. 193-252

BAPTISTA, Lídia, 2003. Cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

BARRETT, John, 1999. Chronologies of Landscape, in "The Archaeology and Anthropology of Landscape", R. Layton and P. Ucko (eds), London, pp. 21-30.

BEIM, Aaron, 2007. The Cognitive Aspects of Collective Memory. (Em linha) "Symbolic Interaction", 30(1): 7-26. Consultado em 20 de Maio de 2011. Disponível em: <http://www.uwo.ca/theory/Course%20Descriptions/Aaron%20Beim.pdf>.

BRADLEY, Richard, 1998. The Significance of Monuments: On the Shaping of Human Experience in Neolithic and Bronze Age Europe. London, Routledge.

BRADLEY, Richard, 2008. The Translation of Time, in "Archaeologies of Memory" (eds R. M. Van Dyke and S. E. Alcock), Blackwell Publishers Ltd, pp. 221-226.

BRADLEY, Richard, 2000. An Archaeology of Natural Places, London, Routledge.

BRADLEY, Richard, 2002. The Past in Prehistoric Societies, London, Routledge.

COIXÃO, António do Nascimento Sá, 1996. Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa. Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

COIXÃO, António do Nascimento Sá, 1997. Um Projecto, A Investigação, A Musealização e um Circuito, Freixo de Numão 1980-1996. Almada, A.C.D.R. de Freixo de Numão.

COIXÃO, António do Nascimento Sá 1998. Toponímia do concelho de Vila Nova de Foz Côa. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.

COIXÃO, António do Nascimento Sá 1999. A ocupação humana na Pré-história recente na região de entre Côa e Távora. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-histórica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Almada, Edição da ACDR de Freixo de Numão.

COIXÃO, António Sá; TRABULO, António Rodrigues, 1995. Por terras do concelho de Foz Côa. Subsídios para a sua história: estudo e inventário do seu património. 2ª ed. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

COIXÃO, António do Nascimento Sá, 2008. Proto-história e romanização do Baixo Côa: novos contributos para a sua caracterização. “Proto-história e romanização, Guerreiros e colonizadores. Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior”. Vol. 3. Porto, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão.

CHOAY, Françoise, 1999. A alegoria do património. Lisboa: Edições 70.

Encontros com o Património. TSF [Em linha] Entrevista do jornalista Manuel Vilas-Boas aos arqueólogos António Sá Coixão e Susana Oliveira Jorge. 07 JUN 08. Consultado em 10 de Junho de 2011. Disponível em: [http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content\\_id=918070&audio\\_id=955191](http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=918070&audio_id=955191)

FIGUEIRAL, Isabel, 1998. Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). Os restos vegetais carbonizados. “Côavisão, Cultura e Ciência”, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, n.º, pp. 43-48.

GOMES, Sérgio, 2003. Contributos para o estudo dos “Pesos de Tear” de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz-Côa). Exercícios de Interpretação do Registo Arqueológico, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição policopiada.

HOLTORF, Cornelius, 2000-2008. Monumental Past: The Life-histories of Megalithic Monuments in Mecklenburg-Vorpommern (Germany). A living electronic monograph. University of Toronto: Centre for Instructional Technology Development. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1807/245>).

HOLTORF, Cornelius; WILLIAMS, Howard 2006. Landscapes & memories. “Cambridge Companion to Historical Archaeology”. (Ed. Dan Hicks and Mary Beaudray). Cambridge: Cambridge University Press, pp. 235-254. Disponível em: [http://works.bepress.com/howard\\_williams/18](http://works.bepress.com/howard_williams/18)

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS 2010 (IGP)  
Mapas on-line. Disponível em <http://mapas.igeo.pt/igp/igp.phtml>

JOHNSON, Matthew, 2005. Thinking about landscape, in “Archaeology, The Key Concepts”, (ed. by Colin Renfrew e Paul Bahn), London e New York, Routledge, pp.156-159.

JORGE, Susana Maria Soares R.L. Oliveira, Dezembro 1989. Povoado Pré-Histórico do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). 1.<sup>a</sup> Campanha, Setembro de 1989.

JORGE, Susana Oliveira, Janeiro 1991. Povoado Pré-Histórico do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). 2.<sup>a</sup> Campanha, Setembro de 1990.

JORGE, Susana Oliveira, Dezembro 1991. Povoado Pré-Histórico do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). 3.<sup>a</sup> Campanha, Junho de 1991.

JORGE, Susana Oliveira, 1993a. O povoado do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história Recente do Norte de Portugal, in "Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular", vol. I, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. 33, 1-2, Porto, SPAE, pp. 179-221.

JORGE, Susana Oliveira, 1993b. Povoado Pré-Histórico do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). 4.<sup>a</sup> Campanha, Junho e Setembro 1992.

JORGE, Susana Oliveira, 1994. Povoado Pré-Histórico do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). 5.<sup>a</sup> Campanha, Junho e Setembro 1993.

JORGE, Susana Oliveira, 1995. Povoado Pré-Histórico de Castelo Velho (Freixo de Numão - Vila Nova de Foz Côa). 6.<sup>a</sup> Campanha - Agosto - Outubro 1994. Projecto PCSH/S/315/HIS. Relatório de progresso apresentado à JNICT.

JORGE, Susana Oliveira, 1998. Estação Pré-Histórica de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). 7.<sup>a</sup> Campanha, Junho/Julho 1997. Relatório apresentado ao IPA.

JORGE, Susana Oliveira, 1999a. Estação Pré-Histórica de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). 8.<sup>a</sup> Campanha - Junho/Julho 1998. Relatório apresentado ao IPA.

JORGE, Susana Oliveira, 1999b. Revisiting some earlier papers on the late prehistoric walled enclosures of the Iberian Peninsula, in "Journal of Iberian Archaeology", vol.5 pp 89-135

JORGE, Susana Oliveira, 2000a. Castelo Velho, Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa. Relatório de progresso, relativo aos trabalhos arqueológicos realizados em 1999.

JORGE, Susana Oliveira, 2000. Introdução: breve evolução da Pré-história recente do Norte de Portugal (do VI<sup>o</sup> ao II<sup>o</sup> milénio A.C.), in "Pré-História Recente da Península Ibérica", Actas do 3<sup>o</sup> Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. IV, Porto, ADECAP, pp.7-12.

JORGE, Susana Oliveira, 2002a. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados em 2001 apresentando ao IPA.

JORGE, Susana Oliveira, 2002. Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Breve Notícia, in “Revista de Ciências e Técnicas do Património”, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 27-50.

JORGE, Susana Oliveira; RUBINOS, António, 2002a. Absolute chronology of Castelo Velho de Freixo de Numão (northern Portugal): data and problems, in “Journal of Iberian Archaeology”, vol. 4, pp. 83-105.

JORGE, Susana Oliveira; RUBINOS, António, 2002b. Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os Dados e os Problemas, in “Côavisão, Cultura e Ciência”, nº4, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp.95-112.

JORGE, Susana Oliveira, 2003a. Pensar o espaço da Pré-história recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, in “Recintos Murados da Pré-história Recente”, Porto-Coimbra, pp.13-50.

JORGE, Susana Oliveira, 2003b. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Projecto de estudo, valorização e divulgação dum sítio pré-histórico do Norte de Portugal. 2001-2003. Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados em 2002 apresentado ao IPPAR.

JORGE, Susana Oliveira, 2003c. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): intervenção arqueológica em 2001 e 2002, in “Côavisão”. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. - Nº 5, pp. 133-157.

JORGE, Susana Oliveira, 2004. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). 9.ª Campanha – Julho 2003.

JORGE, Susana Oliveira, 2005. [1994]. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular. Revista da Faculdade de Letras, II.ª Série – vol. XI, Porto, pp. 447-546. In JORGE, S. O. (2005), “O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais, Porto, Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia, 2.

JORGE, Susana Oliveira, 2005 [1998]. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação. Estudos Pré-históricos, Vol. VI, Actas do Colóquio A Pré-História na Beira Interior (Tondela, 21 a 23 de Novembro de 1997), Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp. 279-294. In JORGE, S. O. 2005. “O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais”, Porto, Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia, 2.

JORGE, Susana Oliveira, 2005 [2002]. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. Actas do Simpósio «Conservação e Intervenção em Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos, Porto/paredes de Coura, Universidade Portucalense Infante D. Henrique/C. M. de Paredes de Coura, 2002, pp. 125-133. In JORGE, S. O. 2005, “O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais”, Porto, Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia, 2.

JORGE, Susana Oliveira, 2005 [2003a]. Da Cenografia pré-histórica à cenografia patrimonial: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Arqueologia e História, Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Volume 55, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.167-175. In JORGE, S. O. 2005. “O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais”, Porto, Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia, 2.

JORGE, Susana Oliveira, 2005 [2003b]. Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão. Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.63-84. In JORGE, S. O. 2005. “O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais”, Porto, Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia, 2.

JORGE, Susana Oliveira; OLIVEIRA, Maria de Lurdes; NUNES, Susana; GOMES, Sérgio, 1998/99. Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). “Portugália”, Nova Série, vol. XIX-XX, Porto, DCTP, FLUP, pp.29-70.

JORGE, Susana Oliveira; VELHO, Gonçalo Leite; VARELA, José Manuel; BAPTISTA, Lídia; OLIVEIRA, Maria de Lurdes; GOMES, Sérgio, 2005. O sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): Reflexões sobre fases e contextos. “Côavisão, Cultura e Ciência”, 7, pp.69-80.

JORGE, Susana Oliveira et al., 2007. A construção de um sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão, in “Actas do IV congresso de arqueologia peninsular: A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica”. Faro: Centro de Estudos de Património. Departamento de História, Arqueologia e Património. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade do Algarve, pp. 77-85.

LEAL, Pinho, s/d. Freixo de Numão. “Portugal Antigo e Moderno”. Volume Terceiro. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão. p. 236.

LEAL, Pinho, s/d. Numão. “Portugal Antigo e Moderno”. Volume Sexto. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão. pp. 178-183.

LOWENTHAL, David, 1990. *The past is a foreign country*. Cambridge University Press. (Em linha) Frontmatter. Disponível em: [http://assets.cambridge.org/97805212/94805/frontmatter/9780521294805\\_frontmatter.pdf](http://assets.cambridge.org/97805212/94805/frontmatter/9780521294805_frontmatter.pdf)

LUCAS, Gavin, 2005. *The Archaeology of Time*. London and New York: Routledge.

Martín Viso, Iñaki, 2004. En la Periferia del Sistema: Riba Cõa entre la antigüedad tardía y la alta edad media (siglos VI-XI). Centro de Estudios Ibéricos. Disponível em: [http://www.cei.pt/investigacao/historico\\_2004.htm](http://www.cei.pt/investigacao/historico_2004.htm)

Martín Viso, Iñaki, 2006, Elementos para el análisis de las necrópolis de tumbas excavadas en la roca: el caso de Riba Cõa. CuPAUAM: Cuadernos de Prehistoria y Arqueología. Universidad Autónoma de Madrid. 31-32 (2005-2006): 83-102.

McFADYEN, Lesley, 2006. Material Culture as Architecture, in “Approaching Prehistoric and Protohistoric Architecture of Europe From a Dwelling Perspective”, (edited by Vitor Oliveira Jorge, João Muralha Cardoso, Ana Margarida Vale, Gonçalo Leite Velho e Leonor Sousa Pereira), Proceedings of the TAG session, Sheffield 2005, Porto, ADECAP, pp.91-102.

MURALHA, João, 1996. Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numa. Continuidades e descontinuidades: uma proposta de abordagem estatística. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

NORA, Pierre, 1989. Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. (Em linha) “Representations”, 26. Consultado em 14 Maio de 2011. Disponível em: <http://www.history.ucsb.edu/faculty/marcuse/classes/201/articles/89Nora-LieuxIntroRepresentations.pdf>.

OLIVEIRA, Maria de Lurdes, 2003. Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

PEREIRA, Leonor Sousa, 2000. Cerâmicas “Cogeces” de Castelo Velho de Freixo de Numão, (Vila Nova de Foz Cõa). “Cõavisão, Cultura e Ciência”, 2, pp.53-64.

RIPOLL, Gisela, 1985. La necrópolis visigoda de El Carpio de Tajo (Toledo). Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Subdirección General de Arqueología y Etnografía.

SILVA, Cristina Maria Costa, 1996. O Povoado Pré-Histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro do povoamento da 2.<sup>a</sup> metade do III<sup>o</sup> milénio a.C. / 1.<sup>a</sup> metade do II<sup>o</sup> milénio a.C., no Concelho de Vila Nova de Foz Cõa. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

VARELA, José Manuel, 2000. As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio do Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): tradição e inovação na transição do III<sup>o</sup> para o II<sup>o</sup> milénio A.C. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

VELHO, Gonçalo Leite, 2009. Castelo Velho, a natureza e o tempo: questões relativas à Re-construção de um lugar. Tese de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

# VESTÍGIOS DE OCUPAÇÃO HISTÓRICA NUM SÍTIO PRÉ-HISTÓRICO. MATERIAIS ROMANOS E TARDO-ANTIGOS DO CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO

## *TRACES OF HISTORICAL OCCUPATION IN A PREHISTORIC SITE. ROMAN AND LATE-ANTIQUÉ MATERIALS OF THE CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO*

**António Manuel S. P. Silva**

Arqueólogo. CITCEM. Universidade do Porto.

### **RESUMO**

Durante as escavações arqueológicas realizadas no recinto monumental de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa), utilizado durante o terceiro e segundo milénios a.C., identificaram-se alguns objetos arqueológicos de cronologia histórica. O artigo apresenta e estuda uma parte desse conjunto, constituída por itens metálicos e fragmentos de cerâmica doméstica e de construção, discutindo a sua cronologia, que pode variar entre a época da ocupação romana e a Idade Média, e relação com os contextos arqueológicos de onde provêm.

**PALAVRAS-CHAVE:** Castelo Velho; Freixo de Numão; fíbula, fivela, cravo, cerâmica.

### **ABSTRACT**

During the archaeological excavations carried out in the monumental enclosure of Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa), used during the third and second *millennium* BC, some archaeological objects of historical chronology were identified. The article presents and studies a part of this set, consisting of metallic items and fragments of domestic and building ceramics, and discusses its chronology, which can vary between the period of Roman occupation and the Middle Age, and relation with the archaeological contexts from which they originate.

**KEY WORDS:** Castelo Velho; Freixo de Numão; brooch, buckle, hobnail, ceramic.

## INTRODUÇÃO

Apresentam-se nesta breve nota alguns materiais arqueológicos cerâmicos e metálicos de cronologia histórica provenientes do recinto murado de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), recolhidos nas campanhas de escavação ali realizadas nos anos de 1992, 1994, 1997 e 1998.

Aquela estação arqueológica é particularmente conhecida na comunidade científica pela importante ocupação do III e II milénios a.C. de que foi palco. O desenvolvimento de um projeto de investigação extensivo e transdisciplinar, de que resultaram numerosas publicações de referência (Jorge 1993; 1994; 1998a; 1998b; 1999; 2002a; 2004; Jorge; Rubinos 2002a; 2002b) e que culminou com um programa de conservação e musealização da estação, fazendo do Castelo Velho um dos poucos sítios monumentalizados pré-históricos visitáveis e com apoio de um centro interpretativo no Norte do País (Jorge 2002b), contribuiu para a projeção do sítio não só no plano arqueológico como também no âmbito patrimonial (Fig.1).



Fig. 1- Vista geral de Castelo Velho, após os trabalhos de musealização.

O Castelo Velho é um sítio marcado por uma implantação e espacialidade muito próprias e que foi objeto ao longo de cerca de 1800 anos de um processo de monumentalização e ritualização que o transformou de cenário e palco de eventos porventura excepcionais em agente ativo da progressiva culturalização de uma paisagem impressionante. Constitui por isso um dos recintos pré-históricos peninsulares de maior significado para a compreensão do modo como as comunidades da pré-história recente interagiram simbolicamente com o meio físico e com as comunidades vizinhas (Jorge 1998a; 1998b; 2002a; 2004).

Todavia, o Castelo Velho revelou alguns indícios de ocupação, ou pelo menos de frequência temporária, por parte de grupos humanos em épocas bem mais recentes, até agora mencionados apenas de passagem na bibliografia do sítio (Jorge; Rubinos 2002a). Se bem que escassos, tais elementos não deixam de ser significativos, quer para a perceção do modo como o sítio e a memória do Castelo Velho chegaram até nós após o seu abandono na Idade do Bronze, quer para a cartografia dos elementos romanos e de outras épocas históricas à escala regional.



Fig.2- Fragmentos de cerâmica doméstica de época tar-do-antiga encontrados em Castelo Velho. Pança carenada (1) e bordo (2).

## Os objetos

Os materiais arqueológicos que agora vêm a lume incluem quatro peças metálicas (uma fíbula, uma fivela de fecho de cinturão e dois pequenos cravos), onze fragmentos de cerâmica de construção (*tegula* de tipo romano) e ainda dois pequenos fragmentos de louça doméstica (ver Catálogo no final).

A cerâmica de cobertura corresponde exclusivamente a fragmentos de telha plana de rebordo, do tipo das produções romanas, com dimensões máximas variáveis entre os 7 e os 14 cm. Identificam-se vários fragmentos de rebordo lateral e de ângulo, de perfil variável (Figuras 3 e 6), o topo de uma outra *tegula* e diversos fragmentos interiores. Estas telhas foram feitas em pastas de tonalidade castanho alaranjada (*reddish brown*, na designação da escala cromática de Munsell, 1994), de cozedura compacta e bastantes elementos não plásticos, com destaque para os fragmentos de quartzo. Não obstante, a evidente similitude de aspeto e manufatura, a sua espessura parece indiciar diferentes fabricos, considerando que a maior parte dos pedaços de telha apresenta valores na ordem dos 2,4 a 2,6 cm, atingindo os 3 cm a espessura de três deles. Observa-se também assinalável variedade nas secções dos rebordos das telhas, em trapézios mais ou menos abatidos (Fig. 6), elemento que parece também denunciar diversidade de fabricos ou cronologias. Não apresentam qualquer marca ou elemento distintivo, salvo as decorrentes do molde e alisamento.

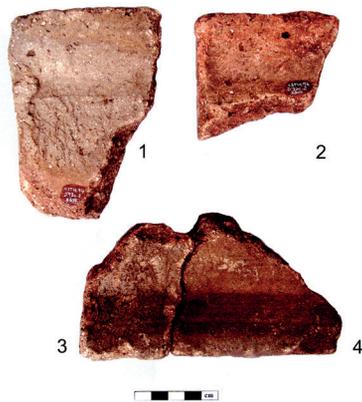


Fig. 3- Rebordos de tegulae aparecidas em Castelo Velho.

Apesar dos esforços de alguns autores para ensaiar uma classificação da *tegula* romana (Cardoso 1972; Pérez Losada 1992; Guimarães 1993), com a decorrente atribuição cronológica, é geralmente admitido que a utilidade de tais tipologias se restringe ao estudo sistemático dos materiais de cobertura de um dado sítio, ou, quando muito, a um quadro regional desde que se disponha de séries bem caracterizadas e procedentes de contextos datados com alguma segurança. Assim, não nos parece possível inferir qualquer cronologia a partir da morfologia destes fragmentos de telha de Castelo Velho, devendo no entanto sublinhar-se a ausência de *imbrex*, elemento corrente neste sistema de cobertura, falta que deverá ser acidental, considerada a dimensão da amostra.



Fig. 4 - Materiais metálicos de Castelo Velho. Fíbula (1) e fivela (2) em liga de cobre; cravos em ferro.

Os restantes fragmentos de cerâmica, também de pequena dimensão, repartem-se entre um pedaço de pança e outro de bordo (Figuras 2 e 5). Este último, aparecido na campanha de 1994, é um bordo de orientação subvertical e lábio arredondado. Corresponde a uma peça rodada, bem cozida, feita numa pasta laranja-acastanhada de aspeto algo similar à das telhas, salvo naturalmente o calibre dos desengordurantes, que ainda assim são grosseiros neste recipiente, mormente os grãos de quartzo, que afloram mesmo à superfície da vasilha. Não obstante o seu escasso tamanho, o fragmento parece procedente

de um pequeno pote ovóide de colo estrangulado, rondando os 15 cm o respectivo diâmetro de boca. De pasta e aspeto muito similares, se bem que de tonalidade um pouco mais escura nas superfícies, é o segundo fragmento de cerâmica doméstica, recolhido durante os trabalhos de 1997, pertencente ao bojo de um recipiente, provido de uma carena bastante pronunciada, talvez média, correspondendo a forma impossível de determinar.

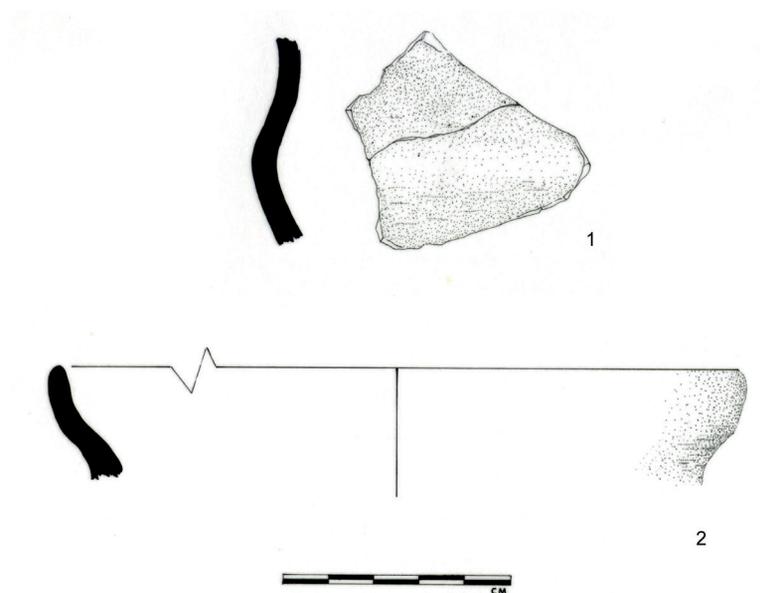


Fig.5 - Cerâmica doméstica de época tardo-antiga de Castelo Velho. Pança carenada (1) e bordo de recipiente.

Os objetos metálicos são de fácil individualização e possibilitam maior campo interpretativo e discussão. Dois são pequenos cravos em ferro forjado, exumados na campanha de 1998 (Fig. 4, 3-4). Têm tipologia e dimensões sensivelmente diferentes. O maior apresenta haste de secção quadrangular com 16 mm de comprimento, aparentemente completa, e cabeça subcircular com 15 mm de diâmetro; o menor tem uma haste de secção em fita com apenas 13 mm, também praticamente completa e a curiosidade de ligar-se à cabeça, que é subquadrangular, não no seu ponto central mas junto a um dos lados. A tipologia destes objetos não parece relacioná-los com a atividade de construção, mas eventualmente com aplicações em mobiliário ou, no caso do

mais pequeno, mesmo em calçado, podendo talvez interpretar-se como um *clauus caligae* (Bishop; Coulston 2006: 111-113; exemplo de uso em Medina 2016: 189). A sua cronologia é bastante ampla, sendo de admitir a sua atribuição à época romana ou tardo-antiga.

Completam o elenco uma fíbula e uma fivela de cinto, peças produzidas em ligas de cobre. A fíbula está completa, conservando aro e fusilhão (Figs. 4.1 e 7.1). Trata-se de uma fíbula anular romana em ómega, de aro circular e de idêntica secção, com os extremos voltados para o exterior e terminados por um espessamento com moldura anelar; o fusilhão liga-se ao corpo principal por um aro perfurado de secção circular. É uma peça muito comum em contextos romanos, correspondente ao tradicional tipo B2 de Elisabeth Fowler (1960) ou, no *corpus* inventariado para o nosso território, ao tipo Ponte B52.2a, com uma cronologia de circulação muito ampla, abarcando todo o período de ocupação romana (Ponte 2006: 394-409; 2007: 162; Mariné 2007: 135). No seu estudo sobre estes elementos de adorno nas ilhas britânicas, Richard Hattat atribui às fíbulas anulares uma ampla cronologia que vai desde a Idade do Ferro à Alta Idade Média, mas especifica para as que apresentam os terminais voltados para o exterior (em ómega) uma datação bem mais estreita, entre os séculos I a.C. e I. d.C. (Hattat 1982: 127-8; 1985: 185).

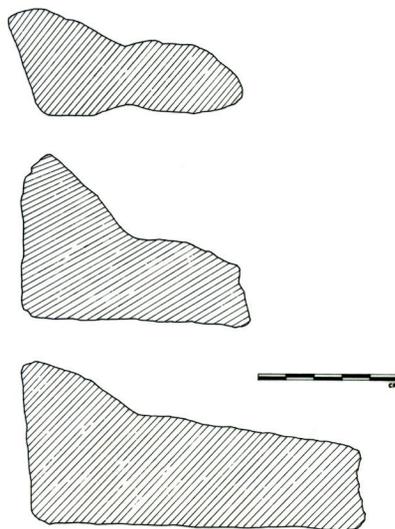


Fig.6- Secção de alguns dos rebordos de *tegula* romana de Castelo Velho.

A fivela de bronze é constituída por um aro de configuração em D com as terminações ou volutas voltadas para dentro (Figs. 4.2 e 7.2). Contra estas apoia-se a charneira, feita por duas plaquetas retangulares com dois tracinhos cavados, ornamentais, de onde saem dois aros verticais que sustentariam o eixo que prendia quer o fusilhão, quer a placa, que não foram encontrados (Arezes 2010: 108-9 e Anexos: Fv-08, Est. XXXVIII; 2011: 113-4, 217-8). A peça, que mede 26 x 25 mm de diâmetro, pode ter servido para prender um cinto, originalmente um elemento típico da indumentária militar, o *balteus*, *cingulum militiae* ou *cingulum militare* (Bishop; Coulston 2006: 106), ou também como elemento de fixação da armadura (*lorica segmentata*) ou de suspensão da espada do cinturão, como oportunamente discute J. Aurrecochea (2002: 424) tomando em consideração as dimensões das peças desta morfologia.

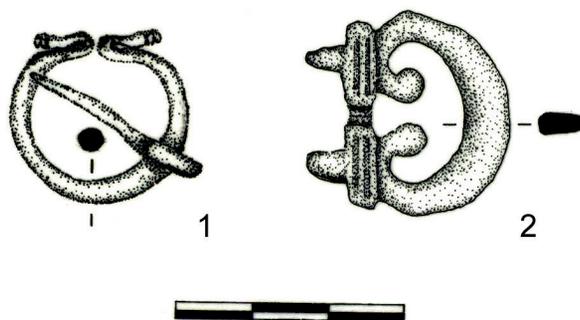


Fig.7- Metais de época histórica de Castelo Velho. Fíbula (1) e fivela (2) em liga de cobre.

A cronologia deste elemento de vestuário é algo problemática. Em trabalho recente, Andreia Arezes (2010; 2011) enquadrou esta mesma fivela numa ambiência estética «germânica», integrando-a no «tipo Simancas» e datando-a de entre finais do século IV a meados do V, com base num paralelo de Burgos (Palol Salellas 1969; Pérez Rodríguez-Aragón 1992). Todavia, há exemplos peninsulares que claramente contradizem esta classificação. Uma destas fivelas peltiformes ou em D procedente de Villasequilla de Yepes (Toledo) parece praticamente igual à de Castelo Velho, tendo sido datada de época pré-flávia por J. Aurrecochea Fernández (1995-1996: 54; 2002: 424-5), com base em paralelos britânicos e marroquinos, cronologia mais ou menos

concorde com a que para a mesma peça propõe C. Fernández Ibañez, agora alargada às primeiras duas centúrias da nossa era (Fernández Ibañez 2007: 419-20). Uma outra fivela bastante idêntica apareceu em Herrera de Pisuerga, na bacia do Douro, apresentada por C. Pérez González (1996: 102) no contexto do espólio metálico relacionado com os assentamentos militares romanos documentados naquela cidade nos séculos I e II da nossa era<sup>1</sup>.

Do mesmo modo, M. Bishop e J. Coulston, em obra clássica da *militaria romana*, ilustram fivelas praticamente iguais à de Castelo Velho utilizadas nos começos do principado de Augusto (Bishop; Coulston 2006: 108), constituindo o exemplo mais notável uma peça proveniente de Hod Hill, no Sul de Inglaterra, um forte que teve uma curta ocupação romana em meados do séc. I (Idem: 108, fig. 62, nº 15). Peças similares encontram-se noutros pontos do continente europeu<sup>2</sup>, desde a Alemanha à Eslovénia, onde se regista um bem conservado exemplar, ainda com a placa articulada, recolhido em Rakova Jelša e datado igualmente do período augustano até ao início dos flávios (Istenič 2009: 304-5). Estas fivelas surgem por vezes com um banho de prata sobre o bronze (como no caso da fivela eslovena), apontando alguns autores uma ascendência germânica para este tipo, como fazem Bishop e Coulston, se bem que considerando em particular as placas dos cinturões (2006: 260), o que de algum modo pode estabelecer uma ponte com a cronologia tardia proposta por alguns dos autores peninsulares.

Desta forma, parece-nos bastante provável poder atribuir-se uma cronologia alto-imperial para a fivela de Castelo Velho, atentos os paralelos invocados e até as substanciais diferenças formais com os modelos tardo-romanos, mesmo os de origem germânica (Böhme 1974; Quast 1999; Bishop; Coulston 2006), podendo ensaiar-se uma observação comparativa entre os exemplos inventariados por M. Feugère (2002) no Sul de França<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Também neste local apareceu um fragmento de fivela do mesmo tipo feita sobre osso, igualmente considerada como de cronologia alto-imperial (Fernández Ibañez 2005).

<sup>2</sup> Cfr., por exemplo, <http://www.romancoins.info/MilitaryEquipment-cingulum.html> [consulta em Julho 2011].

<sup>3</sup> Naturalmente, podem sempre registar-se perdurações tardias, como se observa numa fivela peltiforme proveniente de Burgos associada a uma placa do grupo designado como tipo «Santomé» por J. Aurrecochea (1999: 175, Fig. 3, nº 7), mas parecem-nos, face à evidência recolhida, casos relativamente excepcionais.

## Contexto arqueológico local e regional

O contexto espacial e estratigráfico em que ocorreram estas peças, que não é totalmente claro, foi analisado em detalhe por Alexandra Vieira (2015: 547-67 e em texto neste mesmo volume), pelo que necessariamente cruzaremos as nossas observações com as daquela autora.

O conjunto de *tegulae* e os dois fragmentos de cerâmica recolhidos nas campanhas de 1994 e 1997 procedem de uma área relativamente confinada situada no quadrante Sudeste do sítio, correspondente na referência convencional aos Quadrados C'13, C'14, E'13, E'14 e E'15 (Fig. 9; Jorge 1995; 1998c; Cfr. Vieira, neste volume)<sup>4</sup>, ou seja, uma área de cerca de 4 x 6 metros, sendo que dez dos fragmentos foram exumados nos quadrados D'13 e D'14, e apenas três peças na fiada imediatamente a Nascente, o que sugere alguma concentração destes vestígios.

Por sua vez, os dois cravos apareceram alguns metros a Este daquelas cerâmicas (G'14 e I'12), alargando a área de dispersão dos vestígios de época histórica, se assim pode dizer-se, para cerca de 12 x 8 metros. Já a fivela foi identificada cerca de 12 metros a Norte desta área, no quadrado C'6, e a fíbula em ómega a pouco mais de 20 metros a Noroeste, em G3 (Fig. 9; Vieira, *ibid.*). Importa notar que todos os metais têm registo de localização tridimensional, enquanto as cerâmicas estão identificadas apenas pela quadrícula e camada.

No plano estratigráfico, três das telhas foram recolhidas na camada «1/2», querendo traduzir certamente a área de transição entre os dois níveis, estando as restantes atribuídas à camada 2 (ocupação da Idade do Bronze), mas certamente correspondendo ao topo desta camada.

Alexandra Vieira procedeu a um minucioso esforço de recuperação da informação arqueográfica relacionável com as estruturas ou depósitos de eventual cronologia histórica, elementos dispersos em desenhos, fotografias e cadernos de campo, já que os relatórios e os textos publicados fornecem dados relativamente escassos sobre estes contextos. Esta autora identificou assim três áreas com maior evidência de estruturas posteriores às pré-históricas, em parte correlacionáveis com os objectos aqui tratados e outros de que há notícia (Vieira, neste volume).

---

<sup>4</sup> Para não duplicar ilustrações, remetemos as referências à localização do espólio de época histórica, bem como à implantação das amostras datadas por C<sub>14</sub> para a planta geral do texto de A. Vieira neste volume.



Fig. 8 - Estruturas negativas identificadas na campanha de 1994 e relacionadas com eventuais níveis de ocupação de época histórica.

Na área A, compreendida entre os quadrados I'10, O'10, I'16 e O'16 (Fig. 9; Vieira, *Idem*), foi identificada uma construção de planta retangular, com cerca de 8,6 por 5,5 metros e muros com espessura na ordem dos 0,60/0,70 metros, como pode ver-se na planta apresentada por A. Vieira (*Ibidem*). Os restos deste edifício, designados na ocasião por *muro*, foram aparentemente relacionados com a memória popular de um antigo curral que teria existido no local, não se encontrando descrita a relação estratigráfica da estrutura com os depósitos subjacentes, se bem que se note que se encontraria de certo modo adossada à face externa do Murete Delimitador do Recinto (MDR) pré-histórico, em zona na qual a camada 1, superficial, se sobrepunha directamente à camada 3 (calcolítica), o que talvez permita supor que neste ponto a camada 2 (Idade do Bronze) poderá eventualmente ter sido retirada ou perturbada por esta ocupação histórica (Vieira, *Idem*). Desta área será proveniente uma «conta de vidro azul», que não pudemos observar (*Ibid.*) e ainda um dos cravos em ferro, aparecido no quadrado I'12 mas já no interior do MDR. Foi também ali recolhida

(quadrado M'12) a amostra cuja análise radiométrica indicou uma datação da época romana, que comentaremos mais adiante.

Identificada como «área B» por A. Vieira, define-se uma outra zona, poucos metros a poente da anterior, compreendida globalmente entre os quadrados B'13 a E'13, B'14 a E'14 e D'15 e E'15, onde foram encontrados «ao nível da camada 2, buracos de vários tamanhos» (Figuras 8 e 9), que conteriam, segundo Susana Soares Lopes, sementes carbonizadas (Vieira, neste vol.). Desta zona procede a totalidade do material cerâmico de cobertura que analisámos (11 fragmentos) e os dois fragmentos de louça doméstica. Em área imediatamente contígua (F'-G'-H' /14-15 e G'16) o caderno de campo de 1998 regista «vestígios de ocupação histórica, com muitas pedras miúdas e terra castanha escura», correspondendo a um depósito assente directamente sobre a camada 3 (Idem) e ainda a «vestígios de estruturas muito perecíveis inseridos na camada 2, nos quadrados G'-H'14-15» (Idem), sendo de notar que foi recolhido neste ponto (G'14) o segundo dos cravos em ferro.

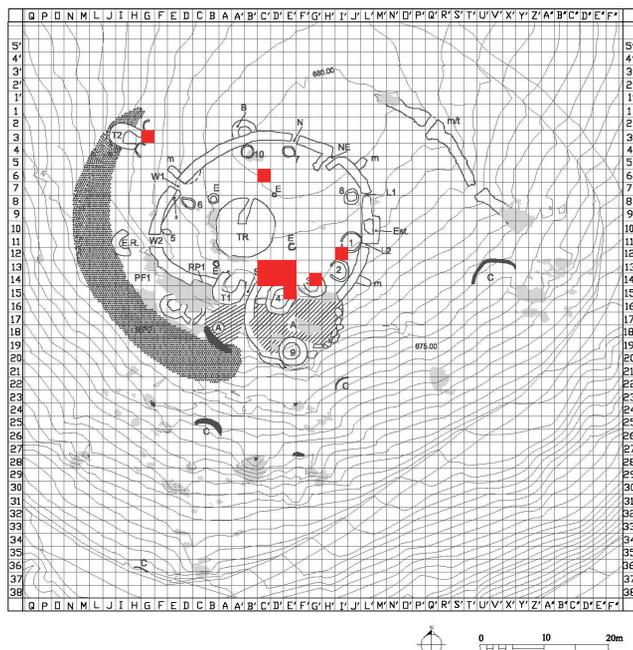


Fig.9-Planta final das estruturas arqueológicas registadas em Castelo Velho (2002). Marcadas a vermelho as quadrículas de onde são provenientes os materiais tratados no texto.

Por fim, a mesma investigadora distingue como «área C» uma outra zona a Oeste, situada nas quadrículas F15 a F17 e G16, onde em 2001 e 2002 terão aparecido «uma possível fossa (medieval?)» e «um possível bordo de *dolium*» (Vieira, *idem*), peça que não vimos.

Desta forma, a maior parte dos materiais que aqui tratamos parecem encontrar possível contexto em algumas estruturas posteriores ao ambiente pré-histórico, nomeadamente os «buracos» e as «estruturas muito perecíveis» identificados na área B. Pelo contrário, quer a fíbula (quadrado G3), quer a fivela de cinturão (C'6) procedem de locais onde aparentemente não se registaram outros vestígios evidentes de ocupação de época histórica.

Dadas as dificuldades de aferição do contexto e de datação dos próprios objetos, é algo despicienda a referência ao quadro arqueológico regional, sendo aliás numerosos os trabalhos que abordam os traços do povoamento romano do Baixo Côa e da área do concelho de Foz Côa em particular (e.g. Coixão 1996; 1997; 2008; Coixão; Trabulo 1998; Perestrelo 2003). Aliás, António de Sá Coixão, o melhor conhecedor da arqueologia de Foz Côa, testemunhou, a propósito da ocorrência de tegulae em Castelo Velho, que «logo ali ao lado há um sítio romano, nas Ameixoeiras, com uma lagareta [e] fornos que foram destruídos. Logo por baixo está a Figueira Preta, um sítio com ocupação romana e um lagar medieval» (cit. por Vieira, neste vol.).

## Discussão. Cronologias

Entre as três dezenas de datações por C14 feitas a partir de amostras de Castelo Velho, quatro delas referem-se a contextos históricos (Jorge; Rubinos 2002a; 2002b), a saber:

- Amostra 8 (ICEN 881), Qd. G'6<sup>5</sup> - 900±45 BP = 1024-1221 cal AD
- Amostra 17 (CSIC 1334), Qd. D'13 - 676±25 BP = 1280-1389 cal AD
- Amostra 22 (GrN 23508), Qd. B13 - 750±50 BP = 1184-1387 cal AD
- Amostra 28 (CSIC 1656), Qd. M'12 - 1899±38 BP = 24-227 cal AD

---

<sup>5</sup> Segundo a correcção de A. Vieira (neste volume), sendo errónea a localização na quadrícula G'16 referida em Jorge; Rubinos 2002a:92.

Desconhecemos a natureza das amostras datadas e o seu contexto arqueológico preciso, bem como o espólio arqueológico da sua envolvente imediata. Susana Soares Lopes e António Rubinos (2002a) indicam apenas a profundidade a que foram colhidas e especificam que as amostras 8 e 22 provêm de áreas de combustão, a nº 28 de uma «acumulação de carvão» e a nº 17 de uma «depressão que continha considerável quantidade de carvão», considerando ainda que correspondem a contextos de reocupação da elevação após o seu abandono e condenação na Idade do Bronze e remetendo uma análise mais fina para os estudos a desenvolver sobre a ocupação do Castelo Velho em épocas históricas (Jorge; Rubinos 2002a: 92-3).

Em comentário mais detalhado, estes mesmos autores registam que, do ponto de vista estratigráfico, não se observaram nos locais de recolha das amostras, com a possível exceção da nº 17, evidências de qualquer alteração na camada 2 que pudesse indicar movimentos ou alterações superficiais, afirmando mesmo que – não fora a presença de restos vestigiais de estruturas e espólio medieval em alguns setores – as três datas respeitantes à Idade Média poderiam mesmo ser consideradas anómalas no contexto do sítio (Jorge; Rubinos 2002a: 93). Já a datação relativa à época romana, segundo os mesmos autores, aparece isolada e não permitirá, por si só, reivindicar uma ocupação do Castelo Velho nesse período (Idem, p. 93), se bem que reconheçam que esta mesma data «may correlate with metal» (Ibidem, nota 3), provavelmente referindo-se ao cravo em ferro aparecido em I'12, a cerca de quatro metros do local de recolha da amostra.

Recorrendo ao método da soma das probabilidades, S. Soares Lopes e A. Rubinos afinam um pouco as fases de ocupação histórica do Castelo Velho evidenciadas pelas datações radiocarbónicas, o que lhes permitiu repositonar entre os anos de 54 e 135 cal A.D. o «momento romano», se bem que com um grau de probabilidade baixo, e nos intervalos 1037-1144, 1150-1321 e 1350-1390 cal AD as amostras medievais, concluindo, a este propósito, que «it is possible to assert with confidence that there was some occupation, at a particular moment during the 13<sup>th</sup>-14<sup>th</sup> centuries», devido à coincidência das datas atinentes à Idade Média (Idem, p. 96).

A leitura destes dados por parte de Alexandra Vieira, à luz da recuperação dos dados arqueográficos dos contextos de época histórica, não permitiu – face à escassez e dispersão do espólio histórico e à dificuldade de interpretação das estruturas que talvez se lhe pudessem associar – uma total

conexão espacial e estratigráfica entre os diferentes registos, reconhecendo, todavia, que «parece haver uma coincidência entre níveis históricos, materiais e datações de C14» (Vieira, neste vol.).

Com efeito, o eventual relacionamento entre as datações radiométricas históricas e a evidência arqueológica representada pelo espólio e estruturas posteriores ao abandono do complexo, não é possível no plano estratigráfico como também é bastante frágil no quadro espacial, já que apenas duas das amostras datadas estavam relativamente próximas de outros vestígios relevantes: a amostra 28 (séc. I-II), proveniente do Quadrado M'12, zona da construção quadrangular exterior ao MDR, a uns quatro metros do local de achado de um cravo em ferro e a outro tanto de uma aparente conta azul em pasta vítrea mencionada por A. Vieira; e a amostra 17, na quadrícula D'13, integrada na área onde ocorreram todas as cerâmicas aqui estudadas, e que forneceu uma data entre os anos de 1280 e 1389 cal AD.

Deste modo, os materiais arqueológicos agora estudados não acrescentam muito à definição dos diferentes momentos de ocupação do Castelo Velho em tempos históricos, uma vez que, à exceção da fivela, admitem cronologias muito amplas ou são praticamente impossíveis de classificar, como sucede com os dois pequenos fragmentos cerâmicos.

Numa primeira observação deste espólio admitimos que pudesse globalmente atribuir-se ao período tardo-romano ou da Antiguidade Tardia. Desconhecíamos então quer as datações por C14 entretanto publicadas, quer mesmo a presença de outros materiais posteriores à ocupação do Castelo Velho nos 3<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> milénios a.C. Considerados estes dados e analisados mais em detalhe os objetos que nos foram confiados, nomeadamente a fivela, podemos tentar ensaiar uma correlação genérica – mesmo por vezes sem coincidência espacial ou articulação com qualquer estrutura ou depósito «dissonante» – entre as datas radiométricas e os achados.

Propomos assim, três hipóteses de «re-ocupação» do sítio do Castelo Velho, porventura parcial e de pouca duração, como a escassez dos restos associados parece sugerir. Trata-se, naturalmente, de um exercício bastante especulativo mas que pretende lançar pistas de articulação entre os objetos que analisámos e as datações absolutas disponíveis para os horizontes históricos.

### **a) Época romana – séculos I-II**

A proposta de enquadramento cronológico que fizemos para a fivela pode dar algum «conteúdo artefactual» aos resultados da datação radiométrica da amostra 28, colhida na área A e na zona onde foi identificada uma construção ortogonal (Vieira, neste vol.). No mesmo local terá aparecido uma «conta azul», que não pudemos observar. A tratar-se, como parece provável, de uma conta discoide em pasta vítrea, corresponde a um tipo de objeto muito comum, tanto em contextos da Idade do Ferro, como romanos e tardo-antigos. A admitir-se que possa datar dos primeiros séculos da nossa era, poderia hipoteticamente articular-se cronologicamente a referida conta com a fivela.

A poucos metros desta «Área A» apareceram os dois pequenos cravos em ferro, que consideramos de ambiência muito provavelmente romana e podendo perfeitamente, neste caso, atribuir-se ao Alto Império. O mesmo sucede, por fim, com a fíbula em ómega, um tipo de circulação temporal muito estendida, como notámos, mas que conta com numerosíssimos paralelos tanto em castros romanizados como em outros sítios de época alto-imperial (Silva 1986: 192, est. CVII; Silva; Ribeiro 1999: 374; Silva 2004: 243; Ponte 2006: 487), parecendo de algum modo confirmar a proposta cronológica de R. Hattat (1982: 127-128) para o que designa como «tipo B» desta variedade de fíbulas anulares nas ilhas britânicas. Nada obsta, ainda, a que o material cerâmico de construção corresponda igualmente a este ambiente cronológico.

### **b) Época tardo-antiga – aproximadamente séculos IV-VI**

Neste período, não sustentado por qualquer datação radiométrica entre as efetuadas em Castelo Velho, situaríamos eventualmente, com naturais reservas, os dois fragmentos de cerâmica doméstica. Pelas razões já expostas, o material cerâmico de construção poderia também considerar-se nesta fase, bem como os cravos ou a fíbula em ómega.

### c) Época medieval - entre os séculos XI e XIV

Resta por fim a ocupação durante a Idade Média, claramente indicada por três das quatro datações para o período histórico, com um grau de probabilidade acrescido para os séculos XIII-XIV (Jorge; Rubinos 2002a:95-6), mas em nada sustentada pelo espólio recolhido, em nossa opinião como na de A. Vieira (neste vol.). Na verdade, mesmo admitindo o fabrico medieval das louças a que correspondem os dois pequenos fragmentos exumados, não nos parece razoável admitir uma cronologia tão tardia, considerando as características da pasta e do fabrico. Do mesmo modo, entendemos também muito improvável que possa atribuir-se à Baixa Idade Média a utilização das tégulas de Castelo Velho, mesmo reconhecendo que o uso deste tipo de telha plana ultrapassa largamente o âmbito temporal do Império.

Assim, e em conclusão, entendemos que da leitura articulada das datas de radiocarbono com a análise do espólio tratado neste texto, parece seguro que o Castelo Velho teve alguma forma de reocupação nos primeiros séculos da nossa era. É possível que o sítio continuasse a ser frequentado, eventualmente com a instalação de quaisquer estruturas feitas em materiais mais ou menos perecíveis, nos séculos subsequentes, nomeadamente durante a Idade Média.

Aspeto que os dados arqueológicos não esclarecem é o da natureza ou funcionalidade dessas «ocupações», que parecem ter deixado vestígios relativamente parcos. O fecho de cinturão romano remete para contextos de utilização (por vezes funerários) normalmente associados à presença de corpos militares, se bem que o seu eventual uso por parte de civis esteja ainda por aprofundar (Fernández Ibañez 2007), não sendo de descartar que tais peças, próprias da indumentária do exército, pudessem ocasionalmente adornar outras personalidades, nomeadamente no Baixo Império, como observam Quast (1999) e Aurrecoechea (1999).

Todavia, a admitir-se a proveniência militar da fivela, e imaginando mesmo que também a fíbula em ómega possa ser originária de elementos militares, bem como os dois pequenos cravos - quem sabe se restos de *caligae* de soldados - onde chegaríamos? A que algum destacamento de tropas auxiliares tenha estado durante alguns dias acampado no Castelo Velho em eventual missão de vigia? A recriação de sentidos, mesmo simples hipóteses explicativas, a partir de dados tão esparsos, no plano material dos espólios

como no estratigráfico, levar-nos-ia rapidamente a exercícios ficcionais cuja plausibilidade assenta apenas na retórica da argumentação ou na benevolência do leitor.

Seria útil sem dúvida, para melhor entender as ocupações históricas de Castelo Velho, reunir todos os objetos desta cronologia, aliás referidos por A. Vieira (neste vol.) e averiguar se outros não existirão entre o espólio que não foi ainda alvo de estudo mais aprofundado, como é o caso do da zona exterior ao recinto pré-histórico a Nascente (*Idem*). Por outro lado, este pequeno ensaio interpretativo, bem como o esforço de pesquisa de A. Vieira, mais fundamentado nos documentos da escavação que o nosso, evidenciam também as limitações do registo estratigráfico convencional para reconhecer, descrever e interpretar certas discontinuidades na sequência deposicional, decorrentes de ações humanas breves e de pouca afetação espacial – uma pequena mancha de terras dissonante, restos da limpeza de uma lareira, cavidades ou concentrações de quaisquer materiais – que precisamente por escaparem ao expectável, ao paradigma mental dos «grandes ciclos» de ocupação, se tornam mais difíceis de apreender. A grande vantagem da escavação e registo em ambiente de matriz Harris é a nosso ver, mesmo em contextos estratigráficos aparentemente «pouco complexos» (se é que existem), a de colocar o escavador perante um cenário de neutralidade e igualdade perante todas as evidências de ações testemunhadas no processo deposicional, mesmo de pouca espessura e superfície e sem representação nos cortes estratigráficos.

Assim, teremos talvez de contentarmo-nos, por ora, em acrescentar ao registo arqueológico do Castelo Velho, a confirmação de outros momentos de «ocupação» em diferentes épocas históricas, designadamente durante o período do domínio romano na região. O aparente desfasamento entre os vestígios artefactuais dessa antiga frequência do monte e algumas datas radiométricas, não deverá surpreender, tanto mais que são globalmente desconhecidas as ações humanas que produziram as amostras eleitas para datação.

A biografia de um sítio arqueológico, para retomar o conceito de Alexandra Vieira, tem – como a biografia de qualquer indivíduo – fases de maior iluminação ou opacidade, em função do impacte das ações que locais ou pessoas tiveram, enquanto palcos ou agentes, e do conseqüente resíduo material dessas mesmas ações. No final, pese embora a extraordinária desproporção

entre os vestígios das comunidades que entre o 3º e o 2º milénios a.C. fizeram daquela cumeada local excepcional, de eleição e investimento simbólico (Jorge 1998a; 1998b; 2002a; 2004) e os restos esparsos de outros grupos ou indivíduos que, após o abandono e selagem do monumento pré-histórico, marcaram a sua presença no monte, utilizando-o como posto de vigia estratégico, local de recolha de pedra para construção ou simples ponto estacional de pastoreio, o que sabemos ou julgamos entender não é mais que uma apaixonante reflexão sobre o passado, convocando naturalmente as observações, estudos e reflexões de muitos outros, mas essencialmente indagação (e, humanamente, também divagação) sobre um passado que pela sua própria temporalidade não podemos já construir ou sequer reconstruir, apenas recriar, à luz da nossa perspicácia e limitações.

### **Créditos e agradecimentos**

Agradecemos a Ulrike Busch, Andreia Arezes, Gonçalves Guimarães e Lurdes Oliveira a sugestão e cedência de bibliografia e outros elementos, e a Alexandra Vieira, para além de imagens, a partilha prévio do texto com que colaborou neste volume. Agradecemos em particular a Susana Soares Lopes o convite para o estudo destes materiais e os oportunos comentários e sugestões que fez ao texto final. Os desenhos de espólio foram feitos por M. J. Santos (cravos); a planta geral é do arquivo da intervenção. As fotografias são do autor, salvo a da campanha de 1994, que pertence ao arquivo das escavações, e a Fig. 1, que foi reproduzida da página [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Castelo\\_Velho\\_de\\_Freixo\\_de\\_Numão](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Castelo_Velho_de_Freixo_de_Numão) (sob licença [Creative Commons Attribution - Share Alike 3.0 Unported](#)).

## BIBLIOGRAFIA

Arezes, A. C. M. 2010. *Elementos de adorno altimedievicos em Portugal (Séculos V a VIII)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Porto. Texto datilografado

Arezes, A. C. M. 2011. *Elementos de adorno altimedievicos em Portugal (Séculos V a VIII)*. Noia: Toxosoutos

Aurrecoechea Fernández, J. 1995-1996. Las guarniciones de cinturón y atalaje de tipología militar en la Hispania Romana, a tenor de los bronceos hallados en la Meseta Sur. *Estudios de Prehistoria y Arqueología Madrileñas*, 10. Madrid, p. 49-99

Aurrecoechea Fernández, J. 1999. Origen, difusión y tipología de los broches de cinturón en la Hispania tardorromana. *Archivo Español de Arqueología*, 72. Madrid, p. 167-197

Aurrecoechea Fernández, J. 2002. Aproximación al conocimiento de los cinturones militares de época altoimperial en Hispania, a través de sus accesorios metálicos. In Morillo Cerdán, A., coord., *Arqueología Militar Romana en Hispania (Gladius. Anejos 5)*, Madrid, p. 419-435

Bishop, M. C.; Coulston, J. C. N. 2006. *Roman Military Equipment from the Punic Wars to the Fall of Rome*. 2<sup>nd</sup> ed. Oxford: Oxbow Books

Böhme, H. W. 1974. *Germanische Grabfunde des 4. bis 5. jahrhunderts zwischen unterer Elbe und Loire*. München: C.H.Beck'sche Verlagsbuchhandlung

Cardoso, A. 1972. Subsídios para o estudo das telhas romanas. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Série História*. 2. Porto, p. 201-8

Coixão, A. N. S. 1996. *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal

Coixão, A. N. S. 1997. *Um projecto, a investigação, a musealização e um circuito. Complexo Arqueológico de Freixo de Numão [1980-1996]*. Freixo de Numão: A.C.D.R., s.d. [1997]

Coixão, A. N. S. 2008. Proto-história e romanização do Baixo Côa: novos contributos para a sua caracterização. In *Actas das sessões do 3º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira-Interior*. Vol. 3. Porto: A.C.D.R., p. 29-55

Coixão, A. N. S.; Trábulo, A. 1998. Romanização na área do actual concelho de Foz Côa. *Coavisão. Cultura e Ciência*. 0. Vila Nova de Foz Côa, p. 49-56

Fernández Ibañez, C. 2005. Hebillas de *balteus militae* en hueso de época altoimperial procedente de Herrera de Pisuerga (Palencia). *Sautuola*, 11. Santander, p. 213-219

Fernández Ibañez, C. 2007. La metalistería militar de Hispania en época altoimperial. *Sautuola*. 13. Santander, p. 403-26

Feugère, M. 2002. Militaria de Gaule Méridionale, 19. Le mobilier militaire romain dans le Département de l’Hérault (F). *Gladius*, 22. Madrid, p. 73-126

Fowler, E. 1960. The origins and development of the penannular brooch in Europe. *Proceedings of the Prehistoric Society*. New Series. 26. Cambridge, p. 149-77

Guimarães, G. 1993. Alguns materiais arqueológicos de estações da margem sul do rio Douro: as tegulae. Lvcerna. Segunda Série. 3 [Actas 6º Colóquio Portuense de Arqueologia, 1987]. Porto, p. 217-35

Hattat, R. 1982. *Ancient and Roman British Broochs*. New York: Dorset Publishing Company

Hattat, R. 1985. *Iron Age and Roman brooches*. A second selection of brooches from the author’s collection. Oxford: Oxbow books

Istenič, J. 2009. Roman period. In Turk, P. et al. (eds.), *The Ljubljanica – a river and its past*. Ljubljana: Narodni musej Slovenije

Jorge, S. O. 1993. O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 33 (1-2) [Primeiro Congresso de Arqueologia Peninsular: Actas. 1]. Porto, p. 179-216

Jorge, S. O. 1994. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*. 2ª Série 9. Porto, p. 447-546

Jorge, S. O. 1995. *Projecto PCSH/S/315/HIS. Povoado pré-histórico do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa)*. 6ª Campanha – Agosto-Outubro de 1994. *Relatório de progresso...* Porto. Texto dactilografado

Jorge, S. O. 1998a. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação. *Estudos Pré-Históricos*. 6. Viseu, p. 279-293

Jorge, S. O. 1998b. Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks. *Journal of Iberian Archaeology*. 0. Porto, p. 105-13

Jorge, S. O. 1998c *Estação pré-histórica de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa)*. 7ª Campanha – Junho/Julho de 1997. *Relatório...* Porto. Texto dactilografado

Jorge, S. O. 1999. *Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva

Jorge, S. O. 2002a. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. *Património. Estudos*. 3. Lisboa, p. 145-64

Jorge, S. O. 2002b. A musealização e valorização de sítios arqueológicos: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão. In Actas do Simpósio «*Conservação e Intervenção*

em *Sítios Arqueológicos e Monumentos Históricos*». Porto/Paredes de Coura: UPIDH/CMPC, p. 125-33

Jorge, S. O. 2004. O sítio como mediador de sentido. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. In VV.AA. – Estudos em homenagem a *Luís António de Oliveira Ramos*. 2. Porto: Faculdade de Letras, p. 583-611

Jorge, S. O.; Rubinos, A. 2002a. Absolute chronology of Castelo Velho de Freixo de Numão (Northern Portugal): data and problems. *Journal of Iberian Archaeology*. 4. Porto, p. 83-105

Jorge, S. O.; Rubinos, A. 2002b. Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os dados e os problemas. *Côavisão, Cultura e Ciência*. 4. Vila Nova de Foz Côa, p. 95-111

Mariné Isidro, M. 2007. Las fíbulas en la España romana: alfileres para la historia. *Sautuola*, 13. Santander, p. 131-144

Medina, Esther. 2016. Una necrópolis al costat de la via romana de la plaça del Pedró (Barcelona). *Quarhis*, 12. Barcelona, p. 181-193

*Munsell Soil Color Charts* 1994. Revised Edition. New York: Macbeth Division of Kollmorgen Instruments Corporation

Palol Salellas, P. 1969. La necropolis de San Miguel del Arroyo y los Broches Hispanorromanos del siglo IV. *B.S.A.A.* 34-35, p. 93-160

Perestrelo, M. S. 2003. *A Romanização na bacia do rio Côa*. S.l.: P.A.V.C., s.d. [2003]

Pérez González, C. 1996. Asentamientos militares en Herrera de Pisuerga. In Fernández Ochoa, C., coord. – *Los finisterres atlánticos en la Antigüedad. Época prerromana y romana (Coloquio internacional)*. Madrid: Electa, p. 91-102

Pérez Losada, F. 1992. Contribución ó estudio da cerâmica de construción na Galicia Romana (I). In *Galicia: da romanidade á xermanización. Problemas históricos e culturais. Actas do encontro científico en homenaxe a Fermín Bouza Brey*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, p. 241-61

Pérez Rodríguez-Aragón, F. 1992. Los cingulae militae tardorromanos de la Península Ibérica. *B.S.A.A.* 58, p. 239-61

Ponte, Salette da, 2006. *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópico

Ponte, Salette da, 2007. Las fíbulas romanas de Portugal. *Sautuola*, 13. Santander, p. 145-166

Quast, D. 1999. Garnitures de ceintures méditerranéennes à plaques cloisonnées des V<sup>e</sup> et début VI<sup>e</sup> siècles. *Antiquités nationales*. 31 (1999), Saint-Germain-en-Laye, p. 233-50

Silva, A. C. F. 1986. *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal/M.A.C.S. [2ª ed. rev., 2007]

Silva, A. M. S. P., coord. 2004. *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal

Silva, A. M. S. P.; Ribeiro, M. C. S. 1999. A intervenção arqueológica em S. João de Valinhas (Arouca, Aveiro). Do povoado castrejo ao castelo da Terra de Arouca. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida - In memoriam*. 2. Porto: Fac. Letras Univ. do Porto, p. 363-374

Vieira, A. F. 2015. Contributo para o estudo dos vestígios arqueológicos - do VI ao I Milénio a.C. Paisagens e memórias na bacia hidrográfica do Douro. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Porto

Vieira, A. F. [neste volume] - Breves apontamentos para uma biografia de Castelo Velho de Freixo de Numão.

## CATÁLOGO

*Objeto*

*Referência de contexto (campanha, quadrado, camada) e nº de inventário*

*Medidas (cm): eixo maior x eixo menor x espessura*

*Descrição*

*Cronologia; Figuras*

## CERÂMICA DE CONSTRUÇÃO

### **Fragmento de tegula (parte interior)**

CSTVL94. E'13. C 2. Inv. 555

7 x 5,7 x 2,4 espessura

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/4) de cor homogénea no cerne e em ambas as faces, muito compacta, com abundantes elementos não plásticos (enp), sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre.

Cronologia: Época Romana.

**Fragmento de *tegula* (ângulo)**

CSTVL94. D'13. C 2. Inv. 3306

7,7 x 7 x 2,4 espess. (3,3 com a altura do rebordo)

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/6) de cor homogénea no cerne e em ambas as faces, muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno e médio calibre, vendo-se também fragmentos de feldspato.

Cronologia: Época Romana. Figs. 3.2 e 6.1

**Fragmento de *tegula* (ângulo)**

CSTVL94. D'13. C 2. Inv. 3307

8,2 x 4 x 3 espess. (5,2 com a altura do rebordo)

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/4) de cor homogénea no cerne e em ambas as faces, muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre, vendo-se também fragmentos de feldspato.

Cronologia: Época Romana. Figs. 3.1 e 6.3

**Fragmento de *tegula* (rebordo de topo)**

CSTVL94. D'13. C 2. Inv. 3308

7,3 x 4 x 2,5 espess. (5,2 com a altura do rebordo)

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/4) de cor homogénea no cerne e em ambas as faces, muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre, vendo-se também um grande fragmento de feldspato.

Cronologia: Época Romana.

**Fragmento de *tegula* (parte interior)**

CSTVL94. D'13. C 2. Inv. 3309

8,3 x 5,6 x 2,6 espess.

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/3) de cor homogénea no cerne e em ambas as faces, muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre, vendo-se também fragmentos de feldspato.

Cronologia: Época Romana.

**Fragmento de *tegula* (parte interior)**

CSTVL94. D'13. C 2. Inv. 3310

7,1 x 5,3 x 2,5 espess.

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/3) de cor homogénea no cerne e

em ambas as faces, muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre, vendo-se também fragmentos de feldspato, alguns de grande calibre.

Cronologia: Época Romana.

#### **Fragmento de *tegula* (parte interior)**

CSTVL97. D'14. C 1/2. Inv. s/n

9,3 x 5,6 x 2,5 espess.

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/3) de cor homogénea no cerne e em ambas as faces, muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre, vendo-se também fragmentos de feldspato.

Cronologia: Época Romana.

#### **Fragmento de *tegula* (parte interior)**

CSTVL97. D'14. C 1/2. Inv. s/n

14 x 9,5 x 2,7/2,9 espess.

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/3) de cor homogénea no cerne e em ambas as faces, muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre, vendo-se também fragmentos de feldspato. Apresenta espessura irregular, fruto de empenamento na cozedura.

Cronologia: Época Romana.

#### **Fragmento de *tegula* (parte interior)**

CSTVL97. D'14. C 1/2. Inv. s/n

11,2 x 8,3 x 2,5 espess.

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/4) de cor homogénea no cerne e em ambas as faces, muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre, vendo-se também fragmentos de feldspato.

Cronologia: Época Romana.

#### **Fragmento de *tegula* (com rebordo lateral)**

CSTVL97. E'14. C 1/2. Inv. s/n

9,8 x 7,8 x 3 espess. (5,2 com a altura do rebordo)

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/3) de cor homogénea no cerne e em ambas as faces, muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre, vendo-se também fragmentos de feldspato.

Colado com o fragmento seguinte.  
Cronologia: Época Romana. Fig. 3.4

#### **Fragmento de *tegula* (ângulo)**

CSTVL97. E'15. C 1. Inv. s/n

7 x 5,5 x 3 espess. (5,2 com a altura do rebordo)

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/6) de cor homogénea no cerne e em ambas as faces, muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre, vendo-se também fragmentos de feldspato. Colado com o fragmento anterior.

Cronologia: Época Romana. Figs. 3.3 e 6.2

### **CERÂMICA DOMÉSTICA**

#### **Fragmento de bordo de recipiente**

CSTVL94. D'13. C 2. Inv. 3311

7 x 5,7 x 2,4 espessura

Fragmento de bordo de orientação subvertical e lábio arredondado. Parece procedente de um pequeno pote ovóide de colo estrangulado, com c. de 15 cm de diâmetro de boca.

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/6) de cor homogénea no cerne e em ambas as faces, muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre. Boa cozedura; vestígios de roda e alisamento na superfície exterior.

Cronologia: Época tardo-antiga. Figs. 2.2 e 5.2

#### **Fragmento de pança de recipiente, com carena**

CSTVL97. D'14. C 1. Inv. s/n

7 x 5,7 x 2,4 espessura

Fragmento de bojo de recipiente, de carena média (?); forma indeterminada.

Pasta castanho-alaranjada (aprox. Munsell 5YR 5/6) de cor homogénea no cerne mas mais escura nas faces. Pasta muito compacta, com abundantes enp, sobretudo quartzo de pequeno, médio e grande calibre. Vestígios de roda e alisamento em ambas as superfícies.

Cronologia: Época tardo-antiga. Figs. 2.1 e 5.1

## OBJETOS EM METAL

### Fíbula. Liga de cobre

CSTVL92. G3. C. 2. Coordenadas: x145; y145; z30. Inv. s/n

Fíbula em ómega, completa. O aro mede cerca de 3,5 de diâmetro médio e o fuzilhão 2,7 de comprimento. Pesa 3,9 gr.

O aro é de secção circular com os extremos voltados para o exterior e terminados por um espessamento com moldura anelar; o fuzilhão liga-se ao corpo principal por um aro perfurado de secção circular. Encontra-se relativamente bem conservada e foi alvo de tratamento laboratorial em 1995 (limpeza mecânica, estabilização com benzotriazole).

Cronologia: Época Romana. Figs. 4.1 e 7.1

### Fivela. Liga de cobre

CSTVL94. C'6. C. 2. Coordenadas: x54; y62; z65 (ab). Inv. s/n

Fivela, provavelmente de cinturão, constituída por um aro de configuração em D com as terminações ou volutas voltadas para dentro. Contra estas apoia-se a charneira, feita por duas plaquetas retangulares com dois tracinhos cavados, ornamentais, de onde saem dois aros verticais que sustentariam o eixo que prendia quer o fuzilhão, quer a placa. Mede 2,7 por 2,2, tem secção em fita e pesa 5,9 gr. Encontra-se relativamente bem conservada.

Cronologia: Época Romana (sécs. I-II). Figs. 4.2 e 7.2

### Cravo. Ferro

CSTVL98. G'14. C 2. Recolha: 24/6/98. Peça acompanhada de um apontamento com esquema de coordenadas. Inv. s/n

Pequeno cravo com haste de 1,7 (aparentemente completa) e cabeça plana arredondada com 1,7 de diâmetro. 1,6 g. Encontra-se mal conservado e não foi objeto de tratamento laboratorial.

Cronologia: Época Romana ou Tardo-antiga. Fig. 4.3

### Cravo. Ferro

CSTVL98. I'12. C 2. Recolha: 3/7/98. Coordenadas: x45; y180; z1,60. Inv. s/n

Pequeno cravo com haste de 1,4 (aparentemente completa) e cabeça plana subquadrangular com 1,4 de lado, ligada à haste junto a um dos lados. 1,6 g. Encontra-se mal conservado e não foi objeto de tratamento laboratorial.

Cronologia: Época Romana ou Tardo-antiga. Fig. 4.



# EM TORNO DAS ARQUITECTURAS DO SÍTIO DE CASTELO VELHO, FREIXO DE NUMÃO.

## *AROUND THE ARCHITECTURES OF THE SITE OF CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO.*

Ana Isabel de Oliveira Costa<sup>1\*</sup>

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

### RESUMO

As “arquitecturas” no plural prende-se com a possibilidade de interpretações várias da reconstituição arquitectónica do sítio de Castelo Velho com base nas evidências arqueológicas observadas e registadas nas campanhas arqueológicas. O levantar das hipóteses sobre o sistema construtivo e espacial do sítio de Castelo Velho, apoia-se assim, sobre o que foi escrito sobre o lugar e sobre lugares similares e o modo como as questões da arquitectura se posicionam face às interpretações e interrogações que daí decorrem. Para a construção das hipóteses é também usada, mesmo tendo em conta as limitações de tal exercício, informação sobre sistemas e exemplos construtivos tradicionais, alguns ainda em uso nos nossos dias.

**PALAVRAS CHAVE:** arqueologia, construção, materiais em terra.

### ABSTRACT

The “architectures” in the plural refers to the possibility of various interpretations of the architectural reconstruction of the Castelo Velho site based on the archaeological evidence observed and recorded in the archaeological campaigns. The assumption of the hypotheses about the constructive and spatial system of the Castelo Velho site is based on what was written about the place and similar places and how the questions of architecture stand in the face of interpretations and questions occur. In order to construct the

---

<sup>1\*</sup> anaocosta.arq@gmail.com. A autora escreve conforme o antigo acordo ortográfico.

hypotheses, it is also used, even taking into account the limitations of such exercise, information on systems and traditional constructive examples, some still in use today

**KEYWORDS:** archaeology, building construction, earth materials

## 1. INTRODUÇÃO

A estação arqueológica de Castelo Velho situa-se na freguesia de Freixo de Numão, concelho de Foz Côa, distrito da Guarda, e implanta-se no topo de um morro – remate de esporão – a 681m (altitude absoluta). A sul e a nordeste correm ribeiras que afluem para o Rio do Vale da Vila, por sua vez tributário do Rio Douro<sup>2</sup>.

Castelo Velho tem uma posição sobranceira em praticamente três lados, sobre uma paisagem que se abre à meseta Ibérica. Não sendo um dos pontos mais altos da paisagem, é no entanto observável a partir dos pontos altos circundantes.

A forma como Castelo Velho se implanta na paisagem é uma questão importante para o estudo da sua arquitectura, não só pela forma como se relaciona com a paisagem natural “antropisando-a” como por permitir conjecturar a forma como seria vista desses pontos mais ou menos próximos e de que modo isso terá influenciado as escolhas construtivas.

Que tipo de “sociedade” pode estar na origem de modelos arquitectónicos e espaciais como o de Castelo Velho e que tipo de actividades poderiam albergar? são questões relevantes na medida em que podem condicionar as opções sobre os sistemas construtivos e espaciais do sítio. O contrário, ou seja a arquitectura e a correspondente organização do espaço, são reciprocamente, passíveis de sugerir determinada estrutura social e determinados usos, embora “...uma arquitectura por si mesma, dificilmente nos fornecerá a «chave» dos sistemas de actividades e de cenários em que se inclui.”<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Jorge, Vitor O., Coord. 1993. 1º congresso de arqueologia peninsular – actas I. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 180.

<sup>3</sup> Jorge, Susana O. 2005. *Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectórias das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular, O Passado é Redondo, Edições Afrontamento, Porto, 47.*

## 2. O SÍTIO DE CASTELO VELHO: CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E ESPACIAL; ENQUADRAMENTO ENTRE SÍTIOS ANÁLOGOS E OUTRAS QUESTÕES

*“Antes de transformar um apoio em coluna, um telhado em tímpano, antes de colocar pedra sobre pedra, o homem colocou a pedra no terreno para reconhecer um lugar num universo desconhecido: para reconhecer e modificar. Como qualquer acto de reconhecimento este exigiu decisões radicais e uma aparente simplicidade. Deste ponto de vista, há apenas duas atitudes importantes para o contexto. Os instrumentos da primeira são mimesis, a imitação orgânica e a exposição da complexidade. Os instrumentos da segunda são o reconhecimento das relações físicas, definição formal da complexidade e interiorização dessa mesma complexidade.”<sup>4</sup>*

O sítio arqueológico de Castelo Velho, cujas datas de radio carbono apontam para uma ocupação iniciada no final do 4º milénio a.C. e consolidada durante os 3º/2º milénios a.C., do “*final do Calcolítico pleno regional*” ao “*Bronze inicial*”<sup>5</sup>, resume-se actualmente a uma estrutura pétreia bastante arruinada, não alcançando em alguns pontos mais de 30 centímetros, circundada nas zonas de declive do terreno, com um aparelho de xisto. O aparelho irregular de xisto que circunda os “muros” tem sido interpretado como um sistema de contrafortagem que fornece uma ancoragem da estrutura ao solo e como não como derrube dos muros. Esta interpretação de contrafortagem e não derrube, contrasta com a interpretação tradicional do mesmo tipo de estrutura noutros sítios arqueológicos, e é sustentada pela forma estruturada e não aleatória que apresentam os aparelhos. Precisamente porque não há derrube suficiente para avançar com a ideia de uma estrutura pétreia de grande altura, tem sido avançada a hipótese de se tratar de um sistema construtivo misto, que usasse como materiais de construção a própria “terra” e elementos vegetais. A existência de quantidades consideráveis de argila compactada aponta para que a presença desta não seja um mero assentar da poeira dos milénios passados sobre a construção e pleno uso do sítio, mas como

<sup>4</sup> Frampton, Kenneth 1998. Introdução ao estudo da cultura tectónica, Lisboa AAP-CDN; Matosinhos Contemporânea, Lisboa, 28.

<sup>5</sup> Jorge, Susana O. 2005. *Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectórias das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular, O Passado é Redondo, Edições Afrontamento, Porto, 54.*

um indicador do seu uso como material de construção, servindo também como testemunho da presença no sistema de elementos vegetais pela sua impressão na “terra” carbonizada.

## Caracterização do conjunto

A estrutura ainda patente no sítio, incompleta mas expressiva, configura um recinto murado principal de geometria subcircular, pontuada por elementos acoplados ao muro, formas circulares, pequenos troços de muro perpendiculares e entradas várias (particularmente visível nas imagens 2 e 3 da figura 1). Um segmento de muro com duas passagens, situado a nordeste, sensivelmente paralelo e exterior ao primeiro, define-se entre dois afloramentos rochosos (figura 1, na 3 imagem da sequência é perceptível a passagem), não tendo vestígios de continuidade. A sul/ponte, a colina onde se localiza o sítio tem uma quebra de cota onde se implanta, contra o recinto subcircular, um elemento em rampa que o parece amparar face ao declive. Uma segunda rampa, enfatiza todo o conjunto, que visto desse ângulo se impõe na paisagem (visível em todas as imagens da sequência figura 1 - excepto na primeira. Mancha que ladeia o recinto à esquerda). A presença humana é marcada pela transformação do espaço natural, integra elementos naturais como os afloramentos para configurar o “layout” do sítio. No interior do recinto o elemento que sobressai é uma construção sensivelmente circular, um pouco descentrada em relação ao muro envolvente, que engloba um afloramento (enfatizado nas imagens 3, 4 e 5 a preto da figura 1), enquadrando-o numa plataforma pétreia de pouca altura e cuja função permanece um mistério. Outras estruturas mais pequenas espalham-se um pouco por todo o recinto, algumas mesmo no enfiamento das referidas entradas, parecendo bloqueá-las. Vestígios de várias naturezas atestam actividades “*semi especializadas*”<sup>6</sup> no espaço interno do recinto. As estruturas terão sido uma constante ao longo do uso pleno do sítio<sup>7</sup>, embora possa ser questionado a sua simultaneidade.

---

<sup>6</sup> Jorge, Susana O. 2005. *O Passado é Redondo, Edições Afrontamento, Porto.*

<sup>7</sup> Jorge, Susana O. 2005. *Pensar o espaço da pré-história recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica*, In *O Passado é Redondo, Edições Afrontamento, Porto*, 173. “...programa arquitectónico inicial não foi aparentemente alvo de remodelações estruturais durante quase todo o seu período de vida...”.

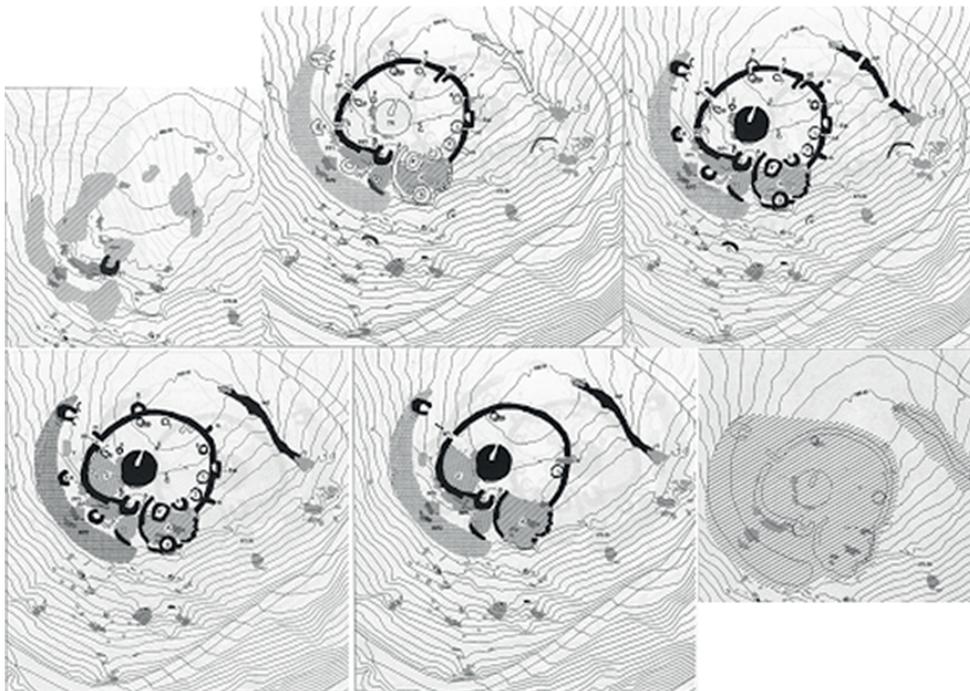


Figura 1 - Sequência construtiva do sítio de Castelo Velho. Imagens retiradas de *Recintos Murados da Pré-história recente*<sup>8</sup>.

Estas imagens mostram a sequência construtiva do sítio de Castelo Velho baseado no registo arqueológico feito nas campanhas de escavação. A tentativa de reconstituição volumétrica de Castelo Velho é feita a partir da 3ª planta, correspondente a um momento hipotético no qual todas as estruturas e portas estariam em funcionamento.

Após uma prévia ocupação nas vertentes oeste, sul e leste do topo da colina, e um primeiro afeiçoamento dos afloramentos, seguiu-se a construção do recinto propriamente dito (2900/2800 - 2500 a.C.) e estruturas subcirculares, em torno de um ponto central “...o afloramento mais elevado do morro...”<sup>9</sup>, secundadas pela construção a oeste e a sul de um talude e murete, estruturas

<sup>8</sup> Jorge, Susana O. 2003 coord. *Recintos Murados da Pré-História recente*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

<sup>9</sup> Jorge, Susana O. 2005. Pensar o espaço da pré-história recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, In *O Passado é Redondo*, Edições Afrontamento, Porto, 182.

de contrafortagem em pedra e terra argilosa (2500 – 2300 a.C.), e o “fecho/condenação” ainda neste período de algumas aberturas e estruturas. No início do 2º milénio (1300 a.C.) o recinto construído anteriormente é condenado sem que se verifique a destruição das suas estruturas<sup>10</sup>.



Figura 2 - Fotografia aérea do sítio de Castelo Velho, em baixo à esquerda a linha do segundo talude com as estruturas semi circulares associadas, em cima o recinto com a estrutura circular “torre” um ponto descentrada. À direita, em baixo a área anexa ao recinto. Imagem retirada de: *O Passado é Redondo*<sup>11</sup>

Os recintos murados é uma designação usada para caracterizar espaços “monumentalizados” que começaram a aparecer em muitos pontos da Europa no final do Neolítico, começo do Calcolítico<sup>12</sup>. Os recintos murados de forma

<sup>10</sup> idem, ibidem.

<sup>11</sup> Jorge, Susana O. 2005. *Pensar o espaço da pré-história recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica*, In *O Passado é Redondo*, Edições Afrontamento, Porto, 201.

<sup>12</sup> Bradley, Richard 2001. The significance of monuments: on the shaping of human experience, Neolithic and bronze, 2<sup>nd</sup> ed. Ed. London: Routledge, London.

circular ou sub-circular, com estruturas circulares acopladas tipo “bastião”, associando ou não a uma linha de muro, ou outras estruturas como rampas pétreas e fossos, têm uma invocação mediterrânea, e vários paralelos formais na Península Ibérica - em primeiro lugar devido à sua dimensão e aparato, Los Millares, em Espanha, mas também sítios em Portugal como Zambujal e Vila Nova de São Pedro. A questão da comparação de Castelo Velho com sítios arqueológicos contemporâneos e de algum modo análogos, foi abordada por Susana Lopes em 2005 (Jorge 2005), a qual chama a atenção para o facto dos diferentes recintos apresentarem características dispares, tanto na sua dimensão, período de actividade como na sua variabilidade arquitectónica: com uma ou mais linhas murarias, estruturas acopladas, “torres”, taludes e fossos - numa aparente “*falta de unidade formal e cultural*”<sup>13</sup>. No entanto as semelhanças em termos formais, podem indiciar relações de longa distancia<sup>14</sup>, que possibilitariam a circulação de certas ideias, numa área bastante alargada (europeia/mediterrânea?), não obstante as especificidades dos diferentes sítios.

Castelo Velho após uma inicial interpretação como povoado fortificado, tem sido visto mais recentemente, identificado, como um sítio de frequência eventual ou sazonal, símbolo de uma identidade comum - “...polo aglutinador de identidades e memórias...”<sup>15</sup> de grupos dispersos num mesmo território, não obstante poder eventualmente ter servido de refugio temporário. Seria um “nódulo de poder” em ligação com outros lugares como Castanheiro do Vento, reflexo de uma nova realidade social emergente da “intensificação económica” e consequente demarcação mais restrita do território em oposição a uma anterior “...paisagem megalítica...«*lassa*», aberta, relativamente«*permissiva*» em relação à circulação das pessoas.”<sup>16</sup>, assim teriam emergido desta nova realidade arquitecturas “monumentais” fixas e duradouras.

<sup>13</sup> Jorge, Susana O. 2005. *Pensar o espaço da pré-história recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica*, In *O Passado é Redondo*, Edições Afrontamento, Porto, 176.

<sup>14</sup> Ideia enfatizada por Mark Edmonds na conferencia proferida na F.L.U.P. no dia 24 de Novembro de 2006.

<sup>15</sup> Jorge, Vitor O 2002. *Arqueologia dos monumentos da pré-história recente –algumas sugestões interpretativas*. Revista da Faculdade de Letras. Porto: Ciências e Técnicas do Património, I série vol. 1, Porto, 13-26 e 15.

<sup>16</sup> Jorge, Vitor O 2002. *Arqueologia dos monumentos da pré-história recente –algumas sugestões interpretativas*. Revista da Faculdade de Letras. Porto: Ciências e Técnicas do Património, I série vol. 1, Porto, 13-26. / 22.

Interpretações que vêm questionar as anteriores abordagens de sítios desta natureza como a povoados fortificados, quer esta interpretação seja de feição “colonialista”, impulsionada por efectivos vindos do espaço mediterrâneo, em busca de minérios, quer de matiz mais “autóctone”, impulsionada por populações em confronto com outras pela disputa dos recursos existentes, usando estes sítios como refugio e defesa de pessoas e bens, quer interpretações mais positivistas dos dados arqueológicos, cujas ideias chave podem ser não só a «intensificação económica» como «hierarquização social», em que estes seriam lugares mais importantes dentro de uma rede hierarquizada de lugares, afectos a elites sociais que procuravam demarcar-se.

Face ao adjetivo “fortificado” podem pôr-se questões construtivas e formais à cerca da altura dos muros, espessura e materiais usados de modo a que as ditas muralhas pudessem responder às funções de protecção e defesa, mas até que ponto a existência de múltiplas portas interferiria com as mesmas? A existência ou não de mais de uma linha de muralhas, fossos e rampas poderá, igualmente ser um índice a ter em conta das possíveis interpretações defensivas do sítio. Enquanto em castelo Velho, uma única linha completa de muro, é um indício pouco expressivo de “fortificação”, face por exemplo a Castanheiro do Vento, com pelo menos três linhas murarias, em alguns troços. Quando o papel destes sítios já não se joga nos pressupostos de defesa/refugio mas nas questões de ostentação, interfaces económicos, símbolo, etc... como se formalizaria a arquitectura desses espaços?.

A existência de uma ideia “fundadora” parece-me de qualquer maneira subjacente as ideias de “recinto”, de “monumental” de “símbolo/memória” e da movimentação de “conjuntos significativos de pessoas”, mesmo que essa ideia não tenha como pano de fundo a criação de estruturas defensivas, nem se seja o reflexo de uma rígida hierarquização da sociedade, segundo modelos estereotipados, mas seja a materialização a partir de materiais e técnicas específicas, da vontade dispersa de grupos com laços ainda frágeis num lugar especialmente escolhido.

### 3. TÉCNICAS CONSTRUTIVAS PASSÍVEIS DE RESPONDEREM À INTERPRETAÇÃO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

*“...la reconstrucción tipológica y sobre todo constructiva ... aspira a ofrecer una materialización meditada y razonable de lo que constituye una evidencia arqueológica limitada.”<sup>17</sup>*

Em Castelo Velho as evidências materiais são de diferentes naturezas: pétreas, argila e vegetais (não directamente mas por testemunho indirecto - negativos no barro). As pétreas permitem ainda uma leitura aproximada do seu posicionamento e função (construtiva), enquanto outras há muito terão desaparecido, eventualmente deixando indícios (por exemplo negativos de ramos impressos no barro) ou se encontram parcialmente no local mas alterado, como a argila, tornando difícil a percepção da sua função construtiva e da forma como contribuíram para caracterizar a arquitectura do sítio de Castelo Velho.

Cada um deles é trabalhado segundo técnicas construtivas próprias que se inscrevem noutras mais complexas quando se juntam num mesmo sistema. É necessário haver correspondência e compatibilidade entre os materiais para o sistema funcionar. A avaliação das possibilidades técnicas de cada material por si só e em relação com os outros poderá dar uma ideia dos sistemas possíveis para Castelo Velho.

#### 3.1. Muros de pedra seca

O material pétreo usado em Castelo Velho e que constitui por assim dizer a “ossatura” do sistema construtivo é o xisto, rocha de origem metamórfica cuja densidade entre 2,5 a 3,0 (g/cm<sup>3</sup>), existente no local onde se implanta o sítio. O sistema de construção do muro em si é de “alvenaria em pedra seca”, sem argamassa de ligação entre as placas de xisto, embora a argila esteja largamente patente no local. A construção de “pedra seca” é uma técnica muito ligada a este tipo de material pétreo, de forma e tamanho irregular, e a que não será estranho o facto da aderência das argamassas ser variável (enquanto

---

<sup>17</sup> Ramos, Luís Maldonado; Ramos, Jaime Maldonado; Cóssio, Fernando Vela 1998. *De Arquitectura y Arqueologia*, Editorial Munilla-Lería, Madrid, 56.

a do granito é tendencialmente boa)<sup>18</sup>. Regra geral a construção dos muros de pedra quer seja “seca”, “aparelhada” ou “ordinária”<sup>19</sup>, começa com a abertura de caboucos no solo, regularizados com uma argamassa, onde assentam elementos pétreos de maior dimensão que excedem em largura o alinhamento superior do muro e servem de base ao mesmo, encontrando-se perpendiculares ao correr do muro e constituindo uma base mais estável para a construção do paramento, podendo ser também mais regulares, por vezes de outro material. Mas em locais onde existe afloramento rochoso, o muro assenta directamente sobre ele, imbricando-se no afloramento desagregado, o que se verifica em Castelo Velho e Castanheiro do Vento.

Pesando o facto de o terreno onde se implanta a estação ter sofrido ao longo do tempo revoluções múltiplas, nomeadamente e mais recentemente, derivadas da escavação arqueológica, o embasamento do muro não se encontraria a grande profundidade, que parece confirmado pelas camadas arqueológicas que se relacionam com as fases de ocupação/construção da estação, muito próximas da base do muro.

Apesar da tecnologia construtiva usada parecer muito rudimentar, a construção do muro parece guiar-se pelos princípios ainda hoje observáveis em construções de muros de pedra seca feitos de xisto, tal como embasamento constituído de elementos um pouco mais largos e implantados a pouca profundidade.

Os muros de Castelo Velho, de largura irregular, 1,20 m de largura mínima (até 2,5 m)<sup>20</sup> e dois paramentos, encontra-se dentro do referenciado pelo levantamento feito para as arquitecturas tradicionais mediterrâneas<sup>21</sup>, entre 1 e 3 metros, nos quais a pedra é colocada ao correr do muro e perpendicularmente a este, com a face mais lisa colocada preferencialmente para fora. De quando em quando pedras de maior dimensão ou duas juntas ligeiramente sobrepostas, atravessam a totalidade da espessura do muro contribuindo para o seu travamento (em “perpianho”). O espaço entre os dois panos ambos com inclinações para o interior – centro de gravidade do muro

---

<sup>18</sup> Casella, Gabriella 2003. *Gramáticas de Pedra*, Centro Regional de Artes Tradicionais, Porto, 17. A este respeito é ainda ressalvado nesta fonte, o facto de a técnica se registar maioritariamente em zonas onde o cal não tem expressão.

<sup>19</sup> Idem, 26-27.

<sup>20</sup> Jorge, Vitor O., Coord. 1993. 1º congresso de arqueologia peninsular – actas I. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, 181-187.

<sup>21</sup> Vários 2002. *Architecture Traditionnelle Méditerranéenne*, Ecole de Avignon – réseau CORPUS, anexos.

– aspecto técnico também ligado ao seu travamento, é cheio de fragmentos de xisto que preenchem o seu interior. O aparelho irregular que compõe os dois panos é colmatado por pedras mais pequenas, “escassilhos”, que dão estabilidade à estrutura.

A observar-se os aspectos das técnicas construtivas em pedra seca existentes na arquitectura tradicional, o muro diminuiria de espessura à medida da sua subida, mas aqui deparamo-nos com um problema, os muros de Castelo Velho encontram-se arruinados, e a altura máxima observada na escavação arqueológica não ultrapassava os 90 cm, no troço do muro com maior elevação. Considerando que a pedra espalhada no local não tem sido interpretada na maioria como derrube e mesmo levando em conta a possível e inevitável retirada de pedra pelos locais, estes muros não teriam sido de grande altura, segundo a Dra. Susana Lopes, apontando talvez para uma altura à volta dos 1,20 m<sup>22</sup>, deixando em aberto a questão sobre a altura possível para estes muros. As informações recolhidas nas monografias consultadas apontam para uma proporção entre a altura dos muros e a sua largura uma vez que esta proporção é essencial para a estabilidade do paramento. No entanto os dados disponíveis apontam algumas pistas: na publicação *Architecture Traditionnelle Méditerranéenne*<sup>23</sup> foram referenciados muros entre 1 e 3 m na zona mediterrânea, e excepcionalmente 4 m precisamente em Portugal, para espessuras de 1 a 3 m, assim sendo os muros de Castelo Velho poderiam ter uma altura considerável se tivermos em conta a sua espessura, no entanto essas informações reportam-se sobretudo a muros nus, sem revestimento, rematados no topo por elementos pétreos de maiores dimensões que se projectariam para fora do alinhamento vertical do mesmo ou dispostas ao cutelo formando arcos, exercendo uma carga vertical que contribuiria para a sua estabilidade. Mas nesta estação arqueológica a presença de grandes quantidades de argila aponta para um revestimento dos muros, essencial para a sua preservação por longo tempo, uma vez que os muros de pedra seca constituem geralmente elementos arquitectónicos frágeis e mais ou menos efémeros<sup>24</sup>. Por outro lado a altura dos muros pode ser questionada tendo em consideração que estes poderiam ser constituídos por um embasamento pétreo e outros materiais como terra crua, e ou materiais perecíveis como a madeira.

<sup>22</sup> Conversa ocorrida no âmbito do acompanhamento do seminário em 25-07-05.

<sup>23</sup> Vários 2002. *Architecture Traditionnelle Méditerranéenne*, Ecole de Avignon - réseau CORPUS, anexos.

<sup>24</sup> Idem, ibidem.



Figura 3 - Fotografia da escavação – o afloramento e a base dos muros do recinto encontram-se próximos. Imagem retirada de: O Passado é Redondo<sup>25</sup>

### 3.2. “Terra Crua”<sup>26</sup> e Elementos Vegetais

A conjugação no mesmo sistema construtivo de materiais pétreos e de terra crua deixa em aberto várias hipóteses construtivas, desde o uso da “Terra Crua” como revestimento ou outros inscritos em sistema mistos, não obstante as possíveis variações dentro de cada um deles. Estes dividem-se basicamente em três tipos: pedra e *taipa*; pedra e *adobe* e *terra sobre engradado*. O material base de qualquer destas técnicas construtivas é a terra que como o nome indica é usada sem ser cozida, material composto de cascalhos, areias e argilas, misturados em proporções adequadas que compreendem até 20 % de argila, 45% de areia e cascalho. A “Terra” cuja base é a argila, ou

<sup>25</sup> Jorge, Susana O. 2005. *Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal*. O Passado é Redondo, Edições Afrontamento, Porto,130.

<sup>26</sup> O termo “Terra Crua” embora não cientificamente correcto, é usado recorrentemente para caracterizar um conjunto de técnicas construtivas que empregam como matéria-prima base a argila, mas que não são submetidas à acção do fogo.

seja minerais argilosos na sua maioria (o que lhe confere as características apropriadas à construção), e outros minerais não argilosos como o quartzo, feldspato, micas, calcite, hematite, etc...<sup>27</sup>, tem composição química e mineralógica dependente das características da rocha de origem (estrutura da rocha mãe - granito calcário, etc...), relevo, hidrologia, clima (pluviosidade, exposição solar, altitude, calor, frio ...)<sup>28</sup>. A argila usada na construção é extraída do subsolo, também chamado horizonte B, abaixo da camada de terra arável, camada já liberta da matéria orgânica ainda em actividade biológica, que interfere negativamente, com as ligações dos restantes componentes da matéria-prima: terra. As características mais importantes desses componentes (areias, siltes e argilas) são a granulometria (dimensão dos grãos) e o seu comportamento face à presença de água (retração e dilatação). A “terra” caracteriza-se ainda pela sua plasticidade (propriedade de poder ou não ser moldada). O grau de plasticidade de uma determinada terra, provém do teor de água e da presença em percentagem dos diferentes componentes e das suas características. A terra pode adquirir diferentes estados físicos líquido, plástico e sólido<sup>29</sup>, dependendo da quantidade e tipo de argila, assim como do teor de água em presença. Outra característica da terra é a compressibilidade, capacidade de densificação e redução da porosidade, que interfere com a coesão - capacidade dos elementos ou componentes permanecerem ligados entre si<sup>30</sup>. Estas são as características mais importante para a avaliação do bom ou mau comportamento da “terra” como material de construção, e como veremos mais à frente também podem estar relacionadas com a escolha de diferentes técnicas construtivas, daí a importância da análise da argila de Castelo Velho que pode dar indícios não só sobre a sua trabalhabilidade, assim como, da técnica constructiva utilizada.

A área onde se insere a estação com as suas características orográficas e climáticas pode talvez indiciar algumas das características da “terra”.

---

<sup>27</sup> Gomes, Celso 1982. *Argilas o que são e para que servem. O que temos*. “Geonovas - revista da associação portuguesa de geólogos”, vol. 1, fasc. 4, 63.

<sup>28</sup> Jorge, Filipe, dir. ed. 2005. *Arquitectura de terra em Portugal*, Argumentum, Lisboa, 179.

<sup>29</sup> Faria, O. 2005. Caracterização de solos para uso na arquitectura e construção com terra. Em: Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia) 2005. *Arquitectura de terra em Portugal*, Argumentum, Lisboa, 180/181.

<sup>30</sup> Dethier, Jean 1993. *ArquitECTURAS de Terra: trunfos e potencialidades de um material de construção desconhecido*. Europa, Terceiro-mundo, Estados Unidos, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, Lisboa.

A “terra” para construção é como se pode perceber uma matéria-prima disponível e abundante na natureza, que apesar da variação das características dos solos, pode ser sempre corrigida e usada, adaptando as suas potencialidades específicas à técnica construtiva mais indicada. A extração da terra é geralmente efectuada em áreas próximas do local de construção, eventualmente em barreiros específicos cujas argilas têm qualidades reconhecidas, mas não são utilizadas terras extraídas das fundações, muito superficiais e por isso impuras. A preparação do material compreende a secagem e desagregação da terra extraída, a que é adicionada água, com cuidado para não formar caroços e amassada com as mãos ou pés até atingir a consistência de uma massa homogénea. As características da massa resultante podem ser melhoradas, acrescentando areia, cal, fibras vegetais ou estrume de animais<sup>31</sup>.

A terra pode ser usada antes de mais como material de revestimento, recobrimento ou isolamento de estruturas qualquer que seja a sua natureza, pétreo ou vegetal. Desse uso da terra há testemunhos arqueológicos alguns muitos antigos como de Terra Amata (Nice), onde foram encontrados “*edifícios com estacas e ramos, suportados por blocos de pedra e revestidos a barro*”<sup>32</sup>. Também em Portugal foram registados indícios do revestimento de estruturas com esse material, geralmente traduzidos pela impressão de caules e ramos no barro, pelo menos desde o neolítico<sup>33</sup>, em estruturas eventualmente de habitat, como em estruturas funerárias como as mamoaas onde a terra e pedra miúda são usadas em conjunto para formar uma carapaça. Parece ser recorrente a ideia do uso de terra e pedra em estruturas calcolíticas nomeadamente em Portugal (Zambujal, Monte da Tumba), com uma aparente correspondência da mudança do paradigma construtivo, das grandes construções funerárias em pedra para “*blocos de pequena dimensão*” e “*argamassa e barro*”<sup>34</sup>, mudança aparente também a nível simbólico. As construções em

<sup>31</sup> Pisani, Maria Augusta Justi 2004. Taipas: a arquitectura de terra [online]. São Paulo. Sinergia-Revista do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. <http://www.cefetsp.br/edu/sinergia/8p2c.html> (acedido a ?)

<sup>32</sup> Gomes, M. 2005. Arqueologia da Arquitectura de Terra. Em: Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia) 2005. *Arquitectura de terra em Portugal*, Argumentum, Lisboa, 125.

<sup>33</sup> Gomes, M. 2005. Arqueologia da Arquitectura de Terra. Em: Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia). 2005. *Arquitectura de terra em Portugal*, Argumentum, Lisboa, 125. Sítio de Vilas Ruivas, junto ao rio Tejo (Vila Velha de Rodão) ou no Concheiro da Moita de São Sebastião (Muge).

<sup>34</sup> Gomes, M. 2005. Arqueologia da Arquitectura de Terra. Em: Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia) 2005. *Arquitectura de terra em Portugal*, Argumentum, Lisboa, 127/128.

terra ou mistas são recorrentes na bacia mediterrânica, desde as primeiras civilizações (Mesopotâmia por exemplo), passando pelas civilizações clássicas (como o atestam os vestígios arqueológicos e os textos históricos de Plínio, Vitruvio etc...) e ainda hoje largamente documentada pelas múltiplas publicações sobre o assunto.

### 3.2.1. Terra sobre engradado

Em relação à *terra sobre engradado* não encontrei dados específicos sobre as zonas em Portugal de maior incidência da técnica, que exige uma terra muito argilosa, misturada com palha e outras fibras vegetais, embora ela apareça referida a par da construção em pedra, no norte e centro interior. Aqui a questão é mais complicada porque há variações consideráveis dentro do espectro das técnicas de *terra sobre engradado* (doze segundo Hélio dias Silva<sup>35</sup>), nomeadamente a *taipa de fasquio* usada tradicionalmente no norte de Portugal. Em relação à zona de Foz Côa e Muxagata aparecem referências na mesma publicação do uso do *tabique*, técnica afim<sup>36</sup>.

Um dos três grandes grupos de técnicas de trabalho da terra crua é o da *terra sobre engradado*, que se entende por um sistema montado sobre uma estrutura portante de madeira que interligada, constituindo uma trama preenchida com terra argilosa e fibras vegetais, onde a “terra” é usada não só para enchimento da estrutura portante mas também como recobrimento/impermeabilização da mesma e é “...sem dúvida a mais antiga e foi praticada em muitas regiões do mundo...”<sup>37</sup>.

Os exemplos disponíveis actualmente são na maioria construídos sobre pavimento térreo, geralmente de terra, não recorrendo a embasamento/fundação de pedra, por outro lado é um sistema construtivo que não aparece associado à construção de muros: os paramentos verticais estão em geral imbricados com um sistema de cobertura em madeira que fecha o espaço.

<sup>35</sup> Araújo, G. 2005. Terra Sobre Engradado em Portugal. Em: Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia). 2005. *Arquitectura de terra em Portugal*, Argumentum, Lisboa, 57.

<sup>36</sup> Araújo, G. 2005. Terra Sobre Engradado em Portugal. Em: Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia) 2005. *Arquitectura de terra em Portugal*, Argumentum, Lisboa, 59.

<sup>37</sup> Dethier, Jean 1993. *Arquitecturas de Terra: trunfos e potencialidades de um material de construção desconhecido. Europa, Terceiro-mundo, Estados Unidos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, Lisboa.

O exterior tem que ser revestido a reboco, à base de cal, aplicado após tempo de cura, também podem ser aplicados outros elementos como telha ou louças e mais recentemente chapa de zinco para protecção das paredes. Em Portugal este sistema pode ter o nome de tabique e há testemunhos da técnica na região de Foz Côa, zona incluída no interior norte e centro de Portugal onde domina a alvenaria de pedra e onde a par dos sistemas de construção em pedra, são usadas paredes mais ligeiras de terra sobre engradado que têm também designações de taipa de fasquio ou taipa de rodízio <sup>38</sup>.

### 3.2.2. Adobe

O *adobe* predomina em “solos de aluvião”, ricos em minerais, areias e siltes, afectos a vales próximos de rios, no encontro de estuários e no litoral, junto da costa<sup>39</sup>, portanto uma terra muito argilosa. O adobe em Portugal aparece referenciado<sup>40</sup> no vale do rio Tejo, do Sado e em algumas partes da Estremadura portuguesa, Algarve e Ribatejo, zonas onde o teor de argila presente na “terra” usada para o fabrico dos blocos é superior a 18% e à qual tem que ser adicionada fibras vegetais como palha moída de modo a conferir-lhe maior resistência mecânica. A técnica de construção com adobe regista-se também na zona de Aveiro, Gândara e Bairrada onde o teor de argila é mais baixo sendo necessário adicionar à terra arenosa, cal numa percentagem de 4 a 5%<sup>41</sup>. Apesar de não ter conhecimento de dados referentes à composição da terra aplicada no sistema construtivo da estação arqueológica de Castelo Velho, parece-me que as características climáticas e a natureza dos solos, constituídos a partir de xistos e grauvaques, não indiciam o uso de *adobe*. A técnica construtiva em *adobe* ou *adobo* consiste no levantamento de paramentos autoportantes, sem uma estrutura independente de suporte, onde pequenas unidades de terra moldada, não compactada e seca ao sol se empilham segundo determinadas regras e que garantem a estabilidade

<sup>38</sup> Correia, Mariana; Merten Jacob 2003. A taipa Alentejana: sistemas tradicionais de protecção [on line]. ESG/Escola Superior Gallaecia CICRA/Centro de Investigação de Construção Rural e Ambiente. <http://www.cefetsp.br/edu/sinergias/8p2c.html> (acedido a 23.03.2005)

<sup>39</sup> Fernandes, M. 2005. O Adobe moldado. Em: Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia) ed. 2005. *Arquitectura de terra em Portugal*, Argumentum, Lisboa, 49.

<sup>40</sup> Idem, 45-49.

<sup>41</sup> Idem, 47.

do paramento: colocados na horizontal e com juntas desencontradas etc... São usados em *alvenarias* argamassadas nas quais podem ser usados pequenos elementos – *escassilhos* – de pedra ou tijolo para travamento da estrutura e ou integram-se em sistemas nos quais coberturas de madeira fecham espaços ou podem ser aplicados em muros de vedação ou outros, com a diferença de que enquanto os primeiros são usualmente rebocados, nos muros os adobes ficam aparentes. Em qualquer dos casos este tipo de técnica construtiva implica o uso de um embasamento de pedra, tanto menos elevado se a construção se encontrar em terrenos rochosos<sup>42</sup>. A espessura dos muros conseguida com este processo varia entre 40 e 60 cm. e excepcionalmente pode ir a 20/30 cm. mínimo e 80 cm. de máxima espessura. Para um embasamento de 50 cm., os muros podem atingir 8/10 m<sup>43</sup>. A utensilagem usada não é muito extensa: moldes (se não for manual), utensílios de pedreiro, e pás e picos para extração de “terra”, não exigindo mão de obra muito especializada, a não ser eventualmente de pedreiro<sup>44</sup>. Embora apareça maioritariamente aplicada em construções de traçado rectilíneo, ela pode ser perfeitamente aplicada a construções curvilíneas como o testemunham os poços ainda hoje existentes, o que não constituirá assim um entrave ao uso da técnica em estruturas como a de Castelo Velho. Os adobes, geralmente, paralelepípedicos de secção quadrada ou rectangular, mais os menos achatados, são moldados com a ajuda de moldes vulgarmente de madeira, mas também o podem ser à mão, em elementos aproximadamente trapezoidais, determinando ou não a regularidade dos mesmos, o que de resto deverá ter sido a forma de trabalhar a “terra” que deu origem a esta técnica. Não obstante o facto da zona de Foz Côa não ser provavelmente a melhor zona em termos de solo para o fabrico do *adobe*, a técnica de construção em *adobe* poderia possibilitar a construção de estruturas murarias propaladas para Castelo Velho. No entanto não é nada linear que os vestígios “argilosos” encontrados possam corresponder a esta técnica construtiva, seria talvez de esperar que subsistissem algumas das unidades, mesmo considerando tratar-se de unidades fabricadas de uma forma mais arcaica e menos resistentes, que constituíam hipoteticamente os

<sup>42</sup> Vários 2002. Architecture Traditionnelle Méditerranéenne, Ecole de Avignon - réseau CORPUS, Anexos.

<sup>43</sup> Vários 2002. Architecture Traditionnelle Méditerranéenne, Ecole de Avignon - réseau CORPUS, Anexos.

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*.

muros, quando não seja uns quantos elementos eventualmente submetidos ao fogo. As patologias de envelhecimento apontadas na publicação *Architecture Traditionnelle Méditerranéenne*<sup>45</sup>, traduzem-se na degradação das juntas e depois dos adobes, resta saber até que ponto 4 ou 5 milénios influem na desagração da “terra crua” sob a forma de tijolos de adobe.

### 3.2.3. A taipa.

Em Portugal a técnica de construção em *taipa*, aparece referenciada em zonas de menor pluviosidade<sup>46</sup>, factor que influencia as características da matéria prima que tem que ser muito arenosa e rica em pedras e cascalho (com pouca argila), e cujos solos mais propícios são os de origem glacial ou de aluvião<sup>47</sup>. O livro *Arquitectura de terra em Portugal*, especifica vários tipos de solos a partir dos quais se produz *taipa*<sup>48</sup>, cujos exemplos apresentados reportam-se maioritariamente à zona alentejana no entanto é de notar a recorrência dos elementos provenientes de xistos e grauvaques na composição desses solos. Como já foi dito acima<sup>49</sup> na zona onde se localiza a estação arqueológica de Castelo Velho predominam as construções de pedra e sistemas mais frágeis de *terra sobre engradado*, mas como referem os autores citados, há “bolsas” onde se usa o sistema de *taipa*.

A *taipa* é tal como o *adobe*, uma técnica construtiva autoportante, mas constituídas por grandes blocos de terra compactada mecanicamente no local da construção. Ao contrário do *adobe* que com unidades pequenas permite ser facilmente manuseado, a *taipa* exige conhecimento técnico e algum investimento em termos de utensilagem que vai desde os *taipais*, *comportas*

<sup>45</sup> Idem, ibidem.

<sup>46</sup> Rocha, M. 2005. Taipa na arquitectura tradicional: técnica construtiva. Em: Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia) 2005. *Arquitectura de terra em Portugal*, Argumentum, Lisboa, 22.

<sup>47</sup> Dethier, Jean 1993. Arquitecturas de Terra: trunfos e potencialidades de um material de construção desconhecido. Europa, Terceiro-mundo, Estados Unidos, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, Lisboa.

<sup>48</sup> Rocha, M. 2005. Taipa na arquitectura tradicional: técnica construtiva. Em: Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia) 2005. *Arquitectura de terra em Portugal*, Argumentum, Lisboa, 22.

<sup>49</sup> Correia, Mariana; Merten Jacob 2003. A taipa Alentejana: sistemas tradicionais de protecção [on line]. ESG/Escola Superior Gallaecia CICRA/Centro de Investigação de Construção Rural e Ambiente. <http://www.cefetsp.br/edu/sinergias/8p2c.html> (acedido a 23.03.2005)

ou *frontais*, *agulhas* e *alfinetes*, *pregos* ou *chavetas* e ainda côvados necessários para a *cofragem*<sup>50</sup>, assim como instrumentos auxiliares *maços*, *pisões* ou *pilões* usados na compactação da terra crua. Os blocos sucedem-se, assim que está um pronto é colocado outro, as juntas verticais são desencontradas de fiada para fiadas e as horizontais são vedadas, quer por uma argamassa de cal, de formião de cal ou até pedras e tijoleira argamassada<sup>51</sup>, formando um desenho horizontal nos paramentos. A *taipa* não assenta directamente no chão, é armado sobre um embasamento pétreo que o protege da humidade ascendente por capilaridade e dos salpicos da chuva<sup>52</sup>. Tal como o *adobe*, a *taipa* é habitualmente revestida exteriormente para protecção da alvenaria em relação aos agentes atmosféricos e outros, mas na arquitectura tradicional esse revestimento só é executado após o primeiro ano, “depois das chuvas de inverno e do calor de verão”, quando a alvenaria já está mais estabilizada<sup>53</sup>. Nos cunhais os blocos são colocados em denteado, mas podem ser reforçados com tijolos, pedra ou com barrotes de madeira<sup>54</sup>, situação que não se verifica em traçados de muros curvilíneos, como é o caso dos moinhos de taipa. O processo de construção de estruturas circulares implica o uso de procedimentos mais ou menos complexos como a determinação do centro da circunferência e do “arrasto”, inclinação para o interior da parede circular (que quando a estrutura está completa funciona como travamento), à medida que se vão fazendo fiadas de taipa, moldada em taipais curvos, dando à construção uma forma tronco-cónica.

Esta técnica construtiva é de alguma complexidade: implica um conjunto de ferramentas, de conhecimento especializado sobre a técnica – preparar

---

<sup>50</sup> Rocha, M. 2005. *Taipa na arquitectura tradicional: técnica construtiva*. Em: Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia) 2005. *Arquitectura de terra em Portugal, Argumentum, Lisboa*, 23/24. Os taipais são colocados paralelamente e a uma distancia que è a da espessura da parede, transversalmente são usados as comportas ou frontais, da mesma altura e da largura da parede, as agulhas, varões ou vergalhões de ferro postos transversalmente em relação aos taipais e sob estes. As agulhas são travadas por alfinetes, pregos ou chavetas, pequenas peças de ferro que imobilizam as agulhas, os côvados mantêm a distancia entre as duas pranchas que são os taipais.

<sup>51</sup> Rocha, M. 2005. *Taipa na arquitectura tradicional: técnica construtiva*. Em: Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia) 2005. *Arquitectura de terra em Portugal, Argumentum, Lisboa*, 25.

<sup>52</sup> Idem, pág. 22.

<sup>53</sup> Idem, pág. 25.

<sup>54</sup> Idem, ibidem.

a massa, transporte, cofragem e compactação<sup>55</sup>. Nas várias publicações já citadas, transparece a ideia de que a *taipa* tal como é trabalhada hoje, corresponde a um processo relativamente recente de construir em terra crua “monolítica” autoportante. No entanto há referências de Plínio sobre “...muros construídos de terra a partir de moldes de tábuas...”<sup>56</sup>, portanto desde pelo menos a época romana que se constrói *taipa* por processos semelhantes aos usados hoje.

Mas mesmo supondo que os homens que construíram Castelo Velho, não possuíam ainda os meios técnicos necessários à construção em *taipa* como ela se apresenta hoje, podiam construir um recinto fechado com paredes de terra crua “monolítica”, por processos que poderão estar na origem da construção em *taipa*. A *taipa* poderá ter evoluído de uma técnica mais antiga que corresponde ao que as *Arquitecturas de Terra*<sup>57</sup> designam por *terra modelada*, ainda hoje utilizada em África em edificações de algum porte como as mesquitas monumentais de Djenné, Mopti e Gao ou edifícios de 10 andares no Iémen do Sul. Este processo resulta de da modelação em pequenas bolas grosseiras de “terra muito plástica”, em resultado da adição de água e do emassamento, terra que pode conter ervas e ramos finos. As bolas são amontoadas e ligeiramente comprimidas em fiadas (“chapadas”) de pouca altura – 40 a 60 cm – e este sistema pode ser utilizado em muros de espessura considerável autoportantes ou servir de revestimento a outras estruturas<sup>58</sup>. Em *arquitectura de terra em Portugal*, a mesma técnica é designada por *terra moldada*, “empilhada em fiadas manualmente moldadas”<sup>59</sup> que depois de adquirirem certa dureza são recortadas sobre a parede. O processo utilizado no “cob”, expressão anglo-saxónica para uma técnica construtiva similar à

---

<sup>55</sup> Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia) 2005. *Arquitectura de terra em Portugal, Argumentum, Lisboa*, 25. O trabalho de *taipa* compreende pelo menos uma equipa de 4 homens, ocupados entre o fazer a massa, verter a massa e espalha-la com os pés, e compacta-la com maços, procedimento importante para a boa execução das alvenarias. Cada fiada só poderá ser executada quando a precedente estiver suficientemente consistente de a modo a aguentar a pressão.

<sup>56</sup> Idem, 127.

<sup>57</sup> Dethier, Jean 1993. *Arquitecturas de Terra: trunfos e potencialidades de um material de construção desconhecido. Europa, Terceiro-mundo, Estados Unidos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, Lisboa.

<sup>58</sup> Dethier, Jean 1993. *Arquitecturas de Terra: trunfos e potencialidades de um material de construção desconhecido. Europa, Terceiro-mundo, Estados Unidos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, Lisboa.

<sup>59</sup> Vários autores (coord. Maria Fernandes, Mariana Correia). 2005. *Arquitectura de terra em Portugal, Argumentum, Lisboa*, 122.

*terra modelada*, na qual argila, areia, palha e água, são misturados com os pés, cada elemento contribuindo para garantir certas qualidades à técnica: a argila como aglutinador; a areia para lhe dar consistência e a palha contribuindo para a elasticidade da parede. Esta técnica não usa cofragens e permite criar qualquer forma, podendo ser executada por pessoas não especializadas<sup>60</sup>.

### 3.3. A CONJUGAÇÃO DAS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS EM (IM)POSSIBILIDADES ARQUITECTÓNICAS PARA CASTELO VELHO

*“Não vemos que tal superestrutura pudesse ser outra coisa que não uma parede de argila e ramos, cuja Plasticidade, além de mais, permitiria constantes alterações ao «design» de conjunto, nomeadamente ao nível da abertura ou fechamento de «janelas» para o exterior/interior do recinto.”<sup>61</sup>*

A ideia de que Castelo Velho teria sido erguido a partir de técnicas construtivas mistas, de alvenaria de pedra seca, terra crua e elementos vegetais é o ponto de partida para a tentativa de reconstituir a(s) sua(s) arquitetura(s). Arquitecturas que tal como o fragmento de texto citado refere, exigiriam e permitiriam provavelmente um refazer constante dos elementos que a constituíam - para manutenção e manipulação do espaço. Elementos que são os muros que delimitam o recinto, os elementos que lhe estão acoplados, designados por “bastiões”, as entradas passíveis de serem abertas e fechadas, a base pétreia mais ou menos centralizada - a “a torre” - e os elementos exteriores como o muros leste ou as rampas/taludes.

As rampas/talude (5/6 da planta em anexo) - os elementos mais exteriores do conjunto - constituídas por elementos pétreos imbricados de forma intencional, poderiam ser caracterizados estruturalmente por um excerto de texto sobre Crasto de Palheiros “...clara imbricação das lajes (por vezes de grande tamanho), e a disposição estrutural destas - em arcos descentrados -, representa uma solução construtiva que daria grande solidez à construção porque permitia equilibrar a pressão exercida pela potente massa pétreia na encosta rochosa e muito

<sup>60</sup> Marcuse, Ian co-coord. (?). *What is cob?* [on line]. Down to Earth Building Bee. <<http://www.alternatives.com/cob-building/what.html>> (acedido em 10-12-2005)

<sup>61</sup> Jorge, Susana O. 2005. *Pensar o espaço da pré-história recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica*, O Passado é Redondo, Edições Afrontamento, Porto, 187.



Figura 4 - Aspecto da escavação do talude sudoeste de Castelo Velho. Imagem retirada de: *O Passado é Redondo*<sup>62</sup>

O aspecto final não seria no entanto a de um conjunto pétreo em escama, mas devido ao seu acabamento final em “terra”, a de pequenas lombas nas encostas sul/poente, cuja a superior seria encimado por um muro que delimitaria o recinto.

É em parte neste muro que se joga a imagem arquitectónica do sítio de Castelo Velho, assim, embora a base pétreo pudesse tecnicamente alcançar uma altura considerável, 3/4 m., a inexistência de derrubes significativos, não aponta nessa direcção, o que leva a considerar que ou o muro seria mais uma barreira física delimitando o espaço interno do recinto, sem impedir a visualização para o espaço interno, ou a parte superior do muro seria construída com outro material. A presença abundante de argila assim o sugere, no entanto a dificuldade de atestar a quantidade de argila patente no sitio até porque a passagem do tempo contribuiu para a sua dispersão, não ajuda a determinar se esta seria usada só como revestimento, das estruturas pétreas ou de uma estrutura vegetal associada à base muraria, ou se seria construída com uma técnica de *terra crua* autoportante.

O muro em *pedra seca* sem outra técnica associada, apenas revestida a terra, parece estranho face ao conhecimento disponível desta técnica uma vez que as construções em alvenaria de pedra seca usadas em muros permanece sem revestimento, no entanto estamos a falar de arquitecturas com 4/5 mil anos, às quais poderiam ter presidido outras lógicas.

<sup>62</sup> Jorge, Susana O. 2005. *Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação*, *O Passado é Redondo*, Edições Afrontamento, Porto, 108.

A associação de muros de pedra e *terra sobre engradado*, levanta algumas questões, a primeira é que a *terra sobre engradado*, é muitas vezes directamente construída sobre o solo e não sobre base pétreia sobretudo em construções menos sofisticadas, a segunda prende-se com o facto de ser uma técnica que implica um sistema ligando paredes e coberturas que se contraventam mutuamente, não tendo encontrado exemplos do seu uso em muros delimitadores como se fosse uma paliçada.

No entanto talvez pudesse ser empregue num sistema menos literal da técnica no qual e na impossibilidade de cobrir a totalidade do recinto (quase segura devido ao diâmetro do recinto e à existência de certas estruturas no seu interior como a “torre”, pouco compatíveis com a interioridade de um espaço), pudesse criar uma zona coberta, anexa ao muro onde se poderiam desenrolar algumas actividades, de resto não de todo incompatível com o registo arqueológico, e um tipo de solução largamente atestado tanto nos registos etnográficos como arqueológicos. Poderiam levantar-se algumas questões a este respeito, se a função dos troços de muro perpendiculares ao muro delimitador, serviriam só para o escorar? ou sobre a forma como este sistema resolveria a ligação do muro com as estruturas acopladas ditas “bastiões”.

Os sistemas auto portantes em *terra crua* dividem-se em dois: monolíticos, nos quais a parede é constituída por elemento mais ou menos contínuo tipo “taipa” ou por elementos de pequena dimensão ligados por argamassa mas constituindo um sistema solidário, *adobe*, este segundo parece-me menos provável pelas razões já apontadas na descrição da técnica, compatibilidade dos solos (sob reserva devido a não ter acesso a dados sobre o assunto e apenas baseado na localização geográfica do sítio) e há falta de pelo menos um elemento unitário que pudesse atestar o seu uso aí, embora tal como a terra monolítica, implique a existência de um sulco pétreo.

Uma alvenaria auto portante do tipo da *taipa* implicaria o uso de mão de obra já relativamente especializada e um conjunto instrumentos variados e mais ou menos complexos, o que parece incompatível com os restantes indícios sobre o sítio. Mas se os meios ao dispor dos homens que construíram Castelo Velho eram mais primitivos do que os que actualmente são empregues nas construções de *terra crua* que ainda hoje se praticam em Portugal e em geral no mundo ocidentalizado não quer dizer que não pudessem criar arquitecturas complexas «... não existe o que chamamos o homem primitivo: há unicamente meios primitivos. A ideia é constante e poderosa desde o

principio...» (Le Corbusie, 1926, apud Ramos, Cóssio e Ramos, 1998)<sup>63</sup>. Poderia ter sido empregue uma técnica construtiva auto portante possivelmente antecessora da taipa propriamente dita ainda hoje em uso nomeadamente em África. Esta técnica (como qualquer outra) que exige a protecção do topo dos muros com elementos vegetais e ou elementos pétreos, permitiria aplicar-se a muros com alguma altura, especialmente tendo em conta a largura da base pétrea, resta saber como se articularia com os “bastiões”, estes seriam também de *terra crua*? teriam cobertura em terra, como em alguns exemplos africanos, subindo acima do muro do recinto, ou seriam cobertos de ramos e terra de revestimento? No caso desta solução em *terra modelada ou moldada* os pequenos muros perpendiculares poderiam ser a base de contrafortes também em terra, como ainda hoje se vêem em construções de *terra crua*. A altura do referido muro periférico do recinto podia tecnicamente alcançar uma dimensão altimétrica razoável, mas se funcionava apenas como barreira/interdito, marcando o limite entre o interior e exterior, e como barreira visual, não teria necessariamente muito alto. A espessura do muro pode no entanto levantar algumas dúvidas, uma vez que a base larga permite uma parede relativamente alta, embora essa espessura possa decorrer apenas da técnica construtiva de parede dupla e do próprio aparelho.

As estruturas acopladas ditas “bastiões” parecem ter algumas variações entre si: a situada no lado nordeste do muro, não tem uma configuração propriamente circular ou sub-circular, e de acordo com o restauro nem uma entrada a partir do interior do recinto, parecendo mais um alargamento ou escoramento do muro delimitador do espaço que propriamente um elemento circular que interrompe o pano de parede. A estrutura circular ligada à possível entrada principal<sup>64</sup>, foi interpretada como uma plataforma pétrea, antecedendo a dita entrada<sup>65</sup>, ai poder-se-ia fantasiar sobre o tratamento dado a este elemento: eventualmente com o alteamento do muro e talvez uma cobertura de elementos vegetais. O “bastião” a sul que interrompe e remata o muro nesse lado, sub-circular é de forma aproximada às estruturas que se lhe seguem para leste, têm um sulco pétreo, actualmente de pouca altura, poderiam ter uma cobertura vegetal, com ou sem impermeabilização

<sup>63</sup> Ramos, Luís Maldonado; Ramos, Jaime Maldonado; Cóssio, Fernando Vela 1998. *De Arquitectura y Arqueología*, Editorial Munilla-Lería, Madrid, 56/57.

<sup>64</sup> Segundo Susana Lopes.

<sup>65</sup> Segundo Susana Lopes.

com “terra”, outra hipótese era o uso da técnica de *terra crua*, similar ao descrito em cima mas de espessura mais fina, a cobertura poderia ser de ramos e palha ou até da mesma *terra crua*. As mesmas soluções poderiam ser apontadas para os elementos sub-circulares (“bastiões”) que se dispõem ao longo da rampa/talude inferior. A sudeste do recinto, uma área com geometria semi circular provoca uma “acidente” no desenho do recinto, “entornando-se” sobre a encosta, é delimitado apenas parcialmente por um muro, logo interrompido, sendo o seu espaço configurado por afloramento, duas estruturas circulares e um conjunto de pedra fechando o arco.

A “torre” central é a estrutura a partir da qual me parece mais complicado simular uma imagem formal. A ideia de se tratar de um “pódio” ou ter um desenvolvimento vertical, eventualmente até acima do muro envolvente. A ideia de espreitar para a paisagem acima do muro de fechamento do recinto, a partir de um ponto mais ou menos central podia ter algum sentido mas como é que construtivamente isso se poderia traduzir? Em terra crua será que fazia sentido fazer um volume tão pesado visualmente só para poder espreitar a paisagem?, mesmo podendo ser feita uma crítica funcionalista a partir desta ideia, de que a relação forma/função nem sempre é linearmente aplicada, como se poderia perceber na semântica arquitectónica este tipo de volume?

De qualquer modo esta base poderia ser antes um “pódio” a partir do qual se faria o “control” não da envolvente do recinto mas do seu espaço interno e das actividades que aí se desenrolariam, permitindo a partir de um ponto central “monitorizar” todo o recinto? De resto “...o recinto estabelece uma circularidade espacial em torno de um ponto: o afloramento mais elevado do morro.”<sup>66</sup>, integrando-o, poderia ter servido o motivo para a construção do recinto naquela posição específica. Assim a base pétrea com uma altura semelhante à do restauro, permitindo pela posição, visualizar o espaço circundante teria uma lógica essencialmente interna? poderia estar associado a cobertura de elementos vegetais e “terra” ou mais ou menos amovíveis de peles de animais?.

Assim poder-se-ia dizer que de acordo com o registo arqueológico: ausência de derrube significativo, a existência de quantidades de argila não explicável só pela deposição decorrente da condenação e abandono do sítio, e pela

<sup>66</sup> Jorge, Susana O. 2005. *Pensar o espaço da pré-história recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, O Passado é Redondo*, Edições Afrontamento, Porto, 182.

existência de negativos de elementos vegetais impressos na mesma, que um sistema construtivo possível para explicar a arquitectura de Castelo Velho seria a associação de uma técnica da família da taipa – terra modelada (*cob* em inglês) – sobre a base pétreo. A presença de vestígios de elementos vegetais no registo arqueológico poder-se-ia explicar pela cobertura de algumas das estruturas circulares mais pequenas com uma armação de troncos de árvores cobertas de vegetação seca, eventualmente impermeabilizadas com “terra”. Não seria de todo absurdo pensar a existência de uma zona coberta junto ao muro de delimitação do recinto que permitisse cobrir algumas zonas de actividades relacionadas com as estruturas do interior que se localizam junto ao mesmo, no entanto esta hipótese é de difícil verificação arqueológica.

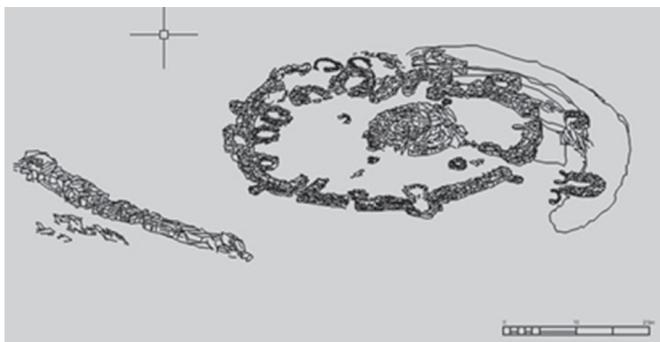


Figura 5 – 3D Castelo Velho

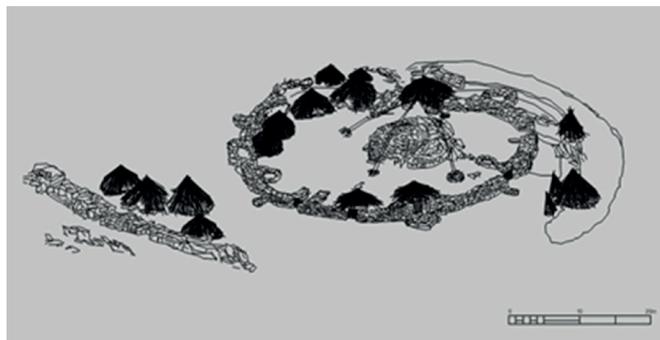


Figura 6 – 3D Castelo Velho reconstituição hipotética 1

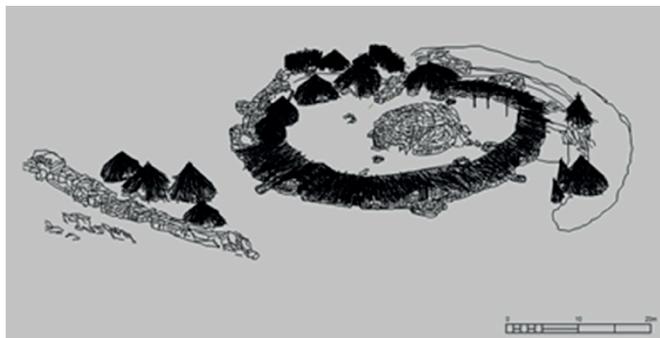


Figura 7 - 3D Castelo Velho reconstituição hipotética 2

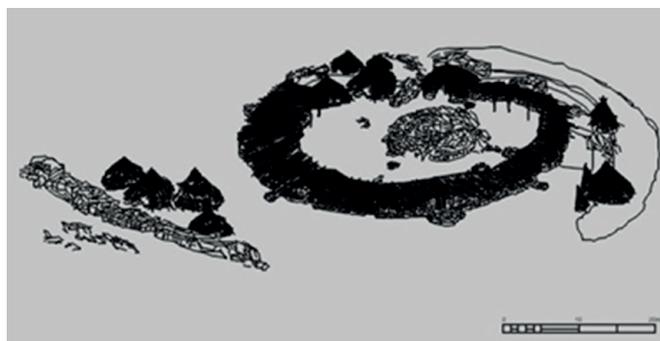


Figura 8 - 3D Castelo Velho reconstituição hipotética 3

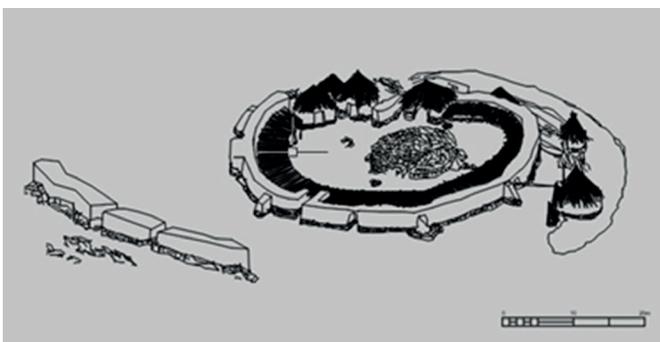


Figura 9 - 3D Castelo Velho reconstituição hipotética 4

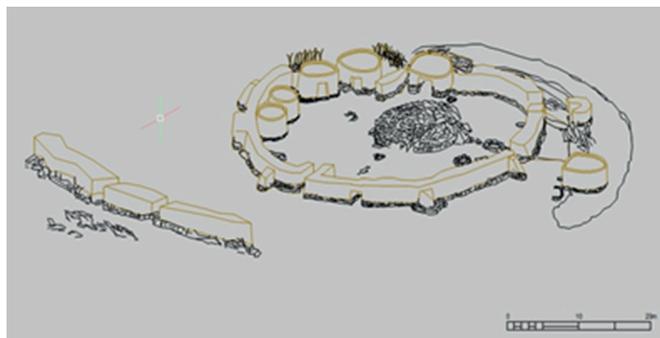


Figura 10 – 3D Castelo Velho reconstituição hipotética 5

## CONCLUSÃO:

Os pressupostos que presidiram à tentativa de definir um sistema construtivo que pudesse responder as características de um sítio como Castelo Velho, assentam por um lado nos materiais construtivos disponíveis no sítio, por outro na investigação sobre os aspectos mais ou menos intangíveis respeitante ao sítio. Esses pressupostos deixam «alternativas de sentidos» e «...vários significados concorrentes...» que apenas permitem “...tentar «visualizar» o que poderia ter sido o aspecto físico do povoado...”<sup>67</sup>. Questões como a da definição da altura do muro implicam uma reflexão sobre a sua função defensiva ou delimitadora ou as duas, que em parte não me parecem poder ser respondidas só pelas técnicas construtivas, assim como a assunção de uma ou outra posição não permitem definir em absoluto qual o sistema construtivo. Não se pode descartar a hipótese defensiva com base na fraca resistência que um muro como o que poderia ter existido em Castelo Velho. Se este fosse de terra monolítica, a sua altura e espessura seriam possivelmente suficientes para travar uma agressão externa de um grupo pequeno, já a multiplicação de entradas e outros aspectos sublinhados na bibliografia sobre o sítio me parecem mais consistentes como argumento “desconstrutor” da hipótese defensiva. A existência de uma só linha de muro não parece ser igualmente um indício por ai além de um espaço de defesa.

<sup>67</sup> Lopes, Susana – *colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectórias das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular* e *Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectórias das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular*. In *O Passado é Redondo*. Pág. 58.

A existência de uma ideia fundadora não me parece absurda, mesmo que não houvesse um plano pré definido bem arquitetado, e que a imagem final dos sítios só se tivesse materializado no final da sua construção e em última análise no momento do seu condenamento. O tempo de uso é em qualquer caso longo de mais para permitir alguma imobilidade construtiva, devendo ter implicado uma constante remodelação do sítio, quando muito não seja pela renovação e mudança dos elementos menos perenes.

## BIBLIOGRAFIA

Bradley, Richard 2001. *The significance of monuments: on the shaping of human experience, Neolithic and bronze, 2<sup>nd</sup>*. Ed. London: Routledge, London.

Casella, Gabriella 2003. *Gramáticas de Pedra, Centro Regional de Artes Tradicionais, Porto*.

Correia, Mariana; Merten Jacob 2003. *A taipa Alentejana: sistemas tradicionais de protecção* [on line]. ESG/Escola Superior Gallaecia CICRA/Centro de Investigação de Construção Rural e Ambiente. <http://www.cefetsp.br/edu/sinergias/8p2c.html>.

Dethier, Jean 1993. *Arquitecturas de Terra: trunfos e potencialidades de um material de construção desconhecido*. Europa, Terceiro-mundo, Estados Unidos, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, Lisboa.

Frampton, Kenneth 1998. *Introdução ao estudo da cultura tectónica*, Lisboa AAP-CDN; Matosinhos Contemporânea, Lisboa.

Gomes, Celso 1982. Argilas o que são e para que servem. O que temos. *Geonovas – revista da associação portuguesa de geólogos*, vol. 1, fasc. 4.

Jorge, Susana O. 2003 (coord). *Recintos Murados da Pré-História recente*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Jorge, Susana O. 2005. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação. *O Passado é Redondo*, Edições Afrontamento, Porto.

Jorge, Susana O. 2005. *Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectórias das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular*, *O Passado é Redondo*, Edições Afrontamento.

Jorge, Susana O. 2005. Pensar o espaço da pré-história recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica. In *O Passado é Redondo*, Edições Afrontamento, Porto.

Jorge, Vitor O 2002. Arqueologia dos monumentos da pré-história recente –algumas sugestões interpretativas. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Ciências e Técnicas do Património, I série vol. 1, Porto.

Jorge, Vitor O. 1993 (coord). *1º congresso de arqueologia peninsular – actas I*. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto.

*Marcuse, Ian co-coord. (?). What is cob? [on line]. Down to Earth Building Bee.* <<http://www.alternatives.com/cob-building/what.html>> -

Pisani, Maria Augusta Justi 2004. *Taipas: a arquitectura de terra* [online]. São Paulo. Sinergia-Revista do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. <http://www.cefetsp.br/edu/sinergia/8p2c.html> .

Ramos, Luís Maldonado; Ramos, Jaime Maldonado; Cóssio, Fernando Vela 1998. *De Arquitectura y Arqueologia*, Editorial Munilla-Lería, Madrid.

Vários (coord. Gilles Nourissier). 2002. *Architecture Traditionnelle Méditerranéenne*, Ecole de Avignon – réseau CORPUS.

Vários (coord. Maria Fernandes e Mariana Correia). 2005. *Arquitectura de terra em Portugal*, Argumentum, Lisboa.

# REVISITAR O ESTUDO DOS PESOS DE TEAR DE CASTELO VELHO DE FREIXO NUMÃO. AS DEPOSIÇÕES COMO UMA ANTOLOGIA DE EXISTÊNCIAS

## *REVISITING THE STUDY OF THE LOOM WEIGHTS FROM CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO. THE DEPOSITIONS AS AN ANTOLOGY OF EXISTENCES*

Sérgio Gomes

CEAACP - Universidade de Coimbra

### RESUMO

Neste texto é reavaliado um trabalho anteriormente apresentado acerca dos pesos de tear do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão (Gomes 2013). É discutido o modo como tal trabalho desenvolve a análise dos contextos onde aparecem este tipo de artefactos e as conclusões a que se chegou em tal análise. A partir da ênfase que foi dada à prática de deposição na interpretação dos contextos, salienta-se que não foram exploradas as possibilidades interpretativas que as deposições comportavam enquanto uma unidade do registo arqueológico. Com efeito, a argumentação suspende a interpretação das deposições a uma escala contextual, subindo à escala do recinto para posicionar as práticas de deposição no quadro de relações intra e inter-comunitárias que estariam associadas à sua construção. Neste movimento, é reproduzido um esquema narrativo que tem privilegiado a ação de outras entidades (a arquitetura e a cerâmica, por exemplo) como estratégia de organizar a narrativa. Para além disto, este movimento também parece ignorar que as práticas de deposição – enquanto práticas de consignação de diferentes elementos – fazem emergir novas entidades, que teriam participado na cena social das comunidades pré-históricas. Face a isto, defende-se que é necessário reorientar a análise e os esquemas narrativos para recriar o lugar destas existências nas narrativas que produzimos sobre a pré-história.

**PALAVRAS CHAVE:** pesos de tear; recintos murados; Pré-história Recente; contexto; deposição; narrativa

## **ABSTRACT**

This text reviews a previous study about the loom weights from Castelo Velho de Freixo de Numão (Gomes 2003). By analyzing how the contextual analysis was developed and how it was focused on the identification of deposition contexts/practices, it is discussed how the importance of such contexts is then diminished regarding a hegemonic discourse on the architecture of the enclosure. Indeed, the study suspends the interpretation of depositions on a contextual scale, moving up to the scale of the site within which depositions practices are interpreted as part of intra and inter-community relationships associated to the construction of the enclosures. Moreover, this orientation of the interpretation also seems to ignore that within the deposition practices - as practices of consigning different elements - emerged new entities forged by the assembling and mixing of different elements. These new entities would have participated in the social scene of prehistoric communities, however in the construction of the archaeological narrative they are overshadowed regarding a main actor: the enclosure. In view of this, it is argued that it is necessary to reorient the analysis and narrative schemas in order to create a place for these new entities; to create a point of view on their existence.

**KEY WORDS:** loom weights; walled enclosures; Late Prehistory; context; deposition; narrative

## **INTRODUÇÃO**

Este texto é um trabalho de reescrita; como todos os textos. Neste caso sinto mais esta condição de reescrita porque o que aqui se reescreve é um texto apresentado há quase dez que, por sua vez, se fazia corresponder com um texto redigido durante o ano de 2003: uma tese de mestrado em arqueologia, apresentada à FLUP, que versava sobre um estudo feito sobre os pesos de tear, e outros elementos considerados em relação com a prática da tecelagem, no Castelo Velho de Freixo de Numão (Gomes 2003). A palavra *revisitar*, usada

no título deste texto, invoca este trabalho de reescrita; invoca as ligações entre um texto publicado, um texto por publicar e um texto em publicação. Um trabalho de reescrita que me pareceu necessário depois da leitura do texto de há dez anos; um trabalho de reescrita porque há dez, como agora, o que está em jogo são as possibilidades de estudar o que se enuncia no restante título deste texto: os pesos de tear de Castelo Velho Freixo de Numão.

Em linhas gerais, no texto 2003, foram exploradas duas possibilidades de se estudar os pesos de tear: a análise tipológica e a análise contextual. Aqui, daremos maior relevância à análise contextual, centrando a atenção no modo como foram definidos os contextos em 2003 e os exercícios de interpretação dessa leitura do registo arqueológico. Como veremos, a delimitação dos contextos de pesos de tear encontrava-se em associação com a individualização de unidades espaciais, ou espacialidades (Ledrut 1999), cuja coerência/sentido permitia o reconhecimento de práticas sociais em que os pesos de tear teriam participado. Na problematização de tais cenários, destacava-se a prática de deposição como estratégia para compreender o sentido da presença dos pesos de tear neste recinto murado da Pré-história Recente do Alto Douro. Na edificação de tal sentido, privilegiou-se a interpretação global do recinto como um dispositivo arquitetónico num processo de monumentalização da paisagem (e.g. Jorge 1994, 1999), para o qual não era possível conceber uma função específica, a não ser o de constituir uma arena social de negociação de relações de identidade, memória e território por parte de comunidades em vias de consolidação de um sistema agro-pastoril. Esta perspetiva desafiava a interpretação das possibilidades de os pesos de tear terem participado em tal arena, excedendo a sua manipulação no âmbito do sistema de atividades relacionados com a tecelagem, e prestando-se à sua manipulação em práticas de deposição associadas a um processo de monumentalização da paisagem. No quadro desta orientação teórica, a leitura do registo arqueológico procurava o reconhecimento de contextos de deposição. Em 2003, o estudo contextual dos pesos de tear foi, deste modo, conduzido no sentido de atualizar uma narrativa ampla a uma escala de análise definida em função de uma categoria de artefactos.

Tendo em conta a orientação que foi dada ao estudo de 2003, parece-me ser necessário a sua revisitação no sentido de discutir: por um lado, os

contextos de deposição enquanto objeto de análise em arqueologia pré-histórica; e, por outro lado, o modo como participam na produção das narrativas sobre a Pré-história Recente. Considerando o objetivo desta revisitação, este texto começará por abordar alguns dos contextos definidos em 2003, e o modo como tal estudo se articula com outros estudos acerca da natureza e do papel das deposições nos recintos murados de Castelo Velho (Baptista 2003; Gomes 2003; McFadyen 2016; Oliveira 2003, Jorge 2005, 2014) e Castanheiro do Vento (Vale 2003, 2011, no prelo). Posteriormente, questionaremos os desafios que o objeto de análise deposição aporta às dinâmicas narrativas em arqueologia pré-histórica. Para tal, será enfatizado que as deposições, sendo uma prática de consignação de diferentes elementos num mesmo espaço, são uma prática de composição de novas entidades; novos agentes que é necessário considerar nas narrativas sobre a pré-história. Assim, com o pensamento de M. Foucault (2006 [1977]) e M. Plucienick (1999, 2002), procura-se olhar as deposições como uma unidade (que resulta da congregação de múltiplas unidades) cuja singularidade se desvanece nas narrativas arqueológicas, sendo necessário vincar o papel destas unidades na edificação da narrativa sobre o passado; sendo necessário fazer uma antologia de existências (Foucault *ibid.*) que, dando conta da sua singularidade, desafie as práticas discursivas em arqueologia.

### **(Gomes 2003): um registo dos pesos de tear de Castelo Velho de Freixo de Numão**

#### **O desafio do texto**

O texto de 2003 foi escrito tendo em consideração a discussão do papel dos recintos murados no contexto das dinâmicas de territorialização e consolidação do sistema agro-pastoril da Pré-história europeia. O que estava em causa, era a desmistificação de uma imagem de povoado fortificado – ou fortificação – construída por propostas interpretativas da corrente histórico-cultural e da corrente processual (Jorge 1994). No âmbito destas correntes, os recintos seriam o resultado de pressões demográficas (decorrentes de migrações ou crescimento interno de populações), que teriam desencadeado uma complexificação de dinâmicas sociais e modos de produção, estabelecendo

um regime de competição por recursos, no qual a estratégia de fortificar espaços teria sido a resposta lógica por parte de comunidades sedentárias cada vez mais dependentes dos seus territórios de exploração. A eficácia desta orientação teórico-metodológica, e a atração da imagem explicativa que proporciona, fez-se sentir na primeira abordagem feita ao Castelo Velho (Jorge 1993), na qual o sítio é apresentado como um povoado fortificado e enfatizada sua importância no quadro da definição da sequência cronológica e cultura da pré-história recente do norte de Portugal. Porém, num exercício verificacionista dos modelos explicativos avançados por estas correntes arqueológicas, no qual o Castelo Velho era comparado com outros sítios semelhantes da Península Ibérica, é salientado que o sítio, a par dos outros sítios peninsulares, não apresenta indícios que permitam sustentar a explicação da construção de povoados fortificados (Jorge 1994). Isto é, o registo arqueológico não apresenta elementos que, de modo inequívoco, atestem a interação, a complexificação e a intensificação de relações intra e inter-comunidades que suportariam um tal estado de competitividade, justificando o aparecimento de territórios polarizados em torno de fortificações para albergar pessoas e bens e vigiar o território.

Face à inoperatividade da interpretação disponível para este tipo de dispositivos arquitetónicos, tornou-se importante perguntar de que servia analisar um dispositivo arquitetónico em arqueologia. E face a esta pergunta, entender a arquitetura como uma prática de delimitação espacial e temporal, na qual se congregam diferentes materiais, e com os quais se recriam as condições de ação (Jorge 1994). Quer isto dizer que o inquérito arqueológico deveria fazer-se acompanhar do pensamento dos arquitetos no seu processo de recriação das dinâmicas temporais e espaciais para compreender os vestígios do passado. Tal vontade de compreender a singularidade arquitetónica implicou uma reorientação do inquérito colocado ao Castelo Velho. Com efeito, à metáfora do arqueólogo detetive, que tende a desenvolver-se numa lógica de causalidade – de causa/efeito – procurando no registo os efeitos de determinadas causas, contrapõe-se um questionário acerca das possibilidades e limites de ação (Jorge 1994; Barrett 1994, 1997). Assim, no diálogo entre a arqueologia e a arquitetura, os recintos deixam de ser discutidos à luz de um inquérito que privilegiava o conhecimento da sua função num processo de territorialização e consolidação do sistema agro-pastoril, para serem

analisados enquanto lugares cuja construção, estando associada a tal processo, participa enquanto prática que lança as condições para uma possível emergência de unidades territoriais e identitárias.

Nesta reorientação do inquérito, os recintos tornam-se um objeto de análise para discutir as possibilidades de devir destas comunidades. O texto de 2003 articula-se com esta inversão e ensaia com os sentidos que podem ser lidos no registo arqueológico. A análise contextual desenvolvida afasta-se da relação imediata entre estes artefactos e o sistema técnico da tecelagem, tentando compreender o modo como teriam participado na construção deste lugar. Em linhas gerais, deixa de ter em conta os pesos como um indício de uma determinada atividade – a tecelagem – e presta mais atenção ao modo como participavam na delimitação das possibilidades de ação no Castelo Velho. Nesta direção do inquérito, e com base na análise contextual, tenta pensar os pesos como dispositivos que, na sua articulação com outros dispositivos, potenciavam a transformação das dinâmicas sociais em que se encontravam a participar. Os contextos dos pesos de tear pareciam ironizar com a tecelagem de formas muito distintas: os pesos apareciam em grupos ou isolados; apareciam em associação com restos humanos; dentro do murete delimitador do recinto; ou na base das estruturas... reportando-nos, com essa ironia, para uma onírica prática de deposição de objetos, na qual eram congregados diferentes elementos e negociados os seus sentidos. No texto de 2003, os pesos de tear não eram pesos de tear, pareciam ser outra qualquer coisa; e nessa condição de outra qualquer coisa desafiavam como se podia interpretar o registo arqueológico.

## **A abordagem contextual**

O método da abordagem contextual utilizado em 2003 era descrito da seguinte forma:

“Numa primeira abordagem procede-se à caracterização e contextos identificados em campo onde ocorrem “pesos de tear”. A caracterização varia de contexto para contexto devido ao facto de, neste momento, não estar disponível o estudo de outras categorias de artefactos cujo conhecimento contribuiria decisivamente para uma abordagem mais exaustiva desses contextos. // Todavia, considerou-se que seria necessário proceder, numa primeira fase, à

selecção de contextos tendo como critério principal a sua preservação. Quanto aos restantes contextos onde ocorrem “pesos de tear”, a sua abordagem prescinde-se para outros momentos de pesquisa. Sempre que possível, procedeu-se à sua correlação com contextos estudados no sentido de criar novas hipóteses de trabalho. // A interpretação dos contextos processa-se em função de três grandes parâmetros: o primeiro prende-se com a sua localização e composição, o segundo diz respeito às questões técnicas levantadas aquando da abordagem tipológica e dos exercícios de inferências de actividades, o terceiro corresponde à associação do contexto (particular) com as grandes áreas do monumento (geral). Sempre que possível recorre-se à abordagem de outros contextos (particular) no sentido de contribuir para uma problematização das interpretações que possam decorrer deste processo. // Está-se, desta forma, no âmbito da tentativa de interpretar o registo arqueológico enquanto uma acumulação de espacialidades decorrentes de múltiplas acções humanas e fenómenos pós-deposicionais, sendo que a única forma de abordar esse palimpsesto passa pela definição de limites e da articulação dessas unidades num todo que lhe confere coerência, dependendo simultaneamente das singularidades identificadas para funcionar coerentemente” (Gomes 2003: 120-121).

A estes procedimentos subjazia uma ideia de contexto enquanto uma unidade de registo que se constrói no processo interpretativo e cujos limites dependem do ponto de vista do intérprete (Thomas 1999: 95). O contexto seria uma unidade em articulação com outras unidades. Enquanto parte de um todo com o qual interage no sentido de uma actualização de ambos, sendo que a interpretação do contexto deveria ser orientada no sentido de compreender os modos pelos quais se torna possível essa actualização. Assim, a abordagem contextual procurava discutir as tensões nas quais as unidades e o todo se constituem enquanto tal. Os limites físicos identificados no trabalho de escavação serviam de primeira abordagem à definição dessa unidade, estando o estudo limitado a um conjunto de contextos delimitados em campo. Porém, a construção de contextos era entendida como um procedimento que excede o momento de escavação e, neste sentido, o trabalho a realizar era o de procurar delimitar novos contextos dos pesos. Assim, partindo da análise da distribuição espacial, enunciava-se um conjunto de hipóteses de delimitação de outros contextos (Gomes 2003: 134-136). Os exercícios de interpretação do registo arqueológico não eram assim uma leitura indolente de

um diário de escavação, mas o modo como pela contextualização (entendida como um modo de discussão da articulabilidade dos fenómenos (Zemelman 2003), esse diário podia estar em permanentemente reescrita. Com efeito, o modo como foi orientada a análise contextual, privilegiava o ensaio com as espacialidades (Ledrut 1999) dos pesos, isto é, ensaiava com as possibilidades de delimitação de diferentes coerências espaciais a partir de um registo que nos foi dado a experimentar. Nesta procura de coerência, e na imaginação de práticas para os limites espaciais que foram sendo equacionados, as deposições são uma imagem forte que, apesar de pouco nítida, permitiu uma compreensão para a presença dos pesos.

## Deposições

A análise contextual permitiu identificar a participação dos pesos nas seguintes práticas:

“objectos que mimetizam aspectos relacionadas com a tecelagem; objectos depositados em actividades relacionadas com a “fundação” de estruturas; objectos depositados aquando da “construção/ manutenção” de estruturas; objectos depositados em actividades associadas à “condenação” de estruturas; objectos depositados no interior e em redor de estruturas; objectos depositados num processo de manipulação social de ossos humanos” (Gomes 2003: 136-137).

Entre estas práticas, parece haver uma linha em comum: a deposição de elementos que, de um ponto de vista material, se expressa numa acumulação circunscrita espacialmente e que, de um ponto de vista arqueológico, apresenta uma expressão que leva à sua individualização entre os elementos que compõem o registo arqueológico (veja-se as Figuras 1, 2 e 3 relativas a diferentes contextos de deposição estudados em 2003). Estas deposições destacavam-se, então, pelo reconhecimento de uma certa rigidez formal, que se entendia como preservada, na qual se admite existir uma intenção de agregação de diferentes elementos que teriam concorrido no horizonte de experiência das comunidades pré-históricas. A identificação da deposição relacionava-se, deste modo, com a fisicalidade do contexto arqueológico, não sendo, porém, uma interpretação acerca do sentido desse contexto. É um ponto de partida para se indagar o seu sentido.

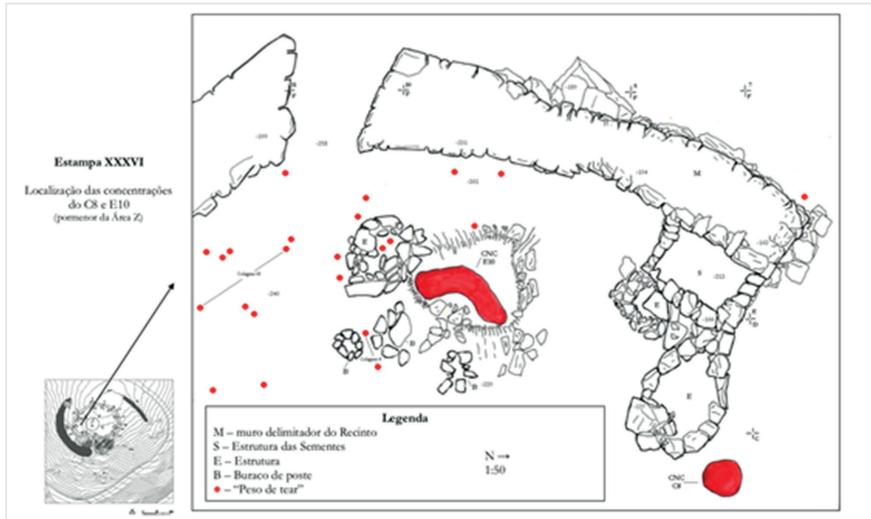


Fig. 1 – Gomes 2003: Estampa XXXVI. Representação gráfica da distribuição especial dos pesos de tear na Área Z, uma área de concentração de diferentes categorias artefactuais, localizada no lado oeste do recinto (Jorge 2002). Nesta área, onde ocorre um elevado número de pesos de tear, foram também identificadas duas concentrações: a CNC E10; e a CNC C8.

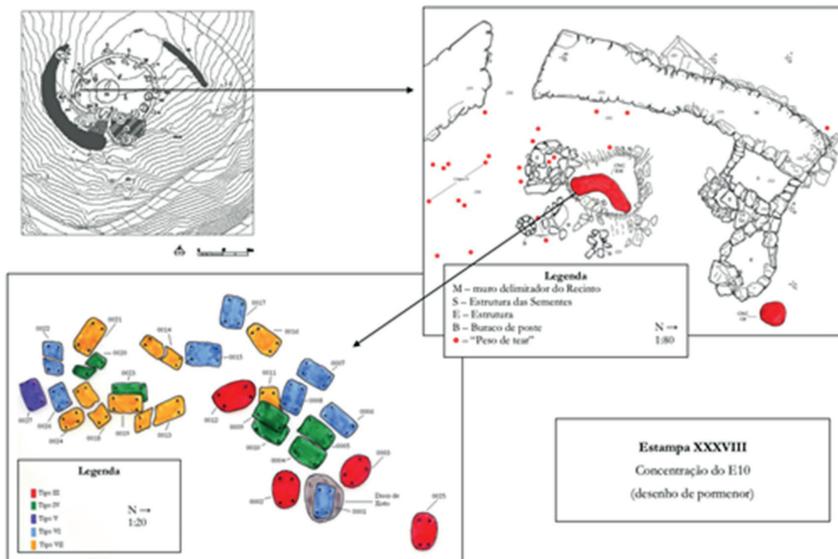


Fig.2 – Gomes 2003: Estampa XXXVIII. Representação gráfica relativa à concentração CNC E10.

No texto de 2003, esta concentração é lida no sentido de ensaiar diferentes duas possibilidades interpretativas: um contexto de ruína de um tear vertical; um contexto de armazenamento dos pesos, que poderiam posteriormente ser utilizados na montagem de diferentes soluções de urdiduras. No desenvolvimento destas duas hipóteses, chama-se a atenção para a proximidade espacial deste contexto com a estrutura das sementes, identificada com a letra S, na qual o enchimento con-funde fragmentos cerâmicos e sementes de cereal sugerindo um contexto de deposição de diferentes elementos que participariam num contexto de armazenamento (Jorge 2002). Considerando a natureza deste contexto, e a sua proximidade relativamente à concentração de pesos, pergunta-se se tal concentração não estaria envolvida também num cenário de deposição, na qual seria invocada a prática da tecelagem. E, na mesma linha interpretativa, questiona-se a concentração CNC C8 não teria estado também relacionada com esta prática de deposição.

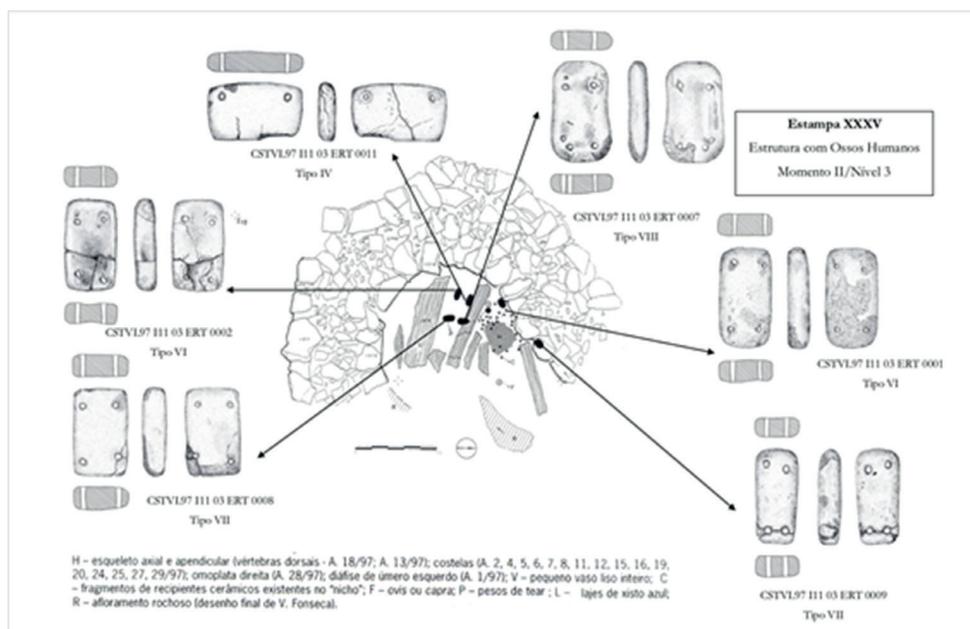


Fig.3 - Gomes 2003: Estampa XXXV. Representação gráfica da distribuição espacial dos pesos de tear num dos momentos de enchimento da estrutura ritual com ossos humanos (Jorge 2002). Na análise deste contexto, salientava-se o modo como os pesos participavam em diferentes momentos de uma realidade englobava, entre outros elementos, ossos humanos.

Na exploração do sentido destas deposições, o texto de 2003 ensaia a sua associação ao conjunto de práticas que teriam sido desenvolvidas neste recinto no âmbito de uma atualização de relações intra e inter-comunitárias. Esta orientação prende-se com a irredutibilidade destas deposições. Face à impossibilidade de se manter um discurso à escala de análise contextual, suspendia-se a análise da especificidade destes contextos e, subindo a escala de análise, a sua diferença era domesticada num discurso sobre o recinto e o seu papel no processo de sedentarização e consolidação do sistema agro-pastoril. Ou, por outras palavras: o Castelo Velho não era um povoado fortificado porque os seus contextos não permitiam inferir a domesticidade de um povoado, nem as estruturas apresentavam um caráter defensivo que permitisse pensar a sua eficácia num contexto de estratégia militar; os pesos de tear não eram usados como pesos de tear porque o contexto não permitia inferir de forma inequívoca a sua ligação à prática da tecelagem; as deposições não permitiam estabelecer uma plataforma suficientemente inteligível que permitisse ensaiar um discurso sobre a sua diferença; e, sem outro recurso à vista, o discurso sobre as deposições, e sobre os pesos, diluía-se no discurso sobre o dispositivo arquitetónico para manter a singularidade destas entidades.

A propósito da diluição da singularidade das deposições no discurso sobre os recintos, veja-se o modo como os trabalhos de Lúcia Baptista (2003), Lesley McFadyen (2016), Maria de Lurdes Oliveira (2003), Susana Soares Lopes (Jorge 2005, 2014) e Ana Vale (2003, 2011, 2019) acabam por revelar uma dinâmica idêntica.

Vale (2019) a propósito da ocorrência de 41 fragmentos cerâmicos, um fragmento de chifre de bovívdeo, espinhas de sável ou savelha, um peso de tear, uma lasca de quartzito e um núcleo em quartzo leitoso no interior de uma pequena estrutura de lajes de xisto, liga esta acumulação/deposição à invocação de elementos a diferentes elementos da geografia regional e aos ciclos temporais em que se processa a construção de Castanheiro do Vento. Nesta invocação de espaços e tempos, Vale vê a deposição – enquanto congregação/consignação de materiais – como uma prática de arquitetura; a deposição é arquitetura. Os desdobramentos potenciados pelo discurso sobre as deposições são depois conduzidos à dobra de um recinto que se impõe como uma casa (Vale 2011); uma casa que é o ator maior da narrativa.

McFadyen (2016), no estudo de fragmentos de algumas das deposições do Castelo Velho, questiona o processo de fragmentação que estaria inerente a esta prática. Desta perspetiva, reforça o carácter fragmentado e o estatuto de fragmento de tais elementos na composição das deposições (ver também Baptista *ibid.*; Oliveira *ibid.*). A par disto, salienta também que fragmentos de um mesmo recipiente numa mesma deposição podem exibir estigmas que remetem para diferentes usos após a sua fragmentação, ou seja, sugerindo uma alargada e complexa teia de práticas que poderiam concorrer numa mesma deposição. Uma alargada e complexa teia que é exponenciada quando se considera que tal natureza fragmentária da componente cerâmica exige pensar em contextos que estão em falta e que remetem para um infinito número de entrelaçamentos entre práticas distribuídas num território por definir. Para falar deste território, a narrativa centra-se nos muros do recinto do Castelo Velho, nas passagens e nas suas condenações, nos enchimentos de estruturas escavadas na rocha... uma narrativa da vida de elementos arquitetónicos específicos.

Lopes (Jorge 2014) lê a tradução de McFadyen como um ensaio com a estranheza do passado e a ambiguidade dos vestígios do passado e, nesta leitura, vê as deposições do Castelo Velho como uma realidade dobrada sobre si mesma cujo sentido nos escapa. Face a tal sentido em fuga, Lopes relembra que a arqueologia pode não aceder a esse sentido, mas permite-se cartografar os sistemas de signos em que esse sentido é edificado. Neste caso, seria a cartografia de um sistema de signos de um dispositivo arquitetónico: o Castelo Velho. A narrativa em potência é a do sistema de signos de um recinto que, na sua condição de monumento, acolhe em si práticas cerimoniais das quais resultam deposições.

Nestes exemplos, a análise das deposições permite exceder as escalas de análise e reorientação dos inquéritos em desenvolvimento. Excede-se e reorienta-se a análise usando as dobras de cada deposição como uma estratégia de atualização. Porém, neste movimento, a deposição – enquanto existência singular – perde o seu protagonismo face ao peso da análise de cada uma das partes que a constitui e questões que a sua estranheza suscita. A sua unidade acaba por ficar diluída numa narrativa que segue um objeto de análise privilegiado: o dispositivo arquitetónico. Parece que no movimento da

exploração dos sentidos das deposições não há outra alternativa a não ser o de reproduzir a uma escala contextual aquilo que estava já definido à escala do sítio; servindo as deposições para colmatar com aquilo que ainda não estava dito sobre a narrativa dos recintos monumentais. Entre o que já foi dito e o que ainda há a dizer, tem de haver outra possibilidade de fala para a diferença destas existências; para o silêncio da realidade dobrada das deposições.

### **As deposições como uma antologia de existências**

Os contextos de deposição da Pré-história Recente apresentam inúmeros exemplos de associação entre diferentes categorias de artefactos. Estas associações são perspetivadas enquanto o resultado de um conjunto de práticas de atualização das relações entre os diferentes elementos que teriam participado no mundo destas comunidades. No sentido de problematizar tais relações, as deposições são entendidas como uma “soma de partes” para, a partir dessas “partes”, tentar reconhecer o conjunto de espaços e de tempos que se encontram congregados nessa “soma”. Frequentemente, as espacialidades, as temporalidades e as práticas reconhecidas nestas “partes” são entendidas enquanto elementos que são invocados, pela prática de deposição, na produção de lugares que atualizam as relações entre comunidades e territórios. Em traços gerais, esta abordagem permite compreender a multiplicidade de relações que teriam concorrido na formalização destas deposições e, assim, contribuir para a compreensão do seu papel enquanto prática social. Na edificação desta trama de ligações, a análise acaba, porém, por descuidar que nesta prática de associação de diferentes “partes” há uma “soma” que poderia ter sido, ela própria, uma nova unidade.

Na associação entre diferentes partes há a possibilidade de emergência de outras unidades que teriam também participado, enquanto agentes sociais, nas dinâmicas destas comunidades. Neste sentido, as deposições são práticas de exploração e congregação do devir de entidades prévias e que, nesta exploração, fazem emergir novos atores sociais; ou novas existências. Pensar nestas novas existências é uma estratégia necessária para centrar a análise à escala e no âmbito das deposições. Note-se que este trabalho é feito a propósito dos artefactos e das arquiteturas. Um utensílio lítico é entendido

enquanto dispositivo que emerge num conjunto de práticas e que, por sua vez, gera outras práticas; a sistematização de cadeias operatórias é uma tradução desta existência. O mesmo se passa com recipientes cerâmicos ou objetos metálicos, a olaria ou metalurgia são práticas que exploram o devir dos materiais para gerar atores que, por sua vez, ativam outras práticas (de interação ou intensificação de relações sociais e económicas, por exemplo). No caso dos dispositivos arquitetónicos, o estudo de técnicas construtivas fala-nos de da emergência destes atores, dando ênfase ao modo como reconfiguram as relações entre os materiais (a pedra, a argila e a madeira), reconfigurando também as relações entre elementos da paisagem e o movimento de bens, pessoas e ideias. Tal exploração não se passa com as entidades que emergem das/nas deposições; parece serem entidades que, colocando-se em fuga no momento de interpretação/definição, são depois convocadas a uma narrativa que a faz deslizar entre vários atores (a cerâmica, a arquitetura...); um deslizamento que perpetua a sua fuga. Face a isto, parece ser necessário contrariar esta tendência e ensaiar um modo de analisar e de narrar mais ajustado a estas existências. Um modo de analisar e narrar mais ajustado à resistência que estas existências apresentam no trabalho de redução necessário à sua compreensão.

## Antologia de existências

A expressão “antologia de existências” usada no título desta secção, foi retirada do texto “A vida dos homens infames” de Michel Foucault (2006 [1977]). Neste texto, Foucault analisa as *lettres de cachet*, um documento que corresponde a uma “ordem de prisão com o selo real” utilizado em França durante a Época Moderna. Estes documentos permitiam que os súbditos reportassem diretamente ao Rei os problemas do seu quotidiano. Para se ter uma ideia do que trata este tipo de instrumento jurídico, veja-se um dos exemplos dado por Foucault acerca dos seus conteúdos. Neste caso, a denúncia é feita pela mulher de Nicolas Bienfait, que:

“toma a liberdade de representar muito humildemente a Vossa Senhoria que o dito Nicolas Bienfait, cocheiro de aluguer, é um homem muito desabrido que a mata com pancada, e que vende tudo tendo já feito morrer as suas duas mulheres de que a primeira matou-lhe o filho no corpo, a segunda depois de lhe ter comido e vendido, com os seus maus-tratos a fez morrer

à minguá, a ponto de querer estrangulá-la na véspera da morte... A terceira, quer-lhe comer o coração no churrasco para não falar em muitos outros assassínios que fez; Senhor meu, lanço-me aos pés de Vossa Grandeza para implorar a Vossa Misericórdia. Espero da vossa bondade que me façais justiça, pois estando a minha vida em risco a todo momento, não deixarei de pedir ao Senhor pela conservação de vossa saúde..." (ibid.: 120-121).

Face a estes documentos, Foucault encontra o registo de "vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desditas e aventuras sem número, recolhidas numa mão-cheia de palavras. Vidas breves, achadas a esmo em livros de documentos" (ibid.: 89-90). No estudo destes registos, e das vidas com que se correspondem, Foucault, ao invés de se centrar numa perspetiva biográfica sugerida pelo conteúdo do documento, opta por dirigir a sua análise à dinâmica de relação entre o poder e o saber que as *lettres de cachet*, enquanto dispositivo, ativaram durante o período da sua utilização. Como salienta Foucault, estes documentos refazem as relações entre o monarca e os súbditos, permitindo que num mesmo suporte fossem agregados pelo menos dois súbditos, aquele que denuncia e o denunciado, e o rei, ou seja, é um dispositivo que excede as relações espaciais permitindo a encenação de um face a face entre três agentes de um mesmo contexto histórico. A par desta relação triangular, há outros agentes do contexto histórico que suportam essa relação ao permitir o seu registo, como é o caso dos funcionários da Casa Real que poderiam participar na redação das *lettres de cachet*.

Neste documento é colocado um conjunto de relações entre indivíduos que, enquanto relações de conflito e mediação, potenciam que esse conflito e mediação sejam usados como estratégia de alargamento do saber acerca dos indivíduos, das suas vidas e das suas relações, e de alargamento das possibilidades de se administrar e transformar os indivíduos e as suas vidas. Neste sentido, as *lettres de cachet* não são apenas um registo da vida destes indivíduos, mas um elemento que participa nas suas condições de vida; é um instrumento que possibilita a existência destas vidas. Uma existência biopolítica que, entre as relações de poder/saber, fez com que a infâmia fizesse emergir todo um conjunto novo de atores, designadamente de natureza médico-jurídica: os criminosos e as vítimas; os técnicos e burocratas que o crime exige para ser reconhecido; as arquiteturas para o governo de criminosos e

vítimas; entre outros dispositivos que se criam para potenciar e regular estas existências e práticas discursivas.

A par destes novos atores e novos cenários, o quotidiano - uma realidade dobrada em registos de silêncio - vê-se obrigado a fazer-se ouvir e ser posto no discurso das diferentes análises a que se prestam estes novos atores e novos espaços. Considerando esta trama entre os poderes e os saberes, o cruzamento entre práticas discursivas e a reificação do quotidiano potenciadas pelas *lettres de cachet*, Foucault recua face à sugestão do documento histórico em seguir as biografias das vidas que aí são enunciadas, preferindo dar atenção ao modo como tais vidas, no seu encontro com este dispositivo, são esquadrihadas, codificadas e ficionadas enquanto existências. É neste sentido que Foucault olha para o seu trabalho como “antologia de existências”: existências, na medida em que remetem para personagens realmente existentes, mas que nos chegam como personagens que são criados numa dinâmica singular do poder e do saber; e antologia porque não trata de reduzir a singularidade de cada uma das vidas a uma única figura – do infame – e fazer-lhe a sua biografia; mas antologia porque é uma estratégia de ir enunciando cada uma das existências e, com uma narrativa centrada em cada uma delas, pensar nas suas possibilidades e limites de provocar nos poderes e nos saberes uma reação de atualização das práticas discursivas e da emergência de novos atores. Uma narrativa que, centrada numa “mão-cheia de palavras”, dá conta da potência da existência de uma singular consignação.

Quando penso nas deposições tendo em consideração este exercício de Foucault, tenho a vontade de as pensar em moldes semelhantes, isto é, de as estudar como um desafio de criação de uma antologia de existências. Um desafio de pensar as deposições como personagens históricos, ou existências, cujas possibilidades não têm sido enfatizadas pelo poder/saber da arqueologia. Com efeito, apesar das nossas possibilidades de as reconhecer enquanto entidades singulares, quando procedemos à sua problematização, rapidamente são incorporadas em esquemas interpretativos nos quais as deposições são formas de qualificar dispositivos arquitectónicos que, por sua vez, são inquiridos em modelos espaciais que procuram cartografar a especialização funcional dentro de processos de territorialização e de construção de identidades coletivas.

Neste esquema de articulação de escalas de análise – e nos esquemas narrativos que aí se desenvolvem – as deposições acabam por se tornar elementos passivos, aos quais não se dá a possibilidade de constituírem uma existência, isto é, de serem personagens realmente existentes: de serem existências singulares que condicionaram o contexto histórico; tal como as pessoas, os animais, os artefactos, os dispositivos arquitetónicos ou os territórios e a multiplicidade dos seus recursos e impedimentos. No fundo, é uma questão de tentar perspetivar não as práticas e os processos em que as deposições são conformadas (e.g. Garrow 2012), mas que tipo de conformações podem ser pensadas a partir da singularidade das deposições. Neste sentido, salienta-se que, prestando mais atenção aos recintos do que às deposições, a arquitetura funciona como uma condição para a emergência destas novas unidades; unidades cuja existência se encontra intrinsecamente associada à casa que as faz nascer. Desta perspetiva, estes sítios parecem casas para uns corpos cuja natureza é outra e cuja anatomia se parece confundir com a própria casa que acolhe a sua existência. Porém, o discurso sobre estas existências não tem necessariamente de seguir este esquema, isto é, o discurso sobre as deposições não tem necessariamente de culminar nos recintos. Pelo contrário, tem de desconstruir este movimento para melhor compreender a existência das deposições e a existência dos recintos.

### **Narrativas; as deposições entre personagens, eventos e enredos**

No sentido de tentar compreender as possibilidades de trazer à frente o papel das deposições vejamos o modo como são construídas narrativas em arqueologia. A este propósito, é de lembrar a análise de M. Pluciennick (1999, 2002) acerca do modo como a narrativa participa na produção do conhecimento da pré-história. Pluciennick (1999) lembra que o conhecimento do passado é constituído, entre outros aspetos, pelas nossas possibilidades e limites de narrar, enfatizando que o esquema narrativo que temos como referência atua desde logo no modo como gerimos a produção e a análise de dados, lançando as condições para constituir os personagens e os eventos das narrativas arqueológicas.

Os personagens de uma narrativa arqueológica são constituídos de acordo com as orientações teórico-metodológicas da pesquisa, sendo equacionados

na relação que os inquéritos permitem desenvolver com os vestígios do passado. Os personagens tanto podem ser constituídos a partir: de expressões materiais, como é o caso de tipos cerâmicos ou tipos arquitetónicos; ou a partir de analogias etnográficas (as comunidades de caçadores-recolectores ou as comunidades de agricultores-pastores). Os eventos, por sua vez, são encadeados de ações que, nesse encadeamento permite organizar cada uma dessas ações enquanto condição ou resultado. O evento exige, deste modo, a definição de um período de tempo e uma dinâmica de ações para esse período. A lógica de encadeamento e a sua delimitação espacio-temporal permitem dar significado a uma ação, colocando em diálogo, ou articulando uma rede de ações. Por exemplo: a construção do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão no III<sup>o</sup> Milénio, na sua correlação com a dinâmica de territorialização, permite definir um período específico no processo de monumentalização ou marcação da paisagem; ou, para quem preferir, a construção do povoado fortificado do Castelo Velho de Freixo de Numão no III.<sup>o</sup> Milénio, na sua dinâmica de territorialização, permite definir um período específico de intensificação e competição pela exploração de meios e recursos regionais e extra-regionais. Ou seja, a constituição de eventos é uma operação crucial na interpretação e criação de narrativas arqueológicas porque é a partir deste processo de delimitação que são criadas as possibilidades para edificar uma ou mais perspetivas, ou reformular perspetivas, que permitem dar significado aos vestígios arqueológicos.

A delimitação de eventos não se processa de forma isolada, exigindo uma relação com aquilo a que Pluciennick (1999) dá o nome de enredo. O enredo de uma narrativa é o que permite a sua compreensão e, por conseguinte, a sua relevância cultural, social e política. Em *Romeu e Julieta*, por exemplo, o enredo corresponde-se com as representações que, de uma forma ou de outra, concorrem no nosso imaginário para nos fazer reconhecer o amor romântico entre duas pessoas e seguir, empatizando ou não, com a possibilidade desta narrativa. O enredo de *Romeu e Julieta*, com os seus personagens e eventos, permite-nos seguir a narrativa e reproduzi-la. E nesta reprodução, proceder à sua atualização. O enredo, neste sentido, é aquilo que nos permite dizer “quem conta um conto aumenta um ponto”. No caso da arqueologia, Pluciennick reconhece que as nossas narrativas, e os nossos modelos

explicativos, se encontram em diálogo com determinadas meta-narrativas, como é o caso do evolucionismo ou o marxismo.

Nesta interação entre personagens, eventos e enredos, a dinâmica narrativa permite ir redirecionando a pesquisa, nomeadamente a partir do jogo de escalas de análise. A análise das deposições tem-se prestado a este jogo; permitindo que, a uma escala baixa, se invoque outras escalas e problemáticas. Contudo, neste mesmo jogo, as deposições perdem protagonismo; a sua individualidade enquanto personagem de uma narrativa desfaz-se em projetos analíticos que privilegiam outros objetos de análise, como se fosse impossível encontrar uma fala para estas existências; ou encontrar uma fala que faça justiça à sua singularidade, ancorando aí o foco da narrativa. Parece que, depois de falar de tudo aquilo que compõe a deposição, no momento de começar a falar da deposição enquanto um novo ator, a narrativa desloca-se para um ator maior, o dispositivo arquitetónico. Como se houvesse um recuo na linguagem da analítica arqueológica face à diferença das entidades que emergem nas/das deposições. Um recuo que faz das deposições apenas o resultado de uma prática. As deposições são o resultado de uma cena anterior; não são atores que emergem das práticas – são um cenário de dois outros atores: as comunidades e os dispositivos arquitetónicos. São cenários de narrativas centradas nestes atores principais. Não há uma narrativa que dê ênfase à sua existência; à des-ordem e vibrante silêncio das deposições.

Como relembra Pluciennick (1999), as possibilidades de narrar também se encontram intimamente com as possibilidades da língua, sendo necessário explorar as linguagens – ou as poéticas – de que se dispõe em arqueologia para alargar as possibilidades de mediação dos vestígios do passado (Shanks 1992, 2012). Não cabe agora, nesta reescrita de um trabalho anterior (Gomes 2003), problematizar o modo como podemos avançar nesta exploração. Mas, como se tem vindo a reforçar, é necessário ver que, na unidade das deposições, há uma in-coerência material, formal e topológica que desafia os esquemas de tradução em arqueologia (Lucas 2012). Uma in-coerência que pode ser usada para explorar as linguagens e os enunciados que usamos enquanto arqueólogos (Joyce *et al.* 2002).

## Considerações Finais

Voltando à ideia de as deposições serem uma realidade com um sentido dobrado sobre si mesma ao qual não temos acesso (Jorge 2005, 2014), devemos ter em atenção que os personagens maiores das narrativas – as arquiteturas, os recipientes cerâmicos ou a indústria lítica, por exemplo – enquanto vestígios do passado (e enquanto existências), cada um com a sua singularidade, não se encontram menos dobrados sobre si mesmo do que as deposições. Porém, a pesquisa arqueológica, nos seus desdobramentos, na sua capacidade de gerar objetos de análise, a partir dos quais aumenta a sua discursividade, soube tratar e cuidar destas singularidades e criar campos de análise (a tipologia, as cadeias operatórias ou a análise espacial), soube criar analíticas específicas que asseguram uma antologia destas existências, garantindo o protagonismo destes elementos nas diferentes narrativas que são produzidas com o sentido de conhecer e dar a conhecer o passado.

No caso das deposições, a situação parece diferente. O protagonismo inicial que se possa dar às deposições parece desvanecer-se no desenvolvimento da análise. Tal tendência, pode estar em associação à fragilidade das deposições enquanto objeto de estudo quando comparado com outros objetos de estudo. Com efeito, a cerâmica, os líticos, os elementos osteológicos ou as arquiteturas são objetos de análise facilmente equacionados em função da coerência da sua ordem material, formal ou topológica; uma coerência que permite ordenar a sua diversidade. As deposições, enquanto unidades compostas de múltiplos elementos, são o oposto desta unicidade, não deixando, porém, de criar uma unidade. Uma unidade que para ser desdobrada precisa de outras analíticas a partir das quais possamos ordenar estas, aparentemente, inordenáveis existências que fogem enquanto agentes de ação nas narrativas; ou enquanto condições de eventos; ou unidades de enredos por considerar. No fundo, é necessário fazer uma antologia acerca destas existências, da sua singularidade, e com essa antologia compreender o modo como as deposições podem fazer diversificar as possibilidades discursivas em arqueologia e, por conseguinte, alargar as possibilidades e os limites de compreender a alteridade que aqui está em cena. Uma antologia de existências que permita uma outra reescrita.

## Agradecimentos

Agradeço à Professora Susana Soares Lopes o convite para participar neste volume e por ter discutido as ideias que aqui apresento; aproveito também para agradecer novamente a sua orientação em diferentes etapas da minha formação académica. No que diz respeito às ideias que apresento sobre as deposições, gostava também de agradecer as discussões que tive com Ana Vale, Lídia Baptista, Lurdes Oliveira, Lesley McFadyen e Sara Luz; agradeço à Joana Alves-Ferreira pela troca de ideias na abordagem ao modo como construímos narrativas em arqueologia; e agradeço também a um(a) revisor(a) anónimo(a) cujas sugestões contribuíram para o enriquecimento do artigo. A investigação foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a bolsa de pós-doutoramento SFRH/BPD/100203/2014 - financiada por fundos nacionais do MCTES, POCH e FCE.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baptista, Lídia 2003. *A cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão. Contributos para a interpretação de contextos de uso*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado policopiada).
- Barrett, John 1994. *Fragments from Antiquity. An archaeology of social life in Britain. 2900-1200 BC*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Barrett, John 1997. Defining Domestic Space. In M. Parker Pierson & C. Richard (eds) *Architecture and Order*, London/New York, Routledge, 79-88.
- Foucault, Michel 2006 [1977]. A vida dos homens infames. In Bragança de Miranda, J. A. & Cascais, António F. (Orgs) *Michel Foucault, o que é um autor?*, Lisboa, Vega, 89-128.
- Garrow, D. (2012). Odd deposits and average practice. A critical history of the concept of structured deposition. *Archaeological Dialogues*, 18, 85-115.
- Gomes, Sérgio 2003. *Contributos para o estudo dos “pesos de tear” de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Exercícios de interpretação do registo arqueológico*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado policopiada).
- Joyce, Rosemary, with the assistance of Preucel, Robert, Lopiparo, Jeanne, Guyer, Caroline, Joyce, Michael 2002. *The Languages of Archaeology. Dialogue, Narrative, and Writing*, Oxford and Malden, MA, Blackwell.
- Jorge, Susana O. 1993. O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal. *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia, Atas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, XXXIII*, fasc. 1-2, 179-221.

Jorge, Susana O. 1994. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*, XI, IIª série, 447-546.

Jorge, Susana O. 1999. *Domesticar a Terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva.

Jorge, Susana O. 2002. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. *Património/Estudos*, 3, 145-164.

Jorge, Susana O. 2005. *O Passado é redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Porto, Ed. Afrontamento.

Jorge, Susana O. 2014. Enclosures and funerary practices: about an archaeology in search for the symbolic dimension of social relations. In A. C. Valera (Ed.), *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*, BAR, International Series, 2676, Oxford, Archaeological Press, 71-82.

Ledrut, Raymond 1999. O Homem e o Espaço. In J. Poirier (Ed.), *História dos Costumes – O Homem e o Objecto*, volume 1, Lisboa, Editorial Estampa, 55-89.

Lucas, Gavin 2012. *Understanding the Archaeological Record*, New York, Cambridge University Press.

McFayden, Lesley 2016. Actions in time: after the breakage of pottery and before the construction of walls at the site of Castelo Velho de Freixo de Numão, *Estudos do Quaternário*, 15, 71-90.

Oliveira, Maria de Lurdes C. 2003. *Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)*, FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Pluciennik, Mark 1999. Archaeological narratives and other ways of telling. *Current Anthropology*, 40, 653-678.

Pluciennick, Mark 2002. The invention of hunter-gatherers in seventeenth-century Europe. *Archaeological Dialogues*, 9, 98-118.

Shanks, Michael 1992. *Experiencing the Past. On the Character of Archaeology*, London, Routledge.

Shanks, Michael 2012. *The Archaeological Imagination*, Walnut Creek, Left Coast Press.

Vale, Ana 2003. *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Va Na de Foz Côa). Contributos para o Estudo dos Resultados das Primeiras Campanhas de Trabalhos (1998-2000)*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado policopiada).

Vale, Ana 2011. *Modalidades de produção de espaços no contexto de uma colina monumentalizada: o sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*, Porto, FLUP (dissertação de doutoramento policopiada).

Vale, Ana 2019. *Depositions, Assemblages and Relationships in Portuguese Late Prehistory. The case of the walled enclosure of Castanheiro do Vento*. In A. C. Valera (Ed.), *Fragmentation and Depositions in Late Prehistory and Protohistory Portugal*, Lisboa: NIA - Era arqueologia SA, 31-45.

Thomas, Julian 1999. *Understanding the Neolithic*, London. Routledge.

Zemelman, Hugo 2003. *Sujeito e Sentido: considerações sobre a vinculação do sujeito ao conhecimento que constrói*. In B. S. Santos (Org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente - "Um Discurso das Ciências" revisitado*, Porto, Edições Afrontamento, 437-446.



**OS METAIS DO RECINTO PRÉ-HISTÓRICO DE CASTELO  
VELHO DE FREIXO DE NUMÃO NO QUADRO DA  
PRIMEIRA METALURGIA DO NOROESTE DA  
PENÍNSULA IBÉRICA**

***THE METAL ARTEFACTS FROM THE PREHISTORIC  
WALLED ENCLOSURE OF CASTELO VELHO DE FREIXO  
DE NUMÃO WITHIN THE EARLY METALLURGY OF  
NORTH-WEST OF IBERIAN PENINSULA***

**Carlo Bottaini**

Laboratório HERCULES, Universidade de Évora (Portugal)

**Ignacio Montero-Ruiz**

Instituto de Historia/CSIC, Madrid (Espanha)

**Susana Lopes**

CEAACP - Universidade de Coimbra

**Lídia Baptista**

CEAACP - Universidade de Coimbra, Arqueologia e Património Lda.

**Sérgio Gomes**

CEAACP - Universidade de Coimbra

**Nelson Vale**

Arqueologia e Património Lda.

**RESUMO:**

Neste texto apresentam-se os resultados preliminares do estudo tipológico e analítico da coleção de objetos metálicos produzidos com ligas à base de cobre do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão. Estes materiais encontravam-se associados a contextos do 3º milénio AC (Calcolítico). As análises, realizadas por fluorescência de raios X (XRF) de forma não destrutiva, mostram que os metais foram produzidos em cobre quase puro e cobre arsenical (>2% As). Também foi registada a presença de impurezas, nomeadamente As (<2%), Fe, Bi, Ag, Sn, Sb e Ni, o que provavelmente está associado à ocorrência vestigial destes elementos nos minérios utilizados para a produção

das peças. A apresentação e a discussão dos dados analíticos permitem observar sintonia entre a composição dos metais procedentes de Castelo Velho e a produção metalúrgica típica do Calcolítico do Noroeste peninsular.

**PALAVRAS - CHAVE:** Recinto; Metalurgia; Calcolítico; Noroeste Peninsular; XRF

**ABSTRACT:**

This paper deals with the preliminary results of the typological and analytical study of a collection of copper-based objects found at the site of Castelo Velho (Freixo de Numão). This collection is associated to different contexts from the 3<sup>rd</sup> millennium BC (Chalcolithic). The analyses, performed by non-destructive X-ray fluorescence (XRF), show that the metals were produced with almost pure copper and arsenical copper (> 2% As). Impurities, such as As (<2%), Fe, Bi, Ag, Sn, Sb and Ni, were also identified, likely due to their presence in the ores used for the production of the objects. The data suggest that the metals from Castelo Velho may be framed within the metallurgical production already known for the Chalcolithic of the North-Western Iberian Peninsula.

**KEYWORDS:** Enclosure; Metallurgy; Chalcolithic; NW of Iberian Peninsula; XRF

## 1. INTRODUÇÃO

À semelhança do que se verifica no resto do Ocidente Ibérico (Soares *et al.* 1993; Cardoso *et al.* 1996; Valério *et al.* 2016) e de acordo com os dados até hoje conhecidos, as mais antigas evidências da prática metalúrgica no Noroeste peninsular (Norte de Portugal, Galiza e Astúrias) são atribuídas ao final do 4<sup>o</sup>/início do 3<sup>o</sup> milénio AC (Comendador Rey, 1998: 247). A partir dessa altura e até ao aparecimento dos primeiros bronzes (Cu+Sn), nos séculos XVII e XVI AC (Bettencourt 2001: 14; Bettencourt *et al.* 2004), os metais à base de cobre encontrados no Noroeste Ibérico teriam sido produzidos em cobre quase puro (Cu) ou cobre arsenical (Cu+As), geralmente com teores reduzidos de impurezas. Nesta primeira etapa, a metalurgia à base de cobre

encontra-se materializada em conjuntos artefactuais geralmente de pequenas dimensões, distribuídos por vários contextos arqueológicos e compostos por um número limitado de tipos morfológicos, em regra, de formas bastante simples, como machados planos, cinzéis, punções, pontas de tipo Palmela. Os dados disponíveis apontam para uma produção de tipo doméstico, em pequena escala, com alguma distribuição regional e realizada através de um processo metalúrgico relativamente simples do ponto de vista tecnológico, não requerendo grandes investimentos em termos de recursos humanos e de matéria-prima (Rovira *et al.* 2013: 231).

No Norte de Portugal, regista-se a ocorrência de objetos metálicos ao longo do 3º milénio AC em diferentes contextos arqueológicos (Lopes *et al.* 2017: 481; Vieira 2015: 275-293), por exemplo: em sítios de habitat, como São Lourenço (Chaves) (Jorge 1986), Pastoria (Chaves) (Jorge 1986) e Cunho (Mogadouro) (Sanches 1992); no abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) (Sanches 1997); nos recintos murados de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) (Valério *et al.* 2014b) e de Castro Palheiros (Murça) (Sanches 2008). O estudo analítico dos metais procedentes do Norte de Portugal tem sido pouco desenvolvido em comparação com outras regiões peninsulares (Gómez Ramos 1999), como, por exemplo o Sudoeste, região para a qual já existe uma quantidade de dados bastante relevante (Hunt Ortiz 2003; Bayona 2008; Rovira 2016). Também no Centro e no Sul de Portugal, ao longo da última década e meia, procedeu-se à análise de coleções de materiais provenientes de vários sítios Calcolíticos, tal como Tapada do Espinheiro, Pedrulhais/Chãs (Cruz *et al.* 2011), Leceia (Oeiras) (Cardoso *et al.* 1997-98; Müller *et al.* 2008a), Vila Nova de São Pedro (Azambuja) (Müller *et al.* 2008b; Pereira *et al.* 2013), Penedo de Lexim (Mafra) (Sousa *et al.* 2004) e Zambujal (Torres Vedras) (Müller *et al.* 2007), Outeiro de São Bernardo (Moura) (Cardoso *et al.* 2002), Porto das Carretas (Valério *et al.* 2007), Atalaia do Peixoto (Serpa), São Pedro (Redondo), Três Moínhos (Beja), Tholos de Caladinho (Redondo) (Orestes Vidigal *et al.* 2015), Vila Nova de Mil Fontes (Bottaini *et al.* 2017) e Perdigões (Reguengos de Monsaraz) (Bottaini *et al.* 2018).

No Noroeste peninsular, contrariamente ao que se verifica para o resto do Ocidente Ibérico, os dados existentes são geralmente bastante antigos e dispersos. O maior contributo para o conhecimento da primeira metalurgia

desta região foi produzido no âmbito do *Proyecto de Arqueometalurgia de la Península Ibérica* (PA) (Rovira *et al.* 1997; Comendador Rey 1998), embora as análises se tenham concentrado principalmente em materiais procedentes da Galiza e das Astúrias. Quanto ao Norte de Portugal, regista-se a análise de um número bastante limitado de objetos, procedentes de contextos de povoado, i.e. Vinha da Soutilha (Chaves) (Araújo *et al.* 1986a), São Lourenço (Chaves) (Araújo *et al.* 1986b), Pastoria (Chaves) (Araújo *et al.* 1986c), Cunho (Mogadouro) (Sanches *et al.* 1985), do recinto de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) (Valério *et al.* 2014b), de contextos funerários, i.e. Chã de Carvalhal (Baião) (Cruz 1992; Briard *et al.* 1998), ou resultantes ainda de achados dispersos e/ou sem contexto arqueológico devidamente caracterizado (Bartholo 1959; Cardozo 1960; Junghans *et al.* 1968).

Com o presente trabalho, divulgam-se os resultados preliminares relativos à caracterização elementar por XRF de um grupo de objetos a base de cobre encontrados no decorrer das escavações do sítio do Castelo Velho. Através da contextualização dos dados no quadro regional, procura-se ainda contribuir para um melhor conhecimento da primeira etapa da metalurgia no Noroeste Ibérico.

## 2. ARTEFACTOS METÁLICOS

Na componente metálica do conjunto artefactual do Castelo Velho foram contabilizadas 22 ocorrências. Este conjunto é constituído por peças inteiras, fragmentos que permitem individualizar objetos e pequenos fragmentos que não possibilitam avançar na análise morfológica. No presente estudo, foram consideradas 18 peças, designadamente (Figura 1):

### CV1 - Cinzel

Peça incompleta constituída por uma lâmina espessa de secção transversal subquadrangular, gume em crescente com bisel simétrico.

Compr. 26 mm; peso: 5,62 g.

Contexto ocorrência: Quad. E12; recolhido no processo de desmontagem de uma estrutura pétrea datável do 3º milénio.

**CV2 - Machado**

Fragmento de machado plano de corpo trapezoidal. A parte preservada corresponde ao talão que apresenta um contorno ligeiramente arqueado.

Compr. 31 mm; peso: 26,15 g.

Contexto de ocorrência: Quad. C12; recolhido no topo do depósito onde se inserem as estruturas que documentam a ocupação do recinto durante o 3º milénio;

**CV3 (Quad. H'13) - Punção**

Fragmento de punção estreito de secção transversal em losango.

Compr. 23 mm; peso: 1,08 g.

Contexto de ocorrência: Quad. H'13; recolhido num nível de empedrado do lado este do interior do recinto que cobria parcialmente as estruturas circulares - a caracterização deste contexto será desenvolvida no próximo ponto.

**CV4 - Indeterminado**

Fragmento disforme sobre lâmina espessa com uma ligeira curvatura.

Compr. 25 mm; peso: 7,09 g.

Contexto de ocorrência: Quad. J7; recolhido após a remoção do empedrado que define a plataforma - relaciona-se com a ocupação do 3º milénio AC.

**CV5 (Quad. B'4) - Machado**

Machado plano de corpo subtrapezoidal com gume em crescente, de bisel assimétrico, com gume preservado e talão com contorno ligeiramente arqueado.

Compr. 59 mm; peso: 74,04 g.

Contexto de ocorrência: Quad. B'4; recolhido no depósito argiloso de cor amarela na área exterior ao recinto (zona norte) - esta área encontrava-se muito perturbada por afetações recentes.

**CV6 (Quad. D7) - Cinzel**

Peça incompleta. Sem a parte do gume nem extremidade oposta. Trata-se de utensílio sobre lâmina espessa, de secção transversal sub-quadrangular.

Compr. 55 mm; peso: 8,29 g.

Contexto de ocorrência: Quad. D7; recolhido na zona da passagem Oeste, junto às pedras do murete, no depósito onde se concentram os vestígios da ocupação do recinto durante o 3º milénio AC.

### **CV7 (Quad. F'15) - Indeterminado**

Objeto disforme de forma tendencialmente paralelepípedica.

Compr. 32 mm; peso: 9,38 g.

Contexto de ocorrência: Quad. F'15; recolhido entre duas estruturas de planta circular no depósito que se relaciona com a ocupação do recinto durante o 3.º milénio.

### **CV8 - Cinzel**

Peça incompleta, sobre lâmina espessa de secção transversal subquadrangular, gume estreito com bisel assimétrico.

Compr. 31 mm; peso: 10,84 g.

Contexto de ocorrência: Quad. H'13; recolhido num nível de empedrado do lado este do interior do recinto que cobria parcialmente as estruturas circulares - a caracterização deste contexto será desenvolvida no próximo ponto.

### **CV9 (Quad. P'2) - Punção**

Punção estreito de secção transversal subcircular com extremidade oposta apontada.

Compr. 63 mm; peso: 1,18 g.

Contexto de ocorrência: Quad. P'2; recolhido no depósito argiloso de cor amarela onde se encontra a linha basal do murete leste.

### **CV10 (Quad. I7) - Cinzel**

Peça incompleta, sobre lâmina espessa secção transversal subquadrangular, gume em crescente com bisel simétrico.

Compr. 31 mm; peso: 7,26 g.

Contexto de ocorrência: Quad. I7; recolhido após a remoção do empedrado que define a plataforma - relaciona-se com a ocupação do 3º milénio AC.

### **CV11 - Punção**

Punção estreito de secção transversal quadrangular com extremidade oposta apontada.

Compr. 56 mm; peso: 1,32 g.

Contexto de ocorrência: Quad. H6; recolhido após a remoção do empedrado que define a plataforma - relaciona-se com a ocupação do 3.º milénio AC.

### **CV12 - Indeterminado**

Fragmento disforme sobre lâmina com silhueta subretangular.

Compr. 14 mm; peso: 1,87 g.

Contexto de ocorrência: Quad. H'13; recolhido num nível de empedrado do lado este do interior do recinto que cobria parcialmente as estruturas circulares - a caracterização deste contexto será desenvolvida no próximo ponto.

### **CV13 - Indeterminado**

Fragmento disforme sobre lâmina com silhueta subretangular.

Compr. 12 mm; peso: 1,74 g.

Contexto de ocorrência: Quad. H'13; recolhido num nível de empedrado do lado este do interior do recinto que cobria parcialmente as estruturas circulares - a caracterização deste contexto será desenvolvida no próximo ponto.

### **CV14 (Quad. L'10) - Machado**

Fragmento de machado ou de enxó de corpo trapezoidal. A parte preservada corresponde ao talão que apresenta um contorno côncavo irregular.

Compr. 34 mm; peso: 43,2 g.

Contexto de ocorrência: Quad. L'10; interior de uma estrutura associada à reconfiguração do murete delimitador do recinto (lado este) durante o 3º milénio AC.

### **CV16 - Machado**

Machado de corpo subtrapezoidal com gume em crescente, de bisel simétrico, fio de gume bem preservado e talão com contorno ligeiramente arqueado irregular. Completo.

Compr. 135 mm; peso: 476,27 g.

Contexto de ocorrência: Quad. H'14; depositado numa pequena estrutura de planta subtrapezoidal localizada no interior de uma estrutura de planta circular do lado este do recinto - a caracterização deste contexto será desenvolvido no próximo ponto.

### **CV17 (Quad. P'7) - Indeterminado**

Fragmento disforme sobre lâmina espessa.

Compr. 18 mm; peso: 3,85 g.

Contexto de ocorrência: Quad. P'7; recolhido no depósito argiloso de cor

amarela na área exterior ao recinto (na zona este, entre o recinto e o murte leste) – os vestígios identificados nesta área remetem para o 3º milénio AC.

### **CV18 (Quad. H11) – Punção**

Fragmento de punção estreito de secção transversal subcircular.

Compr. 18 mm; peso: 0,23 g.

Contexto de ocorrência: Quad. H11; recolhido no depósito argiloso de cor amarela onde se concentram os vestígios do 3º milénio.

### **CV19 (Quad. H'13) – Anel**

Anel em aro muito fino, de secção retangular; tira enrolada.

Dim. 21 mm; peso: 2,23 g.

Contexto de ocorrência: Quad. H'13; recolhido num nível de empedrado do interior de uma estrutura circular – a caracterização deste contexto será desenvolvida no próximo ponto.

Estes elementos ocorrem em associação a diferentes contextos arqueológicos, cuja posição estratigráfica e características permitem a sua associação ao monumento do 3º milénio AC (ver Lopes, neste volume). De um ponto de vista da distribuição espacial (ver figura 2A), a maioria destes elementos encontrava-se dispersa por diferentes áreas do dispositivo arquitetónico, podendo ocorrer em espaços abertos (em associação com outras categorias artefactuais) e no interior de pequenas estruturas. A exceção a este cenário, no qual os objetos metálicos ocorrem de modo pontual, é a concentração observada na área de uma das estruturas, de planta circular, localizada no lado sudeste do interior do recinto, junto ao murete delimitador (ver figura 2B). No próximo ponto, procede-se a uma apresentação mais pormenorizada deste contexto.

Do ponto de vista tipológico, os artefactos do Castelo Velho correspondem a morfologias bastante simples como machados, punções e cinzéis. De referir ainda 5 fragmentos disformes com função indeterminada e um objeto em forma de anel, provavelmente um elemento de adorno pessoal (ver figura 1). Para além das peças apresentadas neste estudo preliminar, no grupo de metais procedentes do Castelo Velho há, ainda, uma tira em ouro enrolada, constituída por uma lâmina delgada e decorada com linha de pontilhados.



Figura 1: Conjunto dos elementos metálicos selecionados para análise.

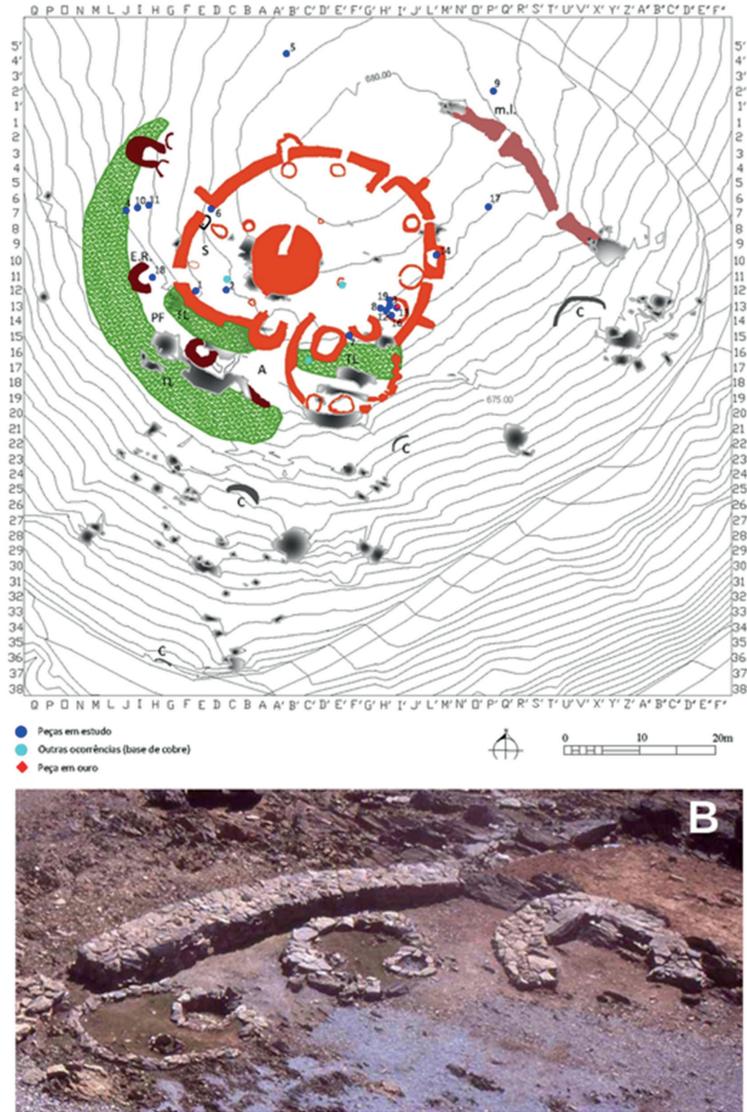


Figura 2: A) Distribuição dos elementos metálicos no monumento do 3º milénio AC; B) Vista geral da área onde se localiza a estrutura com concentração de elementos metálicos (lado sudeste do interior do recinto). A estrutura situa-se junto ao murete delimitador do recinto entre duas estruturas pétreas, uma de planta circular (à esquerda) e outra de planta semicircular (à direita).

Ao nível de distribuição geográfica e de paralelos tipológicos, os machados planos ocorrem por todo o Ocidente Peninsular (Monteagudo 1977), inclusive no Noroeste Ibérico (Comendador Rey 1998). No Norte de Portugal, exemplares semelhantes aos encontrados no Castelo Velho são documentados em diversos sítios, servindo como exemplo o achado em São Lourenço, incompleto e fragmentado ao nível do talão (Jorge 1986, Vol. IA: 373, Vol. II: Estampa CX) ou os exemplares do Monte da Penha (Cardozo 1971: 253) e do Buraco da Pala (Sanches 1996: 77).

Punções e cinzéis estão presentes no Castanheiro do Vento (Valério et al. 2014b). Salientem-se ainda, o punção do Crasto de Palheiros (Murça), apesar de ter sido recolhido em prospeções de superfície (Comendador Rey 1998: 112; Sanches 2008; Pinto 2008), o da Pastoria (Jorge 1986, Vol. IA: 554-555, Vol. II: Estampa CLXXVIII) e do Cunho (Sanches *et al.* 1985).

Finalmente, em relação à peça em folha enrolada em forma de anel, cabe sublinhar que a presença de objetos de adorno pessoal em cobre é bastante raro no Calcolítico da Península Ibérica (Murillo-Barroso *et al.* 2012). De facto, o anel de Castelo Velho representa uma peça muito pouco comum no panorama da primeira etapa da metalurgia peninsular, conhecendo-se escassos paralelos como, por exemplo, o de La Pijotilla (cit. Murillo-Barroso *et al.* 2012), procedente de um contexto datado entre 2350-1910 AC. Regista-se ainda a presença de um anel com alguma afinidade tipológica, mas produzido em ouro, no túmulo 1 de La Mata'l Cesare I (necrópole de La Cobertoria, Astúrias) (Blas Cortina 1994). Já no Bronze Médio, foi identificado um outro anel, embora com características tipológicas diferentes, proveniente da Quinta do Rio 14 e fabricado em bronze (Gaspar 2015; Gaspar *et al.* no prelo).

### 3. CONTEXTOS DE OCORRÊNCIA DOS ELEMENTOS METÁLICOS: CONCENTRAÇÃO DE MATERIAIS E DEPOSIÇÕES

Como referido no ponto anterior, os elementos metálicos ocorrem em diferentes contextos do monumento do 3º milénio AC. Este artigo não tem como propósito a análise e problematização das relações contextuais que apresentam os elementos metálicos. Um estudo desta natureza exige um trabalho

de revisão do arquivo e da coleção de materiais do Castelo Velho que excede os objetivos do presente texto. De qualquer modo, quando se procede a uma análise da distribuição espacial destes elementos (Figura 2A), há uma elevada ocorrência em associação espacial com uma das estruturas circulares localizada no lado Este do recinto superior (Figura 2B). Considerando esta concentração iremos proceder à apresentação resumida das suas principais características. A análise deste contexto serve de contributo para problematizar, sucintamente, alguns dos aspetos acerca dos contextos de ocorrência dos objetos metálicos no Castelo Velho e, por conseguinte, discutir o modo como participam nas práticas sociais que foram desenvolvidas neste monumento ao longo do 3º milénio AC.

Tabela 1: Datações disponíveis para o contexto em análise.

Ref.	Data BP	1 Sigma	2 Sigma	Bibliografia
Ua-17647	3945±75	2568-2518 (14.5%) <b>2499-2338 (51.5%)</b> 2318-2310 (2.1%)	2833-2819 (0.7%) 2660-2650 (0.4%) <b>2634-2202 (94.3%)</b>	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
CSIC-1655	3917±34	<b>2470-2398 (44.9%)</b> 2384-2347 (23.3%)	<b>2486-2293 (95.4%)</b>	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017

A estrutura referida no parágrafo anterior é globalmente datável do primeiro quartel da segunda metade do 3º milénio AC, como o sugerem as datações apresentadas na Tabela 1; as duas amostras datadas são provenientes de áreas com carvões recolhidos no depósito no qual se encontrava estrutura em análise (Jorge e Rubinos 2002: 100). De um ponto de vista estratigráfico, a estrutura encontrava-se inserida num depósito argiloso de cor amarela, que se desenvolvia no interior do recinto e no qual se concentram os vestígios que documentam a sua ocupação ao longo do 3º milénio AC. Imediatamente acima de tal realidade, a estrutura estava associada a um conjunto de depósitos, com diferentes características e limites, que tanto podiam estar circunscritos ao seu interior, como excediam este espaço. No interior da estrutura havia uma compartimentação do espaço definida por pequenas estruturas. Os elementos metálicos ocorriam em associação aos referidos depósitos e estruturas. Vejamos alguns aspetos da sequência estratigráfica, destacando a ocorrência da componente metálica:

- a estrutura era delimitada por uma linha basal de pequenas lajes de xisto, apresentando uma entrada orientada a oeste; as lajes de xisto tinham sido colocadas na horizontal e na oblíqua, assentando num depósito de argila amarela muito compacta, que preenchia os interstícios do afloramento xistoso;
- no interior deste espaço, foram identificados dois possíveis buracos de poste, delimitados por pedras de xisto com cerca de 25 a 30 cm, colocadas verticalmente, e uma pequena estrutura de planta subtrapezoidal; nesta pequena estrutura foi identificado um machado de cobre (CV16, ver figura 3A) em associação a fragmentos de parte de um mesmo recipiente cerâmico (Baptista 2003: 145);
- estas pequenas construções estavam cobertas por um empedrado de lajes de xisto local circunscrito ao interior da estrutura; o empedrado apresentava um elevado conjunto de fragmentos cerâmicos, um machado de pedra polida, dois seixos de quartzito, um peso de tear e o anel de cobre (CV19) (ver figura 3B);
- sobre este empedrado, encontrava-se um nível de argila amarela com concentrações de nódulos de barro de revestimento, cujos limites excediam o espaço interior delimitado pela estrutura circular; no topo deste nível de argila encontrava-se a tira em ouro;
- a colmatar esta sequência, e ocultando as realidades anteriormente descritas, existia um nível pétreo constituído, maioritariamente, por lajes e blocos de xisto local, com dimensões diversas, sendo neste depósito que ocorrem os restantes elementos metálicos (CV3 – punção; CV8 – cinzel; CV12 – fragmento indeterminado sobre lâmina; CV13 – fragmento indeterminado sobre lâmina).

Relativamente à sequência estratigráfica que se acabou de apresentar, deve ser tido em atenção que, no processo de escavação, grande parte dos elementos metálicos foi exumada num depósito cujo posicionamento e limites não se encontravam vinculadas ao interior da estrutura circular. Este depósito foi interpretado, no decurso da escavação, como uma realidade resultante da acumulação de ações associada genericamente à ocupação do monumento durante o 3.º milénio AC. Neste sentido, a associação dos elementos metálicos com a estrutura

não foi imediatamente observada uma vez que o depósito não apresentava indícios que remetessem para as construções que foram identificadas após a sua remoção. Porém, a uma escala de análise mais ampla, não se pode descuidar a inegável concentração de elementos metálicos e a sua associação espacial a esta estrutura. Acresce referir que, neste processo de revisão do registo arqueológico, esta expressiva ocorrência de materiais metálicos em associação com um nível pétreo que cobre a estrutura é sugestiva de um momento de desativação (ou condenação ativa) deste espaço. Refira-se que o interior da estrutura, designadamente o nível de pequenas estruturas, estava também colmatado por outro nível pétreo, no qual ocorre o anel; tal nível colmatava a pequena estrutura de planta subtrapezoidal onde se encontrava depositado o machado. Estamos, assim, face a uma sequência estratigráfica que se pauta pela contínua presença de elementos metálicos.

O conjunto de sete objetos metálicos (seis em cobre e um ouro) que acabamos de referir permite contribuir para a problematização da natureza das práticas sociais que tiveram lugar no monumento ao longo do 3º milénio AC. Com efeito, as relações que apresentam entre si e com outros elementos do registo arqueológico remetem para dois tipos de contexto referidos por S. Lopes (neste volume): as concentrações de materiais e as deposições. A análise da distribuição espacial dos elementos metálicos possibilitou o reconhecimento de uma concentração de artefactos que, numa análise cruzada com a arquitetura do recinto, apresenta uma relação com uma das estruturas circulares do lado este. No interior desta estrutura, por sua vez, foram identificados mais dois elementos metálicos: o anel, que ocorre num depósito de colmatagem do interior da estrutura; e o machado, que se encontrava depositado na pequena estrutura de planta subtrapezoidal. Estes contextos de concentrações de materiais e de deposição remetem para atividades de natureza cerimonial (Lopes *ibid.*). Neste sentido, é de destacar a participação dos objetos metálicos em práticas sociais desta natureza e, por conseguinte, a sua participação num processo de circulação de bens materiais, pessoas e ideias inerente aos processos de territorialização das comunidades do 3º milénio AC.



Figura 3: A) Pormenor do contexto de ocorrência do machado CV16 no interior da estrutura de planta subtrapezoidal. B) Pormenor do contexto de ocorrência do anel CV19, junto a um machado de pedra polida, no empedrado de lajes de xisto local circunscrito ao interior da estrutura.

#### 4. METODOLOGIA ANALÍTICA

O estudo analítico foi realizado através de um espectrómetro portátil de fluorescência de raios X, modelo Bruker Tracer III-SD com detector por SDD X-Flash com uma resolução de 145 eV no pico K $\alpha$  do Mn e um tubo de raios X de Ródio. Foram utilizadas as seguintes condições de trabalho: tempo de aquisição 120 segundos; 40 KV, 11  $\mu$ A; filtro de Al/Ti (304.8  $\mu$ m alumínio/25.4  $\mu$ m titânio). Os espectros foram adquiridos com o software Bruker S1PXRF v.3.8.30 e tratados com o software Bruker ARTAX v.5.3.0.0.

Os resultados foram obtidos em superfícies não preparadas, i.e., sem que se procedesse à remoção dos produtos de corrosão presentes à superfície dos objetos. Esta abordagem poderá ter influenciado os dados obtidos na medida que: a) o XRF é uma técnica superficial; b) a concentração dos elementos químicos no metal é geralmente diferente da concentração dos elementos presentes na camada de corrosão superficial. Consequentemente, optou-se por se apresentarem dados semi-quantitativos.

#### 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das análises realizadas indicam que os objetos selecionados foram produzidos com ligas em cobre quase puro ou em cobre arsenical (>2% As)<sup>1</sup>, com baixos teores de impurezas (tabela 2), nomeadamente Fe, Bi, Ag, Sn, Sb e Ni.

O arsénio ocorre constantemente em todas as peças analisadas, apresentando maior expressividade em 4 objetos: nos punções CV3 e CV18, no cinzel CV10 e no machado CV14. De acordo com os dados preliminares, ao contrário do que foi observado em outros sítios do Ocidente Ibérico (cf. Harrison *et al.* 1981), no Castelo Velho não parece existir qualquer relação entre as morfologias dos objetos e a concentração do arsénio. Já no Castanheiro do Vento, por exemplo, apesar do limitado número de peças estudadas, observou-se que os punções apresentam uma concentração tendencialmente mais elevada de As em relação às outras tipologias metálicas analisadas (Valério *et al.* 2014b: 213).

---

<sup>1</sup> Devido ao carácter semi-quantitativo dos resultados apresentados, a distinção entre cobres quase puros e cobres arsenicais é preliminar, sendo que os valores de arsénio poderão sofrer alterações ao serem efectuadas análises em áreas sem superfície de corrosão.

Mais a sul, na Estremadura portuguesa, os trabalhos realizados sobre os metais do Zambujal (Müller *et al.* 2007), Vila Nova de São Pedro (Soares 2005) e Leceia (Müller *et al.* 2008a) apontam para situações semelhantes, em que a maior concentração do arsénio parece ocorrer em determinados tipos metálicos.

Tabela 2: Resultados da análise por XRF dos objetos a base de cobre (+++ matriz metálica; ++ elemento secundário (>2%); + elemento vestigial (<2%); n.d. não detetado).

ID	Tipologia	Cu	As	Fe	Bi	Ag	Sn	Sb	Ni	Composição
CV1	Cinzel	+++	+	+	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV2	Machado	+++	+	+	n.d.	+	n.d.	+	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV3	Punção	+++	++	n.d.	n.d.	+	n.d.	+	++	Cobre arsenical
CV4	Indeterminado	+++	+	+	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV5	Machado	+++	+	n.d.	n.d.	+	n.d.	n.d.	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV6	Cinzel	+++	+	n.d.	n.d.	+	n.d.	+	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV7	Indeterminado	+++	+	+	n.d.	+	n.d.	n.d.	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV8	Cinzel	+++	+	+	n.d.	+	n.d.	+	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV9	Punção	+++	+	+	+	+	+	+	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV10	Cinzel	+++	++	+	+	+	n.d.	+	+	Cobre arsenical
CV11	Punção	+++	+	+	+	+	+	+	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV12	Indeterminado	+++	+	+	n.d.	+	n.d.	+	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV13	Indeterminado	+++	+	+	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV14	Machado	+++	++	+	+	n.d.	n.d.	+	n.d.	Cobre arsenical
CV16	Machado	+++	+	n.d.	n.d.	+	n.d.	n.d.	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV17	Indeterminado	+++	+	+	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas
CV18	Punção	+++	++	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Cobre arsenical
CV19	Anel	+++	+	+	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Cobre com reduzidas impurezas

A questão do uso de arsénio no quadro da primeira metalurgia à base de cobre é debatida há muito tempo dentro do meio científico. De facto, numa ótica de evolução tecnológica sequencial, a ocorrência de ligas arsenicais tem sido tradicionalmente considerada, por vários autores, como um avanço tecnológico notável em relação à produção de objetos em cobre puro. Esta ideia assenta principalmente no facto de que a adição de As ao Cu aumenta a dureza do metal, melhorando assim as suas propriedades mecânicas (Charles 1967; Lechtman 1996).

No território peninsular, tendo em conta os trabalhos mais recentes, vários estudos também problematizam a questão do arsénio (cf. Rovira 1998; Rovira 2004; Pereira *et al.* 2013). De acordo com as sequências estratigráficas disponíveis, o que se observa para a Península Ibérica é que metais em cobre puro e em cobre arsenical ocorrem desde as primeiras fases da metalurgia nos mesmos contextos (Rovira 2004: 16), o que descartaria qualquer possível evolução/sucessão cronológica linear entre os primeiros e os segundos (Comendador Rey 1998).

Acrescente-se ainda que, à semelhança do que se regista no Castelo Velho, a presença de arsénio no quadro da primeira metalurgia peninsular ocorre de forma inconstante, variável e com teores tendencialmente bastante reduzidos (Rovira *et al.* 1997; Comendador Rey 1998). Só uma mínima parte de artefactos apresenta uma concentração de arsénio acima de 3-4% em peso, o que corresponde ao limite geralmente aceite a partir do qual a ocorrência do arsénio produz o efeito de tornar a liga mais resistente (Rovira 2004). Deste modo, admitindo ainda que possa não haver uma explicação única para todos os contextos conhecidos, parece plausível que a presença de arsénio na primeira metalurgia peninsular (Comendador Rey 1998), inclusive no caso do Castelo Velho, não resulte de uma sua adição voluntária ao longo do processo produtivo, podendo, aliás, depender: a) de práticas de reciclagem do metal; ou b) do uso de minérios cujas impurezas persistem no objeto acabado.

Em jeito de conclusão preliminar, os artefactos a base de cobre do Castelo Velho enquadram-se num padrão já conhecido para a primeira metalurgia do Noroeste Ibérico e caracterizado pela presença de um número modesto de peças, de pequenas dimensões, com formas bastante simples e produzidas em ligas com teores baixos de impurezas e uma concentração tendencialmente reduzida de arsénio.

## 6. NOTAS FINAIS

Entre as principais conclusões resultantes do estudo dos metais do Castelo Velho, poderemos destacar, desde já, que:

1. “O conjunto artefactual do Castelo Velho caracteriza-se pela presença de tipologias metálicas simples” umas mais comuns (machados planos, por exemplo), outras com menor difusão geográfica (i.e., cinzéis, punções e o anel). Com a exceção do anel – um elemento de adorno – as restantes formas remetem para sistemas de atividades relacionadas com o “dia-a-dia”. Note-se, porém, que a sua ocorrência neste monumento do 3º milénio AC, e a sua participação em práticas cerimoniais, levanta várias questões relativamente aos contextos de uso em que estes objetos podem ter participado (Lopes, neste volume).
2. Dentro do conjunto selecionado, destaca-se a presença do anel, procedente de uma estrutura atribuída ao primeiro quartel da segunda metade do 3º milénio AC. A peça apresenta escassos paralelos no âmbito da primeira etapa da metalurgia do Noroeste ibérico.
3. Os objetos analisados foram produzidos em cobre bastante puro e em ligas de cobre e arsénio, com uma presença limitada de outros elementos químicos. A concentração de As é bastante reduzida, o que sugere que a sua presença possa resultar não de uma adição voluntária, mas, ao contrário, da prática da reciclagem de metais ou, mais provavelmente, do uso de minérios polimetálicos. As características químicas dos objectos analisados enquadram-se no tipo de metalurgia conhecida para o Calcolítico do Noroeste Peninsular.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado por Fundos FEDER, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020 e por Fundos Nacionais através da FCT/MEC – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos projetos UID/Multi/04449/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007649) (Laboratório HERCULES/UE) e UID/HIS/00057 – POCI-01-0145-FEDER-007702 (CIDEHUS/UE).

Carlo Bottaini agradece à FCT a bolsa de Pós-Doc SFRH/BPD/111039/2015. Sérgio Gomes agradece à FCT a bolsa Pós-Doc SFRH/BPD/100203/2014.

## BIBLIOGRAFIA

Araújo M.F., Cabral J.M.P. 1986a. Análise química não-destrutiva de alguns artefactos do espólio encontrado na estação de Vinha da Soutilhã (Mairos), em Jorge S.O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente (III.º - inícios do II.º Milénios AC) da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, pp. 1013-1015.

Araújo M.F., Cabral J.M.P. 1986b. Análise química de alguns objectos metálicos da estação de S. Lourenço, em Jorge S.O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente (III.º - inícios do II.º Milénios A.C.) da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*, Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, pp. 1017-1020.

Araújo M.F., Cabral J.M.P. 1986c. Análise química de alguns artefactos da estação da Pastoria, em Jorge S.O. 1986. *Povoados da Pré-história Recente (III.º - inícios do II.º Milénios A.C.) da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*, Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, pp. 1021-1023.

Baptista L. 2003. *A cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão. Contributos para a interpretação de contextos de uso*, FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Bártholo L. 1959. Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança, in *Actas e Memórias do 1º Congresso Nacional de Arqueologia*, Lisboa, 1958. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1: 431-439.

Bayona M.R. 2008. *La Investigación de la Actividad Metalúrgica Durante el III Milenio A.N.E. en el Suroeste de la Península Ibérica*, Archaeopress, Oxford.

Bettencourt A.M.S. 2001. Aspectos da metalurgia do bronze durante a proto-história do Entre Douro e Minho, *Arqueologia*, 26: 13-40.

Bettencourt A.M.S., Comendador Rey B. 2003. Los inicios de la metalurgia del bronze en el Noroeste Peninsular, *Actas do IVº Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro (Teruel, Aragón)*, Museu do Instituto Geológico e Mineiro de Utrillas, 343-357

Blas Cortina M.A. 1998. El anillo áureo de tiras de la Mata'l Casare I y su localización megalítica, *Nuestro Museo: Boletín anual del Museo Arqueológico de Asturias*, 2: 143-160.

Bottaini C., Brunetti A., Bordalo R., Valera A., Schiavon N. (2018) Non-destructive characterization of archeological Cu-based artifacts from the early metallurgy of southern Portugal, *Archaeological and Anthropological Sciences*, 10(8): 1903-1912.

Bottaini C., Brunetti A., Montero-Ruiz I., Valera A., Candeias A., Mirão J. 2018. Use of Monte Carlo simulation as a tool for non-destructive ED-XRF analysis of

archaeological copper-based artifacts from the Chalcolithic site of Perdigões, Southern Portugal, *Applied Spectroscopy*, 72 (1): 17-27.

Briard J., Bourhis J.-R., van Schoor M. 1998. La paléoméallurgie campaniforme du Portugal. Nouvelles données sur ses compositions métalliques et ses relations atlantiques, *Bulletin de la Société préhistorique française*, 95 (3): 393-402.

Cardoso J.L., Guerra F. 1997/1998. Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras e seu significado no quadro da intensificação económica Calcolítica da Estremadura portuguesa, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 7: 61-87.

Cardoso J.L., Soares A.M.M. 1996. Contribution d'une série de datations <sup>14</sup>C, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal) à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolithique de l'Estremadura Portugaise, em *Actes du Colloque de Périgeux 1995, Supplément à la Revue d'Achéométrie*: 45-50.

Cardoso J.L., Soares A.M.M., Araújo M.F. 2002. O espólio metálico do Outeiro de S. Bernardo (Moura): uma reapreciação à luz de velhos documentos e de outros achados, *O Arqueólogo Português*, série IV, 20: 77-114.

Cardozo M. 1960. Breves observações a propósito das análises espectrográficas de alguns instrumentos metálicos da Idade do Bronze, pertencentes ao Museu de Martins Sarmiento, *Revista de Guimarães*, 70 (1-2): 169-184.

Cardozo M. 1971. A estação pré-histórica da Serra da Penha (Guimarães), em *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra 1971), pp. 239-267.

Charles J.A. 1967. Early Arsenical Bronzes-A Metallurgical View, *American Journal of Archaeology*, 71 (1): 21-26.

Comendador Rey B. 1998. Los inicios de la metalurgia en el Noroeste de la Península Ibérica, *Brigantium*, 11.

Cruz D. 1992. *A Mamoa 1 de Chã de Carvalhal (Serra da Aboboreira)*, Coimbra: FLUC, Instituto de Arqueologia.

Cruz C.M.S., Bettencourt A.M.S., Figueiredo E., Araújo M.F. 2011. Achados metálicos de cobre no baixo Vouga (Centro-Norte de Portugal), em Martins C.M.B., Bettencourt A.M.S., Martins J.I.F.P., Carvalho J. (coord.), *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga: CITCEM/APEQ, pp. 359-375.

Fortes J. 1908. A sepultura da Quinta da Água Branca, *Portugália*, 2: 241-252.

Gaspar R. 2015. A Pré-História no Baixo Sabor. Ocupação de um território de transição entre o interior ibérico e o litoral, *CôaVisão. Economia, ciência e cultura*, 17: 140-144.

Gaspar R., Valente A., Donoso G., Tereso J., Martín Seijo M., Fabregas Valcarce R. prelo. A ocupação de Quinta do Rio 14 (Nordeste de Portugal): do Neolítico Antigo

à Idade do Bronze. Dados arqueológicos e arqueobotânicos, em *Atas do VI Congreso del Neolítico en la Península Ibérica, 22-26 junho de 2016, Granada* (Espanha).

Gómez Ramos P. 1999. *Obtencion de Metales en la Prehistoria de la Peninsula Iberica*, Oxford: British Archaeological Reports, 2010.

Harrison R.J., Craddock P.T. 1981. A study of the Bronze Age metalwork from the Iberian Peninsula in the British Museum, *Ampurias*, 43: 113-179.

Hunt-Ortiz M.A. 2003. *Prehistoric mining and metallurgy in south west Iberian Peninsula*, BAR International Series 1188, Archaeopress, Oxford.

Jorge S.O. 1986. *Povoados da Pré-história Recente (III.º - inícios do II.º Milénios A.C.) da Região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.

Jorge S.O., Rubinos A. 2002. Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os dados e os problemas, *Côaviso. Economia, ciência e cultura*, 4, 95-111.

Junghans S., Sangmeister E., Schröder M. 1968. Kupfer und Bronze in *Der frühen Metallzeit Europas, Studien zu den Anfängen der Metallurgie* 2 (1-3), Berlin: Gebrüder Mann Verlag.

Lechtman H. 1996. Arsenic Bronze: Dirty Copper or Chosen Alloy? A View from the Americas, *Journal of Field Archaeology*, 23 (4): 477-514.

Lopes S.S. prelo. Voltar a Castelo Velho de Freixo de Numão: pensar a reconfiguração cultural dum recinto pré-histórico do Alto Douro português, em Lopes S.S. (coord.), *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: visitar um recinto pré-histórico do alto douro português*. Neste volume. Coimbra: CEAACP.

Lopes S.S., Bettencourt A.M.S. 2017. Para uma periodização da Pré-História Recente do Norte de Portugal: da segunda metade do 4º milénio aos finais do 3º milénio AC, em Arnaud J.M., Martins A. (coord.), *Arqueologia em Portugal/2017- Estado da Questão*, AAP, Lisboa, 469-489.

Monteagudo L. 1977. *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, München: Beck.

Müller R., Cardoso J.L. 2008a. The origin and use of copper at the Chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras, Portugal), *Madriider Mitteilungen*, 49: 64-93.

Müller R., Goldenberg G., Bartelheim M., Kunst M., Pernicka E. 2007. Zambujal and the beginnings of metallurgy in southern Portugal, em Niece S., Hook D., Craddock P.T. (coord.) *Metals and mines. Studies in Archaeometallurgy*, London: Archetype: 15-26.

Müller R., Soares A.M.M. 2008b. Traces of early copper production at the Chalcolithic fortification of Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal), *Madriider Mitteilungen*, 49: 94-114.

Murillo-Barroso M., Montero-Ruiz I. 2012. Copper Ornaments in the Iberian Chalcolithic Technology versus Social Demand, *Journal of Mediterranean Archaeology*, 25 (1): 53-73.

Orestes Vidigal R., Valério P., Araújo M.F., Soares A.M.M., Mataloto R. 2015. Micro-EDXRF study of Chalcolithic copper-based artefacts from Southern Portugal, *X-Ray Spectrometry*, 45 (1): 63-68.

Pereira F., Silva R.J.C., Soares A.M.M., Araújo M.F. 2013. The role of arsenic in Chalcolithic copper artefacts – insights from Vila Nova de São Pedro (Portugal), *Journal of Archaeological Science*, 40 (4): 2045-2056.

Pinto D.C.B. 2008. Os artefactos metálicos da Idade do Ferro do Castro Palheiros – Murça, Norte de Portugal. Breve introdução à gramática decorativa dos adornos metálicos do Noroeste de Portugal, *Douro. Vinho, História & Património*, 1: 289-332

Rovira S. 1998. Metalurgia campaniforme en España: resultados de quince años de investigación arqueometalúrgica, em Ch. Frère-Sautot M. (coord.), *Paléomé-tallurgie des Cuivres. Actes du Colloque de Bourg-en Bresse et Beaune, 17/18 Oct. 1997*, *Monographies Instrumentum* 5, pp. 109-127.

Rovira S. 2004. Tecnología metalúrgica y cambio cultural en la prehistoria de la Península Ibérica, *Norba*, 17: 9-40.

Rovira S. 2016. La metalurgia calcolítica en el suroeste de la Península Ibérica. Una interpretación personal, *Menga: Revista de prehistoria de Andalucía*, 7: 53-67.

Rovira S., Montero-Ruiz I. 2013. Iberia: Technological Development of Prehistoric Metallurgy, em Burmeister S., Hansen S., Kunst M., Müller-Scheefel N. (coord.), *Metal Matters; Innovative Technologies and Social Change in Prehistory and Antiquity*, Leidorf: Rahden/Westf., pp. 231-239.

Rovira S., Montero-Ruiz I., Consuegra S. 1997. *Las Primeras Etapas Metalúrgicas en la Península Ibérica. I. Análisis de Materiales*, Madrid: Instituto Universitario Ortega y Gasset.

Sanches M. de J. 1992. *Pré-História Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto: GEAP.

Sanches M. de J. 1995. Alabardas de Tipo Carrapatas. em *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*, Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura / Instituto Português de Museus / Museu Nacional de Arqueologia, Catálogo de Exposição: 29-30.

Sanches M. de J. 1996. Ocupação Pré-histórica do Nordeste de Portugal, *Série Monografias y Estudios*, Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques.

Sanches M. de J. 1997. *Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto regional*, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Sanches M. de J. 2008, coord. *O Castro Palheiros. Fragada do Castro. Murça – Portugal*. Murça: Câmara Municipal.

Sanches M. de J., Marcos D.S. 1985. O povoado pré-histórico do Cunho-Mogadouro. Resultados preliminares da escavação de 1983, *Arqueologia*, 12: 143-153.

Soares A.M.M. (2005), A metalurgia de Vila Nova de São Pedro. Algumas reflexões, em Arnaud J.M., Fernandes C.V. (coord.), *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 179-188.

Soares A.M.M., Cabral J.M.P. 1993. Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal, em Jorge V.O. (coord.), *Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 12-18 de Outubro de 1993)*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXIII (3-4): 217-235.

Sousa C., Valério P., Araújo M.F. 2004. Metalurgia antiga do Penedo de Lexim (Maфра): Calcolítico e Idade do Bronze, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7 (2): 97-117.

Valério P., Araújo M.F., Silva R.J.C. 2014b. Complementary use of X-ray methods to study ancient production remains and metals from Northern Portugal, *X-Ray Spectrometry*, 43: 209-215.

Valério P., Soares A.M.M., Araújo M.F. de 2016. An Overview of Chalcolithic Copper Metallurgy from Southern Portugal, *Menga*, 7: 31-52.

Valério P., Soares A.M.M., Araújo M.F., Silva C.T., Soares J. 2007. Vestígios arqueometalúrgicos do povoado calcolítico fortificado do Porto das Carretas (Mourão), *O Arqueólogo Português*, série IV, 25: 177-194.

Valério P., Soares A.M.M., Araújo M.F., Silva R.J.C., Porfírio E., Serra M. 2014a. Arsenical copper and bronze in Middle Bronze Age burial sites of southern Portugal: the first bronzes in Southwestern Iberia, *Journal of Archaeological Science*, 42: 68-80.

Veiga E. 1891. *Antiguidades Monumetais do Algarve*, vol. IV, Lisboa: Imprensa Nacional.

**POSSIBILIDADES PARA PENSAR A ARQUITETURA  
DOS RECINTOS MURADOS DA  
PRÉ-HISTÓRIA RECENTE**

***POSSIBILITIES FOR THINKING ABOUT  
THE ARCHITECTURE OF THE WALLED ENCLOSURES  
OF LATER PREHISTORY***

**Ana Vale**

Bolsista Pós-Doutoramento FCT  
CITCEM/FLUP

**RESUMO:**

Este texto procura abordar os recintos murados da Pré-história Recente, tendo por base os estudos efetuados em contexto português e partindo da análise da arquitetura destes sítios. Apresenta as periodizações propostas e as problemáticas inerentes à análise da temporalidade de cada sítio e procura questionar as múltiplas formas construtivas e modos de usar o espaço. Finalmente propõe-se discutir as possibilidades do tipo “recintos murados” em articulação com a singularidade de cada sítio particular.

**PALAVRAS-CHAVE:** Recintos Murados; Arquitetura; Pré-história Recente

**ABSTRACT:**

This text aims to approach late prehistoric walled enclosures, mainly based on research conducted within a Portuguese context and through the study of the architecture of the sites. The periodization of the sites will be presented, and the problems involved in studying temporality at the “site level” will be addressed. The multiple ways of constructing and using space will also be questioned. Finally, the use of the typological designation “walled enclosure” will be discussed bearing in mind the singularity of each site.

**KEYWORDS:** Walled enclosures; Architecture; Late Prehistory

## 1. INTRODUÇÃO

*“Diante de uma imagem – por muito antiga que seja -, o presente nunca cessa de se reconfigurar, mesmo que o desapossamento do olhar tenha completamente cedido o lugar ao hábito enfadado do “especialista”. Diante de uma imagem – por muito recente ou contemporânea que seja -, o passado nunca cessa de se reconfigurar, já que esta imagem só se torna pensável numa construção de memória, senão mesmo do assombro. Diante de uma imagem, afinal, temos que reconhecer humildemente o seguinte: é provável que sobreviva à nossa existência, diante dela somos nós o elemento frágil, o elemento passageiro, e diante de nós é ela o elemento de futuro, o elemento de duração. A imagem tem frequentemente mais memória e mais futuro do que o ente que a olha”*

(Didi-Huberman, 2017:10)

No dia 20 de Julho de 1998, uma pequena equipa, coordenada por V.O. Jorge, J. Muralha e A. Sá Coixão, inicia as escavações arqueológicas em Castanheiro do Vento (Horta do Douro, V.N. de Foz Côa). Esta equipa tinha acabado de “fechar” a campanha daquele ano em Castelo Velho de Freixo de Numão (V. N. de Foz Côa), dirigida por S. Lopes. O sítio de Castanheiro do Vento emerge desta ligação e outras ligações foram sendo desenhadas (e.g. Baptista et al, 2008), não cessando de se reconfigurarem; e porque os sítios sobrevivem a todas estas ligações, tal como as imagens de Didi-Huberman (2017:10), outras podem ser criadas e outras relações (ou comparações) podem ser ditas; apesar da singularidade de cada sítio resistir à síntese, ensaiamos uma vez mais a compreensão de histórias que se irão inevitavelmente adaptar à “ordem do discurso”. Neste texto procuraremos pensar estes recintos num quadro de análise mais amplo, num contexto alterado/marcado pela investigação em Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento, sobretudo a partir de 1994, quando S. Lopes publica um icónico trabalho de revisão e discussão da expressão “povoado fortificado” e das bases interpretativas que a sustentavam e onde apresenta o sítio de Castelo Velho como lugar monumentalizado (Jorge, S.O., 1994). Num momento em que se está a regressar ao estudo de recintos murados, como Crasto de Palheiros (Murça), Escoural (Montemor-o-Novo), Vila Nova de S. Pedro (Azambuja), Zambujal (Torres Novas) e Castelo Velho de Freixo de Numão (V. N. de Foz Côa) com a publicação onde se insere este texto, paralelamente ao estudo

contínuo de sítios como Castanheiro do Vento (V. N. de Foz Côa), e num momento em que se continua a assistir ao crescimento e aprofundamento do estudo de recintos de fossos na Península Ibérica, torna-se necessário re-visitare os recintos murados em contexto português, partindo da análise da arquitetura destes sítios para pensar acerca da possibilidade do “uso” do tipo “recinto murado” na compreensão destes espaços<sup>2</sup>.

Neste sentido, procura-se rever as diferentes interpretações dos recintos murados a diversas escalas (da paisagem ao fragmento), segundo diversas perspetivas teóricas presentes na arqueologia portuguesa, para poder continuar a pensar estas arquiteturas, num movimento entre construção e uso, como experiências de habitação (Vale, 2011), como lugares, problemas e processos (Mendes, 2008) e como práticas de desenho criativo que emerge pela ação que planeia (Till, 2009). Procuraremos neste texto abordar algumas sínteses da Pré-história recente portuguesa que tratam especificamente da emergência, uso e abandono dos recintos murados em articulação com trabalhos de cariz monográfico, sobretudo para áreas geográficas não contempladas pelas sínteses regionais, tentando estabelecer um quadro temporal para os recintos murados em articulação com a discussão do estudo das temporalidades à escala do sítio. Serão também apresentados diferentes modos de construir e de usar o espaço dos recintos murados, sublinhando as distintas associações de múltiplas coisas que podem interagir na construção e uso dos sítios. Definido o enquadramento teórico e a descrição de casos específicos, enunciaremos um conjunto de pontos dos quais a interpretação destas arquiteturas se encontra dependente, sublinhando o carácter de *assembleia* destes espaços coletivos, que se apresentam como lugares de congregação (de seres humanos, não humanos e coisas), acentuando os tempos de duração, sazonalidade e tempo cíclico e as múltiplas escalas de monumentalização da paisagem.

---

<sup>2</sup> Este texto parte inevitavelmente do trabalho de investigação desenvolvido em Castanheiro do Vento por uma equipa da qual faço parte desde 2004 e da experiência no trabalho de campo em Castelo Velho de Freixo de Numão (como voluntária e depois como arqueóloga entre 1997 a 2003). Acresce-se que o trabalho de Susana Lopes têm sido inspiração e inquietação no meu percurso, “sendo notório” as minhas tentativas para responder e/ou desenvolver as questões formuladas ao longo do tempo pela autora.

## 2. OS RECINTOS MURADOS E AS (INCONCILIÁVEIS) INTERPRETAÇÕES

Os recintos murados peninsulares caracterizam-se pela existência de estruturas de base pétreas (designados por muros, muretes ou muralhas), de tendência circular [com exceções, como Porto das Carretas, Soares (2013) ou Pedra do Ouro, Schubart (1970)] que delimitam espaços genericamente concêntricos. Localizam-se em sítios proeminentes na paisagem, com amplo alcance visual e podem ser vistos de longas distâncias [no entanto, a amplitude visual destes sítios é distinta, por exemplo, Castanheiro do Vento, cuja cota máxima da colina é de 730m, “olha” uma ampla paisagem em todo o seu perímetro (e.g. Jorge et al, 2006), enquanto Monte da Tumba, situado a uma altitude máxima de 55m encontra a sul cotas mais elevadas que limitam o “horizonte” (Tavares da Silva e Soares, 1987:29)]. Os muros pétreos que encerram normalmente um recinto principal integram estruturas sub ou semicirculares, comumente apelidadas de “bastiões” e são intercetados por entradas, passagens ou portas. A delimitação do espaço por muros de base pétreas pode ser acompanhada por uma linha de fosso também concêntrica, como é o caso do Fortín 1 de Los Millares (Cámara Serrano & Molina, 2013) e Vila Nova de São Pedro (Arnaud et al, 2014-2015), ou por uma rampa/ talude pétreas, como em Castelo Velho de Freixo de Numão (e.g. Jorge, 2002) e em Crasto de Palheiros (Sanchez, 2003). O espaço definido pelos muros pétreos é variável, desde duas centenas de metros quadrados até vários hectares (e.g. Kunst, 2006:90 para os recintos situados no sul da Península Ibérica) Os recintos murados localizam-se na Península Ibérica e sul de França (área do Languedoque). Em 1994 contavam-se 69 recintos murados peninsulares (Jorge, S.O., 1994) e em 2003 Chapman refere que existiriam entre 90 a 100 sítios na Península Ibérica, assinalando que seriam mais “comuns” do que originalmente previsto (Chapman, 2003:169), o que também foi confirmado por Cardoso (2007:341-360) com a identificação de 11 possíveis recintos murados<sup>3</sup> numa área geográfica

---

<sup>3</sup> Segundo Cardoso (2017), em 2013, 17% dos sítios arqueológicos identificados no Alto Douro inseriam-se no tipo “recintos”, ainda que o autor note que a continuação dos trabalhos de campo pode fazer recuar este número. Define recintos como “sítios de cumeada delimitados por uma ou mais linhas de muretes. Estas linhas definidoras de um espaço apresentam interrupções (passagens, estruturas subcirculares incorporadas), por vezes os vestígios de ocupação não se limitam ao seu topo, existindo ao longo da encosta.” (ibid.:76)

restrita no Alto Douro Português<sup>4</sup>. No portal do arqueólogo estão registados 69 “povoados fortificados” (nos quais se integram alguns recintos de fossos, ainda que alguns arqueólogos tenham começado a adotar a nomenclatura “recintos” para classificação dos sítios com fossos) datados do “Calcolítico” em Portugal. Vieira (2015) discutiu os problemas inerentes à classificação de sítios arqueológicos em utilização, neste momento pela DGPC, e desenha uma nova tabela tipológica assente nos trabalhos arqueológicos mais recentes e tendo em consideração as diferentes abordagens teóricas; os sítios aqui em estudo pertenceriam ao tipo “recintos fechados murados” (ibid:81).

A interpretação dos recintos murados peninsulares não tem sido consensual. Muitos autores continuam a defender a explicação de “povoado fortificado” a qual se baseia na dependência entre semelhanças formais e atribuições funcionais, ou seja, pressupõe a direta articulação entre forma e função (e.g. Cardoso, J.L., 2003; Gonçalves, 2010<sup>5</sup>; Kunst, 2010; Mataloto et al, 2007; Morán & Parreira, 2003; Soares, 2013; Sousa, 2010). No entanto, o mesmo nome não pressupõe perspectivas semelhantes sobre as estruturas políticas e sociais das comunidades que construíram e habitaram estes espaços nem sobre os modos de usar os espaços dos recintos murados. Alguns autores (e.g. Morán & Parreira, 2003) integram estes sítios numa rede de povoamento hierarquizado e num processo de consolidação de formas pristinas de Estado, na linha de Nocete (2001), enquanto outros investigadores consideram que a estrutura social estaria ainda assente em relações de parentesco durante a primeira metade do III milénio AC, partilhando dos pressupostos do materialismo histórico (e.g. Tavares da Silva e Soares, 2010 & Soares, 2013). Em relação às formas de usar o espaço, continua-se por um lado a sublinhar o carácter defensivo e a utilidade dos recintos como reduto defensivo (e.g. Kunst, 2000) e por outro tem sido realçado o papel dos recintos murados como espaços de reunião e negociação (também simbólica) (e.g. Mataloto, et al, 2017), acentuando o seu carácter de monumento (“ambíguo” segundo Soares, 2013:347).

---

<sup>4</sup> A região de estudo encontra-se delimitada a Norte pelo Rio Douro, a Este pela Ribeira de Aguiar, a Sul pela Serra da Marofa e a Oeste pelo Rio Torto (Cardoso, 2007).

<sup>5</sup> Anotamos, no entanto, a voz discordante de Senna-Martinez neste debate, onde o autor refere estes espaços como resultado de estratégias de monumentalização e alerta para o facto de se continuar a aplicar o nome “povoado fortificado” de forma acrítica.

Valera (2007) propõe, na região de Fornos de Algodres, a existência de “recintos”, entendidos como sítios fortificados, mas com usos diferenciados - locais residenciais, como o Crasto de Santiago, ou de carácter simbólico, como Fraga da Pena. Outros autores (e.g. Cardoso 2007; Jorge, S.O., 2005; Jorge, V.O. et al, 2006; Sanches, 2008; Vale, 2011) têm adotado a designação de colina monumentalizada<sup>6</sup>, para designar espaços de reunião, e abrir o espaço a uma grande diversidade de atividades, com o objetivo de conectar o sítio construído com a colina/local de implantação e a paisagem, e de acentuar as práticas de monumentalização da paisagem durante o III milénio AC, sublinhando os processos de apropriação efetiva dos territórios habitados pela construção e uso de arquiteturas complexas, coletivas e visualmente dominantes. Esta linha usa também a designação de “recinto murado”. Estamos convictos que este nome, não neutro, mas despido de funcionalidade e sem condicionar a interpretação indicando escala e ação, pode permitir criar um tipo de sítio e, desta forma, abrir as possibilidades de comparação e compreensão dos processos históricos subjacentes a estas arquiteturas complexas.

### 3. CRONOLOGIA, PERIODIZAÇÕES E TEMPORALIDADES

A cronologia destes sítios aponta para um intervalo amplo de construção e uso, e apesar das especificidades regionais, o início da construção dos muros pétreos parece situar-se por volta de 2900/2800 AC e o abandono destas estruturas parece ocorrer por volta de 2300/2200 AC<sup>7</sup> (a partir das sínteses efetuadas por Gonçalves & Sousa, 2006; Mataloto & Boaventura, 2009; Lopes

---

<sup>6</sup> Apesar da designação de colina monumentalizada ser amplamente utilizada desde 1998 e na sequência da nomenclatura de “lugar monumentalizado” (Jorge, 1994), no Dicionário de Arqueologia Portuguesa, os sítios de Castanheiro do Vento ou Castelo Velho são explicados segundo a abordagem tradicional de “povoados fortificados” (Cardoso, 2012 a e b).

<sup>7</sup> Alguns recintos continuam ativos durante o Bronze Antigo e Médio, como é o caso do Zambujal - a fase de construção 4 prolonga-se até 1900 e a 5ª fase do sítio situa-se entre 1830 e 1740, continuando o sítio a ser entendido e construído como fortificação (Kunst, 2017), e ainda o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão onde foram intensamente estudadas as “continuidades” e “descontinuidades” entre o Calcolítico e a Idade do Bronze (e.g. Jorge, 2005). No entanto, a construção e uso destes sítios na transição do Calcolítico para a Idade do Bronze implica outras questões que não serão abordadas neste texto.

& Bettencourt, 2017). No Alto Douro e Trás-os-Montes continuam a ser reutilizados segundo estratégias similares até ao fim do milénio (Lopes & Bettencourt, 2017)

Segundo Lopes e Bettencourt (2017), no Norte de Portugal, a construção de espaços monumentais terá ocorrido no início do III milénio AC. No entanto, enquanto o Nordeste regista grandes alterações nas *dinâmicas sociais* no fim do III milénio/ inícios do milénio seguinte, o Noroeste português parece denunciar o arranque da fase transição logo em meados do III milénio AC com o aparecimento de novos lugares sepulcrais, inumações individuais ou restritas, armas em cobre ou adornos em prata e ouro, paralelamente à gravação de punhais e alabardas na arte rupestre; estas novas realidades estarão ligadas à ascensão de elites que iniciam *novos contactos transregionais*. A periodização proposta por Lopes e Bettencourt tem também em consideração a decoração cerâmica, destacando-se a presença de incisas metopadas (ainda que escassas) no recinto da Sola I (o único recinto murado identificado no Noroeste português) e decoração penteada aditiva no Alto Douro assim como cerâmicas excecionais como a cerâmica com decoração tipo oculada e a cerâmica campaniforme, esta última datada da primeira metade do III milénio AC em Crasto de Palheiros e em Castelo Velho de Freixo de Numão (ibid: 475 e referido recentemente em Sanches et al, 2018). As autoras sublinham a necessidade do estudo da rede de lugares simbolicamente conectados no sentido de compreender o papel social da estilística cerâmica nos processos identitários<sup>8</sup>.

Na região de Fornos de Algodres (Guarda) dois recintos murados foram intensivamente estudados no contexto local de povoamento, e analisados como elementos ativos nos processos de construção de identidades (Valera, 2007). Segundo Valera, o recinto, dito fortificado, do Castro de Santiago terá sido construído no 1º quartel do III milénio AC e provavelmente abandonado ainda dentro da 1ª metade do mesmo milénio. O segundo recinto murado, Fraga da Pena, um *tor* granítico, monumental e monumentalizado por muros pétreos que se conjugam com os aforamentos, terá sido construído nos finais do III milénio AC, parecendo denunciar tradições de práticas

---

<sup>8</sup> Salienta-se que Helena Barbosa encontra-se a desenvolver um projeto de doutoramento na FLUP, financiado pela FCT, e orientado por Maria de Jesus Sanches, sobre o estudo da construção e consolidação de identidades coletivas na Meseta Norte Ocidental através da análise da iconografia da arte rupestre e decoração cerâmica.

construtivas utilizadas previamente na construção do Castro de Santiago. Enquanto que o primeiro tem, segundo o autor, funções residenciais, o segundo adquire um carácter simbólico, pela localização, construção (nomeadamente a existência de uma entrada orientada ao nascer do sol no Solstício de Verão) e componente artefactual identificada. As formas e decoração cerâmicas são estudadas pelo autor através de análises comparativas entre sítios e ao longo da duração dos sítios, notando-se um predomínio das decorações incisadas (caneluras e motivos em espinha) na 1ª metade do III milénio AC; a decoração penteada cresce na 2ª metade do milénio, provavelmente indicando influências vindas de norte, e a cerâmica campaniforme, muito presente em Fraga da Pena, data dos finais do 3º quartel do III milénio AC.

Gonçalves e Sousa (2006) referindo-se ao caso da Estremadura, mais concretamente às Penínsulas de Lisboa e Setúbal, entendem que os recintos murados sucedem as estratégias de habitação das populações indígenas. Os autores assumem um hiato entre os povoados abertos datados do Neolítico Final e os recintos murados datados do Calcolítico Inicial, patente em sítios como Leceia. A rutura com o sistema de povoamento neolítico teria sido causada pela disseminação de formas e técnicas construtivas procedentes da Andaluzia, o que justificaria a semelhança de sítios como Vila Nova de S. Pedro e Zambujal, apelidados de povoados fortificados de porte médio, ou como Santa Justa e Monte Novo dos Albardeiros, nomeados de quintas fortificadas. Gonçalves e Sousa reconhecem o papel fulcral da decoração cerâmica na periodização regional, na medida em que permite aos autores a divisão entre Calcolítico Inicial e Médio, impossível de diferenciar através de datações absolutas. Assim, o Calcolítico Inicial (1ª metade do III milénio AC) nas penínsulas de Lisboa e Setúbal é caracterizado pela presença de copos e taças caneladas, momento que corresponde ao aparecimento dos primeiros recintos murados. O Calcolítico Médio (meados e 2ª metade do III milénio AC) é definido pela decoração folha de acácia e corresponderá ao momento de desestruturação do “sistema defensivo”.

Segundo Mataloto e Boaventura (2009) os recintos murados no Sul de Portugal fazem parte de uma reestruturação profunda do povoamento, no entanto, não justificada por modelos difusionistas, tal como proposto por Gonçalves e Sousa (2006)). Para Mataloto e Boaventura (2009), para quem os recintos murados no Alentejo sucedem e coexistem “com povoados “indígenas” com fossos e estruturas negativas” (ibid. 248), devido à presença

de soluções arquitetônicas complexas, como a construção de fossos e muros pétreos no mesmo sítio arqueológico, como é o caso da Salgada, Rio de Moinhos, Borba (e San Blas, Espanha). Segundo os autores, também as datações absolutas não permitem reconhecer diferenças significativas entre os recintos murados da Estremadura e os do sul do país (ibid.:58). Os autores apelidam o momento de construção de recintos murados no Sul de Portugal de *movimento de “encastelamento”* (ibid.:59), o qual parece ser precedido por povoados abertos (sobre os quais se constroem fortificações, como é o caso de S. Pedro e do Escoural) e seguidos novamente de povoados abertos (caso registado no sítio de S. Pedro). Mataloto e Boaventura apontam o começo da construção de recintos murados no sul de Portugal para o início do III milénio AC, mas logo no segundo quartel do III milénio AC verifica-se o abandono de diversos povoados fortificados no território alentejano (como S. Gens), paralelamente ao abandono de muitos povoados de fossos e a emergência de uma “nova rede de povoamento fortificado” estruturada em torno de grandes povoados (como os Perdigões, San Blas ou Porto Torrão) (ibid.: 62). Em meados do III milénio AC / inícios do 3º quartel do III milénio AC, parece verificar-se a entrada de um “novo paradigma, onde as antigas fortificações já não têm lugar” (ibid.:60) e dá-se o abandono generalizado dos recintos murados podendo alguns dar origem a povoados abertos (como S. Pedro), fenómeno semelhante ao registado na Estremadura (caso de Leceia). O estudo da tipologia cerâmica tem um papel de destaque na periodização proposta pelos autores, sendo o Calcolítico (fase 3) caracterizado por recipientes de bordo espessado (ibid.:63).

As temporalidades dos recintos murados têm sido estudadas pela arqueologia que nomeia estes sítios como “povoados fortificados” segundo fases de construção e fases de ocupação. A fase de construção é normalmente de curta duração e implica a existência de um projeto prévio à execução. A construção é lida como uma atividade técnica onde são equacionadas as características físicas dos materiais de construção empregues, as técnicas de construção utilizadas e em alguns casos o esforço humano investido. Nesta linha de análise, finalizada a fase de construção inicia-se a fase de ocupação. A fase de ocupação é o período onde a arquitetura, que se confunde com o espaço construído, é o cenário, é permanente, é material de longa duração, é o palco onde as atividades se repetem no tempo, associando a fixidez da forma à função. Esta fase é normalmente representada por períodos longos

de habitação e repetição de tarefas onde os espaços construídos segundo um projeto e com uma finalidade funcional específica são ocupados, e onde essas mesmas atividades, já determinadas antes da construção, são desempenhadas. Muitas vezes, estas tarefas dividem-se por género, sem que haja sustentação arqueológica ou mesmo antropológica para o estabelecimento destas categorias e não raras vezes estão imbuídas de preconceitos e afirmações usadas sem crítica porque se creem neutras e universais (já tivemos oportunidade de discutir este aspeto em Vale, 2015).

Nos anos 90 do século XX, Lopes alertou para o facto da arquitetura não poder ser lida como espelho das estruturas sociais, políticas ou económicas das sociedades pré-históricas nem apenas como cenário passivo de um conjunto de atividades que se teriam desenrolado no interior ou à volta dos dispositivos construídos (Jorge, S.O., 1994). Outros autores, partilhando da explicação de povoados fortificados para os recintos murados, têm chamado à atenção para o carácter complexo da construção e ocupação destes sítios propondo estudar as biografias dos sítios, conscientes das alterações constantes (não só construtivas) da vida dos recintos, sublinhando a multiplicidade de histórias e funções que terão ocorrido no interior destes espaços ao longo de centenas de anos (Mataloto et al, 2007).

No caso de Castelo Velho de Freixo de Numão, tentou-se “...ao longo de quinze anos, (...) um faseamento com base no paradigma estratigráfico. Em 2003<sup>9</sup> abandona-se esse faseamento e assume-se a existência de apenas *três grandes momentos de “domesticação”* do morro.” (Jorge, S.O. et al, 2007:79). Estes momentos coincidem com a fase anterior à construção do recinto, datada de inícios do III milénio AC, com a fase de construção e uso do recinto (completamente construído em meados III milénio AC) que se estende desde inícios do III milénio à segunda metade do II milénio AC e com a última fase referente ao fecho do recinto, que terá ocorrido por volta de 1300/1200 AC. Nesta proposta de faseamento para Castelo Velho, as tradicionais fases de construção e ocupação são intencionalmente confundidas e apelidadas de “momentos de domesticação” e as alterações registadas no sítio integram a interpretação de um recinto construído e vivido de forma contínua ao longo de um milénio. Também no sítio Crasto de Palheiros (Murça) foram delineadas grandes “fases” da vida do sítio, estabelecendo-se intervalos

---

<sup>9</sup> Os autores referem-se a S. O. Jorge, 2003a e 2003b

de tempo alargados para a construção e uso, sublinhando a dificuldade em definir relações de contemporaneidade entre algumas estruturas (Sanches, M.J., 2008). “A dificuldade de relacionar no terreno, realidades estruturais, que já de si são dinâmicas na sua constante elaboração e reconfiguração, em áreas diferentes do sítio.” (Cardoso, 2007:101) foi também assinalada em Castanheiro do Vento.

A forma como a investigação em Castelo Velho, Castanheiro do Vento e Crasto de Palheiros questionou o tempo atendeu a outros fatores que permitiram pensar a espessura temporal da construção e uso do sítio, como foi desenvolvido por McFadyen (2016). McFadyen percebeu, muito cedo no seu percurso de investigação, que as divisões compartimentadas entre arquitetura, ou plano prévio, construção, ou execução desse mesmo plano e ocupação do edifício construído não se encaixavam nos sítios que escavava (um conjunto de *tumuli* neolíticos no norte de França e estruturas megalíticas tipo “long cairn” no sul de Inglaterra) (2013:138). A autora sugere então a arquitetura como prática, que se constrói pela experiência e convoca diferentes tipos de participação durante a construção. Segundo a autora, “O design não se relaciona simplesmente com inovação mas é um pensar através/com/pela prática e está ativamente envolvido nas mudanças e alterações e uso que ocorrem ao longo do caminho, e é parte do processo de feitura” (ibid.:139, tradução nossa). Neste processo de feitura dos sítios, dos edifícios, uma multiplicidade de coisas pode integrar a construção e não é possível estabelecer uma linha divisória entre materiais de construção e outros materiais utilizados em tarefas do dia-a-dia. O estudo que realizou sobre a fragmentação cerâmica no sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão permitiu adicionar uma nova dimensão ao seu trabalho (McFadyen, 2016). A análise contextual de fragmentos cerâmicos atendendo ao tamanho e erosão das superfícies e arestas possibilitou indagar acerca da relação temporal entre a fragmentação de um vaso e a integração no depósito final dos fragmentos cerâmicos. A grande maioria dos fragmentos era de tamanho médio (comprimento entre 3 e 6 cm), sem colagens. Segundo a autora, a distância temporal que ia entre o partir de um vaso e a deposição dos fragmentos não era imediata; estas comunidades viveriam literalmente com fragmentos. A sua inserção em estruturas muito tempo após a fragmentação do vaso permitiu a McFadyen falar acerca da construção contínua do sítio, como refere: “O uso das coisas no Calcolítico não é algo que surge após o design,

mas esteve sempre presente como uma pré-condição da criatividade.” (2013: 146, tradução nossa)

#### 4. CONSTRUÇÃO, MODOS DE USAR O ESPAÇO E OUTRAS RELAÇÕES

Muitos pré-historiadores portugueses definem, ou entendem implicitamente, a arquitetura enquanto o edifício construído do passado, pressupondo a existência de um projeto, ou a definição da intenção original e a construção posterior do edifício (já referido em Jorge, S.O. 2007). O projeto da forma tem já associada a função a desempenhar nos espaços a construir, permanecendo mais ou menos inalterados, por vezes, ao longo de milénios. A construção é, dentro desta linha, uma ação pouco demorada no tempo, à qual se segue a ocupação durante a qual, como já referido, o espaço construído é estudado como cenário (passivo) das tarefas que já se lhe encontram adstritas. No entanto, estudos recentes põem em causa esta premissa. Cardoso (2007) avançou que o sítio de Castanheiro do Vento foi construído por módulos, ou seja, por segmentos de murete que se vão adicionando e formando a planta que hoje registamos. A construção por segmentos leva o autor a enfatizar a construção contínua do sítio e a possibilidade de fazer e refazer constantemente, alterando módulos, cujas bases pétreas teriam paredes em terra crua, material que sublinha a plasticidade da(s) prática(s) de fazer o sítio. Díaz-del-Río (2008) sugeriu que os recintos murados de Boussargues, Los Millares e também Castanheiro do Vento teriam sido construídos por segmentos, o que, segundo o autor, *não é apenas uma boa metáfora mas o resultado da estrutura social que os construiu* (ibid:134); Díaz-del-Río acentua o carácter segmentário destas comunidades, pouco hierarquizadas, as quais se reuniram na construção destas obras coletivas de forma cooperativa e salienta que a construção por segmentos pode envolver um *conhecimento prático que se transmite de geração em geração* mas não requer um projeto prévio (ibid.135). Valera (2013a) também referiu para o caso dos recintos de fossos do Sudoeste Peninsular a construção contínua das estruturas em negativo e, no contexto europeu, Chris Evans sublinhou, em 1988, que os fossos dos recintos neolíticos deveriam ser entendidos como “atos de cercamento”, materialmente expressos pela escavação de segmentos de fosso ou de fossas que se interconectavam. Desta forma, estes sítios indicam um desenho que ia sendo construído.

A emergência dos sítios pela construção contínua parece implicar formas distintas de usar estes espaços. A semelhança formal dos recintos murados dada pela planta (arqueológica), desenhada em muitos casos pela adição sucessiva de segmentos, engloba uma grande diversidade de usos e de organização interna dos recintos. Esta diversidade é sublinhada pela presença de ossos humanos em alguns recintos murados, como Castelo Velho de Freixo de Numão e Zambujal. No caso de Castelo Velho foram identificados 8 a 10 indivíduos em deposição secundária, depositados de forma estruturada e formalizada no interior de uma estrutura semicircular (Jorge, S.O., 1998 e 2014). Em Castelo Velho, a estrutura com ossos humanos faz parte de uma complexa rede de relações e significados, o que reforça a interpretação do sítio como ponto de reunião onde diversas atividades são performatizadas, onde diversos usos são ensaiados.

Nos casos de Zambujal e Leceia (Kunst et al 2014) as explicações são diversas para a identificação de ossos humanos no espaço dos recintos e estes sítios encontram-se também em relação com locais próximos de enterramento (Bolores, a 2km de Zambujal e o Locus 3 de Leceia, uma gruta natural localizada na vertente este da escarpa de Leceia). A explicação para o aparecimento de ossos humanos no recinto de Leceia parece tentar relacionar estas evidências com a interpretação do sítio como povoado fortificado, segundo a qual estes mesmos vestígios seriam resultado de mortes em combate; no entanto, porque datam de períodos em que o sistema defensivo já não estaria operacional, coloca-se a hipótese de serem mortes ocasionais cujos corpos foram enterrados no recinto. No caso do Zambujal são enumerados múltiplos cenários (enterramentos primários e secundários, manipulação de relíquias, transporte de ossos humanos em terras oriundas de outros contextos para a construção do próprio sítio, entre outras), não descartando, no entanto, possíveis mortes ocorridas durante a ataques ao sítio. A identificação de ossos humanos no interior destes recintos fez alargar as possibilidades de uso destes espaços, estando, por exemplo, contemplado como possibilidade na nova fase de intervenção arqueológica em Vila Nova de São Pedro (Arnaud et al, 2014-2015).

Lopes e Bettencourt (2017), na definição de recinto murado, destacaram as deposições estruturadas de diferentes “coisas”, que podem integrar ossos humanos (fragmentos de esqueletos) em relação com outros materiais, como no caso de Castelo Velho de Freixo de Numão. Para as autoras estes sítios integram o tipo “lugares com funções cerimoniais”, juntamente com recintos

de fossos, abrigos com deposições e recintos de estelas (como é o caso de Cabeço da Mina, Vila Flor), devendo ser equacionados em relação com lugares sepulcrais/espços de manipulação de restos humanos e com locais de arte rupestre. Denunciador de diferentes escolas teóricas, na Estremadura, Alentejo e Algarve, os recintos murados são abordados em relação com sítios apelidados de “povoados”, que implicam, uma “vivência doméstica” (Gonçalves & Sousa, 2006 e Mataloto & Boaventura, 2009). No sul do território português o estudo dos recintos murados liga-se também ao dos recintos de fossos, cuja construção e uso terá começado por volta de meados do IV milénio AC<sup>10</sup>. Apesar da distribuição geográfica (e a sua relação com outros

---

<sup>10</sup> Recentemente estes sítios foram analisados tendo em consideração novos sítios e novas datações absolutas (Valera et al, 2017). Segundo os autores, estes sítios, cuja emergência começa em meados do IV milénio AC (por volta de 3450/3400 AC) estão em relação com os monumentos megalíticos (cromeleques e menires) cujos dados atuais situam num momento anterior à construção dos recintos de fossos. Estas arquiteturas mais antigas estariam em relação com o processo de monumentalização da paisagem, intensificado a partir de meados do IV e ao longo do III milénio AC, materializado na construção de recintos de fossos. Os autores apontam algumas semelhanças nos projetos destes dispositivos: a orientação a Este das plataformas naturais onde foram construídos e a relação com “eventos astronómicos” (ibid.:73/74). Estes diferentes recintos parecem denunciar uma partilha ideológica que se evidencia na necessidade de marcar a paisagem pela construção de lugares de carácter cerimonial e de natureza simbólica. Os autores sublinham outras continuidades - as verificadas nos recintos de fossos, evidenciado uma “continuidade da tradição” (ibid.: 71) ao longo da segunda metade do IV e III milénios AC, presente não só na clara tendência circular e concêntrica da sua organização arquitetónica, mas também na construção por segmentos, na (re)escavação constante nos fossos e semelhanças nas soluções de enchimento dos fossos (marcadas pela presença de ossos humanos em relação com outras pequenas coisas). Estas características parecem remeter para uma construção ativa e prolongada no tempo e um uso contínuo do espaço. Mas a continuidade nos modos de fazer e usar os recintos não é apenas lida nas semelhanças, mas também na própria diversidade destes sítios; registam-se diferenças na implantação topográfica, no tamanho, número, profundidade e largura dos fossos, na morfologia dos fossos (sinuosos e lineares), na forma dos recintos (alguns fossos não delimitam completamente um espaço interior). As continuidades sublinhadas pelos autores parecem denunciar uma progressiva monumentalização da paisagem entre o Neolítico e Calcolítico, inferindo uma partilha conceptual, integrada numa necessidade ideológica crescente de criação de sítios cerimoniais e simbólicos. Esta abordagem aos recintos de fossos aproxima-se à referida por Lopes e Bettencourt (2017) para os recintos murados.

Uma outra abordagem aos recintos de fossos, segundo uma linha marcadamente processualista, tem sido desenvolvida por F. Rodrigues (2015, 2017), propondo explicar os recintos de fossos como sítios residenciais, habitados permanentemente. Segundo a autora, os recintos de fossos, surgem como resposta a um conjunto de fatores: aumento demográfico, aumento da produção pela aplicação de modos de produção “mais eficientes”, migrações populacionais e alterações climáticas o que terá provocado a necessidade de controlo territorial efetivo e a construção de polos de agregação social de carácter residencial.

sítios à escala europeia), da implantação topográfica, das dimensões, das relações de visibilidade/ intervisibilidade e da duração dos recintos de murados ser diferente dos recintos de fossos (Jorge, 1999: 105-106), a sua semelhança ao nível da planta, sobretudo entre os recintos de fossos sinuosos e os recintos murados, tem motivado os arqueólogos a discutirem a sua relação e possibilidade de comparação. Mataloto e Boaventura (2009), referem que as “estruturas de fortificação” marcam a paisagem alentejana na 1<sup>a</sup> metade do III milénio AC, integradas num movimento de transformação, o qual terá arrancado no milénio anterior, facto sublinhado pelas “notáveis similitudes” entre a forma dos recintos murados e a dos povoados de “fossos serpenteantes” datados dos finais do IV milénio AC, associado a um movimento de “efectiva sedentarização”. Outros autores sublinharam, no entanto, a impossibilidade de comparação entre recintos murados e recintos de fossos, como Márquez Romero e Jiménez-Jáimez (2010). Os recintos murados, segundo os autores, poderão fazer parte da emergência de novos sítios na Europa (como os henges no Reino Unido e Irlanda) que ditam o fim dos recintos de fossos, apesar de na Península Ibérica a persistência de recintos de fossos já no III milénio AC implicar a convivência entre estes dois tipos de estruturas, ou seja, a coexistência de *paisagens culturais* distintas durante centenas de anos (ibid.:530)

Valera (2016) propôs a interpretação do recinto Fraga da Pena (Fornos de Algodres), datado dos fins do III milénio AC, como um centro cerimonial, construído atendendo a orientações astronómicas, situação verificada nos recintos de fossos estudados pelo autor (Valera, 2013a). O autor levanta a questão da possibilidade de identificação de espaços sagrados por oposição a espaços profanos na Pré-história, questão debatida também por Lopes (Jorge, S.O., 2012 e 2014), discussão cuja natureza e abrangência excede os propósitos deste texto. O sítio de Fraga da Pena é constituído por dois recintos rodeados por muros pétreos de grande envergadura que aproveitam e se conjugam com o afloramento rochoso, monumentalizando um espaço que já anteriormente teria sido monumental atendendo à sua especificidade geomorfológica (também no caso de Castelo Velho foi enfatizado o papel da “volumetria das pré-existências rochosas” (Jorge, 2005:10) na construção e uso do sítio). Em Fraga da Pena, uma das entradas está orientada ao nascer do sol no Solstício de Verão, e Valera (2016) está atento ao jogo de luz e sombra no recinto durante o dia. Este exercício parece, no entanto, não

apresentar resultados semelhantes para outros recintos murados, como Castanheiro do Vento, onde a existência de três muretes concêntricos com múltiplas entradas não coincidentes, dificultam o estudo de percursos de acesso ao recinto principal. No caso de Castelo Velho, Lopes equacionou o “jogo cénico implícito na presença/ausência de *entradas*” (Jorge, S.O., 2002), equacionado as durações e relações de contemporaneidade das 7 entradas do recinto principal. Apesar de não se reconhecerem orientações astronómicas na construção destas entradas, o sítio (e as suas aberturas) articula-se com a paisagem: Castelo Velho “olha” o Monte de S. Gabriel (ibid: 134).

## 5. DISCUSSÃO - A ARQUITETURA DOS RECINTOS MURADOS

A interpretação destes sítios encontra-se articulada com as possibilidades de compreensão da prática da arquitetura. Da arquitetura entendida/estudada enquanto *experiência, materialidade, problema e processo*, como *lugar, programa, construção e uso* ou *habitação* (a partir de Mendes, 2008). Atendendo à exposição (perigosamente) sumária dos recintos murados portugueses parece-nos importante acentuar um conjunto de pontos dos quais a análise destes sítios depende e se estrutura:

- Estes sítios deverão ser nomeados “recintos murados” (nome já referido em Jorge, 1994, 2002; Vale, 2011; Cardoso, 2017 e Vieira 2015). O tipo “recinto murado” pode ser considerado como um descritor de uma estrutura formal que se refere a um conjunto de sítios que denunciam semelhanças formais. No entanto, o reconhecimento do mesmo tipo não implica a aplicação de explicações semelhantes. Conhecendo as diversidades regionais, a determinada altura, parece ter existido uma tendência para construir uma forma que possibilita o reconhecimento de um tipo, hoje. A neutralidade do nome, no entanto, não pressupõe uma neutralidade no discurso. Chamar recinto murado a estes sítios cria as condições para questionar outros caminhos interpretativos e prestar atenção a outros detalhes. Nesta linha, a planta destes sítios não é entendida como o projeto ou a planta arquitetónica, pois trata-se de parte do registo arqueológico e só pode ser manuseado tendo em consideração esse aspeto (Vale 2011, 2017);

- A inserção de um sítio no tipo “recinto murado” não ilude a dependência de cada lugar à topografia, paisagem e recursos pois não se tratam de formas arquitetónicas que se “aplicam” a um meio “inerte”, mas emergem da especificidade do local e das comunidades de construtores e habitantes, das suas necessidades, anseios, projeções, formas de estar e entender o mundo; são formas de compreensão do mundo, sobretudo na sequência do que vem sendo trabalhado pelas equipas de Castelo Velho de Freixo de Numão (e.g. Jorge, 2005 e Jorge et al, 2007), Castanheiro do Vento (e.g. Jorge et al, 2006), Crasto de Palheiros (e.g. Sanches, 2008) e também por Valera (2007);
- O tipo em arquitetura refere-se à possibilidade de reconhecer aspetos formais similares, os quais não pressupõem, no entanto, usos semelhantes (em diferentes espaços formalmente semelhantes ou num mesmo espaço cuja forma permanece mais ou menos inalterada ao longo do tempo), na linha do definido pelo arquiteto C. Martí (1993) na definição de tipo arquitetónico. Segundo o autor, o tipo não pressupõe a repetição da forma pois o tipo, referente a um conceito, reúne manifestações específicas que pertencem a um lugar, e nesse sentido, cada forma é irrepetível. Os tipos “germinam e transformam-se no terreno da experiência histórica” mas “escapam a explicações estritamente evolucionistas e a reduções cronológica” (ibid: 26). As formas recorrentes, no entanto, não são formas estáticas, e a tipologia arquitetónica, tal como a tipologia artefactual, permite a análise do que está em formação (a partir de Sørensen, 2015), ou seja, permite o estudo da construção e uso decorrentes das contínuas práticas de habitar;
- A forma terá de se desligar da função. O tipo permite o reconhecimento da mesma forma, mas o estudo da arquitetura é dependente de cada sítio em particular, da sua singularidade e especificidade (na linha de C. Martí, 1993). As funções ou usos terão sido diversos entre sítios (como referimos para o caso de Castelo Velho e Zambujal) mas também à escala do sítio terão mudado ao longo dos séculos – a permanência da forma não implica a permanência da atividade, assim como a articulação dos recintos murados com outros sítios está dependente da “ocupação” da paisagem concretizada de diferentes formas ao longo do atual território português. Cremos que a construção dos recintos murados se relaciona com os recintos de fossos (na sequência de Mataloto e Boaventura, 2009),

mas a articulação entre recintos depende da paisagem onde se encontram. No Alto Douro português, a ausência até ao momento de recintos de fossos pode permitir equacionar se os recintos murados no Alto Douro emergem de formas de compreensão do espaço que fazem referência a outras materializações;

- Os recintos murados inserem-se em estratégias de monumentalização do espaço através da construção de espaços coletivos e assumem-se enquanto espaços estruturadores e de negociação de identidades coletivas. Este aspeto é também discutido por Gomes (2017) e Lopes em Jorge (1999) aborda o processo de monumentalização na longa diacronia; esta perspetiva vai de encontro à *dwelling perspective* definida por Ingold (2000) e trabalhada por Jorge et al (2006). Este processo é também assinalado por Soares (2013) na análise da paisagem de Porto das Carretas e o tema tem sido pensado no contexto dos recintos de fossos do sudoeste peninsular por Valera (2012); refira-se igualmente o trabalho de Criado-Boado (1993) no contexto do megalitismo. Em 1994, Lopes apelida Castelo Velho de monumento ou lugar monumental. O nome “monumento” acentua a escala do dispositivo construído que marca a paisagem e o controlo visual do espaço envolvente; por outro lado, o nome monumento está ligado ao papel congregador do sítio, enquanto obra coletiva mas também enquanto espaço de reunião de vários grupos ao longo de várias gerações. No entanto, a referência ao termo monumento pode implicar a concentração excessiva na imponência do edifício, entendendo-o apenas como sítio excecional. Tendo estes aspetos em consideração, tem vindo a ser trabalhado o processo de monumentalização da paisagem (e.g. Jorge, 2005; Jorge et al, 2006; Sanches, 2007; Valera, 2007) que implica a ideia de prática e movimento, que extravasa o sítio e o integra num processo histórico particular que se exprime através de práticas de habitar paisagens particulares e permite uma abordagem mais ampla onde outros detalhes podem ser equacionados (como fragmentos cerâmicos), não como partes de um monumento mas integrados em práticas de monumentalização (em processos sociais dinâmicos). O nome “colina monumentalizada” de Castelo Velho e Castanheiro do Vento pressupõe a ação de monumentalizar e não se refere apenas ao carácter monumental do edifício/colina (e.g. Jorge, 2005 e Jorge et al, 2006);

- Os recintos murados são sítios de longa duração, denunciando o investimento contínuo em sítios particulares, o que indica o seu papel fulcral na estruturação da vida das comunidades passadas, ao longo de gerações. A durabilidade destes sítios cria as condições para que diferentes práticas e coisas, seres humanos e não humanos, entrem em relação, ao mesmo tempo que permite a permanência de formas de habitar (ver como os sítios monumentais, recintos ou não, emergem como espaços de consignação, que chamam a si e ordenam, em Gomes & Baptista, 2017). No entanto, as durações destes sítios são distintas, o que implica diferentes estratégias de ocupação do espaço dependentes das permanências/transformações das identidades coletivas. A reutilização ou ocupação contínua (ainda que segundo estratégias de habitar distintas) de Castelo Velho, desde inícios do III milénio AC até 1300 AC (data do fecho do sítio), obriga a pensar este espaço de forma distinta daqueles que foram sofrendo reformulações construtivas profundas ao longo da sua vida, como S. Pedro, ou de sítios como Castro de Santiago, ativo por poucas centenas de anos, mas cuja memória parece ter continuado pela construção de Fraga da Pena, centenas de anos após o abandono do primeiro;

- Estes sítios são espaços ligados à memória e à tradição porque têm globalmente uma longa diacronia mas terão surgido como construções inovadoras e em algumas paisagens são os primeiros dispositivos que se impõem com a escala, dimensão e investimento destes sítios, como já foi referido por Valera (2016) e como tentamos demonstrar à escala de Castanheiro do Vento (Vale, 2011). Sanches (2007:22) compara as técnicas construtivas dos taludes pétreos do Crasto de Palheiros às técnicas utilizadas na construção de mamóas, ligando o recinto a um território identitário com raízes no IV milénio AC (análise que também já apresentada em Jorge (2002) para o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão). A continuação dos modos de fazer não é entendida, no entanto, como o repetir das mesmas práticas como cópias não criativas; são espaços que se mantêm abertos à inovação e criatividade (seja de soluções construtivas, seja através do uso e transformação de diferentes matérias-primas e objetos);

- Os recintos murados são espaços que acentuam o tempo sazonal, intimamente ligado a comunidades agrícolas, mas também implicado na presença

de elementos cujo aparecimento/obtenção é sazonal ou da própria construção daqueles que terão tido construções em terra crua (que só pode ser realizada em certas alturas do ano); o tempo cíclico está presente na orientação astronómica de Fraga da Pena (Valera, 2016); o ritmo sazonal pode também ser compreendido nos contextos de deposição (Vale 2011: 299).

- A semelhança formal dos recintos murados parece denunciar contactos, circulação, mobilidade. A componente artefactual permite também estabelecer possíveis relações com outros espaços em tempos. No entanto, os sítios do Alto Douro e Beira Alta, assim como o sítio de S. Pedro (Mataloto et al, 2017), por exemplo, praticamente não registam “coisas” provenientes de longas distâncias (apesar desta afirmação estar dependente de trabalhos futuros e não tem em consideração as cerâmicas campaniformes), ao contrário do que se verifica, por exemplo, no recinto de fossos dos Perdigões (Valera, 2017). No entanto, a decoração cerâmica pode indicar relações mais amplas, como se regista em S. Pedro, a qual remete para contactos com a Estremadura ou numa fase mais tardia com a Meseta espanhola (Mataloto et al, 2017);

- Os recintos murados têm de ser trabalhados a diversas escalas. À escala do sítio é necessário equacionar o papel das pequenas coisas na construção/organização/uso do espaço. São os “objetos” que ampliam o espaço construído; é a habitação que dá detalhe à construção e nesse sentido o trabalho desenvolvido por McFadyen (2016) e também o que vem sendo desenvolvido para Castanheiro do Vento (Vale, 2011) e numa abordagem distinta mas colocando as pequenas coisas como fazedoras de espaços, por Valera (2007) permitem pensar a arquitetura fora dos limites do construído;

- Os recintos murados poderão globalmente ser entendidos enquanto arquiteturas de formalização de espaços de agregação ou reunião (de seres humanos, não humanos e coisas) e enquanto obras e espaços coletivos; são espaços de assembleia, onde a congregação de grupos humanos pode ser fonte de esperança e também de medo (segundo Butler, 2015), sendo assim poderosas arenas (espaços formalizados) de negociação de poderes.

## PALAVRAS FINAIS

Os recintos murados são espaços de reunião, de agregação, de assembleia de seres humanos, seres não humanos e de coisas, de diferentes coisas. Mas as relações diferem entre sítios, ou seja, o tipo arquitetónico envolve diferentes formas de habitar/ usar, denunciado pelas diferentes coisas e associações registadas. A arquitetura emerge da compreensão do lugar por referência a outros espaços e outros tempos; a outros espaços contruídos de outras formas ou outros espaços com diferentes coisas, a outros pontos na paisagem ou a outros espaços habitados. Por diferentes razões, estes sítios foram escolhidos para serem usados durante séculos. A permanência no lugar respeitou o que existia, abrindo-se a novas possibilidades. O uso do tipo “recinto murado” como ferramenta analítica implica múltiplas escalas de análise. A escala do fragmento, do detalhe, aborda os diferentes modos de construir/ usar/ habitar o espaço em cada recinto murado, possibilitando a compreensão contextual da temporalidade de cada sítio. A escala mais ampla de análise do tipo participa na compreensão do(s) processo(s) histórico(s) que criaram as condições de emergência destes espaços particulares.

### Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Susana Soares Lopes a oportunidade de participar neste volume e a João Muralha pela edição do mesmo. Agradeço também a Sérgio Gomes que leu versões iniciais deste texto e me fez importantes sugestões bibliográficas e me propôs pensar outras ligações. Agradeço também a Rui Mataloto que fui inundando de perguntas aquando da redação deste texto. Estendo também o meu agradecimento à equipa de Castanheiro do Vento e a Maria de Jesus Sanches, orientadora do projeto de pós-doutoramento financiado pela FCT (Ref.: SFRH/BPD/87939/2012) no qual se integra este trabalho. Todas as imprecisões e incorreções são, no entanto, da minha responsabilidade.

## BIBLIOGRAFIA

Arnaud, J. M.; Diniz, M.; Neves, C. & Martins, A. 2014-2015. Vila Nova de São Pedro – de novo, no 3º milénio. Um Projecto para o Futuro. *Arqueologia & História*, vol. 66-67, 7-17.

Baptista, L, Gomes, S, Jorge, V. O, Jorge, V. O, Muralha, J, Oliveira, L, Pereira, LS, Vale, AM, Velho, GL & Vieira, A. 2008. Uma história de dois vizinhos ao longo de dezassete anos: Castelo Velho e Castanheiro do Vento (1989-2006). *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior Vol. 01 Pré-História e Gestos Intemporais*, coord. Alexandra Cerveira Lima, VN Foz Côa, ACDR, 120-135.

Butler, J. 2015. *Notes Toward a Performative Theory of Assembly*. Harvard University Press.

Cámara Serrano, J. A. & Molina González, F. 2013. Indicadores de conflicto bélico en la Prehistoria Reciente del cuadrante sudeste de la Península Ibérica: el caso del Calcolítico. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*, 23, 99-132.

Cardoso, J. L. 2003. *O Povoado Pré-Histórico de Leceia no Quadro da Investigação, Recuperação e Valorização do Património Arqueológico Português. Síntese de Vinte Anos de Escavações Arqueológicas (1993-2002)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Cardoso, J. L. 2012a. Castanheiro do Vento. In J. Alarcão e M. Barroca (coord.) *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas, pp. 84-85.

Cardoso, J. L. 2012b. Castelo Velho. In J. Alarcão e M. Barroca (coord.) *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas, pp. 87-89.

Cardoso, J. Muralha 2007. *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa – Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição policopiada.

Cardoso, J. C. Muralha 2017. Ao longo da paisagem: o Alto Douro no 3º milénio AC. Espaços e mobilidades. In Domingos Cruz (coord.) *Actas da Mesa Redonda “A Pré-história e a Proto-história no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro.”* (Mangualde, 2011). Estudos Pré-históricos vol. XVII. CEPBA, Viseu, 59-90.

Chapman, R. 2003. *Archaeologies of Complexity*. London & New York: Routledge.

Díaz-del-Río, P. 2008. El contexto social de las agregaciones de población durante el Calcolítico Peninsular, *Era Arqueología*, nº8, 128-137.

Didi-Huberman, G. 2017. *Diante do Tempo. História de Arte e Anacronismo das Imagens*. Lisboa: Orfeu Negro.

Criado-Boado, F. 1993. Espacio monumental y paisajes prehistóricos en Galicia. In Asociación Galega de Historiadores (ed.) *Concepcións espaciais e estra-textias territoriais na Historia de Galicia*. Santiago de Compostela, Asociación Galega de Historiadores: 23-54.

Evans, C. 1988. Acts of enclosure: a consideration of concentrically-organized causewayed enclosures. In J. Barrett and I. Kinnes (eds.) *The Archaeology of Context in the Neolithic and Bronze Age: Recent Trends*. Sheffield: Department of Archaeology and Prehistory, 85-96.

Gomes, S. & Baptista, L. 2017. Arquitetura e Arquivo. Contributos para uma Compreensão das Estruturas em Negativo da Pré-História Recente as Colinas entre os Barrancos da Morgadinha e da Laje (Serpa, Beja). *Estudos do Quaternário*, 17. APEQ, Braga, 89-122.

Gonçalves, V. (coord.) 2010. Debatendo Dispositivos Defensivos... E Sepulturas Megalíticas. In V. S. Gonçalves e A. C. Sousa (eds.) *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal, 537-542.

Gonçalves, Victor S. & Sousa, Ana Catarina 2006. Algumas breves reflexões a propósito de quatro datas 14C para o Castro da Rotura, no contexto do 3º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 24, 233-266.

Ingold, T. 2000. Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world. *The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. Routledge, London, 172-188.

Jorge, S. O. 1994. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*, IIª Série-Vol. XI, 447-546.

Jorge, S. O. 1998. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): breve genealogia de uma interpretação. *Revista Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, 279-293.

Jorge, S. O. 1999. *Domesticar a terra. As Primeiras Comunidades Agrárias em Território Português*. Lisboa, Gradiva.

Jorge, S.O. 2002. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. *Revista Patrimónios/Estudos*, nº3, IPPAR: 145-164.

Jorge, S. O. 2003a. Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica. In S.O. Jorge (coord.), *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/Coimbra: DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT): 13-50.

Jorge, S. O. 2003b. Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão. In V.O. Jorge (coord.), *Arquitectando Espaços: da natureza à metapolis*. Porto/Coimbra: DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT): 63-83.

Jorge, S. O. 2005. *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*. Porto: Edições Afrontamento.

Jorge, S. O. 2007. Introdução. In: *A Concepção das Paisagens e dos Espaços na Arqueologia da Península Ibérica, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 08: 9-12.

Jorge, S.O. 2012. Pensar a arqueologia do ritual: breve apontamento. In M. J. Sanches (coord.) *Iª Mesa-Redonda Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: paradigmas e metodologias de registo*. *Trabalhos de Arqueologia* vol. 54: 25-32.

Jorge, S. O. 2014. Enclosures and Funerary Practices. About an Archaeology in Search for the Symbolic Dimension of Social Relations. In A. C. Valera (ed.) *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*. Oxford: BAR International Series 2676:71-82.

Jorge, S.O., Baptista, L., Gomes, S., Oliveira, M.L., Valera, J.M. & Velho, G. 2007. A Construção de um sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão. In: *A Concepção das Paisagens e dos Espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 08: 77-85.

Jorge, V. O. with the assistance of Cardoso, J.M., Vale, A.M., Velho, G.L. & Pereira, L.S. (2006). Cooper Age “monumentalized hills” of Iberia: the shift from positivistic ideas to interpretative ones. New perspectives on old techniques of transforming place and space as results of a research experience in the NE of Portugal. In: V.O. Jorge (ed.) *Approaching “Prehistoric and Protohistoric Architectures” of Europe from a “Dwelling Perspective”*. *Journal of Iberian Archaeology*, 8, special issue. Porto: ADECAP, 203-264.

Kunst, M. 2000. A Guerra no Calcolítico na Península Ibérica, *Revista (era) Arqueologia*, 2, pp. 128-142.

Kunst, M. 2006. Zambujal and the enclosures of the Iberian Peninsula. In Harding, Sievers & Venclová (eds.). *Enclosing the Past. Inside and Outside in Prehistory*. Sheffield: J. R. Collis Publications, pp. 76-96.

Kunst, M. 2010. “Zambujal, a dinâmica da sequência construtiva”. In V. S. Gonçalves e A. C. Sousa (eds.) *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal, 131-153.

Kunst, M. 2017. Campaniforme em Zambujal (Torres Vedras). In V. Gonçalves (ed.) *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica*. Estudos e Memórias 10. UNIARQ, FLUL, pp. 194-213.

Kunst, M; Cardoso, J. L. & Waterman, A. 2014. Human Bones from Chalcolithic Walled Enclosures of Portuguese Estremadura: The Examples of Zambujal and Leceia. In António Carlos Valera (ed.) *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*. Oxford: BAR International Series 2676, 83-98.

Lopes, S. S. & Bettencourt, A. M. S. 2017. Para uma periodização da Pré-história Recente do Norte de Portugal: da Segunda Metade do 4º Milénio aos Finais do

3º Milénio AC. *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 467-487.

Márquez Romero, J. & Jiménez-Jáimez, V. 2010. *Recintos de Fossos. Genealogía y Significado de una tradición en la Prehistoria del Suroeste de la Península Ibérica (IV-III milenios AC)*. Málaga: Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico. Universidad de Málaga.

Martí Aris, C. 1993. *Las variaciones de la identidad. Ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona: Ediciones del Serbal,

Mataloto, R. & Boaventura, R. 2009. Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 12, número 2, 31-77.

Mataloto, R.; Estrela, S. & Alves, C. 2007. As fortificações calcolíticas de São Pedro (Redondo, Alentejo Central, Portugal). In E. Cerillo Cuenca & J. Laladés Sierra (eds.) *Los Primeros Campesinos de la Raya. Aportaciones recientes al conocimiento del neolítico y calcolítico en Extremadura y Alentejo: Actas de las jornadas de arqueología del Museu de Cáceres*, Museu de Cáceres: Consejería de Cultura y Turismo, 113-141.

Mataloto, R.; Costeira, C. & Nukushima, D. 2017. Local Shop for Local People. Resource Management During the 3<sup>rd</sup> Millenium BCE at São Pedro (Redondo, Portugal). In M. Bartelheim, P. Bueno Ramírez & M. Kunst (eds.) *Key Resources and Socio-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. RessourcenKulturen Band 8, Tübingen, Germany, 143-166.

McFadyen, L. 2013. Designing with living – a contextual archaeology of dependent architecture, in *Archaeology after Interpretation*, ed. A. Alberti, A. Jones and J. Pollard, J., Walnut Creek: Left Coast Press, 135-150.

McFadyen, L. 2016. Actions in Time: After the breakage of pottery and before the construction of walls at the site of Castelo Velho de Freixo de Numão. *Estudos do Quaternário*, 15 71-90.

Mendes, M. 2008. *terra quanto a vejas, casa quanto baste*. In *Só Nós e Santa Tecla*. Porto: Dafne Editora, 101-147.

Morán, H. & Parreira, R. 2003. O povoado calcolítico de Alcalar (Portimão) na paisagem cultural do Alvor no III milénio antes da nossa era. In S.O. Jorge (coord.), *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/Coimbra: DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT), pp. 307-327.

Nocete, F. 2001. *Tercer Milenio Antes de Nuestra Era. Relaciones y Contradicciones Centro/Periferia em el Valle del Guadalquivir*. Bellaterra Arqueologia.

Rodrigues, A. F. C. 2015. *O Sítio da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora) e a Emergência dos Recintos de Fossos do SW Peninsular nos finais do 4º milénio a.n.e.* Dissertação de doutoramento, Universidade do Algarve. Edição policopiada.

Rodrigues, F. 2017. T0 com Cachet: As eventuais cabanas subterrâneas do recinto de fossos do Porto de Torrão. *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 631-646.

Sanches, M. 2003. Crasto de Palheiros – Murça. Reflexão sobre as condições de estudo e de interpretação duma mega-arquitectura pré-histórica no Norte de Portugal. In S.O. Jorge (coord.), *Recintos Murados da Pré-História Recente, Porto/Coimbra: DCTP (FLUP)/CEAUCP (FCT)*: 115-148.

Sanches, M. J. 2008. *O Crasto de Palheiros. Fragada do Castro. Murça-Portugal*. Município de Murça.

Sanches, M.J. & Barbosa, M. H. 2018. Campaniforme no Norte de Portugal. Perspectivas interpretativas instigadas pela leitura de dados recentes. *Portugália*, nova série.

Soares, J. 2013. *Transformações Sociais Durante o III Milénio AC no Sul de Portugal. O Povoado do Porto das Carretas*. Memórias d’Odiva, 2ª série. Estudos Arqueológicos do Alqueva, 5, EDIA/DRCALEN.

Sørensen M. L. 2015. Paradigm Lost – on the state of typology within archaeological theory. In K. Kristiansen, L. Smejda and J. Turek (eds.), *Paradigm Found: Archaeological Theory - Present, Past and Future. Essays in Honour of Evžen Neustupný*. Oxford: Oxbow Books, pp. 84-94.

Sousa, A.C. 2010. *O Penedo do Lexim e a sequência do neolítico final e calcolítico da Península de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/3480>

Tavares da Silva, C. e Soares, J. 1987. O Povoado Fortificado Calcolítico do Monte da Tumba. I – Escavações arqueológicas de 1982-86 (Resultados Preliminares). *Setúbal Arqueológica*, vol. VIII, pp. 29-79.

Tavares da Silva, C. e Soares, J. 2010. O Povoado Fortificado do Porto das Carretas. In V. S. Gonçalves e A. C. Sousa (eds.) *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal, 225-261.

Till, J. 2009. *Architecture Depends*. Cambridge. Mass: MIT Press.

Vale, A.M. 2011. *Modalidades de Produção de Espaços no Contexto de uma Colina Monumentalizada: o sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição policopiada.

Vale, A. M. 2011b. Traditions and Practice at Castanheiro do Vento. *Journal of Iberian Archaeology*, 14, ADECAP, Porto. pp. 55-61.

Vale, A. 2015. A Mulher e a Pré-história. Alguns apontamentos para questionar a tradição e a tradução da mulher-mãe e mulher-deusa na Arqueologia Pré-histórica. *Revista Conimbriga* 54, 5-25.

Vale, A. 2017. Comparing the incomparable – The Chalcolithic walled enclosures of the Iberia Peninsula and beyond. In A. Vale, J. Alves-Ferreira & I. Garcia-Rovira (eds.), *Rethinking Comparison in Archaeology*, New Castle: Cambridge Scholars Publishing, 90-107.

Valera, A.C. 2007. *Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda)*. Município de Fornos de Algodres/Terras de Algodres – Associação de Promoção do Património de Fornos de Algodres.

Valera, A.C. 2012. Fossos sinuosos da Pré-história Recente do Sul de Portugal: ensaio de análise crítica. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Novembro de 2010*. Almodôvar, Município de Almodôvar: 25-38.

Valera, A.C. 2013a. Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal: investigação, discursos, salvaguarda e divulgação. *Al-Madan*, 18, 93-110.

Valera, A.C. 2013b. Cronologia dos Recintos de Fossos da Pré-História Recente em Território Português, *Atas do Congresso Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: APA, 335-343.

Valera, A.C. 2016. Fraga da Pena. Architecture of a Granic Tor in the 3<sup>rd</sup> Millennium BC. *Actas da II Mesa-Redonda “Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história”* (Porto, Nov. 2011), Viseu, 119-129.

Valera, A.C. 2017. The “Exogenous” at Perdigões. Approaching Interaction in the Late 4<sup>th</sup> and 3<sup>rd</sup> Millennium BC in Southwest Iberia. In M. Bartelheim, P. Bueno Ramírez & M. Kunst (eds.) *Key Resources and Socio-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. RessourcenKulturen Band 8, Tubingen, Germany, 201-224.

Valera, A. C.; Simão, I.; Nunes, T.; Pereiro, T. & Costa, C. 2017. Neolithic Ditched Enclosures in Southern Portugal (4th Millennium BC): New Data and New Perspectives. *Estudos do Quaternário*, 17, APEQ, Braga, 57-76.

Vieira, A. M. F. 2015. *Contributo para o Estudo dos Vestígios Arqueológicos – do VI ao I milénio AC. Paisagens e Memórias na Bacia Hidrográfica do Douro*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição policopiada.



**VOLTAR A CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO:  
PENSAR A RECONFIGURAÇÃO CULTURAL  
DUM RECINTO PRÉ-HISTÓRICO DO ALTO  
DOURO PORTUGUÊS**

***RETURN TO CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO:  
RETHINKING THE CULTURAL RECONFIGURATION OF  
A WALL ENCLOSURE OF THE PORTUGUESE  
UPPER DOURO***

**Susana Soares Lopes**

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património  
susanasoaresrodrigueslopes@gmail.com

**RESUMO**

A revisitação de Castelo Velho de Freixo de Numão permite admitir a hipótese de que o recinto foi palco, entre o 3.<sup>o</sup> e o 2.<sup>o</sup> milénio AC, de acções que configuram duas formas de representação do mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Recinto; Periodização; 3.<sup>o</sup>/2.<sup>o</sup> milénio AC

**ABSTRACT**

The revisiting of Castelo Velho de Freixo de Numão allows to admit the following hypothesis: between the 3<sup>rd</sup> and the 2<sup>nd</sup> Millennium BC the wall enclosure acted as a setting reconfiguring two different worldview.

**KEY WORDS:** Wall Enclosure; Periodization; 3<sup>rd</sup>/2<sup>nd</sup> millennium

**0. INTRODUÇÃO**

Quando em 1994 afirmei que o lugar pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão não era um “povoado fortificado” (Jorge, 1994), iniciei uma viagem que se ancorava em dois pilares e transportava uma inquietação. Os pilares: - julgava saber o que o lugar não era; - só me era possível identificar

o que o lugar havia sido a uma escala ampla: um lugar monumentalizado, polarizador de negociações sociais. A preocupação (que se foi ampliando com o tempo) era a de construir sentidos que visibilizassem, a uma escala média de análise, as ambivalências identitárias do lugar. Tal preocupação articulava-se com uma ética de dar inteligibilidade ao passado, sem reduzir ou deformar a percepção de distância que nos separa dele. Sobre o longo processo desta viagem interpretativa, entre 1993 e 2007, foi escrito um texto particularmente lúcido (Alves-Ferreira, neste volume).

Hoje, entre 2017 e 2018, parece-me indispensável prosseguir a viagem iniciada em 1989 – ano da primeira intervenção de campo em Castelo Velho – por forma a densificar e redefinir a rede de sentidos que lhe confere identidade histórica.

Voltar à periodização de Castelo Velho de Freixo de Numão convoca obviamente a identidade do sujeito responsável pela sua revisitação. E, no entanto, revisitar o lugar e o sujeito que o construiu durante c. de 15 anos, e sujeitar ambos a um exercício de re-identificação, parece-me incontornável. O sucesso de tal empreendimento passa por confrontar algumas premissas conceptuais que remontam a 1993. O seu questionamento pretende assegurar estabilidade nesta nova etapa da viagem.



Figura 1 – Vista geral do sítio Castelo Velho após trabalhos de restauro, musealização e construção dum centro interpretativo (em primeiro plano). Vista para Leste em direcção do vale do Côa e da Meseta (Foto DRCN).



Figura 2 - Vista geral, para Noroeste, do sítio de Castelo Velho após musealização (Foto DRCN).

A bibliografia relativa à interpretação de Castelo Velho de Freixo de Numão é ampla. Os inúmeros títulos foram publicados entre 1993 e 2016. No entanto, a periodização do lugar sempre foi da minha responsabilidade e está contida fundamentalmente em meia dúzia de textos (Jorge, 1993, 1998, 2002b, 2003b). O presente texto baseia a reformulação proposta na revisão de toda a documentação disponível (publicada e inédita), sobretudo a resultante das campanhas de escavação ocorridas entre 2001 e 2003, integradas num grande projecto de investigação financiado pelo Estado com vista à musealização e fruição pública do lugar pré-histórico. Recorre frequentemente a dados contidos num dos meus textos de 2003 (Jorge, 2003b) e numa dissertação de mestrado apresentada, na FLUP, também em 2003 (Oliveira, 2003), textos que, já nessa altura, apelavam à necessidade de revisão da periodização do sítio.

Provavelmente, qualquer lugar arqueológico revisitado, passada mais duma década sobre as últimas intervenções e a publicação da sua interpretação global, suscitaria a revisão de muitas ideias arquitectadas anteriormente sobre funcionalidades e dinâmicas de utilização de espaço. O que é específico deste exercício não é tanto a metodologia de reapreciação, mas a vontade pessoal de voltar a burilar o que era dado como definitivo. E, sejamos

justos, tal tarefa de reinterpretação dos dados, passando pelo acesso à informação global (publicada e inédita), só poderia ser realizada, em total liberdade, por mim própria.

## 1. A QUESTÃO DA CONTINUIDADE

Desde o meu primeiro texto publicado sobre Castelo Velho (Jorge, 1993) até ao último (Jorge, 2014), mesmo quando a questão não era directamente abordada, aceitava-se não apenas uma ocupação contínua entre 3000 e 1300 AC, como, a partir da primeira metade do 3º milénio até 1300 AC, a existência, no topo do morro, dum mesmo “projecto arquitectónico”. No entanto, em 1998 (Jorge, 1998), defendia-se que, para além da permanência da mesma arquitectura, teria ocorrido, entre o Calcolítico e a Idade do Bronze, uma continuidade funcional do monumento. Esta tese não se encontrava nesse texto verdadeiramente fundamentada. Ela decorria tão só da valorização do que, durante esse lapso de tempo, persistia, em detrimento do que mudava. Tratava-se, assim, duma óbvia escolha interpretativa, que, embora matizada, permaneceria até 2003 (Jorge, 2003b). A síntese de 2002 (Jorge, 2002b) descrevia de forma exaustiva as permanências e as mudanças ao longo da vida do sítio. Apesar de não enfatizar, fornecia inúmeros dados para se repensar a “continuidade funcional” defendida em 1998. De facto, as discontinuidades entre a 2ª e 3ª fase construtiva permitiriam questionar a “continuidade de uso” a partir de inícios do 2º milénio AC, ou seja, durante o chamado Bronze Médio. Contudo, o texto de 2002 não estava interessado em problematizar a periodização interna do lugar. O seu eixo interpretativo girava em torno da função simbólica do monumento no espaço. E o monumento, a essa escala de análise, tinha persistido, enquanto tal, entre o Calcolítico e a Idade do Bronze. Foi preciso chegar a 2003 (Jorge, 2003b), 14 anos passados sobre a primeira intervenção, e 10 sobre a primeira publicação (cruzando arquitecturas, artefactos e datas de C<sup>14</sup>, e ainda reequacionando a identidade espaço-temporal das camadas 3 e 4 no interior do recinto), para se questionar os pressupostos da periodização vigente até então. Nesse texto substituem-se as “fases construtivas” por “momentos espaciais”. Propõe-se a seguinte sequência: um momento pré-monumento calcolítico, algures dos inícios do 3º milénio AC; um momento em que se constrói o monumento do Calcolítico/

/Bronze inicial (recinto, plataforma, talude), desde a primeira metade do 3º milénio aos inícios do 2º milénio AC; um momento do monumento do Bronze Médio (refazendo-se certas arquitecturas do recinto, da plataforma e do talude), entre os inícios do 2º milénio e c. de 1300 AC, altura em que se terá dado o fechamento simbólico da globalidade do monumento. Este texto de 2003 contém algo de paradoxal: apesar de se destacar uma óbvia descontinuidade de uso do monumento, entre o Momento II e o Momento III, não se retiram as consequências interpretativas das potencialidades dessa descontinuidade. É como se, na época, fosse mais importante valorizar o processo de reconfiguração permanente do monumento, em detrimento da discussão de pontos de viragem da sua utilização. Significativo é um outro texto de 2003 (Jorge, 2003c), em que a periodização se reduz a três momentos: pré-monumental, monumental e de fecho/condenação, como se irrompesse, subitamente, uma premeditada desistência relativamente ao acto de periodizar. Desistência reafirmada em 2007, num pequeno texto colectivo (Jorge *et al.*, 2007), em que se demonstra um absoluto desinteresse na problematização de tal temática, apesar de se publicar um quadro-resumo com os faseamentos propostos entre 1993 e 2003. Mais tarde, na única tese de doutoramento realizada sobre Castelo Velho de Freixo de Numão (Velho, 2009), e apesar da mesma conter todo um capítulo dedicado ao lugar e ao tempo, é deliberadamente omisso um olhar próprio sobre a periodização do sítio.

Em suma, Castelo Velho sempre foi perspectivado numa escala ampla de análise, que privilegiava a continuidade funcional dum dispositivo arquitectónico monumental, que atravessara supostamente incólume o 3º e o 2º milénios AC. As alterações observadas (que conduziram a diversos faseamentos ao longo da sua investigação) situavam-se em patamares de análise mais baixos, pelo que não perturbavam a função global atribuída ao monumento durante mais de mil anos: congregar socialmente, polarizar negociações intercomunitárias, conferir estatuto identitário às populações que nele se reviam. O preço de tal abordagem, de nível muito alto, redundou não apenas na minimização consciente de alguma informação (tida como marginal para o fim a atingir), como também a não detecção/valorização de ausências/presenças contextuais, que permitiriam reequacionar a própria dinâmica funcional do lugar. Como se a sustentabilidade do paradigma inerente à criação do conceito de “recinto murado” *versus* o do clássico “povoado

fortificado” (Jorge,1994) dependesse duma cooptação abstracta do monumento, que o mantivesse, a essa alta escala de análise, globalmente estático, entre o 3º e o 2º milénios AC.

## 2. A QUESTÃO DA OCUPAÇÃO PRÉ-MONUMENTAL

Desde 1993 (Jorge, 1993) até 2014 (Jorge, 2014), ou seja, em todos os textos publicados por mim própria sobre Castelo Velho, sempre foi admitida, com maior ou menor convicção, uma ocupação pré-monumental do lugar. Em 1993 tal ocupação ocorria apenas no topo do morro: esparsa, descontínua, sem evidenciar estruturas de vulto, dataria dos inícios do 3º milénio AC. Tal ocupação articulava-se com a camada 4 do sítio, a qual se sobrepunha à terra estéril de base ou ao bed-rock, e, em certas áreas, passava por debaixo do murete que definia o recinto (no texto de 1993 designava-se este murete “muralla superior” ou M1, no quadro dum “povoado fortificado”). Essa ocupação reportava-se, nesse primeiro texto, a “uma fase de instalação no morro”, imediatamente anterior à construção da “fortificação”. Em 1998 (Jorge, 1998) afirmava-se que tal ocupação inicial seria responsável pela construção dum “torreão” no topo do morro, orientado a sul. Esta estrutura, edificada na “fase fundacional” do sítio, estaria em funcionamento desde os inícios do 3º milénio AC até ao abandono do lugar, por volta de 1300 AC. A síntese de 2002 (Jorge, 2002b) foi realizada após duas longas campanhas de escavação (2001 e 2002) que expuseram as vertentes oeste e sul do morro, tendo definido, em todo o seu perímetro, o talude que circundava o recinto superior do monumento. Neste texto de 2002, para além de se voltar a caracterizar uma possível ocupação pré-monumental no topo do morro, era publicada uma planta com a distribuição espacial dos sedimentos correspondentes à camada 4 (Fig. 4). Tal planta ampliava significativamente a área de dispersão da camada 4 relativamente ao texto de 1993: não só era identificada no topo do morro (sob o recinto superior), como nas vertentes sul e oeste (sob a estrutura de talude). Ou seja, tendo em conta a informação publicada em 2002, era possível afirmar que a ocupação pré-monumental não se encontrava restringida no cimo do morro, mas se distribuía pelas suas vertentes, tendo sido preservada pela construção posterior do talude do monumento, que a havia selado. O texto de 2003 (Jorge, 2003b) é paradoxal,

como já havia sido no que toca a problemática da continuidade ocupacional do sítio. Nele eram publicadas onze novas datas de  $C^{14}$  para contextos existentes sob o talude e ainda outros correlacionáveis com a camada 4 na área do recinto superior.

A reanálise de todas as datas de  $C^{14}$  do sítio (Jorge & Rubinos, 2002), em correlação com a estratigrafia global assumida até então, conduzia, no texto de 2003, a uma reavaliação da identidade estratigráfica das camadas 4 e 3. Tal reavaliação, a ser levada até às últimas consequências, deveria reverter a aceitação da própria “ocupação pré-monumental”. Aliás, em diversos troços do texto, manifestava-se um óbvio desconforto relativamente aos pressupostos da chamada “fase fundacional” de Castelo Velho. Contudo, em 2003 (Jorge, 2003b) ela não era abandonada, persistindo a sua representação espacial na Fig. 3 desse mesmo texto. Em textos subsequentes de 2003 e 2007, apesar de se referir a dificuldade de fundamentação arqueológica de uma ocupação pré-monumental, optava-se por manter esta construção interpretativa, que remontava ao primeiro texto de 1993. Como se a periodização de Castelo Velho não conseguisse sobreviver ao desmantelamento da representação dum “antes” do monumento, ou seja, à aniquilação duma fase supostamente preparatória da grande arquitectura que se ergueria depois.

### **3. PERIODIZAR CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO: A RECONFIGURAÇÃO DO RECINTO ENTRE O 3º E O 2º MILÉNIO AC**

#### **3.1 Antes do monumento**

As intervenções de campo em larga escala, realizadas entre 2001 e 2003, trouxeram novos dados para a compreensão da extensão e da natureza do lugar pré-histórico de Castelo Velho. Uma vez colocada em causa a identidade estratigráfica e cronológica da camada 4 na área do recinto superior e sob os taludes oeste e sul (Jorge, 2003b; Oliveira, 2003), passou a não ser possível sustentar a hipótese duma ocupação anterior à construção do recinto superior com base nessa fundamentação. A ter existido uma eventual ocupação pré-monumental, a mesma terá sido arrasada durante a construção do recinto superior. De facto, não sabemos se os sedimentos arqueológicos

encontrados em 2003, sob a torre central do recinto, correspondem a vestígios duma tal ocupação, ou, tão só, a sedimentos articuláveis com uma ocupação inicial do recinto, uma vez que não foi possível determinar, em 2003, a correlação temporal entre o murete delimitador do recinto e a sua torre central. Contudo, apesar desta impossibilidade no que respeita ao topo do morro, não é defensável, no actual estado dos nossos conhecimentos, negar em absoluto uma eventual ocupação pré-monumental em Castelo Velho de Freixo de Numão. Na verdade, em todas as zonas intervencionadas entre 2001 e 2003, em áreas exteriores ao recinto, nas vertentes oeste, sul e leste, foram identificadas inúmeras estruturas e contextos de cronologia globalmente calcolítica, cuja temporalidade precisa nunca foi determinada (Jorge, 2002b, 2003b). Algumas dessas estruturas, escavadas na rocha-de-base, revelaram enchimentos preservados, cuja cronologia específica permanece até hoje desconhecida (McFayden, 2016). Finalmente, sob o talude oeste, um dos contextos datado (Ua 20677) forneceu os seguintes intervalos, consoante a curva de calibração, 2840-2460 A.C. (Jorge, 2003b); 2634-2465 A.C. (Lopes & Bettencourt, 2017). Qualquer dos resultados sugere que a vertente oeste estava ocupada durante a primeira metade do 3<sup>o</sup> milénio A.C., restando saber se tal contexto datado foi produzido antes da edificação do recinto, ou se foi já seu contemporâneo.

Em suma: a identificação duma eventual ocupação pré-monumental em Castelo Velho de Freixo de Numão não se encontra confirmada com os dados disponibilizados até ao presente. A investigação desta e de outras problemáticas sobre a natureza temporal do sítio requer a execução dum novo programa de datações absolutas envolvendo uma criteriosa selecção de amostras provenientes de todos os sectores intervencionados ao longo de 15 anos de escavações arqueológicas.

### 3.2 O monumento do 3º milénio AC

Tabela 1 <sup>1</sup>				
Ref.	Data BP	<sup>1</sup> Sigma	<sup>2</sup> Sigma	Bibliografia
Sac-1518	4130±80	2868-2803 (19.3%) <b>2777-2620 (46.9%)</b> 2604-2600 (1.2%) 2592-2589 (0.8%)	<b>2892-2558 (89.6%)</b> 2536-2491 (5.8%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
ICEN-785	4110±60	2859-2809 (16.8%) 2753-2721 (10.0%) <b>2702-2579 (41.4%)</b>	<b>2878-2565 (90.5%)</b> 2532-2496 (4.9%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
CSIC-1706	4073±45	2838-2814 (9.5%) <b>2676-2565 (48.5%)</b> 2525-2496 (10.3%)	2862-2807 (14.9%) 2758-2718 (6.7%) <b>2706-2480 (73.8%)</b>	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20637	4020±40	<b>2576-2484 (68.2%)</b>	2833-2819 (1.7%) 2660-2650 (0.8%) <b>2634-2465 (92.9%)</b>	Jorge 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
ICEN-1165	3990±100	2834-2818 (2.3%) 2661-2448 (1.8%) <b>2636-2340 (64.1%)</b>	2870-2802 (7.1%) <b>2779-2273 (85.2%)</b> 2256-2208 (3.1%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
ICEN-536	3980±120	2834-2818 (2.2%) 2662-2446 (2.1%) <b>2637-2294 (63.9%)</b>	<b>2876-2198 (95%)</b> 2162-2152 (0.4%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20631	3975±40	<b>2568-2518 (38.3%)</b> 2499-2464 (29.9%)	<b>2580-2391 (89.4%)</b> 2386-2346 (6.0%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-17647	3945±75	2568-2518 (14.5%) <b>2499-2338 (51.5%)</b> 2318-2310 (2.1%)	2833-2819 (0.7%) 2660-2650 (0.4%) <b>2634-2202 (94.3%)</b>	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20628	3945±45	2562-2535 (11.0%) <b>2492-2431 (32.2%)</b> 2424-2402 (10.1%) 2381-2348 (14.9%)	2571-2512 (18.3%) <b>2504-2298 (77.1%)</b>	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20634	3945±45	2562-2535 (11%) <b>2492-2431 (32.2%)</b> 2424-2402 (10.1%) 2381-2348 (14.9%)	2571-2512 (18.3%) <b>2504-2298 (77.1%)</b>	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20632	3940±40	2548-2540 (3.0%) <b>2489-2400 (47.7%)</b> 2382-2348 (17.5%)	2568-2520 (13.2%) <b>2499-2332 (77.4%)</b> 2326-2299 (4.8%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
CSIC-1655	3917±34	<b>2470-2398 (44.9%)</b> 2384-2347 (23.3%)	<b>2486-2293 (95.4%)</b>	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017

<sup>1</sup> Datas recalibradas segundo a curva de calibração de Reimer et al. (2013) e o programa OxCal 4.3. (Lopes e Bettencourt, 2017).

Tabela 1 <sup>1</sup>				
Ref.	Data BP	1 Sigma	2 Sigma	Bibliografia
Ua-20630	3905±40	<b>2466-2346 (68.2%)</b>	<b>2488-2280 (93.5%)</b> 2250-2232 (1.6%) 2218-2214 (0.3%)	Jorge, 2003 b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20635	3895±40	<b>2463-2340 (68.2%)</b>	<b>2476-2278 (91.8%)</b> 2251-2229 (2.7%) 2220-2210 (1.0%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20629	3880±45	<b>2456-2334 (56.9%)</b> 2325-2300 (11.3%)	<b>2472-2272 (85.7%)</b> 2258-2207 (9.7%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-17648	3850±75	2456-2417 (11.3%) <b>2408-2272 (41.8%)</b> 2258-2208 (15.0%)	2558-2536 (1.2%) <b>2491-2129 (91.9%)</b> 2087-2048 (2.3%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
CSIC-1813	3793±34	<b>2286-2197 (57.0%)</b> 2168-2148 (11.2%)	<b>2344-2132 (94.1%)</b> 2080-2061 (1.3%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt 2017
CSIC-1333	3650±28	2116-2098 (11.1%) <b>2038-1964 (57.1%)</b>	2134-2080 (23.3%) <b>2061-1941 (72.1%)</b>	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt 2017

## Plano arquitectónico global



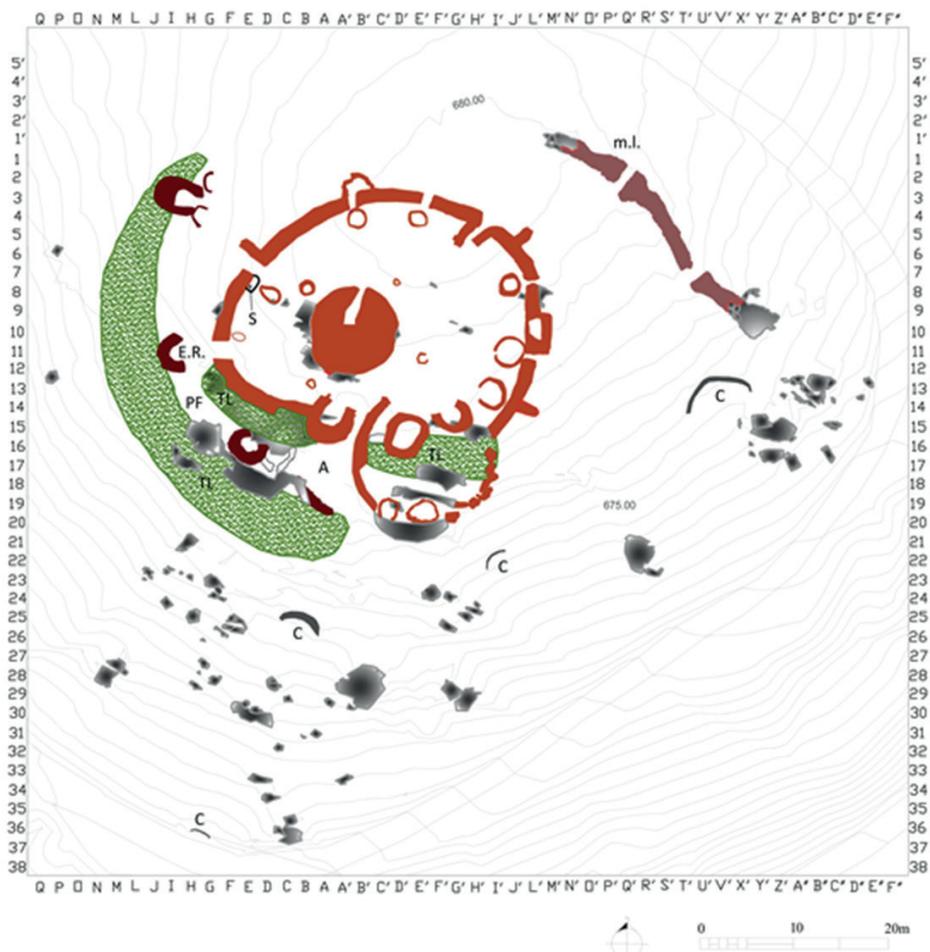
Figura 3 – Fotografia aérea do monumento do 3.º milénio AC situado no topo dum esporão delimitado por ribeiras tributárias dum afluente da margem esquerda do rio Douro.

Quem sobrevoou de helicóptero o monumento de Castelo Velho de Freixo de Numão, entre 2001 e 2003, durante os últimos anos de escavação, e antes das intervenções dedicadas à musealização, foi surpreendido com a visão aérea duma arquitectura extraordinariamente singular, cuja planta geral ajuda a pormenorizar: um pequeno recinto de planta subcircular integra no seu centro, uma grande estrutura também subcircular; no interior do recinto, em torno da estrutura central, distribuem-se quatro pequenas estruturas equidistantes; ainda no interior do recinto ocorrem, encostadas à linha do murete que o delimita, a sul, leste e norte, diversas estruturas subcirculares, abertas ou fechadas; fora do recinto, a oeste e a sul, emergem dois taludes, descrevendo dois arcos de círculo, estabelecendo dois degraus que amparam e monumentalizam o recinto superior; entre os dois taludes, numa plataforma intermédia definida por aqueles, destacam-se cinco estruturas subcirculares, fechadas ou abertas, neste caso de abertura voltada para o recinto superior. Estamos perante um monumento globalmente subcircular, constituído por recinto, plataforma intermédia e dois taludes, os quais descrevem diversas linhas concêntricas, que, total ou parcialmente, delimitam/convergem para um centro no interior do recinto superior.



Figura 4 - Fotografia aérea do monumento do 3º milénio AC durante os trabalhos arqueológicos de 2002.

Este conjunto arquitectónico altamente padronizado surge num rebordo dum esporão voltado a leste, na direcção do Côa e da Meseta. Neste esporão existem outras estruturas do 3º milénio AC: a leste do referido monumento, um murete, delimitado por afloramentos; nas vertentes sudeste e sul, quatro pequenas estruturas subcirculares abertas à paisagem envolvente, ou seja, de orientação dissonante com o monumento previamente descrito.



Planta 1 – O monumento do 3º milénio AC: TL - talude; PF - plataforma intermédia; S - estrutura das sementes; A - átrio; ER - estrutura com ossos humanos; m.l. - murete leste; C - estruturas no exterior do monumento.

A cronologia absoluta disponível até ao presente não nos fornece dados para precisar o momento de construção do murete leste e das estruturas espalhadas pelas vertentes sudeste e sul. Apenas podemos afirmar, pelos materiais a que estão associados, que foram edificados no 3º milénio AC e que foram globalmente contemporâneos do monumento (recinto, plataforma intermédia e taludes) durante esta fase. Quanto à cronologia particular do monumento, e tendo em conta a informação global disponibilizada até 2003 (Jorge, 2003b), parece-nos plausível colocar a hipótese de que o recinto superior terá sido construído algures durante a primeira metade do 3º milénio AC, tendo sido acrescentada a plataforma intermédia e os dois taludes ao longo da segunda metade do 3º milénio AC. Tendo em conta a localização, tipologia e estruturas associadas, parece-nos que o murete leste terá funcionado como separador espacial, em articulação funcional com o recinto superior, plataforma intermédia e taludes, durante o 3º milénio AC. De ora avante, chamaremos “monumento” ao conjunto arquitectónico que abrange todos estes espaços no topo do esporão.

### **Passagens, concentrações e deposições preservadas de materialidades**

Foram identificadas nove passagens no murete que delimita o recinto superior e duas no murete leste. Em todos os casos trata-se de estreitos corredores que seccionam perpendicularmente os referidos muretes. Estas passagens, pela sua dinâmica de abertura e fechamento, ao longo desta fase, segundo múltiplas combinatórias possíveis, correspondem a interfaces espaciais onde se encenou o acesso ou impedimento de entrada no recinto superior, e, duma forma geral, a movimentação entre o recinto e o murete leste.

O uso, condenação e reconfiguração destas passagens através, por ex., da utilização de pequenas lareiras, associadas a materialidades seleccionadas, e da colocação formalizada de materiais pétreos de fecho, são um poderoso indicador do carácter especificamente cerimonial que caracteriza a funcionalidade do monumento do 3º milénio AC.



Figura 5 - Três passagens viradas a Nor-noroeste no recinto superior do monumento do 3º milénio AC, durante os trabalhos arqueológicos de 2002.



Figura 6 - Uma das passagens existente no murete leste, durante os trabalhos arqueológicos de 2002.



Figura 7- Três passagens viradas a Este no recinto superior do monumento do 3º milénio A.C., durante os trabalhos arqueológicos de 2002.

No interior do recinto superior e na plataforma intermédia foram identificados contextos que indiciam também a prática de acções cerimoniais: quer concentrações de materialidades como, no recinto, a de mais de uma vintena de pesos de tear, ou de alguns artefactos de cobre e ouro, quer, sobretudo, deposições intencionais preservadas.



Figura 8 – Estruturas situadas no interior do recinto superior do monumento do 3º milénio A.C.

Neste caso temos, por ex., no recinto, a deposição de metade dum vaso numa das passagens, a deposição dum machado de cobre no interior duma estrutura pétrea, ou a complexa deposição, também no interior duma estrutura pétrea, de milhares de sementes de trigo associadas, fundamentalmente, a fragmentos de vasos cerâmicos.

Fora do recinto, na plataforma intermédia, emerge um contexto singular: uma estrutura pétrea na qual foram identificados cinco níveis de deposição, envolvendo a manipulação de ossos humanos desconectados e restos humanos segmentados, em associação com outras materialidades também segmentadas, como fragmentos cerâmicos, pesos de tear e fauna. No caso do contexto da deposição de sementes de trigo e no do contexto da deposição de ossos humanos estamos perante deposições intencionais de “coisas” fragmentadas. Em qualquer dos dois contextos, a fragmentação das materialidades terá ocorrido não só fora das estruturas pétreas como provavelmente fora do próprio monumento, tendo precedido espacio-temporalmente a respectiva deposição no monumento de Castelo Velho. Tal circunstância convoca um debate não só sobre a existência dum contexto omissivo original ou, se quisermos, dum “contexto em falta”, como sobre a natureza social do processo que terá envolvido a fragmentação, circulação e deposição de materialidades no interior dum território definido por lugares simbolicamente interconectados durante o 3º milénio A.C. (Jorge, 2014).

## Das materialidades

O que foi manipulado no interior do monumento? Ou o que é que resistiu ao tempo no interior de estruturas e em espaços localizados entre-estruturas? Para além dos referidos ossos humanos, foram encontrados, dispersos pelo monumento, em diferentes concentrações, ossos de cabra, carneiro e boi, para além da presença de coelho, raposa, porco, cobra e mexilhão do rio (Antunes & Cunha, 1998; Jorge, 2002b). Por outro lado, independentemente da presença de milhares de sementes de trigo e cevada (e duma pequena aglomeração de ópio) num contexto fechado do interior do recinto, foram identificadas em todo o monumento amostras de sementes e carvões que permitiram reconstituir uma “paisagem” de ambiência mediterrânica (Figueiral, 1998, 1999). O monumento encontrava-se rodeado no 3º milénio AC

por um bosque de azinheiras/sobreiros/carrascos, sendo ainda de assinalar a presença de carvalho de folha caduca, de pinheiro bravo, de medronheiro, de freixo, de giesta, de pilriteiro, de esteva, de zimbro e de trovisco (Figueiral & Jorge, 2008).

Do ponto de vista dos artefactos líticos, de pedra lascada ou polida, verificou-se uma pequena quantidade e diversidade de objectos, predominando matérias-primas locais ou regionais. O sílex é muito raro. De notar uma diminuta presença de pontas de seta e de lascas retocadas (sobretudo em quartzo) estando ausentes artefactos sobre lâmina.

Entre os objectos de pedra polida, contam-se raros machados, enxós e goivas/escopros (em anfibolite/silimanite). Entre os utensílios macrolíticos (que, no seio dos líticos, predominam no monumento) foram identificados polidores/alisadores e seixos de grauvaque, quartzo ou quartzito, e ainda dormentes e moventes em granito. Os elementos de adorno em pedra (matérias-primas locais e regionais), como contas de colar ou pendentes, não atingem a vintena, e também foram, como, de resto, os restantes objectos líticos, encontrados disseminados pelo monumento, fora de qualquer concentração.

Quanto aos objectos metálicos, que também são em número muito reduzido, eles distribuem-se por dois grupos: pequenos artefactos em cobre, como machados planos, escopros/cinzéis e punções, e dois objectos de adorno, como um anel em cobre e uma fita enrolada, decorada, em ouro. Apenas os referidos objectos de adorno e três dos artefactos de cobre foram encontrados numa área restrita, em associação com uma estrutura no interior do recinto. Os restantes artefactos e raros vestígios de objectos metálicos encontravam-se disseminados pelo monumento, Bottaini *et al*, neste volume.

Os materiais cerâmicos distribuem-se por duas categorias: por um lado, pesos de tear (placas de forma sub-rectangular e os chamados troncos de cilindro achatados) (Gomes, 2003), por outro lado, vasos, ou, o que predomina largamente, fragmentos de recipientes (Baptista, 2003; Oliveira, 2003). Os pesos de tear (placas) foram maioritariamente encontrados em concentrações dentro e fora do recinto, ou ainda no interior de estruturas, nomeadamente fazendo parte do enchimento preservado da estrutura com ossos humanos localizada na plataforma intermédia. Quanto aos recipientes, esmagadoramente fragmentados, tanto faziam parte do enchimento de

contextos fechados ou preservados (dentro e fora do recinto), como se distribuíam por todas as áreas do monumento em quantidades apreciáveis. Como veremos, os recipientes forneceram dados importantes para a interpretação da funcionalidade do monumento do 3º milénio A.C.. Finalmente, há que referir a descoberta de pequenas “estelas” sem decoração, em granito e em xisto, integradas em estruturas pétreas, ou localizadas em áreas de circulação do monumento. O seu estudo criterioso nunca foi realizado até ao presente. A sua presença, no entanto, remete-nos directamente para uma reflexão sobre a natureza da função cerimonial do lugar.

Os recipientes cerâmicos merecem-nos um comentário específico. Em primeiro lugar, é de salientar a altíssima percentagem dos vasos decorados desta fase do monumento, quase a rondar os 50% (Baptista, 2003; Oliveira, 2003). De acrescentar que, na estrutura com a deposição de sementes, localizada no interior do recinto, e datada duma fase adiantada da 2ª metade do 3º milénio A.C. (Tab.1), a percentagem de bordos decorados que ali foram intencionalmente depositados, aproxima-se dos 90%. No quadro do que se conhece sobre cerâmicas decoradas do 3º milénio A.C. no interior leste de Trás-os-Montes e Alto Douro (Lopes & Bettencourt, 2017), esta alta percentagem da decoração local em vasos de Castelo Velho surge como uma novidade, cuja explicação pode conectar-se com o papel excepcional do lugar a nível local e regional. Por outro lado, as organizações decorativas locais, sendo variadas, apresentam algumas singularidades que importa sublinhar. Não apenas se destaca a decoração penteada aditiva (organização dominante, nesta época, no interior leste de Trás-os-Montes e Alto Douro), como esta organização, em Castelo Velho, apresenta variações temáticas que conferem um grande barroquismo estilístico a certos recipientes do monumento.

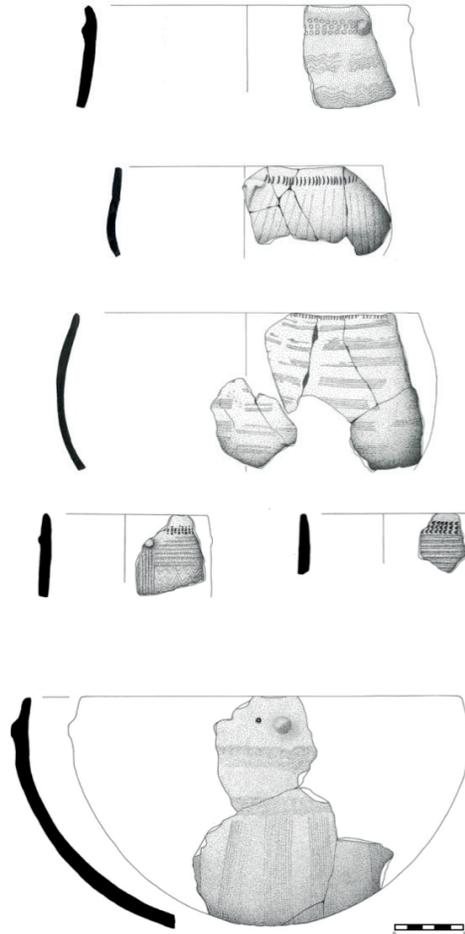


Figura 9 – Vasos decorados provenientes do monumento do 3º milénio A.C. (Oliveira, 2003).

De facto, em certos vasos, o processo decorativo envolveu uma sequência complexa de acções: impressão em pasta fresca, seguida de secagem; posteriores espatulamentos seccionando os anteriores motivos impressos; aplicações de “pastilhas repuxadas” ou outros elementos plásticos. Em resultado deste trabalho decorativo, alguns vasos de Castelo Velho destacam-se por apresentar extensas e complexas áreas decoradas, com recurso, no mesmo recipiente, a diversas técnicas operadas em momentos diferidos no tempo.

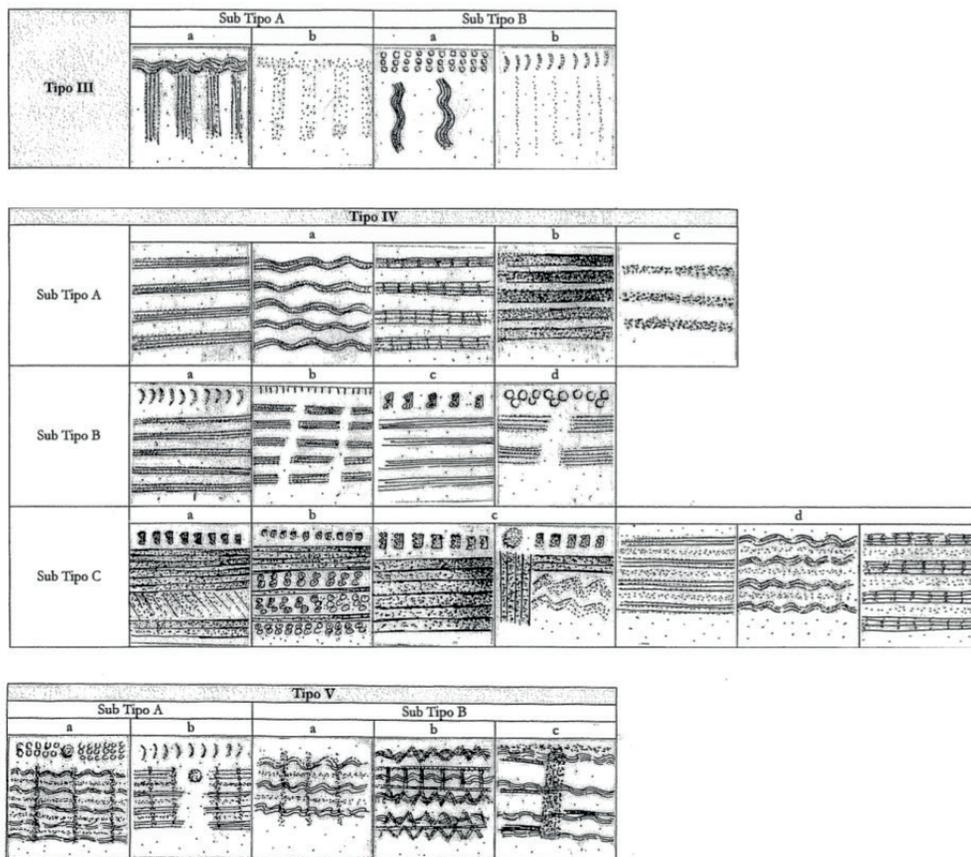


Figura 10 – Algumas das organizações decorativas de recipientes cerâmicos do monumento do 3º milénio A.C. (Oliveira, 2003).

Sendo bem conhecido o papel que a estilística cerâmica desempenhou na afirmação identitária das comunidades do 4º/3º milénio A.C. no Norte de Portugal, a presença de vasos profusamente decorados, durante o 3º milénio A.C., no monumento de Castelo Velho, deverá ser especificamente correlacionada com a função socialmente congregadora que este lugar desempenhou. Acrescente-se que a esta fase pertence um vaso com decoração oculada e outro com decoração campaniforme cordada (AOC), cuja decoração, como se sabe, é extremamente rara em toda a Península Ibérica (Jorge, 2002 a).

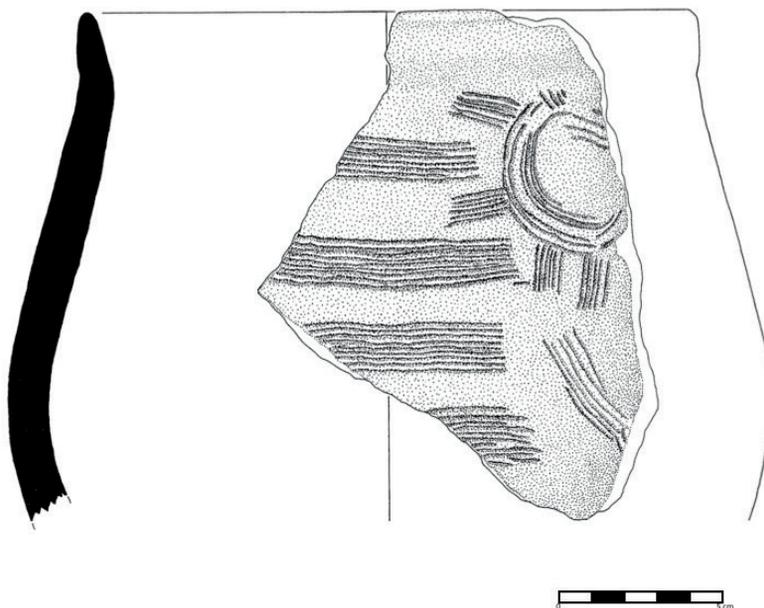


Figura 11 - Vaso com decoração oculada proveniente de estrutura existente na plataforma intermédia do monumento do 3º milénio AC (desenho de Vítor Fonseca).



Figura 12 - Macrofotografia de um fragmento de cerâmica campaniforme cordada do monumento do 3º milénio AC (ICBAS, U.P.).

A cerâmica oculada e o campaniforme cordado, assim como os raros artefactos em cobre (nomeadamente os machados) e a fita em ouro, surgem no monumento do 3º milénio AC como os únicos elementos diferenciadores de âmbito trans-regional.

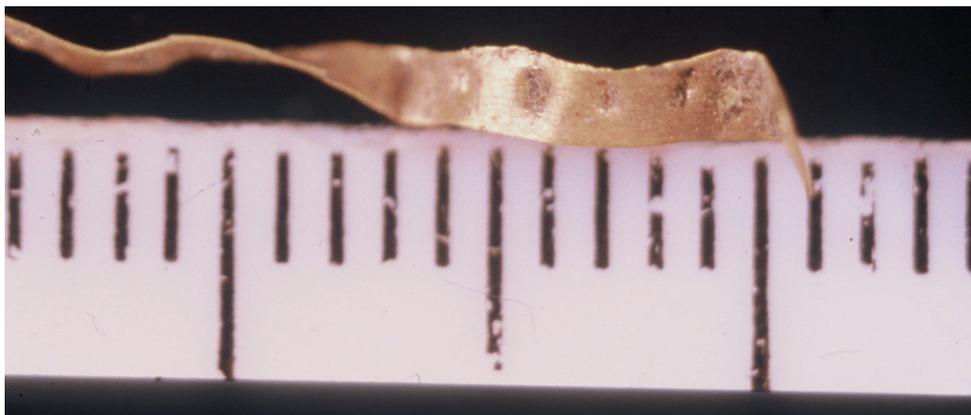


Figura 13 - Macrofotografia de parte de uma fita enrolada em ouro, com decoração, proveniente do interior do recinto superior do monumento do 3º milénio AC (ICBAS, U.P.).

## Monumento e território

Sobre o monumento do 3º milénio AC estamos reduzidos às bases pétreas que definem o plano arquitectónico do recinto, plataforma intermédia, taludes e murete leste. Pelos dados que possuímos podemos imaginar que as paredes que delimitavam o recinto superior seriam constituídas por pedra, ramos e terra. De facto, *in loco*, foram identificadas grandes quantidades de argila de revestimento, que permitem pressupor que a mesma foi intensamente usada na construção/ reconstrução das paredes (recinto e murete leste) e no revestimento de todas as estruturas do lugar. Mas desconhecemos se o recinto era total ou parcialmente coberto, e se nas paredes que o delimitavam ocorriam aberturas que, para além das passagens, permitiriam um qualquer acesso visual com o exterior. Desconhecemos também a função/ funções da maioria das estruturas existentes quer dentro quer fora do recinto, se exceptuarmos as que forneceram deposições preservadas, como, por ex., a estrutura com sementes e a estrutura com ossos humanos. A grande

estrutura central do recinto permanece um enigma. Pode ter funcionado de muitas maneiras sucessivamente: quer como plataforma pétrea (palco de eventuais acções cerimoniais), quer como a base pétrea duma eventual “torre” em madeira ou terra que se erguesse sobre a mesma. A reconstituição da arquitectura global do monumento de Castelo Velho de Freixo de Numão depende dum longo projecto de investigação vocacionado para a escavação e interpretação de sítios similares, contemporâneos, disseminados pela região. Por outro lado, a detecção em Castelo Velho de vários tipos de deposições intencionais de materialidades, indiciando prováveis práticas cerimoniais, convoca o estudo do território envolvente numa perspectiva irrecusável (Jorge, 2014): é necessário identificar na região a rede de sítios socialmente inter-conectados pela partilha de rituais assentes na fragmentação, circulação e deposição de materialidades, no seio da qual se integra o monumento de Castelo Velho. Sem essa investigação global o monumento do 3º milénio AC permanecerá como um testemunho isolado dum “território social” ainda opaco, cuja complexidade urge decodificar.



Figura 14 – Topo do recinto superior do monumento do 3º milénio AC, vendo-se, para leste, o monte de S. Gabriel (foto de Danilo Pavone).

Finalmente, há que reafirmar o óbvio: o monumento sofreu certamente reconfigurações de sentido ao longo do 3º milénio AC, nomeadamente expressas através da abertura, reutilização e condenação de passagens e estruturas, e ainda pela indelével re-estruturação contínua dos espaços que o foram moldando. Não existem, contudo, dados cronológicos seguros que possibilitem

a construção dum faseamento interno do monumento durante este período, nem, sobretudo, dados que indiquem o momento preciso em que a cenografia iniciada na 1<sup>o</sup> metade do 3<sup>o</sup> milénio deixou de estar operacional. Sabemos, no entanto, que na transição do 3<sup>o</sup> para o 2<sup>o</sup> milénio AC, o monumento de Castelo Velho terá passado a ser outro lugar, articulado com novos constrangimentos arquitectónicos e servindo certamente novas funcionalidades sociais.

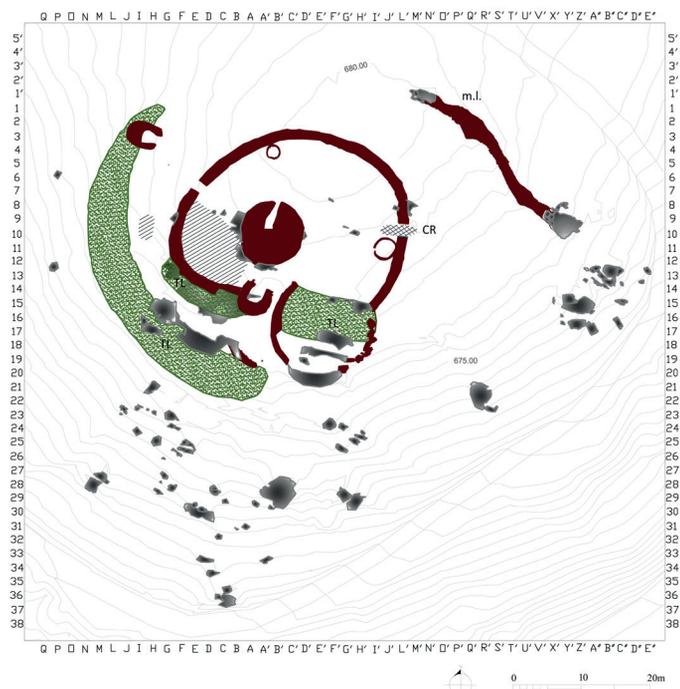
### 3.3 Castelo Velho no 2<sup>o</sup> milénio AC

Tabela 2 <sup>2</sup>				
Ref.	Data BP	1 Sigma	2 Sigma	Bibliografia
ICEN-885	3570±100	<b>2035-1760 (68.2%)</b>	<b>2200-1664 (95.4%)</b>	Jorge e Rubinos, 2002
ICEN-1164	3520±110	2014-1998 (2.8%) <b>1979-1734 (60.8%)</b> 1718-1694 (4.6%)	2194-2176 (0.7%) <b>2144-1608 (94%)</b> 1582-1561 (0.7%)	Jorge e Rubinos, 2002
ICEN-1168	3420±120	<b>1890-1608 (65.1%)</b> 1581-1562 (3.1%)	2030-1448 (95.4%)	Jorge e Rubinos, 2002
GrN-23510	3460±80	<b>1886-1686 (68.2%)</b>	2014-1998 (0.8%) <b>1979-1608 (93.5%)</b> 1582-1560 (1.1%)	Jorge e Rubinos, 2002
GrA-9442	3380±40	1736-1715 (14.3%) <b>1696-1626 (53.9%)</b>	1852-1855 (0.2%) <b>1770-1601 (90.3%)</b>	Jorge e Rubinos, 2002
Ua-20636	3360±40	1733-1718 (7.0%) 1694-1613 (61.2%)	<b>1746-1596 (81.9%)</b> 1589-1531 (13.5%)	Jorge, 2002 b
CSIC-1713	3302±50	<b>1630-1513 (68.2%)</b>	1730-1722 (0.8%) <b>1692-1494 (91.7%)</b> 1480-1455 (2.9%)	Jorge e Rubinos, 2002
Sac-1519	3250±50	1609-1579 (16.4%) <b>1563-1494 (40.9%)</b> 1478-1456 (10.8%)	<b>1634-1426 (95.4%)</b>	Jorge e Rubinos, 2002
ICEN-1171	3200±45	<b>1509-1426 (68.2%)</b>	1610-1573 (5.8%) <b>1566-1396 (89.6%)</b>	Jorge e Rubinos, 2002
ICEN-1166	3130±150	1608-1581 (3.5%) <b>1562-1209 (64.7%)</b>	1746-996 (95.4%)	Jorge e Rubinos, 2002
GrN-23507	3150±45	1496-1473 (12.7%) <b>1462-1392 (50.3%)</b> 1335-1324 (5.2%)	<b>1508-1294 (95.4%)</b>	Jorge e Rubinos, 2002
GrA-9241	3110±50	<b>1432-1372 (35.5%)</b> 1358-1299 (32.7%)	1496-1472 (3.9%) <b>1464-1259 (90.7%)</b> 1242-1235 (0.8%)	Jorge e Rubinos, 2002

<sup>2</sup> Ver nota 1. As datas desta tabela foram recalibradas por Ana M. S. Bettencourt no âmbito de um projecto em curso sobre o 2<sup>o</sup> milénio AC do Norte de Portugal.

Durante o 2º milénio AC vemos desaparecer os pilares da coreografia anterior que se expressava num preciso plano arquitectónico do monumento, em passagens no recinto superior e no murete leste, e ainda em variados contextos de deposição de materialidades (inteiras ou fragmentadas). As estruturas das vertentes sul e sudeste também ficaram desactivadas. Contudo, o lugar construído e usado no 3º milénio AC não foi abandonado. Pelo contrário, o que é específico do 2º milénio AC emana da reconfiguração do espaço ocupado previamente pelo recinto superior, plataforma intermédia, taludes e murete leste. Ou seja, emana da vontade de se manter a planta do anterior monumento, e, respeitando os seus limites, de se introduzir alterações de uso que, de facto, irão criar um novo estatuto funcional e simbólico do lugar.

## Mudanças



Planta 2 – O sítio de Castelo Velho durante o 2º milénio AC: TL - talude; CR - “cairn”; m.l. - murete leste.

O recinto superior apresenta apenas uma passagem principal, a oeste, e outra secundária, a sul. O murete leste não incorpora nenhuma passagem no 2º milénio. Embora desconheçamos quando se concluiu o processo de encerramento das passagens – processo em curso desde, pelo menos, a 2ª metade do 3º milénio AC - a verdade é que no início do 2º milénio AC o acesso ao recinto superior se encontrava restringido basicamente à passagem oeste, que, nesta fase, sofreu um apreciável alargamento relativamente à que existia no mesmo local durante o 3º milénio AC. Pela primeira vez somos confrontados, no topo do esporão, com uma arquitectura cujo plano define um espaço central fechado, ao qual se acede por uma verdadeira “entrada”.

De forma simples, transformou-se um recinto aberto (de acesso física e coreograficamente condicionado pela existência de passagens) num recinto fechado, em contacto com o exterior através duma única “entrada” que, como todas as entradas, se poderia facilmente transformar numa “porta”, ou seja, na materialização física duma proibição.

Este recinto fechado continua a ser rodeado, a oeste e sul, por uma plataforma intermédia e dois taludes, que, no entanto, durante esta fase, sofreram reconstruções: os taludes foram alteados e a plataforma intermédia foi colmatada, em certas áreas, com cascalho que ocultou a maioria das estruturas pétreas do 3º milénio AC. Nesta plataforma intermédia foram identificados vestígios de pequenas estruturas, como fossas, buracos de poste, lareiras, etc., no âmbito de estruturas precárias revestidas com materiais perecíveis. As poucas estruturas pétreas do 3º milénio AC preservadas durante o 2º milénio AC, na área de plataforma intermédia, terão sido reutilizadas de forma pouco expressiva. No interior do recinto subsistem algumas, raras, estruturas do 3º milénio, como, por ex., a estrutura pétrea central, e o chamado “torreão” 1, mas num contexto de uso difícil de descodificar. De facto, o que predomina no interior deste espaço central, como, aliás, em todos os sectores onde foram identificados vestígios do 2º milénio AC, são estruturas, de dimensão diversa, de carácter perecível: buracos de poste, pequenas fossas, estruturas subcirculares delimitadas por pedras e cerâmica de revestimento, pequenas lareiras não estruturadas, etc.. Excepção a este padrão de estruturas precárias emerge, no interior do recinto, a leste, uma concentração intencional de pedras, que se sobrepunha a um vaso carenado encontrado

com a abertura para baixo. O conjunto – pedras ocultando intencionalmente um vaso- parece assemelhar-se a contextos formalizados do 2º milénio AC, embora seja impossível recuperar o sentido específico do mesmo no âmbito do recinto desta época. De resto, o lugar de Castelo Velho no 2º milénio AC (recinto, plataforma, taludes e murete leste) é omissivo em contextos fechados, ou minimamente preservados, que nos poderiam eventualmente conduzir a hipotéticas interpretações sobre as acções ali desenvolvidas até ao seu abandono, entre meados do séc. XV e meados do séc. XII AC.

As materialidades desta época são ainda menos variadas do que as observadas no 3º milénio AC. Quase desaparece o material metálico. Quanto ao material lítico, predominam artefactos macrolíticos (para percussão/polimento) em detrimento de artefactos de pedra polida ou de pedra lascada, de pequeno porte. As matérias-primas dos líticos são esmagadoramente locais.

No que toca às materialidades cerâmicas, se, por um lado, os pesos de tear (placas e troncos de cilindro) ainda persistem, embora em muito menor quantidade, por outro, destacam-se, pela quantidade e qualidade, novos tipos de recipientes cerâmicos (Pereira, 1999; Varela, 2000; Baptista, 2003). É certo que subsistem ainda algumas formas e decorações tradicionais, nomeadamente com recurso à impressão penteada. Contudo, destacam-se vasos tronco-cónicos, vasos carenados e taças muito abertas, recipientes estes globalmente associados a exuberantes decorações plásticas (cordões, medalhões, etc.), e ainda às fortemente padronizadas decorações Cogeces (Pereira, 1999).

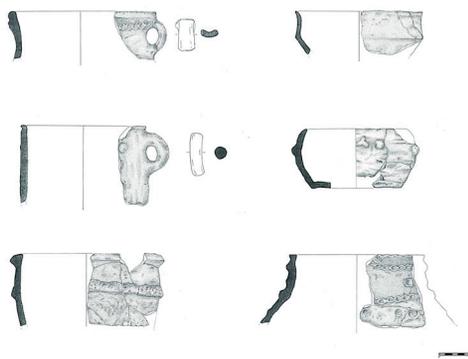


Figura 15 – Vasos lisos e decorados do 2º milénio AC de Castelo Velho (Varela, 2000).

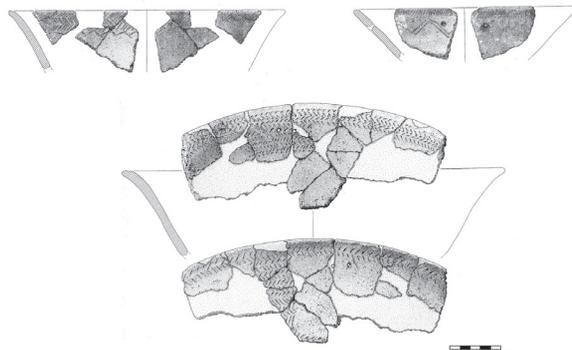


Figura 16 - Vasos com decorações Cogeces do 2º milénio AC de Castelo Velho (Pereira, 1999).

Ao contrário da maioria das materialidades do 2º milénio AC, os fragmentos de vasos Cogeces (resultantes de fragmentações realizadas no local), distribuem-se por concentrações, tanto no interior, como no exterior do recinto, sobretudo na plataforma intermédia. A percentagem da cerâmica decorada ronda os 20%, distanciando-se largamente dos quase 50% reconhecidos na amostragem cerâmica do 3º milénio AC. A principal novidade reside, de facto, na expressiva ocorrência de vasos Cogeces, a qual não conecta apenas Castelo Velho com a Meseta, mas indicia, pela primeira vez, a integração das comunidades que frequentaram o lugar numa rede de relações que ultrapassa largamente a escala local e regional.

A nível local Castelo Velho continua rodeado por um bosque de tipo mediterrânico, ainda que manifestando progressiva alteração (Figueiral, 1998, 1999; Figueiral & Jorge, 2008): surge em grande quantidade o medronheiro, associado a giestas, e outras plantas comestíveis. A variação verificada tanto pode dever-se à degradação do bosque envolvente, e à correlativa emergência de espécies como o medronheiro e a urze, como, também, a uma selecção/manipulação de espécies operada no interior do lugar, mercê de novas actividades ali produzidas.

Em que lugar se transformou Castelo Velho de Freixo de Numão durante o 2º milénio AC? Dada a localização, planta do edifício, dimensões e a existência de algumas materialidades, nomeadamente o notável acervo de vasos Cogeces (Pereira, 1999), podemos afirmar que Castelo Velho continuou a

desempenhar um papel excepcional no território envolvente. E fê-lo, reutilizando o espaço definido pelo monumento do 3º milénio AC. Mas, para além desta interpretação global, o lugar é opaco sobre as acções precisas que terá albergado/propiciado até ao 3º quartel do 2º milénio AC, momento que foi deliberadamente encerrado através da deposição generalizada de um potente dispositivo constituído por pedra e terra. O encobrimento, em si mesmo, também não esclarece a dimensão social de tal acção: ele tanto pode reflectir uma ruptura de ocupação local e/ou regional, como, tão só, uma reordenação de povoamento, e, nesse sentido, uma reorganização espacial de determinados lugares socialmente congregadores.

#### 4. CONCLUINDO

Dum monumento no 3º milénio AC, em que acções cerimoniais particulares tinham expressão no plano arquitectónico de pormenor e em contextos intencionais de deposição, passamos a um lugar no 2º milénio AC, certamente excepcional, mas em que a natureza das acções nele desenvolvidas não encontrou tradução performativa linear nas arquitecturas e nos contextos que chegaram até nós. Aparentemente, a continuidade de uso do lugar ao longo de centenas de anos, parece esconder duas formas de representação do mundo, e, quiçá, de construção do laço social. Torna-se, assim, premente, suspender transitoriamente qualquer olhar sobre o lugar de Castelo Velho de Freixo de Numão, e visitar, à luz do que foi publicado nos últimos trinta anos, a Pré-História Recente do Norte de Portugal (particularmente o 3º e o 2º milénios AC).<sup>1</sup> E, com esse breve exercício, reanalizando dados e recuperando

---

<sup>1</sup> Uma primeira abordagem a esta problemática foi objecto de publicação recente (Lopes & Bettencourt, 2017). Encontra-se programada para 2018 a realização, em Portugal, de alguns eventos destinados a debater a natureza da viragem cultural operada, a diversas escalas de análise, entre o 3º e o 2º milénios AC., em várias regiões peninsulares. A compreensão da singularidade funcional do recinto de Castelo Velho só poderá ocorrer através da execução de projectos que visem construir as paisagens sociais de ampla escala que deram origem às específicas ambivalências identitárias do lugar. Tais projectos exigem tempo, meios muito diversificados, equipas institucionalmente enquadradas, e um absoluto imperativo de partilha de informação. Premissas que têm sido repetidamente consideradas indispensáveis para o entendimento deste lugar icónico, cuja primeira intervenção, cientificamente conduzida por uma equipa constituída por professores e estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, fará 30 anos em 2019.

distância interpretativa, obter sentidos plausíveis que fundamentem explicações para uma possível reconfiguração funcional/simbólica do recinto de Castelo Velho entre finais do 3º milénio/ inícios do 2º milénio AC e o seu abandono no 3º quartel do 2º milénio AC.

Porto, 2017/ 2018

### **Agradecimento**

Agradeço a Sérgio Gomes a sua imensa disponibilidade na ajuda que me prestou na concretização de inúmeros passos práticos na edição on-line do presente texto. Tal colaboração assenta numa antiga e persistente amizade mútua, que desejo aqui relevar, enquanto pilar que tem animado e potenciado a realização de muitos projectos comuns.

### **Bibliografia**

Antunes, M., T. & Cunha, A.S. 1998. Restos humanos do Calcolítico-Idade do Bronze de Castelo Velho, Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa- nota preliminar, *Côavisão*, 0, 35-42.

Alves-Ferreira, Joana, neste volume, Vozes de silêncio. Silêncio das pedras. O que resta de Castelo Velho? Topografias de poeira intraduzíveis, in *Olhares Sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: Revisitar Um Recinto Pré-histórico do Alto Douro Português*. DigitAR Monografias. Coimbra.

Baptista, Lídia 2003. *A cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão. Contributos para a interpretação de contextos de uso*. FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Bottaini *et al* neste volume. Os metais do Recinto Pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro da Primeira Metalurgia das Península Ibérica, in *Olhares Sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: Revisitar Um Recinto Pré-histórico do Alto Douro Português*. DigitAR Monografias. Coimbra.

Figueiral, Isabel 1998. Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). Os restos vegetais carbonizados, *Côavisão*, 0, 43-48.

Figueiral, Isabel 1999. Castelo Velho (Freixo de Numão, Portugal), the charcoalified plant remains and their significance, *Journal of Iberian Archaeology*, 1, 259-267.

Figueiral, I. & Jorge, S.O. 2008. Man-made landscapes from the third-second millennium B.C.: the example of Castelo Velho (Freixo de Numão, North-East Portugal), *Oxford Journal of Archaeology*, 27(2), 119-133.

Gomes, Sérgio 2003. *Contributos para o estudo dos “pesos de tear” de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Exercícios de interpretação do registo arqueológico.* FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Jorge, Susana O. 1993. O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal, Iº Congresso de Arqueologia Peninsular, *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia*, XXXIII, fasc 1-2, 179-221.

Jorge, Susana O. 1994. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, *Revista da Faculdade de Letras*, XI, IIª série, Porto, 447-546.

Jorge, Susana O. 1998. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia duma interpretação, *Estudos Pré-Históricos*, VI, 279-293.

Jorge, Susana O. 2002a. Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Breve notícia, *Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património*, 1, 1ª série, FLUP, 7-50.

Jorge, Susana O. 2002b. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal, *Património/Estudos*, 3, IPPAR, 145-164

Jorge, Susana O. 2003a (coord.). *Recintos murados da Pré-História Recente. Técnicas construtivas e organização do espaço. Conservação, restauro e valorização patrimonial de arquitecturas pré-históricas*, DCTP/FLUP & CEAUCP, Porto/Coimbra.

Jorge, Susana O. 2003b. Pensar o espaço da Pré-História Recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, in Jorge, S.O. 2003 (coord.), *Recintos murados da Pré-História Recente*, DCTP/FLUP & CEAUCP, 13-50.

Jorge, Susana O. 2003c. Da cenografia pré-histórica à cenografia patrimonial: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), *Revista Arqueologia e História*, 55, 167-175.

Jorge, Susana O. 2005. *O Passado é redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Ed. Afrontamento, Porto.

Jorge, Susana O. 2014. Enclosures and funerary practices: about an archaeology in search for the symbolic dimension of social relations, in Valera, António C. (ed.), *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*, BAR, International Series, 2676, 71-82.

Jorge, S.O. & Rubinos, A. 2002. Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os dados e os problemas, *Côavisão*, 4, 95-111.

Jorge, S.O., Oliveira, M.L., Nunes, S.A., Gomes, S. 1998-1999. Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), *Portugália*, Nova Série, XIX-XX, 29-70.

Jorge, S.O, Baptista, L., Gomes, S., Oliveira, M.L., Varela, J.M., Velho, G.L. 2007. A construção dum sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão, in Jorge, S.O., Bettencourt, A.M.S., Figueiral, I. 2007 (eds), *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, IV<sup>o</sup> Congresso de Arqueologia Peninsular, *Promontoria Monográfica*, 08, 77-85.

Lopes, S. S. & Bettencourt, A.M.S. 2017. Para uma periodização da Pré-História Recente do Norte de Portugal: da segunda metade do 4<sup>o</sup> milénio aos finais do 3<sup>o</sup> milénio AC, in Arnaud, J.M. & Martins, A. 2017 (coord. ed.), *Arqueologia em Portugal/2017- Estado da Questão*, AAP, Lisboa, 469-489.

McFayden, Lesley K. 2016. Actions in time: after the breakage of pottery and before the construction of walls at the site of Castelo Velho de Freixo de Numão, *Estudos do Quaternário*, 15, 71-90.

Oliveira, Maria de Lurdes C. 2003. *Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)*, FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Pereira, Leonor 1999. *As cerâmicas “Cogeces” de Castelo Velho, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Seu enquadramento peninsular*, FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Varela, José M. 2000. *As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Tradição e inovação na transição do III<sup>o</sup> para o II<sup>o</sup> milénio AC*, FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Velho, Gonçalo, C.L. 2009. *Castelo Velho, a natureza e o tempo: questões relativas à re-construção de um lugar*, FLUP, Porto (dissertação de doutoramento policopiada).

